UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Tupis u Guaranis, die Krieger.	Crens, Guereigs, die Alten.	Aruac, Aroaquis, die Mehl-Leute.
Gcs, Crans, die Häupter.	Parexis, Poragis, die oberen Leute.	Lengos, Guayeours, die Schnellläufer (Berillenen).
Guck, Coco, die Oheime.	Goyatacix, die Waldläufer.	
Im Uebergange zur Cultur und portugiesischen Sprache.		

São Paulo

2014

ÂNGELO ALVES CORRÊA

(Versão Revisada – a versão original encontra-se na biblioteca do MAE-USP)

PINDORAMA DE MBOÎA E ÎAKARÉ
CONTINUIDADE E MUDANÇA NA TRAJETÓRIA DAS
POPULAÇÕES TUPI

Volume 1

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Andréa Silva

Linha de Pesquisa: Cultura Material Representações
Simbólicas em Arqueologia

São Paulo

2014

*Dedico à memória do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues
por sua incansável dedicação às línguas indígenas.*

Agradecimentos

Agradeço a Prof.^a Fabíola Silva pelas aulas e orientações, pelas conversas francas e conselhos certos. Com seu jeito particular de ensinar, mais do que dizer o que fazer nos apresenta uma rica bibliografia que faz com que encontremos os melhores caminhos.

Ao amigo Chico Noelli por todas as conversas sobre assuntos diversos, sobre os Tupi, os linguistas, os arqueólogos e longos enredos científicos. Ao prazer de sua companhia e ajuda ao longo de nossa viagem e “viagens” ao longo do percurso desta tese; com seu jeito gaúcho não me deixou “acadelar” e me incentivou mesmo naquilo que parecia exageradamente difícil de fazer.

Ao amigo José Brochado que além de toda inspiração de sua obra foi gentil recebendo-me para conversas agradáveis e descontraídas, tendo paciência para ler e me ajudar com os manuscritos, estimulando-me a continuar nos momentos mais difíceis.

Ao Prof. Aryon Rodrigues e a Prof.^a Ana Suelly Cabral pela acolhida calorosa e pela ajuda na compreensão das nuances das divisões linguísticas do tronco Tupi; o mergulho neste outro mundo que é a linguística deveria ser realizado por todo arqueólogo que estuda o passado dos povos indígenas.

A todos os professores do MAE-USP e das instituições visitadas por todas as lições, conselhos, conversas, estímulos e desafios, numa jornada que me levou a diversas perspectivas de como encarar os artefatos que estudo.

Agradeço a todas as instituições que permitiram ter seus acervos analisados, mesmo que na tese não apareçam as cerâmicas de todas as instituições saibam que cada uma foi fundamental para as considerações apresentadas no texto. Sendo assim, agradeço individualmente:

a Biblioteca Pública Municipal de Pelotas (Pelotas - RS), na pessoa do Sr. Danilo Barbieri;

ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (UNISC, Santa Cruz do Sul - RS), na pessoa do Prof. Dr. Sergio Célio Klamt;

ao Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (UFPR, Curitiba - PR), na pessoa do Prof. Dr. Igor Chmyz;

ao Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (PUCRS, Porto Alegre - RS), na pessoa do Prof. Dr. Klaus Peter Kristian Hilbert;

ao Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNA, São Luiz – MA), na pessoa do Me. Deusdedit Carneiro Leite Filho;

a Sr.^a Marlisa Sornberger (S. J. do Hortêncio – RS);

a Fundação Casa da Cultura de Marabá (Marabá - PA), na pessoa do Prof. Dr. Noé Von Atzingen e do Me. Marlon Prado;

ao Instituto Anchietano de Pesquisas (UNISINOS, São Leopoldo – RS), na pessoa do Prof. Dr. Pe. Pedro Ignácio Schmitz;

ao Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Setor de Arqueologia - (IPAT/IPARQUE/UNESC MIPAT, Criciúma – SC), na pessoa do Prof. Me. Juliano Bitencourt Campos;

ao Instituto do Homem Brasileiro (Cuiabá – MT), na pessoa da Sr.^a Veviane Cristina Ferreira e Silva;

ao Laboratório de Arqueologia (UFPE, Recife – PE), na pessoa do Prof. Dr. Marcos Albuquerque e Ms. Eleonora Guerra;

ao Laboratório de Arqueologia (UFG, Goiânia – GO), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Dilamar Martins;

ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia (UFRGS, Porto Alegre – RS) Prof. Dr. José Otávio Catafesto de Souza;

ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (UFPel, Pelotas – RS), na pessoa do Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira;

ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia (FURG, Rio Grande – RS), na pessoa do Prof.^a Dr.^a Maria Farias;

ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (UFSM, Santa Maria – RS) na pessoa do Prof. Dr. Saul Milder;

ao Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS), na pessoa do Prof. Dr. Walmir Pereira;

ao Museu Antropológico Diretor Pestana (Ijuí – RS), na pessoa da Museóloga Luciana Silveira Cardoso;

ao Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (Taquara – RS), na pessoa do Me. Jefferson Luciano Zuch;

ao Museu Câmara Cascudo (UFRN, Natal – RN) na pessoa da Prof.^a Dr.^a Sonia Maria de Oliveira Othon e do Prof. Luiz Dutra de Souza Neto;

ao Museu da Pedra do Urubu (Brejo Santo – CE) na pessoa do Sr. Antônio dos Santos

ao Museu das Culturas Dom Bosco (Campo Grande – MS) na pessoa do Prof. Dirceu Maurício van Lonkhuijzen;

ao Museu de Arqueologia e Etnologia (UFBA, Salvador – BA), na pessoa do Prof. Dr. Carlos Alberto Caroso;

ao Museu de Arqueologia e Etnologia (UFPR, Curitiba – PR), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Márcia Cristina Rosato e do Prof. Sady Pereira do Carmo Jr.;

ao Museu de Arqueologia e Etnologia (USP, São Paulo – SP), na pessoa da prof.^a Dr.^a Marisa Coutinho Afonso;

ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade Cenecista de Osório (Osório – RS), na pessoa do Prof. Me. Alexandre Pena Matos;

ao Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral (UFSC, Florianópolis – SC), na pessoa da prof.^a Dr.^a Teresa Domitila Fossari;

ao Museu de Arqueologia (UFMS, Campo Grande – MS), na pessoa do Prof. Dr. Gilson Martins e da prof.^a Dr.^a Emília Kashimoto;

ao Museu de História Natural (UFMG, Belo Horizonte – MG), na pessoa do Prof. Dr. André Prous;

ao Museu de Pré-história Casa Dom Aquino (Cuiabá – MT), na pessoa da prof.^a Dr.^a.Suzana Hirooka;

ao Museu do Ceará (Fortaleza – CE), na pessoa da prof.^a Me. Cristina rodrigues Holanda;

ao Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Hohr" (Colégio Catarinense, Florianópolis – SC) na pessoa do Prof. Sílvio Ernesto Bleyer e do Prof. Sidney Linhares

ao Museu do Índio (FUNAI, Rio de Janeiro – RJ), na pessoa da museóloga Maria José Sardela;

ao Museu Gama D'Eça (Santa Maria – RS), na pessoa da Museóloga Maria Izabel Mariano da Rocha

ao Museu Histórico Anita Garibaldi (Laguna – SC), na pessoa da Sr.^a Quenia Luz de Jesus Horn;

ao Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre – RS), na pessoa do Dir. Roberto Schmitt-Prym;

ao Museu Municipal Capitão Henrique José Barbosa (Canguçu – RS), na pessoa da Prof.^a Mirian Zuleica Reyes Barbosa;

ao Museu Nacional (UFRJ, Rio de Janeiro – RJ), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Tânia Andrade Lima;

ao Museu Nogueira Machado (Caririaçu – CE), na pessoa da Sr.^a Catarina Borges Machado;

ao Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém – PA), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Claudia Lopez e da Prof.^a Dr.^a Vera Guapindáia;

ao Museu Regional do Alto Uruguai (URI, Erechim – RS), na pessoa da Prof.^a Me. Neuza Cidade Garcez

ao Museu Rondon (UFMT, Cuiabá – MT), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Sonia Regina Lourenço;

ao Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia (UFRGS, Porto Alegre – RS), na pessoa da Prof.^a Dr.^a Silvia Moehlecke Copé;

ao Museu Vicente Pallotti (FAPAS, Santa Maria – RS), na pessoa da Museóloga Danieli Sanches Venturini

a Zanettini Arqueologia (São Paulo – SP), na pessoa do Dr. Paulo Eduardo Zanettini.

Agradeço a Paulo Zanettini pela amizade e tolerância, às muitas conversas, incentivos e puxadas de orelha. A toda equipe da Zanettini Arqueologia pela companhia e paciência por minhas repetidas ausências.

A todos os Amigos e Colegas de jornada, bem como aos funcionários do MAE-USP que foram tantos que citar cada um seria incorrer no risco de esquecer alguém que também foi fundamental para a qualidade científica e psicológica deste texto.

A Danielle por aguentar mais um de meus períodos de gestação com todos os maus humores, estresses, ausências mesmo quando presente. Pelos mapas que garantem melhor apresentação dos dados. E principalmente por nunca desistir...

Creio, mesmo, que a função real de tudo
que os índios fazem é criar beleza. Só subsidiariamente
eles se prestam para caçar, cozinhar ou outro fim prático. Acresce
que cada artefato retrata tão fielmente a quem o fez, como a
caligrafia de uma carta nos retrata. Denuncia-se desse
modo qualquer desleixo, assim como ressalta
à vista de todos o primor de um *factura*
que pode orgulhar seu artesão.

(Darcy Ribeiro, [1954] 2004: 130)

(...) a primeira coisa que considerarei
aqui é que a arqueologia do leste da América do
Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas
históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações
arqueológicas e as populações que os produziram, o mais importante terá
se perdido. Assim, as conotações etnográficas das tradições
e estilos não devem ser evitadas mas, pelo contrário,
deliberadamente perseguidas.

(Brochado, 1984: 565)

a cultura material é o único
fenômeno cultural codificado duas
vezes (...): "(...) uma vez na mente do artesão
e a outra na forma física do objeto". É uma parcela
fundamental na existência de uma sociedade e deve ser
entendida em seus atributos físicos, contextuais e conceituais
para que se diminua o risco da incompreensão dos fenômenos históricos
a ela ligados (...). A cultura material não pode ser separada da cultura
não material, pois, além de carregar sua própria materialidade,
pode fornecer consideráveis informações em nível relacional,
a respeito das formas de organização da sociedade
que a produziu e consumiu (...).

(Noelli, 1993: 25)

o conhecimento de uma tecnologia é
passado de geração para geração pelo engajamento
do novato. Ele incorpora o conhecimento, ou seja, é a conjunção
da mente e do corpo que definem juntos a habilidade
para reproduzir alguma coisa. Assim, percepção
e ação estão no cerne da repetição
e prática do conhecimento.

(Silva, 2010: 23)

Resumo

O objetivo desta tese é contribuir para o aperfeiçoamento dos modelos sobre a história das populações Tupi através da análise da bibliografia e de algumas coleções de vasilhas cerâmicas. A pesquisa permitiu a aquisição de inúmeras informações sobre sítios e cronologias; e a análise componencial das coleções de vasilhas cerâmicas permitiu a realização de uma amostragem das especificidades regionais. O resultado possibilitou maior clareza sobre a espacialização das diferenças, divididas em cinco conjuntos cerâmicos cujas características reforçam as hipóteses de deriva e apontam para trocas de elementos com outros povos. Com relação aos modelos foi possível validar pontos importantes, complementando-os com novos dados empíricos onde antes havia apenas suposições, assim como também permitiu refutar algumas hipóteses não compatíveis com o estado da arte. Coadunar os resultados das pesquisas arqueológicas, linguísticas e etnohistóricas tornou possível a construção de um quadro sintético que apresenta tanto as complexidades quanto as possibilidades de desvelar os processos históricos que levaram à formação dos povos Tupi tal como os conhecemos.

Palavras-chave: Arqueologia Brasileira, Arqueologia Tupi, Cerâmicas Tupi, Tronco Linguístico Tupi, Linguística Histórica, Etnoistória, História de Longa Duração.

Abstract

With this thesis I hope to contribute to the improvement of models on the history of Tupi populations through the analysis of literature and collections of ceramic vessels. The development of the research allowed the acquisition of a large amount of information on sites and chronologies; moreover, the collections analyzed showed great sample potential regarding the regional characteristics of the ceramic sets. The obtained result was a clearer view of the differences in spatialization among the five ceramic sets whose features reinforce the drift assumptions and point to exchange of elements with other peoples. Regarding the models, important points were validated providing empirical data where had been only assumptions, as well as, refuting some assumptions that are incompatible with the current knowledge. Pooling the results of archaeological, linguistic and ethnohistorical research made possible to build a synthetic framework that presents both the complexities and possibilities of revealing the historical processes that led to formation of Tupi as we know them.

Key words: Brazilian Archaeology, Tupi Archaeology, Tupi Ceramics, Tupi Language Stock, Historical Linguistics, Ethnohistory, History of Long Term.

Lista de Anexos

Anexo 1	319
Anexo 2	429
Anexo 3 - Ficha de Análise	456
Anexo 4 - Chave Classificatória utilizada na análise cerâmica.....	457
Anexo 5	461

Lista de Figuras

Fig. 1: Herrera y Tordesilhas, 1622	28
Fig. 2: Alencar, 1857. O Guarani	30
Fig. 3: Lessa, 1945.....	36
Fig. 4: Iracema - Quadro de Medeiros, 1881	38
Fig. 5: Cerâmicas Tupi - Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1885	41
Fig. 6: Quadro Abaporu, Tarsila do Amaral, 1929.....	48
Fig. 7: Cerâmicas Guarani Aparício, 1948	53
Fig. 8: Subtradições da Tupiguarani (Brochado et al. 1969).....	58
Fig. 9: Cerâmicas Tupiguarani, Prous (1992).....	66
Fig. 10: Cerâmica MPEGR1-021 - Cannãa do Carajás, estado do Pará	257
Fig. 11: Cerâmica CPHNAR4-019 - Alto Alegre do Maranhão, estado do Maranhão. 257	
Fig. 13: MAEPRR1-069 - Estado do Paraná.....	264
Fig. 12: MPEGR1-002 - Estado do Pará	264

Lista de Gráfico

Gráfico 1: Distribuição das datações por país	185
Gráfico 2: Número de datações dividido em períodos AP	187
Gráfico 3: Distribuição de datas antigas por região	190
Gráfico 4: Número de datações por regiões brasileiras	190
Gráfico 5: Número de datações por sítios	193
Gráfico 6: Número de datações por local	193
Gráfico 7: Relação entre datações de C14 e TL	196
Gráfico 8: Relação entre datações de C14 e TL dividida em períodos	197

Lista de Mapas

Mapa 1: Reconstrução da dispersão dos Tupi-Guarani segundo Meggers, 1979.....	111
Mapa 2: Centro de origem e dispersão do tronco Tupi correlacionado com a Teoria dos Refúgios segundo Meggers et al. 1988	111
Mapa 3: Mapa de dispersão das Subtradições da TPA segundo Brochado, 1984	112
Mapa 4: Início das rotas de expansão e áreas de ocupação Tupinambá e Guarani segundo Noelli, 2008	114
Mapa 5: Modelo a partir dos trabalhos de Rodrigues e de Urban.....	121

Mapa 6: Modelo Mello & Kneip	121
Mapa 7: Locais com sítios Tupi.....	141
Mapa 8: Densidade de locais com sítio Tupi	141
Mapa 9: Coleções Visitadas	151
Mapa 10: Localidades com cerâmicas nas coleções	156
Mapa 11: Distribuição dos locais com datações	189
Mapa 12: Densidade de distribuição das datações	189
Mapa 13: Isócronas das datações (AP) mais antiga por região	205
Mapa 14: Diagrama de Fluxo das datações (AP) mais antigas por região.....	205
Mapa 15: Isócronas das datações (AP) mais antigas por região considerando as datas de Rondônia e de Araruama (RJ).....	207
Mapa 16: Isócronas das datações (AP) mais antigas por região sem considerar as datas mais antigas de Rondônia e de Araruama (RJ).....	207
Mapa 17: Conjuntos cerâmicos Tupi.....	214
Mapa 18: Distribuição das populações Tupi segundo Nimuendaju	251

Lista de Quadros

Quadro 1: Tronco Linguístico Tupi	117
Quadro 2: Cladograma Tronco Linguístico Tupi.....	118
Quadro 3: Representação Gráfica do Modelo Orgânico.....	150
Quadro 4: Algumas das Cerâmicas Etnográficas Documentadas	220
Quadro 5: Algumas cerâmicas Tupi norte-ocidental documentadas	223
Quadro 6: Algumas das cerâmicas Tupi Norte-Oriental Documentadas.....	230
Quadro 7: Algumas das cerâmicas Proto-Tupinambá e Tupinambá Documentadas .	236
Quadro 8: Algumas das cerâmicas Tupinambá Documentadas.....	243
Quadro 9: Algumas das cerâmicas Guarani documentadas	249
Quadro 10: Semelhanças entre as cerâmicas no eixo Oeste-Leste.....	260
Quadro 11: Semelhanças entre as cerâmicas no eixo Norte-Sul.....	268

Lista de Tabelas

Tabela 1:Vocábulos relacionados às cerâmicas Tupi (Adaptado de Noelli, 2008).....	72
Tabela 2: Instituições com coleções visitadas	154
Tabela 3: Grupos etnográficos com cerâmicas nos Museus e datas de coleta	163

Lista de Abreviaturas

Sigla	Instituição	UF
BIBPUPEL	Biblioteca Pública Municipal de Pelotas	RS
CEPAPR	Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - UFPR	PR
CEPASC	Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - UNISC	RS
CPHNA	Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia do Maranhão	MA
FCCM	Fundação Casa da Cultura de Marabá	PA
HORT	Coleção Marlisa Sornberger	RS
IAP	Instituto Anchietano de Pesquisas - UNISINOS	RS
IHB	Instituto do Homem Brasileiro	MT
JCASTILHO	Museu Júlio de Castilhos	RS
LA	Laboratório de Arqueologia - UFPE	PE
LAE	Laboratório de Arqueologia e Etnologia - UFRGS	RS
LAUFG	Laboratório de Arqueologia - UFG	GO
LEPA	Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - UFSM	RS
LEPAARQ	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAARQ UFPel	RS
LEPAN	Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia - FURG	RS
MAEPR	Museu de Arqueologia e Etnologia - UFPR	PR
MAEUFBA	Museu de Arqueologia e Etnologia - UFBA	BA
MAEUSP	Museu de Arqueologia e Etnologia - USP	SP
MAG	Museu Histórico Anita Garibaldi	SC
MAPESTANA	Museu Antropológico Diretor Pestana	RS
MArquE	Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	SC
MARS	Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	RS
MARSUL	Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul	RS
MC	Museu do Ceará	CE
MCANGU	Museu Municipal Capitão Henrique José Barbosa	RS
MCat	Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Hor" - Colégio Catarinense	SC
MCC	Museu Câmara Cascudo	RN
MDA	Museu de Pré-história Casa Dom Aquino	MT
MDB	Museu das Culturas Dom Bosco	MS
MFACOS	Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade Cenecista de Osório	RS
MGAMA	Museu Gama D'Eça	RS
MHN	Museu de História Natural - UFMG / Setor de Arqueologia	MG
MI	Museu do Índio	RJ
MIPAT	Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Setor de Arqueologia	SC
MN	Museu Nacional	RJ
MNM	Museu Nogueira Machado	CE
MPALOTI	Museu Vicente Pallotti	RS
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi	PA
MPU	Museu da Pedra do Urubu	CE

Sigla	Instituição	UF
MR	Museu Rondon	MT
MUAE	Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia - UFRGS	RS
MUARQ	Museu de Arqueologia - UFMS	MS
PUCRS	Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - PUCRS	RS
URI	Museu Regional do Alto Uruguai	RS
ZA	Zanettini Arqueologia	SP

Sumário

Agradecimentos	3
Resumo.....	9
Abstract	10
Lista de Abreviaturas.....	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	26
Tupi: a construção de um termo	26
Tupi-manias?	78
CAPÍTULO 2	90
Cultura material, linguística histórica e história de longa duração.....	90
Conceituando	90
Conceitos em Aplicação: o caso Tupi	109
Para Aplicar os Conceitos	128
CAPÍTULO 3	135
Apresentação e análise dos dados.....	135
Análise Bibliográfica	138
Modelo Orgânico: homeostase - heterostase - homeostase.....	146
Análise de Coleções.....	151
Análise Espacial	156
Cerâmicas Guarani	165
Cerâmicas Tupinambá	172
Cerâmicas Tupi do Norte.....	179
Análise Cronológica	185
C14 X TL	194
quantidade X precisão.....	199
Visão positiva	202
Considerações do Capítulo.....	208
CAPÍTULO 4	208
Da rodilha de mboia-guaçu às mandíbulas do îakaré-guaçu: Dos modelos às novas informações sobre a história das populações Tupi.....	208
Um "causo" como prólogo ou assim nasceu uma hipótese.....	208
Modelando com Linguística e Arqueologia.....	212

Conjunto 1 – Tupi Norte-Occidental (sul do rio Amazonas entre as bacias do rio Madeira-Guaporé e Tapajós)	216
Conjunto 2 – Tupi Norte-Oriental (a leste da bacia do rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantins).....	224
Conjunto 3 – Proto-Tupinambá e Tupinambá (de leste dos rios Gurupi-Tocantins à região Nordeste a norte da Bahia)	231
Conjunto 4 – Tupinambá (região Nordeste até o Paraná, incluindo o interior até Mato Grosso)	237
Conjunto 5 – Guaraní (do sul da Bolívia e do Mato Grosso até a foz do rio da Prata, do litoral até a bacia do rio Paraguai)	244
Hipóteses a partir do modelamento dos dados coligidos.....	250
Considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.....	269
Bibliografia	279

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo o levantamento e estudo comparativo entre os conjuntos artefatuais Tupi no Brasil, de forma a observar sua variabilidade/variação. A existência de diferenciações nos conjuntos artefatuais Tupi é um dado já conhecido, entretanto, tais diferenças não foram recentemente delimitadas no tempo e no espaço. Trabalhei os dados de modo comparativo visando a elaboração de mapas temáticos, indicando as variações regionais e temporais. Os resultados alcançados são trabalhados conjuntamente com dados linguísticos, etnográficos e etnohistóricos, permitindo desta forma refinar e ampliar os modelos explicativos existentes sobre centro de origem e rotas de expansão. Ao abordar questões sobre continuidade e mudança no registro arqueológico visei contribuir com a construção de uma história de longa duração das populações Tupi.

Uma das grandes dificuldades nesta tese é apresentar complementações dos modelos por meio de dados novos, sendo que a maioria dos pesquisadores nem sequer conhecem todas as nuances dos modelos e trabalhos anteriores. A bibliografia linguística, etnohistórica e arqueológica sobre os Tupi é extensa e complexa, difícil de ser acessada em sua totalidade devido à grande dispersão dos documentos. O mesmo ocorre com as coleções dos conjuntos cerâmicos. Busco apresentar de forma resumida as pesquisas que levaram ao atual estado do conhecimento sobre as populações Tupi, para a partir daí tecer as complementações desta tese aos modelos relacionados a estes povos.

A investigação sobre a expansão geográfica dos povos do tronco Tupi só pode ser desenvolvida de forma produtiva por meio de pesquisa interdisciplinar. Tal abordagem aumenta a capacidade analítica interpretativa, pois é mais produtivo observar o objeto da pesquisa a partir de várias ciências. A arqueologia, a linguística, a antropologia, a bioantropologia, a genética e a ecologia histórica permitem compreender de modo mais completo, complexo e panorâmico o processo que se iniciou em um passado remoto com os falantes do Proto-Tupi e que chegou até o presente, disseminado nas 43 línguas que compõem as 10 famílias linguísticas

do tronco Tupi. Sobre essas populações existem diversos elementos que já foram sistematizados e comparados de modos diversos, inspirados por diferentes teorias desde o século XIX.

As vasilhas cerâmicas dos Tupi estão entre os elementos que permitem mapear e compreender parte de um longo e multivariado processo histórico. A minha tese é que, direta ou indiretamente, essas vasilhas reúnem informações sobre conhecimentos e práticas tradicionais reproduzidas de modo mais ou menos constante desde o Proto-Tupi. Estou embasado por dados extraídos da empiria acumulada, que indicam que cada população falante de uma língua específica produziu seus conjuntos artefatuais cerâmicos com características particulares que eram distintas dos conjuntos cerâmicos produzidos pelos falantes das outras línguas, mas que partiam de um padrão tipológico regido por regras do conhecimento tecnológico tradicional reproduzido a cada geração. Conseguindo definir um conjunto artefactual cerâmico, é possível mapeá-lo geograficamente e datar os contextos arqueológicos. A definição e mensuração de semelhanças e diferenças é intrínseca a tal proposta de trabalho, revelando continuidades e mudanças ao longo do processo histórico, quando causas diversas resultaram na formação de uma nova língua ou dialetos e, conseqüentemente, em possíveis variações nos conjuntos artefatuais cerâmicos.

As cerâmicas podem ser pesquisadas pelos:

1) arqueólogos, para definir a distribuição geográfica, a cronologia, a tipologia, a forma, a funcionalidade e as particularidades tecnológicas dos conjuntos artefatuais relativas a cada uma das línguas;

2) linguistas, para definir a nomenclatura das vasilhas, das suas partes, da sua construção, da sua função e da sua relação com outros elementos, como os itens a serem processados, a ecologia, a economia e os seus usos sociais e simbólicos, tanto para cada uma das línguas específicas, quanto entre várias línguas em termos comparativos para verificar semelhanças e diferenças. Ainda podem realizar estudos e ensaios sobre cronologia e processos de formação de novas línguas e dialetos, como suporte para estudos de dispersão geográfica e de processos históricos;

3) antropólogos, em investigações etnográficas e etnológicas, para desenvolver pesquisas sobre cultura material com objetivos mais ou menos em comum com os dos arqueólogos e linguistas, mas ampliando as informações sobre transmissão de conhecimento, processos de aprendizagem, usos cotidianos e rituais, territorialidade, espacialidade, enfim, como o grupo constrói e é construído pela relação dialética com os objetos;

4) ecologistas históricos, em investigações sobre o conhecimento das plantas, das suas técnicas de processamento, dos cardápios, do contexto ecológico onde a economia é produzida e a participação da cultura material nesta economia, tanto em termos específicos quanto comparados.

Evidentemente, essa perspectiva não é totalmente inédita. Estou partindo de propostas anteriores sobre o processo histórico dos Tupi, procurando uma metodologia para avançar em relação a Karl von Martius, Alcides D'Obigny e Karl von den Steinen, os primeiros sistematizadores. Alfred Métraux como o primeiro a fazer uma comparação sistemática da cultura material, buscando as semelhanças. Aryon Rodrigues foi o primeiro a estabelecer as relações genéticas entre as línguas Tupi do ramo oriental e da família Tupi-Guarani. Betty Meggers e Clifford Evans foram os primeiros a mapear em grande escala a distribuição das cerâmicas Tupi sob a denominação de tradição Tupiguarani. Donald Lathrap foi o primeiro a mostrar que a interdisciplinaridade era o caminho mais produtivo a ser seguido, especialmente da relação entre Arqueologia e a Linguística. José Brochado ampliou as propostas de Lathrap, fazendo a primeira grande síntese sobre as cerâmicas Tupi, especialmente sobre as cerâmicas dos Guarani e dos Tupinambá. Tínhamos ainda Eduardo Viveiros de Castro, introduzindo uma reflexão crítica sobre o tema das semelhanças e das diferenças entre os Tupi. Farei uma análise mais detalhada das ideias desses eminentes pesquisadores no capítulo 1.

Importante frisar que o objetivo não foi a construção de algo a partir do nada, ou a desconstrução dos modelos anteriores. Pelo contrário, o esforço dedicado nesta tese foi o de avaliar como o conhecimento produzido anteriormente pode sustentar hipóteses testáveis a partir de novos dados. O que foi muito produtivo, primeiramente pelo exercício de conhecer e adquirir a erudição sobre os trabalhos anteriores, por permitir avaliar a evolução das ideias sobre o tema, por capacitar a

escolha de alinhamentos teórico-metodológicos para o trabalho, e por fim, possibilitar uma visão geral sobre o tema e as possibilidades de pensá-lo.

Esta visão geral sobre a história Tupi nos força a considerar a questão das diferenças entre as escalas demográficas, geográficas e cronológicas. A complexidade envolvida no problema da escala da pesquisa é de difícil definição e certamente ainda vai demorar muito tempo para se reunir dados suficientes para estabelecer os processos históricos de todos os povos Tupi. Seria mais simples se esta tese tratasse apenas da história de uma aldeia ou de uma microrregião, o que também é muito útil como “tijolos” na “construção” de modelos gerais, contudo, mais cedo ou mais tarde estes “tijolos” tem de ser reunidos de modo construtivo. Pela perspectiva americana de uma arqueologia como base na concepção da história das populações indígenas não integrar as pesquisas regionais em modelos é perder a oportunidade de construir esta história profunda dos povos americanos. Creio que seja necessário um programa de atualização contínua dos dados adquiridos pelas pesquisas. A exemplo, iniciei este trabalho com um montante de 2530 sítios ligados aos Tupi e cadastrados no CNSA-IPHAN (Informação de 2010) e 220 datações ligadas a eles, e tive a grata surpresa de ao concluir o levantamento dispor de 4862 sítios e 643 datações. Ressalto que nem todos os documentos foram consultados e que estes números ainda tem a possibilidade de aumentar significativamente. Este é apenas um exemplo de que se não concatenarmos nossos esforços regionais em prol de modelos perdemos a oportunidade de entender melhor os processos históricos envolvidos na história profunda dos povos indígenas.

Como arqueólogos ao pensarmos nossos projetos regionais devemos incluir os conhecimentos produzidos anteriormente, avaliando a possibilidade de nossos projetos contribuírem ou refutarem os modelos existentes, até mesmo a arqueologia empresarial poderia trabalhar com esta perspectiva. Partindo do fato de que a maior parte do país já é abarcado por modelos sobre a dispersão de povos pretéritos, nossa arqueologia não pode ser considerada apenas como exploratória, já podemos avaliar a validade dos modelos nas regiões pesquisadas. Para isso é fundamental a interdisciplinaridade, para que além dos dados arqueológicos possa-se contar com as informações dos estudos linguísticos, etnohistóricos e etnográficos.

Exemplo disso é que a linguística tem sido fulcral nos modelos sobre os povos Tupi inclusive com a reconstrução de palavras do Proto-Tupi (Lemle, 1971; Rodrigues, 1988, 2005, 2007), demonstrando que a cerâmica estava presente no período da origem do tronco linguístico Tupi. Também já reconstruiu-se nomes de plantas cultivadas e artefatos relacionados ao seu cultivo e processamento. Esses elementos mostraram que o conjunto artefactual cerâmico do Proto-Tupi servia para processar e servir alimentos, já se configurando na matriz cujos elementos foram reproduzidos na longa duração, como é possível confirmar através das fontes arqueológicas, históricas e etnográficas.

Com relação as populações Tupi o conhecimento linguístico oferece uma vantagem aos arqueólogos, permitindo a compreensão do processo histórico que levou às diferenciações das línguas e que resultou nas distintas populações filiadas ao tronco. De um lado os linguistas, mesmo que parcialmente, conseguem oferecer uma visão panorâmica e uma estrutura complexa que articula as línguas em conjuntos que podem ser comparados em diversos aspectos; de outro lado, os arqueólogos conseguem definir certos registros materiais relativos a algumas dessas populações, contudo ainda possuem uma visão panorâmica muito incompleta do mesmo processo histórico, se comparado aos resultados dos linguistas. Vale dizer que os arqueólogos conseguiram verificar apenas algumas partes mais recentes do processo histórico, pois conseguiram dados para definir os conjuntos cerâmicos de poucas áreas. As datações por carbono 14 e TL, mais de 640 para o Brasil, Bolívia, Uruguai e Argentina (capítulo 3), indicam que o horizonte de cinco mil anos inicialmente proposto por Rodrigues (1964) para a origem do Proto-Tupi permanece válido.

Utilizar o conhecimento linguístico para propor uma perspectiva de processo histórico relativo ao tronco Tupi não é novidade, pois Donald Lathrap (1970) estabeleceu parâmetros e proposições pioneiras que ainda são úteis. As ideias de Lathrap foram mais detalhadas e aprofundadas por José Brochado (1984), que foi *capaz de prover quadros orgânicos, mesmo que provisórios, da história pré-colonial* (Funari, Neves e Podgorny, 1999: 1).

Baseio-me nas principais sínteses sobre a origem e diferenciação dos povos tupi, fornecida pelos linguistas, Aryon Rodrigues e colegas, Deni Moore e colegas

por estarem estudando grupos Tupi de áreas diferentes, mas são pesquisas que se complementam e não se excluem. Assim como nos elementos suscitados pela etnobiologia ou da ecologia histórica como os elencados por Balée (2000) e Noelli (1993). O conhecimento ecológico e botânico permite ampliar o conjunto de informações sobre a subsistência e quais plantas são processadas e consumidas, o processamento destas plantas implica na existência de uma série de artefatos que compõe uma parte significativa da cultura material dos povos Tupi. Da mesma forma que as reconstituições de palavras pela linguística a investigação desenvolvida por Willian Balée (2000) abre caminho para verificar a antiguidade do conhecimento tradicional etnobiológico dos falantes da família Tupi-Guarani.

Com relação aos estudos arqueológicos sobre os povos Tupi a maioria dos pesquisadores concordam que as vasilhas cerâmicas são os vestígios mais distintivos, aqueles que podem ser considerados como emblemáticos, que representa a maioria das populações Tupi, salvo aquelas poucas que não produziam cerâmicas (cf. Métraux, 1928; Lathrap, 1970; Brochado, 1984).

Entendo o processo histórico que começa no Proto-Tupi, de acordo com os linguistas, e vem até o presente, como um processo complexo que gerou populações falantes de várias línguas que se espalharam pelo Brasil e alguns países vizinhos da América do Sul. Meu objetivo é gerar um referencial empírico para a pesquisa arqueológica dos povos Tupi; que referencial é esse? Ter uma ideia clara de como são as cerâmicas das populações Tupi que foram parar em museus, ou seja, sobreviveram ao processo de formação do registro arqueológico. Referencial este útil para que os arqueólogos ao irem a campo avaliem como os vestígios apresentam-se, corroborando ou não com os modelos existentes.

O esforço da apresentação deste estado d'arte se justifica também por demonstrar o valor das coleções depositadas em museus, já que o Brasil tem um passivo arqueológico nos museus e instituições que é tão gigantesco quanto desconhecido, e cresce exponencialmente com a arqueologia acadêmica e de contrato que muitas vezes produz pouco sobre os dados para além do campo.

Apesar do ponto fulcral desta tese ter sido a validação/falseamento da hipótese proposta, para iniciar o processo tornou-se necessário demonstrar como entendendo o vínculo entre conjuntos cerâmicos específicos e os povos Tupi. Pois,

apesar de mais de 150 anos de pesquisas que vinculam conjuntos cerâmicos típicos às populações Tupi, ainda nos dias de hoje temos pesquisadores que expressam por meio da anátema tradição Tupiguarani uma dúvida quanto a esta vinculação. Para que ficasse claro tanto para mim quanto para o leitor busquei na construção do capítulo primeiro desta tese trazer como o termo tupi foi aplicado ao longo do tempo tanto em sua associação a povos específicos quanto aos vestígios materiais. O objetivo não foi dizer que só pode existir esta concepção de aplicação do termo, ou que para classificação este é um tipo real, quis deixar claro o que denomino como Tupi e qual sua relação com os conjuntos cerâmicos aqui estudados. Espero que tenha ficado claro que utilizo este termo para me referir a todos os grupos classificados como falantes de línguas vinculadas ao tronco Tupi como este vem sendo classificado por Rodrigues (1964, 1984, 2000) e Rodrigues e Cabral (2001, 2002, 2012). Da mesma forma que as línguas, os conjuntos cerâmicos vinculados a estes povos não são estáticos, mas sim partícipes de uma dinâmica diacrônica e espacial inteligível e factível de ser utilizada em nossa compreensão do processo histórico desenvolvidos por estes povos.

O termo tradição Tupiguarani engessa com tamanha fixidez a cultura material que nega às populações produtoras a possibilidade de história com seus eventos transformacionais, de interação e de continuísmos provisórios. Ao isolar a cultura material como dissociável das demais instâncias culturais inibe a possibilidade de através da arqueologia construir-se encadeamentos de processos relacionados a povos específicos e, portanto, com sua trajetória rastreável e legível.

Após apresentar minha concepção com base no conhecimento anteriormente produzido do que aqui relaciono como sendo tupi, no segundo capítulo desta tese busquei trazer aos leitores os conceitos da arqueologia, linguística e etnohistória como subsídio para o estudo dos povos Tupi. Enredando como estes conceitos já foram aplicados e como aplico nesta tese. A esta construção atribuo boa valoração por serem apresentadas as teorias e métodos que aplico para obtenção dos resultados apresentados nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo apresento os dados coletados e seu processamento, partindo da vasta bibliografia existente sobre populações Tupi, trabalho a apresentação da distribuição dos dados de forma espacial e cronológica. A

discussão sobre a validade estatísticas destes dados se fez muito relevante frente ao descompasso que temos entre as diferentes regiões. A diferença de densidade de sítios constatada na bibliografia não foi apenas atribuída a desigualdade amostral das pesquisas, sugerindo a possibilidade de se poder entender estas diferenças de densidade de sítios por meio de modelos mais complexos de expansão das populações Tupi. As cerâmicas depositadas nas coleções permitiram inicialmente a distinção Guarani e Tupinambá como já apontada por Brochado (1984), mas também a confirmação da existência de outro conjunto de cerâmicas que pode ser associado aos Tupi, igualmente como já apontado por Brochado (1980). Este último com características politéticas já suscitou divisões internas que para a melhoria dos quadros explicativos deve continuar sendo subdividido. Para além das cerâmicas arqueológicas o capítulo também chama atenção para as cerâmicas etnográficas que ainda não receberam a atenção necessária que possibilite a vinculação aos modelos históricos Tupi. Por fim, o capítulo traz uma análise do quadro cronológico disponível sobre os sítios, que para além das críticas aos dados permitiu reflexões sobre métodos, seus usos, densidade de medidas de datações por região e seus reflexos nas hipóteses. De modo geral o capítulo 3 tem de ser entendido como uma introdução, pois ele guarda os dados que dão subsídios as conclusões apresentadas no capítulo 4.

No capítulo 4 dedico-me a demonstrar a existência dos conjuntos cerâmicos Tupi diferenciados por região. Apesar das diferenças serem oriundas de modificações graduais e, portanto, muitas vezes não perceptíveis, fica claro nos quadros apresentados características regionais específicas e que podem ser entendidas como reflexos das diferenças nos povos que as produziram. Estas diferenças tanto podem ser reflexo da separação prolongada das populações e consequentemente diferenças linguísticas, quanto diferenças diacrônicas. Ao individualizar em cinco conjuntos hipotéticos as cerâmicas associadas aos Tupi busquei fazê-lo por regiões, permitindo desta forma o teste empírico visando sua avaliação. A sua individualização também apresenta uma temporalidade relacionada a expansão destas populações marcada inicialmente por vetores, mas que deve ser entendida como multidirecional. Ao apresentar as regiões exponho como seriam as cerâmicas relacionadas aos Tupi previstas de serem encontradas de acordo com cada modelo, em seguida demonstro o que se sabe atualmente sobre estes

artefatos em cada região, para com isto suscitar o debate com os pesquisadores regionais ou instigar pesquisas que visem avaliar estas possibilidades.

Ainda no capítulo 4 construo hipóteses com base nos dados coligidos ao longo desta pesquisa, objetivando cumprir a proposta inicial da tese, ou seja, contribuir com os modelos existente tendo por base os novos dados. Visando cumprir esta tarefa o recurso utilizado foi descrever minimamente o percurso histórico das populações Tupi responsáveis pela produção dos cinco conjuntos cerâmicos definidos, apontando para os dados empíricos que sugerem esta narrativa. A elaboração de hipóteses em regiões ainda carentes de informações são reflexões elaboradas objetivando promover pesquisas futuras que confirmem ou refutem tais hipóteses.

Esta tese foi construída tentando firmar um diálogo entre as diversas disciplinas que tratam dos povos Tupi, para que fosse possível apresentar os dados atuais e avaliar como podem ser utilizados para aperfeiçoar os modelos existente sobre a história Tupi.

CAPÍTULO 1

Tupi: a construção de um termo

*O que significa ser Tupi é
uma questão em aberto.*

Lux Vidal (1984: 4)

A pesquisa arqueológica não se faz com base no passado, mas a partir da relação dialética entre passado/presente e sujeito/objeto, pois a interpretação do passado sempre ocorre em função do presente (Hodder, 1988, 1991, 1992). Atualmente, a Arqueologia é entendida como um modo particular de investigar a relação das pessoas com os seus passados, como uma fonte de crítica e desafio para o presente (Hodder, 1999, 2003; Price & Feinman, 2007). Frente a crise da modernidade, a globalização e a dissolução das identidades nacionais, o “passado” como herança contribui para a construção de identidades e do sentimento de pertencimento aos lugares em face da universalização de costumes em larga escala, desenvolvimento e destruição do meio ambiente (Hodder, 1992; Condori, 1994; Jackson & Smith, 2005).

Desse modo, a Arqueologia se volta constantemente para os estudos antropológicos e etnoarqueológicos visando entender o comportamento humano no presente, e assim, enriquecer e ampliar o conhecimento sobre as pessoas e seu passado (David & Kramer, 2001; Zedeño, 1997, Neves, 2008; Silva, 2000a; 2000b, 2002, 2009, Green et al. 2003). Com base neste raciocínio não é possível vislumbrar um passado para as populações Tupi sem conhecê-las no presente. No entanto, como tupi é uma categoria classificatória que faz referência a etnicidade, filiação linguística, identidades locais e nacionais, ou mesmo filiação a grupos político-sociais específicos torna-se fundamental saber a história do desenvolvimento do termo e dos seus usos, ou seja, o que já se denomina e o que se pode assim

denominar. Desta forma, entender como este termo vem sendo abordado pelos pesquisadores e utilizado pelos próprios povos indígenas.

O termo guarda em si uma ampla gama de perspectivas e definições formuladas, desenvolvidas e fixadas ao longo do tempo. Portanto, o primeiro exercício será apresentar uma digressão do termo tupi¹ ao longo do tempo e dos diversos usos a que se destinou². Para isto parti da análise de algumas bibliografias existentes e que fazem referência a este termo; bibliografias que, segundo Lux Vidal (1984/85: 2), se confundem com a própria história do Brasil.

Ao chegarem à costa do que hoje denominamos Brasil e bacia Paraná-Paraguai os europeus encontraram preponderantemente grupos humanos bem *homogêneos em termos culturais e linguísticos* (Fausto, 1992: 382). Ao descreverem os grupos encontrados os exploradores documentaram nomes de grupos atribuídos de forma direta e indireta. Portanto, temos conhecimento de autodenominações dos grupos aliados, assim como as alcunhas dos grupos vizinhos, quase sempre depreciativas (Edelweiss, 1947: 11). Tupi, Tupina, Tupinambá, Tupiniquim, Caeté, Carijó, Guarani, são alguns dos nomes que compõem essa miríade repleta de variações. Com o tempo os colonizadores utilizavam alguns destes nomes de forma generalizada. Para Edelweiss (idem: 14) *segundo a índole das línguas neo-latinas, nomes e alcunhas, sem distinção alguma passaram a ser usadas como adjetivos*. Parece ter sido esta “vocação” neolatina que leva à primeira generalização dos termos tupi e guarani empregados para nominar diversos grupos com línguas semelhantes, até então denominados por termos específicos.

Segundo Edelweiss (1947), o primeiro relato escrito apresentando termos como generalizações é a carta de Diego Garcia, *Memória de la navegación que hice (...) en el año de 1526*. Neste documento o termo “Guaranies” foi utilizado para se referir aos grupos meridionais, e “Topies” ao mencionar um grupo encontrado em São Vicente. Apesar do grupo, então denominado Guarani, não ter a *projeção dos Carijós* aparentemente a primazia da convivência com os europeus no baixo-Paraná,

¹ Ao longo do texto grafo a palavra tupi iniciada com maiúscula quando se referir aos grupos étnicos e ao tronco linguístico e minúscula quando se referir ao termo utilizado de forma multiconceitual.

² A intenção não foi exaurir o tema, visto a grande gama de fontes e o espaço disponível para esta tese. O objetivo é demonstrar a necessidade de refletir sobre o termo, avaliando o significado adotado para esta tese, considerando a existência de uma diversidade interpretativa entre os que consumirão os resultados que forem alcançados.

portuguesas do sul e sudeste eram uma linha muito vaga, flutuante, representada pelos extremos confinantes entre Tupís e Guaranís (Edelweiss, 1947: 57).

No final do século XVI o termo tupi já estava sendo empregado no sudeste do Brasil de duas formas: uma específica referindo-se ao grupo da região de São Vicente, e outra generalizada designando o *índio da costa falante da língua brasílica* (Navarro, 2005: 12), como se percebe nas obras de Anchieta (Informação do Brasil e de suas Capitanias de 1584; Informação dos Casamentos, s/d; Auto na Aldeia de Guarapirim entre 1589 e 1594). A obra de Simão de Vasconcelos [1663] corrobora com esta proposição sobre a generalização do termo tupi para designar vários grupos falantes da “língua brasílica”: *de Tupy (que dizem ser o d’onde procede a gente de todo o Brasil) humas nações tomarão o nome de Tupynambás, outras de Tupynaquis, outras de Tupygoaés, e outras Tomiminós* (Vasconcelos, 1865: LXXXIX).

Para Edelweiss (1947) a fixação da denominação genérica (guarani e tupi) ocorre pela oposição política e geográfica entre possessões espanholas e portuguesas. Em seu *conceito político-geográfico dos dois gentílicos* analisa como foi fundamental para a constituição da dualidade entre Tupi (língua e grupo) e Guarani (língua e grupo) a necessidade que os espanhóis tinham em definir e categorizar seus aliados em relação aos inimigos. Desta forma, busca explicar como a miríade de denominações diretas e indiretas foi substituída por apenas dois denominativos, amplamente utilizados para se falar de grupos diversos. Ou seja, tais denominações têm em si mais relação com a distribuição geográfica destes povos e sua relação política com os colonizadores, durante o século XVI, do que propriamente com suas características étnicas de autoafirmação.

Aparentemente as denominações genéricas tupi e guarani até o século XIX foram mais comuns no sul-sudeste do Brasil e países da Bacia Platina, enquanto na região setentrional do Brasil continuaram a ser chamados por seus denominativos específicos (Caeté, Tobajara, Tupinambá, Potiguara, etc.) como fica claro nas obras de Sebastião da Rocha Pitta (1730) e no Diário da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1788). Como veremos adiante, apenas com os processos de

afirmação de uma nacionalidade, que marcam o segundo império, é que o termo tupi ganhará aceção mais genérica no Brasil³.

O termo tupi já se torna tão genérico nos textos dos cronistas dos séculos XVI

Fig. 2: Alencar, 1857. O Guarani

e XVII que José de Alencar acrescenta uma nota na primeira parte de sua obra “O Guarani” (Fig. 2), para justificar o nome escolhido:

Guarany - O titulo que damos a es'e romance significa o indígena brasileiro. Na occasião da descoberta, o Brasil era povoado por nações pertencentes a uma grande raça, que conquistara o paiz havia muito tempo, e expulsára os dominadores. Os chronistas ordinariamente designavão esta raça pelo nome—Tupi; mas esta denominação não era usada senão por algumas nações. Entendemos que a melhor designação que se lhe podia dar era a da lingua geral que fallavão, e que naturalmente lembrava o nome primitivo da grande nação, antes de sua divisão (Alencar, 1857: 171).

Desde os primórdios da colonização europeia no Brasil, que as populações falantes de línguas “tupi” e “guarani” foram de fundamental relevância. Relevância justificada pela primazia do contato, já que estas populações ocupavam praticamente toda a costa no período inicial da colonização. Além do componente geográfico, o político foi de grande importância, haja vista que os colonizadores firmaram aliança com os povos tupi, assegurando alimentação, troca de conhecimento sobre a nova terra e, segurança na defesa contra os grupos não tupi. A forma degradante de tratamento dada pelos colonizadores transformou esta paz e colaboracionismo em um estado político de guerra. Os Tupi foram estrategicamente utilizados pelos portugueses, franceses e holandeses no processo de conquista e afirmação de domínio nas terras do leste da América do Sul.

Toda esta interação com os europeus e relevância político-geográfica levou a produção de um grande número de relatos de cronistas, governantes, religiosos, bandeirantes entre outros, que se dedicaram a escrever sobre estes povos. Estes

³ Apresento neste levantamento as pesquisas feitas essencialmente em textos relativos às discussões ocorridas no sudeste do Brasil e posteriormente propaladas para o restante do país. Sabemos que nos países platinos, e nos estados do sul e centro-oeste brasileiro o termo guarani guarda maior força expressiva do que tupi até os dias atuais, devido principalmente ao grande contingente populacional desta etnia no Paraguai, na Argentina e em áreas limítrofes do Mato Grosso do Sul.

relatos estão repletos de informações importantes, no entanto, tem-se que analisá-los com olhos críticos, percebendo-os como fruto de uma demanda histórica que moveu seus redatores a criá-los (Oliveira Filho, 1987; Fausto, 1992).

Tendo em vista as relações desenvolvidas entre os colonizadores e os indígenas, foi imediata a necessidade de se aprender a língua nativa, que rapidamente ganhou *status* de língua oficial na *terra brasilis*. Passando a ser amplamente utilizada na catequização dos indígenas, foi estudada com afinco pelos religiosos, originando ainda nos séculos XVI e XVII diversos vocabulários e obras transcritas em tupinambá e guarani. Já na segunda metade do século XVII tem-se a simbiose entre o português e o denominado “tupi antigo” (mais semelhante ao dialeto falado pelos Tupi de São Vicente) denominada de “língua geral” (Navarro, 2005: 13), termo já empregado em períodos anteriores para se referir a língua tupinambá. O uso da “língua geral” foi amplamente difundido até sua proibição pelo Marques de Pombal em 1759.

Os relatos seiscentistas e setecentistas sobre os povos de línguas tupinambá e guarani iniciaram uma longa tradição de associação entre estas línguas e o modo de vida, a cultura material e a distribuição geográfica destes povos. A partir da ampla divulgação destas obras na Europa, diversas teorias e filosofias foram desenvolvidas tomando-as como referência (Rousseau, Locke, Robbes),

Como Certeau constata a respeito da estrutura do relato de Jean de Léry, sua “lição de escrita” – ligada a tradição medieval de utopias e expectativas nas quais se teria sucessivamente inscrita a figura do “bom selvagem” – “transforma a viagem em um ciclo. Traz de là-bas, como objeto literário, o selvagem que permite retornar ao ponto de partida. (...) E, mesmo que a palavra tupi represente algo que escapa ao texto, esta “ausência de sentido” convida a um “retorno ao Ocidente e à escrita, aos quais o presente desta confirmação é trazido dos longínquos litorais tupi; retorno ao texto cristão e francês” (...) (Agnolin, 2005: 68).

Durante séculos essa bibliografia alimentou a curiosidade dos pesquisadores e naturalistas do velho e novo mundo. No final do século XVIII o termo tupi já aparece em obras com seu significado genérico firmado, e o povo “tupi” (associado apenas a parcela setentrional, diga-se Tupinambá) já começa a nutrir as mentes de escritores como Santa Rita Durão, considerado um dos precursores do Indianismo

brasileiro por meio de seu Caramuru (1781). Inicia-se aí uma longa tradição de idealização de um povo *selvagem*, que ora apresenta características do *homem naturalmente bom* de Rousseau, ou do *homem naturalmente mal* de Robbes; *é a época em que está mais viva a especulação sobre o significado dessa nova humanidade, a um tempo inocente e antropófaga* (Carneiro da Cunha, 1992: 20). Inicia-se também o uso do termo tupi para se referir às populações de língua tupinambá que ocuparam a costa do Brasil do Paraná até a foz do Amazonas, numa forma resumida do termo *tupi da costa*, ainda utilizados por muitos até hoje em contraposição aos Guaraní e aos Tupi Amazônicos.

A idealização do indígena é reforçada já na primeira década do século XIX com a instalação da corte portuguesa em terras brasileiras. Como foi ressaltado por Sérgio Buarque de Holanda (1983: 12), o ano de 1808 pode ser considerado como o novo descobrimento do Brasil. As luzes iluministas que bruxulearam com as viagens filosóficas no final do XVIII realmente se instalam com a proposta de conhecer o território, a natureza e o povo da nova sede do império português. Dentro das duas décadas seguintes diversos viajantes naturalistas desembarcam no Brasil (alemães, russos, franceses, ingleses, suíços, etc.) percorreram o sertão, coletando dados sobre a natureza e, por conseguinte sobre os indígenas considerados então parte da natureza. Neste período os viajantes estabeleceram contato com grupos indígenas diferentes dos Tupi descritos pelos cronistas. Os Tapuias, já amplamente famigerados desde os primeiros desembarques coloniais, ainda são denominados por esta alcunha neste período, mantendo a fama de bravios, desordeiros e incivilizáveis. Fica evidente, nos textos descritivos das viagens dos naturalistas oitocentistas, a decepção por não encontrarem o já idílico povo descrito pelos viajantes e religiosos precedentes. Inicia-se, portanto, uma tradição que se tornará mais potente com o passar do século, expressada na assertiva da existência de um índio bom, genericamente tupi (ou guaraní), *convenientemente morto*, que logo se torna símbolo de nacionalidade (Carneiro da Cunha, 1992: 20), em contraposição a um índio vivo, não Tupi, tornando-se o objeto da incipiente antropologia.

Na década de 1820, com a independência, tem-se o período político mais marcado pelo nacionalismo exacerbado, apresentando franca polarização entre os partidos *português* e *brasileiro*, divididos entre os nacionalistas *moderados* e *exaltados* (Fonseca, 2004). As influências iluministas levaram ao desenvolvimento

de estudos e teorias enaltecidas das características nacionais. Assim vemos nascerem prosas, versos, pinturas, músicas, ou seja, toda uma cultura pró-nacionalista firmada em novas ciências como a Antropologia, Etnologia, Arqueologia e Linguística, que por sua vez permearam e subsidiaram a idealização de uma nação, dando subsídios ao romantismo na literatura (Ferreira, 2007: 25). Temos como exemplo inaugural da política indigenista do império o texto de José Bonifácio de Andrade, submetido em 1923 a Assembleia Constituinte, onde expõe a necessidade de montar um sistema de colonização fundamentado em um conhecimento científico sobre os indígenas:

Seu texto não apenas defende a noção de perfectibilidade indígena, como também lança mão de conhecimentos em Arqueologia, Lingüística e em Antropologia Física. (...) de outro lado, argumenta que, do ponto vista arqueológico, os indígenas do “Brasil” seriam uma mescla de asiáticos e povos autóctones (Bonifácio: 2000 [1823], 64). A língua Tupi, por sua vez, singularmente rica e sonora, no seu mecanismo geral pareceria provir de uma antiga civilização (Bonifácio, 2000 [1823] apud Ferreira, 2007: 15).

Desta forma, vê-se em um documento oficial o papel que deveria ser ocupado pelos chamados Tupi na exaltação da nacionalidade, isto apresentado em meio a um forte debate, que visava à formação da nação por meio da exaltação do nacionalismo. Os Tupi são vistos como o único indicativo de uma civilização preexistente em território nacional. Ou seja, seriam algo de orgulho e apoio as pesquisas que visassem à construção de um passado heroico e “quase clássico”. Nas décadas que se seguem dá-se início a uma série de estudos sobre a língua tupi (movimento que se espalha por todo o país, mantendo-se forte até meados do século XX), originando vários dicionários, vocabulários, gramáticas e artes da língua,

A língua tupi é desse modo um caso exemplar dessa transformação: a palavra selvagem é convertida e escriturada pelo esforço de catequese dos jesuítas, e retomada posteriormente na literatura e nos estudos etnográficos do século XIX. Assim, considero estas categorias fundamentais para a análise das concepções oitocentistas sobre a língua tupi, onde a busca da oralidade “perdida” é convertida em uma operação etnográfica, mas também retórico-literária: é através da língua tupi, que a originalidade e a natureza da América são representadas (Pereira, 2010: 7).

Talvez resida aí o primeiro grande impulso para o desenvolvimento local das ciências ligadas ao estudo do homem (Antropologia, Arqueologia, Etnografia, Linguística, Filologia), já que estas ciências forneceriam a *matéria-prima para a composição de uma grandiosa rapsódia, um poema em prosa documental capaz de brindar o Império com um épico nacionalista* (Ferreira, 2007: 69). Pelo menos para a Arqueologia este foi seu *début* no Brasil, sua institucionalização se dá vocalizando identidades nacionais (idem, ibidem).

Com a grande euforia nacionalista, se desenvolve um novo programa literário sendo considerada sua obra inaugural o *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil* publicado por Gonçalves de Magalhães em 1836, donde vemos que:

Para além das teorizações iluministas sobre a origem dos povos e da sociedade, representadas principalmente pelo Bom Selvagem de Rousseau, convencionou-se a partir do início do século XIX que a literatura deveria buscar um princípio de diferença, para delinear seu caráter nacional e encontrar a verdadeira representação do espírito de seu povo (Pereira, 2010: 4).

Em 1836 são publicados os dois únicos números da revista *Niterói*, considerada um marco do romantismo brasileiro. Tendo por lema *Tudo pelo Brasil e para o Brasil* os organizadores da publicação primavam pela exaltação das originalidades nacionais

No título, Niterói, ficava evidente o programa nativista, anunciado já no primeiro número por Domingos José Gonçalves Magalhães (1811-88), que seria, em futuro próximo, um dos protegidos do Imperador. O nome fora descoberto na narração do francês Thevet, viajante do século XVI e tencionava indicar aos brasileiros a fonte de inspiração da nova literatura: a cultura indígena (Schwarcz, 1998: 129).

Para este período têm-se as pesquisas de Karl F. Ph. von Martius apresentadas em 1938 em conferência intitulada *O passado e futuro da humanidade americana*. Ele propõe a ideia de língua tronco, de onde derivariam todas as demais, assim como propôs a existência de um centro de origem dos Tupi (Noelli, 1996, Ferreira & Noelli, 2009). Neste trabalho, von Martius, pela primeira vez deixa clara a concepção que existiria uma unidade linguística para os Tupi (Noelli, 2008: 22), já se referindo aqui tanto aos Tupi da costa, quanto aos Tupi do interior e aos Guaraní. Por suas proposições, apesar das línguas terem se modificado e se subdividido historicamente, *poderiam ser reconstruídas em suas formas originais* (Ferreira &

Noelli, 2009: 72). De 1838 até seu clássico livro *Contribuição à Etnografia e à Linguística Americanas* de 1867, desenvolve e mantém teorias e hipóteses que embasaram a linguística indígena no Brasil do século XIX. Inicia uma tradição de sistematização das línguas e dialetos em unidade cada vez menores, buscando reduzir a *inumerável multidão de idiomas e dialetos, (...) à certas linguagens principais e quase fundamentais* (Martius, 1867: xiv apud Ferreira & Noelli, 2009). Deste modo, o trabalho de Martius concilia pesquisas etnográficas e linguísticas com relevância arqueológica, objetivando fins nacionalistas. Os estudos de von Martius levaram-no a concluir sobre a existência de uma grande civilização na América em tempos imemoriais, sendo os povos Tupi um de seus indícios. Sobre a influência do conceito degeneracionista que impregnava o Velho Mundo em relação ao Novo, Martius concluiu que este processo teria levado a situação considerada decadente em que se encontravam os povos indígenas americanos. Considerava os grupos indígenas como as *ruínas de povos* que teriam sido anteriormente.

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, há a congregação da elite econômica e literária carioca (Schwarcz, 1998: 126) em prol do desenvolvimento da *cultura nacionalista*. Tornando-se a instituição científica mais forte do Império com amplo apoio e participação do imperador. Em 1845, Martius vence o concurso do IHGB com sua tese *Como se deve escrever a História do Brasil* onde promulga a ideia da formação do povo brasileiro a partir das três “*raças*”: brancos, negros e índios. Com esta obra realiza pela primeira vez um grande compêndio sobre populações Tupi, tratando de assuntos como origem, rotas de migração e se posiciona a favor da teoria degeneracionista. Para ele os Tupi seriam uma evidência de uma antiga civilização na América, contudo *em virtude da miscigenação com raças bárbaras e da exposição tropical, degeneraram* (Noelli & Ferreira, 2007: 1243). As teorias lançadas por Martius sobre os Tupi influenciaram pesquisadores até o final da década de 1950 (Noelli, 1996: 29).

Na contramão do movimento do romantismo em relação ao indígena está uma corrente bem representada por Adolfo Varnhagen (1854), com sua *História Geral do Brasil* (Turin, 2010). Nesta obra vê-se claramente a opinião de que o selvagem pouco contribuiu para a formação do Brasil, sendo considerado incivilizável, e que o papel que ocuparia no modelo de civilização que se implementava seria insignificante. Apesar dessa concepção sobre os indígenas,

percebe-se que está se referindo ao índio vivo naquele momento histórico, e não ao “Tupi clássico”, sobre o qual menciona:

Assim são os Tupis os Jazões de nossa mythologia, são os Fenícios da nossa história antiga, são os nossos invasores normandos em tempos bárbaros. A conquista, que effectuaram de toda a costa do Brazil, a deveram seguramente, como levamos dito, à superioridade da sua marinha, ou canoas de guerra (Varnhagen, 1854: 106).

Varnhagen utiliza o termo tupi para se referir tanto aos Tupi da Costa quanto aos Guarani, considerando estes últimos como uma parcela do todo a que denomina

Fig. 3: Lessa, 1945

tupi. Desta forma, deixa bem claro que para este período, pelo menos para os membros do IHGB, o termo tupi engloba mais do que apenas as populações que viviam na costa nos primeiros anos de colonização. Fica clara também a franca associação a vestígios arqueológicos associados aos Tupi. Já neste momento vê-se que vasilhames cerâmicos com morfologias específicas *de côr castanha e com pinturas de arabescos e pontinhos* (Varnhagen, 1854: 122-123), encontrados pelo país são associados a estes povos (Fig. 3). Esta seria uma das primeiras associações claras entre cerâmicas com morfologias específicas e pinturas a grupos de língua tupi já extintos (Corrêa, 2009: 13). Contudo, essa associação parece em diversos dos estudos “etnográficos” como os de Martius e de Gonçalves Dias, onde a leitura dos cronistas seiscentistas já aproximam as cerâmicas com pinturas dos povos de língua tupi.

Em posição oposta a Varnhagen⁴ tem-se outro partícipe do IHGB, Gonçalves Magalhães que a pedido do imperador realiza uma grande pesquisa “etnográfica” sobre os Tupi, que finda por resultar em sua obra *A Confederação dos Tamoios*, publicada em 1856, teria sido aguardada como o *grande documento de demonstração de “validade nacional” do tema indígena* (Schwarcz, 1998: 132).

⁴ Incluindo críticas textuais a posição de Varnhagen apresentadas por Magalhães em seu texto de 1860, “O indígena perante a História”.

Retomando máximas iluministas, Magalhães utiliza “o bom selvagem” de Rousseau para dar origem ao *que deveria ser o maior épico nacional centrado na figura dos heróis indígenas, com seus atos de bravura e seus gestos de sacrifício* (idem, ibidem). Gonçalves Dias, considerado um dos grandes expoentes do romantismo traz para a poesia a temática indigenista. Segundo Schwarcz (1998: 135), seu poema mais consagrado, *I-Juca-Pirama* (1851), expõe um *modelo de canibalismo heróico*, o índio Tupi aparece como exemplo de pureza e como modelo de honra a ser seguido, onde o guerreiro que se deixa sacrificar em honra aos seus, passa a simbolizar o sacrifício pela nação que se queria construir:

Diante de perdas tão fundamentais - o sacrifício em nome da nação e o sacrifício entre os seus, - surgia a representação idealizada, cujas qualidades eram destacadas na construção de um grande país. Entre a literatura e a realidade, a verdadeira história nacional e a ficção, os limites pareciam tênues. No caso, a história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, “selecionava origens” para a nova nação (Schwarcz, 1998: 136).

A obra literária de Gonçalves Dias tem grande aproximação com sua produção etnográfica e linguística, e ao mesmo tempo com a produção letrada que se refere à língua tupi. Em Gonçalves Dias a língua tupi aparentemente assumiu a função de vestígio, como uma fonte para interpretações histórico-etnográficas (Pereira, 2010: 2 e 7).

Na década de 1850 entra em cena José de Alencar, tecendo pesadas críticas à obra de Magalhães, afirmando que os indígenas da obra deste autor poderiam figurar em qualquer romance árabe, chinês ou europeu (Schwarcz, 1998: 134)⁵. Para Alencar o texto de Magalhães era vazio de conteúdo etnográfico, não representava um povo em específico. Quase como resposta, Alencar começa a publicar em partes *O Guarani* no Diário do Rio de Janeiro entre janeiro e abril de 1857. O autor nesta obra *pretendia representar o indígena brasileiro em seus primeiros contatos “em um momento de vigor e não degenerado como se tornou depois”* (idem, ibidem: 137). Neste período a língua tupi ganha relevo,

⁵ As críticas de Alencar desagradaram ao imperador, que de próprio punho publicou a favor de Magalhães em jornal valendo-se como Alencar de um codinome (Schwarcz, 1998: 12).

A importância retórica da língua tupi na produção literária oitocentista é outro ponto sensível: na polêmica sobre A Confederação dos Tamoyos, estão expostas noções sobre a necessidade do uso da língua dos nativos na literatura nacional e uma crítica ao lusitanismo (CASTELLO, 1953), propostas por José de Alencar e levadas a cabo em sua obra indianista, principalmente Iracema (1865), que deu origem inclusive a uma polêmica a respeito da língua “brasileira” na segunda metade dos oitocentos (Pereira, 2010: 3).

Fig. 4: Iracema - Quadro de Medeiros, 1881

Ao publicar, em 1865, *Iracema* (anagrama de América), Alencar completa suas proposições de realizar uma *simbiose luso-tupi*, onde a fundamentação para um futuro grandioso deveria ter uma base oriunda da *comunhão do melhor índio com o melhor português* (Figueiredo, 2000: 97). Em seus escritos Alencar confessa seu desejo de fazer *poesia com a transposição da língua indígena*, e que *Iracema seria uma experiência em prosa* (Leite, 1992: 229), discutindo uma transformação da língua portuguesa no Brasil (Leite, 1992; Silveira, 2007; Campos, 1990). Seu projeto era fundar uma língua literária nacional, oriunda da fusão do português com o tupi, de forma ampla, englobar tanto sintaxe quanto temática (Silveira, 2007).

Pesadas foram as críticas sobre o intento de mudar a linguagem literária do português clássico para uma mescla com a língua “selvagem”, tanto no Brasil quanto em Portugal. Contudo, estas críticas a Alencar já vêm na esteira de um novo movimento literário que sucede o romantismo. Com a década de 1870 inicia-se o movimento Realista/Naturista que nega os preceitos do romantismo. Na literatura, aos poucos, vai se perdendo espaço a imaginação e o simbolismo, enquanto a retórica cientificista fica cada vez mais presente. A missão dos poetas deixa de ser fundar uma nacionalidade, passando a fornecer uma *explicação científica ao atraso brasileiro, tendo sempre os padrões de desenvolvimento externos como parâmetro para sua crítica* (Silveira, 2007: 134). O índio e o negro deixam de ser encarados

como símbolos de virtude guerreira por meio de seus mitos e lendas, para serem analisados como parte da composição étnica do povo brasileiro (idem, ibidem: 136).

Com os estudos linguísticos e “etnográficos” realizados pelos romancistas fica claro que sob a denominação tupi passam a serem enquadrados todos os povos que utilizam vocábulos registrados nos inúmeros vocabulários, dicionários e estudos linguísticos do período. Se o termo já estava bem cunhado antes deste período, sem dúvidas, foram Gonçalves Dias e José de Alencar os principais responsáveis por sua disseminação e consolidação. Ficando a cargo das gerações que lhes sucederam definirem cientificamente quem são os povos que utilizavam tal língua.

Além disso, a necessidade de embasamento para as obras literárias levou a uma grande diversidade de pesquisas, configurando os primeiros viços de ciências hoje tão caras ao entendimento das populações indígenas,

a Arqueologia (e a Etnografia) permearam a literatura desde o romantismo. Que se pense, por exemplo, em José Alencar (1829-1877), cujos romances Iracema (s/d [1865]) e Ubirajara (s/d [1874]) resultaram de extensas pesquisas arqueológicas e etnográficas. Do mesmo modo, Gonçalves Dias fazia carpintaria literária com suas pesquisas arqueológicas e etnográficas (Ferreira, 2007: 25).

As últimas décadas do século XIX foram de negação ao ideário romântico. Porém, seus sucessores não negam os proventos das pesquisas de cunho arqueológico, linguístico e, etnográfico e que foram amplamente utilizadas para o desenvolvimento de novas teorias. Apesar de vários autores posteriores ao romantismo criticarem a já denominada *tupimania*, muitos estudos continuaram a fazer associações dos Tupi como um índio mais “evoluído” e portanto, associando os vestígios arqueológicos mais altivos com estes grupos.

Pari passu com as transformações que ocorrem na literatura, as ciências acompanharam o movimento buscando argumentos e comprovações com base em estudos científicos. Este é um movimento internacional, em que fortes conexões se estabelecem entre os intelectuais brasileiros e estrangeiros (Silveira, 2007: 133). O Visconde de Taunay publica em 1874, *Irecê* e *Guaná*, entendidas como uma resposta cientificista à *Iracema*. Tem-se em 1876 a publicação de *O Selvagem* do General Couto de Magalhães, caracterizado como um estudo etnográfico de indígenas brasileiros (Silveira, 2007: 143). A obra de Couto Magalhães retornava as

máximas colonizadoras de *conhecer o índio para colonizar*, substituindo o *padre pelo soldado e a redução jesuítica pela colônia militar* (idem, ibidem: 147). Neste mesmo ano de 1876 publica-se *Ensaio de Sciencia por diversos amadores*, com trabalhos de Barbosa Rodrigues, Batista Caetano e o Barão de Capanema. Batista Caetano, assim como Couto Magalhães, foi um dos principais representantes do IHGB a adotarem os paradigmas propostos por Martius (Ferreira & Noelli, 2009). Batista Caetano (1876) apresenta um estudo detalhado onde defende a redução entre o Tupi e o Guarani, por acreditar que se tratariam da mesma língua, portanto, não havendo motivos para denominações diferenciadas, optando por reuni-las sob a denominação de *Abañeênga*.

Expoente partícipe deste período foi Barbosa Rodrigues, que de 1875 a 1899 assumiu uma linha de pesquisa influenciada por von Martius, primando pela sistemática ou classificação científica. Em suas pesquisas sustentou a teoria de que a língua tupi seria a matriz da maioria das línguas indígenas faladas no Brasil. Esta abordagem definiu seu método de ordenar e interpretar os vestígios arqueológicos. A tentativa de rastrear os significados nativos dos artefatos etnográficos e arqueológicos encaminhou-o a analogia, abrindo *caminho para estabelecer a taxonomia nativa do registro arqueológico* (Ferreira & Noelli, 2009: 77).

A década de 1870 é considerada um marco intelectual no país, *um bando de ideias novas*, como se referiu Sílvio Romero (1986 [1900]), vieram modificar os costumes, padrões e visões. O debate com o romantismo trouxe os paradigmas evolucionista, positivistas e naturalistas (Schwarcz, 1998), demarcando uma nova perspectiva em relação a cultura nacional e a produção cultural internacional.

As últimas décadas do século XIX apresentaram o que se pode chamar de institucionalização do conhecimento, representadas pela congregação de pesquisadores e objetos de pesquisa em instituições. Exemplo disso são os museus Nacional, Paulista e Paraense Emílio Goeldi,

A importância dos museus, nessa época, se deve ao papel relevante que cumpriram no incentivo de estudos e pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país, bem como na personificação de um certo ideal de cientificidade e objetividade, muito valorizado naquele momento em especial (Bueno & Machado, 2003).

É exatamente nestas instituições, por meio de importantes personagens, que há um grande avanço na produção científica nacional. Apesar de uma redução de trabalhos com foco em populações Tupi, devido a busca por um distanciamento da temática romântica, vê-se que na maioria dos trabalhos, pelo menos perifericamente, estas populações sempre aparecem.

O evolucionismo foi amplamente encampado, buscava-se analisar e descrever precisamente os objetos das coleções etnográficas e arqueológicas dos

Fig. 5: Cerâmicas Tupi - Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1885

museus e, oferecer medidas craniológicas precisas dos esqueletos (Bueno & Machado, 2003). Tais preceitos ficam claros nas publicações dos Arquivos do Museu Nacional da década de 1880. Nesta publicação, no ano de 1885, temos um verdadeiro compêndio do *status* da Arqueologia, Antropologia física e até mesmo da Etnologia do período, já que este foi consagrado à *Exposição Anthropologica Brasileira* de 1882. Nos trabalhos de Ladislau Netto e Charles Hartt vemos a questão do uso da terminologia tupi no período. Para estes autores dentre as *raças* de povos nativos que ocupam as Américas temos uma *raça Tupi* que apresenta uma série de elementos unificadores, o principal deles é o uso de uma língua comum. Hartt chega mesmo a subdividir essa língua, denominando uma parcela de *família tupi-guarany*, o que chama atenção, pois este termo só vai ser claramente definido com os trabalhos do etnógrafo Karl von den Steinen (1886: 353)⁶. Hartt se preocupa

⁶ O que chama atenção é von den Steinen ser considerado o criador deste termo (Edelweiss, 1947; Noelli, 1996) tendo em vista que vemos claramente que o mesmo já está em uso um ano antes da publicação deste autor.

inclusive em apresentar uma discussão sobre o porquê de se utilizar o termo tupi para definir a totalidade dos povos que utilizavam esta língua:

Os primeiros chronistas do Brazil não usaram a palavra Tupí. Deram nomes ás diferentes tribus, mas não á raça que hoje conhecemos pelo nome Tupí. (...) A mim parece claro que a palavra Tupí applicada á raça tupica originou-se da maneira seguinte: Muitos nomes pelos quaes as diferentes tribus eram conhecidas dos portuguezes, principiaram em Tupí ou alguma cousa semelhante. Quando os colonos europeus reconheceram a identidade de raça das tribus que fallavam a língua geral, deixaram as terminações – nambá, -inquim, -uaé, etc., como supérfluas, e o nome Tupi foi adoptado (Hartt, 1885: 172-173).

Ao lermos os trabalhos de Hartt e Ladislau Netto percebe-se como durante o século seguinte será definida a associação entre um conjunto de cerâmicas arqueológicas e os povos Tupi (Fig.5). Pois, fica clara a associação de um determinado conjunto de vasilhames com morfologias determinadas e pintura típica a estas populações. Como foi mostrado acima, esta associação já fora feita anteriormente por Varnhagen (1854), mas só foi encorpar e ganhar repercussão no final do século XIX. Inclusive em Ladislau Netto (1885: 412-413), já há uma associação entre as cerâmicas da foz do Amazonas com as cerâmicas atribuídas aos Tupi do Rio de Janeiro (fig. 5).

Rodrigues Peixoto (1885) se propõe através da craniometria a definir melhor as *nações brasileiras*. Já que as classificações anteriores, feitas com base na Linguística, não teriam para ele *rigor científico*. Portanto, chama para si a responsabilidade de uma correta classificação, ao anunciar possuir os dados de uma verdadeira *sciencia*, este autor confirma a existência de uma *raça tupy*:

Pelos caracteres descriptivos e pelos dados craniorametricos, os craneos do Sul approximam-se dos craneos do Norte, e não duvidaremos em dar-lhes a mesma denominação de raça Tupy (Peixoto, 1885: 252-253).

Portanto, já neste período temos claro para os pesquisadores ligados ao Museu Nacional a definição do que poderia se chamar de “raça” Tupi. Mesmo que perceba-se em seus textos uma falta de rigor no emprego de terminologia, já que ora falam em tupi ora guarani, para alguns tupi-guarani, para outros guarano-tupi ou

ainda brasilo-guarani e assim sucessivamente. Contudo, temos que perceber que já há uma concordância a respeito da existência de uma unidade que já se denomina como *ethnica*.

Logicamente não quero dizer que é *ponto pacífico*, que a partir deste momento todos terão claro uma unidade tupi. Com certeza permaneceram as discordâncias, sobretudo com os pesquisadores de outras instituições. Até os dias atuais, a pesar da grande e eficiente máquina de comunicação, não há concordância nas formas e usos do termo tupi. O que quero ressaltar é que nas publicações do Museu Nacional no final do XIX, temos um exemplo do termo tupi já utilizado para definir grupos humanos que apresentam língua, cultura material e características físicas e sociais semelhantes. Desta forma, poderia ter servido de base ou modelo para as demais classificações que surgiram.

Exemplo claro de uma classificação ainda diversa são os textos dos primeiros volumes da Revista do Museu Paulista, onde von Ihering (1895) continua utilizando tanto Guarani quanto Tupi para falar de uma totalidade de povos. O conceito ainda é tão pouco definido que em um mesmo texto Ihering dá a entender que os Guarani ocupam do sul até o norte da Amazônia, enquanto os Tupi seriam as populações que ocuparam apenas a costa no momento do descobrimento do Brasil, ao mesmo tempo que menciona os Guarani como representantes meridionais do grupo *dos Tupys* (Ihering, 1895: 104).

Fica claro nos textos deste período, e que permanece até hoje, que quando quem escreve pertence a correntes mais meridionais da América do Sul irá falar da totalidade denominando-a Guarani, enquanto os pesquisadores do sudeste do Brasil trataram como Tupi. Percebe-se que a situação político-geográfica ainda se mantém muito forte. Exemplo dessa diferenciação político-geográfica na denominação é a obra de Bertoni (1914), em que o autor argumenta pela existência de uma *nacion guarani*,

que interesó a la mayor parte de este continente, desde la pampa argentina hasta las Antilhas y la Florida, com difusiones hasta Centro América; y de um “Pueblo Guarani”, em sentido menos lato, que inclina a todos los pueblos de Sud América que hablaban el mismo idioma (Bertoni, 1914: 35).

Bertoni (1914: 47) chega mesmo a avaliar como errônea a proposta de Martius de denominar estas populações como Tupi. Na transição do século XIX para o XX temos a definição de uma situação, que perdurará por mais de cinquenta anos, em relação ao uso do termo tupi para definir populações falantes de um idioma comum. Ou seja, uma parcela dos pesquisadores se filia as definições do sudeste do Brasil, que utilizam o vocábulo tupi, enquanto outro conjunto de pesquisadores opta por guarani, aproximando-se dos pensadores meridionais. E logicamente, temos de apontar pesquisadores que empregam o termo de forma indistinta, chamando a mesma coisa ora por um nome ora por outro.

É quando se percebe toda a influência e força de um colonialismo interno, amplamente perceptível nas pesquisas arqueológicas e etnográficas desenvolvidas no final do século XIX (Ferreira, 2007: 18). O conjunto de análises das populações indígenas que existiam naquele momento, interpretadas e reinterpretadas pela Arqueologia, permitiram classificá-las em escalas de desenvolvimento evolutivo, como *primitivas* ou mais *civilizadas*, definindo-as como *inimigos*, que precisariam ser *regenerados* ou administrados para integrarem-se à população brasileira (Ferreira, 2007: 20). Portanto, encaixando-se dentro de políticas tanto de integração para alguns povos, como servindo de justificativa para o extermínio de outros (mais informações sobre o colonialismo na arqueologia no Brasil vide Ferreira, 2007).

Sob os auspícios desse colonialismo interno temos, por exemplo, as discussões ocorridas na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo no final do XIX, onde percebe-se um forte componente político nas discussões sobre a dicotomia Tupi/Tapuia concorrentes para a definição de uma identidade paulista. Segundo Monteiro (2001: 182), a discussão publicada nesta revista no período inicial da República se *propunha a reescrever a história do Brasil através de uma ótica paulista*. O binômio Tupi/Tapuia desde os primeiros cronistas representava manso/bravio, policiado/bárbaro ou civilizado/selvagem (Monteiro, 2001: 8), sendo reivindicado pela elite paulista um passado *glorioso* ligado aos Tupi, enquanto os Tapuias seriam relegados e plenamente justificada sua expulsão ou extermínio, vide o caso Kaingang para este período (Monteiro, 2001). Ao se referir as primeiras décadas da República John Monteiro afirma que

Durante este período, duas polêmicas – uma sobre o passado e outro sobre o futuro dos índios – obrigaram intelectuais e estadistas a

repensarem suas posturas teóricas e políticas sobre as questões da raça, da nacionalidade e do papel de São Paulo na República. Com certeza, o apelo ao passado indígena abria sugestivas possibilidades de reinterpretação da história de São Paulo, mas também proporcionava parâmetros para uma determinada tendência do indigenismo que, de uma vez, idealizava o Tupi – sobretudo o da época da conquista – e condenava o Tapuia (Monteiro, 2001: 191-192).

Portanto, de 1870 a 1920 apesar de termos uma negação ao ideal romântico indigenista na literatura, que influenciou de certo modo as ciências do período, vemos na verdade uma multiplicação da temática relativa aos Tupi no período. O próprio von Ihering (1911: 118) denuncia o constante retorno ao indigenismo romântico quando critica a obra de Sílvio Tibiriçá de Almeida. Mais uma vez temos com estas discussões o reforço dos intelectuais do sudeste brasileiro na confirmação do termo tupi para se referir a estas populações.

Apesar de Martius ter cumprido papel fundamental no lançamento dos estudos sistemáticos sobre línguas e culturas indígenas, sobre Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich recaem o mérito de proporem pela primeira vez um *esquema classificatório* para o então emaranhado de línguas e culturas indígenas. Trabalho realizado a partir do levantamento e análise criteriosa *de vocabulários e textos para a determinação do parentesco de culturas. Isto é, puseram a linguística a serviço da etnologia* (Schaden, 1993: 112). Tais trabalhos tiveram suas publicações nas décadas de 1880 e 90, após a realização de expedições junto a populações do Alto Xingu.

Estes dois autores são bons indicativos da força da qual já dispunha o termo tupi no final do século XIX, pois já vinham acompanhando as discussões que ocorriam internamente no Brasil por meio das publicações dos pesquisadores brasileiros na Europa e pelas profícuas correspondências que havia na época entre Brasil e Europa. Von den Steinen acompanhava a bibliografia nacional sobre o tema, pois visando eliminar a confusão de ora denominar tais povos como Tupi e ora como Guarani propõe o uso do termo tupi-guarani (Edelweiss, 1947:8; Noelli, 1996: 12), que, como vimos (Hartt, 1885), já vinha sendo utilizado correntemente, sem ter sido definido na literatura científica.

Apesar de vermos o termo tupi já correntemente utilizado em muitos dos trabalhos do final do XIX podemos perceber que temos uma resistência neste período para o estudo destes povos. Talvez ainda por influência do pensamento literário Realista/Naturalista ou pela exaustão produzida por anos de estudos e atenções dirigidas exclusivamente a estes povos. O que sabemos é que muitos pesquisadores evitavam e criticavam aqueles que desenvolvessem trabalhos com tema central em populações Tupi. Neste período ficou corrente o uso do termo *tupi-mania ou tupi-maníaco* para ironizar aqueles trabalhos com este enfoque. Um dos pesquisadores que mais repudiava a tupi-mania foi Emílio Goeldi, chegando mesmo a afirmar que seria um obstáculo a pesquisa arqueológica e etnográfica no Brasil (Ferreira, 2007: 154). Atribuído a Martius como iniciador dos exageros na extensão da distribuição geográfica e linguística dos Tupi. Von Ihering apoia o pensamento de Goeldi, e ainda afirma que a tupi-mania se constituía também em um problema administrativo, já que os lemas positivistas continham sobrevivências anacrônicas do romantismo, de uma “tupimania” e “filoindianismo epidêmico” (von Ihering: 1911: 127), o que impediria que o SPI atuasse de forma enérgica com os indígenas (Ferreira, 2007). Além de Goeldi e Ihering, temos outros nomes da intelectualidade fazendo oposição a tupi-mania, como podemos ver na obra literária pré-modernista de Lima Barreto com seu *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1911 em folhetins e 1915 em livro). Onde o personagem principal, com uma figura “quixotesca”, busca salvar sua amada fazendo inúmeros estudos antropológicos visando inventar cerimônias e festas baseadas em costumes Tupi,

Um tupi-maníaco patriótico, em suma.(...) redige um ofício em Tupi. (...) e ele finda interditado num hospício. A sátira de Lima Barreto mostra-nos que alçar os indígenas à condição de tropos da nacionalidade não venceria nenhuma ditadura, não mataria nenhum dragão. Fazê-lo era caso de loucura, de internação. O indígena, adereço da literatura indigenista, emblema dos palácios do Imperador e dos brasões da nobreza imperial, não era mais um ícone da identidade nacional (Ferreira, 2007: 279).

A crítica asseverada ao romantismo indigenista e a ciência que se detém longamente ao estudo dos indígenas, se preconizou no fato de que ao se levar muito a sério os mitos do nacionalismo romântico se criaram situações em que se esqueceram dos verdadeiros problemas que cercavam o país (Figueiredo, 2000: 91).

Ao mesmo passo temos uma série de estudos arqueológicos, linguísticos e etnográficos acontecendo neste período (Torres, 1911; von Ihering, 1906, 1911; Nimuendaju, 1914; Rondon, 1915) muitos dos quais envolvendo populações Tupi. Os estudos arqueológicos cada vez mais empregam o termo tupi, e utilizam esta terminologia já associada a classificações tipológicas de cerâmicas como podemos ver em Luís Torres (1911). Nas primeiras décadas do século XX, o termo composto tupi-guarani vai sendo cada vez mais utilizado, tanto para se referir aos povos que falariam estas línguas quanto para se referir a cultura material produzida por estes povos. O início do século é marcado por uma negação a tupi-mania, mas é rico em estudos envolvendo povos que são denominados ora como Tupi ora como Tupi-Guarani.

Na Antropologia se destaca a origem de um indigenismo extremamente forte, em obras como de Nimuendaju (1914), que ilustra um comprometimento do pesquisador com a defesa dos indígenas (Cardoso de Oliveira, 1993: 20). O indigenismo do período foi forte o suficiente para *contaminar todas as pesquisas de etnologia que nele tiveram lugar desde que a disciplina logrou consolidar-se no país, a partir dos anos 30 (idem, ibidem)*.

Durante a Primeira Guerra temos um incipiente retorno a temática indígena na literatura, com as obras dos pré-modernistas, que apesar de primar pela temática do *sertanismo* irá vislumbrar as influências da parcela indígena na população dos sertões. Contudo, os principais personagens são o oposto do indígena romântico, obras como as de Monteiro Lobato tomam por base o “Brasil autêntico” descoberto por Rondon para criar o *Jeca* (Silveira, 2007: 153). Neste ambiente nasce o Modernismo de Oswald de Andrade, iniciando suas publicações no mesmo período que Lobato, ambos compactuando da necessidade de uma nova forma de representação da nacionalidade brasileira (idem, ibidem: 154). Uma nova leitura sobre o Brasil.

O projeto de Oswald de Andrade para criar uma nova brasilidade, um nacionalismo estético, se inicia com o Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924) e se firma com o Manifesto Antropofágico (1928). No Manifesto Pau-Brasil, apresenta uma teoria crítica da cultura brasileira,

investirá sobre a clivagem, operada na tradição da cultura brasileira, entre o arcabouço europeizante da cultura nacional com a

contribuição afro-tupi, ambos elementos fundamentais para a compreensão da cultura brasileira (Silveira, 2007: 177).

Fig. 6: Quadro Abaporu, Tarsila do Amaral, 1929

O Manifesto Antropofágico terá seu lume vinculado a escolha do nome dado a uma tela de Tarsila do Amaral (Fig 6). Nome escolhido por meio de consulta ao dicionário de Montoya, através da junção dos vocábulos “homem” e “que come”, denominaram-no *Abaporu*. Neste Manifesto a temática tupi retorna com nova força, para Oswald a *repressão ao instinto causou a perda da “originalidade” tupi, que deveria ser retomada, mediante não o bom selvagem de Rousseau, mas o mau selvagem, o antropófago* (Silveira 2007: 201). O Manifesto foi inspirado pelo romantismo indigenista oitocentista (Oswald chega mesmo a citar *O Selvagem* de Couto Magalhães), inclusive no desejo de criar uma nova língua brasileira. A antropofagia é utilizada como metáfora, onde a deglutição do inimigo é entendida como a absorção daquilo que há de bom no estrangeiro, segundo Moraes:

o instinto antropofágico, por um lado, destrói, pela deglutição, elementos de cultura importados; por outro lado, assegura a sua manutenção em nossa realidade, através de um processo de transformação/absorção de certos elementos alienígenas. Ou seja: antes do processo colonizador, havia no país uma cultura na qual a antropofagia era praticada, e que reagiu, sempre antropofagicamente, mas com pesos diferentes, ao contato dos diversos elementos novos trazidos pelos povos europeus. (...) se caracteriza por defender ferrenhamente a intuição e pelo poder de sintetizar em si os traços marcantes da nacionalidade que garantem a unidade da nação (Moraes, 1978:144).

Assim, como dentro do Manifesto Antropofágico temos a transliteração shakespeariana do *Tupy, or not Tupy that is the question*, entre as duas partes do Manifesto temos uma prosa de Plínio Salgado intitulado *A Língua Tupy*. Artigo que reforça o viés da Revista de Antropofagia pela presença de informações sobre os vocábulos da *língua Tupy* e *tupy-guarany*.

No mesmo ano em que é lançada a Revista de Antropofagia sai o livro *Macunaíma* de Mario de Andrade. O personagem central da obra é Macunaíma, criado a partir *da integração entre o mito indígena e os mitos africanos, é o modelo do brasileiro* (Baldo, 2006: 9). Nesta obra percebe-se uma crítica a arqueologia nobiliárquica, pois esta teria como os parnasianos, *os pés no Brasil e os olhos voltados para a Europa. Sonhava com musas e formas gregas e negava a especificidade do elemento indígena na nacionalidade brasileira* (Ferreira, 2007: 283). Mário de Andrade desenvolve seu personagem com o que considerava o mais brasileiro, apresenta-o com uma *gramatiquinha* diferenciada do português culto e ausência de caráter, indicando um caráter em formação. Aludindo à cultura brasileira e seu caráter inacabado (Chaves, 1999).

Nas décadas de 1910 e 20 não temos no Brasil obras significativas de Arqueologia. Contudo, os estudos etnográficos publicados neste período foram fundamentais para o entendimento e fixação dos termos para se referir aos falantes de línguas tupi. Dentre diversas obras (Bertoni, 1914; Torres, 1911; Schmidt, 1913; Garcia, 1922; Rivet, 1924; Stella, 1928; Freitas, 1914; Krause, 1925; Lothrop, 1932) temos de destacar os trabalhos de Curt Nimuendaju (1914) e Alfred Métraux (1927, 1928a e b), citados como de extrema relevância tanto para a Arqueologia (Noelli, 1993, 1996) como para a Etnologia (Viveiros de Castro, 1984/85).

O trabalho de Nimuendaju (1914), *As Lendas de Criação e Destruição do Mundo como Fundamentos da Religião dos Apapocuva-Guarani*, teve marcante repercussão na etnologia brasileira em relação ao tema das migrações (Noelli, 1993: 47). Suas proposições sobre os motivos dos deslocamentos de grupos Guarani transformaram-se num *dogma* para as publicações posteriores sobre o processo de expansão dos falantes de línguas Tupi-Guarani. Esta influência após a década de 1960 se estendeu *as abordagens e metodologias da arqueologia brasileira* (Noelli, 1993: 47).

Métraux (1928a) tem o mérito de ser o primeiro a realizar uma sistematização das informações etnológicas dos grupos Tupi, reunindo informações etnohistóricas, linguísticas e arqueológicas. Além disso, pode-se considerá-lo como o principal difusor e fixador do termo tupi-guarani (Brochado, 1984), formulado no final do século XIX,

O resultado mais importante do trabalho de Métraux é o de ter demonstrado detalhadamente a uniformidade da cultura material, das técnicas de seu emprego e da própria uniformidade das estratégias de subsistência do Tronco Tupi (Noelli, 1993: 52).

Os anos de 1910 e 1920 foram fundamentais para a formação de conceitos que iriam influenciar os estudos etnológicos, arqueológicos e linguísticos. O termo tupi permanece com a acepção anterior, mas fixa-se na bibliografia. Enquanto o termo tupi-guarani ganha força, sendo usado na maioria dos casos como sinônimo de tupi. Até este momento não se fazem claras distinções naquilo que se chamada de tupi, guarani ou tupi-guarani, muitas vezes sendo usadas em um mesmo texto. A sinonímia entre tupi e tupi-guarani até os dias atuais é bem recorrente, causando erros e confusão nos leitores menos inteirados da bibliografia.

A década de 1930 foi de grandes mudanças no conhecimento acadêmico do país, e da mesma forma para a noção de tupi, teremos importantes modificações, sobretudo devido a mudanças nos quadros linguísticos e antropológicos.

A Arqueologia neste período contou com personalidades importantes e obras de síntese, por exemplo, a *Introdução a Arqueologia Brasileira* de Anyone Costa (1934), entre outros (Torres, 1940; Mattos, 1938; Guérios, 1935), apresentou como diferencial o fato de tecer uma crítica a arqueologia nobiliárquica anteriormente realizada. Contudo, vemos em muitas obras do período uma nova arqueologia nobiliárquica sob outra perspectiva (Ferreira, 2007: 280-1). Além do que, os livros neste período apresentam-se como *compilações de dados* (Prous, 1992: 11), vemos a repetição dos dados e conceitos do final do século XIX, inclusive com a reprodução de pranchas publicadas nos Arquivos do Museu Nacional de 1885. Para este período muitos trabalhos apresentam objetivos relacionados a cerâmica e com *correlações analógicas entre a arqueologia e a etnografia* (Noelli, 1993: 56).

Anyone Costa (1934) divide os Tupi em diversas famílias, ao mesmo tempo em que utiliza os termos *família Tupi* (1934: 273) e *civilização Tupi-guarani* (1934: 231), onde percebemos sinonímia na aplicação. Contudo, na obra deste autor já fica clara a existência de um conjunto de artefatos arqueológicos que são diretamente associados a populações Tupi, englobando tanto cerâmicas atualmente associadas a grupos Guarani quanto a Tupinambá:

Geralmente a cerâmica do primeiro grupo, aquela que parece filiar-se, na opinião do sábio sueco (Nordenskiöld), à influência de desenho oriental, guarda traços que lhe acentuam a origem Tupi-guarani, no que são mais ou menos acordes Alfred Métraux e Ladislau Netto. Muito embora a distribuição geográfica a que obedece essa louça seja a mesma compreendida pelo domínio das tribus Tupis-guaranis, lembra Heloísa Torres, muito a propósito, a circunstancia ocasional da aproximação geográfica não constitui um documento definitivo (Costa, 1934: 285-286).

Desta forma, não apenas existe uma associação entre conjuntos de cerâmicas arqueológicas com a população falante de línguas Tupi-Guarani, quanto já existe a crítica a associação direta com base na aproximação geográfica e a semelhança com as gravuras dos cronistas seiscentistas. Crítica que até hoje é utilizada por pesquisadores.

Para a etnografia na década de 1930 ocorrem importantes trabalhos de campo (publicados posteriormente) com grupos Tupi da Amazônia ocidental, onde temos Baldus (1970) com os Tapirapé e Wagley & Galvão (1946, 1961) com os Tapirapé e os Tenetehara. Iniciando uma tradição de pesquisas etnográficas com grupos Tupi que será muito produtiva até a década de 1960 (para outras obras veja Viveiros de Castro, 1984/85 e Noelli, 1993).

Para a História e sociologia do período, obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1968 [1933]: 98) admite a antiga dualidade indígena Tupi/Tapuia, em que o termo ganha grande repercussão dentro dos estudos históricos coloniais.

A disciplina de Antropologia começou a ser lecionada, a partir de 1936, pelo professor Emílio Willems na Universidade de São Paulo, sendo dividida em duas cadeiras: Antropologia/Etnografia do Brasil e Língua Tupi. Esta última era lecionada por Plínio Ayrosa, sendo extinta em 1963 com a criação da cadeira de Línguas Indígenas do Brasil (Marras, 2003; Maciel, et alli, 1978).

Nos anos de 1930 ocorre o afastamento da classificação geográfica no estudo dos povos Tupi, o enfoque principal passa a ser a análise linguística. Esta inovação ocorre na obra *Novos Rumos da Tupinologia* de Mansur Guérios (1935). Para Guérios, as línguas Tupi deveriam ser estudadas do ponto de vista da linguística

histórica, visando discernir as particularidades linguísticas anteriores ao período histórico, ou seja, *antes dos fracionamentos dialetais* (Guérios, 1935: 3),

Esta perspectiva, uma novidade metodológica na época, resultou no estabelecimento da classificação do Proto-Tupi-guarani com vistas a perceber os rumos evolutivos diferenciados no tempo e nos espaços geográficos distintos onde teriam se formado as línguas e os dialetos atuais (Noelli, 1993: 28).

A importância da obra de Guérios reside justamente nesta novidade metodológica, que será adotada e originará a mais utilizada classificação linguística destas populações, inclusive em nível internacional, a saber, a obra de Aron Dall'igna Rodrigues. Os aprofundamentos classificatórios de Rodrigues nos últimos setenta anos, foram utilizados tanto pelos linguistas, quanto como base para antropólogos e arqueólogos. Tendo fundamental importância na compreensão de como o termo tupi e tupi-guarani são atualmente empregados.

Em um de seus trabalhos inaugurais, Rodrigues (1945) estabeleceu a primeira diferenciação filogenética com bases nas diferenças fonéticas entre o tupi e o guarani. Podemos perceber que neste momento o autor entende por tupi o conjunto de populações que ocupavam o litoral do sudeste até o norte do país, portanto, mantendo a velha dicotomia Guarani/Tupi, como podemos perceber em sua nota explicativa:

Designa-se aqui, por tupi, para facilidade de exposição, os ancestrais dos índios que mais tarde vieram a ser chamados assim. Antes da emigração não havia, claro esta diversidade entre tupis e guaranis, diversidade essa que mais tarde se caracterizou, mas que é de caráter unicamente lingüístico (Rodrigues, 1945: 335).

Esta nomenclatura, mantida de Guérios, permanecerá em sua obra até a década seguinte quando o pesquisador irá propor nova classificação a partir de sua tese de doutorado defendida na Alemanha. A década de 1940 contou ainda com várias etnografias sobre povos Tupi (Philipson, 1946; Wagley & Galvão, 1946; Schaden, 1945; Baldus, 1946, 1948). Até o final desta década teremos duas importantes obras para a compreensão destas populações. Primeiro, podemos mencionar o grande projeto de Julian Steward, que resultou nos sete volumes

publicados do *Handbook of South American Indians*, obra de referência e síntese capital para estudos etnológicos e arqueológicos. Sua influência na arqueologia brasileira será marcante até o presente, com a propagação do *modelo determinista ecológico e da correlação conceitual entre área cultural e área ambiental* (Noelli & Ferreira, 2007: 1250). No volume três (1948), dedicado aos povos da floresta tropical, o termo tupi ora representa apenas a parcela de povos do litoral centro-norte brasileiro, ora a noção de *tupí tribes* ou *tupí groups*, que engloba tanto os povos falantes da *tupí-guarani family* quanto os demais grupos não falantes de línguas Tupi-Guarani (Fig. 7). Durante este projeto de Steward é desenvolvido o conceito de *cultura de floresta tropical*, utilizado para descrever padrões de

Fig. 7: Cerâmicas Guarani
Aparício, 1948

organização econômica, social e política das populações indígenas da Amazônia e das florestas tropicais do leste da América do Sul (Neves, 1999/2000: 88). A partir deste modelo ganham força as hipóteses de que os padrões culturais encontrados nestas áreas devem ser entendidos como a combinação de influências externas e adaptações locais, pressupondo ainda a existência de processos de degeneração. Betty Meggers será herdeira direta destes conceitos, testando-os e os pondo em prática durante muitos anos (Noelli & Ferreira, 2007).

Neste período George Howard (1947: 42 e 82 e Howard e Willey, 1948) por meio da comparação dos acabamentos de superfície de cerâmicas Guarani com cerâmicas amazônicas, filia a primeira como pertencentes a *Polycrome Division of Amazonia*, ficando assim, *definitivamente estabelecida sob o ponto de vista arqueológico, a ligação estreita dos Guarani com a Amazônia* (Noelli, 1993: 56).

Outra referência importante sobre os Tupi é representada pela dissertação de mestrado de Florestan Fernandes, *Organização social dos Tupinambá* (1949), logo sucedida pela tese de doutorado, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (1952). Consideradas marcos na etnologia Tupi que ainda não encontraram equivalentes (Viveiros de Castro, 1984/85: 10-11). Seguindo os passos de Métraux no uso das informações dos cronistas, Fernandes vai além na

sistematização e uso destas fontes, *escreveu uma obra pioneira na antropologia, abrindo o campo para o uso de fontes documentais não-etnográficas pelos etnógrafos brasileiros* (Viveiros de Castro, 1984/85: 9). Suas obras são importantes *reconstituições da sociedade Tupinambá enquanto sistema multidimensional funcionalmente articulado* (idem, ibidem). Nestas obras o termo tupi é utilizado como designativo genérico apesar de algumas vezes parecer se confundir com a designação tupi-guarani.

Nos anos de 1950 as pesquisas arqueológicas brasileiras se incrementam com a participação de *amadores dedicados*, é o início da profissionalização da disciplina por meio da influência de pesquisadores estrangeiros (Prous, 1992). Além dos objetos já consagrados para pesquisas como os sambaquis, Lagoa Santa e Marajó, teremos neste momento o início das pesquisas em sítios ainda pouco conhecidos, como é o caso do José Vieira, um sítio multicomponencial, em que um dos componentes apresentava *cerâmicas guarani* como foram denominadas pelo casal Emperaire,

(...) a associação dos diversos tipos de cerâmicas achados no José Vieira não é acidental. (...) conhecido desde muito tempo, esse conjunto foi atribuído aos Guaranis (Métreaux, 1928) pela razão muito simples que os Guaranis praticavam ainda esses tipos de cerâmicas em tempos históricos. (...) Essa denominação comoda é já passada na linguagem corrente da arqueologia sul-americana e nós designaremos esse conjunto sob os termos de “Complexo Cerâmico Guarani” (Laming & Emperaire, 1959: 61).

Como vimos, os relatos dos cronistas do início da colonização levaram a associações geográficas e culturais dos vestígios encontrados posteriormente. Com o século XIX, os pesquisadores associam as cerâmicas arqueológicas aos povos que habitavam as regiões no período da colonização europeia, se apoiando nos relatos dos cronistas. As associações novecentistas dos vestígios arqueológicos a povos Guarani e Tupinambá levam Métreaux (1928) a falar da existência de um conjunto de *cerâmicas tupi-guarani*, denominação que apesar de continuar coexistindo com denominações como *tradição guarani* (Aparício, 1948; Silva & Blasi, 1955) vai ganhando força e aparecendo em sínteses como de Arthur Ramos (1943). Deste modo, na década de 1950 temos largamente difundida a existência de conjuntos cerâmicos arqueológicos associados a populações linguísticas Tupi-

Guarani, sendo denominadas por cerâmicas guarani, cerâmicas tupi, cerâmicas tupinambá ou cerâmicas tupi-guarani, até mesmo já congregadas a tradições ou subtradições⁷.

Com a criação da Revista de Antropologia em 1953 temos um novo impulso, oriundo de um grande número de publicações que apresentam trabalhos sobre povos Tupi já conhecidos ou recém-contatados naquele período. Temos a publicação de textos que se tornaram clássicos como *Ayvu Rapyta* de Leon Cadogan (1954) sobre os Guarani, e Frikel (1958) com sua classificação linguístico-etnológica. Além das publicações nesta revista temos muitos outros trabalhos como os de Darcy Ribeiro e Francis Huxley junto aos Ka'apor (Ribeiro, 1954, 1957, 1974; Huxley, 1963); Egon Schaden (1954) com os Guarani; Holmberg (1969) com os Sirionó da Bolívia; Watson (1952) com os Kaiowá.

A figura de Mattoso da Câmara Junior foi de fundamental importância neste período para a interação entre linguistas e antropólogos (Rodrigues, 2005a). Desde o início da década de 1940 já apresentava estudos relativos às línguas indígenas (Camara Jr., 1944). Durante a década seguinte, além de implementar a linguística estruturalista em seus trabalhos, organizou o Setor Linguístico na Divisão de Antropologia do Museu Nacional (Rodrigues, 2005a; Ferreira, 2010), no qual formou diversos dos linguistas dedicados as línguas indígenas nas décadas posteriores. O trabalho de Mattoso da Câmara cumpriu importante papel nos estudos da relação entre língua e cultura (Camara Jr., 1955, 1964)

Ao longo da década de 1950, Aryon Rodrigues se baseando em estudos anteriores (Rivet e Loukotka, 1952; Mason, 1950), sobretudo no método empregado por Swadesh (1952), aperfeiçoa suas classificações iniciais. Em 1958 apresenta sua própria *A classificação do tronco lingüístico tupi* (Rodrigues, [1958] 1964). Neste trabalho aperfeiçoa o modelo de árvore filogenética de Guérios (Noelli, 1993: 29), organizando-a e dividindo-a em tronco, família, subfamília, língua e dialeto (Rodrigues, [1958] 1964: 101). Este modelo ganhou grande força ao longo do tempo e continua sendo aperfeiçoado até os dias atuais. A sistematização proposta por Rodrigues substituiu a desordenada multiplicidade de classificações linguísticas anteriores.

⁷ Para leituras complementares e conhecer uma lista completas de referências bibliográficas deve-se consultar Brochado, 1973a, 1973b, 1984, Noelli, 1993, 1996 e Susnik, 1975.

Deve-se destacar que o modelo de árvore filogenética que Rodrigues organizou apresenta-se como uma solução quanto às denominações das línguas e dos próprios grupos indígenas. A partir do proposto podemos classificar como Tupi todas as populações que apresentam mais do que 12% de vocábulos (cognatos) conservados em comum (Rodrigues, [1958]1964: 101). Com a disseminação deste modelo e sua aceitação temos pela primeira vez uma definição cientificamente clara e generalizada do que podemos denominar Tupi⁸. Esta é a denominação adotada neste trabalho, onde a palavra tupi reúne todas as populações falantes de línguas do tronco Tupi e não apenas aquelas que habitavam as áreas litorâneas do sudeste e nordeste do Brasil, como alguns empregam. Adiante apresentarei o quadro atual de classificação do tronco Tupi, com as diferentes famílias, línguas e ramos (Quadro 1).

Segundo Viveiros de Castro (1984/85: 14) nas décadas de 1960 e 70 apesar de algumas publicações sobre populações Tupi, temos quase sempre um papel secundário atribuído a estas populações. Segundo o autor o declínio da influência da escola difusionista alemã e culturalista americana e a *ascensão dos estilos estrutural-funcionalista (inglês) e estruturalista (francês), estão claramente ligados à passagem de uma “etnologia Tupi” para uma “etnologia Jê”*. Apesar disso temos alguns trabalhos como os de Laraia & da Matta (1978 [1964]), Grünberg (1970), a tese de Laraia (1972), Agostinho (1974) e Bastos (1978). Aparentemente este *declínio* mencionado por Viveiros de Castros se refere mais aos trabalhos ligados ao Museu Nacional.

O rico conhecimento antropológico produzido sobre as populações Tupi entre 1910 e 1960 teve reflexo nos estudos dos vestígios arqueológicos. Não a ponto de possibilitar modelações com bases teóricas antropológicas, mas o suficiente para malograr o intento de não relacionar cultura material e grupos étnicos. As classificações linguísticas realizadas até 1964 serão empregadas tanto para denominar (com ínfimas modificações) conjuntos artefatuais, quanto para teorizar sobre centros de origem e rotas de dispersão dos grupos Tupi, como veremos adiante.

⁸ Apesar da larga difusão e aceitação deste termo ainda temos alguns autores que apresentam classificações próprias e diferenciadas, por exemplo, Greg Urban (1996, 1998) que denomina como Macro-Tupi o que Rodrigues chama de tronco Tupi. E ainda projetos como o Tupi Comparativo, coordenado por Denny Moore, que tomam por base a fonologia e inteligibilidade mútua e propõem outras relações internas às famílias linguísticas.

Os anos de 1960 são consagrados no Brasil como início de uma Arqueologia mais sistemática, marcada pela chegada de pesquisadores estrangeiros, saída de estudantes para se doutorarem no exterior e por grandes projetos. Segundo Barreto (1999/2000), neste período há por parte dos pesquisadores brasileiros uma sede por conhecimentos mais técnicos dos especialistas estrangeiros, tais como métodos de escavação, classificação, datação e documentação. De forma que,

Sem o embasamento teórico da antropologia, a arqueologia desenvolveu-se em uma situação bastante paradoxal, uma vez que a maior parte da pesquisa feita no país se dedicava ao estudo do passado das sociedades indígenas (Barreto, 1999/2000: 41).

Destarte, a demanda por conhecimento técnico e grandes levantamentos de campo abriram caminho para a realização de cursos e criação de manuais pelos pesquisadores estrangeiros. Vide, por exemplo, o trabalho de Laming-Emperaire (1967), o curso de análise cerâmica de Meggers & Evans (1962) que originou a terminologia para cerâmicas (1966), e o manual de interpretação da cerâmica de 1970. Firmará, portanto, uma dualidade de influências na arqueologia brasileira, já que termos a influência da chamada escola francesa, com viés estruturalista e empiricista (Alves, 2002; Barreto, 1999) e a influência da escola americana, marcada pelo neoevolucionismo e pela ecologia cultural (Barreto, 1999/2000).

Neste momento os pesquisadores com orientação francesa se voltaram para contextos pré-ceramistas, ou ainda quando estudavam contextos cerâmicos o fizeram sem considerar os dados etnográficos. Ao introduzirem *um novo jargão técnico tornaram os resultados de suas pesquisas pouco atraentes ao resto da comunidade acadêmica e ao público em geral* (Barreto, 1999/2000: 42-43). Além disso, trataram os vestígios encontrados como inéditos (Noelli, 1993: 40), não os vinculando com as informações precedentes e nem com as demais pesquisas em andamento. Claro exemplo disso é a denominação de *sítio lito-cerâmico colinar* aplicado para se referir a sítios com cerâmicas já identificadas com os Guarani ou Tupinambá.

Ao contrário, a escola americana priorizou inicialmente o estudo dos sítios cerâmicos mantendo uma ligação com a terminologia já corrente (Fig. 8), bem como com as teorias já existentes (Barreto, 1999/2000, Dias, 2003; Noelli & Ferreira,

2007). Talvez, por esse motivo temos maior repercussão e críticas dos resultados alcançados com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) coordenado por Betty Meggers e Clifford Evans com a participação de doze pesquisadores brasileiros.

Fig. 8: Subtradições da Tupiguarani (Brochado et al. 1969)

O PRONAPA realizado entre 1965 e 1970 (além de suas extensões PROPA, PROPEVALE e PRONAPABA) visou à prospecção de extensa área do território nacional, apresentando os resultados na forma de classificações sistematizadas através dos conceitos de fases e tradições (Barreto, 1999/2000; Dias, 2003). Categorias já conhecidas e

utilizadas no Brasil, pelo menos desde a década de 1940, com a publicação dos *Handbook South American Indians*, já temos em uso o termo *tradição guarani* (Aparício, 1948; Silva & Blasi, 1955).

As pesquisas desenvolvidas pelo PRONAPA se distanciaram de associações étnicas. No século XIX e início do XX as pesquisas arqueológicas de certa forma se preocupavam em fazer uma mínima ligação entre as populações indígenas e os vestígios encontrados. Esta correlação já é inexistente na década de 1930, onde a maioria dos textos sobre vestígios arqueológicos irá associá-los a egípcios, gregos e fenícios. Por sua vez, uma das principais prerrogativas do Programa de Meggers e Evans era *tratar a cultura de uma maneira artificialmente separada dos seres humanos* (Meggers, 1955: 129), desconsiderando a possibilidade de que os artefatos estudados pudessem esclarecer a história dos antepassados indígenas. Ainda que durante o Programa buscou-se evitar o uso de correlações etnográficas, aparentemente a denominação das cerâmicas policromas fora da bacia amazônica já estava bastante consolidada, não sendo possível se desvencilhar da

denominação já corrente. Foi então pensado em eliminar-se o hífen do termo “tupi-guarani” para diferenciá-lo da denominação etnolinguística, como podemos ver na passagem abaixo:

Após as considerações de possíveis alternativas, não obstante suas conotações lingüísticas, foi decidido rotular como “Tupiguarani” (escrito numa só palavra) esta tradição ceramista tardia amplamente difundida, considerando já ter sido o termo consagrado pela bibliografia e também a informação etno-histórica estabelecer correlações entre as evidências arqueológicas e os falantes de línguas Tupi e Guarani, ao longo de quase todo território brasileiro (Brochado et al, 1969: 10).

Definição que foi explicada por Brochado da seguinte forma:

La alfareria de la tradición Tupiguarani, en el momento de los primeros contactos con los europeos, fue encontrada exclusivamente entre grupos indígenas de la familia lingüística Tupi-guarani, a pesar de que de ninguna manera todos los que hablaban Tupi o Guarani poseían cerámica. Continuó después siendo producida y utilizada por algunos de estos grupos, con diversas variantes, desde el siglo XVI hasta el inicio del siglo XX. Por este motivo fue adoptada la designación Tupiguarani, escrita sin guión, para distinguir a la tradición alfarera de la familia lingüística, cuya denominación se escribe separada por un guión Tupi-guarani (Brochado, 1973a: 9).

Deste modo, foi oficialmente cunhado o jargão arqueológico “Tupiguarani”, que segundo Meggers (1967) seria uma adaptação *provisória* emprestada da Etnologia e da Linguística. Como para as demais tradições, definidas neste período, se buscou por meio de tipologias estabelecer características perceptíveis no registro arqueológico que possibilitassem seu enquadramento classificatório. Assim, ficou estabelecido que a tradição Tupiguarani fosse atribuída a sítios com cerâmica, apresentando pintura policroma (vermelho e ou preto sobre engobo branco ou vermelho) fora da bacia amazônica, e técnicas plásticas de acabamento preponderando o alisado, o corrugado, o ungulado, escovado, além de superfícies apenas engobadas. Seriam característicos ainda enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, tembetás, lascas, talhadores e abrasadores (Brochado et al, 1969; Terminologia, 1976; Brochado, 1981). Deixava-se, portanto, de utilizar termos já anteriormente consagrados como *cerâmica* ou *tradição Guarani*

que, segundo Noelli (1993: 59), definiriam com maior rigor os conjuntos meridionais em termos geográficos e materiais.

Nas pesquisas do PRONAPA se destacará no estudo das populações Tupi José Joaquim Justiniano Proenza Brochado. Entre os anos de 1966 e 1973, Brochado foi dedicado participante das propostas do PRONAPA, tendo realizando, segundo Pedro I. Schmitz, a melhor síntese dos resultados do Programa (cf. Noelli, 2008: 25). Relacionando diversas bases teóricas, Brochado realizou, utilizando os dados do Programa, a obra de maior referência sobre a história de longa duração das populações Tupi (Brochado, 1984).

Não obstante, as críticas aplicadas ao PRONAPA, os problemas advindos dos métodos de campo e de classificação, podemos afirmar que cumpriu sua meta inicial, ou seja, em um curto prazo modificar todo o conhecimento sobre o potencial arqueológico do país. Ao impor um novo ritmo na arqueologia brasileira permitiu o conhecimento de diversas regiões e a localização e classificação de artefatos até então desconhecido (Noelli, 2008). A pesquisa sobre as populações Tupi ganhou uma gama inestimável de informações, mais de 1100 sítios identificados e 55 datações, permitindo conhecer preliminarmente sua grande disseminação geográfica e temporal.

A partir da década de 1970, temos duas polarizações teóricas de pesquisadores norte-americanos permeando os estudos arqueológicos na América do Sul: as ideias do casal Meggers e Evans em oposição a Donald Lathrap. Temos os pressupostos de Betty Meggers que segue a ideia degeneracionista do século XIX (Noelli & Ferreira, 2007) onde as culturas se desenvolvendo nas terras altas da Cordilheira dos Andes e depois se inserindo e degenerando na bacia amazônica e leste do continente (Meggers, 1954, 1958, 1971, 1975, 1996). Para Meggers o determinismo ecológico impediu o progresso das populações, levando a rusticidade dos artefatos quanto mais próximos do período histórico. Conquanto, suas teorias ganharam tantos adeptos quanto proposições contrárias. Isto provavelmente devido ao fato das constantes reorganizações no modelo de Meggers, já que ao longo de 40 anos esta autora desenvolveu a noção de *counterfeit paradise* utilizando os modelos ambientais mais em voga em cada período, seja com relação a pobreza dos solos (Meggers, 1954, 1971), a Teoria de Refúgios (Meggers, 1977, 1979) ou atribuídos aos efeitos do El Niño (Meggers, 1995).

Meggers & Evans após décadas defendendo uma origem Tupi nos Andes ou no Paraguai realmente contribui para a questão ao reafirmar uma origem amazônica para estas populações, retomando e dando força aos modelos já propostos desde o século XIX. Com base em Métraux (1927) e em Rodrigues (1958), Meggers e Evans propõem o centro de origem desta população para onde se concentra o maior número de famílias linguísticas do tronco Tupi, ou seja, nas proximidades da divisa de Brasil/Bolívia, a leste do rio Madeira (Meggers & Evans, 1973: 57). Ao se basearem nos dados etnográficos de Métraux e Rodrigues para proporem o centro de origem Tupi, Meggers & Evans apresentam um modelo com força hipotética de grande influência, sendo considerada atualmente a região mais provável para se buscar os vestígios mais antigos destas populações. Vemos que apesar da intenção inicial de se manter distanciados os objetos arqueológicos dos grupos étnicos, rapidamente Meggers apresenta considerações em seus trabalhos que passam a considerar esta possibilidade de relação.

Ainda no final da década de 1950 tem início a contenda acadêmica entre Betty Meggers e Donald Lathrap (Roosevelt, 1991), produzindo tanto bons resultados, quanto empecilhos em relação ao desenvolvimento da arqueologia na América do Sul. Apesar de trabalhar com o conceito de *cultura de floresta tropical* de Steward, Lathrap utiliza-o não vendo impedimentos para o desenvolvimento e expansão das culturas na floresta tropical. No livro *The Upper Amazon* (1970a), conclui que a Amazônia central seria um importante centro de inovação e difusão cultural das terras baixas da América do Sul. Lathrap nunca pode coletar diretamente dados de campo na Amazônia central, reflexo negativo da disputa com Meggers, impossibilitando-o de testar seus modelos hipotéticos (Heckenberger et alii, 1998). O trabalho de Lathrap tem grande importância por propor uma visão diferenciada sobre as potencialidades da floresta tropical. Enquanto para Meggers a floresta reprimia e degenerava os povos, para Lathrap esta mesma floresta era rica para suprir o surgimento e expansão de grandes populações com relações sociais complexas.

Lathrap (1970a) propôs um modelo em que previa a Amazônia central como o local de origem e foco de dispersão de sociedades complexas. Por sua localização central e pela dedução de dispersão dos povos por vias fluviais, foi denominado de *modelo cardíaco* por Carneiro (1971). Neste centro inicial, segundo Lathrap,

teríamos uma precedência das cerâmicas da chamada tradição Policroma da Amazônia. Ele estabeleceu a hipótese de uma correlação arqueológica entre esta tradição e as populações falantes do tronco linguístico Tupi (Lathrap, 1970b; Brochado & Lathrap, 1980 apud Noelli 2008, Brochado, 1984, 1989). Lathrap (1970a: 75-78) propôs a hipótese de expansão radial baseada na distribuição geográfica dos Tupi, embora sintético e dedutivo seu modelo inaugurou uma hipótese que muito influenciaria diversas pesquisas posteriores (Noelli, 1996: 20).

Ao contrário de Meggers (1954, 1977, 1994) que propunha as limitações ambientais como motor das migrações dos povos, Lathrap (1970a) propunha que a riqueza ambiental possibilitava um aumento demográfico contínuo no centro da Amazônia, exigindo migrações contínuas em várias direções. Justificando a existência de artefatos e práticas agrícolas criados na Amazônia disseminados por áreas distantes. A seu modo, Lathrap, adiciona uma alternativa mais humanista, acreditando que as relações sociais e a criatividade humana seriam as responsáveis por processos de adaptação e diferenciação cultural (Noelli, 2008: 27). Para a elaboração de seu modelo Lathrap tomou por base informações etnográficas, linguísticas e arqueológicas, que iriam influenciar significativamente os continuadores de suas teorias. Deve-se salientar que para Lathrap (1970a e b) o centro de origem das populações Tupi deveria ser buscado na Amazônia central, próximo a desembocadura do rio Negro, onde haveria as cerâmicas policromas mais antigas.

A força do modelo introduzido por Lathrap pode ser avaliada pela influência em outros pesquisadores, já que seus alunos além de abraçarem suas hipóteses as testaram e desenvolveram. As hipóteses relacionadas as populações Tupi foram desenvolvidas por Brochado ao mudar sua orientação teórica como orientando de Donald Lathrap (Noelli, 2008). A busca de Lathrap por modelos baseados na continuidade entre contexto arqueológico e etnográfico atraiu Brochado, que desde o início de sua carreira se preocupava com uma arqueologia com base etnográfica. Para tanto, Brochado passa a considerar elementos antropológicos, linguísticos, históricos, sociológicos e biológicos, compulsando fontes primárias da Arqueologia, da Etnologia, da História e da Linguística Histórica comparada.

Claro exemplo dessa nova perspectiva de Brochado é seu trabalho sobre a *Alimentação na Floresta Tropical* (Brochado, 1977), onde propõe uma analogia

etnográfica na reconstrução da alimentação por meio das formas e prováveis usos das cerâmicas arqueológicas relacionadas aos Guarani e Tupinambá. Este trabalho apresenta seu entrosamento com as pesquisas de Lathrap, que, neste mesmo período, vinha trabalhando com cultígenos no novo mundo (Lathrap, 1977). Logo em seguida Brochado produz juntamente com Lathrap uma monografia intitulada *Amazônia* (1980), ainda inédita, onde *procuravam a trajetória do desenvolvimento tecnológico e artístico, da “sucessiva criação, separação, evolução e ramificação de estilos e tradições cerâmicas”* (Noelli, 2008: 27).

Deste modo, na arqueologia brasileira começou uma nova perspectiva em relação aos vestígios associados às populações Tupi. Pela primeira vez, com Lathrap e Brochado, se tem a busca por correlações etnográficas, estabelecendo relações entre tradições e estilos da cultura material com os povos que as produziram, visando construir por meio da arqueologia a história profunda das populações indígenas atuais. Esta perspectiva torna fundamental a atenção dos arqueólogos para as informações históricas, linguísticas e etnográficas sobre populações Tupi contemporâneas. Assim, apesar da pouca interação direta entre arqueólogos, linguistas e antropólogos, as pesquisas destes profissionais passam a ser complementares para bons resultados. Mesmo que de forma tímida se inicia um diálogo a partir dos anos de 1980 entre estes pesquisadores, acentuando-se nas décadas consecutivas.

Segundo Viveiros de Castro (1984/85), apesar do número de trabalhos publicados sobre grupos Tupi-Guarani nos anos 1970 não ser muito pequeno, teria havido uma falta de dinamismo e de intercomunicação entre os estudiosos do que ele chama de *etnologia Tupi*. A partir do final dos anos setenta e início da década de oitenta temos a tomada de consciência dessa realidade, provavelmente devido aos contatos com grupos Tupi recém-localizados, o que *redespertou a atenção dos antropólogos para os Tupi* (Viveiros de Castro 1984/85: 15). Esse *redespertar* é marcado pela XIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em 1982, quando um grupo de trabalho intitulado *Os Tupi Atuais* reuniu certo número de pesquisadores. Devido às discussões e interesses comuns sobre o tema propuseram organizar e participar do *1º Encontro Tupi*, realizado no final do mesmo ano. Os resultados deste encontro foram publicados na Revista de Antropologia (1984/85) e, esta publicação marca *um interesse “renovado” em estudar aspectos*

específicos das culturas Tupi (Vidal, 1984/85: 1). De modo simplificado, pode-se dizer que este encontro tinha como mote central avaliar o que se poderia denominar “Tupi”, como fica claro na frase que apresentei em epígrafe, retirada do texto introdutório de Lux Vidal, uma das organizadoras do evento. Pela primeira vez temos um conjunto de pesquisadores que definem o que a Antropologia tratava pelo termo tupi,

Os artigos aqui publicados representam apenas uma parte das pesquisas realizadas entre os Tupi atuais e podem ser considerados como uma primeira tentativa de reunir e confrontar as informações existentes, assim como apontar a diversidade dos temas focalizados (...). O que há de comum, é que todas tratam de sociedades que, apesar de sua grande dispersão geográfica, possuem uma aparente (ou real?) afinidade: pertencem ao tronco lingüístico Tupi (Vidal, 1984/85: 4).

Portanto, vemos uma definição do que os antropólogos estão denominando por “tupi”, ou seja, todos aqueles povos indígenas que falam línguas do tronco lingüístico Tupi, de acordo com as definições de Rodrigues (1958, 1964). A ligação com a linguística fica latente em um texto de Ayrton Rodrigues sobre as *relações internas na família linguística Tupi-Guarani*, onde o autor ratifica sua definição de tronco lingüístico Tupi, e aperfeiçoa a subdivisão da família linguística Tupi-Guarani. Além disso, na revisão de Laraia (2007) percebe-se o caráter introdutório para o uso do termo:

O que me levou a apresentar, em 1982, a comunicação “Uma etno-história Tupi” foi a constatação da existência de grupos semelhantes que me levaram a denominá-los como membros de uma mesma província cultural (Laraia, 2007: 18).

A década de 1980 com esse renovado interesse pelos Tupi apresentou uma série de importantes estudos no campo da Antropologia e Etnologia, onde podemos destacar as teses de Laraia (1986) e de Viveiros de Castro (1986). O trabalho de Laraia é bem enfático na busca pela definição do que se denomina tupi, apresentando as características por ele então consideradas típicas destas populações. Este trabalho foi importante pela tentativa de buscar uma definição do que é ser tupi, levou a formulação de várias críticas importantes para o entendimento

que atualmente temos destes povos. Enquanto o trabalho de Viveiros de Castro entendido como *o livro-fetice de uma nova geração de amazonistas* (Désveaux, 2001), apresentou um modelo geral Tupi-Guarani, partindo de cuidadosa análise bibliográfica que surtiu grande efeito sobre a etnologia sul americana (Fausto, 2009).

Para a Antropologia e Linguística, neste momento fica bem definido que o termo tupi deve ser empregado para designar os falantes do tronco Tupi. Tanto que, para ratificar essa classificação linguística vemos publicado junto o artigo de Rodrigues, de forma a se tornar claro quais as línguas poderiam ser enquadradas como pertencentes ao tronco Tupi, e, portanto podendo ser denominados como Tupi. Ressalto, que as classificações e subdivisões linguísticas continuaram e ainda continuam, originando modificações no quadro apresentado neste momento.

A comunidade de arqueólogos fica distanciada deste encontro. A ausência neste debate, e nas discussões que se estendem para a década 1990, explicaria a permanência da confusão do uso do termo tupi nas publicações de arqueologia.

Apesar de não participar diretamente das discussões linguísticas e antropológicas da década de 1980, há uma rica produção de trabalhos sobre populações Tupi também na Arqueologia. Década que se pode considerar como de mudança de rumos nos estudos, e que influenciou os estudos posteriores até a atualidade.

Logo no início da década temos dois interessantes trabalhos que de certo modo suscitam a relação dos vestígios materiais associados a Tradição Tupiguarani como populações da família linguística Tupi-Guarani. Num artigo, Meggers e Maranca (1981) buscam de forma experimental realizar uma reconstituição da organização social com base na distribuição de tipos cerâmicos do sítio Aldeia da Queimada Nova (Piauí). As autoras partem da seriação dos fragmentos cerâmicos de setores diferenciados do sítio para em comparação com dados etnohistóricos e etnográficos vislumbrarem possível filiação cultural Tupinambá. Este trabalho, apesar de ter sua proposta inovadora e arrojada não originou continuidade desta perspectiva específica em nenhum outro sítio.

Outro trabalho apresentado no ano de 1981 é a dissertação de mestrado de Scatamacchia (1981), que apesar de ainda presa aos conceitos *pronapianos*, apresenta uma tentativa de associação de cultura material com as populações

Guarani e Tupinambá. Assim como Métraux e Florestan Fernandes busca informações nos cronistas seiscentistas, naturalistas dos séculos XVIII e XIX, e nas pesquisas arqueológicas do final do XIX, para em conjunto com os dados do PRONAPA apresentar o *status* do conhecimento sobre a tradição Tupiguarani no período. Além disso, muitas ideias de Brochado estão presentes nesta obra, como por exemplo, a necessidade de se correlacionar alimentação com as morfologias cerâmicas (Scatamacchia, 1981: 55).

Além destes trabalhos, um bom indicador de como estava o conhecimento sobre a arqueologia de sítios associados aos povos Tupi é o décimo primeiro capítulo do livro *Arqueologia Brasileira* de Prous (1992), escrito entre 1979 e 82 e

publicado em 1992 com *alguns parágrafos* para atualizá-lo (Prous, 1992: 2). Tal capítulo é denominado *A Cultura Tupiguarani*, (Fig.9) e revela que apesar da associação com os povos da família linguística Tupi-Guarani, há ainda por parte de alguns arqueólogos o receio de se associar a cultura material aos grupos indígenas. Essencialmente este capítulo é a reunião das informações do PRONAPA e de outros trabalhos sobre os sítios ditos “Tupiguarani”, acrescidos das novas propostas implementadas por Brochado na década de 1980. Permite uma boa visão de como a Arqueologia brasileira

Fig. 9: Cerâmicas Tupiguarani, Prous (1992)

até então lidava com a possibilidade de associar artefatos arqueológicos à história indígena, sobretudo ao percebermos que muitas das informações apresentadas por este autor estarem de acordo com as discussões ocorridas no III Seminário Goiano de Arqueologia, encontro que engendrou a Sociedade de Arqueologia Brasileira (Dias, 1978/79/80).

Em 1984, Brochado, defende sua tese sob a orientação de Lathrap, apresentando como título *An Ecological Model of the Spread of Pottery and*

Agriculture into Eastern South America. Neste trabalho o autor apresenta uma exaustiva análise com base em vestígios arqueológicos, dados etnográficos, linguísticos e históricos para modular a dispersão dos povos agricultores responsáveis pela produção de todos os conjuntos cerâmicos do leste da América do Sul. Iniciando sua tese pela afirmativa:

A primeira coisa que considerarei aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas não devem ser evitadas, mas pelo contrário, deliberadamente perseguidas (Brochado, 1984: 1).

Brochado abandonou definitivamente os postulados do PRONAPA, mantendo apenas as denominações das fases, tradições e subtradições já estabelecidas. Propondo a busca deliberada por correlações etnográficas de forma a estabelecer relações entre as tradições e estilos da cultura material com os povos que as produziram, visando construir por meio da arqueologia uma história profunda das populações indígenas atuais. A inovação está em entender os artefatos como parte de um todo de pesquisas formado por erudição histórica, etnográfica e linguística. Apesar da força teórica das propostas de Brochado, estas não foram adotadas por todos os pesquisadores, mas aos poucos foi ganhando espaço, sobretudo, com aqueles que se dedicavam ao estudo dos sítios associados às populações Tupi. Atualmente seu trabalho é ponto de partida para grandes projetos e serve de base e inspiração para muitos trabalhos, dentre os quais este se inclui.

Apesar de dedicar uma extensa parte de sua tese para o esclarecimento de outras tradições cerâmicas, foi seu modelo sobre a origem e dispersão das populações falantes da família Tupi-Guarani que ganhou força. A erudição do modelo de Brochado sobre os dados arqueológicos, etnográficos e linguísticos permitiram-no sugerir um centro de origem (em consonância com Lathrap) e possíveis rotas de expansão. Não cabe aqui ficarmos repetindo a extensa e minuciosa argumentação do autor e daqueles pesquisadores que posteriormente analisaram as questões postuladas Brochado (1984, 1989); Noelli (1993, 1996, 2008); Viveiros de Castro (1996); Urban (1996) e Heckenberg et al., (1998).

O importante a frisar neste momento foi a intenção de Brochado ao utilizar os dados disponíveis, incluindo os arqueológicos, para a construção de uma história de longa duração dos povos indígenas. Para isso, sua primeira grande contribuição foi reconhecer a existência de diferenças no registro arqueológico da *tradição Tupiguarani*, e desta forma sugerir sua subdivisão em subtradições,

o que impropriamente se descreve com “Tradição Tupiguarani” (...) são na realidade duas extensões distintas da Tradição Policroma Amazônica no leste da América do Sul e portanto deve ser dividida em duas subtradições que representem as cerâmicas produzidas por dois grupos Tupi distintos – os Guaraní e os Tupinambá – os quais tiveram histórias totalmente separadas durante os últimos dois mil anos (Brochado, 1984: 566).

Desta forma, para Brochado fica clara a existência de pelo menos duas subtradições. Uma que denominou de Tupinambá apresentando distribuição geográfica concomitante com o registro histórico dos grupos associados a essa língua. Para ele esta subtradição apresenta um conjunto cerâmico com morfologia e acabamento de superfície diferenciado do que chamou de subtradição Guaraní, que da mesma forma, apresentava-se espacialmente relacionada aos grupos falantes desta língua e com características próprias de cultura material (Brochado, 1984; Noelli, 1993 e 2008). Além destas subtradições, previa-se a possibilidade de ainda se localizar outras subtradições associadas a grupos falantes de outras línguas da família Tupi-Guarani ou mesmo de outras famílias linguísticas do tronco Tupi (Brochado, 1973a e b; 1984).

Com a continuidade dos trabalhos Brochado abandona o termo subtradição ou mesmo tradição em favor do mais etnográfico: *cerâmicas Guaraní* (La Salvia & Brochado, 1989), ou *cerâmicas arqueológicas Guaraní* (Brochado & Monticelli, 1994; Brochado et al., 1990).

Brochado busca escapar da proposta pronapiana de chamar de Tupiguarani sem hífen (evitando a conotação etnográfica), para propor que as cerâmicas reunidas sob esta denominação na verdade seriam reflexo da adaptação de duas diferentes populações, ou seja, povos falantes das línguas Guaraní e Tupinambá. Destarte, trabalhando de forma oposta ao PRONAPA traz para sua hipótese toda a conotação etnográfica evitada anteriormente.

Para a construção do modelo de ocupação territorial Tupi, Brochado se utilizou da distribuição geográfica dos falantes do tronco Tupi e das cerâmicas arqueológicas da Tradição Policroma Amazônica (TPA), da relação genética entre as línguas do tronco Tupi e da distribuição geográfica e temporal das datações das cerâmicas TPA (Brochado, 1984, 1989). O uso de fontes históricas, arqueológicas, etnográficas, e da linguística histórica comparada foi fundamental para o desenvolvimento de seu modelo e a inovação na forma como os dados arqueológicos estavam sendo interpretados no Brasil até aquele momento.

Inaugurando uma nova forma de pensar os dados arqueológicos, Brochado criou um modelo elegante e com hipóteses testáveis. Permitindo que os pesquisadores pudessem continuar produzindo conhecimento a partir do que foi inicialmente teorizado. Nas próprias palavras do autor o que ele pensava ter conseguido foi

demonstrar que as distribuições étnicas históricas coincidem precisamente com a distribuição dos materiais arqueológicos que representam tradições e subtradições cerâmicas distintas. Desta maneira, o modelo aqui apresentado localiza arqueologicamente todos os grupos indígenas mais importantes até o tempo da Conquista (Brochado, 1984: 566).

Seu modelo de expansão das populações falantes de línguas Tupi-Guarani fecha um ciclo de pesquisas de mais de 150 anos, desde as primeiras proposições de Martius, contudo pela primeira vez são baseados em dados etnohistóricos e de datações arqueológicas. Apesar de não ser totalmente aceito, se tornou o modelo mais correntemente utilizado até os dias atuais.

A dicotomia estabelecida pelo embate teórico de Meggers e Lathrap refletiu em uma dicotomia de adeptos no Brasil. O que é facilmente perceptível após a década de 1980, já que teremos uma grande parcela de pesquisadores utilizando os pressupostos de Meggers e uma parcela menor as abordagens de Lathrap e Brochado.

Apesar de Meggers (1955) considerar inicialmente a cultura arqueológica separada de grupos étnicos, isto não foi possível em relação aos Tupi, cujas relações já haviam sido estabelecidas desde os primeiros contatos com os europeus. Assim, Meggers também desenvolve modelos que consideram esta

vinculação propondo inicialmente uma origem para os povos Tupi na base dos Andes em território boliviano (Meggers, 1972). Teoria que reflete um meio termo entre as ideias de origem exógena e o degeneracionismo de von Martius (1867) e a proposta amazônica de Métraux (1928a). A partir da década de 1970 apresenta trabalhos onde muda de referenciais, valendo-se do modelo léxico-estatístico de Rodrigues (1964) associado ao levantamento de dados de Métraux (1927), aproxima-se de uma abordagem mais etnográfica. O que a leva a sugerir como provável centro de origem Tupi a planície amazônica a leste do rio Madeira, local de maior concentração de famílias linguísticas do tronco Tupi (Meggers & Evans, 1973; Meggers, 1974). Esta mudança de perspectiva, incentivada ou não pelo debate com o antropólogo Lathrap, vai permanecer no discurso de Meggers nos anos seguintes (1975, 1976, 1982, Meggers, et al., 1988).

A partir do centro de origem sugerido por Rodrigues (1964) e no conhecimento arqueológico adquirido durante o PRONAPA, Meggers & Evans (1973) deduzem possíveis *rotas de migração*, revistas posteriormente (Meggers, et al., 1988). Aparentemente devido aos frutíferos resultados adquiridos pelo Programa nos estados do Sul e Sudeste do país, Meggers e Evans mantiveram as rotas propostas inicialmente por von Martius e Métraux, onde os Tupi teriam partido da região do rio Madeira em direção ao sul e posteriormente dividindo-se numa parcela, uma seguindo mais para o sul e litoral sul, enquanto a outra parcela teria se dirigido de sul para norte chegando ao nordeste brasileiro. Este modelo teve ampla repercussão e até os dias atuais apresenta reflexos nas proposições mais contemporâneas, sobretudo após novos dados contestarem proposições de Brochado (Heckenberger et al., 1998; Neves, 1998a e b), como veremos.

Com o livro *Cerâmica Guarani*, uma cooperação de La Salvia e Brochado (1989) assim como outros trabalhos (Schmtiz, 1990; Noelli, 1993), revigora-se o movimento da chamada *Arqueologia Guarani*. Nas décadas de 1990 e 2000 nos estados do sul do Brasil, o conceito de Arqueologia Guarani substitui grandemente a ideia de *tradição Tupiguarani* (Dias, 2001). Os pesquisadores utilizando a proposição decompositora de Brochado buscaram avaliar o registro arqueológico como índice

de uma possível reconstrução histórica dos povos de língua Guaraní⁹. Talvez devido a influência direta de Brochado este foi um movimento que vingou apenas no sul, pouco se fez para desenvolver uma *Arqueologia Tupinambá*, os poucos trabalhos da década de 1990 que avaliaram os sítios relacionando-os com falantes do Tupinambá foram alunos de Brochado (Assis, 1995, 1996)¹⁰. Por este motivo se estabeleceu um desequilíbrio, já que muitos trabalhos do sul do Brasil classificavam seus sítios como o sugerido por Brochado, portanto, fomentando a existência de uma Arqueologia Guaraní, enquanto nunca houve propriamente a formação de uma Arqueologia Tupinambá.

Nada reflete tão bem o grande peso da arqueologia Guaraní quanto a produção de Francisco Noelli, sublimando na década de 1990 a erudição trazida por Lathrap e Brochado para o tema. Em 1993 em sua dissertação de mestrado, que muitos consideram uma tese, Noelli enriquece a discussão sobre as populações indígenas recuperando o grande arcabouço etnográfico por meio das fontes etnohistóricas, linguísticas e arqueológicas. Com um extenso inventário das práticas e do modo de vida Guaraní Noelli traz fundamentos etnográficos para a arqueologia Guaraní, que posteriormente vão ser adotados por diversos pesquisadores, até mesmo para sítios não associados aos Guaraní (Assis, 1996; Corrêa, 2009). Ao desenhar um modelo de ocupação do espaço conjugando a forma como os Guaraní domesticavam o meio ambiente e a organização político-social deste povo, Noelli (1993) permitiu um entendimento mais pormenorizado sobre sistemas de assentamento.

Para além de sua dissertação a obra de Noelli relacionada aos Tupi abarcou os principais pontos nevrálgicos como centro de origem, processos de expansão, área de ocupação, diferenciação na cultura material, dentre outros (Noelli, 1996, 1999-2000, 2004, 2008). No século XXI deu continuidade à sua forma de trabalhar os dados arqueológicos, comprovando a utilidade de trabalhar conjuntamente com os métodos e informações da linguística, etnobiologia, etnohistória e antropologia.

⁹ Este movimento em prol de uma história indígena no Sul também foi aplicado a outras etnias haja vista as proposições arqueológicas que surgiram para os Kaingang e Xokleng (Noelli, 1999, 1999/2000, 2000; Dias, 2003; Lavina, 1994; De Masi, 2006)

¹⁰ Temos de destacar, entretanto um esforço inicial de Beltrão e Faria 1970/71 e Beltrão 1978 (veja também Gaspar, 2004), que apesar da forte influência do PRONAPA tecem as primeiras proposições de associação dos sítios com os Tupinambá, que influenciará os trabalhos futuros coadunados recentemente na tese de Ângela Buarque defendida em 2009.

De modo bem específico Noelli (1993, 1996, 1994, 2008) ratificou a linguística como indispensável para pensarmos o processo histórico dos Tupi ao repetidamente apontar a importância de considerar-se os modelos que os linguistas propunham, ao demonstrar a validade de se utilizar a língua como um inventário da cultura das populações e até mesmo como os nomes das cerâmicas podem ser fundamentais para testarmos a relação entre os povos, como exemplificou organizando tabelas como a que segue abaixo:

Tabela 1:Vocábulos relacionados às cerâmicas Tupi (Adaptado de Noelli, 2008)

Língua	Região	Panela	Talha	Prato	Copo
Guarani antigo	Brasil meridional	Yapepó	Cambuchi	Ñaé, ñaembé	Cambuchi caguabã
Chiriguano	Bolívia	Yapepó	Cambuchi	Ñae	Cagua
Tupinambá	Litoral Brasil	Nhaêpepô	Kamuci	Nhaen	Caguaba
Língua Geral Amazônica	Médio-Baixo Amazonas	Yapepu	Camusî	Nhaen, nhaembé	
Tembé	Maranhão	Zapêpo	Kamuti		
Kayabí	Xingu	Iapepó			
Assurini	Xingu	Japepaí			
Parintintim	Tapajós	Nhapepo	Kamambuí	Nhaeyingy'a	Y'gwav
Apiaká	Tapajós	Nhepepo			
Ka'apor	Maranhão		Kamuxi		
Wirafred	Madeira	Yapepoí			

Conteúdo indispensável para quem estuda as populações Tupi os trabalhos de Noelli garantem a erudição na temática para iniciáticos e servem de guia de procedimentos para que quer se aprofundar e produzir conhecimento.

E assim, com os anos de 1990 passa-se a ter três polarizações principais no estudo e classificação dos sítios arqueológicos associados aos povos Tupi. Por um lado permanecerá o uso do termo pronapiano Tupiguarani referindo-se a *uma cultura material*, que apesar de ter conotação etnográfica não é assumida. Outra categoria é representada pelos pesquisadores que se recusam totalmente a classificações etnográficas, assim os sítios são denominados apenas de cerâmicos de determinado período ou como *lito-cerâmico colinar*, mesmo se apresentarem claras características já descritas. E por fim, o grupo que se baseia na tese de

Brochado, e que por sua vez tentará divisar entre a *cerâmica Guarani* e a *cerâmica Tupinambá*. Até os dias atuais estas polarizações permanecem sendo vigentes.

O renovado interesse dos antropólogos pelas populações Tupi continuou a produzir trabalhos importantes nas décadas de 1990 e 2000, sobretudo com grupos que haviam sido contactados na década de 1970, assim temos trabalhos com os Asurini (Müller, 1990; Andrade, 1992), Araweté (Viveiros de Castro 1986) Parakanã (Magalhães, 1994; Fausto, 1997, 2001) Waiãpi e Zo'é (Gallois, 1993), assim como grupos menos conhecidos como os Karitiana de Rondônia (Lucio, 1996, 1998). Segundo Laraia (2007) nos anos 90 há um deslocamento do interesse para o sul do país visando estudar os Guarani, aparentemente devido a intensificação das migrações messiânicas do Mbyá e a onda de suicídios entre os Kaiowá (Ladeira, 1990, 1992, 1996; Guimarães, 2001; Almeida, 1996).

A unicidade tupi tão clara e cara em Laraia (1986) é posta sob dúvida pelos trabalhos que apresentam a *inconstância* Tupi (Viveiros de Castro, 1992, 2002; Fausto, 2001). Onde vemos que as formas sociais dos povos Tupi nem sempre podem ser definidas como constantes, mas pelo menos nos casos observados resultam de uma *construção histórica particular* (Fausto, 2001: 175). Permitindo inclusive a Viveiros de Castro (2002) se questionar, para o caso Tupinambá, se a única constância não seria a inconstância. Apesar do grande número de pesquisas nas duas últimas décadas, Laraia (2007) em seu balanço, conclui que o *desenvolvimento dos estudos sobre os Tupi não correspondeu às expectativas* esperadas quando da realização do I Encontro Tupi em 1982.

Finalmente na década de 1990 temos as primeiras discussões envolvendo antropólogos, linguistas e arqueólogos em torno das questões Tupi (Noelli, 1996; Viveiros de Castro, 1996; Urban, 1996; Heckenberger et al. 1998). Essa interação já vinha sendo incentivada por obras como História dos Índios do Brasil (Carneiro da Cunha, 1992), cujo arcabouço prima pela interação entre as disciplinas objetivando a reconstrução da história dos povos indígenas. Concomitantemente alguns antropólogos verificam a proficuidade da interação com a linguística histórica, se interessando pelo passado pré-colonial dos grupos estudados, e assim, voltando-se para analisar os dados arqueológicos. Essa interação é de toda vantajosa, visto que a troca de informações e as críticas permutadas entre as disciplinas têm contribuído para a elaboração de modelos mais embasados.

Para a arqueologia brasileira as duas últimas décadas foram de grande crescimento no número de pesquisadores e consequentemente de pesquisas. Por toda a década de 1990 foram realizados trabalhos que visaram aplicar, testar ou criticar as proposições de Brochado (Scatamacchia, 1990; Noelli 1993, 1996; Assis, 1995, 1996; Viveiro de Castro 1996, Urban, 1996; Heckenberger et al. 1998; Neves, 1998 a e b). Assim como diversos outros trabalhos que abordaram a temática sem considerar as proposições *brochadianas*, continuando a utilizar a terminologia e metodologia propostas no PRONAPA.

Após a segunda metade dos anos de 1990 a arqueologia de contrato abarca a maioria das pesquisas realizadas no país. Infelizmente não tem sido o objetivo da maioria dos relatórios da arqueologia de contrato contribuir com o aperfeiçoamento teórico ou com as discussões acadêmicas. O que sempre vemos nos relatórios de contrato é a preocupação com a classificação dos vestígios encontrados e, a permanência da noção de que a arqueologia brasileira é exploratória e classificatória, devido a existência de amplas áreas desconhecidas. Assim, se classificam os conjuntos cerâmicos sob os auspícios do PRONAPA ou da teoria de Brochado, de forma mutuamente infrutíferas e improdutivas para o conhecimento dos processos pré-coloniais. Como destacado por Silva (2007: 102), sem a aplicação de uma perspectiva interdisciplinar estes sistemas classificatórios são incapazes de contribuir *para um dos objetivos principais da Arqueologia [...] explicar, através do registro arqueológico, os comportamentos e a trajetória das populações humanas do passado.*

A Arqueologia brasileira não é mais apenas exploratória, já temos vários modelos regionais, nacionais e transnacionais que necessitam de dados para serem testados. A arqueologia de contrato tem por característica atingir regiões pouco conhecidas e possibilitar o reconhecimento de muitos sítios, sendo dotada de verbas para o financiamento de quadros de datações mais completos. Estas características são essenciais para avaliar e testar as teorias já existentes e em desenvolvimento pela arqueologia acadêmica. Um passo fundamental para a interconexão entre a arqueologia de contrato e a acadêmica é o uso mútuo dos resultados de pesquisas para a avaliação e aperfeiçoamento dos modelos já existentes e o desenvolvimento de novos. Mais do que classificar os vestígios encontrados, os arqueólogos no Brasil já podem avaliar como estes vestígios contribuem para a discussão dos modelos

vigentes. Dessa forma, pode-se utilizar todos os esforços empíricos para a resolução dos problemas já existentes ou sua substituição por modelagens com maior validade.

A primeira década do século XXI confirma o grande interesse que as populações Tupi demandam tanto da Arqueologia, Antropologia e Linguística, pois diversos trabalhos e discussões apresentaram resultados ou estão em execução. Exemplo disso são os quatro encontros de *Línguas e Culturas Tupi* (2004, 2007, 2010 e 2013), promovidos pelo Laboratório de Línguas Indígenas da UNB, que sob a organização de Ana Suelly Cabral e Aryon Rodrigues tem permitido a interação dos pesquisadores em Linguística e Antropologia. Resultando em importantes publicações que informam o atual conhecimento sobre as populações Tupi atuais (Cabral & Rodrigues, 2007; e a criação da Revista Brasileira de Linguística Antropológica). Temos também os trabalhos realizados no âmbito do *Projeto Tupi Comparativo*, coordenado por Denny Moore, que ao partir de comparações entre a fonologia e a inteligibilidade mútua entre as línguas vem propondo outras relações internas às famílias linguísticas do tronco Tupi.

Interessante notar que apesar da forte influência de Aryon Rodrigues nas teorias de Meggers e Brochado sobre os Tupi, e a importância da classificação linguística para o entendimento de sua relação ao período pré-colonial, não houve a participação de arqueólogos nas publicações dos eventos de línguas e culturas Tupi. Mais uma vez os arqueólogos esperaram os resultados, ao invés de congregar as discussões para a construção de um modelo interpretativo juntamente com a Linguística e a Antropologia, estas duas já claramente cooperativas. A Arqueologia ainda persiste tentando “reinventar a roda” sobre a questão dos Tupi. Mantém-se o descompasso entre as pesquisas arqueológicas e os trabalhos da Antropologia e da Linguística, a participação dos arqueólogos nas discussões destas duas ciências poderia enriquecer os resultados, já que em muitos casos os objetos são coincidentes.

Apenas nos dois últimos encontros de *Línguas e Culturas Tupi* (2010 e 2013) a arqueologia foi representada por pesquisadores da área especialmente por Eurico Miller e Eduardo Neves. Além disso, em 2009 Miller participa com um extenso artigo da Revista Brasileira de Linguística Antropológica (Miller, 2009), neste artigo traz dados relevantes sobre os sítios tupi de Rondônia, incluindo datações recuadas e

características da cultura material, estrutura semelhante é apresentada em artigo mais recente na mesma revista (Miller, 2013). Contudo, apesar destas publicações estarem em uma revista específica sobre linguística os artigos de Miller tocam apenas superficialmente nos modelos linguísticos, utilizando-os apenas como teoria de fundo para os dados sobre antiguidade da presença Tupi, centro de origem e identidade etnolinguística. Participação em eventos e publicações em comum parece ser uma aproximação apropriada, entretanto não bastam, fica clara a necessidade de uma agenda comum, contemplando projetos estruturados para testar as hipóteses com pontos em comum entre as disciplinas.

Por sua vez, perspectiva interessante iniciada com os trabalhos de etnoarqueologia desenvolvidos por Silva (2000, 2002, 2003, 2008, 2009), vem firmando a interação entre estudos etnográficos a partir dos referenciais da arqueologia comunitária (Marshall, 2002; Tully, 2007) para populações Tupi¹¹. Ao demonstrar a existência de interpretações dos próprios grupos sobre os vestígios arqueológicos e as pesquisas arqueológicas, este tipo de trabalho considera as representações das comunidades *como elementos indiscerníveis das interpretações arqueológicas* (Ferreira & Funari, 2009). Este tipo de abordagem visa garantir aos grupos indígenas o reforço a sua luta pela soberania territorial e preservação da biodiversidade e sociodiversidade (Silva et al., 2007 e 2008).

Apesar do entendimento da tradição Tupiguarani (cultura material) como não totalmente associada aos povos de línguas Tupi as pesquisas levadas a cabo por André Prous na primeira década deste século levaram a primeira compilação pluri-autoral sobre as cerâmicas da família Tupi-Guarani. Que resultou na publicação de três volumes intitulados "Os Ceramistas Tupiguarani" (deixando clara a opção teórica dos organizadores), organizados por Prous e Lima (2008, 2010 e 2010) reunindo tanto a republicação de dados antigos como trazendo novos dados e interpretações, restando ainda o indicativo da publicação em CD-ROM de um catálogo (no prelo).

Em termos de pesquisa e publicação sobre a arqueologia dos povos Tupi tenho ainda que ressaltar que na última década se intensificaram os trabalhos de pesquisadores argentinos, nos garantindo um contraponto significativo para além de

¹¹ Trabalhos de cunho semelhante com outros grupos ver Heckenberger, 2004; Fausto & Heckenberger, 2007; Green et al., 2003.

nossas fronteiras. Um conjunto de artigos (e.g. Rodríguez, 2004 e 2009; Loponte, Acosta, Capparelli & Pérez, 2011; Bonomo, Angrizani, Apolinaire, Noelli, no prelo) associado a encontros regionais têm trazido para as discussões dados até então desconhecidos e garantindo modelos regionais (Bonomo, Angrizani, Apolinaire, Noelli, no prelo) interessantes para crítica aos modelos aqui considerados.

As pesquisas e publicações sobre a origem e as rotas de expansão dos povos Tupi nos últimos anos estão tão acaloradas que redespertaram a atenção até mesmo de uma especialidade que não se posicionavam a respeito pelo menos há 126 anos. É o caso dos estudos de craniometria levados a cabo pela equipe liderada por Walter Neves (Neves et al., 2011) revivendo o viés de pesquisa abandonado desde o primordial trabalho de Peixoto (1885). De modo muito análogo ao proposto por Peixoto a pesquisa de Neves et al. buscou avaliar uma possível relação entre as características biológicas dos espécimes analisados com as divisões etnográficas com base na linguística. Como resultados aponta-se a confirmação da relação dos povos Tupi do leste e sul da América do Sul com populações amazônicas, grande proximidade genética entre Tupinambá e Guaraní e destes em relação aos produtores da fase Marajoara, e a indivíduos dos grupos Guajajara e Tenetehara do Maranhão, e ainda a indivíduos de língua Arawak e Txapacura. Para os diferentes níveis de semelhanças os autores propõem hipóteses específicas. O que fica de mais relevante deste trabalho é a demonstração de nossa ignorância no que diz respeito as relações genéticas (biológicas) entre os grupos indígenas antigos e atuais e o fato de deixar explícito uma demanda de pesquisa, ou seja, a possibilidade de comparações craniométricas entre os falantes de famílias do tronco Tupi e as demais línguas indígenas da América do Sul.

Como vimos até aqui, atualmente temos a multiplicação dos estudos de arqueologia, sejam acadêmicos ou de contrato e, com isso regiões anteriormente desconhecidas hoje já contribuem para os quadros gerais. Além disso, devido a arqueologia de contrato as pesquisas na Amazônia legal ganham uma proporção nunca experimentada, o que leva a reflexão por parte de um grande número de pesquisadores sobre as teorias até então firmadas para aquele território. Centenas de novos sítios com cerâmicas policromas encontradas levaram inevitavelmente as propostas de Lathrap/Brochado e Meggers a despontarem nos relatórios, artigos e dissertações defendidas entre 2005 e 2010. Podemos afirmar que atualmente a

Arqueologia Tupi é um dos assuntos mais tratados na arqueologia brasileira, o que pode ser facilmente verificado ao olharmos para os trabalhos nos Congressos da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Devido à proposta de Brochado em associar vestígios arqueológicos e populações étnicas, surgiu no sul do Brasil a *Arqueologia Guarani*, que foi adotada por muitos pesquisadores. Atualmente, vai se firmando o termo *Arqueologia Tupi*¹², se referindo aos estudos sobre todo o processo histórico que envolve o surgimento e disseminação das populações do tronco linguístico Tupi, incluindo tanto as de línguas da família Tupi-Guarani quanto as demais do tronco (veja Quadro 1 e 2).

Utilizando ou não o termo *Arqueologia Tupi* muitos pesquisadores têm abordado o tema dos sítios da antiga tradição Tupiguarani de uma forma que leva em consideração sua associação com grupos do tronco Tupi. Por mais opostas e divergentes que possam ser as hipóteses assumidas dentro desta nova perspectiva, temos de admitir que algo mudou. Pelo menos um grupo considerável de arqueólogos brasileiros não se esforça para se distanciar das correlações etnográficas, pelo contrário vem cada vez mais as perseguindo deliberadamente.

Ao longo de minha pesquisa esta perspectiva é perseguida. Pois ao almejar uma Arqueologia Tupi estou pensando em contribuir para o conhecimento sobre a história destas populações. Assim, da mesma forma que nos trabalhos de Brochado, a variação/variabilidade percebida na cultura material será utilizada para contribuir e enriquecer os modelos já existentes.

As teorias de Brochado sobre os centros de origem das populações ceramistas e suas possíveis rotas de expansão já são questionáveis a luz dos dados recentes (Heckenberger et al., 1998; Neves, 1998 a e b; Urban, 1996; Viveiros de Castro, 1996), mas este talvez não tenha sido seu maior legado. A importância de sua obra reside justamente na forma como estes dados são atualmente interpretados. Ou seja, arqueologia pré-colonial americana feita como história de longa duração das populações indígenas.

¹² Não devendo ser confundido como os estudos dos vestígios dos Tupinambá ou Tupi da costa, como alguns pesquisadores pretendem nomear.

Como percebemos por esta *genealogia* simplificada do uso do termo tupi, ao longo da história este sempre esteve presente de alguma forma e em alguma área do conhecimento. Contudo, percebe-se também que existiram momentos em que houve maior interesse sobre o tema, sobretudo quando envolveu diversificadas áreas do conhecimento. Estes interesses parecem sempre correlacionados com momentos políticos/sociais específicos, aparentemente os *estudos tupi* surgiam quando de alguma forma foram considerados mais necessários.

As considerações apresentadas a seguir representam um esforço interpretativo visando entender a recorrência de momentos históricos onde os grupos Tupi apresentaram grande participação na bibliografia. Reconheço que nesta análise apresento apenas um viés interpretativo, e deste modo, assumo uma escolha, assim como admito a possibilidade de outras interpretações para o mesmo evento. Este esforço se justifica pela apresentação de como entendo estes eventos (tupi-manias), e por lançar esta perspectiva como sugestão para outros trabalhos, visto que a complexidade desta abordagem é condizente inclusive com trabalhos mais aprofundados.

O primeiro momento de grande interesse pelos povos Tupi, manifesto na bibliografia, se deu no primeiro século de colonização do Brasil (entre 1500 e 1620). Facilmente entendem-se os motivos de tanto interesses nestas populações, visto que estes foram os primeiros amigos e inimigos dos europeus. Portanto, aprender sua língua e costumes era fundamental para o sucesso exploratório e colonizador.

Com a chegada dos padres catequizadores, busca-se conhecer a língua e o modo de ser dos indígenas, para com este conhecimento arquitetar o processo de conversão e de *amansamento dos selvagens* (Agnolin, 2005, 2007). Portanto, compondo o movimento colonialista europeu.

A produção de textos sobre os Tupi nos séculos XVI e XVII foi tão expressiva que durante toda a história influenciou e ainda influencia os estudos sobre estes povos. Tanto no século XIX quanto no XX os pesquisadores destes povos buscaram suas bases nos cronistas e missionário do início da colonização. Nesta *idade de ouro Tupi* teve início a dicotomia Tupi/Tapuia, responsável pela desvalorização dos últimos, que permaneceram por muito tempo desconsiderados nos estudos.

Após 1620 reduz bastante as produções a respeito dos Tupi, recebendo um golpe com os decretos do Marquês de Pombal em 1759. Pombal considerava uma afronta ao império português que os índios fossem *civilizados* utilizando a língua geral em vez do português.

Com o início do século XIX terá um novo viço o mote tupi, reiniciam-se os estudos da língua. Com a instituição do império tem-se seu pulso novamente estabelecido com Bonifácio e Magalhães, sucedidos por von Martius, o maior propagador de uma pretensa *grandiosidade tupi*. Ao discurso de Martius se uniram vários partícipes do IHGB, iniciando o movimento indigenista, seguindo até meados da década de 1860 como principal movimento científico/artístico no país.

Este ressurgimento da temática tupi no século XIX pode ser associado a busca por identificação nacional, como manifestação do movimento internacional de busca por elementos nacionalistas. Neste período, vemos a elite intelectual preocupada com a necessidade de consciência de nacionalidade, que evita a fragmentação, e inspira sentimentos de identificação, fundamental *para o processo de autoafirmação* (Baldo, 2006: 1). Assim, o índio idílico representado pelos Tupi, parece encarnar o papel de elemento unificador, sendo selecionado pela literatura e ciências como origem digna da nação.

A política de construção de uma identidade nacional com base no romantismo indigenista foi financiada pelo império, sendo entendida como *colonialismo interno* (Cardoso de Oliveira, 1960). Este colonialismo pode ser entendido como força política acionada internamente as fronteiras nacionais, ocorrendo *quando uma elite se vale da ciência (e não apenas do exército) para imaginar geografias, classificar, governar e expropriar populações* (Ferreira, 2007: 18). O índio Tupi visto a partir de uma literatura mítica, já era considerado *civilizado* em sua origem, sendo utilizado em contraposição com os indígenas vivos, por sua vez considerados selvagens. Deste modo, justificava-se todo ou qualquer esforço de civilizar, pensamento identificável em Varnhagen (1857) e Couto Magalhães (1876).

O conceito de tupi no século XIX foi utilizado como suporte para um colonialismo interno, sustentado por uma arqueologia nobiliárquica, considerada como ferramenta para criar, ou melhor, *achar* o passado glorioso da nação (Ferreira, 2007). Esta Arqueologia posta em prática, ao modo nacionalista e colonialista, se

articulou ao *projeto político centralizador da Monarquia* (Ferreira, 2007: 67), fundindo-se com o que Foucault (1999) chamou de *biopoder* ou *biopolítica*.

Com Realismo/Naturalismo iniciam-se críticas ao tupi onírico, contudo seu papel não muda, deixa apenas de ser uma quimera romântica para ser exigido com rigor científico. Por este motivo, após 1870 passa a ser tratado como assunto dos maiores cientistas daquele período, alçando a literatura científica internacional (Rodrigues, 2008: 347).

Dentre os críticos temos von den Steinen (1886) e Ehrenreich (1891, 1907), que cunham o termo *tupimania* (Tupimanie), e asseveram que a exagerada atenção dada aos povos Tupi produziu uma negligência dos estudos de outros povos (Kodama, 2010; Christino, 2006). Além de produzir erros interpretativos, já que muitos povos eram relacionados aos Tupi sem realmente terem sido pesquisados (e.g. O caso Caribe/Tupi). Rapidamente os críticos da *tupi-mania* aumentaram com a participação de von Ihering (1911) e Emílio Goeldi (1897), que consideravam a tupimania um problema para classificações linguísticas e arqueológicas, e o *filoindianismo epidêmico* do SPI, enfraquecia o órgão na realização do trabalho de pacificação e civilização dos grupos indígenas (Ferreira, 2005, 2007). Instaure-se um viés crítico, possibilitando que seja dada atenção aos outros grupos indígenas não Tupi.

Na década de 1920 mais uma vez o estereótipo tupi é evocado em prol de identidade, no clima do centenário da Independência há o apelo para a produção literária romântica (Figueiredo, 2000). O movimento modernista resgata elementos do romantismo indigenista, como a figura do *nativo* representada por uma transliteração do tupi antropófago dos cronistas. O Movimento Antropofágico, segundo Viveiros de Castro (2007), foi a *reflexão meta-cultural mais original produzida na América Latina até hoje*, onde a

antropofagia foi a única contribuição realmente anti-colonialista que geramos. (...). Ela jogava os índios para o futuro e para o ecúmeno; não era uma teoria do nacionalismo, da volta às raízes, do indianismo. Era e é uma teoria realmente revolucionária... (Viveiros de Castro, 2007: 11).

Mais do que um ideal nacionalista a *revolução antropofágica* oswaldiana se pretendia anticolonialista, num movimento de retirar dos ricos para dar aos pobres, ou seja, extrair da vanguarda europeia o que era interessante e passar para as massas (Viveiros de Castro, 2007). Este movimento coroa toda a discussão da intelectualidade paulista, que buscava no tupi (desde o final do XIX) um objeto de autorrepresentação. Com o Manifesto, Oswald de Andrade, propaga o ideário da nascente metrópole paulista. Movimento que por força conceitual influencia as artes, literatura e ciência no país até os dias atuais.

Deste modo a temática tupi ganha novo fôlego e permanece nos estudos dos linguistas e antropólogos, e após 1940 recupera o vigor que tinha no final do século XIX na Arqueologia. A força da presença tupi nas discussões da Antropologia e Arqueologia será responsável, pela única denominação etnográfica do PRONAPA. Apesar da relutância, se firma a presença da tradição Tupiguarani, que desde sua criação até os dias de hoje fornece certame para críticas e construções.

Na década de 1970 Brochado imerge em um mundo teórico muito diferente do vivenciado no Brasil. Ao trabalhar em conjunto com Lathrap absorve e desenvolve inúmeros pressupostos, sobretudo, relacionados à classificação e relação entre Arqueologia e Etnologia. Lathrap não criou sua metodologia (análise componencial) independentemente, devendo-a intelectualmente a diversos pesquisadores que estavam se digladiando com problemas classificatórios antes dele. Ele foi particularmente influenciado pelo trabalho de Rouse (1939), Spaulding (1953, 1960) e Rowe (1959, 1961). Em um nível mais fundamental, seu pensamento sobre sistemática cultural foi formado por Kroeber (1944, 1957), Sapir (1951) e Kluckhohn (1960, 1961), seu mentor em Harvard. Esta efervescência intelectual atizou em Brochado as já preexistentes ideias da justaposição entre dados arqueológicos e etnologia. Apesar de teoricamente distanciado da *New Archaeology* de Binford, Brochado se aproxima da Antropologia, tendo-a como aporte ao passado dos povos indígenas, ao buscar uma história de longa duração destes povos. O que em certa forma já adianta o uso do pensamento da *École des Annales* pelos pós-processualistas na década de 1980. Com este pensamento em sua tese o debate tupi ganha nova dimensão.

Na Arqueologia as últimas duas décadas trouxeram perspectivas inovadoras. Além de trabalhos que seguiram a linha proposta por Brochado (1984) temos o

Projeto Amazônia Central (Heckenberger et al., 1998; Neves, 1999, 1998 a e b), no qual uma das metas era verificar o modelo de centro difusor de Lathrap e Brochado. As pesquisas apresentaram resultados que demonstram que as cerâmicas policromas na Amazônia Central não são mais antigas que nos demais pontos da bacia Amazônica. Portanto, indicando que o centro de origem destas populações deveria ser buscado em outros locais.

As críticas ao modelo de Lathrap e Brochado, somadas as novas informações de campo da Linguística e Arqueologia (Rodrigues, 2000, 2002, 2007b; Mello e Kneip, 2005, Corrêa-da-Silva, 2010, Urban, 1998, 1996; Heckenberger et al., 1998; Neves, 1999; Pereira et al. 2008, Almeida, 2008) tem feito com que outros modelos sejam pensados. Inclusive com retorno as ideias de Meggers sobre movimentação sul-norte para os Tupinambá ao invés de norte-sul como proposto por Brochado (Corrêa-da-Silva, 2010, Urban, 1996, Rodrigues, 2000, Silva et al. 2004a).

Ao que tudo indica, na atualidade temos uma maior diversidade de formas de se pensar os modelos pré-existentes. Assim como temos maior número de pequenos modelos que ainda não possuem força argumentativa para se destacarem e fixarem.

Exatamente no mesmo período da defesa da tese de Brochado são publicados os textos do *I Encontro Tupi*, apresentando a visão da temática pela Antropologia e Linguística. No que Lux Vidal denominou como a renovação do interesse pelos Tupi. E como vimos às pesquisas sobre estes povos no século XXI continuam vigorosamente, como demonstra os três encontros sobre “Línguas e Culturas dos Povos Tupi”, em apenas seis anos, reunindo trabalhos de arqueólogos, antropólogos e linguistas.

De modo desassociado dos encontros promovidos entre linguistas e antropólogos, temos no início do século XXI encontros promovidos por arqueólogos dentro das Reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira, sobretudo nas ocorridas em 2003, 2005, 2007 e 2009. Estas reuniões foram precedidas pela Exposição Brasil Tupi (Silva et al., 2004a), com enfoque na cultura material destes povos. Com estes encontros, exposições e várias publicações direcionadas percebe-se que nunca se discutiu a temática tupi sob tantas perspectivas na arqueologia

brasileira, produzindo polarizações de estudiosos da cultura material associada aos grupos deste tronco linguístico.

Será que estamos em meio a uma nova *tupi-mania*? Será que assim como no passado podemos perceber motivações político-sociais para a ampliação deste interesse? Sabemos que é muito difícil interpretar um evento estando em seu interior, e que normalmente as análises se realizam após os eventos ou por indivíduos com um olhar externo. No entanto, podemos tentar avaliar quais as condições atuais e dos últimos anos que poderiam ter levado a esta ampliação/pluralização de interesses pelos *vários* Tupi.

Curiosamente este interesse ampliado se manifesta exatamente no momento de abertura política do país. Esta abertura levou a uma abertura teórico-metodológica na arqueologia brasileira, segundo Funari (1998), possibilitou a *emergência de uma pluralidade de abordagens* até então desconsiderada pelos arqueólogos.

O período é marcado pelo surgimento de uma nova agenda sociopolítica, polimórfica e justificada pelo modelo constitucional adotado em 1988, tendo por bases os *modelos regulatórios extranacionais, forjados pelo contexto internacional* (Santos, 2009: 176). Mostrou-se necessária uma reformulação do modelo de Estado, que ao longo das décadas de 1980 e 90 se deu por meio de reformas econômicas e institucionais, dando tom à agenda econômico-sócio-política brasileira. O Estado deixa de ser regulador para ser interlocutor, e por meio de pactos sociais passa a mediar os interesses sociais em relação aos interesses do mercado,

a própria práxis dos mercados tendem a, simbolicamente, proferir o discurso da responsabilidade social como um apanágio de governança no qual todos, inclusive as empresas, são responsáveis pela gestão das questões sociais. Esses discursos, não desprovidos de ideários, terminam por criar na sociedade, de modo geral, a falsa imagem da resolução dos dramas sociais a partir de práticas pontuais de desenvolvimento local, que chegam a ser apresentadas como práticas mitologicamente autônomas, descontextualizadas das políticas de desenvolvimento nacional e internacional (Santos, 2009: 180).

Nas décadas finais do século XX a mundialização da cultura se contrapõe, ao menos parcialmente, a uma cultura nacional. O enfraquecimento dos laços de

solidariedade nacional, num mundo onde as fronteiras são redefinidas pelo mercado, *afetando, sobretudo, os países periféricos que, sem projetos próprios, ficam à mercê dos interesses voláteis do capital aparentemente sem pátria* (Figueiredo, 2000: 99). Segundo a análise de Hall (2003), a crise da pós-modernidade pela qual estamos passando é essencialmente uma crise do indivíduo, do sujeito:

A crise da identidade pode ser compreendida a partir de uma de suas características: o descentramento do sujeito. O homem do ideal humanista começa a ruir quando suas fronteiras já não conseguem mais sustentar sua integridade. À crise individual das identidades singulares soma-se a crise coletiva das identidades nacionais. O processo de globalização denota a fluidez das fronteiras nacionais, igualmente difusas. Deslocamento e descentramento constituem o universo pós-moderno (Pereira, 2004: sp).

O sentimento de nacionalidade se constitui em um dos mecanismos de identificação dos indivíduos (Pereira, 2004), grupo ou congregação. Como consequência do processo de globalização há a desintegração das identidades nacionais e o surgimento dos estados multiétnicos. Buscando reforçar a identificação nacional novamente se recorre a cultura material sob o conceito de patrimônio. Como ressaltado por Ferreira (2008: 39), *a relação entre patrimônio e nacionalismo se firma no fato de que nenhum Governo governa sem patrimônio*. A Arqueologia, juntamente com outras ciências, encampará neste momento o papel de *escolher* o que é patrimônio. E como ignorar o modelo que já funcionou tão bem anteriormente? Teria o tupi idílico ressurgido mais uma vez perante a necessidade de afirmação nacional, ou de grupo local?

Com a homogeneização cultural, ocorre o reforço das identidades locais, nascidas da resistência ao processo de globalização, e ocorre a formação de novas identidades que persistem no lugar das identidades nacionais e são denominadas híbridas (Hall, 2003),

No chamado mundo pós-moderno, não há mais um ponto referencial em torno do qual o sujeito gravita e se constitui firme, mas vários pontos referenciais que não trazem segurança, pelo menos não do ponto de vista anterior, cuja significação era justamente a de uma firmeza estática. Bem mais que o culto ao efêmero, a pós-modernidade deve ser entendida como tempo crítico do homem e de seus referenciais de centro (Pereira, 2004).

Ao que parece nessa pós-modernidade somos levados ao desenvolvimento destas identidades efêmeras, marcadas pela participação em grupos sociais mais restritos. Contudo, partícipes da teoria de redes que ganha fluidez no cotidiano das pessoas, por meios das redes sociais cada vez mais presentes tanto fisicamente quanto virtualmente. Assim, a ciência segue marcada pelo paradigma de Ferdinand Saussure, onde pode ser entendida como linguagem, no sentido de que a língua é um sistema social. As pessoas que *falam o mesmo idioma*, que se comunicam pelo seu conhecimento particular, manifestam um grau de identificação. Hoje estar vinculado a um grupo confere-nos identidade, mesmo que efêmera.

A Arqueologia ajuda a compreender a história dos indígenas, como aqui pleiteio, e ao mesmo tempo ajuda a entender a nossa própria realidade e em última instância constrói a realidade em que se deseja viver, como marca do antirrealismo da crise historiográfica (Zagorin, 1999).

Mais importante que a identidade construída pelos próprios estudiosos, esta ampliação nos estudos sobre populações Tupi insere-se como discurso dos próprios grupos indígenas, consequentemente alimentando as discussões em prol de uma arqueologia mais reflexiva e comunitária (Hodder, 1992, 2003). Com esta nova *tupimania* temos a oportunidade para nos esforçarmos na constituição de uma nova agenda social para a Arqueologia brasileira, realizada conjuntamente com as populações indígenas, por sua vez diretamente afetadas pelas conclusões de nossos trabalhos.

Não devemos mais estudar o passado de um povo sem considerar que nosso *objeto* tem voz e interesses. Sem pensarmos que os resultados das pesquisas influenciam diretamente a representação social construída sobre uma população ainda vivente. Senão, continuaremos a replicar um colonialismo interno. Devemos utilizar a arqueologia das minorias para contribuir com respostas a crise da pós-modernidade (Hodder, 1999).

Como já amplamente constatado em pesquisas internacionais (Tully, 2007; Jackson & Smith, 2005; Condori, 1994; Kojan & Angelo, 2005) e nacionais (Silva, 2002, 2007, 2009b; Green et al., 2003) os grupos indígenas tem suas próprias interpretações sobre os vestígios arqueológicos, sua construção do passado é tão

válida quando a engendrada pela arqueologia ocidental. Aquilo que produzimos reflete na visão que a sociedade brasileira faz destes grupos, assim como dos próprios indígenas sobre si e sobre o arqueólogo. Portanto, temos de ter consciência que nossos resultados são amplamente utilizados em processos de demarcação de terras indígenas, ou no reconhecimento e autorreconhecimento de grupos étnicos. Como é o caso, dos dilemas da identidade e da autodeterminação dos Tupinambá de Olivença (Viegas, 2007), que durante muitos anos tiveram sua identidade negada, sendo reconhecidos apenas em 2001, e o território demarcado 2009, com importante participação da Arqueologia na localização de vestígios arqueológicos associados aos Tupi (Etchevarne, 2004).

Sob a óptica da arqueologia indígena a análise dos vestígios do passado se firma como uma ciência que traduz o passado no presente, buscando estruturar argumentos que permitam fundamentar uma história de longa duração para as Américas. De forma a reconhecer que a história dos povos americanos não se inicia com a colonização europeia.

Temos bons exemplos de como são proveitosos os estudos dedicados a pensar continuidade e a história de longa duração, já que obras como a de Hodder (1987, 1991, 2003), Renfrew (1987), Jordan & Shennan (2003) e Anthony (2007), resultaram tanto em boas reconstruções do passado aos moldes da arqueologia ocidental moderna, quanto permitiram identificação e reconhecimento de sociedades tradicionais. A perspectiva da arqueologia pós-moderna em unir dialeticamente o passado e o presente nos permite análises mais engajadas, apresentando uma visão de passado mais comunitária. Passado compartilhado tanto pela sociedade nacional quanto pelos grupos indígenas, permitindo entender que tanto a história do povoamento da América quanto a sua constituição populacional atual são fruto da interação por milhares de anos de diferentes populações, hoje visíveis graças a quebra da máscara das nacionalidades.

Pelo menos sabemos que na atualidade a tupimania não apresenta os mesmos elementos criticáveis do século XIX e XX. De certa forma os estudos Tupi atualmente parecem bem mais condizentes com as pluralidades da pós-modernidade. Porém, ainda carecemos de inovação, visto que os problemas que buscamos resolver subjazem ao século XIX: centro de origem, rotas de expansão, filiação linguística, etc. Será que não conseguimos ir além das questões

apresentadas no XIX? O que buscar de novo na Arqueologia Tupi? Como partir para novas teorias se nem as antigas foram respondidas? Enfim, podemos creditar à arqueologia indígena a tentativa de trazer um novo debate dentro das velhas questões, vivificando inclusive os interesses dos povos indígenas. No mais, reconhecer que estamos inseridos em um evento histórico marcado pelas vicissitudes de seu tempo nos permite ter consciência da subjetividade de nossas análises, e talvez nos ajude a buscar resultados mais aprimorados.

CAPÍTULO 2

Cultura material, linguística histórica e história de longa duração

*A mente é uma metáfora
do mundo dos objetos*

(Bourdieu, 1977: 91)

Conceituando

O distanciamento entre Arqueologia americana e História inicia-se no século XIX (Langebaek, 2005), evidenciado no Brasil pelo uso apenas da Etnografia no estudo da trajetória dos grupos indígenas. As sociedades consideradas *sem Estado* foram estigmatizadas como “*primitivas*”, *condenadas a uma eterna infância* (Carneiro da Cunha, 1992: 11), e por considerá-las paradas no tempo seu estudo não competiria a História, como deixou claro Varnhagem, já que para *tais povos na infância não há história: há só etnografia* (Varnhagem, 1978 [1854]: 30). A arqueologia brasileira pós Segunda Guerra Mundial herda esta concepção, reforçada pelo conceito francês de pré-história, aplicado ao contexto de populações ágrafas (Barreto, 1999-2000). Assim, os grupos indígenas foram excluídos da História nacional e, mesmo quando foram elevados a modelos românticos de nacionalismo (como vimos no capítulo anterior), só se considerou os grupos extintos e idílicos, nunca conectando historicamente esse “passado glorioso” aos índios vivos. Esta concepção de isolar a trajetória das comunidades indígenas a um patamar a-histórico reflete uma *rejeição das raízes indígenas por parte da sociedade nacional* (Barreto, 1999-2000: 33), condenando tais povos a não terem uma história. Mesmo quando estudos arqueológicos se vincularam aos pressupostos da

Antropologia, se pensou em uma Antropologia de *sociedades frias* de Lévi-Strauss (1962). No Brasil, esta situação levou inexoravelmente a uma dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, como se não fosse possível realizar nenhuma conexão entre estes e os seus antepassados.

Apenas recentemente esta situação começou a mudar com o uso pela Antropologia e Arqueologia de métodos da História (Hodder, 2009 [1987]; Langebaek, 2005), bem como, com a introdução - mesmo que tímida - de referências pré-colombianas em livros de história. Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial (Barreto, 1999-2000), reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana.

Esta mudança ocorre principalmente com os novos conceitos introduzidos pelos pós-processualistas, que trouxeram a noção de *habitus* de Bourdieu e a *gramática generativa* de Chomsky para trabalhos arqueológicos, substituindo a preocupação apenas com os processos e comportamentos para também considerar contingência e agência (Langebaek, 2005). Deste modo, percebeu-se que a História oferecia métodos tão úteis a Antropologia quanto a Arqueologia. A busca por maior rigor teórico nos estudos sobre interação, mudança social e cultural introduziu o conceito de *longue durée* de Braudel (1958). Aplicado pela primeira vez em arqueologia por Lamberg-Karlovsky (1985), para distinguir processos graduais cumulativos e períodos de alternância de forças que transformam a ordem social e cultural, levando à alteração social (Trigger, 2004: 323). Logo em seguida uma coletânea de trabalhos foi editada por Hodder (2009[1987]), onde vemos diversos trabalhos com aplicação do viés histórico da longa duração. Hodder deixa claro que a Arqueologia é fundamental para a construção de uma história profunda, pois traz uma perspectiva diferenciada no que diz respeito a questões de interação entre a cultura material e o mundo simbólico. Explicita desta forma o papel histórico da cultura material através de sua permanência nas sociedades, por meio de processos como a difusão, aculturação e produção dos chamados *skeuomorphs* (Hodder, 2009[1987]: 1).

Apesar do conceito de longa duração ter sua base em mudanças estruturais, lentas, quase imperceptíveis (Langebaek, 2005), admite-se que tais mudanças são originadas de eventos específicos (curta duração de Braudel), oriundos da conjunção de atos dos indivíduos (Langebaek, 2005; Hodder, 2009[1987]). Estes eventos e indivíduos estão inseridos em uma estrutura com mudanças e ritmos perceptíveis, entendida como uma história social (história de média duração). Tais mudanças em curto prazo criam e reproduzem a longa duração (Hodder, 2009[1987]), sendo o entendimento da interdependência entre a longa duração e a curta duração fundamental para análise arqueológica. Ao refletirmos sobre a participação dos indivíduos e eventos nesta estrutura evitamos fazer um trabalho *muito estrutural* (Heckenberger, 2001), apesar de reconhecer-se a estrutura como dominante dos problemas da longa duração (Braudel, 1958).

A perspectiva de longa duração é fundamental para os estudos sobre continuidade/mudança e tradição/ inovação (Hodder, 2009[1987]), visto que permite pensar estrutura e ação, e avaliar essa relação como mais dialética e antagônica do que propriamente sistêmica.

No Brasil o conceito de longa duração vem sendo aplicado para dar maior rigor teórico às pesquisas que buscam entender o registro arqueológico como vestígios das populações indígenas atuais. A partir da década de 1980 trabalhos como os de Beltrão (1970/71; 1978), Wüst (1983, 1987/88/89, 1990), Brochado (1977, 1984), iniciam uma perspectiva que reaproxima a arqueologia brasileira e as populações indígenas, originando nas duas décadas seguintes trabalhos que ampliaram esta proposta e buscaram maior embasamento no referencial teórico da História. Assim trabalhos como os de Heckenberger (1996, 2001), Noelli (1993, 1999-2000, 2004), Noelli e Dias (1995), Neves (1995, 1999, 1998 a e b, 2001, 2006), Heckenberger & Neves (2009) e Eremites de Oliveira (2003), utilizam o referencial da *arqueologia como história de longa duração* (Hodder, 2009[1987]: 1) das populações indígenas, partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais.

Entendo os trabalhos que utilizam os pressupostos da *longue durée* em arqueologia como inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como *história indígena* (Carneiro da Cunha, 1992). Aparentemente este movimento

se origina por esforço e mérito das comunidades indígenas que nas décadas de 1970 e 80 se organizam em um movimento nacional. Tal mobilização levou a sensíveis alterações no texto da Constituição de 1988, *que abandona as metas e o jargão assimilacionista e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores* (Carneiro da Cunha, 1992: 17). Contudo, reconhece-se que *uma história propriamente indígena ainda esta por ser feita* (idem, ibidem: 20), e a maior das dificuldades para sua realização consiste na adoção de um *ponto de vista outro sobre uma trajetória de que fazemos parte*.

Deste modo, almejo perseguir deliberadamente as conotações etnográficas dos vestígios arqueológicos, visto entender os resultados obtidos pela arqueologia pré-colonial americana como história de longa duração das populações indígenas atuais, como vislumbrado por Brochado (1984: 1) e desenvolvido por Neves (1995, 1999, 1998 a e b, 2001, 2006), Noelli (1993, 1999-2000, 2004), Noelli e Dias (1995), Heckenberger (2001, 2005), Heckenberger e Neves (2009), Hodder (2009 [1987]), Eremites de Oliveira (2003), Bospalez (2009) e Wüst (1990). A arqueologia, nesta perspectiva, possibilita a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração (Bospalez, 2009), resultando em uma história cultural dos povos indígenas.

Arqueologia enquanto História Indígena pressupõe aportes de outras áreas do conhecimento como a Linguística Histórica, a Etnografia e, a Etnoistória de modo a permitir a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança (Brochado 1984, Heckenberger 2005, Heckenberger, Neves & Petersen 1998, Noelli 1993, 1996), ou seja, processos históricos de longa duração. Permite ainda, que através da Etnologia e Etnoistória se busque evitar o essencialismo da relação entre cultura material, língua e etnicidade, já que permitem perceber os grupos étnicos como muito mais fluidos e dinâmicos culturalmente (Jones, 1997; Hill & Santos-Granero, 2002).

No entanto, tentar apenas empregar a Linguística ou a Etnografia para melhorar nossa compreensão do passado, ou a Arqueologia e a História para

entender o presente, pode não ser a melhor solução, como ressaltado por Heckenberger,

Trata-se, ainda mais, de tentar revelar e relacionar padrões relevantes, visíveis em níveis analíticos diferentes (ou seja, relativos a escalas espaço-temporais variáveis), buscando entender história e cultura num sentido holístico; em outras palavras, trata-se de criar um diálogo conceitual entre modos diversos de pensar a história (Heckenberger, 2001: 25).

A concatenação dos resultados das pesquisas destas disciplinas deve ser realizada a partir de um intercambio aberto (Heckenberger, 2001: 25), visando reconstruções históricas compreensíveis tanto do ponto de vista de uma historiografia tradicional ou das mentalidades. Assim,

padrões culturais relevantes são reconstruídos em vários momentos ao longo de um continuum histórico-cultural (“fatias de tempo”), isto é, compreendendo o “sistema” (ou partes significativas deste) em diferentes pontos do tempo e do espaço, e ligando-os concretamente para revelar traços comuns, que refletem não apenas a existência de uma continuidade entre aspectos desarticulados da cultura, mas fundamentalmente os princípios estruturais ou a ordem cultural subjacente – uma unidade de sentido organizada em torno de esquemas culturais típicos (conforme Ortner, 1990:60). De qualquer maneira, este tipo de estudo é topológico, e depende de nossa habilidade em identificar elementos que reflitam diretamente a continuidade cultural (estabilidade estrutural) ou a mudança (transformação estrutural) (Heckenberger, 2001: 25).

Entendo que este *continuum* histórico entre o passado recuado e a realidade atual dos grupos indígenas possa ser melhor alcançado ao se considerar os resultados das pesquisas arqueológicas, linguísticas, etnológicas e históricas. Consorciar os resultados destas disciplinas é o desafio perseguido nas pesquisas que almejam uma construção histórica de longa duração de populações indígenas. Portanto, neste trabalho busco valer dos resultados obtidos por estas disciplinas, tentando vislumbrar as trajetórias das populações Tupi.

Inicialmente é importante ressaltar que reconheço as dificuldades envolvidas na construção do passado de grupos sociais por meio da associação entre a cultura

material, língua, relatos históricos e informações etnográficas. Muito se discute quanto à validade do uso dos vestígios materiais para a identificação étnica de grupos humanos. Os argumentos são tanto a favor da possibilidade de identificação (e.g. Hodder 1979; Wiessner, 1983, 1989, Brochado, 1984; Conkey, 1990; Pikirayi, 2007; Anthony, 2007; Raymond, 1995), quanto contra (e.g. Trigger, 1977; Jones, 1997; Eremites de Oliveira, 2003, 2007), contudo tem se chegado a conclusões profícuas partindo-se do pressuposto de validade desta associação,

está-se supondo uma associação estreita entre língua e cultura, bem como a retenção de certa gramática cultural na longa duração. Se é preciso prudência analítica nessa matéria, não se pode deixar de notar a grande ressonância que muitas vezes encontramos entre um certo complexo cultural e uma família lingüística. Essa ressonância não é superficial, nem tampouco implica apenas similaridade, como nos mostrou Viveiros de Castro (1986) ao propor uma estrutura sociocósmica comum aos diferentes povos Tupi-Guarani (Fausto, 2005: 17-18).

Binford (1962, 1965, 1989) em busca de uma teoria de médio alcance que permitisse transpor o vão entre o registro arqueológico e o contexto sistêmico propôs a substituição da abordagem normativa da cultura material por uma que permitisse vislumbrar o sistema cultural por traz dos objetos. Para tanto, sugeriu o direcionamento de pesquisas para o estudo da variação formal dos artefatos, estimulando desta forma o desenvolvimento do debate arqueológico sobre os diferentes significados do estilo nos objetos (Conkey & Hastorf, 1990: 9).

A partir deste impulso inicial da *New Archaeology*, seguiu-se acirrado debate sobre os usos do conceito de estilo em arqueologia. Inicialmente o debate ocorreu entre Binford (1962, 1965, 1989) e Sackett (1977, 1982, 1993) e posteriormente sendo abarcado por inúmeros outros pesquisadores, que até os dias atuais apresentam argumentos, experimentos e proposição para o uso deste conceito (para maiores detalhes consultar: Wiessner, 1983, 1989; Carr & Neitzel, 1995; Jones, 1997, Hegmon, 1998; O'Brien & Leonard, 2001; Conkey & Hastorf, 1990; Dias & Silva, 2001; Silva 2001, 2007).

Já nas primeiras discussões com Binford, Sackett (1977, 1993) ao refletir sobre a variação formal da cultura material define o conceito de estilo isocréstico (isos - igual; chrestikós – bom para uso). Para ele o estilo isocréstico é o reflexo das escolhas possíveis feitas por um artesão dentre a diversidade de possibilidades de se fazer algo para ser usado de uma determinada maneira, sendo tais escolhas ditadas pelas tradições tecnológicas do grupo social ao qual pertence (Silva, 2000). Portanto, já apresentando forte significado cultural e remetendo às etnicidades, já que como salientou Hegmon (1992), estilo refere-se a determinado modo de fazer algo próprio de um determinado tempo e lugar. Sackett (1986) entende o estilo como uma qualidade *latente e inerente* de toda ou qualquer variação artefactual, já que a forma é definida pelas escolhas feitas pelo artesão, conscientemente ou não, tais escolhas, por sua vez,

são ditadas pela tradição na qual o artesão foi enculturado como membro de um grupo social, traduzindo-se em noções de design peculiares a certos lugares e tempos, diagnósticos de etnicidade. (...) O aspecto funcional de um artefato reside na maneira como a sua forma serve a um determinado fim e o aspecto estilístico reside na variante étnica ou escolha isocréstica em que esta forma surge, ou seja, nas escolhas tecnológicas (Dias, 2007: 65).

Lemonnier (1992) contribui com as discussões sobre estilo apontando que a noção de variação isocréstica seria insuficiente para o estudo dos sistemas tecnológicos, pois, se faz necessário o estudo das bases sociais das escolhas tecnológicas, avaliando como tais escolhas se inserem em um sistema de significados. Nesta concepção sistemas tecnológicos são entendidos como construções sociais resultantes de escolhas tecnológicas culturalmente determinadas (Lemonnier, 1992), portanto, *um produto e um recurso de criação e manutenção de um ambiente natural e social, simbolicamente constituído* (Dias & Silva, 2001: 96). Entender os sistemas tecnológicos como relacionados diretamente com os sistemas de representação social leva-nos a considerá-los como se constituindo em um local de manifestação estilística, e portando existência de um estilo tecnológico. Partindo destes pressupostos teóricos podemos entender que estilos tecnológicos apreendidos a partir da noção de sistemas tecnológicos nos permitem vislumbrá-los como: modos específicos de se fazer algo; que estes modos

de fazer são transmitidos por meio de tradição cultural entre as gerações; são característicos de um determinado período e lugar; o sistema tecnológico tem de ser entendido em sua relação com os demais sistemas de representação social, entendendo a tecnologia como signo (Sackett, 1977, 1993; Wiessner, 1985, 1993; Carr, 1995; Dias & Silva, 2001). Ao se estudar estas categorias poderei vislumbrar conjuntos de vestígios arqueológicos distintos resultantes das atividades de grupos sociais específicos em um determinado período e local. Desta forma, dando conta de um dos principais objetivos da arqueologia, ou seja, compreender a relação entre as escolhas tecnológicas e os padrões da cultura material e como estas refletem possíveis fronteiras e identidades sociais (Stark, 1998).

Schiffer e Skibo (1997) buscaram entender como a variabilidade dos conjuntos artefatuais se relaciona com as escolhas tecnológicas, afirmando que os conceitos de estilo e função, por si só, não permitem entender os motivos que geram e motivam às escolhas tecnológicas feitas pelos artesões. Segundo estes pesquisadores a variabilidade artefactual pode ser definida pelo conhecimento e experiência do artesão (fruto das diferenças individuais, das estruturas de aprendizagem, a percepção e decisão de fazer, a transmissão de conhecimento e a tradição tecnológica) e por aspectos situacionais (vinculados a aspectos como a procura do material, a manufatura, o transporte, a distribuição, o uso, a estocagem, a manutenção e reparo, a reutilização e a deposição). Assim, não faz sentido questionar *se a causa da variabilidade é estilística ou funcional, mas investigar sistematicamente os processos de ordem comportamental, social e ambiental dos quais ela resulta* (Dias & Silva, 2001: 101).

Como apresentado acima os conceitos de sistemas e estilos tecnológicos permitem-nos acessar identidades culturais impressas no registro arqueológico, devendo ser entendido como um processo dinâmico e multifacetado. Entretanto a grande maioria das abordagens sobre estilo prioriza a discussão sobre sociedade e identidade, negligenciando reflexões sobre como ocorrem mudanças estilísticas (Hardin & Mills, 2000) e como tais mudanças se relacionam com os grupos sociais. Isto dificulta nossa compreensão de outra grande questão arqueológica: como podemos entender por meio da cultura material *a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos?* (Lima, 2011: 12, ver também Shennan, 2000, David & Kramer, 2002) Para alguns a tarefa primordial da

disciplina é explanar sobre os fenômenos de mudança cultural, *a partir de três dimensões inter-relacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo* (Lima, 2011: 12).

Por isso sempre é válido questionar: como se dá o surgimento de um estilo tecnológico específico? Como este estilo se mantém ao longo do tempo? Como ocorre a mudança ao longo do tempo e do espaço? Consequentemente, como cada um desses eventos podem ser interpretados como resultantes e integrados à história dos grupos sociais que produziram tal cultura material? Fica claro que a busca por entender como/porque ocorrem fenômenos de continuidade e mudança nas sociedades e seu reflexo na cultura material é de fundamental importância para os arqueólogos, tanto em termos de mecanismos quanto de processos (David & Kramer, 2002).

Entendo que a reprodução e manutenção de estilos tecnológicos não podem ser compreendidas *sem a percepção de uma dialética entre continuidade e transformação cultural, que ocorre dentro de um processo histórico de longa duração* (Silva, 2009c: 33). A transmissão e manutenção do conhecimento tecnológico, a priori, são feitas a partir de diferentes estruturas de transmissão de conhecimento: 1) transmissão *vertical* (pais para filhos e vários outros tipos intergeracionais que envolvem relações de parentesco), 2) *horizontal* (adulto-adulto, criança-criança e vários outros tipos intrageracionais que envolvem relações parentesco), (Cavalli-Sforza & Feldman, 1981); 3) transmissão *obliqua*, que ocorre do contato com indivíduos não parentes, incluindo o contato com grupos sociais diferentes (Pryor e Carr, 1995: 280; Roe, 1995: 51; Silva, 2000: 123).

Em seu *Esboço de uma teoria da prática*, Bourdieu (1977) apresenta uma reflexão sobre o modo como as crianças se ajustam em sua própria cultura:

Enquanto o trabalho da educação não é claramente institucionalizado como uma prática específica, autônoma, e é o grupo todo e todo um ambiente simbolicamente estruturado, sem agentes especializados ou momentos específicos, o que exerce uma ação pedagógica anônima e difusa, a parte essencial do modus operandi que define a maestria prática é transmitida, em seu estado prático, sem alcançar o nível do discurso (Bourdieu, 1977: 87).

Na Teoria da Prática de Bourdieu os denominados *processos de endoculturação*¹³ ocupam uma posição central, tornando-se importantes para a Arqueologia por ligar as *práticas sociais com a “história da cultura” da sociedade* (David & Kramer, 2002: 49). O *habitus* pode ser entendido como “um sistema de disposições duráveis, princípio inconsciente e coletivamente inculcado para a geração e a estruturação de práticas e representações” (Bourdieu, 1977: 72). Desta forma, desempenha um papel ativo nas ações sociais, sendo também transformado por estas ações, tal recursividade só é possível entendendo o *habitus* como uma lógica prática (Hodder, 1986: 72). Segundo Bourdieu as pessoas desenvolvem disposição para agir de certa maneira devido a ações padronizadas pelas influências das estruturas das condições materiais em que estão inseridas e/ou vivendo. Ao mesmo tempo em que as estruturas condicionam as práticas também são remodeladas e transformadas pelas práticas (Dietler & Herbich, 1998: 244-248). As técnicas também são entendidas como constituídas pelo *habitus*, tal como os demais aspectos da atividade social.

O *habitus* e o conceito de *transformação interna* dos grupos sociais se apresentam como alternativas ao essencialismo de considerar a mudança sempre oriunda de migração, invasão ou adaptação ambiental. Mesmo havendo uma tradição tecnológica partilhada pelos diferentes membros de um grupo podem ocorrer comportamentos idiossincráticos particularizando aspectos produtivos (Silva, 2000). Na maioria das vezes tais idiossincrasias ocorrem dentro de uma margem aceita pelas normas do grupo, não havendo controle ou preocupação em inibi-las, já que mesmo diferentes ainda permitem reconhecimento de sua forma e função pelos demais indivíduos (Monticelli, 2007). Partícipes de um processo de longa duração estas pequenas mudanças podem produzir contextos culturais bem diferentes daqueles iniciais. Importante notar o papel das agências individuais (Dorbes & Robb, 2000; Hodder, 2000; Dornan, 2002), pois,

¹³ “Toda endoculturação é resultado de um processo de socialização que, em última instância, significa a interiorização das convenções culturais, sociais, morais, através de diversos ritos e instituições, tornando-se a via pela qual se tornar membro da sociedade é não apenas a efetivação de uma destinação forçada a que o ser humano está obrigado (para se constituir como humano), mas também a via de sua constituição na alienação e na sujeição, sem que o sujeito disso se dê conta. Uma teoria adequada da socialização dos indivíduos se obriga a pensar o trabalho de interiorização como o próprio trabalho pelo qual a ideologia se torna a realidade do pensar e do agir dos sujeitos, mas sem que nem esse trabalho nem a ideologia apareçam como existindo” (Sousa Filho, 2009).

grandes sínteses de longa duração não podem ser comensuráveis com pequenas narrativas de momentos vividos (Marquardt, 1992), mas ambas são necessárias em uma arqueologia que aceita papéis de incerteza, intencionalidade, criatividade individual do comportamento humano (Hodder, 2000: 31-32).

Sem negar os conceitos de *sistema* e *função adaptativa* pode-se entender que estes são controlados por ideias individuais, *fundadas não em modelos universais, mas no particularismo de suas culturas* (Lima, 2011: 18). Os indivíduos entendidos como negociadores ativos das regras sociais participam da criação e recriação da ordem social. O importante não é entender o sistema em si, pois

são níveis mais profundos de análise, no caso, as estruturas por meio das quais ele assume a sua forma, que podem incorporar conflitos, tensões e contradições (Hodder, 1995, p. 85). A variabilidade formal do registro arqueológico é devida, ao menos em parte, a mecanismos estruturadores que operam em nível cognitivo e ideacional (Lima, 2011: 18).

Nesta perspectiva, a cultura material não é produzida por um sistema, mas por indivíduos que o fazem a partir de escolhas ideologicamente determinadas, deixando de ser reflexo da cultura para constituí-la ativamente (Hodder, 1982). Partindo destas premissas as formas materiais deixam de simplesmente representar distinções sociais, ideacionais ou mesmo sistemas simbólicos para serem entendida como o meio pelo qual esses valores, ideias e distinções sociais são continuamente reproduzidos, legitimados e/ou transformados (Tilley, 2008, apud Lima, 2011). Originando uma trama de relações sociais que *se instala a partir da cultura material. Assim, tanto as coisas materiais mudam porque as sociedades e as pessoas que as produzem mudam, quanto elas mudam para que as sociedades e as pessoas mudem* (Lima, 2011: 19).

Este contínuo “reinventar” dos grupos é denominado por alguns como transformação cultural (Hill, 1996; Hill & Santos-Granero, 2002; Boccara, 2003; Hornborg, 2005), referindo-se a capacidade intrínseca de adaptação e criação das sociedades, não apenas oriundas dos processos de fissão e fusão, mas também incluindo a incorporação de elementos estrangeiros e nas continuas mudanças na

definição do *self* (Carvalho, 2006). Tomando em consideração a ideia de transformação cultural evita-se premissas essencialistas no uso de termos como *povos* ou *grupos* (Hornborg, 2005), dissolvendo homogeneidades sincrônicas em favor do entendimento dos processos históricos.

Nesta construção do ser individual e social a linguagem parece sempre ter tido um relevante papel, visto que para o ser humano ela é o meio de transmissão por excelência, tendo importância fundamental, propriamente constitutivo da agência,

a linguagem integra a agência em sua essência, em sua natureza simbólica e que constitui a lógica da ação. A linguagem fornece os contornos que estabelecem a agência como recurso simbólico-material necessário para movimentar o existir, histórico, por excelência (Maia, 2009: 21).

O aprendizado de uma ação se dá no espaço simbólico, implicando em reter significados estabelecidos, ou melhor, *refazer uma significação anteriormente socializada* (Maia, 2009: 21). Desta forma.

O instrumento material de uma agência somente é constituído em seu uso concreto. Tanto o procedimento de uso quanto o próprio “corpo” do utensílio, em sua materialidade, constituem o tal artefato. Uma ferramenta é composta por ambos, a sua materialidade e a sua significação simbólica. Ambas necessitam ser fixadas e reproduzidas no grupo (...). Esse conjunto de técnicas simbólico-materiais constituem laços que consolidam indivíduos em práticas compartilhadas no grupo. São práticas que permanecem no grupo, como características históricas do grupo continuamente reproduzidas. Renovam-se na memória. Assim, a permanência de um instrumento, de um utensílio, de uma técnica, é da mesma ordem da persistência de uma operação simbólica. A cadeia operatória e sua sintaxe sobrevivem na memória histórica do grupo. Esta a noção de dizer-se que a técnica é tanto simbólica quanto material. Em todo fazer há um saber-fazer. (...) A trama de cadeias operatórias utilizadas estabelece uma percepção do que seja o mundo e de como agir nesse mundo. O mundo se apresenta como um feixe de agências que expõe significações para seus usuários-agentes. Nesse estágio, a historicidade de um certo membro do grupo é dada pelo conjunto articulado de agências que compõe e rege a sua vida naquele grupo. Ele age e percebe o mundo através de sua

historicidade, das significações disponíveis e que estão enfeixadas por essa trama de agências (Maia, 2009: 21-22).

Seguindo esta perspectiva entendo que a linguagem permite que as ações ganhem sentido, assim como as interatividades dos agentes através da instância simbólica. A linguagem torna-se o suporte fundamental para o *devir histórico através de seus angênciamentos* (Maia, 2009: 27). Pensar na linguagem como de fundamental importância para a continuidade ou transformação nos faz avaliar o uso de campos de estudos linguísticos como a etnolinguística e a linguística histórica. Deterei-me mais a tratar sobre a linguística histórica, contudo a conceituação da etnolinguística me é cara por reforçar as ligações entre língua e características culturais dos grupos.

Objetivando o estudo das estruturas sócio-culturais refletida pelas línguas, a etnolinguística relaciona a história de uma língua à história de uma cultura, entendendo que os costumes de um grupo atuam sobre a língua assim como a língua constitui o próprio grupo (Aragão, 2006; Lewandowski, 1986). Portanto, trata-se do estudo sobre os *saberes acerca das coisas* (Coseriu, 1979: 8), onde as palavras como parte da cultura acompanham a disseminação de conceitos e dos objetos. Este tipo de raciocínio imbrica as transformações e/ou manutenções sucedidas no âmbito das línguas e cultura material dos povos, tornando-os parte de um *corpus* indivisível, guardando em si referenciais aos trabalhos em semiótica estruturalista de Saussure, Lévi-Strauss e Barthes.

A linguagem e seu papel no processo de transformação cultural são considerados fundamentais na compreensão do processo histórico dos grupos étnicos. Desde muito cedo, ainda no século XVIII, os linguistas se preocuparam com o estudo do processo histórico pelo qual teriam passado as línguas atuais. Inicialmente dominado pela Filogenia e posteriormente passando a ser conhecido já no século XX como Linguística Histórica.

A Linguística Histórica (ou Diacrônica) herda uma metodologia *filética* (de filogenia), posteriormente enriquecida teoricamente pela teoria Darwiniana, sobretudo com a argumentação da *descendência com modificação*. Em síntese, a linguística histórica analisa e compara sistematicamente línguas que poderiam ter

tido uma origem comum, visando estabelecer relações genéticas e reconstituir estágios antecedentes daqueles atuais. Para realizarem esta tarefa os linguistas desenvolveram o *método comparativo* que por sua vez se baseia em duas hipóteses: a) *relação entre as línguas* (relação genética), onde a semelhança entre as palavras de línguas diferentes é entendida como indicação de origem a partir de uma mesma língua ancestral; b) *regularidade* das mudanças de som, indicativa de que tais mudanças se dão de forma sistemática e regular ao longo do tempo. Tais métodos permitiriam tanto rastrear as mudanças ocorridas em uma língua quanto estabelecer cronologia (glotocronologia) para tais mudanças (Rodrigues, 1964, 1986; Moore & Storto, 2002; Santos-Granero, 2002; Fagundes, 2002; Anthony, 2007; Glaucio, 2010).

Assim como na genética evolutiva o conceito de *descendência com modificação* em linguística aponta para o fato de ocorrerem divergências durante a transmissão entre as gerações. Cada nova geração aprende a língua de seu grupo modificando-a um pouco, tais inovações podem ser incorporadas ou esquecidas. As mudanças tendem a ocorrer mesmo dentro do grupo, sendo mais rápidas ou lentas dependendo da estrutura sociopolítica (e.g. quanto maior o prestígio da geração anterior maior a conservação na forma de falar, quanto menor este prestígio mais as novas gerações desejam se afastar do modo de falar destes). Outro fator importante é a fissão de um grupo em parcelas que de alguma forma (sociopolítica ou geográfica) deixam de compartilhar as mudanças linguísticas surgidas com o passar do tempo. Para os linguistas esta é a principal razão da origem de dialetos diferentes, que ao continuarem divergindo com o tempo originam línguas diferentes. Além destes, ainda devem ser considerados os fenômenos de línguas diferentes oriundo de contatos ou fusões com outros grupos, situação que dificulta os estudos de genética linguística (Rodrigues, 1964, 1986; Shennan, 2000; Moore & Storto, 2002; Jordan & Shennan, 2003; Anthony, 2007; Glaucio, 2010).

Não por coincidência que a filogenia e a genética linguística se assemelham as primeiras classificações das “culturas” feitas pelos arqueólogos. Na verdade já nas primeiras metodologias que classificavam as culturas arqueológicas se imbricou língua e cultura, incluído aí a cultura material (e.g. Johann Gottfried von Herder, 1769; Sir. William Jones, 1786 e Daniel Brinton, 1891). Como se pode perceber os processos de inovação dentro do próprio grupo e empréstimos são utilizados para

explicar mudanças no tempo e no espaço tanto nas línguas como em relação ao estilo tecnológico. Assim, desde o início os estudos que buscavam explicar variação e origem de variação nas línguas sempre o fizeram baseado na variação dos grupos sociais como um todo. Deste modo, o que levaria a mudança na língua também levaria mudança em outras instâncias culturais, que em um viés arqueológico histórico-culturalista (essencialista) representava variação *direta* na cultura material e vice-versa.

Para os linguistas é muito simples entender a relação entre a língua e o mundo material, visto que as palavras são representações simbólicas deste mundo. Como já afirmado por Sapir, *o vocabulário completo de uma língua pode realmente ser encarado como um inventário complexo de todas as ideias, interesses e ocupações que tomam a atenção da comunidade* (Sapir, 1912: 228). Através do método de reconstituição os linguistas utilizam fonemas comuns em cognatos de diferentes línguas para reconstituírem palavras que teriam existido na língua ancestral (comumente denominada Protolíngua) que deu origem as demais. Deste modo, entende-se que ao se recuperar palavras de uma Protolíngua também se recuperam os significados destas palavras. Ao reconstituir palavras como cerâmica, cesto, machado, pai, mãe, tio, sogro, rio, cavalo, carroça, milho, mandioca, se abre uma janela para o conhecimento da cultura material, laços sociais, formas de organização espacial e todo um sistema prático e simbólico (Moore & Storto, 2002; Anthony, 2007; Glaucio, 2010; Balée, 2000; Noelli, 1999/2000).

A recuperação de vocábulos de Protolínguas apresenta destacada relevância em disciplinas, que como a Arqueologia, busca compreender o passado dos grupos. Outra relevante contribuição da linguística para estas disciplinas refere-se a possibilidade de se detectar a fissão de um grupo e a manutenção de seu distanciamento, sobretudo por meio de processos de migração/expansão.

O estudo da movimentação dos povos sempre foi muito caro a Arqueologia, sobretudo, para os teóricos histórico-culturalistas da primeira metade do século XX. Com o advento da Nova Arqueologia houve uma repulsa a pensar os processos de movimentação de populações enquanto fatores explicativos para as mudanças nos grupos humanos pretéritos. Como David Anthony (1990) nos orientou “não devemos despejar o bebê juntamente com a água do banho”, ou seja, apesar dos problemas

não devemos rejeitar a utilidade explicativa que os fenômenos de migração podem fornecer, mesmo que de forma heurística. Assim, se advoga que

Dentro de uma perspectiva construtiva, enfocando a ação dos indivíduos dentro de contextos históricos específicos, migração pode ser compreendida como um comportamento que é realizado por subgrupos bem definidos (em geral grupos de parentesco) que tem objetivos específicos, em relação ao local de destino e que utilizam rotas conhecidas (Anthony, 1990, tradução Irmhild Wüst).

O aumento de pesquisas arqueológicas com enfoque regional e inter-regional permitiram novas abordagens sobre a movimentação de populações. Além disso, constatou-se a dificuldade de estudar mudanças linguísticas ou a dinâmica ao longo das fronteiras sem que se compreendam os processos de movimentação dos povos (Anthony, 1990, 2007). O problema do uso do conceito de migração são as premissas erradas, não devemos apenas classificar artefatos identificando-os em unidades espaciais-cronológicas e fazer ligação com grupos etnohistóricos. É necessário entendermos os diferentes processos envolvidos em eventos de movimentação de pessoas tais como: fluxo, refluxo, fatores negativos e positivos de causalidade, se de curta ou longa distância, conhecimento inter-regional, tipo de subsistência, custos de deslocamento, demografia e sistemas de crenças e valores dentre outros. Portanto, fica claro que devemos nos preocupar fundamentalmente com a estrutura dos processos de migração, mesmo que as causas não sejam bem compreendidas (Anthony, 1990, 2007). Pois se compreendermos bem como ocorreram os movimentos populacionais poderemos ter quadros mais claros para inserirmos os dados oriundos da linguística, arqueologia e etnohistória.

Como em um círculo hermenêutico percebe-se que a linguística histórica possibilita visibilidade dos eventos de fissão/fusão dos grupos e se estes continuaram separados/juntos, contudo para que se consiga clareza na argumentação é necessário entender a estrutura do movimento populacional, ambos - linguística e migração - alimentam e são alimentados por evidências arqueológicas, que por sua vez, necessitam tanto dos estudos linguísticos e migratórios para elaborar modelos mais plausíveis sobre a história de longa duração das sociedades atuais.

O aporte teórico até agora exposto nos promete que: 1) a partir do estilo tecnológico podemos reconhecer conjuntos artefatuais específicos de um tempo e um lugar, permitindo associações entre estes conjuntos e os grupos sociais responsáveis por sua produção; 2) o consórcio entre os resultados dos estudos da linguística histórica e a compreensão dos processos de movimentação populacional garantem o entendimento da atual situação dos grupos etnográficos.

Para nosso pleito que é contribuir para a compreensão da história de longa duração dos povos Tupi utilizarei este aporte teórico para tentar compreender a dinâmica dos processos de continuidade e mudança cultural que estariam marcados na cultura material destes povos, mais especificamente em seus conjuntos cerâmicos.

Desta forma torna-se essencial também que se considerem as contribuições da etnologia, etnoarqueologia, etnohistória, para enriquecer nossas reflexões sobre a relação entre cultura material, povo e língua (Jones, 1997; David & Kramer, 2001; Silva, 2000, 2009; Hill & Santos-Granero, 2002; Heckenberger, 1996, 2005; Noelli, 1993, 1999; Brochado, 1984; Wüst 1990, 1996; Neves, 1998a, 1998b, 2008; Anthony, 1990, 2007; Refrew, 1987).

Para a Arqueologia nas Américas o conhecimento das práticas e costumes das sociedades indígenas sempre foi muito relevante como parâmetro comparativo, sobretudo com a introdução dos pressupostos antropológicos da Nova Arqueologia. Apesar do pós-processualismo assumir novas abordagens teóricas continua a reconhecer a validade do uso de dados etnográficos para a construção de modelos e proposição de hipóteses sobre a relação entre o comportamento humano e o mundo material (Silva, 2009a). Conforme apontado por Lemonnier,

Um estudo das relações entre tecnologia e sociedade precisa necessariamente partir do estudo das diferenças, das variações nas ações tecnológicas observadas em uma sociedade particular, bem como, entre muitas sociedades através do tempo e do espaço (Lemonnier, 1992: 19 apud Silva, 2000: 35).

Grande número de trabalhos no Brasil aplicou dados oriundos da Etnologia para compor seus modelos de forma implícita ou explícita (e.g. Lathrap, 1970a e b;

Meggers, 1971, 1972; Brochado, 1977, 1984; Noelli, 1993; Wüst, 1990; Wüst & Carvalho, 1996; Neves, 1998 a e b). As conclusões e descrições sobre os grupos indígenas presentes nos trabalhos antropológicos têm permitido maior *relacionismo/dialética* no estudo tanto da cultura material presente no registro arqueológico como para explicar a sua variabilidade/continuidade e dispersão/concentração. Permitindo entendê-los como oriundo de características socioculturais específicas, também oriundas de processos específicos. Como indicado por alguns trabalhos antropológicos (e.g. Fausto, 2007; Fausto & Heckenberger, 2007; e Viveiros de Castro, 1996, 2003) parece ser uma via de mão dupla, visto que conclusões da arqueologia também têm contribuído com alguns destes trabalhos, onde

a trajetória da arqueologia vem contribuindo para alargar os horizontes, deslocando o foco das considerações ideológicas, mas sem as perder de vista, para as relações sociais. Do mesmo modo, abordagens alternativas na própria antropologia têm visto a cultura material em um contexto em que se evidenciam fatores como a adaptação ecológica ou a organização política (p.244). A contextualização é, aliás, o motor da análise proposta: se existe um contexto conceitual, que remete ao universo mental do criador (à manipulação tecnológica de materiais; às escolhas de produção), existe igualmente um contexto físico, que se refere a uma nova ordem espacial e temporal em que o objeto se associa a outros objetos e a um mundo social. Centralizar a análise em objetos em movimento em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo (Rede, 1996: 268).

A etnoarqueologia ao trabalhar com sociedades contemporâneas busca dados etnográficos visando responder problemas de interesse arqueológico (Silva 2009). Resulta do emprego por parte dos arqueólogos de informações etnográficas em suas interpretações. Mais do que evidenciar analogias ela se constitui em um instrumento para verificar *possíveis variabilidades e mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo* (Silva, 2000: 25, 2009).

Nesta perspectiva trabalhos com viés etnoarqueológico realizados (e.g. Heckenberger, 1996; Neves, 1998 a e b; Silva, 2000; Silva et al., 2008, Politis, 2001; Stuchi, 2008) tem permitido entender melhor os mecanismos de transmissão e

manutenção dos etnoconhecimentos entre as gerações, como se processa a ocupação, exploração e transformação dos territórios e a continuidade e mudança nas tecnologias de produção dos artefatos (Silva, 2009a). Desta forma, as analogias não são mais o foco, pois a

reflexividade, a hermenêutica e a teoria da prática e as articulações entre elas, podem orientar a prática da Etnoarqueologia interpretativa e podem também ser consideradas ferramentas analíticas essenciais na avaliação tanto de estudos processuais quanto interpretativos (David & Kramer, 2001: 51).

Assim como temos a associação entre a etnografia e arqueologia, configurou-se a partir da etnografia e história a denominada etnoistória (Chaves, 2008). Conceituada como método por Trigger (1982), a etnoistória, essencialmente interdisciplinar, concatena dados históricos e etnográficos, produzindo sínteses que em teoria deveriam permitir entender uma cultura em seus próprios termos. Esta forma de pesquisa interdisciplinar muito contribui para o entendimento da dinâmica das populações indígenas americanas desde sua criação. Contudo, atualmente sofre com a crise da pós-modernidade sendo apontada como perniciosa por fazer distinção entre a “história indígena” e a “história geral” (Merrell, 1989). Com isso aponta-se para um novo direcionamento denominado de antropologia histórica (ou antrohistória) possibilitando novo fôlego, mas com a continuidade de certos aspectos metodológicos (Chaves, 2008). Na verdade o que parece estar acontecendo é que as preocupações dos etnoistoriadores agora se tornaram corriqueiras de estudos em antropologia e história, não viabilizando sua individualização.

Independentemente de como se denomina este campo do conhecimento, o importante são as contribuições oriundas da interdisciplinaridade dos estudos antropológicos com o viés diacrônico da História. Elas tornam mais intercambiáveis as conexões com a etnoarqueologia, permitindo a construção de modelos mais dinâmicos para as evidências arqueológicas.

Os estudos etnoistóricos voltados a recuperar informações sobre sociedades não mais existentes ou muito alteradas se fazem preponderantemente por meio da consulta a documentação escrita e/ou oralidade - história oral, mitos, genealogias, etc. (Trigger, 1975, 1982, 1986; Santamaría, 1985). Se realizados de forma

criteriosa, preocupando-se com os vieses presentes em toda documentação, permitem acesso a importantes informações sobre tais sociedades, bem como compreender os processos transformadores que separam a situação atual das populações indígenas e os vestígios arqueológicos deixados por seus ascendentes.

O uso da extensa bibliografia deixada por cronistas, viajantes naturalistas, religiosos e registros governamentais para se recuperar informações sobre grupos indígenas proporciona bons resultados desde o século XIX (e.g. Martius, Alencar, Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Netto, Hartt, Barbosa Rodrigues). No século XX a ampliação do conhecimento etnográfico permitiu que os exames das fontes escritas históricas resultassem em verdadeiros compêndios de história indígena, voltados para antropologia, história ou arqueologia (e.g. Métraux, 1927, 1928a e b; Fernandes, 1949, 1952; Lathrap, 1979; Menéndez, 1981; Brochado, 1984; Carneiro da Cunha, 1992; Monteiro, 1992, 1994; Noelli, 1993).

Fazer história indígena de longa duração envolve coligir resultados de um grande número de disciplinas, visto que, cada especialidade contribui com elementos fundamentais para um entendimento menos essencialista e mais relacional/dialético de nosso objeto. Torna-se basal que hipóteses arqueológicas devam ser enriquecidas com dados históricos, linguísticos e etnográficos. Portanto, dedicarei especial atenção aos resultados obtidos nestas disciplinas com relação às populações Tupi, visando uma melhor compreensão dos processos históricos que os trouxeram até a situação hodierna.

Conceitos em Aplicação: o caso Tupi

A hipótese de que a distribuição espaço/temporal dos artefatos cerâmicos de populações Tupi, associados a dados etnohistóricos e linguísticos permitiriam entender a história de longa duração destes povos não é em si uma novidade. Há mais de 150 anos esta hipótese, está pelo menos subentendida, tornando-se mais

explicita nos trabalhos pós década de 1950. Mesmo a *tradição Tupiguarani* já nasceu com conotações etnográficas e linguísticas apesar da resistência de Meggers (1967).

Durante a década de 1970 torna-se explícita a associação entre artefatos, língua e dados etnográficos, primeiramente nas obras de Lathrap ao estabelecer associação entre a tradição Policroma Amazônica e os povos de língua Tupi. Consecutivamente Meggers & Evans (1972, 1973, 1979 e Meggers & Maranca, 1981) assumem a ligação entre a tradição Tupiguarani e falantes do tronco Tupi ao propor, com base nos dados etnográficos e históricos de Metraux (1927, 1928a e b) e linguísticos de Rodrigues (1958, 1964) e Greenberg (1960), que o centro de origem destas populações seria a divisa de Brasil/Bolívia, a leste do rio Madeira, local da maior diversidade linguística deste tronco. Além disso, Meggers & Evans (1972, 1973, 1979), já como antítese de Lathrap, propõem uma rota de “migração” para os Tupi de sul para norte segundo as datações existentes (Mapa 1).

Brochado (1984, 1989) ao inserir mais dados históricos, linguísticos, etnográficos e do PRONAPA amplia e detalha o modelo de Lathrap. Para Brochado o centro de origem dos povos Tupi seria na Amazônia Central, de modo que partindo da confluência dos rios Amazonas e Madeira dois grupos teriam se expandido: a) um seguido sentido leste até a foz do Amazonas e de lá em sentido sul pelo litoral, movimento empreendido pelos ascendentes dos Tupinambá; b) enquanto os ascendentes dos Guarani teriam subido o rio Madeira a oeste, interiorizando-se na Amazônia e descendo rumo ao sul até o rio da Prata (Mapa 2). Este *movimento em pinça* seria a representação esquemática das principais rotas de movimentação dos ascendentes dos Guarani e Tupinambá, pois Brochado também sugeriu a existência de muitas outras vias secundárias, inclusive pelo planalto central brasileiro. Devo também ressaltar que além dos ascendentes dos grupos mencionados acima, Brochado (1973a e b; 1980; 1984) indicou existência de outros conjuntos cerâmicos, que apesar de pouco estudados poderiam ser oriundos da presença de outros grupos Tupi não relacionados aos Tupinambá ou aos Guarani, visto apresentarem diferenças formais.

Meggers et al., (1988) amadurece suas proposições anteriores acrescentando dados ecológicos e apresentando um mapa com o centro de origem Tupi localizado

entre os rios Juruena e Mamoré. Partindo desta região teoriza rotas temporalmente distintas: a) uma rota de migração antiga (antes de 2000 BP) para leste até a bacia do rio Xingu e norte em sentido ao Amazonas; b) outras três rotas mais recentes (após 2000 BP), uma para norte até o Amazonas onde se divide seguindo a montante e jusante, outra para sul em direção a Bolívia se dividindo em duas outras voltadas para leste, uma rota partindo a meio caminho da migração mais antiga seguindo em direção sul até o Paraguai, onde se divide em duas, uma continuando o movimento para sul e outra seguindo para leste até o litoral paulista/paranaense, donde se orienta para norte pelo litoral até a foz do rio Xingu (Mapa 3). Esta última rota perfazendo um “arco migratório” corresponderia ao movimento realizado pelos *portadores* da cerâmica Tupiguarani (Guarani e Tupinambá).

MAPA 01: Reconstrução da dispersão dos Tupi-Guarani

Fonte: Natural Earth, 2013, Meggers, 1979 e Meggers et al. 1988.

Adaptado por: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

0 245 490 980 1.470 km
1:33.000.000

MAPA 03: Centro de origem e dispersão do tronco Tupi correlacionado com a Teoria dos Refúgios

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

MAPA 02: Mapa da dispersão das Subtradições da TPA segundo Brochado, 1984

- ▶ Subtradição Guarani
- ▶ Subtradição Tupinambá
- ▶ Subtradição Miracanguera
- ▶ Subtradição Chiriguano
- ▶ Subtradição Guarita
- - -▶ ???

As duas últimas décadas trouxeram um grande número de novas informações levando a retificação destes modelos. Os trabalhos de Noelli (1993, 1996, 1998, 1999-2000, 2004, 2008a e b), alinhados às proposições de Lathrap e Brochado contribuíram com novos dados e admitem a localização de um centro de origem fora da Amazônia Central. Noelli propõem uma ampliação da área possível para o centro de origem, englobando ampla região no centro-sul amazônico (Mapa 4), concorda com os linguistas de que o centro poderia ter sido mais a oeste da área delimitada. Ressalta que se a hipótese de Lathrap estiver correta e os Proto-Tupi foram empurrados para o sul da Amazônia, pode ser que o centro de origem das cerâmicas não coincida com o das famílias linguísticas (Noelli, 2008b: 665).

As principais fontes para a readequação dos modelos propostos nas décadas de 1970-80, são pesquisas realizadas na Amazônia Central (Heckenberger, et al., 1998, Neves, 1998 a e b, 2008), nos estados de Rondônia (Miller, 2009, 2013; Almeida, 2013), Pará (Almeida, 2008, 2013; Garcia, 2012), Pernambuco (Oliveira, 2000 e 2009), a ampliação dos dados cronológicos para outras regiões (Scatamacchia, 1990, Noelli, 1999-2000; Corrêa & Samia, 2006; Corrêa, 2009), além da ampliação dos estudos linguísticos que já possibilitam a definição de modelos próprios, como veremos adiante.

A bibliografia apresenta muitas variações aos modelos de Brochado e Meggers, na maioria apenas complementações e detalhamentos, não divergindo muito destes. Cabe ressaltar que apesar da divergência na localização do centro de origem e orientação dos fluxos populacionais, nestes dois modelos as concepções teóricas utilizadas foram muito semelhantes, e talvez por este motivo estes sejam os mais aceitos, reproduzidos e criticados. Deste modo, trabalharei a partir de ambos, visando testar suas proposições por meio do modelamento dos dados acumulados nas últimas três décadas de pesquisas.

MAPA 04: Início das rotas de expansão e áreas de ocupação Tupinambá e Guarani

---> Beginning of the expansion routes

Area with archaeological and historical information on the Guarani location with intrusion of other people

Area with archaeological and historical information on the Tupinambá location with intrusion of other people

Como mencionado acima, atualmente devido ao grande número de pesquisas em linguística história e paleontologia linguística, temos a elaboração de novos modelos de origem e expansão para as populações Tupi. Obviamente que nos modelos linguísticos mesmo utilizando dados históricos, etnográficos e arqueológicos há mais peso nos dados linguísticos, dando um novo viés à pesquisa da história dos povos Tupi.

A linguística histórica tem por objetivo entender as transformações sofridas pelas línguas ao longo do tempo e de forma associativa entendê-las como resultados de fenômenos sociais. Enquanto a paleontologia linguística visa a reconstrução de itens lexicais possibilitando inferências sobre a cultura e a sociedade pretéritas (Corrêa-da-Silva, 2010b). Desde os primeiros trabalhos de Rodrigues (1945, 1958, 1964), e por mais de sessenta anos de pesquisa, acumulou grande quantidade de informações sobre a *genética* das línguas do tronco Tupi e conseqüentemente sobre seus falantes. Nas duas últimas décadas houve a multiplicação de trabalhos com este tema possibilitando que os linguistas com base no conhecimento sobre o desenvolvimento das línguas, os dados arqueológicos e etnográficos/etnohistóricos formassem modelos para a história das populações Tupi (e.g. Cabral, 2004; Cabral & Solano, 2003; Figueiredo, 2004; Jensen, 1998; Mello, 2000; Moore & Storto, 2002; Rodrigues, 1988, 2000; 2003, 2005b, 2007a e b, 2010; Rodrigues & Cabral, 2002; Schleicher, 1998; Urban 1996, 1998; Mello & Kneip, 2006; Storto, 2005; Corrêa-da-Silva, 2000, 2007, 2010a e b; Chousou-Polydouri et al., 2013; Walker et al., 2012; Galucio et al., no prelo).

Nos trabalhos de Urban (1996, 1998) e Rodrigues (2000) percebe-se um modelo baseado na *Teoria da Migração Linguística* onde se assume como centro de origem Tupi a região do alto rio Madeira de onde partem as principais rotas de migração. Para tanto se considerou duas levas distintas formadas por grupos Proto-Guarani e Proto-Tupinambá inicialmente se movendo em sentido sul. Os Proto-Guarani teriam se dividido, uma das parcelas indo para as atuais terras bolivianas e outra continuando seu movimento para o sul seguindo o rio Paraguai até a bacia Paraná/Uruguai com alguns grupos na altura dos rios Paranapanema e Uruguai seguindo para leste até o litoral. Por sua vez os Proto-Tupinambá também teriam seguido para sul pela bacia do Paraguai, contudo teriam se dirigido para leste em ponto mais a norte do que os Guarani, provavelmente nas proximidades da

desembocadura dos rios Tietê e Grande, pelos quais teriam atingido o litoral paulista e carioca de onde seguiram a linha da costa e atingiram o norte/nordeste do país. Além destes dois ramos os demais povos Tupi-Guarani que não saíram da Amazônia teriam migrado para leste pelo sul amazônico pelos afluentes menores dos grandes rios. Esta leva amazônica teria chegado até o estado do Maranhão passando por subdivisões que deram origem a grupos responsáveis pelas diferenciações fonológicas reconhecidas por Rodrigues como ramo VI na bacia do Madeira, ramo IV na bacia do Tocantins e ramos V e VII da bacia do Xingu (Quadro 1 e 2).

Quadro 1: Tronco Linguístico Tupi

Fonte: II Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas dos Povos Tupi - 2007 - http://vsites.unb.br/il/ali/semana_de_outubro/2_encontro_tupi/?pg=4 (out/2009)

Quadro 2: Cladograma Tronco Linguístico Tupi

Segundo: Rodrigues e Cabral, 2001, 2002; Corrêa-da-Silva, 2010a e b; Aragon, 2008; Cabral e Magalhães, 2003; Cabral e Solano, 2006; Moore, 2005; Galucio, et al., no prelo

Percebe-se das conclusões dos autores acima significativas diferenças em relação ao modelo proposto por Brochado (1984, 1989), tanto no que concerne ao centro de origem e a movimentação dos grupos ascendentes dos Tupinambá. Ao mesmo tempo em que corroboram com o modelo de Meggers (1979, 1988), sobretudo no que concerne a uma rota para o sul pelo interior e posteriormente o direcionamento norte para os ascendentes Tupinambá.

Recentemente Mello & Kneip (2006) propuseram modificações dos modelos, tentando conciliar os dados linguísticos e arqueológicos (contudo o artigo tem suas conclusões fundamentadas na linguística). Neste trabalho reavaliaram-se as evidências que indicariam um centro de origem para família Tupi-Guarani situado no leste amazônico, entre os rios Tapajós e Araguaia, portanto distinto do local de origem do tronco Tupi. Nesta proposta fica mais compreensível a proximidade da língua Tupinambá com as línguas Tupi-Guarani amazônicas, assim como a presença de empréstimos Karib no Proto-Aweti-Tupi-Guarani (Rodrigues, 2000, Corrêa-da-Silva, 2010b). Além disso, corrobora as proposições de Brochado (1984, 1989) ao apresentar que a migração pela bacia do Paraguai/Paraná teria sido exclusiva dos Guarani, enquanto os Tupinambá pela proximidade do centro de origem TG com o litoral teriam seguido em sentido norte-sul (Mapa 5 e 6). Segundo Corrêa-da-Silva (2010 b), talvez a principal contribuição do modelamento de Mello & Kneip seja introduzir maior dinâmica nos *movimentos de expansão e dispersão dos grupos Tupi*, com a proposta de *movimentos de fluxo e refluxo* (Corrêa-da-Silva, 2010b: 54),

Por esta proposta alguns subconjuntos de línguas Tupi-Guarani teriam voltado à área de dispersão dos Proto-Tupi. Colocar a área de dispersão Tupi-Guarani em região diferente da de origem dos Proto-Tupi pressupõe um movimento de fluxo e refluxo de alguns grupos Tupi. Teria acontecido um movimento Tupi-Guarani para o leste amazônico e depois um movimento de volta das línguas que atualmente se encontram em Rondônia (Parintintin, etc), e também da divisão que originou os Proto-Guarani, que devem ter descido o rio Paraguai, chegando à bacia do Prata. Este mesmo argumento pode ser favorável a nossa proposta, já que existem divisões do tronco Tupi nesta área de fluxo e refluxo cujas línguas são muito mais próximas às línguas Tupi-Guarani (como Sateré-Mawé e Aweti) do que as ramificações das línguas Tupi de Rondônia (famílias Mondé e Ramarama, por exemplo) (Mello & Kneip, 2005: 8).

Ao fim e ao cabo, na atualidade coexistem duas propostas de centro de origem e dois modelos de expansão dos povos Tupi, apresentando aportes da linguística e da arqueologia: a) o modelo de Lathrap/Brochado corroborado no que concerne às rotas de expansão pela proposta de Mello & Kneip; b) o modelo de Meggers corroborado em relação ao centro de origem e rotas de migração pelas proposições de Urban e Rodrigues. Estas perspectivas distintas em relação à história dos povos Tupi reforçam e justificam nossa preocupação em avaliar como estes modelos atualmente se apresentam frente aos dados recentes.

Os dados linguísticos recentes foram condensados nos trabalhos de Corrêa-da-Silva (2010a e b), ao traçar as relações linguísticas e implicações históricas relacionadas aos povos de línguas Mawé/Awetí/Tupi-Guarani. Neste trabalho reúne ainda dados etnohistóricos, arqueológicos sobre os povos Tupi. Para nosso estudo a maior contribuição de Corrêa-da-Silva (2010a e b) foi sintetizar as conclusões da linguística histórica, permitindo-nos vislumbrar um modelo de fissão, fusão e movimentação dos povos do tronco Tupi. O modelo linguístico atual ainda não consegue explicar o desenvolvimento de todas as línguas do tronco Tupi, por ainda faltarem trabalhos intensivos com algumas delas, mas já permite um nível de detalhamento que em arqueologia ainda não temos. Portanto, pode servir de base hipotética para avaliação e teste em projetos de arqueologia.

MAPA 05: Modelo a partir dos trabalhos de Rodrigues e de Urban.

MAPA 06: Modelo Mello & Kneip

Fonte: Natural Earth, 2013, Mello & Kneip, 2005
Adaptado por: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

0 245 490 980 1.470 km
1:33.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

Corrêa-da-Silva (2010a e b), assim como os demais linguistas anteriores, se baseiam na *Agea area hypothesis* para justificar como centro de origem Proto-Tupi a região atualmente pertencente ao estado de Rondônia, mais precisamente entre os rios Madeira, Guaporé e Aripuanã. Ainda nesta região teria havido a primeira divisão do grupo por volta de 5000 AP, dando origem aos Proto-Tupi Oriental e Ocidental (Quadro 2). Esta primeira divisão reflete-se na divisão das famílias do tronco Tupi em dois grupos, a saber:

Oriental – Tupi-Guarani, Awetí, Mawé, Mundurukú e Jurúna;

Ocidental – Arikem, Tuparí, Ramaráma, Puroborá e Mondé.

Ao se dividirem em uma parcela teriam se distanciando para leste cruzando o rio Aripuanã, quebrando a homogeneidade das comunidades falantes do Proto-Tupi. Pouco se conhece sobre a história linguística das famílias do ramo Ocidental, concentrado na bacia do rio Madeira, apresentando-se mais conservadoras em diversos aspectos. Pesquisas recentes (Moore, 2005) apresentam as fissões ocorridas internamente na família Mondé, permitindo avaliar que das três línguas que compõem os falantes do Suruí Paiter foram os primeiros a se separarem, seguidos pelos falantes do Mondé, enquanto os Gavião de Rondônia, Zoró, Cinta Larga e Aruá permaneceram juntos até recentemente, tendo atualmente uma diferenciação apenas como dialetos.

O ramo oriental apresenta maior número de pesquisas resultando em um complexo quadro histórico. Os grupos ascendentes dos Juruna teriam sido os primeiros a se separarem, dirigindo-se para leste até se encontrarem no alto/médio Xingu entre os séculos XIX e XX. Posteriormente, outra parcela se separou originando os falantes do Proto-Mundurukú, que seguiram rumo norte, ocupando terras do alto Tapajós talvez descendo o Juruena. Com estes desmembramentos temos a definição de um Proto-Mawé-Awetí-Tupi-Guarani, provavelmente instalados entre o alto rio Juruena e Arinos. O próximo fracionamento originou o Proto-Mawé tendo seus falantes seguido para o baixo Tapajós entrando em contato com os ascendentes dos Mundurukú que ali também se encontravam. A partir de então os falantes do Proto-Awetí-Tupi-Guarani teriam mantido um contato com grupos do tronco Karib oriundos do norte amazônico, recebendo influência e empréstimos linguísticos destes na região do alto rio Arinos. Outro grupo teria se fissionado

originando os falantes do Proto-Awetí ao seguirem para leste na direção dos formadores do rio Xingu (de acordo com Heckenberger (2001) os Awetí só teriam chegado ao alto Xingu por volta do século XVII).

Com a separação do Proto-Awetí temos consequentemente a definição do Proto-Tupi-Guarani que iniciaram entre 2500 e 1500 AP um amplo processo de diferenciação devido a processos de divisão e separação de suas comunidades ainda nas proximidades do rio Arinos. A primeira fissão teria dado origem a dois conjuntos: línguas meridionais – ramos I, II e III; e línguas setentrionais ou amazônicas – ramos IV, V, VI, VII e VIII. Os falantes das línguas meridionais teriam se dividido inicialmente em dois conjuntos, um destes seguiu em sentido sul originando os ascendentes das línguas dos ramos II e III (respectivamente línguas TG da Bolívia e o grupo Tupi/Tupinambá), enquanto o outro conjunto permaneceu mais tempo na região amazônica se diferenciando ao que veio a ser o ramo I (ascendentes dos Guarani). Após algum tempo o Proto-ramo I se deslocou do leste de Rondônia para sul pelas bacias do Paraná/Paraguai/Prata.

O ramo II, já em terras atualmente bolivianas, se fissionou originando os ascendentes de língua Guaráyo que se estabeleceram no rio Guaporé, e os Proto-Yúki-Sirióno. Estes últimos tiveram contato com os falantes de Sateré-Mawé no rio Madeira, posteriormente dirigindo-se para o sul até o oeste do rio Guaporé, instalando-se próximos as demais línguas TG bolivianas, o que deu origem a traços comuns oriundos de mais de 1000 anos de contato (em algum momento teriam se fissionado diferenciando-se em Yúki e Sirióno).

O Proto-ramo III – Tupi/Tupinambá também teriam se movimentado para sul nas proximidades das bacias dos rios Paraná/Paraguai/Prata. A primeira fissão deste conjunto originou os ancestrais dos Tupi de São Vicente, e os Tupinambá, que seguiram para leste até o litoral do atual Rio de Janeiro e depois para norte. Os ancestrais do Tupi de São Vicente permaneceram por certo tempo no interior mantendo contato com falantes do ramo II (talvez em MS, GO e oeste paulista), depois também seguiram para leste até o litoral paulista.

Por sua vez os falantes do Proto-ramo I, ascendentes dos grupos de línguas Guarani seguiram para o sul ocupando terras do atual Paraguai, Argentina, Uruguai e estados do Sul do Brasil. Contudo os ancestrais dos Chiriguáno teriam se

distanciado do ramo I se deslocando nos séculos XV e XVI para terras bolivianas e passando a manter contato com os grupos falantes do ramo II.

O ramo amazônico ou setentrional apresenta menos intensidade de pesquisas linguísticas e, portanto, menor detalhamento em sua classificação interna, sendo a maior parte das informações oriundas dos relatos histórico pós-cabralinos. O que se sabe é que inicialmente teriam se deslocado para o norte a partir do leste de Rondônia. As línguas associadas ao ramo IV teriam se mantido próximas ao centro de origem Tupi-Guarani no rio Arinos, enquanto os antepassados falantes de línguas do ramo VII seguiram para norte, aparentemente descendo o Tapajós e ocupando o interflúvio entre este rio e o Xingu. Por sua vez, os Proto-ramos IV e VIII teriam seguido para leste ocupando o interflúvio entre os rios Xingu e Tocantins. Enquanto os ancestrais dos falantes do ramo V se assentaram mais próximos a rios menores como o Bacajá, afluente direito do rio Xingu.

Percebe-se que, apesar de um quadro ainda incompleto, as hipóteses linguísticas sobre origem e expansão dos povos de línguas do tronco Tupi já são mais detalhadas do que o até então elaborado pelos arqueólogos que se debruçaram sobre o tema. Todavia, mesmo assim é necessário entender que os processos envolvidos nestes deslocamentos e desmembramentos das comunidades foram eventos altamente dinâmicos. Apesar de ser possível expressá-los por meio de modelos cladísticos ou arbóreos (Quadro 2), deve-se tomar cuidado para não simplificarmos, visto que estes modelos são mais expressivos para movimentos individuais e deslocamentos do mesmo ponto de origem, deixando comprometida a visão de uma realidade mais relacionada com fluxos e refluxos, conquistas territoriais lentas, interação entre os membros de línguas do mesmo tronco ou de tronco diferentes (Corrêa-da-Silva, 2010b).

Como já enunciado por Noelli (1996: 13) Alfred Métraux *pode ser considerado o divisor de águas entre todos os que propuseram centros de origem, pois foi o primeiro a justificar suas proposições com elementos sistematicamente organizados e comparados*. Suas proposições sobre centro de origem e rotas de migração podem ser até hoje consideradas como o modelo com maior rigor empírico tendo por base dados etnográficos relacionado as populações do tronco Tupi.

Até o lançamento em 1928 de sua obra *La civilisation matérielle des tribos tupi-guarani* os trabalhos anteriores relacionados aos Tupi tinham pouca base empírica. Ainda segundo Noelli (1996: 13) Métraux se baseou nos métodos comparativos de Nordenskjöld e Wilhelm Schmidt reunindo e comparando geograficamente elementos da cultura material de diferentes populações Tupi. O próprio Métraux afirmou ser a coleta dos dados existentes a solução para os problemas relacionados aos Tupi, como vemos nesta passagem

A solução do problema tupi só será definitiva quando recolhermos mais documentos sobre esses índios. Creio ter utilizado todos aqueles que foram acumulados nos livros; eles são pouca coisa comparado ao que resta a coletar no local (Métraux, 2012 [1928]: 444).

Em seu estudo elenca inúmeros elementos como práticas de sepultamento, construção, fiar e tecer algodão, produção de cerâmicas e artefatos em madeira e os cultivos, que dentre outros totalizam quarenta e três *elementos comuns aos Tupi-Guarani* (idem: 428). Contudo dentre todos estes elementos acreditava que apenas as impressões digitais nas cerâmicas (corrugado), o manto e a touca de penas seriam de invenção destes povos arrematando sua visão destes povos como mais dispersores do que inventores (idem: 440).

A obra de Métraux tem grande relevância por apresentar a clara relação entre a cultura material e a história das populações. Ao ler seus trabalhos, constata-se em relação aos Tupi que apesar da grande diversidade que separam os diversos povos existem também vários elementos culturais, inclusive de cultura material, que são comuns aos diversos grupos. Mais do que isso, podemos perceber que já sugere que uma maior similaridade em relação a estes elementos pode ser claramente entendida como maior proximidade generativa dos grupos, ou pelo menos contato por longo período.

Portanto, por meio das comparações destes elementos culturais e de documentos históricos Métraux se debruça sobre as questões de centro de origem e rotas de migração. Indubitavelmente para ele o centro de origem teria sido na Amazônia, sobretudo nas proximidades do rio Amazonas, desde que se considere apenas as terras a sul da calha do rio, já que nenhuma ocupação Tupi, a não ser

historicamente conhecidas, tenha se dado a norte deste rio. Devido à pouca influência andina nas culturas Tupi o centro de origem não deveria ser atribuído a uma região muito próxima da cordilheira,

A meu ver, o centro de dispersão dos Tupi deve ser situado na bacia do Tapajós ou do Xingu, preferencialmente nos cursos superiores do Tapajós (Métraux, 2012 [1928]: 440).

Ou ainda:

Analisando a cultura material das tribos tupi-guarani, achamos que do ponto de vista etnográfico e histórico seu centro de dispersão foi provavelmente a bacia do Tapajós ou ao menos os contrafortes do planalto brasileiro. Nada prova, no entanto, que essas regiões tenham sido o lugar de origem dessa vasta família linguística. No estado atual de nossos conhecimentos, só podemos afirmar que eles se concentraram lá em uma data mais ou menos antiga e durante um período mais ou menos longo (Métraux, 2012 [1928]: 442).

Portanto circunscreve em uma ampla região amazônica o centro dispersor do que ora chama Tupi, ora Tupi-Guarani, circunscrição que se limita pelos rios Amazonas ao norte, Paraguai ao sul, Tocantins a leste e Madeira a oeste (idem, 443).

Definido o alto Tapajós como o principal centro dispersor dos Tupi, Métraux propõem as possíveis rotas de migração e a sequência das levas. Para ele uma primeira leva teria seguido em direção norte até o Amazonas, resultando no estabelecimento dos “Yuruna, Chipaya e Taconhapes”, cuja língua apesar de terem sido conservadas teriam se alterado pela mistura com outras populações e derivado independentemente ao longo de muito tempo (idem, 441). A segunda migração teria se dado igualmente para a calha do Amazonas, contudo os povos nela envolvidos seguiram a montante até os afluentes Purus e Napo, provavelmente dando origem aos Kokama e Omágua. A migração mais recente teria sido a que deu origem aos Tupinambá e Guarani que a partir do centro de origem teriam se dirigido ainda como um único povo até as proximidades do Paraguai, como vemos por suas próprias palavras:

As analogias sempre consideráveis existentes entre a civilização dos Guarani e dos Tupinambá me levam a crer que essas tribos

formavam em outras épocas uma única, mas que se separaram antes ou imediatamente após a chegada dos Guarani ao Paraguai (Métraux, 2012 [1928]: 436).

Ainda com respeito a migração Tupinambá e Guarani, Métraux considerada que envolveu um grande número de indivíduos que se espalharam pelo Paraguai, costa Atlântica e baixo Amazonas. Os Tupinambá teriam realizado um movimento de sul para norte pelo litoral até o nordeste brasileiro, mas também, ao se basear nos relatos de Soares de Souza (1587), de oeste para leste, assim como assume a possibilidade de migração de sul para norte pelos rios Tocantins e Araguaia se fixando no baixo Amazonas (como em Martius, 1867).

Devido às semelhanças podemos dizer que o modelo de Métraux (1928) se aproxima consideravelmente do apresentado no mapa etnográfico de Martius (1867), divergindo principalmente no que diz respeito ao centro de origem, pois para este último deveríamos buscar pela origem dos Tupi nos contrafortes dos Andes, atualmente território Boliviano.

Além destes dois autores ressalta-se a importância de Curt Nimuendaju que ao transformar o conhecimento de centenas de referências bibliográficas e de suas próprias pesquisa em um mapa etnográfico (Nimuendaju, 1987 [1944]) permitiu materializar história e geografia dos grupos indígenas em um período de mais de quatrocentos anos.

O mapa de Nimuendaju permite-nos uma visão geral sobre as populações indígenas segundo fontes do século XVI até a primeira metade do século XX, tratando não apenas das classificações linguísticas e posição geográfica, mas também apresentando vetores de movimentação das populações durante este período.

Para a arqueologia o mapa de Nimuendaju pode ser entendido como as etapas recentes dos longos processos históricos das populações indígenas. Deste modo, auxilia aos arqueólogos a refletir que deve-se ser capaz de reconstruções arqueológicas que permitam entender como as populações chegaram a situações apontadas no mapa.

Para os Tupi o mapa de Nimuendaju apresenta as áreas tradicionalmente ocupadas por estes povos antes e após a chegada dos primeiros europeus (Mapa 17). Quando comparado a distribuição dos sítios arqueológicos associados aos Tupi apresenta uma grande correspondência entre as áreas mais densamente amostradas com sítios e aquelas que no mapa etnográfico evidenciam ampla e duradoura ocupação.

Se Martius (1867) e Métraux (1928) tratam de centro de origem e rotas de migração iniciais, em Nimuendaju (1944) tem-se o resultado desse processo de migração, cabendo à arqueologia estudar minuciosamente os sítios arqueológicos gerados por cada uma das populações indígenas indicadas, escrevendo uma arqueologia reversa, ou seja, dos períodos mais recentes para os mais recuados. E desta forma, garantindo ligações entre os possíveis centros de origem e a história recente de cada povo.

Para Aplicar os Conceitos

Como apresentado, há um longo percurso histórico, teórico e metodológico nas pesquisas sobre as populações do tronco linguístico Tupi. O uso de informações e conclusões da arqueologia, linguística e etnologia/etnohistória tem proporcionado resultados mais detalhados. Portanto, em consonância com esta proposta interdisciplinar busco a aplicação de metodologia que possibilite resultados inteligíveis com os resultados até então alcançado pelos demais pesquisadores.

Parto dos dados arqueológicos, linguísticos e etnográficos/etnohistóricos recentes para empreender uma releitura dos modelos propostos anteriormente. Almejo integrar informações bibliográficas (arqueológica, linguística e etnohistórica) e coleções de vasilhas cerâmicas arqueológicas e etnográficas associadas a populações Tupi.

A priori sabe-se da existência de diferenças formais na distribuição espacial dos vestígios cerâmicos nos diferentes espaços geográficos ocupados por estas

populações (Brochado, 1984, Scatamacchia, 1990, Prous, 2010). Entendo também que estas diferenças podem tanto significar diferenciações sincrônicas indicativas de estilos tecnológicos de grupos diferentes, quanto diferenciações diacrônicas relacionadas a diferentes períodos históricos dos grupos. Para melhor expressarmos estas variáveis utilizarei a diferenciação entre *variabilidade* e *variação* proposta por Schiffer (1992), onde entendo por variabilidade a diferenciação entre os conjuntos ou artefatos de forma sincrônica e espacial, enquanto variação se refere à diferenciação diacrônica. Ou seja, ao falarmos em variabilidade dos artefatos estarei me referindo a sua diferenciação ao longo do espaço geográfico, enquanto variação se refere ao tempo. Entendidos como eventos relacionados à continuidade e/ou mudança pelas quais passaram os grupos sociais.

Desta forma, busco por meio de uma amostragem intencional¹⁴ avaliar como se apresentam os vestígios materiais cerâmicos Tupi nas diferentes regiões ocupadas por estes povos, presumindo que hipoteticamente o cruzamento com informações etnohistóricas e linguísticas contribuirá com o aperfeiçoamento dos modelos existentes.

Reforço que ao me referir a continuidade e mudança o faço em relação a processos pelos quais passam grupos sociais em determinado momento e lugar. Assume-se que tais mudanças nos grupos refletem-se em seus sistemas tecnológicos e conseqüentemente nos estilos tecnológicos, tornando-se acessíveis a pesquisa arqueológica, como já explicitado anteriormente. Para esta pesquisa é de fundamental importância o entendimento de como se apresenta o estilo tecnológico no que concerne ao sistema de coordenadas denominado espaço-tempo. Onde o espaço-tridimensional (geográfico) e o tempo são concebidos como indissociáveis para que pontos específicos possam ser considerados momentos/eventos¹⁵ (como na Relatividade Especial e Geral de Einstein). A unidade analítica básica, representadas por cada coleção, será entendida como um evento representado por cada conjunto artefactual datado (coleções museais e/ou bibliografia). Ou seja, partirei da sincronia latente da conjunção entre um ponto no espaço geográfico e no tempo. A concatenação de cada um dos eventos espaço-temporais nos permitirá

¹⁴ Por esta forma de amostragem foi escolhida intencionalmente uma parcela do total (n) de coleções existentes, tendo por critério abrangência espacial, número de artefato e acessibilidade.

¹⁵ Neste trabalho utilizaremos o substantivo “evento” para substituir o termo momento/evento.

inferir diacronia e consequentemente levar-nos a noção de história. Entendo como Glassie (1975) que *um método de pesquisa deve incluir uma afirmação sincrônica como prelúdio de uma explicação diacrônica* (Glassie, 1975: 8). Afinal, torna-se difícil avaliar mudança sem antes saber o que está mudando (Raymond, 2009: 517). Entendo que mesmos os conjuntos de artefatos recolhidos de uma camada arqueológica datada podem ser fruto de diferentes momentos quando considerados os fenômenos de formação do contexto arqueológico, mas como não poderia contar com esta informação nas coleções dos museus partirei do pressuposto que são representativos de um mesmo evento. Desta forma, espero que o mapeamento de cada um destes eventos permita entender melhor os processos sincrônicos e diacrônicos envolvidos na história destas populações.

Por que apenas os conjuntos cerâmicos? Por que não inserir no quadro comparativo os artefatos líticos e ósseos arqueológicos e os artefatos de madeira e plumários etnográficos? A primeira resposta a estas questões refere-se à própria natureza dos dados disponíveis. Como visto a análise comparativa entre conjuntos artefatuais torna-se necessária a compatibilidade das classes a serem analisadas, ou seja, optei por não analisar comparativamente o conteúdo perecível das coleções etnográficas por não ter paridade arqueológica (Raymond, 1995). Além disso, a bibliografia arqueológica sobre os vestígios destas populações sempre privilegiou os artefatos cerâmicos em detrimento dos demais (e.g. artefatos líticos como fica claro em Prous, 1992; Prous et al.; 2010; Corrêa, 2009). Pode-se inclusive dizer que os vestígios cerâmicos definem a classificação dos sítios arqueológicos que foram e são identificados com estes povos. Destarte, os únicos artefatos que estão amplamente representados tanto em coleções arqueológicas, etnográficas e na bibliografia são os vasilhames cerâmicos, permitindo assim a inteligibilidade entre estas fontes.

Além de a cerâmica ser o vestígio mais representativo destas populações nas fontes utilizadas, muitos trabalhos arqueológicos a consideram positivamente correlativa à identidade de grupo (Pikirayi, 2007; Wiessner, 1983, 1989; Conkey & Hastorf, 1990; MacEachern, 1994; Carr & Neitzel, 1995). Entender a variação/variabilidade dos artefatos tem sido uma das principais preocupações dos arqueólogos anglo-americanos levando-se em consideração as quatro dimensões de variabilidade, ou seja, formal, quantitativa, espacial e relacional (definições em -

Schiffer, 1983, 1987; Schiffer & Skibo, 1997; Silva, 2000b). Nesta pesquisa buscarei entender, sobretudo, os motivos que levaram a variabilidade formal dos conjuntos relacionados aos povos Tupi.

Partirei da análise da variação/variabilidade formal (Wright, 1991) dos vasilhames cerâmicos, entendidos como as características físicas observáveis e muitas vezes mensuráveis, tais como: dimensões métricas incluindo capacidades, contorno formal ou design/layout, adição intencional de antiplástico e acabamentos de superfície (Schiffer & Skibo, 1997; Silva, 2000b). Importante ressaltar que a variação/variabilidade formal é resultante das escolhas tecnológicas feitas pelo artesão, escolhas que são determinadas tanto pelas características de performance desejadas, por fatores situacionais (Schiffer & Skibo, 1997: 34), pelas estruturas de ensino aprendizagem tradicionais, bem como fatores de ordem social e simbólica (Lemonnier, 1992; Leeuw, 1993).

Os aspectos da variabilidade formal como resultado das escolhas tecnológicas podem ser entendidos como códigos e símbolos culturais aprendidos e transmitidos dentro dos grupos, tendo significado social tanto para seus produtores quanto consumidores (Pikirayi, 2007; Wiessner, 1983, 1989; Conkey & Hastorf, 1990; MacEachern, 1994; Carr & Neitzel, 1995).

Pelo fato de trabalhar majoritariamente com vasilhame inteiro e de coleções, foram privilegiadas as dimensões de design/layout (conjunto de escolhas técnicas que levam a morfologias e acabamentos de superfície específicos) em detrimento dos atributos construtivos. Visto que, a maior parte de nossa amostra não possibilita análises conclusivas sobre adição intencional de antiplástico (Silva et al., 2004b) e métodos produtivos. Destarte, as características morfológicas e de acabamento de superfície possuem acentuada relevância em análise componencial. Baseando-se no fato de que o design de um artefato é oriundo da performance desejada nas atividades em que é empregado ao longo de sua história de vida (Schiffer & Skibo, 1997), configura-se um quadro de relações causais onde as características de performance são influenciadas pelas propriedades formais de um artefato, propriedades estas determinadas pelas escolhas técnicas. As escolhas técnicas ao surtirem efeitos concretos sobre as propriedades formais podem se tornar persistentes durante subseqüentes atividades (Schiffer & Skibo, 1997: 31). Desta

forma, o design desenvolvido para um artefato tem de cumprir compromissos de performance, ligando-o às atividades econômicas, sociais e simbólicas de seus produtores. Por este motivo

a influência do conhecimento e experiência do artesão sobre design foi examinado nos estudos sobre diferenças individuais (Carr, 1995; Hill e Gunn, 1977), nas estruturas de aprendizagem (por Exemplo, Arnold, 1984; Deetz, 1965; Graves, 1985; Hill, 1970; Longacre, 1970; Plog, 1980,1983; Smith, 1962), percepção e tomada de decisão (van der Leeuw, 1984^a), estruturas de ensino (Schiffer e Skibo, 1987), transmissão cultural (Neff, 1992a), estilo tecnológico (Lechtman 1977), e tradição tecnológica (Rye 1981:5; Schiffer, Skibo, Boelke, Neupert, and Aronson 1994). Além disso, nas gerações anteriores, histórico-culturalistas temos “explicações” envolvendo migração, difusão, ou “influência” de fatores relacionados a conhecimento tácito (Schiffer & Skibo, 1997: 331).

As escolhas do artesão levam a estilos tecnológicos e, portanto a design específicos ou variabilidade formal associados a performances funcionais em diversas dimensões dos objetos. Assim, um artefato tanto cumpre as funções pragmáticas para a qual foi projetado, quanto atribuições simbólicas, sendo possível entendê-lo como ativo na comunicação social e troca de informações. Para Wiessner (1983, 1989) aspectos da variabilidade formal definiriam o estilo emblemático, transmitindo mensagens sobre afiliação social consciente e identidade. Ao mesmo tempo para outros autores seus aspectos podem ser indicadores de fronteiras entre diferentes grupos (MacEachern, 1994; Hodder, 1982), em termos da heterogeneidade e homogeneidade dos conjuntos cerâmicos (Chandler, 2002; Danesi & Perron 1999).

A caracterização de aspectos da variabilidade formal nos conjuntos artefatuais será feita com base em análise componencial, também denominada estrutural ou etnociência (Lathrap, 1962; Deboer & Lathrap, 1979; Raymond, 2009). Inicialmente formulada na linguística (Goodenough, 1957; Wallace & Alkins, 1960), propõe como unidade de análise um grupo de indivíduos que compartilham uma língua e regras culturais em comum, permitindo ser reconhecido com um grupo em particular. Aplicado à arqueologia permite a classificação de um conjunto de artefatos cerâmicos a partir de sua contextualização relacionando-o a um grupo de

peessoas que compartilha idéias e regras sobre fazer e usar cerâmica (Raymond, 2009: 517). Desta forma,

Ao aplicar isso à análise formal dos artefatos, o objetivo é construir um modelo que aborda a competência do utilizador ou artesão nativo de um estilo particular. Tal modelo deve consistentemente distinguir a cerâmica que pertence a um estilo daquela que não pertence, e especificar o porquê. Além disso, de uma maneira prognóstica, o modelo deve ser capaz de gerar espécimes estatisticamente válidos que não ocorrem na amostra, isto é, deve ter uma capacidade criativa. Também deve distinguir variação estilística de variação livre; isto é, variação que tem significância cultural, da variação na maneira pela qual um indivíduo ou diferentes indivíduos produzem a mesma categoria formal (Raymond, 2009: 518).

Na análise buscarei: a) as unidades que exibem estrutura, ou seja, a morfologia das vasilhas; b) definir qual a variação/variabilidade das vasilhas; c) identificar e descrever os valores das variáveis; e d) como a variação/variabilidade permite entender as relações genéticas entre os grupos ao quais os conjuntos artefatuais possam ser associados.

A coleta de dados nas coleções se empreendeu por meio da utilização do método fotogramétrico associado à metrologia e descrição de atributos específicos de cada vasilha guiadas pelo preenchimento de ficha específica (Anexo 3) e lista de atributos analisáveis (Anexo 4). Quando possível o mesmo procedimento foi aplicado para extrair informação da bibliografia consultada.

Cada conjunto artefactual analisado se constitui em um evento sincrônico entendido como reflexo das escolhas estilísticas de um determinado grupo humano em um tempo e lugar específico. Partido da dimensão formal dos conjuntos a análise comparativa entre estes visa dar conta da dimensão espacial da variação/variabilidade.

Em relação à dimensão espacial analisa-se a distribuição dos artefatos tanto em termos locais quanto regionais (Binford, 1983b; Schiffer, 1987, Silva, 2000). Como trabalhei com análise comparativa entre conjuntos de localidades diferentes (leia-se: sítios diferentes, regiões diferentes), a abordagem da dimensão espacial buscou entender como a distribuição espaço-temporal dos artefatos e sua maior ou

menor afinidade pode ser compreendida como fruto dos processos de continuidade e mudança pelas quais as populações Tupi passaram ao longo de sua história.

Para análise comparativa dos componentes caracterizadores dos conjuntos a aplicação de matrizes de cruzamento multicomponencial permite verificar maior ou menor semelhança entre os conjuntos analisados. A ordenação por similaridade respeitou dois níveis comparativos relativos à sincronia e diacronia. Partindo do resultado obtido gerei mapas temáticos buscando evidenciar a variação/variabilidade dos conjuntos artefatuais por meio da sistemática de layers.

A manipulação dos dados em diferentes escalas permite o cruzamento com informações etnohistóricas e etnográficas, assim como linguísticas. Inicialmente possibilitando a verificação dos dados de cada disciplina em relação às demais. Por fim, este cruzamento traz como benefício o enriquecimento das conclusões com base arqueológica, qualificando e requalificando os modelos existentes até o presente.

CAPÍTULO 3

Apresentação e análise dos dados

Hoje somos antropófagos... Viramos canibais.
Aí descobrimos que nunca havíamos sido outra coisa.
A geração actual coçou-se: apareceu o antropófago.
O antropófago: nosso pai. Princípio de tudo....
É pois aconselhando as maiores precauções
que eu apresento ao gentio da terra e de
todas as terras... E arreganho a dentuça.
Gente: pode ir pondo o cauim a ferver.

Antônio de Alcântara Machado
Rev. de Antropofagia (1928)

Um dos objetivos desta tese é registrar e analisar dados de vasilhas cerâmicas para constituir uma amostragem que permita uma compreensão mais precisa sobre quem as produziu, visando contribuir na construção do entendimento da dinâmica histórica e cultural dos povos Tupi. Para tanto, lancei-me à bibliografia e às coleções públicas e privadas que guardam exemplares arqueológicos e etnográficos referenciados como pertencentes a estas populações.

A bibliografia compulsada apresenta feições variadas: teses e dissertações, livros, artigos científicos e relatórios de pesquisa acadêmica ou de contrato, bem como a base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as 45 instituições no Brasil cujas coleções foram analisadas. Por sua origem teórica e metodológica diversificada muitas vezes a bibliografia contém variações, diferenças, divergências e ambiguidades com relação ao método de apresentar e descrever os dados. Tais variações resultam em modos muito distintos para descrever aspectos elementares sobre os dados arqueológicos, legando uma base de dados heterogênea no conteúdo, muitas vezes apresentando de forma incompleta informações que deveriam ser inequívocas.

Tal variação não poderia persistir uma vez que a uniformidade dos dados é um requisito essencial para realizar uma síntese, como este trabalho. Fui obrigado a revisar detalhadamente os dados sobre denominação e posição de quase 4.900 sítios arqueológicos, 643 datações e inúmeras terminologias tipológicas para a cerâmica, para padronizar as definições desta tese. Foi um longo processo de revisão e eliminação de diferenças, por exemplo, das distintas denominações de um único sítio arqueológico, para verificar a correta posição dos sítios arqueológicos, para completar informações e corrigir erros sobre as datações, para uniformizar as distintas terminologias para as vasilhas e fragmentos cerâmicos. Os processos realizados em cada uma dessas tarefas não serão demonstrados, uma vez que tal objetivo não consta do projeto aprovado para realizar esta tese.

A coleta de dados e a análise das coleções de vasilhas cerâmicas foram realizadas em 45 instituições, em 15 estados situados em todas as regiões administrativas do território brasileiro. Tal amplitude permitiu acesso a dados que representam amostras distribuídas por grande parte da área reconhecida como de ocupação Tupi. Também permitiu verificar como o patrimônio está acondicionado, cadastrado, como se dá o acesso, e como cada instituição realiza ou não a pesquisa e a exposição das vasilhas. Foi possível testemunhar como cada local valoriza, expondo ou não este tipo de patrimônio arqueológico. O acesso foi um aspecto crítico para esta pesquisa, pois muitas instituições não têm política definida para abrir suas coleções à pesquisa, nem estrutura, pessoal e organização para receber pesquisadores e fornecer informações específicas sobre cada peça dos acervos.

A apreensão do conjunto de dados arqueológicos sobre as populações Tupi apresenta um grande desafio por causa da sua origem em termos continentais, sem considerar as variações comentadas acima. É preciso considerar que ainda se está distante de um patamar mais conclusivo, pois muitas áreas são pouco ou nada conhecidas pela arqueologia. Existe uma cobertura de pesquisa desigual entre as regiões brasileiras, sem considerar que a Bolívia e o Paraguai são praticamente desconhecidos, enquanto que a Argentina e o Uruguai possuem uma cobertura de pesquisa muito maior em proporção ao Brasil. Como veremos adiante, há uma desigual distribuição de sítios, datações e informações gerais, preponderando os estados das regiões Sul, Sudeste e o leste do estado do Mato Grosso do Sul.

Em primeiro lugar, a quantidade de pesquisas em cada região é decisiva para tal desigualdade. Contudo, pude verificar que o fator mais importante, especialmente para as últimas duas décadas, é a pouca divulgação dos dados arqueológicos em proporção ao volume crescente de levantamentos locais e regionais que vêm ocorrendo. De um lado está predominando a pesquisa no âmbito da arqueologia de contrato, que já sobrepujou em volume a arqueologia acadêmica, onde havia mais dedicação ao aprofundamento da pesquisa. Os empresários divulgam poucos resultados em proporção à quantidade dos trabalhos que concluem como demonstram as portarias publicadas pelo Iphan no Diário Oficial da União. O acesso aos relatórios é difícil e raro, pois muitas empresas de arqueologia e muitas Superintendências Regionais do Iphan não possuem estrutura para organizar bibliotecas e receber pesquisadores. Tal problema é resultado da falta de normatização e legislação federal que obrigue a organização, a divulgação e o livre acesso aos dados sobre o patrimônio público nacional em específico o patrimônio arqueológico.

De outro lado, a falta de consenso científico e normativo sobre a terminologia técnica da arqueologia no Brasil é outra grande barreira para definir e classificar com precisão sítios e cerâmicas. A crescente adoção e manutenção de terminologias que foram originalmente empregadas de modo provisório em pesquisas que exploravam novas áreas, tais como “sítio lito-cerâmico”, “sítio cerâmico” e “cerâmica policroma”, está tornando praticamente impossível a classificação de inúmeros sítios e conjuntos artefatuais. A manutenção dessa realidade é resultado da descontinuidade dos projetos, que geralmente são concluídos na etapa de reconhecimento preliminar dos dados levantados, faltando a continuidade da pesquisa para concluir as análises e realizar a classificação de modo completo e correto como é necessário.

Contudo, muitos relatórios e publicações ainda classificam suas cerâmicas conforme o PRONAPA, como é o caso das “Tupiguarani”, como já vimos no capítulo 1. Conta-se também com classificações mais recentes que aceitam o modelo de Brochado (1984) subdividindo as cerâmicas em Guarani e Tupinambá, ou simplesmente cerâmica Tupi quando persistem dúvidas se podem ou não serem enquadradas em um dos conjuntos definidos por Brochado.

A quantidade e os resultados das pesquisas são desiguais nas regiões de ocorrência dos sítios Tupi. Por isso, esse desequilíbrio, como, por exemplo, a distribuição geográfica das datações e dos sítios arqueológicos, gera uma tendência que pode falsear alguns dos resultados da análise realizada.

A guisa de esclarecimentos e definição fica estabelecido que no texto os termos evento e indivíduo se referem a:

- *Evento*: sítio arqueológico, ocorrência arqueológica, ou localidade indicados como origem de uma coleção, vasilha ou fragmento cerâmico. Guarda em si a potência informativa espacial e temporal que analisada em conjunto com as características da cultura material serão utilizadas para interpretação dos modelos;

- *indivíduo*: refere-se desde um fragmento de cerâmica de poucos centímetros a vasilhas inteiras. Reconheço como diferentes em seu potencial informativo, contudo ressalto que após se conhecer melhor as morfologias e sua relação com acabamentos de superfície e os componentes de suas partes (tipos de borda, lábio, corpo, base, apliques, etc.), cada fragmento que evidencie um componente conhecido para um tipo de vasilha permitirá sua identificação, portanto sendo fundamental em coleções sem vasilhas inteiras.

Análise Bibliográfica

Coleta de informações bibliográficas tem caráter infindo, já que além de correções e readequações temos que ter consciência de que novas pesquisas continuarão produzindo dados. Enquanto nossos objetos ainda continuarem em estudo a pesquisa bibliográfica será sempre provisória. Desta forma, no momento em que nos foi possível fechar este texto contava-se com 4.862 sítios arqueológicos cadastrados na forma de uma lista de atributos que disponibilizo no anexo 1.

Para o trabalho que nos proponho a realizar nesta tese os atributos mais relevantes que compõem esta lista são: nome (e/ou sigla), localização e datação dos sítios. Isto, já que temos em vista estudar cada ocorrência de vestígio dos povos Tupi como um evento que deve ter um nome, um local de existência e um momento.

O desconhecimento de qualquer um destes três atributos não invalida sua existência ou relevância, apenas dificulta que cheguemos às conclusões mais acuradas.

Assim ao compilar os dados bibliográficos deparei com as seguintes dificuldades em relação a estes três atributos:

- *denominação*: muitas fontes não informam nome ou sigla de um sítio, a informação sobre a denominação pode ser divergente com pequenas diferenças na grafia, ou nomes diferentes para um mesmo sítio;

- *espacialização*: as informações sobre localização são normalmente pouco precisas, em sua maioria não são referenciadas como coordenadas e sim como bacia hidrográfica, município ou nem mesmo constam. Relevante ressaltar que mesmo quando coordenadas geográficas ou UTM são incluídas estas devem ser verificadas uma a uma já que se constata que muitas destas não coincidem com a área pesquisada;

- *datação*: por mais espetacular que seja o fato de poder datar um evento antigo este aparentemente já se tornou banal para os pesquisadores, pois se verifica na bibliografia descuidos na divulgação destes dados que muitas vezes inviabiliza seu uso. Muito comum encontrar na bibliografia uma datação sem a informação do método utilizado (C14, TL, relativo, etc.), sem a referência temporal, ou seja, se a data é AP, A.D. ou a.C., se foi ou não calibrada (sigma, vida média, reservatório de carbono. etc.) ou mesmo qual o laboratório e ano de medição. Essas informações que parecem rotineiras e/ou dispensáveis são de extrema importância, sem as quais o uso dessas datas fica comprometido e inviabiliza comparações.

Frente a estes problemas a principal forma de saná-los foi utilizar informações de diferentes fontes ou a confirmação pessoal dos autores para tentar dirimi-las, em muitos casos foi possível, mas para outros permaneceu a dúvida. Mesmo em caso de dúvida mantive o evento na planilha esperando contribuições dos leitores para sua correção e adequação futura.

Em termos quantitativos foram compulsadas informações de mais de 800¹⁶ fontes diferentes apresentadas na forma de bibliografia da lista de sítios. Nestas fontes foi possível individualizar os mais de 4.862 sítios mencionados acima, para os quais foram publicadas 643 datações.

O resultado adquirido com este levantamento não está livre de desvios amostrais, como mencionado. A bibliografia apresenta as áreas que foram pesquisadas e tiveram seus resultados publicados revelando significativas diferenças no que se conhece. De modo geral é possível percebermos no mapa 7 a distribuição dos locais com sítios arqueológicos¹⁷ e no mapa 8 a densidade de sítios localizados na bibliografia em cada região.

Fica claro nos mapas apresentados a maior densidade de sítios nos estados das regiões Sul e Sudeste com alguns picos esparsos em outras regiões.

A distribuição dos sítios encontrados na bibliografia é impactada com esse desvio amostral dificultando a avaliação sobre a intensidade da ocupação do território pelas populações Tupi. Contudo a menor presença de sítios Tupi em alguns estados não parece apenas fruto de reduzido número de pesquisas.

¹⁶ Incluindo as fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan, com levantamento realizado em agosto de 2011 na página <http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPaginaSGPA.do>

¹⁷ Ressalto que cada ponto neste mapa pode se referir a vários sítios, pois não se tem a coordenada exata de cada sítio, assim eles foram reunidos em um ponto central no território do município em que foi cadastrado.

MAPA 07: Locais com sítios Tupi

GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000

0 240 480 960 1.440 km
1:33.000.000

MAPA 08: Densidade de locais com sítios Tupi

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo1).
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

Recentemente as pesquisas estão se disseminando por áreas até então pouco conhecidas, esta expansão está seguindo as frentes desenvolvimentistas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) por meio de licenciamento ambiental. Apesar dos inúmeros problemas da pesquisa arqueológica realizada por contrato temos por meio desta uma visão, ao menos parcial, dos sítios existentes em áreas anteriormente pouco conhecidas pela pesquisa acadêmica. Além das deficiências na pesquisa um dos principais problemas da arqueologia de contrato é a não divulgação dos resultados das pesquisas, inviabilizando o acesso aos novos dados.

Apesar de tudo, paulatinamente estados como Maranhão, Mato Grosso e Tocantins tem sido mais bem amostrados e vemos que continuam com baixa presença de sítios relacionados a populações Tupi. Mesmo em projetos onde centenas de sítios foram encontrados a presença Tupi é pouco recorrente nestes estados.

Com o aporte dos dados disponíveis no momento tem ficado evidente a existência de regiões com maior densidade de sítios e outras com baixa densidade ou mesmo sem ocupação por estas populações. Ressalta-se nesta pesquisa que para a história de longa duração das populações Tupi temos inequívoca ligação entre povo, língua (famílias linguísticas Tupi) e cultura material (cerâmica), sendo a dispersão das cerâmicas estudadas entendida como diretamente ligada a expansão das populações Tupi.

A baixa ocorrência de sítios justamente nos estados circundantes ao possível centro de origem se configura em um desafio para entender o processo de expansão dos Tupi por enxameamento/expansão como posposto por Brochado (1989, 1991) e Noelli (1993, 1996, 2008), do mesmo modo que o conceito de migração por si só não permite explicar as concentrações regionais.

Ao se estudar populações da família linguística Tupi-Guarani percebe-se uma maior dispersão se comparada com as demais famílias linguísticas do tronco Tupi (Urban, 1992). Os motivos para esta maior dispersão ainda não foram bem compreendidos, parecem amplamente ligados a própria matriz cultural expressa nos comportamentos de guerra ritual, antropofagia, crenças, relações de parentela e de prestígio, estratégias de domesticação e defesa do território, dentre muitas outras

(Fernandes, 1949, 1951; Viveiros de Castro, 1986; Noelli, 1993; Fausto, 2001; Stuchi, 2010).

Não será minha intenção entender os motivos que levam as populações Tupi em menor ou maior grau quebrarem a homeostase (Dixon, 1997), por enquanto basta compreender que há muito tempo estes são povos predispostos a movimentação e a ocupar novas áreas. Interessa-me neste trabalho o exercício para entender não "o porquê", mas "como" estes povos teriam se deslocado e ocupado a extensa região onde foram encontrados no século XVI.

Diversos estudos arqueológicos buscaram explicações sobre as estruturas dos movimentos populacionais, seja com base nos dados arqueológicos ou adaptando os estudos de geografia ou demografia (e.g. Renfrew, 2000; Anthony, 1990, 2007; Noelli, 1993; Bellwood, 2001, 2005; Kirk, 2000; Cavalli-Sforza, 2003, Dixon, 1997). Apesar de tentativos como modelos gerais cabem a apenas casos específicos, portanto, os modelos devem ter seus passos aplicados de acordo com o objeto de pesquisa, já que para determinados objetos é necessário a justaposição de modelos diferentes, e este parece ser o caso Tupi.

Começa-se a poder entender uma dinâmica na movimentação de populações Tupi que combina com algumas características do *Farming-Language Dispersal Hypothesis*, ou FLDH (Renfrew, 2000a e b; Anthony 2007; Bellwood, 2001 e 2005). Dentre os processos previstos neste modelo para explicar como as populações se expandem neste momento parece essencial para a história de expansão dos povos Tupi compreendermos ao menos dois: movimentos de curta distância e de longa distância (Anthony, 1990, 2007; Renfrew, 2000a e b).

Os movimentos de curta distância são reconhecidos como preponderantes, já que as populações tendem a se deslocarem dentro de espaços com informações transmitidas pelos grupos sociais interligados (Hagerstrand, 1967; Lewis, 1982; Anthony, 1990). Esta constatação é de grande relevância para reforçar o modelo de "enxameamento/expansão" de Brochado (1984, 1989, 1991) e Noelli (1993, 2008), no qual o efeito *pushpull* do crescimento demográfico (Lathrap, 1970, Brochado, 1984) teria posto em marcha um processo de domesticação do ambiente que gradativamente expandiria as fronteiras. O resultado deste processo de domesticação do ambiente levaria a constituição de grandes áreas habitadas por

grupos afins, e a uma grande uniformidade cultural, sendo reconhecidas na bibliografia etnohistórica tupi pelas organizações sociopolíticas denominadas *guará*, *tekohá* ou *tecoaba* (Noelli, 1993). De forma bem semelhante temos como exemplo etnográfico e etnoarqueológico o caso dos Hopi estudado e desenvolvido por Zedeño (1997), onde território pode ser entendido enquanto objetos agregados (terras, recursos naturais, artefatos) reunidos historicamente por processos dinâmicos de interação socioambiental.

A expansão por um território contínuo sem rompimento com o centro de origem desenvolve condições ótimas para a manutenção de uniformidade da cultura material e fenômenos de conservação linguística. Já que movimentos locais teriam efeitos sutis sobre a cultura material, difíceis, mas não impossíveis de se detectar arqueologicamente (Binford, 1980), enquanto o contato permanente entre os falantes dificultaria processos de divergência (Renfrew, 2000 a e b).

Considerando os movimentos de curta distância teríamos amplas regiões com povos de língua e cultura material muito semelhantes. Isto é realmente o que vemos quando se olha para as regiões ocupadas pelos Guaraní, Tupinambá e algumas áreas amazônicas. Dentro destes conjuntos os movimentos de curta distância explicam bem como estas populações se expandiram. Contudo, quando se considera as diferenças e descontinuidades entre estes conjuntos o modelo de curta distância não é satisfatório para explicar essa diversidade. Neste caso sendo necessário considerar também a ocorrência de movimentos de longa distância.

Os movimentos de longa distância dependem de informações prévias sobre o destino e as rotas ou de tecnologias que anulem a fricção de distância (Anthony, 1990, 2007). Anthony (1990) discute os padrões de movimento de longa distância sob cinco rubricas:

- *Saltos (leapfrogging)*: longa distância entre o assentamento de origem e os futuros, muitas vezes contornando empecilhos naturais ou humanos - presença de outras populações.

- *Correntes migratórias (Migration Streams)*: onde a estrutura dos movimentos populacionais tem mais semelhanças com rios do que com ondas, já que haveria rotas preferíveis tanto por fatores naturais quanto humanos - presença de outras

populações. Os sítios arqueológicos tendem a ser transitórios e, portanto de difícil detecção arqueológica.

- *Migração de retorno (Return Migration)*: na maior parte das correntes migratórias estudadas se determinou certa taxa de retorno contracorrente, sendo esta dependente dos fatores repulsivos da área de origem (push) e dos obstáculos a serem contornados.

- *Migração de frequência (Migration Frequency)*: populações que já se moveram uma vez tendem a ser mais móveis do que aquelas que nunca se mobilizaram anteriormente. Quanto mais tempo uma população vive num local menos provável que se mude, enquanto frequentes movimentos parecem reduzir laços econômicos e sociais localizados (Anthony, 1990; Myers, McGinnis & Masnick, 1967).

- *Migração demográfica (Migration Demography)*: em alguns exemplos práticos se constatou que os movimentos de longa distância tendem a ser realizados inicialmente por indivíduos jovens masculinos, o que é detectável no registro arqueológico (Anthony, 1990).

Considerando os movimentos de longa distância teríamos amplas regiões ocupadas por povos de língua e cultura material muito semelhantes internamente, mas diferenciadas umas em relação as outras e separadas por regiões com poucos sítios (a não ser no caso de fronteiras formadas posteriormente, e.g. Guarani - Tupinambá). Os grupos ao percorrerem distâncias maiores estariam mais suscetíveis a perderem contato com os grupos sociais de origem dando início aos processos de deriva que levariam a mudanças na cultura material e processos de divergência e convergência nas línguas.

De posse dos conceitos sobre movimentos de curta e longa distância expostos acima parecem mais claras as possíveis explicações para a existência de concentrações regionais de ocupações e as sensíveis mudanças na cultura material e língua entre os diferentes conjuntos associados aos Tupi. Deste modo, as premissas menores expressas nos modelos existentes me permitem arriscar abaixo uma extrapolação dedutiva para expor um modelo de movimentação das populações Tupi:

Entendendo homeostase como a propriedade de um sistema aberto de se regular para manter (com alguma tolerância a variação) as mesmas características por meio de múltiplos ajustes, os quais garantem um equilíbrio dinâmico sustentado por complexas redes de mecanismos regulatórios (Cannon, 1929; Pfeifer & Schieir, 1999). E heterostase como um estágio transitório em que um sistema sai de uma homeostase para entrar em outra diferente (Klopf, 1982). Apesar de tais termos serem mais correntemente aplicados a biologia, física, computação e organização empresarial utilizo-os para definir o modelo aqui proposto por entender que conceituam bem o estágio de continuidade cultural, seguido por estágio de mudança originando novo estágio de continuidade.

Para explicar-me de modo dedutivo utilizarei os dados disponíveis sobre as populações Tupi como premissas maiores e os modelos de movimentação populacional como premissas menores a fim de construir o modelo.

Destarte, sabe-se que as populações Tupi tiveram um centro de origem comum e que pelo princípio da *Agea-area hypothesis* este centro ficaria próximo ao atual estado de Rondônia, portanto, entendido como ponto de partida.

Movimento de 1ª ordem - homeostático: a partir do centro de origem teríamos movimentos de curta distância, no qual a divisão de aldeias e a domesticação do entorno levariam a lenta expansão da área de ocupação sem abandono das anteriores. As diversas aldeias permaneceriam em contato e as mudanças culturais e linguísticas se dariam de forma lenta, conservando-se. Apesar de o efeito *pushpull* impelir o movimento como ondas concêntricas a partir da área central (*wave of advanced*) provavelmente fatores naturais e humanos (outras populações) direcionariam a expansão de forma mais restrita, num movimento em corrente (*Migration Streams*), podendo seguir os principais rios ou mesmo pelos interflúvios provavelmente com menos pressão populacional (*pull*).

A consequência deste tipo de ocupação do espaço seria um território com forma amebóide, ou seja, com limites bastante irregulares (Quadro 3). Onde extensões de avanços ou pseudópodos se estenderiam indefinidamente, podendo

inclusive englobar novas áreas “fagocitando” outros povos. A extensão acentuada no movimento destes pseudópodos colaboraria com o início de movimentos de segunda ordem.

Movimento de 2ª ordem - heterostático: neste modelo é o equivalente a movimentos de longa distância ou salto (*leapfrogging*), contudo, parece improvável que esta longa distância fosse muito maior do que a dos movimentos de curta distância, pois temos que considerar a necessidade de domesticação do ambiente, típica das populações Tupi (Noelli, 1993). O que faria diferença neste caso parece ser o tempo de permanência nos locais após os movimentos, portanto, deve-se pensar uma explicação que coadune as rubricas salto (*leapfrogging*) e migração de frequência (*Migration Frequency*). Onde um conjunto de aldeias que tenha se mudado para um pouco além dos limites do território permaneceria pouco tempo sem se mudar novamente, ou seja, seria o aumento na frequência de movimentação que levaria a um rápido avanço de um grupo de aldeias, desta forma estendendo demasiadamente um pseudópodo. Ressalta-se que falo de conjunto de aldeias e não de uma aldeia, pois seria mais provável que um conjunto de aldeias avançasse, com base na necessidade da existência de uma população grande o suficiente para garantir o domínio territorial, condição para sua reprodução cultural ao longo do tempo - no sentido de formar os *tekohá* e *guará*, pois “sem *tekohá* não há *tekó*” (Noelli, 1993).

Assim, a extensão demasiada de um pseudópodo por si só já impingiria dificuldades de manutenção do contato social com o centro de origem. Além disso, nada impediria que aldeias localizadas entre a extensão máxima do pseudópodo e o centro de origem entrassem em colapso por causas internas ou externas, ou mesmo que por desentendimento social houvesse o corte do contato com as aldeias do centro inicial. Nestas situações teríamos o isolamento de um conjunto de aldeias em relação ao centro, condição *sine qua non* para romper com a homeostasia na reprodução dos traços culturais iniciando processos de divergência cultural e linguística levando a diferenciações entre os agrupamentos separados (heterostase).

Portanto, os movimentos de segunda ordem levam a possibilidade de existência de conjuntos de aldeias isolados em áreas desabitadas ou sob pressão de populações diferentes. Inicialmente posso pensar para estes grupos isolados

tendências diferentes, uma favorável com fixação e expansão por movimentos de curta distância, e quatro desfavoráveis prevendo assimilação por grupos diferentes circundantes, total extinção do grupo, nova migração para região mais afastada ou migração de retorno (*Return Migration*).

Refletir sobre a tendência positiva do grupo se fixar em uma região desconexa do centro de origem e conseguindo reproduzir seu modo de vida nos permite pensar na formação de centros regionais. Onde os grupos bem sucedidos assim como no centro de origem se reproduziriam por meio da divisão de aldeias e por movimentos de curta distância se expandiriam. Ou seja, todos os processos a que o centro de origem estava submetido poderiam ocorrer nestes centros regionais, instalando-se novamente uma homeostase.

Contudo uma homeostase diferente daquela do centro de origem. Em seus movimentos de curta e longa distância as populações levam sua tradição cultural, que no caso da cultura material pode ser percebida nos artefatos-tipo¹⁸ (Anthony, 1990, 2007), a desconexão entre dois agrupamentos leva à divergência e consequentemente a diferenciação por meio de inovação numa espécie de "efeito fundador" artefactual, que resulta em rápidas mudanças estilísticas a partir dos conjuntos artefatuais anteriores (Thompson, 1973; Anthony, 1990, 2007). O mesmo é válido para a deriva linguística (Moore e Storto, 2002; Correa-da-Silva, 2010; Galucio, 2010).

No caso de tendência favorável o processo de expansão local leva ao surgimento de um núcleo regional predisposto a movimentos de 1ª e 2ª ordem, reproduzindo a expansão inicial. Pode-se pensar ainda que dentro da área de influência de um núcleo regional poderíamos ter o desenvolvimento de formas de aglutinação sociopolítica, que no caso Tupi teriam se individualizado por influência do prestígio de indivíduos. Dessa forma já se assemelhando a organizações políticas como os guará e *tekohá/tecoaba* evidenciada pela etnoistória Guarani e Tupinambá (Noelli, 1993; Assis, 1996).

Previsível ainda é o estabelecimento de fronteiras quando os movimentos de 1ª ordem levassem ao encontro das periferias de ocupação de dois centros regionais

¹⁸ Nesta tese entendidos como tipos emblemáticos.

diferentes. Para esta situação são previstos uma série de outros processos de interação que podem levar ou não a convergências na cultura material como na língua, entretanto não aprofundarei esta discussão.

Espero que com este exercício tenha conseguido demonstrar algumas das possibilidades e a relevância de se tentar compreender como teriam se dado os fluxos populacionais dos Tupi. Pois são de suma importância para compreender-se os processos de expansão e etnogênese dos diferentes grupos, assim como a variabilidade existente entre suas línguas e cultura material.

Quadro 3: Representação Gráfica do Modelo Orgânico

Análise de Coleções

Assim como na análise bibliográfica a coleta de dados nas instituições é infinda, primeiro porque os acervos continuam em formação, recebendo continuamente vestígios arqueológicos, em segundo lugar vieses diferentes de pesquisa garantem que cada artefato analisado seja múltiplo nas características buscadas pelo pesquisador.

Para esta pesquisa foram abordadas coleções que tivessem o maior número de vasilhas cerâmicas inteiras relacionadas aos povos Tupi. Contudo, ensaios quantitativos serão secundários, a prioridade foi coletar dados no maior número de regiões, a fim de garantir validade amostral no território nacional. Por maior número de indivíduos que uma região tenha em relação a outras, este descompasso pode ser compensado por seleção neste momento da análise, importando garantir que as principais regiões tenham peso amostral e apresentem indivíduos comparáveis em seus eventos.

Os dados foram coletados com a aplicação de uma ficha na qual os atributos

Mapa 9: Coleções Visitadas

dos indivíduos foram anotados utilizando um sistema alfanumérico (anexos 3 e 4). Além disso, realizou-se a tomada de fotografias padronizadas visando a restituição fotogramétrica de cada artefato, permitindo não apenas o registro imagético de cada indivíduo, mas também a construção de perfis estruturais e futuras análises automatizadas (van der Maaten et al, 2006).

Foram realizadas análises em 45 coleções (tabela 02) distribuídas por 31 municípios de 15 estados brasileiros, totalizando 2023 indivíduos analisados (Mapa 9), dos quais 1525 apresentam mais de 50% de integridade, ou seja, mais de 50% da vasilha está inteira ou reconstituída com os próprios fragmentos. O conjunto de coleções visitado é bem diversificado já que engloba tanto instituições grandes e

centenárias com milhares de indivíduos até coleções particulares com apenas um indivíduo.

Os indivíduos analisados podem ser divididos entre arqueológicos e etnográficos, estes últimos são assim considerados por estarem acompanhados de informações sobre sua coleta entre grupos indígenas nos últimos 120 anos. Temos 1716 indivíduos representando cerâmicas arqueológicas e 307 representando cerâmicas etnográficas, estas últimas contabilizando 15% do total.

O estado de conservação dos artefatos nas coleções é bem variado, já que existem condições exemplares de curadoria e condições de abandono do patrimônio. Infelizmente as situações de curadoria precária superam os casos de bons procedimentos, não cabendo aqui explicitar os problemas individuais de cada instituição, já que estes são muitos e particulares a cada uma delas. Compete-nos, entretanto, em caráter de denúncia e de informação aos órgãos competentes afirmar que a falta de recursos, fiscalização e cobrança por parte de poderes administrativos têm levado a inevitáveis perdas no conteúdo das coleções. Seja perda por quebra, extravio e inviabilização de pesquisa por desconexão com os contextos arqueológicos.

A desconexão com os contextos parece ser um dos piores problemas nas coleções. Infelizmente para muitos artefatos guardados nas coleções se perderam a relação com a origem, não é possível muitas vezes sequer saber se as peças são de perto da instituição ou de estados ou países alheios. Ou seja, permanece a noção de acervo de museu como curiosidade e exotismo, sem utilidade para pesquisa, meros enfeites, troféus de preservação.

Por incrível que parece a sociedade da informação, neste quesito, perde para a capacidade de acúmulo de informação das gerações anteriores, pois as coleções antigas, do final do século XIX e início do XX, apresentam mais informações sobre os artefatos do que as mais recentes. As instituições abdicaram de livros de tombo, do processo de tombamento (numeração) físico dos artefatos e de curadoria permanente. Não basta por uma etiqueta, ou por em uma embalagem e simplesmente guardar sem manter cuidados permanentes, a experiência tem mostrado que os sacos plásticos da década de 1980 hoje estão desfeitos e os artefatos por eles individualizados hoje estão em polvorosa mistura. Para os mais

diversos tipos de etiquetas e modos de numeração nas peças tem se mostrado fracassos passados 20 ou 30 anos de sua implementação, o que deve fazer-nos refletir: o modo como tombamos e guardamos as coleções são realmente adequados para manter as informações por centenas de anos previstos para sua guarda?

Tabela 2: Instituições com coleções visitadas

Instituição	Sigla	UF	Município	Nº de indivíduos analisados
Biblioteca Pública Municipal de Pelotas	BIBPUPEL	RS	Pelotas	5
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - UNISC	CEPASC	RS	Santa Cruz do Sul	128
Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas - UFPR	CEPAPR	PR	Curitiba	14
Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - PUCRS	PUCRS	RS	Porto Alegre	108
Centro de Pesquisa em História Natural e Arqueologia do Maranhão	CPHNA	MA	São Luiz	23
Coleção Marlisa Sornberger	HORT	RS	S. J. do Hortêncio	1
Fundação Casa da Cultura de Marabá	FCCM	PA	Marabá	68
Instituto Anchietano de Pesquisas - UNISINOS	IAP	RS	São Leopoldo	49
Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Setor de Arqueologia -	MIPAT	SC	Criciúma	10
Instituto do Homem Brasileiro	IHB	MT	Cuiabá	0
Laboratório de Arqueologia - UFPE	LA	PE	Recife	74
Laboratório de Arqueologia - UFG	LAUFG	GO	Goiânia	98
Laboratório de Arqueologia e Etnologia - UFRGS	LAE	RS	Porto Alegre	8
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - LEPAARQ UFPel	LEPAARQ	RS	Pelotas	5
Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia - FURG	LEPAN	RS	Rio Grande	11
Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - UFSM	LEPA	RS	Santa Maria	15
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul	MARS	RS	Porto Alegre	12
Museu Antropológico Diretor Pestana	MAPESTANA	RS	Ijuí	71
Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul	MARSUL	RS	Taquara	217
Museu Câmara Cascudo	MCC	RN	Natal	56
Museu da Pedra do Urubu	MPU	CE	Brejo Santo	1
Museu das Culturas Dom Bosco	MDB	MS	Campo Grande	3
Museu de Arqueologia e Etnologia - UFBA	MAEUFBA	BA	Salvador	5

Tabela 02: Continuação - Instituições com coleções visitadas

Instituição	Sigla	UF	Município	Nº de indivíduos analisados
Museu de Arqueologia e Etnologia - UFPR	MAEPR	PR	Curitiba	81
Museu de Arqueologia e Etnologia - USP	MAEUSP	SP	São Paulo	92
Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade Cenecista de Osório	MFACOS	RS	Osório	2
Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC	MARquE	SC	Florianópolis	23
Museu de Arqueologia - UFMS	MUARQ	MS	Campo Grande	39
Museu de História Natural - UFMG / Setor de Arqueologia	MHN	MG	Belo Horizonte	13
Museu de Pré-história Casa Dom Aquino	MDA	MT	Cuiabá	5
Museu do Ceará	MC	CE	Fortaleza	33
Museu do Homem do Sambaqui "Pe. João Alfredo Hor" - Colégio Catarinense	MCat	SC	Florianópolis	57
Museu do Índio	MI	RJ	Rio de Janeiro	220
Museu Gama D'Eça	MGAMA	RS	Santa Maria	12
Museu Histórico Anita Garibaldi	MAG	SC	Laguna	3
Museu Júlio de Castilhos	JCASTILHO	RS	Porto Alegre	39
Museu Municipal Capitão Henrique José Barbosa	MCANGU	RS	Canguçu	3
Museu Nacional	MN	RJ	Rio de Janeiro	86
Museu Nogueira Machado	MNM	CE	Caririaçu	6
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA	Belém	179
Museu Regional do Alto Uruguai	URI	RS	Erechim	14
Museu Rondon	MR	MT	Cuiabá	2
Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia - UFRGS	MUAE	RS	Porto Alegre	16
Museu Vicente Pallotti	MPALOTI	RS	Santa Maria	76
Zanettini Arqueologia	ZA	SP	São Paulo	42

Análise Espacial

Mesmo com todos os problemas de documentação nos acervos pesquisados foi possível identificar a localização mesmo que aproximada de onde foram encontrados um significativo número de indivíduos (vasilhas ou fragmentos). Para isso consultei, quando existentes, os documentos das instituições (livros de tombos, fichas, relatórios, etc.), na ausência destes vali de publicações e das informações orais de curadores e pesquisadores dedicados, pessoas excepcionais que conhecem a história de cada artefato e a guardam. Ressalva há de ser feita neste último caso, já que mesmo em pessoas excepcionais a memória não é uma boa amiga e o registro por escrito deveria ser feito o mais rápido possível, antes que estas pessoas esqueçam ou sejam esquecidas.

Por meio das estratégias descritas acima foi possível relacionar 1094 indivíduos aos contextos de origem, ou seja, 54% do total, garantindo maior validade no que concerne à sua contribuição no entendimento dos eventos históricos de que tomaram parte e que hoje são testemunhos. Esta porcentagem de 54% parece pequena frente aos dados, contudo é bem significativa por apresentar as características das cerâmicas esperadas para cada região ou cada evento. Desta forma, permitindo que mesmo os indivíduos descontextualizados possam ser

indiretamente atribuídos a determinadas regiões.

Mapa 10: Localidades com cerâmicas nas coleções

De modo geral as coleções permitiram a vinculação de indivíduos a 180 localidades de 17 estados brasileiros como podemos ver no mapa 10. Em sua grande maioria as coleções são formadas por peças vindas de região próxima à sua localização, numa circunscrição municipal, estadual ou regional (caso localizadas na divisa de estados). Exceção são coleções antigas e com recursos financeiros, como Museu Nacional e Museu Paulista (atualmente no MAE/USP)

que guardam peças de lugares distantes como Rio Grande do Sul e Pará. Isto é válido para vestígios arqueológicos, pois quando se fala de cerâmicas etnográficas a realidade é outra, já que as coleções sempre ficam longe dos pontos de coletas das peças.

Neste ponto da tese me concentrarei em demonstrar a distribuição das principais morfologias e acabamentos de superfície das cerâmicas relacionadas aos povos do tronco Tupi, tanto a partir da bibliografia quanto pelas análises empreendidas nas coleções pesquisadas.

As morfologias e acabamentos de superfície das cerâmicas foram considerados aqui principalmente porque sua variação/variabilidade formal é entendida como característica observável e muitas vezes mensurável macroscopicamente (Wright, 1991). Importante ressaltar estas características como reflexos diretos das escolhas tecnológicas feitas pelo artesão, por sua vez entendidas como determinadas tanto pelas características de performance desejadas, por fatores situacionais (Schiffer & Skibo, 1997: 34), pelas estruturas de ensino aprendizagem tradicionais, bem como fatores de ordem social e simbólica (Lemonnier, 1992; Leeuw, 1993).

Por trabalhar majoritariamente com vasilhas inteiras priorizei as dimensões de *design/layout* (representantes visíveis das escolhas técnicas que levaram à morfologias e acabamentos de superfície específicos), tendo em vista que estas apresentam acentuada relevância para uma análise componencial (Lathrap, 1962; Deboer & Lathrap, 1979; Raymond, 2009). Por princípio a performance desejada em um artefato determina seu *design* por meio das escolhas técnicas feitas pelo artesão (Schiffer & Skibo, 1997). Quando as escolhas técnicas levam às formas que cumprem com as performances desejadas, tais formas tendem a se tornarem persistentes (Schiffer & Skibo, 1997: 31). Assim, *design/layout* desenvolvido para um artefato tem de cumprir compromissos de performance, ligando-o às atividades econômicas, sociais e simbólicas de seus produtores tornando importante índice de identificação social,

o aspecto funcional de um artefato reside na maneira como a sua forma serve a um determinado fim e o aspecto estilístico reside na variante étnica ou escolha isocrética em que esta forma surge (Dias & Silva, 2001: 98).

As escolhas feitas levam a estilos tecnológicos específicos associados a performances funcionais em diversas dimensões dos artefatos (Sackett, 1993; Hegmon, 1992). O artefato, deste modo, pode ser entendido como ativo na comunicação social e troca de informações, transmitindo mensagens sobre afiliação social e identidade (Wiessner, 1983, 1989), e sendo a variação formal entendida como um dos aspectos do estilo emblemático.

Neste caminho teórico as morfologias do vasilhame são os componentes entendidos como mais persistentes, já que demoram mais para mudar, pois são frutos das características de performance a que se destinam em seu uso, mas também por questões relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, pois a forma é a última coisa que as ceramistas dominam com perfeição, além disso, o processo construtivo das vasilhas é mais inconsciente e mais demorado para aprender e se fixa após anos de prática (Lathrap, 1962; Deboer & Lathrap, 1979; Raymond, 2009, Arnold 1985, Gosselain, 1992, Silva, 2009c). Uma das explicações para uma mudança lenta na morfologia de uma vasilha é o fato da necessidade de que se mude o que é preparado ou como é preparado o produto ao qual ela se destina. Enquanto os acabamentos de superfície são entendidos como mais fluídos, mudando em maior velocidade entre as gerações e grupos familiares, sobretudo os acabamentos que não estão diretamente relacionados de forma física ou simbólica a funcionalidade.

Quando Brochado se propôs a avaliar a distinção entre as cerâmicas dos falantes de língua Tupinambá dos falantes de Guarani guiou-se, sobretudo, pelas características morfológicas e de acabamento de superfície (Brochado, 1980, 1984). Destarte, ficou claro na tese de Brochado (1984) que as cerâmicas produzidas por cada um destes dois grandes grupos apresentavam distinções suficientes para serem separadas em duas subtradições, a saber, a subtradição Tupinambá e subtradição Guarani (Brochado 1991b; Noelli 2008). Além destas duas subtradições que foram claramente definidas e se tornaram conhecidas e discutidas, permaneceu na penumbra a existência de outro conjunto ou conjuntos de cerâmicas com características dos falantes do tronco Tupi que não poderiam ser admitidas dentro das subdivisões Tupinambá e Guarani, sobre estas cerâmicas Brochado fala:

sítios espalhados nas regiões leste, nordeste, centro-oeste (Goiás) e norte (Para), não podem ser facilmente classificados em uma ou outra destas duas subtradições e ao mesmo tempo, não possuem características suficientemente homogêneas para conformar uma terceira subtradição. Na forma e no tratamento da superfície, as vasilhas se parecem em geral mais com as da subtradição da região Sul do que com as da subtradição da região Leste e Nordeste. A decoração pode ser relativamente pouca e as formas carenadas podem existir ou não, mas também não se observam as formas típicas das vasilhas da subtradição da região Leste e Nordeste (Brochado, 1980: 50).

Para este terceiro conjunto ainda não é possível avaliar claramente o evento que lhe originou, só é possível suscitar diversas hipóteses algumas delas já mencionadas por Brochado:

poderia corresponder: (a) a uma forma mais antiga, ainda não diferenciada, da tradição; (b) a uma terceira subtradição independente menos difundida; (c) ao resultado da interpenetração especial das duas subtradições ou (d) a um aspecto da própria subcultura Guarani (Brochado, 1980: 56).

Com as pesquisas recentes tem ficado clara uma maior semelhança destas outras cerâmicas tupi com as cerâmicas Guarani, mas que também apresentam alguns dos elementos que estão presentes na cerâmica Tupinambá, portanto aqui defino inicialmente este conjunto como *cerâmicas politéticas dos Tupi do Norte*.¹⁹

Em resumo pode-se admitir segundo os trabalhos de Brochado e os resultados de pesquisas posteriores, incluindo os dados aqui coletados, que temos pelo menos três grandes conjuntos de cerâmicas que remetem a diferentes populações integrantes do tronco Tupi:

- *Cerâmica Guarani*: espalhadas pelo sul do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e provavelmente Bolívia. Apresenta recorrentemente acabamento de superfície plástico diferente do alisamento, seja corrugado, unglado,

¹⁹ “un grupo politético es un conjunto de entidades en el que cada entidad posee un gran número de los atributos compartidos y cada atributo es compartido por numerosas entidades mientras que ninguno de ellos es a la vez suficiente y necesario para asegurar su calidad de miembro del grupo”(Clarke, 1984: 31)

escovado dentre muitos outros, o acabamento cromático é representado por pintura de linhas pretas e vermelhas sobre fundo claro.

As formas mais recorrentes são vasilhas de contorno composto, carenadas, com pescoço e ombro bem marcados, perímetro da boca circular, bordas extrovertidas, carenadas, reforçadas externamente e bases arredondadas ou cônicas.

- *Cerâmica Tupinambá*: espalhadas pelo litoral desde São Luís do Maranhão até a Baía de Paranaguá no Paraná, mas com ampla ocorrência no interior dos estados com litoral e ainda nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e provavelmente Mato Grosso.

Apresenta recorrentemente acabamento de superfície plástico diferente do alisamento, seja corrugado, unglado, escovado, entalhado na borda, acanalado dentre muitos outros, o acabamento cromático representado por pintura de linhas pretas e vermelhas e pontos pretos sobre fundo claro. Ressalta-se que a popularidade dos acabamentos plásticos reduz sensivelmente na região Nordeste.

As formas mais recorrentes são vasilhas abertas rasas de contorno simples com bases arredondadas, base plana ou aplanada, com abertura circular, oblongo ou quadrangular, ocorrendo também, sobretudo na região Sudeste e no estado da Bahia vasilhas fundas piriformes, carenadas com ombros escalonados bem marcados e duplamente cambadas.

- *Cerâmicas Tupi do Norte (Politético)*: com cerâmicas espalhadas por uma ampla área preponderantemente a norte do paralelo 15°, identificados nos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás.

Apresenta como acabamento de superfície preponderantemente o alisamento, em segundo lugar de popularidade o acabamento cromático representado por pintura de linhas pretas e vermelhas sobre fundo claro engobado ou diretamente sobre a superfície alisada sem engobo, além disso, há uma tendência para linhas mais grossas e frequentemente preenchimento em preto de triângulos, retângulos ou faixas vermelhas no campo principal da

pintura. O acabamento plástico muito raro e pouco diversificado fica por conta de corrugado, linhas incisas geométricas, unglado e entalhado na borda.

As formas mais recorrentes são de pequenas dimensões se comparadas com os dois conjuntos anteriores, já que raramente passa de dez litros. Apresenta-se como vasilhas abertas rasas de contorno simples com bases arredondada, abertura circular, ocorrendo também vasilhas carenadas com linha incisa ou pintadas no ombro. A borda mais típica deste conjunto é extrovertida como na cerâmica Guarani, contudo apresenta ponto angular interno bem marcado.

Ressalto que este não é um conjunto homogêneo sendo aparentemente fruto da ação de diferentes grupos do tronco Tupi com preponderância daqueles de línguas Tupi-Guarani, provavelmente aglutinando vestígios de ocupações pré-coloniais e grupos etnohistóricos. Ainda não é possível estabelecer elementos mais específicos para sua definição, cabendo às pesquisas regionais futuras a definição de elementos emblemáticos relacionados às populações específicas de regiões e/ou períodos. Por estes motivos no capítulo seguinte apresento este conjunto já com divisões regionais: Tupi Norte-Occidental, Tupi Norte-Oriental, Proto-Tupinambá.

Além dos três conjuntos arqueológicos descritos acima posso mencionar um quarto conjunto formado pelas cerâmicas etnográficas associadas às populações indígenas falantes do tronco Tupi, representantes até então conhecidas do final do grande processo de continuidade e mudança das populações deste tronco linguístico.

Foram identificadas nas coleções 307 cerâmicas relacionadas a dezoito grupos etnográficos do tronco Tupi (cf. Tabela 03), contudo para a maior parte dos grupos o número de vasilhas é bem pequeno havendo maior representatividade dos Asurini do Xingu, Suruí, Paracanã e Juruna, com respectivamente 30%, 14%, 12%, 11%, totalizando 67% das cerâmicas etnográficas analisadas.

Posso dizer que este quarto conjunto tem como elemento de união o fato de pertencer a grupos do tronco Tupi e a grupos indígenas etnográficos, no mais se apresentam bem diversos em muitos aspectos. Pois além de ser composto por

cerâmicas de grupos de diferentes famílias linguísticas ainda apresenta-se como resultado de quinhentos anos de pressão do processo de colonização não indígena, somado ao apelo comercial das últimas décadas que tem contribuído para uma rápida mudança nos conjuntos cerâmicos.

Apesar da grande diferença existente entre as cerâmicas etnográficas e delas em relação as cerâmicas arqueológicas é possível por rápida análise perceber que pode-se estabelecer relações de semelhanças interessantes, como por exemplo entre as cerâmicas Asurini do Xingu, Juruna e Cinta-Larga com as cerâmicas Guaraní arqueológicas.

Tabela 3: Grupos etnográficos com cerâmicas nos Museus e datas de coleta

Museu do Índio	Ajuru/Tupari - 1968	Museu Goeldi		Museu Rondon		MAE-USP	Tupari	CPHNA-MA		Museu A. Pestana	
	Arawete - 1981, 1994		Arawete								
	Asurini do Xingu - 1980, 1981, 1994		Asurini do Xingu - 1962, 1969, 1976, 1982, 1983				Asurini do Xingu				Asurini do Xingu
	Aweti - 1962										
	Kamaiura - 1987										
	Guarani - 1957, 1994, 1996						Guarani				
	Juruna - 1955, 1994, 2010		Juruna - 1897, 1916, 1963, 1967		Juruna						
	Parakanã - 1971, 1982, 1984		Parakanã - 1976, 1981								
	Suruí - 1978, 1980, 1981, 1990, 1994,		Suruí - 1980, 1981, 1982, 1983, 1984								
	Kaapor - 1957, 1962, 1973, 1994		Kaapor - 1900, 1901, 1902, 1963,				Kaapor		Kaapor		
	Uruewauwáu - 1989										
	Wayampí - 1987, 1994, 2001-07		Wayampí - 1935-1937, 1976, 1986				Wayampí 1983				
	Zoró - 1988										
			kayabi - Juruna? 1966, 1967								
			Kokama - 1914								
			Munduruku - 1950, 1973, 1974								
					Cinta-Larga						
							Chiriguano				

Após este breve descritivo geral do que se conhece sobre os conjuntos de cerâmicas associados às populações do tronco Tupi podemos avaliar como as cerâmicas depositadas nas coleções podem contribuir com o quadro apresentado. Lembrando que os dados retirados da bibliografia foram aqui empregados quando não foi possível avaliar algumas regiões por meio de coleções (sobretudo para os demais países ocupados pelos Tupi).

Para uma melhor aproximação dedutiva inicialmente utilizo o método indutivo ao plotar espacialmente e de forma isolada cada elemento emblemático escolhido nos conjuntos descritos acima. Estes elementos foram escolhidos por sua característica emblemática, como elemento traço, espécie de marcador que por sua presença ou ausência denunciava a dimensão relacional entre os conjuntos (Schiffer, 1987: 17-18; Wiessner, 1983, 1989).

Cada um destes elementos foi considerado individualmente para dar força ao método indutivo ao elaborar mapas temáticos com uma área máxima de dispersão dos atributos de cada conjunto, conseqüentemente apontando empiricamente para áreas hipotéticas de ocorrência destes elementos e das pessoas que os produziram imbuídas por suas tradições.

A apresentação desta espacialização é feita de forma sintética aproveitando o efeito autoexplicativo de infográficos compostos pela descrição e representação de exemplos do elemento emblemático e de mapa temático com as ocorrências pontuais.

Cabe ressaltar que os pontos apresentados nos mapas não correspondem a todos os locais com ocorrência, e sim o maior número necessário e estratégico para apontar presença regional e limites de dispersão. Em segundo lugar os exemplos dos elementos emblemáticos apresentados são apenas essenciais cabendo dentro de cada tipo variações que, no entanto não os descaracterizam como tal.

Previamente aos infográficos dos conjuntos cerâmicos insiro as deduções sobre os resultados para cada um dos elementos emblemáticos visando instigar o leitor a buscar visualizar de modo indutivo na plataforma disponibilizada.

Para este conjunto avalio cinco elementos emblemáticos inicialmente considerados como característicos da cerâmica Guarani os quais se demonstraram muito satisfatório no entendimento da área de ocupação dos Guarani e de possíveis relações de parentesco.

- *Infográfico 1 - Cambuchi Guaçu com borda complexa*: a distribuição das vasilhas com esta característica coincide com a área mais comumente associada aos falantes de língua Guarani, portanto se caracteriza como um bom elemento de identificação. Como esta morfologia não ocorre no sul amazônico nem no estado do Mato Grosso e Goiás sua idealização aparentemente se deu já nos estados mais ao sul ou nos países fronteiriços como Bolívia ou Paraguai.

- *Infográfico 2 - Cambuchi Acinturado*: a distribuição das vasilhas com esta característica coincide com a área mais comumente associada aos falantes de língua Guarani, portanto se caracteriza como um bom elemento de identificação. Contudo, temos algumas vasilhas que lembram esta forma no sudeste Amazônico e uma muito semelhante no estado do Ceará. Essas ocorrências fora da área tipicamente Guarani remete a idealização desta morfologia antes da saída destes grupos da Amazônia e por este motivo ocorrendo em outros territórios não tipicamente associados aos Guarani. Mas sua popularização parece ser um evento relacionado ao modo de vida Guarani.

- *Infográfico 3 - Cambuchi com apoio interno*: a distribuição das vasilhas com esta característica coincide com a área mais comumente associada aos falantes de língua Guarani, portanto se caracteriza como um bom elemento de identificação. Registrado apenas uma ocorrência em área associada ao Tupinambá na Baía de Paranaguá no estado do Paraná, conferindo possibilidade de multicomponencialidade ou indícios de interação nos sítios desta região. Na região de Mogi-Guaçu, estado de São Paulo apresenta na bibliografia (Pereira Jr., 1957) uma vasilha com estrutura análoga, mas com sensíveis diferenças.

- *Infográfico 4 - Yapepó*: não há dúvida quanto a sua associação aos povos de língua Guarani já que como podemos ver sua principal dispersão ocorre no

território conhecido como tradicionalmente associado a estes povos. Ressalto apenas a ocorrência de vasilhas arqueológicas muito análogas no estado do Pará e provavelmente no norte de Goiás. Além disso, algumas cerâmicas das etnias Asurini e Cinta-Larga tem morfologia muito semelhante a esta inclusive na denominação *Japepaí* em Asurini. Tais indícios só confirmam a já sabida (Noelli, 2008) antiguidade desta morfologia associada aos falantes do troco Tupi.

- *Infográfico 5 - Naetá Guarani: Assim como para as Yapepó esta parece ser uma morfologia já presente desde períodos muito antigos entre os falantes do tronco Tupi, já que sua dispersão apresenta, além de peremptória associação aos Guarani, uma ocorrência em outras regiões como o sudeste do Pará, Maranhão, Tocantins e Norte de Goiás*

INFOGRÁFICO 1

CERÂMICA GUARANI

Cambuchi Guaçu com borda complexa:

vasilha profunda e de grande proporções, apresentando carena e ombro bem marcados, denominamos borda complexa quando esta apresenta contorno angular ou multiangular e muitas vezes reforço externo.

MCatR1-013

MCatR1-003

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA GUARANI

Cambuchi Acinturada:

vasilha profunda de fundo cônico ou arredondado apresentando sulco mediano no corpo que a divide em duas seções normalmente com borda introvertida e direta.

MCatR2-048

MARquER1-021

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000
GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA GUARANI

Cambuchi com apoio interno:

Este apêndice interno ocorre em vasilhas Cambuchi Guaçu, podendo ser contínuos por todo o perímetro da vasilha como um "flange interno" ou descontínuos apresentando-se como seções ou asas semicirculares na horizontal ou vertical.

MARSR1-007

CEPAPRR3-013

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA GUARANI

Yapepó:

como este tipo de vasilha é muito comum nas coleções apresenta grande diversidade morfológica, portanto, aqui utilizo duas das variações mais comuns traduzidas em vasilhas profundas de base cônica, com ombros e borda direta ou extrovertida.

MCatR1-010

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA GUARANI

Ñaetá Guarani:

apresentada com o sufixo "Guarani" por termos vasilhame muito parecido entre os Tupinambá e Tupi do Norte, mas com características diferenciadoras. Trata-se de uma vasilha com corpo tronco-cônico, fundo cônico, borda direta variando entre reta, levemente extrovertida ou introvertida.

MUARQR1-031

MCatR1-046

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

1:29.000.000
GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

Cerâmicas Tupinambá

Para este conjunto avaliei cinco elementos emblemáticos inicialmente considerados como característicos da cerâmica Tupinambá, os quais se demonstraram muito satisfatório no entendimento da área de ocupação dos falantes de língua Tupinambá. Apesar de mais individualizado que o conjunto Guarani também apresentou elementos que indicam possíveis relações com o conjunto Amazônico.

- *Infográfico 6 - Nhaempepo*: dos elementos emblemáticos ligados aos Tupinambá este apresenta área de dispersão restrita a região Sudeste e a Baía de Paranaguá no Paraná. A morfologia desta vasilha se assemelha a cerâmicas da tradição Aratu com ocorrência principalmente no estado da Bahia.

- *Infográfico 7 - Naetá Tupinambá*: apresenta pouca diferença em relação a *Naetá* Guarani sendo mais funda e com ângulo de borda diferente, sua dispersão indica da mesma forma antiguidade da morfologia junto às populações do tronco Tupi. Os dados coletados não permitem averiguar um território contínuo de dispersão, havendo maior concentração nos estados do sudeste, mas também no litoral do nordeste, Maranhão e sudeste do Pará.

- *Infográfico 8 - Reforço Interno*: este é um elemento típico da cerâmica Tupinambá, não ocorrendo fora da área de abrangência destes, sendo um bom indicador, sobretudo porque pode ser identificado até mesmo em fragmentos. Na região Sudeste sua proporção em relação ao restante da vasilha é mais acentuada enquanto na Nordeste normalmente é pouco pronunciado.

- *Infográfico 9 - Vasilha de abertura quadrangular*: este é um elemento típico da cerâmica Tupinambá, não ocorrendo fora da área de abrangência destes. Apresenta maior popularidade nos estados do Nordeste reduzindo sua presença no Sudeste, inclusive para o Oeste Paulista não temos notícia de vasilhames com este tipo de abertura, aparentemente correspondendo a área associada aos "Tupi do Interior" (Moraes, 2007).

- *Infográfico 10 - Duplamente Cambada*: as vasilhas com esta morfologia são tipicamente Tupinambá, da mesma forma que as quadrangulares sua ocorrência só

se dá nas regiões associadas a esta população. Sua maior popularidade parece ser os estados do Sudeste a exceção de São Paulo que assim como Pará, maranhão e Ceará apresentam morfologias semelhantes a esta mas que dificilmente poderiam ser reconhecidas como tal. Ressalta a sua ocorrência a norte do Rio Verde no Mato Grosso do Sul, região já apontada como de ocupação Tupinambá (Martins & Kashimoto, 2008), e para a ocorrência dessa morfologia no rio Culuene, formador do Xingu no estado de Mato Grosso desta vez associada a sítios com cerâmica tipicamente Arawak.

CERÂMICA TUPINAMBÁ

Nhaempepó:

vasilha funda com base cônica ou arredondada, ombro arredondado com ou sem ângulo que o divise em relação ao restante do corpo da vasilha, com borda direta sem extroversão, estas características dão forma geral piriforme a vasilha.

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000
GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPINAMBÁ

Ñaetá Tupinambá:

o formato tronco-cônico é mais recorrente, contudo as bases são mais arredondadas que no contexto Guarani, outra diferença significativa são as bordas contraídas em ângulos menores que 90° em relação ao corpo.

MHNR1-9

FCCMR1-29

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPINAMBÁ

Reforço Interno Tupinambá:

se caracteriza por um ressalto arredondado ou obcônico na parte interna de vasilhas abertas rasas de contorno de abertura circular ou quadrangular.

MAEUFBAR1-04

MCR1-07

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000
GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPINAMBÁ

Vasilha de Abertura Quadrangular:

Vasilha aberta rasa, sempre com pintura interna, normalmente de base tendendo a plana, as bordas sempre apresentam um tipo de reforço, seja apenas reforço externo ou interno ou ambos combinados como representado no Infográfico 8.

MCR2-13

MCR1-04

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPINAMBÁ

Duplamente Cambada:

vasilha com borda cambada e corpo cambado, normalmente com abertura oblonga, ocorrendo também circular ou quadrangular. Apresenta espessura fina das paredes quase sempre unguladas, estocadas ou incisas do meio para cima.

MAEUFBAR1-02

MHN-4

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

Para este conjunto avaliei três elementos emblemáticos semelhantes aos encontrados entre as cerâmicas Guarani e Tupinambá, mas com forte presença de elementos típicos das cerâmicas do Sul da Amazônia (Almeida, 2008; Garcia, 2012). A intenção com este conjunto é ampliar sua descrição já iniciada por Brochado (1980), e avaliar empiricamente a dispersão espacial destes elementos amazônicos em sua relação genética nas cerâmicas das populações Guarani e Tupinambá.

- *Infográfico 11 - Pintura com preenchimento*: caracterizada aqui pela presença de faixas largas no campo principal e triângulos preenchidos, este tipo de pintura é muito recorrente na Amazônia, sobretudo nas cerâmicas Marajoara, mas também nas Asurini, Juruna e Chiriguano. Diferencia-se da pintura das cerâmicas Guarani e Tupinambá que é normalmente composta por linhas finas no campo principal. Para o objetivo desta tese o ponto relevante é a grande ocorrência destes elementos cromáticos nos estados da região Nordeste e baixa ocorrência na região Sul. Não foi verificada na cerâmica Tupinambá a sul do estado de Pernambuco e na região Guarani apresenta apenas áreas de preenchimento muito reduzidas e faixas formando apenas figuras geométricas.

- *Infográfico 12 - Borda Angular*: comum na região Amazônica, inclusive nas fases definidas para o sudeste do Pará. Fora da Amazônia só encontrada em maior recorrência nos estados da região Nordeste. Ao sul de Goiás apresenta baixa ocorrência e nas vasilhas que assim foram classificadas temos uma sensível diferença em relação ao norte, já que na cerâmica Guarani a borda extrovertida é bem comum, mas o ângulo interno normalmente é substituído por curva cônica de seção parabólica.

- *Infográfico 13 - Cambuchi*: morfologia muito comum no sudeste do Para, com ocorrência também na região Nordeste e norte do estado de Goiás. Na região Sul e no Mato Grosso do Sul está diretamente ligada aos Guarani que popularizaram esta morfologia e diversificaram-na, apesar de ligeiramente diferente apresenta os mesmos elementos típicos do norte.

CERÂMICA TUPI NO NORTE

Pintura com preenchimento:

pintura com faixas largas no campo principal e triângulos ou retângulos preenchidos.

FCCMR3-16

CCR1-055

FCCMR5-66

LAR5-013

CCR5-002

LAR3-006

LAR3-049

LAR5-061

OBS: Fragmentos em várias escalas

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000
GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPI NO NORTE

Borda Angular:

bordas com ângulo interno bem acentuado em relação a curva do ombro ou corpo, tendência de linha reta entre o lábio e o ponto angular interno. As variações verificadas nessa angulação não impedem seu uso classificatório, já que mesmo vertical ou em ângulo agudo a presença do ângulo interno é bem evidente quando comparado com vasilhas que apresentam inflexão.

MPEGR4-006

LAUFG
R5-097

LAUFG
R5-003

FCCM
R5-63

OBS: Fragmentos
ampliados em 1,5 vezes

MCR1-08

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

CERÂMICA TUPI NO NORTE

Cambuchi:

vasilha com base arredondada a cônica com carena e ombro bem marcados, a borda normalmente extrovertida pode ter ângulo interno bem marcado ou ser infletida.

MPEGR1-002

MAEPRR1-069

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo 1)
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
Out. 2013

0 245 490 980 1.470
KM

1:29.000.000

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

De posse dos dados empíricos expostos pelos infográficos e das relações deduzidas sobre a presença/ausência de cada elemento busquei validar a hipótese de que por meio do estudo da distribuição das cerâmicas, em seus aspectos morfológicos e de acabamento de superfície, é possível discernir pelo menos cinco grandes conjuntos de cerâmicas arqueológicas associadas aos falantes do tronco Tupi, como podemos ver no mapa 17.

Os elementos emblemáticos demonstram uma boa validade em discernir o conjunto Tupinambá do Guarani, ao mesmo tempo validaram a natureza politética do conjunto Tupi do Norte. Além disso, reforçam a argumentação sobre a existência de relação entre a cultura material e a distribuição dos povos falantes de línguas específicas.

Não é novidade a existência de dois conjuntos diferenciados na cerâmica dos Tupi-Guarani e que estes conjuntos podem ser atribuídos aos falantes do Guarani e do Tupinambá (Brochado, 1980, 1984; Scatamacchia, 1981, 1990). A complementação que aqui trago se refere a aumentar a amostra em termos quantitativos, cronológicos e espaciais. A análise contribui para o detalhamento da localização de cada um destes elementos e como com eles podemos deduzir a área ocupada por populações específicas, construindo um mapa de ocupação mais detalhado.

A novidade apontada pelos dados é a confirmação empírica da existência de um terceiro conjunto de cerâmicas vinculado aos falantes do tronco Tupi aqui denominado de Tupi do Norte. A dispersão das características deste conjunto é bem semelhante a já sugerida por Brochado (1980). Ressaltando que as cerâmicas Tupi Norte-Oriental têm maior semelhança com a cerâmica Guarani do que com a Tupinambá. Confirmando a necessidade de subdivisões deste conjunto, tendo em vista que já apresenta diferenças espaciais francamente perceptíveis, o que trataremos no próximo capítulo.

Especialmente ficou claro que realmente existem limites interpenetrantes entre as cerâmicas de cada um destes três conjuntos aumentando a precisão dos limites de ocupação do espaço pelas populações produtoras destas cerâmicas. O detalhamento da espacialidade de cada conjunto confirma e pormenoriza a famosa "fronteira" Tupinambá - Guarani no estado de São Paulo (Brochado, 1980, 1984;

Scatamacchia, 1981, 1990), assim como a continuação da mesma no estado do Mato Grosso do Sul (Martins & Kashimoto, 2008), e ainda aponta para outra entre Tupinambá e Tupi do Norte no estado de Goiás (já percebida por pesquisadores locais, Dilamar Martins com. pessoal 2012) e clarifica a fronteira no estado de Pernambuco entre um Tupinambá com elementos do Tupi do Norte, esta última sendo interpretada por Claudia Oliveira (2009) como uma "fronteira técnica".

As especificidades conseguidas com o método de pesquisa empregado nesta tese permitem pouca precisão quanto aos fenômenos de fronteira, mas permite que sejam apontadas possibilidades cabíveis de elucidação por pesquisas regionais.

Tão relevante como entender a distribuição desses conjuntos no espaço geográfico é verificar como a cronologia disponível permite avaliar a distribuição dos mesmos no tempo, como apresento no ponto a seguir.

Análise Cronológica

As pesquisas bibliográficas permitiram compulsar 643²⁰ datas relacionadas a sítios de povos Tupi, distribuídas entre os países com informações disponíveis, como podemos ver no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distribuição das datações por país

Contudo para os ensaios estatísticos aqui realizados não foi possível a utilização de todas estas datas, como mencionado anteriormente diversos problemas encontrados na bibliografia inviabilizam o uso dos resultados de algumas datações. Ressalto principalmente como problemas a negligência dos pesquisadores ao publicar contíguas às datas as informações sobre método de datação (C14, TL, relativo...), referência temporal, ou seja, se a data é AP, AD ou a.C., se esta foi ou não calibrada (sigma, vida média utilizada, reservatório de carbono...) ou mesmo qual o laboratório e ano de medição. Além disso, a falta de informações contextuais sobre as condições de coleta das amostras trouxeram dúvida quanto a validade e a aplicabilidade das datas adquiridas, como por exemplo, se os carvões teriam sido coletados em estruturas de combustão ou eram carvões de flutuação, para alguns sítios multicomponenciais (Ífíco/tupi; uru/tupi; aratu/tupi, sambaqui/tupi...) ficou

²⁰ Número fechado em agosto de 2013, sobre o qual incidem as análises aqui apresentadas. No anexo 01 o número total é superior a este pois até o fechamento desta tese continuaram sendo coletadas informações.

inviável o uso da data por não sabermos se as amostras (carvão ou cerâmica) utilizadas para a medição pertenciam a qual componente. Também não foram utilizadas nas estatísticas datas muito destoantes com os contextos regionais, ou seja, muito recente ou muito antigas em relação aos demais dados regionais.

Partindo dos critérios elencados acima foram selecionadas do montante um total de 618 datas para serem utilizadas nas análises estatísticas aqui realizadas (quando outras datas além destas forem utilizadas com finalidade demonstrativa será informado ao longo do texto). Ressaltando, contudo, que todas as datas encontradas na bibliografia estão no anexo 01, para apreciação dos pesquisadores, nesta listagem apresenta-se tanto as 643 datas que já haviam sido encontradas no momento das análises estatísticas quanto outras que tomei conhecimento após as análises.

É importante esclarecer que as datas de carbono não foram calibradas, não foi possível calibrar devido às omissões de informação na bibliografia. Como fica claro em Araújo (2001) baseado em Stuiver & Reimer (1998) para calibrar uma data C14 é necessário saber minimamente se a data publicada já foi ou não calibrada, o ano de realização da medição, se foi realizada compensação referente ao hemisfério sul e correções de reservatório de carbono. Tais informações raramente constam nas publicações inviabilizando o procedimento correto de calibração. Apesar de não necessitar ser calibrado para o método de termoluminescência acontece problemas muito semelhantes, pois para este método além de características contextuais de coleta da amostra deve-se publicar o ano da medição, já que para ter referência calêndrica é necessária a subtração da data AP do ano da medição.

Visando dirimir os empecilhos gerados pela carência de informações junto às datas publicadas estabeleci critérios de contemporização das datas disponíveis na bibliografia para torná-las comparáveis, tais critérios podem ser verificados no anexo 05. Compreendo os desvios temporais oriundos da não calibração das datas C14, por este motivo explicito as datas como encontradas na bibliografia por meio do anexo 01, bem como os critérios utilizados para condicionar todas as datas ao mesmo índice de referência utilizando AP para se referir a anos Antes do Presente considerado o ano de defesa desta tese, ou seja, 2014.

Ao explicitar os dados como apresentados em suas fontes e deixando claro como eles foram trabalhados garante-se tanto um melhor entendimento das conclusões quando permite aos pesquisadores disporem de fontes para sua própria manipulação.

Destarte, o conjunto de dados aqui analisados refere-se, como dito, a 618 datas submetidas aos procedimentos descritos no anexo 05 visando sua adequação para fins comparativos. Segue as observações e análises que foram possíveis com os dados disponíveis. Lembrando que no capítulo quatro as análises espaciais e cronológicas servirão de base para a discussão dos modelos de ocupação do território nacional.

Frente ao grande número de datas elencadas minha primeira medida foi avaliar como a amostragem se distribui verticalmente, ou seja, quantas datas temos em cada século, como se vê no gráfico 2. Começando pelo século XIX até 4000 AP temos uma distribuição com pelo menos três pontos que merecem reflexão.

Um destes pontos é a maior ocorrência de datas entre os séculos XIV e XVI (1400 a 1600 AD) e outro é o número reduzido de datas para o século VI, em 2009 mesmo com uma amostragem três vezes menor essa mesma tendência já estava explícita (Corrêa, 2009).

Gráfico 2: Número de datações dividido em períodos AP

Bem sabemos que os autores por diversos motivos foram levados, até recentemente, a acreditar que as cerâmicas associadas aos Tupi seriam "tardias", e deste modo quando uma medição apresentava datas antigas estas não eram

publicadas (Noelli, 2004). Isto provavelmente contribui para presença maior de datas nos períodos mais recentes.

Para além do problema de escolha (equivocada ou não) do que se publica podemos pensar se não há uma relação entre o número de eventos datados para cada período e densidade populacional. Seria leviano fazer a associação direta, contudo busco incitar objetos futuro de pesquisa ao questionar se a queda no número de datas por volta do século VI (percebida nos dois métodos ver no gráfico 7) seria o reflexo de um baixo número de sítios ocupados neste período? Coerente com redução na ocupação pelo menos nas áreas mais pesquisadas até então. De forma análoga o gradual aumento dos eventos datados após o século X seria o reflexo de um continuo aumento populacional que teriam levado ao aumento do número de aldeias visíveis como sítios para nós? O pico desse aumento gradual ocorre no século XIV com queda progressiva associada ao período de invasão e massacre colonial. Outras pesquisas recentes têm indicado fatores semelhantes na associação entre datações e demografia na Amazônia (Moraes e Neves, 2012).

Após esta avaliação vertical apresento a distribuição espacial no gráfico 3 onde separei as datas mais antigas de cada região permitindo notar que estas estão justamente nos locais com maior número de pesquisas (gráfico 3 e 4 e mapas 11 e 12), demonstrando um desvio amostral, como já indicado por alguns autores (Noelli, 2004; Corrêa & Samia, 2006; Scheel-Ybert et ali., 2008; Corrêa, 2009). Tal desvio é fruto do descompasso de pesquisas e/ou publicações nas diferentes regiões do país, onde aquelas com maior número de pesquisas e datações tendem a ter as datas mais antigas, ou seja, serem bem mais conhecidas.

MAPA 11: Distribuição dos locais com datações

MAPA 12: Densidade de distribuição das datações

GCS SIRGAS 2000
Datum: SIRGAS 2000

0 240 480 960 1.440 km
1:33.000.000

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo1).
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

No gráfico 3 temos um desvio na situação descrita acima, pois apesar do levantamento apresentar poucas datas para o estado de Rondônia (que só recentemente tem tido pesquisas em maior escala) encontramos aí a data mais antiga, visto que apresenta profundidade temporal de 4 mil anos. As demais datas chegam a 2264 AP (se não for considerada a data de 2920 AP no estado do Rio de Janeiro), configurando um lapso de aproximadamente 1800 anos sem datações relacionadas a sítios Tupi. Entendo que este lapso temporal possa ser sanado com acréscimo de pesquisas nas regiões próximas a Rondônia. Contudo, o que parece mais produtivo a refletir neste momento é a possibilidade dos dados aqui analisados apontarem uma clara distinção entre sítios associados aos povos de línguas Tupi-Guarani dos Tupi de Rondônia anteriores a diferenciação da família Tupi-Guarani.

Gráfico 3: Distribuição de datas antigas por região

Gráfico 4: Número de datações por regiões brasileiras

Tomando como referência os estudos linguísticos e suas estimativas cronológicas (que apesar de imprecisas ainda são mais do que a arqueologia nos permite no momento) temos 5000 AP como momento de individualização do Proto-Tupi e 2500 AP para a família Tupi-Guarani (Rodrigues, 1964, 1984, 2000), o que a priori pode ser o que está refletido nos dados cronológicos expostos no gráfico 2. Leio o dito gráfico como sendo a data de 4000 AP referente a ocupação por grupos Tupi não Tupi-Guarani e todas as demais referentes a grupos pertencentes a línguas da família Tupi-Guarani. Isto se alinha com os resultados das pesquisas realizadas em Rondônia (Zimpel, 2009; Cruz, 2009; Miller, 2009; Almeida, 2013) que apontam para a significativa diferença entre as cerâmicas encontradas nesta região e aquelas atribuídas aos Tupinambá e Guarani. Assim, as datas mais recuadas devem ser analisadas com cuidado e contextualmente, pois poderiam estar associadas aos falantes de outras línguas do tronco Tupi.

A situação acima nos apresenta questões que deveriam ser perseguidas: a) distinguir cerâmicas dos integrantes da família Tupi-Guarani das demais famílias; b) buscar estudar o processo de mudança gradativa na cerâmica entre os sítios mais recentes e os mais antigos.

A distinção entre as cerâmicas Tupi-Guarani e as demais famílias pode ser acurada se primeiro conhecermos como são as cerâmicas etnográficas destes povos e com projetos de pesquisa específicos que visem identificá-las nos registros arqueológicos de forma cronologicamente decrescente (Hardin & Mills, 2000).

Como exemplo tem-se o caso Juruna, com cerâmicas sendo produzidas hoje, cerâmicas de 60 e até mais de 100 anos atrás em coleções. Além disso, será necessário identificar por meio dos relatos etnohistóricos os locais de assentamento deste povo no século XIX e anteriores, submetê-los a escavações e estudar os vestígios visando identificar sua relação com a etnia bem como entender como a cerâmica se modificou ou não com o tempo. Após encontrar os sítios com referência etnohistórica caberá aos arqueólogos detectar sítios cada vez mais recuados no tempo que apresentem elementos tecnológicos que permitam sua filiação ao material Juruna mesmo sem a informação etnohistórica. Assim, permitindo avaliar como se deu a mudança/continuidade das cerâmicas neste grupo, bem como sua

relação com os demais grupos do tronco Tupi ou não. O mesmo poderia ser feito para os outros falantes do tronco Tupi.

Sem dúvida um projeto desta monta não seria executável em pouco tempo e nem tão pouco contaria com certezas e clarezas como sugerido acima, a complexidade dos dados que deverão ser contemplados é inerente às nossas pesquisas e devem ser enfrentados sem simplificações. A meu ver esta é uma forma produtiva e compensadora de tentar construir uma arqueologia como história de longa duração das populações indígenas. Permitindo a nossa ciência cumprir um papel social frente as comunidades ao mesmo tempo em que esclarece problemas fundamentais na compreensão dos processos de formação e ocupação do espaço pelos povos indígenas ao longo do tempo.

A proposta de uma arqueologia que parte do conhecimento etnoistórico, mais recente para o passado mais profundo ajudaria a resolver os problemas de inteligibilidade entre os dados. Visto que achar cerâmicas muito antigas em Rondônia não resolveu o problema de como elas estão relacionadas com as cerâmicas associadas aos falantes do Tupi-Guarani (Tupinambá, Guarani, Asurini, Araweté, ou mesmo Kawahíb e Kepkirixát em Rondônia). O mais lógico seria buscar meios que permitam a construção de cronologias que gradativamente recuem no tempo associadas a estudos estilísticos no que podemos chamar de uma Arqueologia Reversa.

Após o fim do PRONAPA nunca mais houve no Brasil um projeto nacional com metodologias e propostas unificadas. A multiplicação dos centros de pesquisa, e em alguns casos, a baixa qualificação dos pesquisadores, juntamente com as mazelas de uma arqueologia de contrato feito às avessas (para garantir lucro) tem produzido uma massa de dados muitas vezes ininteligíveis. Esta pluralidade fruto talvez da própria forma de (des)organização da pós-modernidade tem produzido resultados complexos para análises estatísticas extensivas, basta utilizar alguns dos dados aqui coletados para verificarmos que não há um programa cronológico dentro dos projetos já que os sítios são datados de forma desigual.

O resultado disso é que dos quase 4900 sítios cotejados apenas 371 contém todas as 618 datas, ou seja, apenas 7,4% dos sítios levantados tiveram seus eventos datados. Considerando apenas os sítios datados temos uma média de 1,7

datações feitas por sítio, na verdade para a grande maioria dos sítios apenas uma data é realizada. Como vemos no gráfico abaixo a grande maioria dos sítios apresenta de uma a três datas enquanto pequena minoria foi submetida a uma sequência de medições.

Gráfico 5: Número de datações por sítios

Especialmente também não é boa a resposta amostral dos dados coletados. Temos um total de 197 localidades com datas (municípios, províncias, departamentos, etc.), onde apenas 10 localidades concentram 30% de todas as datações, como podemos ver no gráfico abaixo,

Gráfico 6: Número de datações por local

Mais relevante ainda é perceber que a distribuição destas localidades também não é amostralmente coerente com toda a dispersão de povos Tupi, havendo concentrações em algumas regiões em detrimento das demais. Este desvio leva a diferenças na densidade do conhecimento sobre a temporalidade de ocupação Tupi em cada porção do território ocupado, como evidenciado no mapa 12.

Abro parênteses aqui para duas discussões que apesar de parecerem não ligadas com as questões tratadas nesta tese são em essência fundamentais para um olhar crítico a respeito de como os dados cronológicos devem ser ajustados.

C14 X TL

Quando se fala em datação de sítios cerâmicos muitos pesquisadores sempre tem uma pergunta pronta: a data é TL ou C14? Como se dependendo da resposta houvesse maior ou menor credibilidade.

Há uma tendência a atribuir maior confiabilidade a datações de carbono em detrimento das datações por termoluminescência, no entanto não é possível ser tão simplista. Óbvio que a confiabilidade em uma datação depende de uma série de condicionantes, que vão desde como a amostra foi coletada e tratada até na escolha do laboratório. Mas não há nenhum motivo para receio quanto às datas de TL, pelo contrário deve-se tê-las como aliadas no estabelecimento de cronologias, como busco demonstrar adiante.

A primeira característica de excelência de uma data de TL é o fato de ser um método direto, ou seja, data-se o próprio material arqueológico enquanto o C14 é um método indireto, onde atribuímos aos vestígios arqueológicos a data de material orgânico a ele associado. Há uma grande diferença se a data de carbono é oriunda de amostra de tecido de restos mortais humanos, de ossos com marcas de uso, de uma estrutura de combustão ou apenas de carvões associados estratigraficamente com estes materiais, essa informação é fundamental para atribuímos maior ou menor confiabilidade frente a datas de C14, contudo a publicação desta informação infelizmente não é uma prática dos pesquisadores.

Frente às dúvidas sobre a acuidade dos métodos e dispondo do cabedal numérico de centenas de datas para ambos os métodos realizei aqui uma experiência comparativa.

Primeiramente a comparação das datas onde dispus em um gráfico um total de 430 datas das quais 215 de cada um dos métodos (gráfico 7). Ressalto que as datas não foram escolhidas. Partindo de um total de 288 datas de C14 e 316 datas de TL simplesmente elimino todas as datas com o mesmo valor de TL e depois as de C14 até as colunas se tornarem equivalentes, já que valores iguais seriam sobrepostos não alterando a curva do gráfico.

Este gráfico nos demonstra que de forma geral as datas realizadas por ambos os métodos têm se comportado de forma bem semelhante, gerando curvas de período de ocupação muito semelhantes. Recordando que as datas de C14 utilizadas não foram calibradas, portanto, a diferença entre as duas curvas poderia mudar relativamente. Ainda no gráfico 7 ao aplicar uma função linear temos as duas linhas de tendência apresentando conformidade entre ambas, reforçando a semelhança no resultado de ambos os métodos.

Outra questão bem interessante a ser observada é a redução do número de datas por volta do século VI (1400 a 1500 AP) em ambos os métodos, este tipo de anomalia revela certa sincronia apresentada pela quebra em ambas as linhas.

Gráfico 7: Relação entre datações de C14 e TL

Da mesma forma quando divido o número de datações por séculos temos uma grande semelhança para os dois métodos como podemos ver no gráfico 8.

Gráfico 8: Relação entre datações de C14 e TL dividida em períodos

Até o momento vimos que no geral os resultados dos métodos de datação são bem concisos, mas o que acontece se a comparação for específica em um evento, ou seja, como os dois métodos respondem ao estudo cronológico dentro de um mesmo sítio. Chamo atenção para o gráfico 9, onde podemos ver na distribuição das datas o posicionamento dos resultados dos dois métodos em sua dimensão relacional. Podemos perceber que mesmo datando um mesmo sítio ambos os métodos não são discordantes, nem temos apenas um deles apresentando os resultados destoantes.

Gráfico 9: Relação entre o número de datações e período de ocupação

Com esta digressão quero reforçar para meus colegas a importância de utilizarmos os dois métodos de datação para um mesmo sítio. Afinal, para sítios cerâmicos temos a possibilidade de datar o evento de forma direta e indireta, porque então optar por apenas um método? Quando dispormos de carbono de fonte confiável (tecido humanos, ossos com marcas de uso, estrutura de combustão...) a datação da cerâmica por TL pode reforçar a data de C14, balizar uma calibração ou mesmo se apresentar como crítica ao resultado. Quando o carbono datado não vier de uma fonte confiável e perdurar dúvidas sobre a dimensão relacional entre o carbono e os vestígios humanos a datação por TL pode ser relevante em dirimir ou promover dúvidas e questionamentos.

Além disso, datar um evento mais de uma vez além de garantir melhor acurácia cronológica leva a melhorias nos próprios métodos por meio de feedback aos laboratórios.

Espero que com as experiências aqui demonstradas tenha sido possível reduzir a descrença no método de Termoluminescência e reforçar a necessidade de utilizarmos todas as ferramentas disponíveis para a compreensão de nossos objetos.

quantidade X precisão

Ainda com respeito a distribuição das datações, para a maioria dos sítios foram realizadas poucas datações, temos 95% de todos os sítios datados com três ou menos datações. Contudo para alguns sítios foram realizadas várias datações, chegando a dezenas.

Até ai tudo bem, em teoria a validade de uma única "boa" datação não pode ser desmerecida frente a um maior número de medições feitas em um mesmo sítio. Ou pode-se pensar o contrário, que quanto mais datações se realizam em um sítio maior é a precisão quanto ao período de ocupação. Estas são duas formas diferentes, mas congruentes, de se encarar a intensidade do investimento em datação de um mesmo evento.

Contudo, quando se analisa com atenção como tem se comportado a cronologia dos sítios, com poucas datações, em relação aos que possuem muitas assalta-nos duas questões:

- Porque os sítios com poucas datações em sua maioria apontam para períodos de ocupação restritos?

- Porque os sítios com muitas datações quase sempre apontam para longos períodos de ocupação?

De forma simplista arrisco-me a uma indesejável equação, onde: a extensão do período de ocupação é diretamente proporcional ao número de datações realizadas.

Indesejável por ir contra ao princípio de que o aumento do número de datações deveria melhorar a precisão do período de ocupação, onde preferencialmente as datas, por maior que fosse o número de medições, caíssem em um mesmo intervalo e não se espalhando como podemos ver no gráfico 9.

O gráfico 9 foi construído de forma a expor a dicotomia entre os intervalos de ocupação de todos os sítios com mais de 5 datas (representados pelas 12 linhas à esquerda) versus todos os sítios com apenas 3 datas (as 20 linhas da direita). Ressalto que só utilizei as datas aceitas pelos próprios pesquisadores, assim as duas datas mais antigas do sítio Ropke não foram expostas, se tivessem sido levariam o sítio até 3500 AP.

Vejam que os sítios com maior número de datações têm intervalos muito maiores que os com menor número de medições, com poucas exceções. Dentro dos dois grupos há também diferenças como entre o sítio Aldeia Tupinambá de Morro Grande que apenas com cinco datas ocupa um intervalo de mais de 2500 anos enquanto o sítio Lagoa do Custódio 1 com 34 datas se insere no intervalo de aproximadamente 850 anos, ou para os sítios com apenas três datas que apresentam intervalos desde 70 anos (sítio Alvim) a até mais de 1000 anos (sítio Santa Tecla). Entretanto, isto não é a regra, o que vemos é a clara oposição entre o lado esquerdo e o direito do gráfico.

Frente a amplitude cronológica alcançadas pelos sítios "extensamente" datados os pesquisadores esboçam normalmente duas interpretações:

a) o sítio é resultante de um longo período de ocupação ininterrupta, sem significativas mudanças na cultura material;

b) o sítio é resultante de momentos diferentes de ocupação pelo mesmo grupo ou grupos semelhantes, com períodos de abandono evidenciados ou não pela estratigrafia e sem significativas mudanças na cultura material.

Ambas as opções podem ou não representar a realidade quanto a ocupação do sítio. O problema quanto a estas formas de interpretar é fomentar a desconfiança quanto ao período de ocupação de sítios datados apenas com uma ou poucas datações. Que fique claro que a desconfiança aqui evidenciada não paira sobre um único método de datação, tendo em vista que nos exemplos apresentados no gráfico 9 ambos os métodos são responsáveis pela amplitude temporal nos sítios.

Esta óptica pessimista nos leva inevitavelmente a desconfiar de métodos de datação amplamente respaldados por décadas de pesquisas, porém, acredito que este ceticismo seja necessário. Não que os métodos não funcionem. O ceticismo é necessário para que não nos acomodemos. Afinal datar algo de um passado longínquo é um dos "milagres" da ciência, e milagres são próprios de quem não "peca". Neste caso a lista de pecados a serem evitados é bem extensa, mas obliterados se observamos alguns "mandamentos":

1 - não descuidar da amostra - coletar uma amostra adequada e com os cuidados que cada método necessita são práticas fundamentais;

2 - conhecer os métodos escolhidos - fator essencial para cuidar da amostra e compreensão do resultado;

3 - interpretar o resultado - estudar o resultado da datação é fundamental, seja apenas uma data ou um conjunto, é o pesquisador que atribui valor ao resultado considerando e demonstrando a validade contextual;

4 - publicar corretamente os resultados - todos os resultados devem ser publicados, mesmo aqueles não são considerados válidos, logicamente acompanhados da interpretação. Além disso, há regras para publicar uma data, que

nada mais são do que as informações sobre a amostra, o método, referência cronológica, laboratório, dentre outras que estão disponíveis no resultado enviado pelo laboratório.

Portanto, não é questão de se ser pessimista quanto aos métodos e sim críticos em relação as nossas atitudes de pesquisa, críticos em relação aos laboratórios, e inclusive conhecer nosso objeto de pesquisa para interpretarmos corretamente os resultados que nos chegam.

Visão positiva

Mesmo com todos os problemas e dificuldades amostrais com que se conta atualmente no que se refere a pesquisa e consequentemente a cronologia para a ocupação Tupi de modo algum é possível desprezar os dados coletados já que como veremos de uma forma ou de outra são válidos na apreciação dos modelos propostos.

Passarei agora a apresentar ensaios estatísticos focando, sobretudo na espacialização das datas e na gama de possibilidades para interpretação. Para isso utilizo ferramentas de geoprocessamento criando mapas com isócronas que permitem fácil visualização dos locais com datas mais antigas ou recentes, além de contar com extrapolações criadas pelos algoritmos dos programas ao interpolar os dados.

Como existe uma grande massa de dados cronológicos distribuídos de forma desproporcional tanto verticalmente quanto horizontalmente foram necessários diversos testes para avaliar quais datas pertenceria à mesma camada de eventos. Entendo por camada de eventos um acontecimento similar que une espacialmente as datas para formar um conjunto quadridimensional, por exemplo, separar as datas mais antigas por região garante força explicativa para indicar o momento de colonização de cada região por povos Tupi. O processo é bem semelhante a escavar um sítio considerando os níveis naturais em uma estratificação bem irregular e com bioturbações, onde mesmo não sendo escavadas todas as áreas do sítio tem-se que deduzir como seria o comportamento das camadas nas parcelas

não escavadas. Para o nosso caso as deduções partem de 7,4% do conhecido (porcentagem de sítios datados dentro do conjunto de sítios conhecidos) em um universo com valor total desconhecido (já que se desconhece o número total de sítios que possam existir e que ainda não foram encontrados).

O primeiro destes testes foi adicionar as 618 datas e avaliar qual informação obtida. Não houve uma boa resposta a esta tentativa já que houve a interpolação entre dados recentes e antigos sobrepostos nos mesmos locais, sugerindo-nos a necessidade de separarmos as datas mais antigas por região, analisando-as sem as datas recentes. Ou seja, criei uma camada formada pelas datas mais antigas de cada região. Num paralelo com o exemplo de escavar um sítio seria o mesmo que fazer uma superfície ampla tentando deixar exposto apenas o nível mais antigo e que se relacionaria com o momento inicial de ocupação.

Após vários ensaios com resultados menos legíveis apresento no Mapa 13 o que talvez seja o resultado mais interessante em relação a distribuição das datas relacionadas aos Tupi. Neste ensaio foram utilizadas todas as datas mais antigas para cada região, sem nenhuma data que destoasse com as do entorno, o que levou a uma distribuição mais harmônica e assim a possibilidade de percebermos possíveis vetores de deslocamento temporal.

Duas tendências diferentes podem ser percebidas a primeira diretamente relacionada a desvios amostrais onde a região Norte apresenta tendência a apresentar datas antigas e a região Nordeste e o estado do Espírito Santo com tendência a apresentar datas recentes. Para estes casos é provável que futuramente com a ampliação do número de datações realizadas para estas regiões o quadro de tendência tenha significativas mudanças, principalmente com relação a região Nordeste.

Já para as regiões Sul e Sudeste que apresentam as maiores concentrações de sítios com datações as tendências cronológicas parecem mais concisas. Para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro temos demarcada uma tendência a datas antigas. Pelo menos quatro datações com mais de 2000 AP marcam esta tendência, contudo ainda estão isoladas das demais regiões com datas deste período, não sendo possível a definição de isócronas que demarquem vetores.

Ao contrário na província de Misiones na Argentina, no noroeste gaúcho e no estado de Santa Catarina temos uma tendência a datas mais recentes produzindo uma "barreira" entre duas regiões com datas mais antigas (interior do RS e PR). Já o alinhamento de datas mais antigas na província de Corrientes na Argentina com datas do centro do Rio Grande do Sul parece confirmar a tendência de chegada dos Guaraní a este estado pela região oeste como já sugerido por Brochado (1984) e Rogge (2004).

Com os mesmos dados apliquei algoritmos para a elaboração de diagrama de fluxo, visando a diagramação automatizada por meio de setas que indicassem vetores dos locais com datas mais antigas para aqueles com as datas mais recentes (Mapa 14). Obviamente o fluxo indicado por cada seta deve ser relativizado de acordo com as incertezas produzidas pela amostragem desigual. Contudo, como ferramenta heurística reflete satisfatoriamente nosso conhecimento, proporcionando base para modelamentos não automatizados e que contemplem multivariáveis.

MAPA 13: Isócronas das datações (AP) mais antigas por região

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

0 190 380 760 1.140 km
1:26.000.000

MAPA 14: Diagrama de Fluxo das datações (AP) mais antigas por região

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo1).
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

Apesar de ser destoante com as datas regionais testei o que mudaria no mapa de isócronas se fosse considerada a data de 2920 ± 70 AP, a mais antiga do sítio Aldeia Tupinambás de Morro Grande, em Araruama-RJ (Mapa 15). Pouca alteração se nota, ficou óbvio um aprofundamento temporal para a região. Infelizmente como esta data está isolada (com esta profundidade só há outras datas relacionadas em Rondônia) é difícil que ela possa ser atualmente incluída em modelamentos, já que neste tipo de comparação os dados que extrapolem muito uma mediana apresentam comportamento de anomalia.

Por fim, criei isócronas com as datas mais antigas de cada região sem a data destoante do sítio Aldeia Tupinambá de Morro Grande, utilizando a data de 2200 ± 70 AP deste sítio e que condiz com as demais datas regionais. Além disso, foram retiradas as datas mais antigas de Rondônia considerando-se a data 1220 ± 40 AP do sítio Terra Queimada (Mapa 16). O objetivo foi avaliar como se comportam as demais datas sem estes dois pontos com datas muito antigas. Com este ensaio temos a exacerbação de alguns outros núcleos com datações antigas. Fica clara a presença de sítios antigos no Rio de Janeiro e São Paulo e também previstas datas antigas entre Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Ressalto a presença de duas outras regiões com datas antigas previstas para o estado do Pará e de Pernambuco que se interligam com as datas antigas do sudeste por corredores de fluxo passando por regiões de pouco conhecimento. Este último ensaio revela o alcance desta ferramenta para tratar dados de regiões específicas tais como estados.

Os mapas de isócronas permitem perceber possíveis "corredores" com valores cronológicos semelhantes. Vemos um corredor seguindo Bolívia, Paraguai, Corrientes, Paraná e Rio Grande do Sul, outro seguindo Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e menos claro pelo interior do Brasil pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Mais do que pensar nestes corredores como rotas de expansão os mapas com isócronas apontam quais as tendências que podem ser percebidas com o status atual do conhecimento cronológico relacionado aos Tupi, sugerindo não apenas os vetores de movimentação dos Tupi mas também evidenciando onde pesquisas e datações são necessárias para aperfeiçoar os modelos.

MAPA 15: Isócronas das datações (AP) mais antigas por região considerando as datas antigas de Rondônia e de Araruama (RJ).

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

0 190 380 760 1.140 km
1:26.000.000

MAPA 16: Isócronas das datações (AP) mais antigas por região sem considerar as datas mais antigas de Rondônia e de Araruama (RJ).

Fonte: Natural Earth, 2013 e Tabela 1 (Anexo1).
Org: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

Considerações do Capítulo

Frente a todos os problemas gerados pelo descompasso entre pesquisas e publicações regionais este levantamento e análise expõem um diagnóstico do status sobre o conhecimento dos sítios relacionados aos povos Tupi.

A ideia central neste capítulo foi a apresentação dos dados conseguidos e sua análise visando aquisição de elementos que subsidiem uma crítica construtiva aos modelos existentes, o que farei no capítulo seguinte.

Persegui ao longo desta apresentação demonstrar que reunindo dados bibliográficos e informações a partir das coleções é possível avançar para um melhor delineamento sobre a dispersão espacial e cronológica das populações Tupi.

Em termos espaciais aplico os dados para rastrear com maior detalhe os limites de ocorrência das cerâmicas associadas aos Guarani e Tupinambá. Assim como, confirmar a existência de um terceiro conjunto de cerâmicas Tupi, que apesar de suas convergências tanto com Tupinambá quanto com Guarani apresenta na Amazônia maior semelhança com este último.

Este terceiro conjunto de cerâmicas que chamo Tupi do Norte apresenta elementos que apontam como rastrear a ligação dos Tupinambá e dos Guarani com os possíveis centros de origem, aqui empregado no plural por concordarmos com Mello e Kneip (2005) ao proporem uma diferenciação entre um centro de origem do tronco Tupi e outro para a família Tupi-Guarani.

Adianto-me ao dizer que conhecer bem as cerâmicas deste Tupi do Norte é fundamental para saber como as cerâmicas Guarani e Tupinambá chegaram ao ponto em que bem as conhecemos. Consequentemente auxiliar na compreensão da história destes povos.

A guisa de introdução este capítulo tem a função de dar sustentabilidade empírica às proposições teóricas e dedutivas que sucedem no próximo capítulo. Portanto, convido os leitores a sempre retornar a algumas partes deste capítulo quando necessário.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

Tupis u Guaranis, die Krieger.	Crens, Guereigs, die Alten.	Aruac, Araoquis, die Mehl-Leute.
Gcs, Crans, die Häupter.	Parexis, Poragis, die oberen Leute.	Lengos, Guayeours, die Schnellläufer (Berillenen).
Guck, Coco, die Oheime.	Gayatacix, die Waldläufer.	
Im Uebergange zur Cultur und portugiesischen Sprache.		

São Paulo

2014

ÂNGELO ALVES CORRÊA

(Versão Revisada – a versão original encontra-se na biblioteca do MAE-USP)

PINDORAMA DE MBOÎA E ÎAKARÉ
CONTINUIDADE E MUDANÇA NA TRAJETÓRIA DAS
POPULAÇÕES TUPI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
doutor em Arqueologia.

Área de concentração: Arqueologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabíola Andréa Silva

Linha de Pesquisa: Cultura Material
Representações Simbólicas em Arqueologia

São Paulo

2014

CAPÍTULO 4

Da rodilha de mboîa-gûaçu às mandíbulas do îakaré-gûaçu: Dos modelos às novas informações sobre a história das populações Tupi

Ludo mentis aciem
Carl Orff

Um "causo" como prólogo ou assim nasceu uma hipótese

O meu mestrado sobre a ocupação Tupinambá na microrregião de Juiz de Fora teve como objetivo estabelecer relações entre os dados arqueológicos locais com o conhecimento mais geral a respeito dos Tupi. Ou seja, indicar através de modelos e do conhecimento científico como e quando os grupos em estudo teriam chegado à região. Essa proposta levou-me a analisar a bibliografia para avaliar a cronologia e a distribuição espacial dos sítios arqueológicos relacionados aos falantes das línguas Tupi-Guarani. Consequentemente, entendi a fragmentação do conhecimento sobre estes povos e como esta fragmentação tem aumentado já que os trabalhos param em conclusões regionais sem considerar possíveis contribuições a quadros mais gerais que permitam fomentar uma história de longa duração.

Paralelamente às conclusões mencionadas acima tive a oportunidade, no meu trabalho para a Zanettini Arqueologia, de conhecer vários sítios e vestígios associados aos Tupi em partes diversas do país. Especialmente as diferenças entre dois conjuntos da região Nordeste me chamaram a atenção, pois os sítios dos municípios de Brejo Santo e Abaiara no sul do Ceará apresentavam vasilhas cerâmicas típicas “Tupiguarani”, mas muito diferentes do que eu conhecia como Tupinambá presentes nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia,

principalmente as morfologias e acabamentos de superfície. Ao mesmo tempo os vestígios associados aos sítios no município de Bodocó, oeste Pernambucano, eram muito parecidos com os Tupinambá. Assim ficou a questão: como as cerâmicas de Bodocó podem ser mais semelhantes às de Juiz de Fora, a mais de 1500 km de distância, do que com as de Brejo Santo a apenas 100 km? Em termos de cronologia os sítios de Brejo Santo eram quase 800 anos mais antigos do que os de Bodocó. Em síntese para mim se apresentou um binômio: Tupinambá – Tupi do Norte; assim como na bibliografia já é factível para o estado de São Paulo o binômio: Tupinambá – Guarani.

Os principais elementos dos conjuntos cerâmicos analisados por Brochado para classificar as subtradições Tupinambá e Guarani foram o acabamento de superfície e morfologia das vasilhas cerâmicas, com destaque para a importância das vasilhas inteiras para esta classificação e para os estudos de reconstrução da forma a partir dos fragmentos (Brochado, 1984; La Salvia & Brochado, 1989; Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994). Então, comecei a pensar como seria mais produtivo conhecer as morfologias e acabamentos de superfície das vasilhas inteiras e semi-inteiras das coleções e museus. Esta ideia foi reforçada ao ler um artigo de Scatamacchia, Caggiano e Jacobus (1987), que sugeria a documentação de todas as vasilhas inteiras associadas a “tradição Tupiguarani” para avaliar a distribuição geográfica dos acabamentos de superfície e morfologias. Daí nasceu a metodologia desta tese de doutorado, onde dediquei-me a realizar a análise amostral no Brasil através da bibliografia e das coleções arqueológicas de vasilhas inteiras.

A erudição adquirida no processo me permitiu olhar para os modelos de origem e dispersão destes povos a partir da perspectiva empírica dos artefatos cerâmicos. Destarte, o binômio Tupinambá – Tupi Norte pareceu-me tão interessante quanto esclarecedor frente aos dois principais modelos de dispersão das populações Tupi. Com base na bibliografia foi possível perceber que de Pernambuco para norte e oeste as cerâmicas guardavam mais semelhanças entre si do que com aquelas dos estados do Sudeste e da Bahia. Para a região Sudeste e Bahia é clara a associação com o conjunto descrito como Tupinambá em oposição às cerâmicas do norte que apresentavam maior semelhança com as pesquisadas no interflúvio dos rios Xingu e Tocantins. O raciocínio lógico foi pensar como Brochado

(1984), ou seja, que os Tupi do Norte na região Nordeste teriam vindo da foz do Amazonas por uma rota para leste.

Contudo, a grande diferença entre estas cerâmicas do Norte em relação a cerâmica Tupinambá levou-me a pensar no modelo de Meggers et al., (1988), onde os Tupinambá teriam migrado pelo interior do país em rota semelhante à Guaraní, e depois se dirigido para norte, colonizando o Nordeste do país, numa espécie de arco migratório, à semelhança de uma rodilha de cobra (mboîa) em oposição as mandíbulas do jacaré (îakaré) de Brochado (1984). Isto explicaria não só a presença de Tupinambá e Tupi do Norte, mas também a possível linha de encontro entre eles na altura do estado de Pernambuco. Ou seja, a explicação para este fenómeno regional seria a expansão desde a Amazônia para leste até Pernambuco pelos Tupi do Norte; a expansão dos Tupinambá pelo interior e depois em sentido norte alcançando Minas Gêrias, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Isto me levou a concluir que houve pelo menos três grandes movimentações populacionais relacionadas aos Tupi fora da Amazônia. Ou seja, além das duas descritas acima, uma terceira representada pelos Guaraní, como foi sugerida por Brochado (1984) e por Meggers et al., (1988).

Esta foi a minha primeira interpretação baseada apenas nos dados bibliográficos. Em 2011, lancei-me as coleções para fotografar e analisar o maior número de vasilhas possíveis, o que contribuiu significativamente para mudar a forma de pensar os modelos apresentados acima.

Ao analisar coleções de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, percebi que nos sítios onde eram encontradas morfologias típicas do Tupi do Norte, também havia morfologias típicas do Tupinambá. Muitos são os processos que poderiam explicar esta concomitância, entretanto parece mais plausível a hipótese de Brochado (1984) de expansão pelo litoral norte até o nordeste e depois para o sul explicando tanto a presença de cerâmicas Proto-Tupinambá e Tupinambá. Ou seja, O conhecimento do fazer cerâmico levado pelos povos que saíram do interflúvio Xingu-Tocantins teria se transformado até o nordeste se constituindo no que conhecemos da morfologia e acabamento de superfície Tupinambá. Mais específico ainda seria pensar que as principais mudanças neste conjunto cerâmico ocorreram na região Nordeste, considerando que alguns

elementos amazônicos perduram até esta região, mas não são mais perceptíveis ao sul de Pernambuco.

Ou seja, após analisar as coleções concordei com Brochado (1984), que os Tupi que deram origem a cerâmica Tupinambá passaram pelo norte do país, desde que se considere a modificação da sua cerâmica na região Nordeste, dando origem as características da cerâmica Tupinambá e que só a partir daí dirigiram-se para o Sul.

O que reforça ainda mais esta proposição é o fato de que as cerâmicas dos Tupi do Norte na região Nordeste apresentam muitas semelhanças com as do interflúvio Xingu-Tocantins, que por sua vez guardam grande semelhança com as cerâmicas Guarani. Estas semelhanças entre estes três conjuntos denotam uma origem comum, que leva à região dos interflúvios Xingu-Tocantins ou Tapajós-Tocantins, que para alguns linguistas (Mello e Kneip, 2005) seria a região de origem da família linguística Tupi-Guarani.

Em síntese, os dados coletados na bibliografia e as cerâmicas permitem concluir:

- com o possível centro de origem no território do atual estado de Rondônia, parte dos falantes das línguas do tronco Tupi se movimentaram para leste do Rio Tapajós, onde ocorreu por diversos processos históricos a formação das línguas Tupi-Guarani;

- a partir da região entre o Tapajós-Tocantins grupos falantes de línguas da família Tupi-Guarani, levaram sua tradição cerâmica com características próprias para áreas mais ao Sul e até a região Nordeste;

- durante a movimentação da Amazônia para o Sul, modificações no modo de vida também modificaram o conjunto cerâmico, que ganhou novos contornos e acabamentos dando origem a cerâmica Guarani;

- durante a movimentação da Amazônia para o Nordeste, as modificações no modo de vida também modificaram o conjunto cerâmico que ganhou novos contornos e acabamentos dando origem a cerâmica Tupinambá;

- ao mesmo tempo ocorreram modificações no modo de vida das populações de língua Tupi-Guarani que permaneceram na Amazônia e conseqüentemente em seus conjuntos cerâmicos, originando as multiplicidades de povos e conjuntos artefatuais encontrados.

Ressalto que a comparação das cerâmicas dos grupos Tupi da Amazônia (principalmente de línguas Tupi-Guarani) com a dos grupos de fora da Amazônia, permite observar uma maior semelhança entre as cerâmicas do interflúvio Xingu-Tocantins com a dos Guarani, se comparadas com a Tupinambá. Por uma série de motivos desconhecidos a cerâmica Tupinambá conta com maior número de inovações, enquanto a Guarani parece ter passado apenas por mudanças métricas/escalas nos elementos já presentes nas cerâmicas da Amazônia.

Para os que se contentam com o corte da Navalha de Ockham e sua *Lex Parsimoniae*, o que aqui foi dito pode ser satisfatório. Para aqueles dedicados as complexidades que Karl Heider nos imputa a não simplificar, passemos ao modelamento hipotético-dedutivo.

Modelando com Linguística e Arqueologia

O objetivo deste capítulo é apresentar minhas contribuições aos modelos que buscaram explicações sobre a história de longa duração das populações do tronco Tupi. De modo bastante produtivo os modelos aqui discutidos foram desenvolvidos a partir das informações sobre localização e cronologias dos sítios arqueológicos, morfologias e acabamentos de superfície das cerâmicas em associações com os modelos linguísticos, dados históricos e etnográficos.

Discuto os pontos elencados nos modelos arqueológicos de Brochado (1984) e Meggers et al. (1988), e os modelos linguísticos de Rodrigues (2000; Rodrigues e Cabral, 2012) e Mello & Kneip (2005), tanto por seus pontos em comum, como por suas diferenças. Reconheço a importância de outros modelos (ver capítulo 2), entretanto, por entendê-los como variação dos acima apontados não tecerei maiores detalhes sobre eles.

Como a última grande revisão do conhecimento empírico sobre os vestígios arqueológicos associados aos Tupi ocorreu a exatamente trinta anos (Brochado, 1984), considere as sensíveis modificações nas conclusões baseadas nos dados novos. Deste modo, chamo o leitor para acompanhar como os dados empíricos coletados contribuem para o conhecimento sobre a história destes povos.

Apresentarei pontos-chaves dos quatro modelos abordados e os novos dados divididos regionalmente em cinco conjuntos. A divisão é necessária, como artifício heurístico devido à complexidade do todo, faço tanto para facilitar a minha exposição quanto a compreensão daquilo que exponho. Ressalto, no entanto, que estes conjuntos devem ser pensados como produto material resultante de continuidades históricas entre as populações que os produziram, já que estão entrelaçadas espacial e temporalmente.

Individualizo como conjuntos associados aos falantes do tronco Tupi (Mapa 17):

1) **Tupi norte-ocidental** representados por cerâmicas encontradas a sul do rio Amazonas entre as bacias do rio Madeira-Guaporé e do Tapajós;

2) **Tupi norte-oriental** representados por cerâmicas encontradas a leste da bacia do rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantins;

3) **Proto-Tupinambá** representados por cerâmicas encontradas a leste das bacias dos rios Gurupi-Tocantins até a costa da região Nordeste a norte do estado da Bahia;

4) **Tupinambá** representados por cerâmicas encontradas da região Nordeste até a costa do Paraná e incluindo porções do interior até o estado de Mato Grosso;

5) **Guarani** representados por cerâmicas encontradas do sul da Bolívia e Mato Grosso até a foz do rio da Prata incluindo o litoral sul até o estado de Paraná.

A representação cartográfica destas regiões de ocupação, no mapa 17, fica como contínuos que devem ser observados levando em consideração que os Tupi nunca ocuparam estas regiões por inteiro. Sempre houveram outras populações não Tupi e, portanto, o mapa apresenta as áreas máximas de possível ocupação.

Mapa 17: Conjuntos Cerâmicos Tupi

É necessário ressaltar que a intensão não foi gerar conjuntos com o mesmo nível de relação interna, como se cada um destes conjuntos representasse populações específicas. Sabemos apenas que os conjuntos 4 e 5, com algumas ressalvas, apresentam relação direta correspondente com as populações historicamente conhecidas como Guaraní e Tupinambá. Enquanto o conjunto 1 é formado por diferentes grupos falantes de diferentes línguas filiadas ao tronco Tupi, o conjunto 2 apresentaria diferentes grupos falantes de línguas do tronco Tupi e da família Tupi-Guaraní, e o conjunto 3 seria formado por falantes de uma língua Proto-Tupinambá e pelo Tupinambá propriamente. Os conjuntos 1 a 3 são tentativas de divisão do que estou chamando de Tupi do Norte, reconheço a necessidade de outras subdivisões, sobretudo na região amazônica, que devem ser mais adequadamente realizadas com o avanço das pesquisas.

Utilizo o termo “Proto” da mesma forma que a linguística histórica, me referindo tanto às línguas ancestrais, como às populações que as falavam. Como ressaltou Noelli (2007), para conjuntos cerâmicos o antepositivo “Proto” só pode ser empregado para definir exatamente aqueles que deram origem a determinados conjuntos e que seus atributos atestam continuidade no estilo tecnológico. Por exemplo, a cerâmica Proto-Tupinambá deve conter elementos que precedem e indiquem continuidade com o estilo tecnológico dos Tupinambá historicamente conhecidos. Assim como na linguística histórica se distingue separações entre duas línguas por meio da porcentagem de cognatos entre as línguas, determinando a distância relativa de parentesco genético entre elas (Correa-da-Silva, 2010) e entre a Proto língua que as originou, para as cerâmicas podemos pensar do mesmo modo, quanto mais elementos qualificáveis e quantificáveis em comum, maior a relação genética entre os conjuntos

Conjunto 1 – Tupi Norte-Occidental (sul do rio Amazonas entre as bacias do rio Madeira-Guaporé e Tapajós)

Sem dúvida este é o conjunto de cerâmicas Tupi menos conhecido dentre todos, mesmo estando localizado numa das regiões de maior relevância para os estudos sobre o possível centro de origem do tronco Tupi (Rodrigues, 1964, 2000, Rodrigues & Cabral, 2012).

Esta região e os seus conjuntos cerâmicos talvez sejam o *nó Górdio* da arqueologia Tupi, à espera de um projeto regional de longa duração, dedicado as complexas situações que o registro arqueológico regional impõe. Isto, devido ao que se pode encontrar entre os rios Madeira-Guaporé e Tapajós, pois como centro de origem e região com maior número de grupos falantes de línguas do tronco Tupi é previsto que tenha desde cerâmicas Proto-Tupi (de mais de cinco mil anos) a até cerâmicas produzidas por grupos etnohistóricos. Portanto, detentora de uma grande variação e variabilidade do ponto de vista arqueológico, bem como histórico e etnográfico.

Para Brochado (1984), em continuidade com o pensamento de Lathrap (1970), o centro de origem estaria localizado na Amazônia Central, sendo atribuído ao interflúvio Madeira-Tapajós o papel de possível área de expansão Proto-Guarani, que segundo o autor teriam subido o rio Madeira-Guaporé (Brochado, 1984: 309). A importância desta região no modelo de Brochado se dá em relação as características culturais que teriam influenciado os Proto-Guarani, já que para o autor ao saírem da Amazônia Central os Proto-Guarani teriam uma cerâmica mais semelhante ao que se conhece como fase Guarita. Contudo com o acentuado contato com os povos habitantes do leste da Bolívia e do norte do Chaco (Brochado, 1984: 322) as mudanças no grupo levaram a consequentes mudanças nas formas e nos acabamentos de superfície do vasilhame cerâmico. Deste modo, o que se conhece como cerâmica Guarani só existiria do norte do Chaco para o sul. Ressalta-se que no mapa de Brochado (1984: 557) do rio Guaporé para sul a rota Proto-Guarani é marcada por linha pontilhada até próximo ao trópico de Capricórnio,

indicando a dúvida do pesquisador sobre o percurso, já que para esta região nada se conhecia no período (Mapa 2).

Para Meggers et. al., (1988) com base no centro de origem proposto por Rodrigues (1964) e na teoria dos refúgios (Vanzolini, 1970; Müller, 1973; Prance, 1973; Brown et al., 1974) o centro de origem Tupi ficaria na região aqui tratada (Mapa 3). Os autores dividem os movimentos de saída deste centro em dois períodos, um mais antigo, antes de 2000 AP, com povos se deslocando para o interflúvio dos rios Tapajós e Xingu, e um período posterior com três levas: uma para norte até a calha do Amazonas, outra para sul em direção ao centro da Bolívia e depois para leste e, por fim, a terceira leva que teria partido da primeira rota seguindo para sul, sendo estes últimos os que podemos chamar de Proto-Tupinambá-Guarani ainda como um mesmo povo. Esta última leva teria seguido com os grupos ainda juntos para sul partindo do interflúvio Tapajós-Xingu até a altura do Trópico de Capricórnio, onde teriam se dividido dando origem aos Guarani que continuaram seguindo para Sul, e os Tupinambá que mudaram para rumo leste até a costa atlântica na altura da atual divisa de São Paulo e Paraná, a partir de onde rumaram para norte até a foz do Amazonas.

Para os linguistas (Rodrigues, 2000; Correa-da-Silva, 2010; Mello e Kneip, 2005) o interflúvio Madeira-Tapajós seria o centro de origem do tronco linguístico Tupi. Com relação a derivação que deu origem as línguas da família Tupi-Guarani podemos mencionar pelo menos duas hipóteses (Mapas 5 e 6), uma primeira de Rodrigues (2000) que apresenta que o ponto inicial desta família seria a região do alto Tapajós (como em Métraux, 1928) entre os rios Juruena e Arinos, local onde teria havido contato com línguas da família Karib. Neste caso a diferença entre o centro de origem do tronco Tupi não é muito diferente do centro de origem da família Tupi-Guarani, hipótese da qual discorda Mello & Kneip (2005), que sugerem que as línguas Tupi-Guarani teriam como origem a região entre os rios Tapajós e Tocantins. Portanto, para Mello & Kneip (2005) a região aqui tratada acomodaria apenas o centro de origem Tupi e um refluxo de línguas Tupi-Guarani muito aparentadas que teriam se deslocado após a gênese Tupi-Guarani a leste. Em relação a expansão, para Rodrigues (2000) a região teria acomodado praticamente todos os integrantes do tronco Tupi, incluindo aí os Guarani e Tupinambá ambos seguindo para sul com diferenças apenas no período em que cada um sai da região. Já para Mello & Kneip

(2005) nesta região teria ocorrido apenas a migração de línguas não Tupi-Guarani e dos Guarani que no refluxo seguiram para sul.

Como síntese para a arqueologia podemos a partir dos modelos apresentados acima pensar os possíveis conjuntos artefatuais cerâmicos associados aos Tupi que se encontrariam nesta região:

- para Brochado haveria cerâmicas antigas associadas aos Proto-Guarani e as cerâmicas dos grupos Tupi que posteriormente ocuparam a região;
- para Mello & Kneip haveria cerâmicas associadas aos Proto-Tupi, aos Guarani e aos grupos Tupi-Guarani que retornaram a região após a gênese no sudeste amazônico;
- para Meggers et al., (1988) e Rodrigues (2000) nesta região encontraríamos tanto as cerâmicas Proto-Tupi quanto Proto-Tupi-Guarani, incluído conjuntos semelhantes as cerâmicas Guarani e Tupinambá que teriam se deslocado por esta região para sul pelo interior.

Esta região ainda recente de programas extensos de pesquisa, o que dificulta avaliarmos as hipóteses acima, contudo podemos tecer algumas considerações. Pelas pesquisas realizadas, sobretudo, no estado de Rondônia (Miller, 2009; Cruz, 2009, Zimpel, 2009), onde temos alguns elementos sobre as cerâmicas que podem nos sugerir conclusões.

Como a região que reúne o maior número de grupos etnográficos pertencentes ao tronco Tupi seria também esperado a maior concentração de cerâmicas relacionadas a estes povos. Contudo, não devemos esperar por cerâmicas muito semelhantes a aquelas que se associam aos Tupinambá ou Guarani, pois se prevê cerâmicas muito antigas (Proto-Tupi) e principalmente as cerâmicas de povos de outras línguas que não as Tupi-Guarani. Segundo informações reunidas por Miller (2009) sobre alguns dos grupos Tupi documentados no estado de Rondônia temos o seguinte quadro: grupo Kawahíb (língua Tupi-Guarani) apresentariam cerâmicas utilizadas como panelas e para a fermentação de bebidas, transporte e armazenamento de água, ainda produziriam uma “buzina” em cerâmica; grupo Kepkiriwát (língua Tuparí) vasilhas para cozinhar e outras para

fermentar bebidas, e ainda vasilha plana para assar beiju; grupo Arikém (língua Arikém) teria cerâmica caracterizada como “vasos de grande capacidade”.

Nas coleções visitadas com cerâmicas etnográficas podemos mencionar que poucos grupos Tupi desta região estão representados. Apenas uma única peça em cerâmica associada aos Zoró, tratando-se de tambor de cerâmica revestido de fibra vegetal com formato cônico; uma pequena vasilha globular de borda extrovertida e base convexa com superfície alisada foi referida como produzida pelos Uruewauwáu; uma vasilha em forma de prato muito aberto, quase plano de borda direta levemente infletida coletado entre os Tupari; assim como uma única vasilha foi associada ao grupo Cinta-Larga que apresenta forma cônica, aberta com borda direta extrovertida quase vertical e superfície mal alisada (ou quase corrugada). Apenas as cerâmicas Suruí são mais comuns nas coleções, ainda hoje produzidas em grande quantidade e com um rigor morfológico impressionante, a maioria das vasilhas apresentam bases convexas e em raros casos aplainados, corpo essencialmente globulares, em calota ou meia calota, é característica também a borda direta que inflexionada a partir das vasilhas globulares de forma a ficar vertical marcando um pescoço (Quadro 04). Muitas vasilhas Suruí apresentam apêndices a semelhança de cabos ou asas, havendo ainda um tipo de vasilha que apresenta repuxado que a faz se assemelhar a uma cabaça cortada no sentido do comprimento. E ainda depressões semiesféricas laterais que são compatíveis com o posicionamento dos polegares em vasilhas aparentemente usadas para beber, sendo idênticas as de alguns cambuchi caguabã encontrados em sítios arqueológicos associados aos Guarani.

Além dos conjuntos etnográficos observados nas coleções desta região podem ser encontradas no registro arqueológico as variações ao longo do tempo destes e de outros conjuntos relacionados aos povos Tupi extintos antes de terem sido contatados ou que abandonaram a confecção de cerâmica antes de qualquer coleta.

Quadro 4: Algumas das Cerâmicas Etnográficas Documentadas

De modo geral as cerâmicas arqueológicas na região têm apresentado os que os autores denominam contorno simples (Miller, 2009; Cruz, 2009, Zimpel, 2009), ou seja, com poucas angulações, sendo raras as vasilhas que apresentam carenas ou angulações em relação a base ou borda. As formas mais típicas são cônicas, globulares e tronco-cônicas com bordas extrovertidas, em calota ou meia calota com bordas retas, introvertida ou extrovertidas. As bordas em sua maioria não apresentam reforço ou expansão, quando há reforço este na verdade se configura em faixa de argila aplicada próximo a borda como suporte para algum tipo de acabamento plástico. As bases acompanham normalmente o formato cônico ou convexas e em raros caso ocorrendo aplainada (Quadro 05).

Como acabamento de superfície prepondera o alisamento, todos os demais juntos nunca somam mais do que 10% das amostras. Como acabamento plástico além do alisado temos ocorrência de corrugado, unculados, incisos, ponteados, roletados, serrungulados, polimento, aplicação de barbotina, entalhado, digitado, acanalados dentre outros de menor ocorrência. Apesar desta variedade são em menor número do que aqueles que ocorrem entre as cerâmicas Tupinambá e, sobretudo Guarani. Além disso, os acabamentos de superfície se limitam aparentemente apenas as partes superiores das vasilhas tendo os maiores diâmetros como limite. O acabamento cromático aplicado tanto na superfície externa quanto interna fica por conta principalmente de engobo vermelho e em menor proporção branco, a pintura vermelha, preta e branca apesar de rara ocorre na forma de linhas retas dispostas individualmente ou formando composições geométricas aplicadas sobre os tipos de engobo ou na superfície não engobada.

Para ajudar a clarear esses dados peço atenção para alguns dos elementos considerados emblemático:

- Vasilhas preponderantemente de contorno cônico ou globular;
- Bordas diretas sem reforços;
- Bordas com inflexões e raramente ângulos;
- Bases cônicas e convexas;
- Baixa ocorrência de policromia e acabamentos plásticos;

Chamo atenção para o fato das cerâmicas descritas acima apresentarem morfologias comuns a maioria dos grupos do tronco Tupi, principalmente aqueles não pertencentes a família Tupi-Guarani. Isto sugere a possibilidade das cerâmicas até então descritas sejam fruto das atividades dos grupos que habitam esta região nos últimos séculos, ou então, se confirmadas as datas de 5000 AP (Miller, 2009) sejam fruto de populações Proto-Tupi.

Até o momento nenhum dos conjuntos cerâmicos arqueológicos descritos para a região de Rondônia permite clara associação com cerâmicas da família Tupi-Guarani, pois os elementos presentes nessa região e que também estão presentes nas cerâmicas Tupi-Guarani são os mesmos que ocorrem nas demais famílias do tronco linguístico. Esta afirmação se puder ser corroborada em pesquisas futuras reforçará uma possível diferenciação dos falantes das línguas Tupi-Guarani fora dessa região (Mello & Kneip, 2005). Além disso, nos leva a questionamentos sobre as rotas de deslocamento das populações que teriam originado os Guarani e os Tupinambá.

Como as semelhanças entre as cerâmicas Tupinambá e Guarani são maiores entre si do que em relação as cerâmicas presentes na região aqui discutida não é possível que tenha derivado independentemente destas últimas, e nem tão pouco é possível afirmar que aí estariam as rotas de deslocamento destes povos. Dessa forma, pensar essa região como passagem dos Guarani (Brochado, 1984; Mello e Kneip, 2005) ou dos Tupinambá e Guarani (Meggers et al., 1988; Rodrigues, 2000) só seria possível se conseguirmos encontrar no futuro elementos materiais que confirmem estas proposições ou então teremos que optar por rotas diferentes, assim como já vem sendo deslocado o centro de dispersão da família Tupi-Guarani.

Quadro 5: Algumas das cerâmicas Tupi norte-ocidental documentadas

Imagens retiradas de Miller, 2009

Imagem cedida por Rodrigo Suñer
vasilha exposta no Centro de Pesquisa
e Museu Regional de Rondônia

Obs: Várias escalas

Imagens retiradas de Cruz, 2009

Conjunto 2 – Tupi Norte-Oriental (a leste da bacia do rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantins)

Defino como área de ocorrência das cerâmicas aqui enquadradas como Tupi Norte-Oriental o leste da bacia do Tapajós até as bacias dos Rios Gurupi-Tocantins devido a esta região apresentar-se nos modelos como de grande relevância para o entendimento dos processos envolvendo as populações do tronco Tupi. No entanto, assumo seu caráter politético que expressa a necessidade de subdivisões que devem ocorrer no interior deste conjunto à medida que os artefatos forem sendo melhor conhecidos.

Para Brochado (1984, 1989: 74) a importância desta região se dá em relação as características culturais que teriam dado origem aos Proto-Tupinambá. A região amazônica entre o rio Negro e a foz do Amazonas teria sido onde as populações produtoras de cerâmicas da fase Miracanguera teriam se modificado dando origem ao que conhecemos como fase Marajoara. O mesmo ramo da Miracanguera que originou a Marajoara teria divergido dando origem as cerâmicas dos Proto-Tupinambá que por sua vez teriam seguido pelo litoral norte (vide Mapa 2). Portanto, para ele as cerâmicas Tupinambá apresentam-se como simplificações das cerâmicas Marajoara (Brochado, 1984: 334), tendo os Tupinambá já partido com todas suas características formadas da região onde hoje se encontra a cidade de Belém.

Para Meggers et. al., (1988) a região em apreço não teria nenhuma relação com o início do processo de expansão das línguas do tronco Tupi e sim com estágios finais da ocupação territorial da tradição Tupiguarani do leste. Neste modelo a região apenas teria recebido populações Tupi após os Tupinambá terem se deslocado de sul para norte, penetrando na região Nordeste e depois seguindo para oeste até atingirem o baixo Amazonas (vide Mapa 3). Portanto, as populações aí encontradas teriam de ser entendidas como descendentes dos povos Tupinambá, consequentemente com toda sua herança cultural.

O mesmo pode ser dito com relação ao proposto por Rodrigues (2000), a que deve-se acrescentar uma movimentação de populações Tupi amazônicas que teriam partido do centro de origem em Rondônia em direção leste cruzando os interflúvios e

rios Tapajós, Xingu e Tocantins (Mapa 5). Nesta movimentação para leste está previsto ainda migrações para sul acompanhando os rios mencionados. Assim para Rodrigues (2000) bem como para Urban (1992) a região entre o Rio Tapajós e o atual estado do Maranhão teria sido ocupada por grupos saídos diretamente do centro de origem Tupi, contando na foz do Amazonas com ocupações de povos Tupinambá vindo de um longo processo de ocupação de sul para norte.

Mesmo tendo por base os mesmos princípios da linguística e arqueologia Mello & Kneip (2005) pensaram esta região de forma diferente ao pressuporem um centro de origem para a família Tupi-Guarani localizada na região entre os rios Tapajós e Tocantins. Esta pressuposição tem por base a mesma hipótese que Rodrigues (1964) utilizou para definir o centro de origem Tupi (*Agea Area*), pois neste interflúvio se encontram o maior número de línguas da família Tupi-Guarani. Para estes autores grupos falantes de línguas do tronco Tupi teriam saído do centro de origem a oeste e se estabelecido no interflúvio Tapajós-Tocantins onde derivaram em grupos falantes das línguas classificadas como pertencentes a família Tupi-Guarani (Mapa 6), justificando-se ainda a influência da língua Karib devido ao contato com estes povos. A maioria dos falantes de línguas Tupi-Guarani teria permanecido nesta região, contudo num evento de refluxo um grupo Tupi-Guarani teria retornado a região tida como de origem do Proto-Tupi e lá divergindo no Proto-Guarani, que daí teria seguido para sul pela rota proposta por Brochado (1984). Enquanto, da região Tapajós-Tocantins teriam partido para leste os Proto-Tupinambá seguindo até o nordeste e depois para sul, também como no modelo de Brochado.

Como síntese para a arqueologia podemos a partir dos modelos apresentados acima pensar os possíveis conjuntos artefatuais cerâmicos associados aos Tupi que se encontrariam nesta região:

- para Brochado haveria cerâmicas antigas associadas a transição da fase Miracanguera para a Marajoara e para as cerâmicas dos Proto-Tupinambá, além destas seriam encontradas ainda as cerâmicas dos grupos Tupi e Tupi-Guarani que posteriormente ocuparam a região;
- para Meggers et al., (1988) nesta região encontraríamos as cerâmicas dos Tupinambá como descrita para o leste do Brasil, já que a ocupação teria se dado

pelos descendentes dos Tupinambá que teriam percorrido toda a costa brasileira. Podendo ainda mencionar as cerâmicas de outros grupos tupi que ocuparam o sudeste amazônico;

- pelo modelo de Rodrigues (2000) assim como para Meggers et al., (1988) encontraríamos as cerâmicas dos Tupinambá em sua composição mais semelhante a aquela descrita para a costa, contudo apenas na região mais próxima à foz do Amazonas. Enquanto na maior parte da região teríamos cerâmicas associadas a povos Tupi e Tupi-Guarani que se deslocaram de oeste para leste diretamente a partir do centro de origem Tupi, que portanto deveriam ser mais antigas que as dos Tupinambá.

- para Mello e Kneip (2005) na região Tapajós-Tocantins haveria cerâmicas associadas aos Proto-Tupi que aos poucos sofreriam mudanças originando as cerâmicas Proto-Tupi-Guarani até se transformarem nas cerâmicas dos grupos Tupi-Guarani. Não haveria cerâmicas típicas dos Guarani, pois estes só teriam sua gênese no retorno a região do centro de origem Tupi. Nem haveria cerâmicas típicas dos Tupinambá já que estas teriam sido desenvolvidas a leste do Tocantins.

Esta região apresenta um considerável número de pesquisas, mesmo pontuais e sem uma clara visão do todo, contribuem para conhecermos as características dos conjuntos cerâmicos Tupi aí presentes.

Primeiramente podemos mencionar as cerâmicas de grupos Tupi e Tupi-Guarani etnográficos que ainda ocupam a região das quais analisei conjuntos. As cerâmicas destes grupos são muito diferentes umas das outras, contudo podemos de acordo com a amostra dividi-las em dois conjuntos. Em um primeiro ficariam as amostras das cerâmicas Parakanã, Arawete, Aweti e Asurini do Tocantins, que pelo baixo número de indivíduos analisados apresenta baixa variabilidade de formas e acabamentos de superfície preponderando cerâmicas lisa ou resinada, apenas as Parakanã apresentam pigmento empregado por escurimento. As morfologias principais são meia esfera, meia calota e globulares de abertura restringida, bordas diretas sem reforço, introvertidas, extrovertidas e bases convexas ou aplainada. Um segundo conjunto formado por cerâmicas dos Asurini do Xingu, Ka'apor, Juruna, Wayampí e Munduruku apresenta maior amostra e maior diversidade nas formas e acabamentos que são o alisamento com ou sem resina e a pintura policroma no

caso dos Asurini do Xingu, Juruna e Munduruku feita após a queima e recoberta por resina. Todas as formas do conjunto anterior estão presentes neste e ainda conta-se com formas mais complexas com ângulos e inflexões ao longo do corpo das vasilhas, portanto sendo mais comuns carenas, bases planas, bordas bem extrovertidas e linhas de estrangulamento dividindo o corpo da vasilha em seções (Quadro 4).

Além dos conjuntos etnográficos observados nas coleções desta região podem ser encontradas no registro arqueológico as variações ao longo do tempo destes e de outros conjuntos relacionados a povos Tupi extintos antes de terem sido contatados ou que abandonaram a confecção de cerâmica antes de qualquer coleta.

Nos sítios arqueológicos desta região que puderam ser associados às populações Tupi há grande diversidade de morfologias e acabamentos de superfície (Quadro 6). De modo geral percebe-se pelas análises que a grande maioria das vasilhas eram apenas alisadas e provavelmente resinadas, frequentemente com algum tipo de banho ou engobo, os demais tipos de acabamento de superfície restringem-se a menores porcentagens. A pintura polícroma é uma constante nos sítios ocorrendo em muitos fragmentos diretamente sobre a superfície interna ou externa sem receber engobo ou após a aplicação de engobos branco ou vermelho. Importante ressaltar que as pinturas são formadas por linhas grossas (mais de 2mm) ou mesmo faixas retas ou curvas, especialmente em cores quentes como o vermelho, as cores escuras como o preto foram aplicadas para confecção de linhas mais finas ou no preenchimento de espaços formando triângulos e retângulos.

Os acabamentos plásticos são diversificados, tais como, corrugado, unglado, serrungulado, escovado, inciso, ponteados, roletado, digitados, muitas vezes utilizados combinados entre si. Chamo atenção para a composição de incisões formando linhas retas, curvilíneas e pontos aplicadas em algumas vasilhas que muito se assemelham as pinturas de linhas finas e pontos dos Tupinambá. A partir das vasilhas com maior integridade é possível afirmar que os acabamentos de superfície preponderantemente foram aplicados na parte superior, acima de inflexão ou carenas.

Os tipos de borda presente são normalmente sem reforço, com inclinações externas e internas ou contraídas. Chamam atenção bordas vazadas (Almeida,

2008), cambadas e extrovertidas com ponto angular acentuado no interior da vasilha. Apesar da maior parte das espessuras das bordas serem as mesmas do corpo algumas apresentam expansão por aplicação de roletes na parte externa da borda configurando reforços. Algumas bordas tendem a infletir a ponto de serem planas se assemelhando a flanges encontrados nas cerâmicas borda-incisa e inciso-modelado. Como lábios preponderam os arredondados e planos, mas também ocorrem apontados e biselados, chamando a atenção lábios serrilhados e ponteados em alguns fragmentos.

Morfologicamente preponderam vasilhas globulares de base convexas e bordas restringidas introvertidas ou extrovertidas com ou sem pescoço, assim como globulares abertas do tipo torrador, calota ou meia calota podendo ter borda com ponto angular interno. Vasilhas com corpo carenado também são comuns, e apresentam bases tendendo a cônicas e bordas introvertidas ou extrovertidas, sendo comum a presença de uma linha incisa na parte superior próxima a carena (este tipo de vasilha é muito semelhante as descritas como cambuchí por Brochado e Monticelli, 1992, Brochado et al., 1994). Ou ainda vasilhas apresentando contorno complexo devido a corpo globular ou cambado, pescoço e bordas extrovertidas ou mesmo ombro escalonado (Garcia, 2012: 156). A maioria do vasilhame apresenta medidas de medianas ou pequenas, ou seja, menos de vinte litros de capacidade, apenas algumas vasilhas identificadas superariam este valor.

O contorno de abertura sempre é circular, alguns poucos vasilhames apresentam aberturas ligeiramente elípticas ou oblongas e nenhuma até então pode ser claramente identificada como quadrangular. Como bases preponderam as convexas e planas, mas também foram identificadas bases cônicas com diferentes inclinações.

Para ajudar a clarear esses dados peço atenção para alguns dos elementos considerados emblemático:

- Vasilhas carenadas;
- Bordas reforçadas e lábios serrilhados;
- Bordas cambadas, contraídas e extrovertidas com ponto angular bem marcado;

- Bases planas;
- Maior ocorrência de policromia e acabamentos plásticos;
- Inciso formando composição semelhante a pintura;
- Pintura com linhas grossas vermelhas e preenchimento com preto formando triângulos e retângulos.

Esses elementos são relevantes por parecerem transitórios entre conjuntos associados aos falantes de línguas não Tupi-Guarani e aqueles falantes destas línguas em especial os Guarani e os Tupinambá. Muitos destes elementos não estão presentes na região de Rondônia, ocorrendo apenas no leste amazônico e nas regiões ocupadas pelos Guarani e Tupinambá. Portanto, devem ser considerados ao observarmos os demais conjuntos, pois terão papel relevante nas conclusões a serem apresentadas.

Quadro 6: Algumas das Cerâmicas Tupi Norte-Oriental Documentadas

Conjunto 3 – Proto-Tupinambá e Tupinambá (de leste dos rios Gurupi-Tocantins à região Nordeste a norte da Bahia)

Considero necessária a separação de um conjunto denominado Proto-Tupinambá e Tupinambá por saber da existência de diferenças de uma parcela das cerâmicas ditas Tupinambá no nordeste brasileiro em relação aquelas da região Sudeste ou mesmo da Bahia. Optei por utilizar os dois nomes, aplicados a região aqui delimitada, visando frisar as diferenças perceptíveis e a possível relação entre os produtores de um conjunto que apresenta elementos amazônicos e Tupinambá e outro com cerâmicas marcadamente identificadas por Brochado (1980, 1984) como associadas aos falantes do Tupinambá.

Para Brochado (1984) e Mello & Kneip (2005) a importância desta região está principalmente associada aos primeiros estágios da expansão Tupinambá, primeiramente do baixo Amazonas até o litoral do Nordeste, com diversas entradas para o interior do país a partir do litoral (Mapas 2 e 6). Portanto, para Brochado ao contrário do “gap” existente na rota de expansão Guarani, para os Tupinambá existiria uma continuidade desde a região amazônica às suas paragens mais meridionais. Contudo, assume que pouquíssimas pesquisas foram realizadas até a década de 1980 entre a foz do Amazonas e o nordeste do Brasil (idem: 343), o que justificaria a falta de sítios associados a estes povos.

Para Meggers et. al., (1988) e Rodrigues (2000) a região não teria nenhuma relação com o início do processo de expansão das línguas do tronco Tupi. Para estes autores as populações que aí chegaram foram responsáveis pela tradição Tupiguarani (ou de língua Tupinambá para Rodrigues) que teriam se deslocado de sul para norte (Mapas 3 e 5). Portanto, as populações aí encontradas seriam descendentes daquelas que habitaram anteriormente a região Sudeste.

Como síntese para a arqueologia podemos a partir dos modelos apresentados acima pensar os possíveis conjuntos artefatuais cerâmicos associados aos Tupi que se encontrariam na região:

- segundo o modelo de Brochado (1984) e Mello & Kneip (2005) na região Nordeste tínhamos as cerâmicas dos Tupinambá em suas fases iniciais, levando a região Sudeste as características que teriam se desenvolvido regionalmente;
- para Meggers et al., (1988) e Rodrigues (2000) temos de pensar exatamente ao contrário, já que haveriam cerâmicas ligadas a tradição Tupiguarani (ou aos Tupinambá), contudo seus produtores teriam vindo da região Sudeste, portanto, os conjuntos encontrados seriam mais recentes e apresentariam características desenvolvidas nas regiões que habitaram antes de chegarem ao nordeste;
- importante ressaltar que pouca relevância é dada pelos modelos às sensíveis diferenças entre as cerâmicas relacionadas aos Tupinambá da região Sudeste e as cerâmicas a eles atribuídas no Nordeste.

Nesta região preponderam informações históricas sobre a ocupação por grupos de línguas Tupinambá, no entanto também temos que considerar a presença de grupos Ka'apor, Guajajara, Tembé e Amanayé. Além dos conjuntos etnográficos presentes nas coleções sobre esta região, poderiam ser encontrados no registro arqueológico as variações ao longo do tempo destes e de outros conjuntos relacionados a povos Tupi extintos antes de terem sido contatados ou que abandonaram a confecção de cerâmica antes de qualquer coleta.

Dos grupos apontados acima apenas do Ka'apor dispomos de coleções de cerâmicas etnográficas, e mesmo assim em pequeno número (Quadro 4). Apenas três morfologias diferentes puderam ser definidas para a cerâmica Ka'apor, as mesmas apontadas por Ribeiro (2004 [1954]). A mais comum parece ser de vasilha de abertura restrita com borda extrovertida, corpo globular e base plana com ou sem resina. Uma outra globular aberta de borda direta e base tendendo a cônica, apresentando ligeiro acinturamento na parte superior, o que faz lembrar as cerâmicas arqueológicas do Pará semelhantes aos caguabã Guarani. Por fim, uma vasilha que apresenta características semelhantes tanto à cerâmica Asurini do Xingu quanto Wayampí, tendo contorno tronco-cônico com borda extrovertida e base plana.

Como mencionado acima nos conjuntos de cerâmicas arqueológicas para esta região dispomos de vasilhame tipicamente Tupinambá e outro conjunto que

apresenta semelhanças com as cerâmicas Tupinambá, mas também é semelhante em alguns elementos com as cerâmicas do sudeste amazônico, ou como aqui denomino cerâmicas dos Tupi norte-orientais. A este segundo conjunto que denomino Proto-Tupinambá atribuo uma possível relação com os antepassados dos Tupinambá, que ao migrarem do sudeste amazônico levaram para o nordeste um conjunto de cerâmicas que aos poucos se modificou transformando-se no que conhecemos como as cerâmicas Tupinambá.

Estas cerâmicas Proto-Tupinambá foram registradas nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Apresentam preponderância de vasilhas pequenas a média (menos de 20 litros), com corpo globular de base convexa ou cônica (Quadro 7). As bordas são diretas, contraídas, introvertidas ou extrovertidas incluído ângulo interno bem marcado, mas também foram identificadas bordas com reforço externo e serrilhadas. Estes reforços externos dão um perfil a borda semelhantes ao que vemos no sudeste amazônico onde a porção mais próxima ao lábio é a parede mais espessa e esse último tende a ser plano, raros são reforços na parte mais inferior das bordas configurando as bordas triangulares das cerâmicas Tupinambá. Os contornos de abertura são circulares e em alguns casos elípticos. Mas também são encontradas vasilhas com carenas e linha incisa sobre o ombro já marcando dois escalonamentos, e até mesmo flanges mesiais.

Os acabamentos de superfície são preponderantemente lisos só uma pequena porcentagem (menos de 10%) do total de peças apresentam outras formas de acabamentos plásticos ou cromáticos. Corrugado, escovado, unglado e inciso são os mais comuns, mas também foram identificados estocados, roletados, polimentos e serrungulados. A presença de engobo branco e vermelho ocorre tanto na superfície interna quanto externa, sendo mais recorrente o engobo branco. A pintura polícroma foi aplicada tanto em superfície com ou sem engobo. Em relação a pintura esta é preponderantemente formada por linhas grossas vermelhas e pretas compondo “modos” muito semelhantes ao que Garcia (2012: 128-132) definiu para o interflúvio Xingu-Tocantins. Do mesmo modo temos os preenchimentos de espaços vazios com tinta preta formando triângulos ou retângulos semelhantes aos identificados por Almeida (2008) no sudeste amazônico. Além deste tipo de pintura

mais recorrente também ocorrem em menor proporção linhas finas como as da pintura Tupinambá, mas sendo raros os pontos pretos tão comuns nesta última.

De modo geral essas são as características que posso apontar sobre as cerâmicas deste conjunto denominado Proto-Tupinambá. A partícula “Proto” nesta denominação refere-se a possibilidade destes conjuntos terem sido produzidos por antepassados dos povos que teriam em algum momento caracterizado o que chamamos de Tupinambá. Com relação a linha de tempo, necessariamente uma parte deste conjunto deveria ser formado por cerâmicas mais antigas do que qualquer outra Tupinambá, mas não todo o conjunto, pois aparentemente fenômenos de deriva em separado possibilitam a coexistência dos dois grupos em um dado momento como parece atestar as datações para a região.

Para ajudar a clarear esses dados peço atenção para alguns dos elementos considerados emblemático:

- Vasilhas carenadas;
- Ombros escalonados;
- Contorno de abertura elíptico e oblongo;
- Lábio serrilhado;
- Bordas com reforço bem marcado;
- Bordas extrovertidas com ponto angular interno;
- Maior ocorrência de policromia e acabamentos plásticos;
- Pintura com linhas grossas e finas e preenchimento com preto.

Juntamente ao conjunto Proto-Tupinambá ocorrem as cerâmicas do conjunto Tupinambá, normalmente em sítios diferentes, contudo, como essa divisão é artificial nem sempre corresponde totalmente ao fenômeno que aqui tento descrever. Ao pensar que os povos Tupinambá advém da mudança nos povos Proto-Tupinambá é certo que os conjuntos cerâmicos também se transformaram gradualmente, garantindo assim a existência de sítios arqueológicos com elementos de ambos os grupos. As cerâmicas já analisadas confirmam isso, já que foi possível analisar

vasilhas vindas de um mesmo sítio com a presença de elementos emblemáticos tanto amazônicos (trazidos pelos Proto-Tupinambá) quanto Tupinambá, da mesma forma que vasilhas que reúnem em sua estrutura elementos de ambos os conjuntos.

Apesar da presença de elementos dos dois conjuntos em um mesmo sítio posso previamente aventar que no interior do Nordeste num polígono que reúne porções dos estados de Pernambuco, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte existe a preponderância de elementos relacionados aos Proto-Tupinambá. Enquanto para as regiões mais próximas ao litoral de todos os estados nordestinos preponderam os elementos Tupinambá tanto em seus “estágios iniciais” quanto com suas características já “formadas”.

Como as características do conjunto Tupinambá desta região não se diferenciam muito daqueles presentes na região que descreverei a seguir, não traçarei os pormenores neste ponto. Faço as descrições dos conjuntos cerâmicos Tupinambá no próximo ponto apresentando diferenças em relação aos Proto-Tupinambá quando estas forem observadas.

Quadro 7: Algumas das Cerâmicas Proto-Tupinambá e Tupinambá Documentadas

Conjunto 4 – Tupinambá (região Nordeste até o Paraná, incluindo o interior até Mato Grosso)

Sobre os povos de língua Tupinambá dispomos do maior número de fontes históricas, por terem sido os primeiros contatados pelos europeus e partícipes das primeiras décadas de exploração da costa brasileira. Além disso, muitos sítios arqueológicos foram localizados na área de ocupação destes povos permitindo um considerável conhecimento sobre a cultura material que poderia lhes ser atribuída. Foi exatamente o que fez Brochado em sua tese, ou seja, concatenar os dados históricos, linguísticos, arqueológicos permitindo a caracterização dos conjuntos cerâmicos vinculados a estes povos.

O conjunto de formas e acabamentos de superfície associados por Brochado aos grupos Tupinambá permite clareza na classificação dos sítios presentes na ampla região ocupadas por essas populações. A ponto de ser possível percebermos que a norte do estado de Pernambuco temos ocorrências de cerâmicas com características que se aproximam da cerâmica Tupinambá, mas que são suficientemente diferentes do conjunto descrito para os estados da região Sudeste e da Bahia. O que leva a necessidade de subdividir os sítios associados aos Tupinambá em duas categorias uma delas propriamente o conjunto Tupinambá e uma outra associada a um conjunto cerâmico produzido e utilizado por povos que teriam dado origem aos faltantes do Tupinambá e, portanto, aqui denominadas de cerâmicas Proto-Tupinambá.

Estas cerâmicas Proto-Tupinambá teriam uma ocorrência a norte do paralelo 10° entre a bacia do Gurupi-Tocantins até o litoral nordestino. Espaço também ocupado em parte pelo conjunto tipicamente Tupinambá, que por sua vez é o conjunto preponderante associado aos Tupi encontrado do norte do estado da Bahia até São Paulo e do litoral penetrando por Minas Gerais, Goiás até o Mato Grosso.

Para Brochado (1984) e Mello & Kneip (2005) a esta região atribui-se num momento inicial de expansão a movimentação pela costa desde o nordeste até o estado de São Paulo, contanto com várias penetrações para o interior. A região também é associada ao auge dos povos de língua Tupinambá e considerada área

de ocupação tradicional bem como aquela em que foram contatados pelos europeus.

Para Meggers et. al., (1988) a região é associada ao movimento de sul para norte dos portadores da tradição Tupiguarani e teria datas mais antigas a sul do que a norte.

Para Rodrigues (2000) os antepassados dos Tupinambá que se expandiam com sentido norte-sul teriam se dividido em dois grupos próximos da atual divisa Brasil-Bolívia na altura do paralelo 19° (Mapa 5). Um primeiro grupo teria seguido para leste, e o outro teria permanecido alguns séculos no interior em contato com os grupos de línguas Tupi do ramo II na Bolívia (Sirionó, Guarayó, Pauserna). Deste ponto ambos os grupos em momentos diferentes seguiram para leste acompanhando os rios Taquari, Sucurú até o rio Paraná, de onde continuaram até o litoral seguindo a montante do rio Tiete. O primeiro grupo seria propriamente os Tupinambá que ao chegarem na cabeceira do Tiete teriam seguido para norte. O segundo grupo a vir do interior seriam os antepassados dos Tupi de São Vicente ou Tupinikin que permaneceram no planalto e litoral paulista. Para Rodrigues é o contato dos antepassados dos Tupinikin com os grupos Tupi da Bolívia que teria levado às diferenciações na língua Tupinambá suficientes para serem percebidas pelos catequistas.

Como síntese para a arqueologia podemos a partir dos modelos apresentados acima pensar os possíveis conjuntos artefatuais cerâmicos associados aos Tupi que se encontrariam nesta região:

- segundo o modelo de Brochado (1984) e Mello & Kneip (2005) na região Nordeste e Sudeste teríamos as cerâmicas mais típicas dos Tupinambá, podemos dizer que sobretudo no Sudeste e Bahia teríamos o que pode-se chamar de “tupinambá clássico” pelo que foi definido por Brochado (1984). O conjunto reúne elementos desenvolvidos no nordeste e levados para o sudeste;
- para Meggers et al., (1988) esta seria a região que os grupos portadores da tradição Tupiguarani teriam ocupado a partir do sul, portanto, com cerâmicas típicas desta tradição mais antigas no sul do que no nordeste. Além disso, há de se supor

que haveriam mais elementos em comum com as cerâmicas Guarani no Sul diminuindo-se estas semelhanças no sentido sul norte;

- de acordo com o modelo de Rodrigues (2000) poderíamos encontrar dois tipos de cerâmicas Tupinambá na região Sudeste, um conjunto no Mato Grosso do Sul, interior paulista e região de São Vicente associada aos Tupinikin, e outro conjunto propriamente associado aos Tupinambá ao norte do estado de São Paulo. Como em Meggers et al., (1988) espera-se que as cerâmicas do sul sejam mais antigas que as do nordeste e que os conjuntos ao norte tenham os elementos presentes no sudeste.

Nenhum conjunto com cerâmicas etnográficas associadas a populações Tupi advém desta região. Mesmo para o registro arqueológico só são previstas cerâmicas associadas a falantes da língua Tupinambá, ou se considerarmos a hipótese de Rodrigues (2000) sobre as diferenças entre o Tupinikin e o Tupinambá devemos considerar a possibilidades de diferenciações também nos conjuntos cerâmicos. Além disso, tem ficado clara a presença de cerâmicas dos grupos Tupi norte-orientais até o sul do estado de Goiás (bacia do rio Verde afluente do Paranaíba), se confirmado a presença tão meridional destas cerâmicas pode ser relevante no entendimento do processo de expansão Guarani ou Proto-Guarani, já que parecem guardar grandes semelhanças com estes povos amazônicos no que concerne ao seu conjunto cerâmico.

Ressalto que a área de ocorrência com cerâmicas típicas Tupinambá é a soma desta região que apresentei e a anterior, pois os conjuntos apresentam grande semelhanças desde São Luiz do Maranhão até a Baía de Paranaguá no estado do Paraná tendo os vestígios mais a oeste sido encontrados em associação com sítios Arawak no alto Xingu (Hirooka, 2007) estado do Mato Grosso.

Para alguns descrever o conjunto Tupinambá pode parecer desnecessário, tanto quanto difícil devido ser um conjunto já bem conhecido e, por isso mesmo, detalhado a ponto de não ser possível resumir de forma sintética todas suas peculiaridades. Contudo, como não busco pelas peculiaridades e sim por elementos que o caracterizem farei breve descrição das cerâmicas associados a estes grupos visando cumprir a apresentação como tem sido feito para os demais conjuntos e

principalmente expor aos que ainda não estão familiarizados aquilo que é mais recorrente.

Dentre todos os conjuntos cerâmicos relacionados aos povos do tronco Tupi pode-se dizer que as cerâmicas Tupinambá são aquelas que apresentam as morfologias mais peculiares, sendo consideravelmente mais diferentes, apesar de guardarem uma série de elementos em comum com os demais conjuntos (Quadro 8). Não falo de idiosincrasias ou modas de pouca duração e restritas a um sítio, mas sim de morfologia que são comuns a grandes regiões e a centenas de sítios. Três são as morfologias que apresentam grande diferença com relação aos demais conjuntos Tupi, o primeiro e mais relacionado a estes povos são vasilhas abertas de contorno quadrangular, oblongo ou elípticas com bordas reforçadas externamente e muitas vezes com reforço tanto externo quanto interno. Este tipo de vasilha parece ter maior ocorrência nos estados da região Nordeste, mas também são bem comuns no sudeste (Infográfico 9). As bases tendem a ser planas, mas também ocorrem convexas, como acabamento de superfície são esmeradamente pintadas com linhas pretas finas, pontos pretos e faixas vermelhas. São vasilhas associadas ao consumo coletivo de alimentos como as *ñhaen* dos Guaraní (Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994). Ainda como vasilha de serviço coletivo pode ser enquadrado outro tipo de *ñhaen* que se diferencia do anterior apenas por possuir abertura circular, tanto com bordas reforçadas quanto expandidas.

Um segundo tipo de vasilha bem característico são vasilhas denominadas duplamente cambadas que apresentam normalmente abertura elíptica ou oblonga. As bases também tendem a plana, mas são comuns também as bases convexas. O ungulado na metade superior externa é o acabamento mais recorrente, ocorrendo ainda variações que lembram este, tais como ponteados em meia lua, estocados ou mesmo incisos. Aparentemente seriam empregadas no preparo de alimentos e bebidas como as *yapepó* Guaraní (Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994) ou *nhaempepó* dos Tupinambá (Assis, 1995) ou *camuciajura* (Corrêa, 2009). Sua ocorrência com as características descritas parecem se limitar do norte da Bahia até o estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro (Infográfico 10), ocorrendo variações de sua forma em outras regiões. Outro tipo de *nhaempepó* Tupinambá (Assis, 1995; Corrêa, 2009) são relativamente semelhantes às *yapepó* Guaraní (Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994) diferenciando-se por seus perfis

cônico mais alongados e pela borda reta introvertida sem as extroversões típicas dos Guarani. Os acabamentos de superfície variam entre corrugado, escovado, espatulado e liso. Aparentemente só teria uma distribuição restrita aos estados da região Sudeste (Infográfico 6).

Apesar de se associar ao conjunto Tupinambá uma preponderância de vasilhas abertas temos que ressaltar que grandes *cambuchi* de ombros escalonados como o dos Guarani também são encontrados da região Sudeste até a área central do estado da Bahia, com raros registros a norte de Pernambuco. As principais diferenças em relação a esta vasilha e a dos Guarani é novamente a ausência de borda extrovertida e a base convexa ou tendendo a plana nos Tupinambá. Mantem-se o acabamento pintado sobre engobo acima da linha da carena, principalmente com motivos geométrico e com linhas mais grossas do que normalmente vemos no interior das vasilhas de servir. Outra morfologia recorrente são vasilhas cônicas de base também cônica ou convexa com bordas contraídas, acabamento liso que poderiam ser enquadradas como *ñaetá* (Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994) tendo uma distribuição espacial que perpassa a área Tupinambá (Infográfico 7).

As vasilhas de servir bebidas alcoólicas entre os Guarani denominada de *cambuchi caguabã* (Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994) também estão representadas entre os Tupinambá, para os quais novamente a borda é diferente, pois a típica borda carenada do Guarani nos conjuntos Tupinambá são apenas reforçadas externamente formando feição triangular que parece como um encolhimento do ombro até próximo a carena. Mas igualmente à Guarani apresenta pintura interna sobre engobo, as bases normalmente convexas, tendo já sido documentadas bases em pedestal e abertura elíptica. Mesmo raramente sendo identificado nos sítios arqueológicos sabemos que pequenos torradores (em torno de 20 cm) são comuns, apresentam lábios serrilhados acabamento externo normalmente corrugado ou liso, com estrutura circular praticamente planos tendo apenas uma inflexão próxima à borda que se eleva.

As formas descritas apresentam modificações dentro de uma margem já medida por Brochado et al., (1990), Brochado e Monticelli (1994) e Corrêa (2009), mas também sabemos que muitas outras morfologias já foram identificadas. O

conjunto aqui apresentado parece ser o mais característico e já foi mais detalhadamente descrito por Brochado (1984). Em relação a diferenças regionais podemos destacar que as cerâmicas dos estados de Minas Geras, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e vale do Paraíba paulista apresentam muito mais semelhantes entre si do que em relação ao conjunto do planalto paulista (Moraes, 2007). Seria isto o reflexo da diferença entre os Tupinambá e os Tupinikin de Rodrigues (2000)? Ou a ações de séculos de interação na “fronteira” Tupinambá – Guarani?

Para ajudar a clarear esses dados peço atenção para alguns dos elementos considerados emblemático:

- Poucas bordas carenadas;
- Poucos ombros escalonados;
- contorno de abertura elíptico, oblongo e quadrangular;
- Lábio serrilhado;
- Bordas com reforço bem marcado, inclusive com reforço interno e externo na mesma vasilha;
- Ausência de bordas extrovertidas com ponto angular interno;
- Maior ocorrência de policromia e acabamentos plásticos;
- Pintura na superfície interna com linhas curvas e retas finas, ponto pequenos e raramente preenchimento de pequenas áreas em preto, na superfície externa linhas mais grossas e tendência para linhas retas geométricas.

Duas características chamam atenção para relação entre Tupinambá e Guarani, que são a redução da porcentagem de acabamentos de superfície plásticos e da presença de grandes *cambuchi* de ombro escalonados de sul para norte.

Quadro 8: Algumas das Cerâmicas Tupinambá Documentadas

Conjunto 5 – Guaraní (do sul da Bolívia e do Mato Grosso até a foz do rio da Prata, do litoral até a bacia do rio Paraguai)

Se as populações Tupinambá são aquelas que apresentam maior documentação histórica os povos de língua Guaraní são os que foram mais bem investigados arqueologicamente e a documentação histórica também é vasta. Congregando o maior número de sítios arqueológicos e datações associadas a populações Tupi em cinco países diferentes (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai). Além disso, conta também com ótimas referências de documentos históricos como, por exemplo, o *Tesoro de la Lengua Guaraní* de Montoya (1620), funcionando como importante inventário da cultura destes povos e que foi amplamente aproveitado por arqueólogos como Brochado e La Salvia (1989), Brochado e Monticelli (1994), Brochado et al, (1990), Noelli (1993), Noelli e Dias (1995) dentre outros.

As pesquisas sobre os povos Guaraní são de tal monta que geram distorções em modelamentos que busquem comparações entre as diferentes regiões com informações sobre os povos do tronco Tupi.

Para Brochado (1984) e Mello & Kneip (2005) nesta região temos o movimento de expansão norte-sul pelas bacias do Guaporé e Paraguai com principal mudança de rumo para leste na altura do paralelo 27°. A expansão inicialmente se deu acompanhando os principais rios e posteriormente expandindo para os interflúvios. Teria se desenvolvido uma ocupação muito extensa tornando-se a região tradicional de ocupação dos povos Guaraní até a chegada dos europeus.

Para Meggers et. al., (1988) a região é associada ao movimento de norte para sul dos portadores da tradição Tupiguaraní, incluindo tanto os antepassados dos Guaraní quanto dos Tupinambá. A separação entre estes dois grupos neste modelo só teria se dado próximo a atual divisa Argentina-Paraguai na altura do Trópico de Capricórnio. De onde os Tupinambá teriam rumado para leste seguindo aproximadamente a atual divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná até próximo ao litoral, de onde partiram para norte cruzando o sudeste e o nordeste.

No modelo de Rodrigues (2000) os antepassados dos Guaraní e dos Tupinambá teriam se separado mais ao norte do que para Meggers et al., (1988),

ficando os Tupinambá fora da região Guarani. Portanto, apenas os antepassados dos Guarani ocuparam esta região e levando a vasta expansão desta população.

Como síntese para a arqueologia posso a partir dos modelos apresentados acima pensar os possíveis conjuntos artefatuais cerâmicos associados aos Tupi que se encontrariam na região:

- segundo o modelo de Brochado (1984), Rodrigues (2000) e Mello & Kneip (2005) nesta região estariam previstas apenas cerâmicas Guarani e sua maior parte já bem formadas com todos os elementos descritos, o que se pode chamar de “Guarani clássico” pelo que foi definido por Brochado (1984). Apenas na porção mais ao norte, ou seja, sul da Bolívia e Mato Grosso poderiam ter cerâmicas com características diferentes associadas aos Proto-Guarani;
- para Meggers et al., (1988) a região teria de comportar tanto cerâmicas Proto-Tupinambá-Guarani, quanto Tupinambá e Guarani, já que a separação entre estes grupos aí teria ocorrido.

Na região aqui definida como de ocorrência do conjunto associado aos falantes da língua Guarani são previstas cerâmicas etnográficas associadas a grupos Chiriguano no sul da Bolívia, assim como possíveis conjuntos de grupos Tupi extintos. Da mesma forma que para o conjunto Tupinambá é esperado a existência de cerâmicas Proto-Guarani, que apresentariam semelhanças com estas, mas ainda não teriam as características mais marcantes. Ainda não foi possível encontrar uma localidade com estes conjuntos de cerâmicas Proto-Guarani o que garantiria maior clareza no entendimento do processo de surgimento do conjunto Guarani e daria maior certeza quanto a rotas de expansão.

Da mesma forma que para o conjunto Tupinambá a descrição do conjunto Guarani já foi realizada muito mais detalhadamente por Brochado (1984), além disso, os estudos sobre tecnologia, morfologia, função e nomenclaturaêmica (La Salvia e Brochado, 1989, Brochado et al., 1990; Brochado e Monticelli, 1994, Noelli, 1993) vão muito além do que aqui pretendo. Meu objetivo é elencar os elementos mais marcantes e que caracterizam este conjunto frente aos demais por este motivo resumo os seis tipos apresentados por Brochado e Monticelli (1994) fazendo os acréscimos necessários.

Se o conjunto Tupinambá é o que apresenta as morfologias mais peculiares e pouco comuns aos demais conjuntos, o conjunto Guarani é exatamente o oposto. Já que apresentam diversos elementos comuns tanto às cerâmicas etnográficas quanto as arqueológicas dos demais quatro conjuntos aqui descritos. Por esse motivo pode-se afirmar que partindo de um mesmo conjunto de origem as cerâmicas Tupinambá se modificaram muito mais do que as Guarani, já que as últimas apresentam diversos elementos das regiões atribuídas como centro de origem do tronco Tupi e centro de origem da família Tupi-Guarani.

Associada a produção dos alimentos temos a vasilha *yapepó* (Brochado e Monticelli, 1994) apresentando bases normalmente cônicas, algumas convexas, o corpo normalmente cônico, ombro na maioria das vezes formados por inflexão e em alguns casos por ângulo de carena, as bordas mais comuns são extrovertidas, mas também ocorrem verticais, como acabamento de superfície temos lisos, corrugados, ungulados, escovados, espatulado, mas nunca com pintura (Infográfico 4). Esta vasilha apresenta uma grande homogeneidade morfológica dentro do conjunto, contudo existem diferenças que parecem tanto relacionadas a usos diferentes quanto índice de diferentes grupos. Se comparada com conjuntos de cerâmicas etnográficas se assemelha muito a aquelas associadas aos Cinta-Larga, Suruí e Asurini do Xingu (Quadro 4).

Outra vasilha associada a atividade de produção de alimento é a *ñaetá* (Brochado e Monticelli, 1994) de forma tronco-cônica ou tendendo a globulares; as bordas normalmente diretas contínuas com a parede, verticais, inclinadas para fora, mas também sendo comum bordas contraídas; as bases normalmente seguem o formato cônico do corpo (Infográfico 5). Recebem como acabamento de superfície o alisamento, corrugado, escovado, nunca são pintadas. Esta é uma morfologia extremamente difundida tanto na região Guarani como na Tupi norte-oriental, entre os Tupinambá possui modificações que incluem em alguns casos bases convexas e sempre apresentam bordas contraídas. No conjunto Proto-Tupinambá não foi evidenciado nenhuma morfologia que lhe fosse comparável.

Vasilha rasa e utilizada como torrador denominada *ñamôpyu* provavelmente utilizados para assar o beiju, segundo Brochado e Monticelli (1994) são de difícil identificação nas coleções arqueológicas. Essencialmente, sua morfologia se

resume a um prato raso com borda direta continua a parede levemente introvertida; base plana ou levemente arredondada. Este parece ser uma morfologia difundida entre todos os conjuntos aqui estabelecidos. Tanto para o conjunto Guarani quanto Tupinambá suas dimensões inferiores a 30 cm dificilmente garantiriam a torração de farinha em grande quantidade, sugerindo mesmo seu uso apenas no preparo de beiju.

Os *cambuchí* (Brochado e Monticelli, 1994) são as grandes vasilhas utilizadas para armazenar e terminar o processo de fermentação de bebidas alcoólicas, assim como servir. Apresentam grandes dimensões e contorno complexo, segmentado, com carena e ombro muitas vezes escalonados dando-os forma duplo-cônica, as bordas tendem a ser extrovertidas, carenada ou reforçada externamente e as bases cônicas, raramente convexas ou aplanada. Os *cambuchí* tem sua parte superior pintada sobre engobo normalmente com linhas grossas retas formando composições geométricas. São vasilhas encontradas frequentemente nas coleções tanto por sua beleza estética quanto pelo fato de terem sido utilizadas como urna funerária (Infográfico 1). Ao analisarmos os demais conjuntos Tupi aqui avaliados percebemos a grande semelhança entre os *cambuchí* Guarani de médio porte com vasilhas do conjunto Tupi norte-oriental (Infográfico 13) e algumas vasilhas encontradas na região dos Proto-Tupinambá.

Cambuchi caguabã (Brochado e Monticelli, 1994) como seu nome sugere é uma variação de *cambuchí* utilizado tanto para servir alimentos sólidos quanto líquidos. A forma varia desde calotas, meias calotas a carenadas, tendo bases cônicas e arredondadas; as bordas encontradas são continuas a parede, extrovertidas, introvertidas, carenadas. O acabamento de superfície pode ser liso, com engobo ou banho e com pintura sobre engobo.

Por fim, vasilhas denominadas *ñaembé* (Brochado e Monticelli, 1994) utilizada para servir alimentos aparentemente de forma coletiva. Relacionado a vasilhas abertas com carena e ombro vertical; as bordas são convexas, direta em relação a parede, tendo inclinações verticais ou extrovertidas; as bases tendem a ser cônica mas também foram produzidos com bases convexas. O acabamento de superfície pode ser liso, com engobo e pintado, havendo ainda linha incisa que diferencia duas secções do ombro.

Os tipos de vasilhas descritas acima e suas variações são os mais comuns dentro do conjunto cerâmico Guarani, mas como disse existem outras morfologias que parecem representar regionalismos ou modas temporárias (Quadro 9). A classificação morfológico-funcional realizada por Brochado e colaboradores para a cerâmica Guarani é de grande relevância permitindo que o mesmo possa ser feito em outros conjuntos artefatuais como, por exemplo, o Tupinambá (Assis, 1995; Corrêa, 2009). Tais comparações não apenas nos permitem avaliar características morfológicas e funcionais, mas também possibilita a comparação entre os conjuntos, permitindo avaliarmos características de continuidade e mudança.

De modo geral a cerâmica Guarani é a que apresenta a maior variedade e frequência de acabamento plásticos, os contornos de abertura são sempre circulares, apenas muito raramente temos aberturas elípticas. Contornos complexos com marcada presença de carenas e acinturamento são característicos, o que levou La Salvia & Brochado (1989) a apresentarem um modelo de estruturação das vasilhas a partir de secções combinadas.

Para ajudar a clarear esses dados peço atenção para alguns dos elementos considerados emblemáticos:

- recorrência de bordas carenadas;
- recorrência de ombros escalonados;
- contorno de abertura raramente elíptico e nunca quadrangular;
- lábios serrilhados são raros;
- bordas com reforço são raras, ocorrendo bordas carenadas, quando há reforço este é externo e em vasilhas grandes;
- bordas extrovertidas com ponto angular interno, menos angular e mais como ponto de inflexão;
- maior ocorrência de policromia e de tipos de acabamentos plásticos;

Ressalto a atenção que deva ser dada na comparação entre o conjunto Guarani e o Tupi norte-oriental, pois parece haver uma continuidade mais acentuada entre estes do que de ambos em relação ao Tupinambá.

Quadro 9: Algumas das Cerâmicas Guarani Documentadas

Hipóteses a partir do modelamento dos dados coligidos

Partindo dos modelos e dados disponibilizados pelas pesquisas anteriores pude ter uma ideia mais completa do *status* de nosso conhecimento sobre as populações Tupi. Conhecer a morfologia e os acabamentos de superfície de mais de mil vasilhas distribuídas por dezessete estados brasileiros acompanhadas por 643 datações me permitiu pensar nos processos que poderiam ter levado a continuidade ou mudança destas cerâmicas ao longo do tempo e do espaço. Todos esses dados coadunados com os modelos da linguística histórica e demografia, sob uma perspectiva etnográfica me permitiram uma visão da história de longa duração das populações Tupi que acredito contribuir no avanço da compreensão dos processos que levaram a constituição do quadro de ocupação encontrado pelos europeus e parcialmente exposto no mapa etnográfico de Curt Nimuendaju (Mapa 18). Ou seja, partindo da gama de informações coletadas, dos modelos já propostos e do quadro etnohistórico dos últimos quatrocentos anos apresento uma tese oriunda da síntese dos pontos positivos do trabalho de Meggers et al., (1988) e da tese de Brochado (1984).

Além disso, utilizarei os processos de movimentação dos povos Tupi a partir das teorias da demografia (Renfrew, 2000a e b; Anthony, 1990, 2007; Bellwood, 2001, 2005) e dos modelos etnohistóricos (Brochado, 1984, 1989; Noelli, 1993), entendidos como base onde se desenvolveram os processos de continuidade e mudança.

Tendo por base os modelos mencionados e os dados empíricos coletados ao longo desta pesquisa apresento a partir deste ponto minhas contribuições aos modelos. Ressalto que os processos históricos descritos são fruto das análises aqui empreendidas, portanto, reflexo de minha interpretação dos dados e elaborados com a concepção de Ciência como conhecimento cumulativo, destarte, assumindo o caráter provisório das hipóteses/teses e desejando as contribuições dos colegas para ampliar o conhecimento aqui buscado.

MAPA 18: Distribuição das populações Tupi segundo Nimuendaju

Área ocupada por populações Tupi

Fonte: Natural Earth, 2013 e IBGE, 2002.
Des: Ângelo A. Corrêa e Danielle G. Samia
out. 2013

GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984

Seja a partir da ascendência de populações caçadoras-coletoras (Miller, 2009) ou de outros ceramistas (Rodrigues, 1964, 2000; Correa-da-Silva, 2010) o centro de origem das populações Tupi parece ter sido a região entre os rios Guaporé-Madeira e Tocantins (Rodrigues, 1964, 2000; Meggers et al., 1988). As populações Proto-Tupi e seus descendentes fizeram desta região um lugar propício para desenvolverem e manterem seu modo de vida. Nesta situação de homeostase teriam se expandido por movimentos curtos ou de 1ª ordem ocupando uma vasta área e dando início a um modo de vida que como evidenciado pela paleontologia linguística (Correa-da-Silva, 2010) já demonstra indícios do uso intensivo de plantas cultivadas e de artefatos para sua produção, beneficiamento e consumo de produtos agrícolas. Desse modo, a reconstrução de fonemas para uma lista de vegetais comestíveis e cultivados bem como para panela de barro, machado, ações como ralar e pilar indicam que o modo de vida reconhecido como típico de populações Tupi já estariam presente nestes povos de línguas Proto-Tupi (Rodrigues, 1988, 2005; Noelli, 1993, 2008; Correa-da-Silva, 2010).

As pesquisas arqueológicas nesta região têm indicado a presença de sítios arqueológicos com vasilhames cerâmicos com características semelhantes ao que foi denominado tradição Tupiguarani e com datações entre 5 e 4 mil anos antes do presente. Reforçando as conclusões da paleontologia linguística a presença de vasilhames cerâmicos no registro arqueológico vem indicar indiretamente o beneficiamento de produtos vegetais, e conseqüentemente de um modo de vida já estruturado em prática tipicamente associadas aos povos Tupi. Estas cerâmicas já apresentam algumas características típicas das cerâmicas dos Tupi, tais como morfologia cônica com bordas diretas extrovertidas apresentando acabamento corrugados, unglados e pintura policroma. Contudo, estas características parecem mais ligadas aos Tupi e não àqueles pertencentes à família Tupi-Guarani, já que as cerâmicas associadas a esta família apresentam morfologias mais complexas com estrutura formada por pontos de inflexão e ângulos, padrões de pintura mais típicos e bordas com reforços, expansões, cambagens, dentre outros. É como se regionalmente tivéssemos a preponderância de cerâmicas de falantes de outras línguas que não pertencessem a família Tupi-Guarani ou lhe fossem anteriores.

Após a fixação deste modo de vida com característica Tupi é que iniciariam os movimentos de longa distância, levando contingentes populacionais para fora desta

região. Provavelmente, a tendência a se estender para todas as direções foi limitada àquelas favorecidas pelo efeito *pushpull* e com menor pressão de outros povos, num movimento em corrente (pseudópodo) para áreas específicas. Consequentemente, deve ter levado ao isolamento daqueles contingentes que se separaram muito e, dependendo das capacidades e adversidades se desenvolveram em novas regiões, foram eliminados ou retornaram a região de origem. Apesar de algumas parcelas terem saído do centro de origem, este teria se mantido como região tradicionalmente ocupada pelas demais parcelas que não migraram e, eventualmente, por populações que realizaram movimentação de retorno.

Por esses movimentos de longa distância alguns conjuntos de aldeias que se separaram do centro de origem e foram bem sucedidos teriam colonizado outras regiões levando ao estabelecimento de nova homeostasia por meio da domesticação do ambiente, crescimento populacional e desenvolvimento de novas práticas, diferenciando-se gradativamente daquelas praticadas do centro de origem.

Os dados disponíveis até o momento sugerem que um desses conjuntos de aldeias bem sucedidas em seu distanciamento do centro de origem teria se instalado entre os rios Tapajós e Tocantins, entre 5° a 10° de latitude, distante da calha do Amazonas. Em algum local desta região ocorreram os processos históricos que levaram às condições adequadas para reproduzir seu modo de vida, voltando à condição de homeostasia com aumento populacional e consequente expansão por movimento de curta distância.

Considerando os modelos linguísticos (Rodrigues, 2000; Mello & Kneip 2005; Correa-da-Silva, 2010) esta poderia ser uma população onde ainda estariam juntos os antepassados dos Aweti e Tupi-Guarani, falantes de uma língua Proto-Aweti-Tupi-Guarani que recebeu influência da língua Karíb, resultado de contato prolongado entre eles. Para esta região a presença de populações Karíb (Heckenberger, 1996) é representada pelas cerâmicas inciso-pontado ou inciso-modelado, encontradas no interflúvio Xingu-Tocantins associadas a conjuntos cerâmicos Tupi (Garcia, 2012; Zanettini Arqueologia, 2012). O fato é que ainda não ficaram definidos com precisão quais são os conjuntos Arawak e Karíb na região (Heckenberger, 1996; Garcia, 2012). Contudo, a perspectiva indicada pelos

linguistas para o contato entre os Tupi e os Karib induz a considerar estas cerâmicas como associadas aos últimos.

Mais importante agora seria pensar que, se houve uma influência na língua Proto-Aweti-Tupi-Guarani, também poderia ter havido influência em outras instâncias da cultura, como as cerâmicas. A cerâmica inciso-modelado apresenta morfologia preponderantemente aberta, com contornos simples, tendendo a globulares, marcadas pela presença de ombros e carenas, algumas bordas com expansão, reforço interno ou externo, preponderando às diretas, extrovertidas com ângulo interno acentuado, com os lábios em forma de flanges com linhas incisas, formando diversas composições de ponteados isolados ou preenchendo os espaços entre as linhas incisas e os apliques de diversas formas, inclusive zoomórficos.

Como vimos às cerâmicas da região Tupi norte-ocidentais, a oeste do rio Tapajós, não são comuns os elementos que acabo de descrever para estas cerâmicas ditas inciso-modelado. O mesmo não pode ser dito para as cerâmicas dos Proto-Aweti-Tupi-Guarani, que aparentemente adotaram além dos fonemas Karib elementos dos vasilhames cerâmicos. É possível que a presença de bordas reforçadas e expandidas nas cerâmicas Tupi desta região sejam oriundas desta influência e, mais marcante ainda, é a borda extrovertida com ângulo interno bem marcado muito presente nas cerâmicas Tupi desta região. Tais elementos ocorrem até o norte da região Nordeste e, com menor evidência, para o conjunto Guarani (Infográfico 12). As carenas são mais comuns nas cerâmicas Tupi nesta região, assim como a presença de linhas incisas e os pontos em composições geométricas que lembram as pinturas Tupinambá. Os modelados zoomórficos foram adotados em menor proporção, mas não deixam de estarem presentes nas cerâmicas Tupi de diversas regiões do país (Panachuk & Carvalho, 2010; Chmyz, 2010). O sentido de influência contrário também parece ter ocorrido, já que alguns elementos das cerâmicas Tupi, como os acabamentos de superfície também aparecem nas cerâmicas borda-incisa deste interflúvio (Garcia, 2012; Zanettini Arqueologia, 2012).

A partir dessa consideração sobre as possíveis influências externas, muito além da língua, entendo que as diferenças entre as cerâmicas Tupi desta região, quando comparadas às do centro de origem (com base em Miller, 2009; Cruz, 2009,

Zimpel, 2009), vão além do que poderiam ter sido adquiridas de outros povos. Consequentemente, as inovações percebidas aparentemente são em sua maioria fruto dos próprios processos de transformação a que os conjuntos artefatuais estiveram submetidos, ou seja, as inovações neste conjunto devem ser entendidas como oriundas de mudanças internas dos próprios povos Tupi. Os falantes da língua Proto-Aweti-Tupi-Guarani instalados nesta região teriam se modificado gradativamente em relação aos demais Tupi. Por fim, teria havido a separação dos Aweti e Tupi-Guarani, que em separado também se modificaram diferenciando-se apesar de ainda terem permanecido nesta mesma região. Para os linguistas esta separação teria ocorrido por volta de 2500 AP (Rodrigues, 2000; Correa-da-Silva, 2010). Talvez não dissociado disso, se pode afirmar que só existem cerâmicas arqueológicas com as típicas características da “tradição Tupiguarani”, ou Guarani, Tupinambá, e Tupi norte-oriental com datas posteriores a 2700AP²¹.

Portanto, entendo a região entre os rios Tapajós e Tocantins como o local da gradual separação e deriva entre os povos Proto-Mawé-Aweti-Tupi-Guarani (ver Cladograma no Quadro 2). Enquanto o interflúvio Xingu-Tocantins pode ser considerado como um centro regional de grupos da família Tupi-Guarani, que posteriormente deram origem aos grupos historicamente conhecidos. Entendo esta região como o local onde, em situação de homeostasia, os falantes de Tupi-Guarani se expandiram gradualmente formando os conjuntos artefatuais atribuídos a eles.

Nessa região, o desenvolvimento dos elementos emblemáticos reconhecidos nos conjuntos artefatuais dos falantes do Tupi-Guarani podem ser entendidos como índices das transformações sociais que foram gradativamente conduzindo ao complexo quadro etnográfico conhecido e exposto por Nimuendaju (Mapa 18).

Ao passo que muitos grupos Tupi-Guarani permaneceram na região Tapajós-Tocantins em sua dinâmica de continuidade e mudança, outros grupos estenderam seus territórios gradativamente, por movimentos de longa distância, levando consigo os elementos materiais desenvolvidos nesta região. Dois destes grupos poderiam ser indubitavelmente denominados Proto-Tupinambá e Proto-Guarani. Uma origem em comum neste centro regional garante explicação para as semelhanças entre os

²¹ Única exceção a esta afirmação é o sítio Aldeia Tupi-Guarani de Morro Grande, em Araruama, com datas de até 2920±70 AP (Scheel-Ybert et al., 2008).

conjuntos Tupinambá e Guarani, proposta por Brochado (1984), permitindo entender tanto as semelhanças entre os dois conjuntos quanto suas diferenciações em relação aos demais conjuntos Tupi.

Pelo modelo sobre o qual refletimos nesta pesquisa, o início da expansão dos Proto-Tupinambá e Proto-Guarani provavelmente se deu a partir da região entre os rios Tapajós e Tocantins. No caso do Proto-Tupinambá (Quadro 10), é mais fácil manter a hipótese da rota prevista por Brochado (1984); mas é mais difícil para o caso Guarani, pois ainda não foram encontrados sítios com cerâmicas parecidas com as Guarani para o oeste amazônico como previsto por Brochado. Parece cada vez mais difícil pensar na expansão Guarani pelo oeste amazônico, talvez devamos voltar nossos olhos para os vestígios encontrados do norte até o sul do estado de Goiás (Pontim, 2004, 2011), já que são vestígios semelhantes aos do conjunto Tupi norte-oriental, e ao conjunto Guarani (Quadro 11).

A região aqui denominada como Proto-Tupinambá e Tupinambá coincide com a maior parte da região Nordeste e apresenta maior número de sítios relacionados aos falantes de línguas Tupi-Guarani em sua porção leste (entre o estado do Piauí e o litoral). Os estados do Maranhão e Piauí apresentam um número muito reduzido de sítios, ao passo que Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco apresentam altas concentrações de sítios, inclusive no sertão. Esta distribuição descontínua da densidade de sítios formando áreas de intensa ocupação intervalada por áreas de baixa ocorrência de sítios é que permite concluir pela possibilidade de movimentos de longa distância, com ocupações esparsas e com duração menor que as dos centros regionais.

Pensando os movimentos de longa distância, fica mais compreensível a baixa ocorrência de sítios entre o centro regional do interflúvio Xingu-Tocantins e o centro regional da região Nordeste. Deste modo, as populações Proto-Tupinambá teriam se movimentado da bacia do Tocantins para o nordeste brasileiro, utilizando movimentos de longa distância combinados com uma frequência de maior movimentação. Este estágio heterostático teria como consequência sítios arqueológicos de difícil localização tanto por suas dimensões quanto pela raridade (Renfrew, 2000a e b; Anthony, 1990, 2007). Além disso, com base nas vasilhas inteiras analisadas, é possível considerar que o conjunto cerâmico destes sítios

apresentaria elementos inicialmente mais semelhantes ao do centro regional do Xingu-Tocantins do que com o conjunto já tipicamente Tupinambá.

Fig. 10: Cerâmica MPEGR1-021 - Cannãa do Carajás, estado do Pará

Fig. 11: Cerâmica CPHNAR4-019 - Alto Alegre do Maranhão, estado do Maranhão

Aparentemente os movimentos de longa distância dos Proto-Tupinambá não ocorrem pelo litoral maranhense, mas a sul do paralelo 3°, por terem sido encontrados sítios com cerâmicas que remetem ao centro regional do Xingu-Tocantins nesta latitude no estado do Maranhão. Os sítios próximos ao litoral são tipicamente Tupinambá e provavelmente são oriundos de uma movimentação de retorno posterior como já apontado pelos dados etnohistóricos.

O mesmo posso dizer para o estado do Piauí em que os sítios Proto-Tupinambá se encontram longe do litoral. Ali só ocorrem sítios Tupi-Guarani nas proximidades do Parque Nacional da Serra da Capivara (Oliveira, 2000, 2009). Um deles é o sítio Aldeia da Queimada Nova, cuja datação de 1690±110 AP já fora utilizada por Brochado (1984) para justificar a antiguidade de ocupação no nordeste.

A região formada pelo sul do Ceará, centro e sul do Rio Grande do Norte, Paraíba e norte do estado de Pernambuco reúne um grande número de sítios que combinam elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, portanto Proto-Tupinambá, sendo aqui tratada como centro regional nordeste (Quadro 10). A ocupação nesta região parece ter se dado por movimentos de curta distância garantindo uma ocupação relativamente densa, sobretudo se considerarmos que é uma região semiárida, e talvez por isso os sítios estejam

preponderantemente localizados nas serras, chapadas e suas encostas, nichos ecológicos com maior disponibilidade hídrica.

O mais relevante nos conjuntos desta região são os elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, que ocorrem em concomitância, sendo que em alguns sítios preponderam os elementos mais amazônicos e em outros os elementos Tupinambá. Essa concomitância ocorre, inclusive, em uma mesma vasilha. Por exemplo, vasilhas com morfologia típica Tupinambá apresentam pintura com preenchimentos triangulares e retangulares, típicas da região Tupi norte-oriental; ou ainda vasilhas abertas com contorno quadrangular que apresentam bordas contraídas (Quadro 10).

A presença de vasilhas que parecem uma composição ou uma transição misturando elementos de vasilhas típicas do conjunto Tupi norte-oriental com as dos Tupinambá, remetem a um contexto de mudança, de transformação. Mais do que considerar que se trate de um fenômeno de convívio e troca entre dois povos diferentes, considero essa concomitância de elementos como índice da transformação dos conjuntos cerâmicos Proto-Tupinambá no conjunto que ficou conhecido como Tupinambá.

Os povos vindos do leste amazônico e instalados no sertão nordestino trouxeram os elementos típicos daquela região, que no percurso sofreram modificações, mas alguns persistiram (Quadro 10). Instalados no sertão a homeostasia se estabelece em pequenos núcleos individualizados, permitindo o desenvolvimento de seu modo de vida tradicional e a expansão por meio dos movimentos de curta distância. Longe das influências do núcleo regional de origem os processos de deriva ocorreram e como consequências formaram-se algumas línguas dentre elas o Tupinambá, portadores do conjunto cerâmico atribuído a eles.

Tudo indica que os povos que chegaram ao sertão nordestino já carregavam algumas vasilhas com morfologias semelhantes a Tupinambá, mas ainda com elementos amazônicos e sem as típicas composições estruturais da cerâmica Tupinambá. No entanto, a cisão que teria dado origem ao grupo do qual derivou o Tupinambá como o conhecemos parece ter ocorrido na região que denomino com centro regional nordeste. No sertão estão os sítios com mais características

semelhantes ao leste amazônico, enquanto que no litoral os sítios apresentam mais características típicas do conjunto Tupinambá.

Aparentemente os grupos Proto-Tupinambá que ocuparam esta região estavam muito bem estruturados e com o ambiente domesticado o suficiente para dominarem a região por muito tempo. Mesmo após a cisão da qual teriam derivado os Tupinambá estes grupos ainda permaneceram dominando o sertão, já que seu conjunto cerâmico continuou se desenvolvendo em paralelo ao dos Tupinambá na região Nordeste e, por consequência, existem datações concomitantes para os sítios com ambos conjuntos de características. A cisão do Proto-Tupinambá deu origem a pelo menos dois grupos: um que derivou nos Tupinambá; e outro que derivou em um grupo que denominarei provisoriamente como Tupi-Guarani do nordeste.

As pesquisas até o momento permitem apontar o Estado de Pernambuco como o limite mais ao sul para os Tupi-Guarani do nordeste, como percebido por Oliveira (2009). Ainda não é claro se as populações responsáveis por estes conjuntos cerâmicos perduraram no interior do nordeste até a chegada dos europeus. O mais provável é que não, pois não são mencionados na documentação, que atribui a ocupação do interior principalmente a grupos Kariri.

Por se tratar de um fenômeno marcado pela transformação, os tipos ainda não conseguem dar conta plenamente de caracterizar os grupos nesta região. A transformação dos elementos típicos de um grupo naqueles do outro estão presentes nos sítios variando apenas seus percentuais. A ampliação das pesquisas regionais, análises tecnológicas mais acuradas com um bom quadro de datações, dedicando mais de uma medida para cada evento poderá estabelecer um processo histórico regional que dê conta dessa diferenciação para os sítios Tupi no nordeste.

Quadro 10: Semelhanças entre as cerâmicas no eixo Oeste-Leste

Do centro regional nordeste, os Tupinambá já com as suas características teriam realizado uma série de movimentos de longa distância para se estabelecer no litoral norte nordestino e no sertão, em áreas de serra ou onde a “mata branca” era mais alta. Para o sul os movimentos de longa distância parecem iniciar nas proximidades da calha do rio São Francisco e depois pelo interior e até o litoral.

Há uma sensível diferença entre os conjuntos cerâmicos Tupinambá do norte e do sul do Estado de Pernambuco. Por exemplo, na parte sul é maior a frequência de vasilhas com capacidade acima de 20 litros e mais profundas, assim como é maior a ocorrência de acabamentos plásticos. Esta diferenciação me parece compatível com uma divisão interna, quando os Tupinambá já estariam com muitas de suas características desenvolvidas, tendo um dos grupos permanecido a norte enquanto a outra parcela se dirigiu para sul. Talvez tenha sido esta a centelha inicial do movimento de Tupinambá para sul e cuja deriva teria levado a diferenciação daqueles que permaneceram no norte da região Nordeste.

Talvez, por este motivo, no interior da Bahia conta-se com um conjunto Tupinambá que já apresenta as características mais típicas descritas por Brochado (1984), cujas morfologias e os acabamentos de superfície e a relação entre eles é uma constante nos sítios Tupinambá da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Exemplo são as vasilhas duplamente cambadas e os grandes *camuci* de ombro escalonado. Ao norte são raras as vasilhas profundas de grande volume, principalmente no sertão. Porém, do norte da Bahia para o sul, são comuns as grandes *nhaempepó* e os *camuci* com corpo cônico e bases arredondadas.

Além disso, posso mencionar as *nhaempepó* de formato piriforme que parecem ter ocorrência limitada na região Sudeste, com o seu formato semelhante às vasilhas associadas aos grupos Jê (tradição Aratu-Sapucaí), com quem os Tupi devem ter mantido contato por muito tempo nesta região. Outras variações dentro do conjunto Tupinambá ocorrem no nordeste do estado de São Paulo onde não são encontradas vasilhas quadrangulares e há uma variação bem diferenciada das vasilhas duplamente cambadas. Como já sugeri acima, esta diferença regional poderia resultar do prolongado contato com as populações Guarani; e segundo a diferenciação linguística proposta por Rodrigues (2000), poderia ser fruto das diferenças entre os Tupinambá e populações falantes do Tupinikin.

A movimentação da população Tupinambá de norte a sul, juntamente com o fato de haver uma diferenciação na cerâmica do estado da Bahia para sul, leva-me a refletir sobre a possibilidade de ter existido um centro regional nas proximidades da microrregião de Jacobina, onde estão município de Morro do Chapéu, local de origem de um conjunto com vasilhames bem característicos dos Tupinambá ao sul. Ao que parece a partir da deriva ocorrida neste centro regional os grupos teriam se deslocado utilizando essencialmente os movimentos de curta distância, chegando ao litoral e aos estados de Minas Gerais, sul de Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, nordeste do Mato Grosso do Sul e sudeste do Mato Grosso (Mapa 17). Com exceção do nordeste paulista todas estas regiões apresentam cerâmicas com características muito semelhantes, apontando para o desenvolvimento a partir de um ponto em comum o qual sugiro como sendo o centro norte baiano.

Por todos os estados mencionados no parágrafo anterior existe uma grande semelhança nos conjuntos cerâmicos, faltando-nos ainda pesquisas pormenorizadas e capazes de identificar regionalismos nos conjuntos. Estas diferenças regionais poderiam ser perceptíveis, tanto por variação temporal ou variabilidade geográfica. Além disso, sugiro como hipótese que seria possível distinguir diferenças regionais nas cerâmicas quando associadas aos etnônimos conhecidos para os grupos Tupinambá do século XVI. A divisão dos grupos falantes da língua Tupinambá que foi registrada nas documentações do século XVI tais como Tamoio, Temiminó, Tupinambá, Tobajara, Caeté, Tupiniquim, entre outras poderia guardar relação com as divisões sócio-políticas, a exemplo dos *guará*, como caso Guarani (Noelli, 1993). Pensando desta forma seria esperado que a análise comparativa dos diferentes estilos tecnológicos em sítios datados próximos do século XVI e nas regiões historicamente documentadas, tornaria possível distinguir conjuntos cerâmicos Tamoio, Temiminó, Tupinambá, Tobajara, Caeté, Tupiniquim, entre outros. O reconhecimento do processo histórico, com a definição dos conjuntos, revelaria tanto as relações internas, quanto as subdivisões dos grupos de língua Tupinambá. Ou seja, a distinção dos mesmos em relação a seus antepassados, traçando relações de ascendência/descendência, permitindo uma construção histórica cada vez mais precisa.

Devido à presença de elementos emblemáticos típicos das regiões Nordeste e Sudeste, os sítios com cerâmicas Tupinambá nos estados de Goiás, Mato Grosso

e Mato Grosso do Sul parecem ser mais recentes. A ocupação Guarani poderia ter freado a expansão para o sul, levando os Tupinambá a uma expansão para oeste. Ou ainda, possibilitado um avanço maior para o interior após os conflitos e epidemias desencadeados com a chegada dos europeus.

Como região tradicional dos povos Tupinambá é previsto, e parece seguro, a existência de vários centros regionais com intensa ocupação por meio de expansão por movimento de curta distância e covariação dos conjuntos cerâmicos. Assim se pode vislumbrar pelo menos três centros regionais: 1) no interior do estado da Bahia; 2) em parte do estado do Rio de Janeiro e na Zona da Mata de Minas Gerais; 3) no nordeste paulista.

Até agora, a partir dos dados levantados e descritos no capítulo três e na primeira parte deste, pude traçar um percurso possível das populações Tupinambá e sua ligação genética com populações saídas da Amazônia. Assim, refletindo sobre a saída dos Proto-Tupi-Guarani do atual estado de Rondônia, sua deriva em Tupi-Guarani entre os rios Tapajós-Tocantins, donde saíram os Proto-Tupinambá em direção à região Nordeste onde mais uma vez se dividiu transformado no que se conhece como Tupinambá. Após esta gênese Tupinambá na região Nordeste outra deriva originou uma parcela que se manteve na porção norte da região e outra que seguiu para sul até seu embate com os Guarani. Considerados como descendentes de um mesmo grupo e separados provavelmente por divergências que os fizeram inimigos já na origem, os Guarani e os Tupinambá, teriam permanecido se transformando em separado por milhares de anos e ao se encontrarem permaneceram tão inimigos como na origem. A ponto de serem utilizados por Portugal e Espanha com marco divisório entre as nações no início do processo colonizador europeu (Edelweiss, 1947: 52).

As semelhanças entre os conjuntos Guarani e Tupinambá não permitem que se trace uma origem em separado para eles, pois ambos têm a mesma matriz cultural (Métraux, 2008; Brochado, 1984). Esta afirmação tem firmes argumentos na cultura material (Hartt, 1885, Métraux, 2008; Brochado, 1984) e na linguística desde Martius (1867) até Rodrigues (2000 e Rodrigues e Cabral, 2012) e, portanto, deve sempre servir de ponto de partida para pensarmos a história destes dois povos.

Ao longo desta pesquisa pude avaliar que o conjunto cerâmico que guarda maiores semelhanças com aquele definido como Guarani por Brochado (1984) é o que aqui denominado como Tupi norte-oriental, mais precisamente o da região sudeste do estado do Pará. Talvez, as semelhanças sejam até maiores do que entre o conjunto Guarani e Tupinambá, necessitando de mais pesquisas para melhor avaliarmos esta afirmação. O fato de haver um conjunto cerâmico tão semelhante ao Guarani próximo a região prevista pelos linguistas como de origem das línguas Tupi-Guarani reforça e robustece as propostas de proveniência das teorias da linguística.

Fig. 13: MPEGR1-002 - Estado do Pará

Fig. 12: MAEPRR1-069 - Estado do Paraná

Portanto, o local de origem do Proto-Guarani teria sido a mesma região mencionada como de origem para o Proto-Tupinambá, ou seja, entre os rios Tapajós e Tocantins limitadas pelos paralelos 5 e 10°. Desta região, como vimos, os Proto-Tupinambá teriam rumado para leste enquanto todos os modelos preveem que os Proto-Guarani teriam seguido para sul acompanhando os rios Guaporé e Paraguai. Mesmo para Mello & Kneip (2005) que indicam um centro de origem Tupi-Guarani longe do atual estado de Rondônia mantem esta rota. Contudo nenhum vestígio arqueológico até então encontrado em Rondônia pode ser claramente associado aos Guarani ou seus ancestrais imediatos.

Uma outra possibilidade seria a passagem destes povos por terras boliviana, Pärssinen (2005) aponta uma antiguidade considerável para a ocupação Guarani, contudo, não fica claro se a cerâmica encontrada por ele é realmente Guarani ou de outro grupo próximo aos Guarani. Pois, a região pesquisada por Pärssinen (2005) está inserida numa área tradicionalmente ocupada pelos Chiriguano uma das populações mais próximas aos Guarani e que segundo Rodrigues (1984, 2000) seriam uma derivação dos falantes do Guarani. Sabe-se pouca coisa sobre a

história da ocupação Guarani em terras bolivianas e dos conjuntos cerâmicos a eles associados. Portanto escolher a Bolívia como área de passagem parece simplesmente evitar o problema.

Uma hipótese mais expedita a se testar seria a dos Proto-Guarani seguindo a montante dos rios Tocantins-Araguaia até a bacia Paranaíba-Paraná e/ou São Lourenço-Paraguai. Entendo os rios aqui mencionados apenas como recurso explicativo, pois não parece que nenhuma das movimentações relacionadas aos Tupi tenha se limitado aos rios, pois os interflúvios sempre parecem ter sido ocupados primeiro ou simultaneamente aos rios na medida que o ambiente como um todo era domesticado.

Sugiro esta rota pelo centro do Brasil com base essencialmente nos vestígios que foram encontrados ao longo desta faixa. De norte a sul há um contínuo de cerâmicas com as mesmas características desde o sudeste amazônico até o norte de Goiás, onde se encontram cerâmicas, que apesar de algumas diferenças, remetem as cerâmicas encontradas no entorno do município de Marabá (PA) e já apresentam uma série de elementos semelhantes as Guarani. Até a altura do paralelo 15° estas são as cerâmicas relacionadas aos Tupi mais comuns nesta região, ao sul deste ponto tem-se muito sítios que podem ser atribuídos a populações Tupinambá tardias. Mesmo entre o material Tupinambá encontram-se indícios das cerâmicas com características do sudeste amazônico até o paralelo 18°, quase na divisa de Goiás com Mato Grosso do Sul. A região de ocupação Guarani, confirmada por sítios arqueológicos, se dá a partir do paralelo 22°, portanto, quase tem-se uma ligação com a área de ocorrência de cerâmicas com características amazônicas do sul de Goiás (Quadro 11).

São poucas as informações do alto Tocantins-Araguaia com relação às cerâmicas ligadas aos Guarani, ainda assim são mais do que tem-se para a bacia do Madeira-Guaporé ou para o território da Bolívia. Situação que pode ser alterada com o desenvolvimento de pesquisas no interior da Bolívia ou no centro do estado de Mato Grosso. Até que isso aconteça considero, para fins de modelamento, como rota dos Proto-Guarani as bacias do Tocantins-Araguaia interligadas com a do Paraná-Paraguai.

Dos altiplanos de onde nascem estas duas grandes bacias os Guaraní já com suas principais características seguiram para o sul acompanhando as bacias São Lourenço-Paraguai, Parnaíba-Paraná e o interflúvio entre estas. Desta forma, fica compreensível a ocupação do estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Devido aos poucos sítios é possível considerar que teria havido movimentos de longa distância por esta região, apenas na proximidade da calha do rio Paraná, ao sul da foz do rio Tiete pode-se identificar maior número de sítios indicando expansão por movimentos de curta distância que permitiram o domínio e domesticação de vastas regiões no sul do Brasil, Argentina e Uruguai.

Sabe-se que a maior parte do estado do Paraná, incluído o oeste paulista apresenta indícios de ocupação maciça por povos Guaraní. A expansão para o sul parece só ter sido interrompida no oeste do estado de Santa Catarina (Noelli, 2004), região de campos naturais para onde os Guaraní teriam empurrado as populações Jê, representadas arqueologicamente pela tradição Taquara (Rogge, 2004) para o sul, descendo a bacia do rio Paraná e entrando na bacia do rio Uruguai, os Guaraní foram ocupando as áreas cobertas por florestas, expulsando as populações que ali viviam, como as da tradição Umbu e Itararé-Taquara (Noelli 1999, 2004).

Enquanto que a bacia do rio Ijuí e encostas do Planalto Meridional se estabeleceu ampla ocupação por longo período, nas regiões litorâneas do sul do Brasil, no baixo rio Uruguai, no território do Uruguai e nas regiões mais a oeste, como Santa Fé, Argentina, foram as últimas a serem ocupadas pelos Guaraní (Bonomo, Angrizani, Apolinaire, Noelli, no prelo).

Como região amplamente estudada do ponto de vista arqueológico e etnohistórico as pesquisas no sul do Brasil proporcionam um conhecimento apurado sobre os vestígios arqueológicos Guaraní. Além de coleções com muitos vestígios, os trabalhos de campo visando avaliar diferenças regionais entre os conjuntos e os sistemas de apropriação do meio ambiente, garantem um grande avanço nos conhecimentos destas populações e de sua história.

O quadro apresentado sobre centros de origens e os processos de deriva e expansão populacional aqui apresentado é entendido como transitório conforme a disponibilidade dos dados empíricos. As proposições aqui apresentadas poderão ser enriquecidas e/ou modificadas com os demais dados existentes que aqui não foram

contemplados, bem com os resultados de novas pesquisas documentais e de campo.

O avanço que espero ter alcançado com esta pesquisa, de fato, é suscitar discussões sobre as regiões aqui estudadas, entendendo tais discussões como fundamentais para a compreensão dos processos de gênese e expansão envolvidos na história de longa duração das populações Tupi.

Quadro 11: Semelhanças entre as cerâmicas no eixo Norte-Sul

Considerações finais e sugestões para pesquisas futuras

Esta tese foi desenvolvida para revisar, testar e organizar conjuntos artefatuais cerâmicos através da variabilidade/variação espacial/cronológica das morfologias/acabamentos de superfície, para permitir conhecer melhor os processos de continuidade e mudança das vasilhas durante a expansão das populações Tupi. A metodologia aplicada permitiu verificar a existência de derivas que resultaram em especificidades regionais interligadas por elementos emblemáticos, como está demonstrado no capítulo 3. O mapeamento dos elementos emblemáticos auxilia na compreensão dos processos que levaram ao surgimento dos conjuntos regionais. Isto é, o processo de deriva contém um fluxo que vai do passado ao presente e, ao futuro, que podem ser compreendidos pelo arqueólogo que investiga um processo histórico pretérito. Um conjunto regional guarda em si tanto o passado, com os elementos herdados de conjuntos anteriores, quanto possui elementos do presente, de um período específico, que podem ser transmitidos aos conjuntos que o sucederem perfazendo o futuro.

Um dos grandes desafios desta tese foi olhar para os dados disponíveis de forma cartesiana, e tentando perceber neles as informações que permitissem a construção de uma história profunda cheia de transformações graduais e, portanto, nada fáceis de encaixar em divisões rígidas. Para as pesquisas futuras fica o desafio de não teorizar sobre uma realidade estática, sendo essencial buscar pela dinâmica das populações e seus reflexos na cultura material. Além de caracterizar os conjuntos aqui estudados minha intenção foi avaliar como o grau de diferença e semelhança entre os conjuntos pode ser entendido como resultado de mudanças socioculturais ao longo da história destes povos.

Os resultados dessa pesquisa, como esperado, não são muito diferentes do que já se sabia anteriormente, o que é positivo, pensando em encadeamento de ideias e teorias. Como conhecimento cumulativo os dados e

interpretações foram expostos buscando acrescentar elementos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos modelos já construídos.

O mais difícil ao realizar uma pesquisa pensando em encadear ideias e resultados anteriores é a falta de uniformização mínima na coleta e publicação dos dados pelos pesquisadores. Sendo este um dos maiores problemas em relação ao uso dos resultados das mais diversas fontes pesquisadas. Por este motivo o esforço aqui realizado para expor o contexto teórico e metodológico em que inseri esta tese justifica-se como tentativa de iniciar um programa que possibilite no futuro a constituição de uma Arqueologia Tupi, visando a restituição histórica de longa duração dos povos associados ao tronco linguístico Tupi.

Após estabelecer como utilizar e quais as unidades básicas de dados são necessárias para o aprimoramento de nosso conhecimento sobre as populações pretéritas poderemos nos debruçar sobre o passivo das pesquisas até então realizadas. É uma realidade patente que existe um grande passivo em relação ao que já foi retirado do registro arqueológico e o que foi produzido como conhecimento. Mesmo falando apenas da arqueologia acadêmica muito do que foi coletado ou do que existe, depositados nos museus nunca foi estudado de forma diligente e com o objetivo de contribuir com o conhecimento sobre as populações do passado. Soma-se agora toneladas anuais de vestígios que chegam as instituições devido as atividades da arqueologia empresarial, que cumpre sua tarefa de resgatar uma parcela da cultura material enterrada, mas quase nunca vai além disso. O conhecimento que poderia ser produzido fica relegado a posteriori, e mesmo assim corre o grande risco de nunca ser possível produzir sínteses a partir destes dados, não devido a metodologias pífias ou negligência curatorial, mas sim pela inacessibilidade das informações produzidas, primeiramente pela própria incapacidade das instituições ou empresas em responderem aos pesquisadores interessados sobre as coleções depositadas, em segundo lugar ao fato de que são eficientes em escavar e guardar não para fomentar o conhecimento.

Parece exagero, mas é com consternação que teço estas afirmações, pois iniciei esta pesquisa achando que as maiores contribuições para os

modelos viriam de novas informações oriundas de atividades da arqueologia empresarial. Inclusive porque parte da ideia inicial realmente nasceu de uma atividade de arqueologia empresarial que eu mesmo havia tomado parte. Contudo ao longo da pesquisa percebi que assim como muitas instituições acadêmicas as empresas nunca se preocuparam em articular os dados adquiridos. Raras são as instituições acadêmicas ou empresariais que dispõem de acervos organizados, sejam de vestígios ou de documentos. Raras são as situações em que podemos chegar em uma instituição e solicitar acesso a um relatório ou artefato específico e os recebermos de imediato. Parece que o vício de várias instituições acadêmicas passou para a estrutura das empresas de arqueologia, vício da ineficiência em administrar os acervos documentais e de artefatos. Muitos órgãos estaduais e federais também não dão conta de proporcionar acesso às informações, sobre as quais eles foram criados para gerir e preservar, garantindo acesso e fomentando pesquisas. Quiçá não seja este um vício nosso, dos arqueólogos, sobre o qual se deva refletir: será que sou capaz de reportar a um colega as principais informações sobre os sítios arqueológicos dos quais fui responsável ao longo de minha carreira? Como pesquisador consigo concatenar tudo o que escavei, produzi e publiquei em prol de um objetivo?

Uma empreitada como a que esta tese exigiu permite ter uma visão de como os acervos e documentos veem sendo tratados e aproveitados para pesquisa. Por não ser uma visão muito positiva, nos obriga a refletir sobre nosso papel para tentar mudar esta situação, nem que seja organizando nossa própria papelada.

Devido a forma desordenada como nós arqueólogos estamos tratando nossos documentos orientei minha pesquisa por meio de modelos já minimamente ordenados, sejam eles arqueológicos, etnográficos ou linguísticos. A linguística tem se demonstrado uma indispensável aliada para a formulação de hipóteses plenamente testáveis, por indicar não apenas as semelhanças e diferenças entre as línguas em sua relação genética, mas também contribuir desde a reconstrução de palavras e seus significados culturais até os processos de deriva e relação com outras populações. Ela permite a construção de uma história profunda com encadeamento de

acontecimentos já precisamente enredados. Contudo, para nós arqueólogos os enredos da linguística devem ser encarados realmente como hipóteses testáveis e considerados em nossas observações de campo e de análise, pois como vimos, parece que está sendo possível confirmar a região de Rondônia como centro de origem do tronco linguístico, assim como a possível deriva Tupi-Guarani fora deste estado. Contudo, por meio da arqueologia tem sido descartada a possibilidade de uma passagem Guarani e Tupinambá pelo rio Guaporé. A relação dos proto-Aweti-Tupi-Guarani com populações de língua Karib pode ser ainda melhor avaliada do ponto de vista de sua visibilidade na cultura material, e como apontamos pode ser essencial para a localização de onde estavam os antepassados dos Guarani, Tupinambá e demais línguas Tupi-Guarani, melhorando nossa compreensão do processo de deriva e de expansão destes povos.

Podemos avaliar que o modelo proposto por Meggers et al., (1988) utilizou acertadamente as conclusões da linguística com relação ao centro de origem do tronco, contudo se ressentia dos mesmos problemas que os linguistas, ou seja, a falta de dados arqueológicos que confirmem uma expansão conjunta dos Tupinambá e Guarani pelo interior do continente. Partindo da análise da cerâmica, dificilmente isto pode ser confirmado devido às diferenças que existem entre os dois conjuntos na ampla faixa de “fronteira” presente nos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Além disso, não foram encontrados no registro arqueológico conjuntos cerâmicos que apresentem as transformações gradativas previstas caso um derivasse do outro.

Quanto ao modelo de Brochado parece certo que o centro de origem do tronco Tupi não está na Amazônia Central, como quis ele manter de acordo com Lathrap (1970), mas ainda resta saber se esta não seria a região onde teria se originado a policromia tão relacionada aos Tupi quanto a outros grupos amazônicos (Moraes & Neves, 2012; Neves et al., no prelo). Assim como parece improvável que a relação Miracanguera-Marajó-Tupinambá seja tão direta, não sabemos ainda os motivos para as semelhanças, mas não devemos desconsiderar as profundas diferenças e a falta de dados que confirmem uma relação genética mais direta. Quanto a expansão dos Tupinambá para leste e

depois para o sul à luz dos novos dados, parece ser a mais plausível, desde que se considere que os grupos que saíram da Amazônia ainda não possuíam todas as características Tupinambá e que só após um período na região Nordeste houve a deriva que lhes originou. Quanto aos Guarani não podemos afirmar como Brochado que a expansão se deu pelo Guaporé, devido aos poucos vestígios encontrados na região que podem ser relacionados aos Tupi. No modelo de Brochado elementos como o corrugado e as formas cônicas e carenadas com bordas extrovertidas típicas do conjunto Guarani, teriam seu desenvolvimento a partir do contato com os povos da Bolívia e do Chaco e, portanto, justificando o posicionamento de sua rota junto à fronteira Brasil-Bolívia. Como os dados disponíveis atualmente para o leste amazônico, eram desconhecidos na época da tese de Brochado, agora sabe-se que nesta região estão presentes os elementos descritos como tendo sido apropriados nas terras bolivianas. O que nos leva a deduzir que provavelmente foram apropriados ainda na região do centro de origem do tronco Tupi. Além disso, mesmo em menor proporção, a cerâmica Tupinambá também apresenta estes elementos. O modelo de Brochado dá conta dos processos de expansão Guarani e Tupinambá de forma bem completa e incluo aí minha concordância a respeito da expansão Chiriguano do Paraguai para a Bolívia após a formação dos elementos da cultura Guarani.

As contribuições de minha pesquisa se dão sobretudo na aquisição e demonstração de dados que deem subsídios para confirmações ou negações daquilo proposto nos modelos, permitindo um olhar mais crítico a partir dos dados empíricos disponíveis. Infelizmente no tempo de realização da minha tese não foi possível reunir todas as informações disponíveis, mas busquei amostrar de forma compatível as regiões que pareceram mais críticas nos modelos. Espero que a minha contribuição tenha tornado um pouco mais inteligível a existência de diferenças regionais nos conjuntos que são passíveis de mapeamento e de atribuímos relações derivativas umas com as outras. Também procurei apresentar a necessidade de se conhecer o que já está disponível nas reservas técnicas dos museus e utilizá-las na concepção de novas pesquisas.

Obviamente sei que vários pontos ficaram sem respostas e que diversas dúvidas ainda precisarão ser investigadas e solucionadas a partir do modelamento aqui proposto. De soslaio, posso mencionar: 1) o fato da variação percentual dos acabamentos de superfície de sul para norte no conjunto Tupinambá; 2) a ausência de uma região que apresente claramente os elementos transitórios de um conjunto Proto-Guarani para o Guarani; 3) a possibilidade de não ter havido grande mudança e sim uma continuidade entre o conjunto cerâmico do leste amazônico e o conjunto Guarani; 4) traçar melhores relações no processo de mudança do conjunto Proto-Tupinambá para o Tupinambá na região Nordeste; 5) compreender o que teria ocorrido com os grupos responsáveis pelos elementos Proto-Tupinambá já que parecem não terem persistido até o século XVI; 6) avaliar as diferenças internas nos conjuntos cerâmicos Tupinambá, Guarani e Tupi do Norte.

Muitos outros pontos ainda precisam de esclarecimentos e poderiam ser esclarecidos pelos dados que já estão em coleções ou ainda precisarão de novas pesquisas de campo. O certo é que para cada um destes pontos podemos sugerir trabalhos profícuos para pesquisas futuras.

Mesmo com problemas não solucionados os resultados obtidos são compatíveis com a hipótese suscitada e contribuíram significativamente para a compreensão do objeto estudado. Portanto, a continuidade deste tipo de pesquisa parece promissora em auxiliar nos esclarecimentos sobre os povos Tupi. Como dito, não foi possível visitar todas as instituições no Brasil que dispõem de vasilhas inteiras ou semi-inteiras e nenhuma foi visitada no exterior, seja nos países vizinhos ou coleções na Europa. Apesar dos quase cinco mil sítios contabilizados e quase setecentas datações, sabemos que muitos relatórios, teses, dissertações e pesquisas futuras ainda poderão contribuir com acréscimos, num processo de perpétua atualização.

Devido à esta incompletude patente e a própria natureza transitória dos quadros de síntese posso elencar sugestões de pesquisa que, a meu ver, muito contribuirão com um quadro geral sobre o conhecimento dos vestígios associados as populações Tupi. Cada uma das sugestões abaixo tem subsídios e escopo suficiente para constituírem dissertações ou mesmo teses:

- sistematização e análise dos conjuntos cerâmicos de grupos Tupi etnográficos, incluindo iconografia, bibliografia e coleções, relacionando os conjuntos cerâmicos a história de cada grupo;

- sistematização das informações sobre sítios e vestígios arqueológicos relacionados aos Tupi em cada estado brasileiro em que ocorrem, tomando como base a documentação histórica e linguística que se acrescentaria aos dados arqueológicos por meio da espacialização dos sítios, das datações e as características da cultura material. Pensando nos estados brasileiros poderíamos ter pelo menos 23 trabalhos que individualmente seriam boas sínteses regionais e em conjunto a compilação do atual conhecimentos sobre o registro arqueológico destes povos. O mesmo poderia ser pensado para as regiões da Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai;

- para a região Nordeste brasileira temos a possibilidade de testar as semelhanças e diferenças dos conjuntos aqui individualizados como Tupinambá e Proto-Tupinambá. Trabalho essencialmente desenvolvido sobre as coleções já existentes, buscando avaliar a presença dos elementos emblemáticos de cada um destes conjuntos, sua concomitância, espacialização e quando possível distinções cronológicas;

- para o estado de Goiás percebemos a presença de cerâmicas semelhantes às dos Tupi Norte-Orientais em maior concentração no norte do estado, mas também sua presença no sul. Além disso, a presença de cerâmica Tupinambá no sul do estado nunca foi adequadamente estudada sendo apenas enquadrada como uma fase por Schmitz e Fensterseifer (1975). Um trabalho com foco na cultura material Tupi disponível nos acervos deste estado permitiria a clarificação de possíveis fenômenos de fronteiras ou mesmo a confirmação ou negação da região ter sido utilizada pelos antepassados dos Guarani para sua saída da Amazônia em direção a sul;

- para o estado do Mato Grosso temos que considerar estudos que primem por caracterizar os conjuntos já resgatados nos trabalhos de campo de Wüst (1990) e Ronbrahn-González (1996), aparentemente depositados numa mesma instituição em Goiânia. A classificação destes e de outros sítios detectados neste estado são de grande importância para certificar ou negar

possíveis regiões de expansão a partir da Amazônia. Ou a possibilidade de grupos Proto-Guarani terem se derivado no que conhecemos como Guarani neste território, ou mesmo a extensão e relação da ocupação Tupinambá que parece ter se estendido até o rio Culuene nas cabeceiras do Xingu;

- para o estado do Mato Grosso do Sul conhece-se bem os sítios próximos a calha do rio Paraná e alguns localizados nas proximidades do Pantanal, mas bem pouco foi escrito sobre o fenômeno de fronteira entre Guarani e Tupinambá (Martins & Kashimoto, 2008) que parece evidente como continuidade do que ocorre no estado de São Paulo. Seria possível ainda avaliar a possibilidade de existência de diferenças nos conjuntos cerâmicos já caracterizados como Guarani que para norte do estado do Mato Grosso do Sul, já que parecem ter ligeiras diferenças em relação a aqueles presentes nos estados mais a sul, inclusive com elementos que lembram cerâmicas amazônicas, e portanto podendo ser reflexo dos momentos finais de deriva a partir dos grupos Proto-Guarani.

- para o estado de São Paulo, óbvio seria realizar um mapeamento mais preciso dos sítios relacionados aos Guarani e aos Tupinambá a partir das características dos conjuntos cerâmicos. Ao que parece os Tupinambá atingiram região bem mais ao sul do que a bibliografia normalmente lhes admite. Além disso, partindo do modelo de Rodrigues (2000), com respeito a uma diferenciação Tupinikin em relação aos Tupinambá, poderia ser avaliada a existência de diferenças na cultura material, portanto, considerando o estado de São Paulo como portador de uma fronteira entre três grupos Tupi diferentes. Ambas as propostas de mapeamento e entendimento dos fenômenos de fronteiras poderiam ter por base não apenas a arqueologia, mas também a etnohistória e linguística, desenvolvendo-se um trabalho como uma perspectiva mais etnográfica ao discutir os modelos de ocupação e formação de território (e.g. Zedeño, 1997);

- o estado do Pará por sua extensão e complexidade de trabalho poderia ser alvo de diversos projetos. Um dos quais poderia se ocupar em localizar e caracterizar os conjuntos artefatuais associados aos antepassados de cada um dos grupos Tupi ainda viventes neste estado. Produtivo também seria investir

na verificação da hipótese de uma relação da população Proto-Aweti-Tupi-Guarani com Karib e sua possível visibilidade arqueológica. Em conjunto poderia ser buscado vestígios que demonstrassem tanto as transformações que teriam se dado nas transições entre populações Tupi para Tupi-Guarani (Mello & Kneip, 2005), quanto dentro da família Tupi-Guarani para as demais línguas, incluindo aí os Proto-Guarani e Proto-Tupinambá. Como ainda não foi possível detectar uma região com traços Proto-Guarani, sendo o sudeste do Pará até então o único lugar com elementos amazônicos associados a morfologias emelhanes à Guarani poderia ser averiguado a possibilidade de nesta região ter havido à deriva dos Proto-Guarani para os Guarani;

- para o estado de Rondônia os desafios são grande e temporalmente profundos, desatar o Nó Górdio não será simples, talvez o mais prudente seja conhecermos as características das cerâmicas dos povos Tupi existentes na atualidade e tentar avaliar as transformações destes conjuntos para o passado até os mais antigos que possamos identificar. O objetivo é evitar o quadro de lapso que afronta-nos atualmente, ou seja, os conjuntos associados aos Tupi no estado de Rondônia datados entre 4 e 5 mil anos, não podem ser associados a nenhum dos outros conjuntos Tupi já estudado, e que sempre apresentam datas inferiores a 2700 AP com características muito diferenciadas entre si. Vemos em trabalhos como o de Miller (2009) a possibilidade de lidarmos com muitas vasilhas inteiras ou semi-inteiras permitindo boa caracterização dos conjuntos que inicialmente poderiam ser comparadas com as cerâmicas associadas a falantes de língua Tupi não Tupi-Guarani e posteriormente com os conjuntos dos Tupi-Guarani.

Os pontos elencados acima são apenas parcelas de um todo, podendo, no entanto, contribuir significativamente para conhecermos de forma mais precisa a história das populações do tronco Tupi. Quero frisar neste ponto a necessidade de um programa específico de estudo dos vestígios modernos e dos arqueológicos associados aos povos indígenas etnográficos, ao qual proponho chamar de “arqueologia reversa”. Reversa no sentido de ser um conhecimento construído a partir do estudo de conjuntos mais recentes, se possível etnográficos, vinculando a conjuntos gradativamente mais antigos, ou seja, conjuntos do presente, passado imediato e passado remoto. Isto

permitiria mantermos a conexão entre conjuntos muito antigos e aqueles dos povos com os quais temos contato. Uma arqueologia reversa, portanto, seria buscar entender a partir da atual situação das populações indígenas a sua história em gradual regressão temporal. Esta perspectiva de pesquisa nos permitiria não apenas entender os processos de continuidade e mudança nos conjuntos cerâmicos, como também conhecer como teriam sido no passado os conjuntos cerâmicos dos povos que conhecemos e quais as possíveis correlações com conjuntos de outros povos.

Ao longo deste trabalho busquei por uma história que contemplasse as populações do tronco Tupi, contudo, como um bom observador pode perceber, o resultado foi um peso maior em relação as populações de língua Tupi-Guarani. À parte o fato dos falantes destas línguas terem sido os que mais se espalharam geograficamente (Urban, 1992), contando com um maior contingente de indivíduos e, conseqüentemente, de vestígios ao longo da história, realmente parece que na atualidade dispomos de mais dados para os Tupi-Guarani do que para os demais integrantes do tronco Tupi. Isto é uma verdade para os estudos linguístico que apresentam melhores classificações para os Tupi do ramo oriental no qual tem grande peso a família Tupi-guarani (Correa-da-Silva, 2010b), apenas recentemente têm se ampliado as classificações internas nos grupos do ramo ocidental (Corrêa-da-Silva, 2010 e Galucio et al. no prelo). Em termos de informações etnográficas e etnohistóricas também parece ser maior o número de estudos e relatos sobre o ramo oriental com ênfase nos Guarani e nos Tupinambá. Para os estudos arqueológicos não é diferente, pois até então as pesquisas desenvolvidas priorizaram uma arqueologia da tradição Tupiguarani ou dos povos Tupinambá e Guarani.

Considero a oportunidade agora de cruzar o limiar de uma nova perspectiva para a Arqueologia Tupi desde que se iniciem programas que busquem por uma arqueologia Asurini, Munduruku, Kayabi, Araweté, Juruna, Ariken, Puroborá, Cinta-Larga, Zoró, Suruí e de outros povos Tupi. Conhecer os conjuntos cerâmicos de cada um dos povos Tupi diacronicamente por meio de uma arqueologia reversa parece ser uma das saídas para deixarmos de tatear o passado como cegos sem saber a quem este passado pertence.

Bibliografia

AGNOLIN, A.

2005 *O apetite da antropologia, o sabor antropofágico do saber antropológico: alteridade e identidade no caso Tupínambá*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

2007 *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupí* (séc. XVI-XVII). São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

AGOSTINHO, P.

1974 *Kwarip: Mito e Ritual no Alto Xingu*. E.P.U./EDUSP. São Paulo.

ALENCAR, J.

1857. *O Guarany. Romance Brasileiro*. Empreza Nacional do Diário. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, F.

2008 *O Complexo Tupi da Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado. MAE/USP.

2013 *A Tradição Polícroma no Alto Rio Madeira*. Tese de Doutorado. MAE/USP.

ALMEIDA, R.

1996 O Caso Guarani: o que dizem os vivos sobre os que se matam. In *Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

ALTENFELDER SILVA, F. & BLASI, O.

1955 Excavaciones preliminares an Estirão Comprido. *Actas del XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955. Vol.2, pp 829-845. São Paulo

ALVES, M. A.

2002 Teorias, métodos, técnicas e avanços na arqueologia brasileira. *Revista Canindé*, Xingó, nº2. Universidade Federal de Sergipe.

AMMERMAN, A. J.; CAVALLI-SFORZA, L. L.

1973 A population model for the diffusion of early farming in Europe. In RENFREW, C., ed. - *The explanation of cultural change*. London: Duckworth, p. 343-357.

ANDRADE, L. M. M.

1992 *O Corpo e o Cosmos. Relações de Gênero e o Sobrenatural entre os Asuriní do Tocantins*. Dissertação de mestrado. USP.

ANTHONY, D. W.

1990 Migrations in Archeology: the baby and the bathwater. *American Anthropologist* 92(4): 895-914.

- 2007 *The Horse, The Wheel, The language: How Bronze-Age Riders from the Eurasian steppes Shaped the Modern World*. Princeton University Press.
- APARÍCIO, F.
1948 The Archeology of the Paraná River. In: *Handbook of South American Indians*. Vol.3: The Tropical Forest Tribes New York: Smithsonian institution, Bureau of American Ethnology.
- ARAGÃO, M. S. S.
2006 *Motivações significativas de itens lexicais da linguagem regional-popular nos atlas lingüísticos regionais brasileiros*. Universidade Federal da Paraíba. Acessado em junho 2011
- ARAÚJO, A. G. M.
2001 *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema*, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo.
- ARNOLD, D.
1985 *Ceramic theory and cultural process*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ASSIS, V.
1995 A classificação da cerâmica Tupínambá através da analogia etnográfica. *Arqueologia em el Uruguayi: 120 años despue*. VIII Congresso Nacional de Arqueologia Uruguay.
- 1996 *Da Espacialidade Tupínambá*. Dissertação de Mestrado. IFCH, PUCRS. Porto Alegre.
- BALDO, L. M. L.
2006 A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista. *Revista Boitatá*. Nº1. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em www.uel.br/revista/boitatá - Acesso em 11 jan. 2011.
- BALDUS, Herbert
1947 Voltando do Araguaia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 out., 5, 7 e 9 nov.
- 1948 Tribos da bacia do Araguaia e o Serviço de Proteção aos índios. *Revista do Museu Paulista*, v. 2, p. 154.
- 1970 *Tapirapé: tribo tupi no Brasil Central*. Companhia Editora Nacional,
- BALÉE, William
2000 Antiquity of traditional ethnobiological knowledge in Amazonia: The Tupi-Guarani family and time. *Ethnohistory*, v. 47, n. 2, p. 399-422.
- BALLE, W.; MOORE, D.
1994. Language, culture, and environment: Tupi-Guarani plant names over time. In *Amazonian Indians from Prehistory to the Present: Anthropological*

Perspectives, Anna C. Roosevelt, ed. Tucson: University of Arizona Press, 1994, pp. 363-380.

BELLWOOD, Peter.

2001 Early agriculturalist population diásporas. Farming, languages, and genes. *Annual Review of Anthropology*, p. 181-207.

2005 *The early movements of Austronesian-speaking peoples in the Indonesian region*. Indonesian Institute of Sciences (LIPI).

BARRETO, C.

1999. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo. Suplemento 3: 201-212.

1999/2000 A construção de um passado pré-colonial: uma breve História da Arqueologia Brasileira. *Revista USP*, São Paulo, 44(1): 32-51.

BARRETO, L.

2002 [1915] *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Martin Claret.

BARTOLOMÉ, M. A.

2006 As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana* vol.12 no. 1 Rio de Janeiro.

BASTOS, R. J. DE M.

1978 *Musicologia Kamayurá*. FUNAI. Brasília.

BROWN, K.S.JR.; SHEPARD, P.M.; TURNER, J.R.G.

1974 Quaternary refugia in tropical America: evidence from race formation in *Heliconius butterflies*. *Proceedings of the Royal Society*. 187: 369-378

BELTRÃO, M. C. M. C

1978 *Pré-história do estado do Rio de Janeiro*. Forense Universitária. Rio de Janeiro.

BELTRÃO, M. C. M. C.; FARIA, E. G.

1970/1971 Acampamento Tupí-Guarani para coleta de moluscos. Separata da *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. XIX. São Paulo.

BERTONI, M. S.

1914 *Resumen de prehistoria y Proto-história de los países Guaranies*. Editor Juan E. O'Leary. Assuncion.

BESPALEZ, E.

2009 *Levantamento Arqueológico e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS: Um Estudo Sobre a Trajetória Histórica da Ocupação Indígena Regional*. Dissertação de Mestrado. MAE/USP. São Paulo.

BINFORD, L.

1962 Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, 28 (2): 217-25.

- 1965 Archaeological Systematics and the Study of culture Process. *American Antiquity*, 31(2):203-210.
- 1979 Organization and formation processes: looking at curated technologies. *Journal of Anthropological Research*, 35(3): 255-273.
- 1980 Willow Smoke and Dog's Tails: Hunter-Gatherer Settlement Systems and Archaeological Site Formation. *American Antiquity* 45:4-20.
- 1981 *Behavioral Archaeology and the Pompeii Premise. Journal of Anthropological Research*, 37:195-208.
- 1983a Organization and Formations process: looking curated technologies. In: L.R. Binford. *Working at Archaeology*. New York, Academic Press, p. 269-286.
- 1983b Evidence for Differences Between Residential and Special-Purposes Sites. In: L.R. Binford. *Working at Archaeology*. New York, Academic Press. 1983c. Pp.325-336.
- 1989 Styles of Style. *Journal of Anthropological Archaeology*, 8:51-67.
- 2001 *Constructing frames of reference: an analytical method for archaeological theory building using hunter-gatherer and environmental data sets*. Berkeley, University of California Press.
- BOCCARA, G.
- 2003 Rethinking the Margins/Thinking from the Margins: Culture, Power, and Place on the Frontiers of the New World. Identities: *Global Studies in Culture and Power*. n. 10, p. 72.
- BOURDIEU, P.
- 1977 *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge. University Press.
- BRAUDEL, F.
- 1958 Histoire et sciences sociales. La longue durée. *Annales E.S.C*, 4: 725-753.
- BROCHADO, JOSE. J. J. P.
- 1973a Migraciones que difundieran la tradición alfarera Tupíguarani. Sociedade Argentina de Antropologia, *Relaciones* 7:7-39. Buenos Aires.
- 1973b Desarrollo de la Tradición Cerámica Tupíguarani, (A.D. 500-1800). Porto Alegre: *Gabinete de Arqueologia da UFRG*, p.71(Publicação nº3, Mimeogr.).
- 1977 Alimentação na floresta tropical. *Caderno nº2*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 103 p.
- 1980 A tradição cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio*, 3: 47-60.

- 1981 Desarrollo de la Tradicion Ceramica Tupíguarani (A.D. 500-1800). Anais do I Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Santa Rosa. P. 76-156.
- 1984 *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. Tese de Doutorado, University of Illinois, Urbana, 574pp.
- 1989 A expansão dos Tupí e da cerâmica da tradição Polícroma Amazônica. *Dédalo, Revista de Arqueologia e Etnologia*, 27: 65-82.
- 1991a Um modelo de difusão da cerâmica e da agricultura no leste da América do Sul. *CLIO*, série arqueológica, 4: 85-88. (Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro).
- 1991b What did the Tupínambá cook in their vessels? A humble contribution to ethnography analogy. *Revista de Arqueologia*, 6:40-88.
- BROCHADO, JOSÉ J. J. P.; LATHRAP, D.
1980 *Amazônia*. Urbana-Champaign (inédito)
- BROCHADO, JOSÉ J. J. P. et al.
1969 Arqueologia Brasileira em 1968. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém. Museu Paraense Emílio Goeld. *Publicações Avulsas* n. 12.
- BROCHADO, JOSÉ J. J. P. et al.
1990 Analogia etnográfica na reconstrução das vasilhas Guarani arqueológicas. *Veritas*, 35(140): 727-743.
- BROCHADO, JOSE J. J. P.; MONTICELLI, G.
1994 Regras práticas para a reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmicas Guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, 20(2):107-118.
- BUARQUE, A.
2009 *Étude de l'occupation Tupínambá dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Paris I - Panthéon Sorbonne.
- BUENO, L.; MACHADO, J.
2003 *Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil*. Com Ciência. <http://www.comciencia.br>
- CABRAL, A. S.A.C.
2004 Sobre a história das línguas Tupí-Guaraní faladas no Tocantins. In: Simões, M. do S. (Org.). *Populações e tradições as margens do Tocantins*. Belém: EDUFPA. v. 1. p. 301-314.
- CABRAL, A. S. A. C.; SOLANO, E. J. B.
2003 Sobre as línguas Tupí-Guaraní do Xingu e os seus deslocamentos pré-históricos. In: Simões, M. do S. (Org.). *Sob o signo do Xingu*. Belém: UFPA, IFNOPAP. v. 1. p. 17-36.

- CABRAL, A. S.A.C.; RODRIGUES, A. D. (orgs)
2007 *Línguas e Culturas Tupí*. 1 ed. Campinas: Editora Nимуendaju, , v. 1.
- CADOGAN, L.
1959 Ayvu Rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim nº 227, Antropologia nº5*.
- CAETANO, B.
1876 Apontamento sobre Abaíheênga também chamado Tupí ou Guarani ou Língua Geral dos Brasis. *Ensaio de Sciencia por diversos amadores* 1. Ed. Brow & Evaristo. Rio de Janeiro.
- CÂMARA JR. J. M.
1944 Linguística e etnografia. *Revista do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n.1, p.27-31.

1955 Língua e cultura. *Letras*, 4: 51-59. Universidade do Paraná.

1964 *Princípios de Linguística Geral. Como introdução aos Estudos superiores da Língua Portuguesa*. 4ª. Ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CAMPOS, H. DE
1990 Iracema: uma arqueografia de vanguarda. *Revista USP*, nº 5, São Paulo.
- CANNON, W. B.
1929 Organization for Physiological Homeostasis. *Physiological Review*, 9, 399-431.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R.
1960 *O Processo de Assimilação dos Terêna*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Edição Museu Nacional. v. 1. 160 p.

1993 O Movimento dos Conceitos na Antropologia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, SP, v. 36, p. 13-31.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.
1992 Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, MANUELA (Ed.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- CARNEIRO, R.
1971 Review of "The Upper Amazon". *American Journal of Archaeology*, 75: 237-9.
- CARR, C ; NEITZEL, J. E. (Eds.)
1995 *Style, Society and Person. Archaeological and Ethnological Perspectives*. New York/London, Plenum Press. pp. 151-170.
- CARVALHO, F. A. L.
2006 Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do rio

Paraguai (c. 1650-1800). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 3 Ano III nº 4.

CASTRO FARIA, L.

2002 Curt Nimuendaju. In: *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. IBGE. Ministério da Educação. Rio de Janeiro. Pag. 13-17.

CAVALLI-SFORZA, L. L. & FELDMAN, M. W.

1981 *Cultural transmission and evolution: A quantitative approach*. Princeton: Princeton University Press.

CHANDLER, D.

2002 *Semiotics: The Basics*. London: Routledge.

CHAVES, F. L.

1999 *História e literatura*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

CHAVES, K. K.

2008 Ethnohistory: From inception to Postmodernism and beyond. *Historian*. Vol. 70, (3.).

CHILDE, V. G.

1947 *O Homem faz-se a si próprio*. Lisboa: Cosmos.

CHMYZ, I.

2010 Modelagens cerâmicas em sítios Tupiguarani do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. In: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade. (Org.). *Os ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, v. 2, p. 89-112.

CHOUSOU-POLYDOURI, N. & WAUTERS, V.

2013 Subgrouping in the Tupí-Guaraní family: A Phylogenetic approach. En: *Survey of California and Other Indian Languages. Structure and Contact in Languages of the Americas*, 15: pp: 1-26.

CHRISTINO, B. P.

2006 *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese de doutorado. FFLCH-USP. São Paulo.

CONDORI, C. M.

1994 *History and prehistory in Bolivia: what about the Indians? Conflict in the archaeology of living traditions*. London, Routledge.

CONKEY, M. W.

1990 Experimenting with Style in Archaeology: Some Historical and Theoretical Issues. In: M.W. Conkey & C. Hastorf (Eds.). *The Uses of Style in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 5-17.

CONKEY M. & HASTORF. C. (Eds.).

1990 *The Uses of Style in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.

- CORRÊA, A.
2009 *Tetama nas Matas Mineiras: sítios Tupi na microrregião de Juiz de Fora – MG*. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- CORRÊA & SAMIA,
2006 Cronologia da Tradição Arqueológica Tupiguarani. In: II Simpósio internacional "A Antiguidade do Homem na América", 2006, São Raimundo Nonato. *Anais do II Simpósio internacional "A Antiguidade do Homem na América"*.
- CORRÊA-DA-SILVA, B.
2000 Hipóteses sobre a História Linguística Ka'apór. *Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Linguística e XIV Instituto Lingüístico*, Florianópolis: ABRALIN. CD-Rom.
- 2007 Mais Fundamentos para a Hipótese de Rodrigues (1984/1985) de um Proto-Awetí-Tupí-Guaraní. In: RODRIGUES, Aryon & CABRAL, Ana Suelly (orgs.), *Línguas e Culturas Tupí*, 1: 219-240. Campinas: Curt Nimuendajú.
- 2010a. Etnolinguística e Etno-História Tupí: desfragmentando o olhar. *Revista Estudos da Linguagem*, 18(1), p. 61-86.
- 2010b. *Mawé/Awetí/Tupí-Guarani: relações linguísticas e implicações históricas*. Tese de doutorado. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília.
- COSERIU, E.
1979 *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- COSTA, A.
1934 *Introdução à arqueologia brasileira*. São Paulo. Cia. Editora Nacional.
- CRUZ, D.
2009 *Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*. Dissertação de Mestrado. MAE/USP.
- DANESI, M.; PERRON, P.
1999 *Analyzing Cultures: An Introduction and Handbook*. Bloomington: Indiana University Press.
- DAVID, N.; KRAMER, C.
2001 *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 1-32.
- 2002 Teorizando a Etnoarqueologia e a Analogia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 13-60.

- DEBOER, W. R.; LATHRAP D. W.
1979 The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics, in *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. Edited by C. Kramer, pp. 102-138. New York: Columbia University Press.
- DE MASI, M. A. N. (org).
2006 *Xokleng 2860 a.C. As terras altas do sul do Brasil*. Transcrições do Seminário de Arqueologia e Etnologia. Tubarão. Ed. Unisul.
- DESCARTES, R.
2013 *Discurso do Método*. 1ª Ed. L&PM Editores
- DÉSVEAUX, E.
2001 *Quadratura americana: essai d'anthropologie lévi-straussienne*, Genebra, Georg Editeur, p. 229.
- DIAS, A. S.
2003 *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. São Paulo.
- 2007 Novas perguntas para um velho problema: escolhas tecnológicas com índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v.2, n.1, p.9-26.
- DIAS, A. S.; SILVA, F. A.
2001 Sistema Tecnológico e Estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 11, p. 95-108.
- DIAS, O. (coord.)
1978/79/80 III Seminário Goiano de Arqueologia. *Anuário de Divulgação Científica*. Nº8.
- DIETLER, Michael; HERBICH, Ingrid.
1998 Habitus, techniques, style: an integrated approach to the social understanding of material culture and boundaries. In *The archaeology of social boundaries*, p. 232-63.
- DIXON, R.M.W.
1997 *The Rise and Fall of Languages*. Cambridge University Press.
- DOBRE, MARCIA-ANNE; ROBB, J. E.
2000 Agency in archaeology: paradigm or platitude? In: Dobre, Marcia-Anne & Robb, John E (Ed). *Agency in Archaeology*. Routledge. London New York.
- DORNAN, J. L.
2002 Agency and Archaeology: Past, Present, and Future Directions. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 9(4): 303-329.
- DURÃO, J. S. R.

- 1781 *Caramurú. Poema Épico do Descobrimento da Bahia*. Regia Officina Typografica.
- EDELWEISS, F. G.
- 1947 *Tupís e Guaranis (estudos de etnonímia e linguística)*. Salvador: Publicações do Museu da Bahia, n. 7. 301 pp.
- EHRENREICH, Paul.
- 1891 “*Die Einteilung und Verbreitung der Völkerstämme Brasiliens nach dem gegenwärtigen Stande unsere Kenntnisse.*” *Petermanns Mitteilungen* 37, pp. 81-89; 114-124.
- 1907 “*Ethnographia selvagem.*” [Tradução de Capistrano de Abreu]. *Almanack Brasileiro Garnier* para o ano de 1907. pp. 79-98.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J.
- 2003 Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de arqueologia*, 16: 71-86. São Paulo: SAB.
- 2007 Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri’y. *Sociedade e Cultura*, vol. 10, n. 1, p. 95-113.
- ETCHEVARNE, C.
- 2004 *Parecer técnico acerca de dois fragmentos cerâmicos procedentes de Olivença, Ilhéus e do local achado (Bahia)*. Salvador: Laboratório de Arqueologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- FAGUNDES, S. S.
- 2002 Historical linguistics and its contribution to improving knowledge of Arawak, in: *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Edited by J. D. Hill and F. Santos-Granero, pp. 74–96. Urbana: University of Illinois Press.
- FAUSTO, C.
- 1997 *A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia oriental*. Tese de doutorado, Museu Nacional, Univ. Federal do Rio de Janeiro.
- 2000 *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor.
- 2001 *Inimigos Fiéis. História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP.
- 2005 Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51.
- 2007 Entre o passado e o presente: mil anos de história indígena no Alto Xingu. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51.

- 2009 [1992] Fragmentos de História e Cultura Tupínambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico, in Cunha, M.C. (org), *História dos índios do Brasil*, 2ed. São Paulo, FAPESP/SMC/Cia. Das Letras.
- FAUSTO, C. & HECKENBERGER, M. (ed.)
2007 Time and Memory in Indigenous Amazonia. *Anthropological Perspectives*. University Press of Florida; 1st edition
- FEINMAN, Gary M.; PRICE, Theron Douglas (ed.)
2007 *Archaeology at the millennium: a sourcebook*. Springer.
- FERNANDES, F.
1949 *Organização social dos Tupínambá*. Instituto Progresso Editorial. São Paulo.
- [1952] 1970 *A função social da Guerra dos Tupínambá*, 2ª ed, São Paulo, Pioneira, EDUSP.
- FERREIRA, A. R.
1888 [1788] Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro, *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, vol. 70, 1888.
- FERREIRA, E.
2010 Historiografia lingüística de Mattoso da Câmara: contribuições a lingüística brasileira. *REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas*- v. 2, n. 2 www.ueg.inhumas.com/revelli
- FERREIRA, L. M.
2008 Patrimônio pós-colonialismo e repatriação Arqueológica. *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.1, n. 2.
- 2001 Um bando de idéias novas na Arqueologia (1870-1877). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*, (11): 21-33.
- 2005 Arqueologia do Sul do Brasil e política colonial em Hermann von Ihering. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22.
- 2007 *Território Primitivo: A Institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Campinas, São Paulo.
- FERREIRA, L. & FUNARI, P.
2009 Arqueologia como prática política. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Ciênc. hum. vol.4 no.1 Belém Jan./Apr. 2009.
- FERREIRA, L. & NOELLI, F.
2009 João Barbosa Rodrigues: Precursor da Etnoclassificação na Arqueologia Amazônica. *Amazônica. Revista de Antropologia*, Vol.1, Nº1.

FIGUEIREDO, G. R.

2004 *O ramo IV e seu desmembramento em línguas independentes: contribuição aos estudos histórico-comparativos da família Tupí-Guaraní.* 120 f. Dissertação Mestrado em Letras: Linguística e Teoria

FIGUEIREDO, V. L.F.

2000 Revisitando os mitos dos românticos da nacionalidade. *ALCEU*.v.1 n.1.

FONSECA, P. C.D.

2004 Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política* – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256.

FOUCAULT, M.

1979 *Microfísica do poder.* São Paulo: Edições Graal.

1999 *Em Defesa da Sociedade.* São Paulo: Martins Fontes.

FREITAS, A. A.

1914 Distribuição geographica das tribus indígenas na época do descobrimento. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, 19.

FREYRE, G.

1968 (1933) *Casa Grande e Senzala.* 26^a ed., Rio de Janeiro: editora Record.

FRIKEL, P.

1958 Classificação linguístico-etnológica das tribos indígenas do Para Setentrional e zonas adjacentes. *Revista de Antropologia*, 6.2:113-189. São Paulo.

FUNARI, P. P. A.

1998 Teoria Arqueológica na América do Sul. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - *Coleção Primeira Versão* 76, 51pp.

FUNARI, P. P. A.; NEVES, E. G.; PODGORNÝ, I. (Org.).

1999 Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul, 1. *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul*, São Paulo, MAE-USP, 1999.

GALLOIS, D.

1993 *Mairi revisitada.* A reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi. São Paulo, NHII/USP-FAPESP.

GALUCIO, A. V.

2010 A relação entre linguística, etnografia e arqueologia: um estudo de caso aplicado a um sítio com ocupação Tupíguarani no sul do Estado do Pará. In: Edithe Pereira; Vera Guapindaia. (Org.). *Arqueologia Amazônica.* Belém: MPEG, v. 2, p.

- GALUCIO, Ana Vilacy; et al.
(no prelo) Genetic relationship and degree of relatedness within the Tupí linguistic family: a lexicostatistical and phylogenetic approach.
- GARCIA, R.
1922 *Ethnographia indigena, Dicionário histórico, geographico, e ethnographico do Brasil, Introdução geral*, I, Rio de Janeiro, Imprensa Official.
- GARCIA, L.
2012. *Arqueologia na região do interflúvio Xingu-Tocantins: A ocupação Tupi no Cateté*. Dissertação de Mestrado. MAE/USP.
- GASPAR, M. D. et al.
2004 Histórico e principais resultados do projeto de investigação: o aproveitamento ambiental das populações pré-históricas do Rio de Janeiro. *Arquivos do Museu Nacional*. v.62, n.2. P 103-129.
- GLASSIE, H.
1975 *Folk housing in middle Virginia*. Knoxville: University of Tennessee Press.
- GOELDI, Emílio.
1897 Estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil. *Boletim do Museu Paraense*, v. 2, p. 1-4.
- GOODENOUGH, W.
1957 Cultural anthropology and linguistics. in *Report of the seventh annual round table meeting on linguistics and language study*, pp167-173. Edited by P. Gavin. Monograph Series on Language and Linguistics, No. 9. Washington D.C.: Georgetown University Press.
- GOSSELAIN, O.P.
1992 Technology and Style: potters and pottery among Bafia of Camerron. *Man*, 27(3): 559-585.
- GREEN, L.F.; GREEN, D.R. & NEVES, E.G.
2003 Indigenous Knowledge and archaeological science. *Journal of Social Archaeology*, 3(3):366-398.
- GREENBERG, J.
1960 The general classification of Central and South American languages. Selected Papers of the Fifth International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences, pp. 791-794.
- GRÜNBERG, G.
1970 Beiträge zur ethonographie der Kayabi zentralbrasiliens. *Archiv für volkerkunde* Bd 24. Viena.
- GUÉRIOS, R.F.M.
1935 Novos Rumos da Tupínologia. *Separata da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Curitiba, 1 (2).

- GUIMARÃES, S.
2001 *Os Guarani-Mbyá e a Superação da Condição Humana*. Dissertação de mestrado. Brasília.
- HALL, S.
2003 *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HARDIN, M. A.; MILLS, B. J.
2000 The social and historical context of short-term stylistic replacement: a Zuni case study. *Journal of Archaeological and Theory*, v. 7, n. 3, p. 139-163.
- HARTT, C. F.
1885 Contribuições para ethnologia do Valle do Amazonas, *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Volume Consagrado à Exposição Antropológica Brasileira, Realizado no Museu Nacional em julho de 1882, vol. 6.
- HECKENBERGER, M.
1996 *War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the upper Xingu of southeastern Amazonia*, 1996. PhD Dissertation - University of Pittsburgh, Department of Anthropology, Pittsburgh.
- 2001 Estrutura, história e transformação: a cultura xinguana no *longue durée*, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. B. (Eds.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, p. 21-62.
- 2004 Archaeology as indigenous advocacy in Amazonia. *Pract. Anthropol.* 26, 34–38.
- 2005 *The ecology of power: culture, place, and personhood in the southern Amazon, AD 1000-2000*. New York: Routledge.
- 2006 Ecologia e poder: a base simbólica da economia política na Amazônia. In: FORLINE, L. C.; MURRIETA, R. S. S.; VIEIRA, I. C. G. (Eds.). *Amazônia. Além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 39-70.
- HECKENBERGER, M.; NEVES, E.
2009 Amazonian archaeology. *Ann. Rev. Anthropol.* Vol. 38, 251-266.
- HECKENBERGER, M.; NEVES, E.; PETERSEN, J.
1998 De onde surgem os modelos? As origens e expansões Tupí na Amazônia Central. *Revista de Antropologia*, 41(1): 69-98.
- HEGMON, M.
1992 Archaeological Research on Style. *Annual Review Anthropological*, 21:517-36
- 1998 Technology, style and social practices: archaeological approaches. In: STARK, M. (Ed.). *The archaeology of social boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press.

HERRERA Y TORDESILLAS

1622 *Descripción de las Yndias occidentalis*. Amsterdam: M.Colín. Library of Congress. Geography and Map Division.

HILL, J. (org)

1996 "Ethnogenesis in the Northwest Amazon: an emerging regional picture". In: *History, power and identity*. Iowa, USA: University of Iowa Press. pp. 142-160.

HILL, J. D. & SANTOS-GRANERO, F.

(Ed) 2002 *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Urbana: University of Illinois Press.

HIROOKA, S. S.

2007 *Salvamento Arqueológico PCH Paranatinga - Culuene*. – PCH Paranatinga II (2ª Etapa) – Paranatinga/MT

HODDER, I.

1979 Economic and social stress and material culture patterning. *American Antiquity* 44(3):446–54.

1982 *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

1986 *Reading the past*. Cambridge: Cambridge University Press.

1988 *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales*. Barcelona: Crítica

1991 *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. 2ª ed. Cambridge University press.

1992 Interpretive archaeology and its role. In *Theory and Practice in Archaeology*. London: Routledge.

1995 *Theory and practice in archaeology*. Routledge.

1999 Crises in Global Archeology. In: *The Archaeological Process*. Oxford: Blackwell.

2000 Agency and individuals in long-term processes. In: Dobre, Marcia-Anne & Robb, John E (Ed) 2000. *Agency in Archaeology*. Routledge. London New York

2003 Archeological reflexivity and the "Local" Voice. In: *Anthropological Quarterly*, Vol. 76, n.1, pp. 55-69.

2009 [1987] *Archaeology as Long-Term History*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOLANDA, S. B. de.

1983 *A herança colonial - sua desagregação. Em História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, t. II, vol. 1.

- HOLMBERG, A.
1969 *Nomads of the Long Bow: the Siriono of eastern Bolivia*. American Museum Science Books, The Natural History Press. Garden City, NY.
- HORNBERG, A. L. F.
2005 Ethnogenesis, Regional Integration, and Ecology in Prehistoric Amazonia. *Current Anthropology* Volume 46, Number 4, August–October
- HOWARD, G. D.
1947 *Prehistoric ceramic styles of lowland South America, their distribution and history*. New Haven, Yale University Publications in Anthropology, 37: 5-95.
- HOWARD, G. D. ; WILLEY, G. R.
1948 *Lowland Argentine archaeology*. New Haven, Yale University Publications in Anthropology, 39: 9-24.
- HUXLEY, F.
1963 *Selvagens Amáveis*. Brasileira Vol. 316, Cia. Editora Nacional. São Paulo.
- IHERING, H. Von
1895 A civilização pré-histórica do Brasil meridional. *Revista do Museu Paulista*. Vol. I. São Paulo.

1906 A Etnologia do Brasil Meridional. *RIHGSP*, (11): 220-236.

1911 A Questão dos Índios do Brasil, *Revista do Museu Paulista*, VIII.
- JACKSON, G.; SMITH, C.
2005 Living and learning on Aboriginal lands: decolonizing archaeology. In: Smith, C.; Wobst, M. (Eds.) *Indigenous Archaeologies*. London, Routledge: 328-351.
- JESSEN, C.
1998 Comparative study: Tupí-Guaraní. In: Derbyshire, D. C.; Pullum, G. K. (Eds.). *Handbook of Amazonian languages*. v.4. Berlin: Mouton de Gruyter. p. 487-618.
- JONES, S.
1997 *The archeology of ethnicity*. London: Routledge.
- JORDAN, P. & SHENNAN, S.
2003 Population, Culture History, and the Dynamics of Culture Change. *Current Anthropology*. Volume 41, n.5.
- KASHIMOTO, E. M. ; MARTINS, G. R. .
2008 A problemática arqueológica da tradição cerâmica tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In: André Prous e Tania Andrade Lima. (Org.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. 1ed. Belo Horizonte - MG: Sigma, v. I, p. 149-178.

- KLUCKHOHN, F. R.
 1960 A Method for Eliciting Value Orientations. *Anthropological Linguistics* 2: 1-23.
- 1961 Evanston and Strodtbeck. *Variations in Value Orientations*.
- KLOPF, A. H.
 1982 *The Hedonistic Neuron: a Theory of Memory, Learning, and Intelligence*, Washington: Hemisphere.
- KODAMA, K.
 2010 Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. v. 5, n. 2. Belém,
- KOJAN, D. & ANGELO, D.
 2005 Dominant narratives, social violence and the practice of bolivian archaeology. *Journal of Social Archaeology*, 5(3): 383-408
- KRAUSE, F.
 1925 Beiträge zur Ethnographie des Araguaia-Xingu-Gebietes. *Actés du XX^e Congrès International des Américanistes*. Göteborg, pp.
- KROEBER, A. L.
 1944 *Configurations of Culture Growth*. Berkeley: Univ. Calif. Press
- 1957 *Style and Civilizations*. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press
- LA SALVIA, F. & BROCHADO, J.
 1989 *Cerâmica Guarani*. Posenato Arte & Cultura. Porto Alegre, 175p.
- LADEIRA, M. I.
 1992 *O Caminhar sob a Luz; o território mbya à beira do oceano*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica.
- 1990 *YY PAU ou YVA PAU. Espaço mbya entre as águas ou o caminho aos céus – Os índios Guarani e as Ilhas do Paraná*. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista.
- 1996 Migrações Guarani Mbya. In: *Travessia; revista do migrante*. São Paulo, CEM, Ano IX, no 24.
- LAMBERG-KARLOVSKY, C.
 1985 The longue durée of the ancient Near East. J-L.Huot; M. Yon; Y. Calvet (Eds.) *De l'Índus aux Balkans, Recueil Jean Deshayes*. Paris, Editions Recherche sur les civilisations: 55-72.
- LAMING, A.; EMPERAIRE, J.
 1959 A jazida José Vieira. Um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. *Centro de Ensino e Pesquisa Arqueologia: Arqueologia* 1. Curitiba: universidade do Paraná.

LAMING-EMPERAIRE, A.

1967 *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Curitiba, Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 155 p. (Manuais de Arqueologia, 2).

LANGENBAEK, C. H.

2005 Historia y arqueología. Encuentros y desencuentros. *Historia Crítica*, Colombia, n.27, p.111-124,

LARAIA, R. B.

1972 *Organização Social dos Tupí Contemporâneos*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Datil. São Paulo.

1986 [1972] *Tupí: Índios do Brasil atual*, São Paulo, FFLCH-USP.

2007 Etnologia Tupí: 22 anos depois. In: Ana Suely Arruda Câmara Cabral e Ayrton Dall'Igna Rodrigues (Organizadores). (Org.). *Línguas e Culturas Tupí*. 1 ed. Campinas: Editora NIMUENDAJU, v. 1, p. 17-21.

LARAIA, R. DE B.; DA MATTA, R. A.

1978 [1964] Índios e Castanheiros: A Empresa Extrativista e os Índios no Médio Tocantins. *Col. Corpo e Alma do Brasil*, DIEFEL. São Paulo. (2ª edição pela Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro).

LATHRAP, D.

1962 *Yarinacocha: stratigraphic excavations in the Peruvian Montaña*. Unpublished PhD. Dissertation, Harvard University, Department of Anthropology, Cambridge, MA.

1970a *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson.

1970b Alternatives models of populations movement in the tropical Lowland of South America. *Actas y memorias del XXXIX Congreso Internacional de Americanistas*. Lima, v.4, p13-23.

1977 Our Father the Cayman, Our Mother the Gourd: Spinden Revisited or a Unitary Model for the emergence of agriculture in the New World. In: Reed, c. (ed), *Origins of Agriculture*, pp. 115-58. The Hague, Mouton.

LAVINA, R.

1994 *Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para arqueólogos*. São Leopoldo, IAP UNISINOS. Dissertação de mestrado.

LESSA, C

1945 Formação de Varnhagen – 1816-1841. Separata do Vol. 186 da Revista do IHGB. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

LEEUW, S. van der.

1993 Giving the potter a choice. In: LEMONNIER, P. (Ed.). *Technological choices: transformation in material cultures since the neolithic*. London: Routledge. p. 238-288.

- LEITE, D. M.
1992 *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática.
- LEMLE, M.
1971 Internal Classification of the Tupi-guarani linguistic family, in BENDOR-SAMUEL, D., *Tupi Studies*, 1:107-29, Norman, Summer Institute of Linguistics.
- LEMONNIER, P.
1992 *Elements for an Anthropology of Technology*. Michigan, Museum of Anthropological Research (88), University of Michigan
- LEMOS BARBOSA, A.
1957 *Curso de Tupi Antigo*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- LÉVI-STRAUSS, C.
1962 *The Savage Mind*. Weidenfeld and Nicolson, London.
- LEWANDOWSKI, T.
1986 *Diccionario de Lingüística*. Ediciones Cátedra. Madrid
- LIMA, T. A.
2011 Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Bol. Mus. Pará. Emilio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, V.6, n.1,p. 11-23.
- LOTHROP, S.K.
1932 Indians of the Paraná Delta, Argentina. *Annals of the New York Academy of Science*, New York, 32.
- LÚCIO, C. F.
1996 *Sobre algumas formas de classificação social. Etnografia sobre os Karitiana de Rondônia (Tupí-Arikém)*. Campinas: IFCH-Unicamp, dissertação de mestrado.
- 1998 Heróis civilizadores, demiurgos sociais: algumas considerações sobre genealogia, mito e história entre os Caritianas (tupí-ariqueime). *Mosaico – Revista de Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 39-67.
- MACEACHERN, S.
1994 Symbolic reservoirs and Inter-Group Relations: West African Examples. *The African Archaeological Review* 12: 205-44.
- MACHADO, A. DE A.
1928 Abre-Alas. *Revista de Antropofagia* Ano1, N1. São Paulo.
- MACIEL, A. C.; ANDRADE, D.; VALE, E. do.
1978 A Antropologia na Universidade de São Paulo: histórico e situação atual. *Revista de Antropologia. Separata do vol. XXI (1ª parte)* São Paulo.
- MAGALHÃES, A. C.
1994 *Os Parakanã: Espaços de Socialização e suas Articulações Simbólicas*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP.

MAGALHÃES, Couto de
1876 *O Selvagem*

MAGALHÃES, D. J. G. de; ARAGUAIA, V. de.
1836 *Ensaio sobre a história de literatura do Brasil*. Dauvin et Fontaine.

MAIA, C. A.
2009 A linguagem como ação: uma proposta pragmática de uma etnografia para a linguagem. *Cadernos do CNLF* Vol. XII, N° 16. Variação Linguística, Sociolingüística e Dialectologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MARRAS, S.
2003 Pessoa e instituição – entrevista com João Baptista Borges Pereira. *Rev. Antropologia*, SP USP, v 46 n2

MARSHALL, Y.
2002 What is Community Archaeology? *World Archaeology*, v. 32, n. 2, p. 211-219,

MARTIUS, K. P. VON.
1844 Como se deve Escrever a História do Brasil. *RIHGB* 6: 389-411.

1867 *Wörtersammlung Brasilianischer Sprachen. Glossaria Linguarum Brasiliensium: Glossários de Diversas Línguas e Dialectos que Falam os Índios no Império do Brasil*. Leipzig: F. Fleischer. v. 2.

MASON, J.A.
1950 The languages of South American Indians, in Steward, J. (ed.), *Handbook of South American Indians* I. 6:157-317, Washington, Smithsonian Institution.

MATTOS, A.
1938 Pré-história Brasileira. *Brasiliiana*, Ser. 5, vol, 137. São Paulo: Companhia Editora nacional.

MEDEIROS, J.
Quadro *Iracema*. Depositado no Museu Nacional de Belas Artes. Imagem retirada de http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Iracema_hi.jpg em 30/03/2014

MEGGERS, B. J.
1954 Environmental Limitation on the Development of Culture. *American Anthropologist*, v.56, n.3, p801-824.

1967 Considerações gerais. *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

1971 *Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Aldine, Chicago.

- 1974 Environment and Culture in Amazônia. In *Man in the Amazon*. C. Wagley, ed. Pp. 91-110. Gainesville: University of Florida Press
- 1979 Climatic Oscillation as a Factor in the Prehistory of Amazonia. *American Antiquity*, 44 (2): 252-66.
- MEGGERS, B.; MARANCA, S.
- 1981 Uma reconstituição experimental de organização social, baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação de tradição Tupíguarani. *Pesquisas*, 31: 227-247.
- MEGGERS, B. J; EVANS, C.
- 1955 The coming of age of American Archaeology In. Newman, M. T. (Ed), *New Interpretations of aboriginal American Culture History*, Washington, 75th Anniversary of the Anthropological Society of Washington, pp. 116-129.
- 1958 *Ambiente y cultura en la cuenca del Amazonas*: revisión de la teoría Del determinismo ambiental. Estudios sobre ecología humana: conferencias celebradas en la Sociedad de Antropología de Washington. Washington: Unión Panamericana.
- 1970 *Como interpretar a linguagem da cerâmica*. Washington: Smithsonian Institution
- 1972 *Prehistoric America*, Chicago, Aldine Publishing Press.
- 1973 A reconstituição da pré-história amazônica: algumas considerações teóricas. Belém: *Museu Paraense Emílio Goeldi (Publicações Avulsas, 20)*. p.51-69.
- 1975 Application of the biological model of diversification to cultural distributions in tropical lowland South America. *Biotropica*, Zurich, n.7, p.141-61.
- 1976 Fluctuation of the biological model of diversification to cultural distributions in Tropical Lowland South America. *Biotropica*, 7: 141-61.
- 1977 Vegetational fluctuation and prehistoric cultural adaptations in Amazônia: some tentative correlations. *World Archaeology* 8(3): 287-303.
- 1982 Archaeological and ethnographic evidence compatible with the model Forest fragmentation in Prance, G.T., *Biological diversification in the tropics*, New York, Columbia University Press, PP. 483-96.
- 1995 Judging the Future by the Past: the Impact of Environmental Instability on Prehistoric Amazonian Populations. In: Sponsel, L. (ed), *Indigenous peoples and the future of Amazonia: an ecological anthropology of an endangered world*, pp. 15-43. university of Arizona Press, Tucson.
- 1994 Archaeological evidence for the impact of mega-Niño events on Amazônia during the past two millenia. *Climatic Change*, 28(2):321-338.

- 1996 Possible impact of the Mega-Niño events precolumbian population in the Caribbean Area. In: Maggiolo, Marcio V.; Fuentes, Angel C. (Ed.). *Primer Seminário de Arqueología del Caribe*. Altos de Chavón: Museo Arqueológico Regional Altos de Chavón; OEA. p.156-176.
- MEGGERS, B.; DIAS, O.; MILLER, E.; PEROTA, C.
1988 Implications of archaeological distributions in Amazonia, *separata dos Anais da Academia Brasileira de Ciências*, PP. 275-94.
- MELLO, A. A. de S.
2000 *Estudo Histórico da família linguística Tupí-Guarani*. 286f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- MELLO, A. A. S.; KNEIP, A.
2005 Diálogo Linguística – Arqueologia: origem e dispersão dos povos Tupi-Guarani. *Anais do XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Campo Grande.
- 2006 Evidências linguísticas que apontam para a origem dos povos Tupí-Guaraní no leste amazônico. In: *Congresso Internacional de Americanistas*, 52, Sevilha. [ms]
- MENÉNDEZ, M. A.
1981-82 Contribuição para a etno-história da área Tapajóz-Madeira. São Paulo: *Revista do Museu Paulista*, n.s., 28: 289-388.
- MERRELL, J. H.
1989 Some Thoughts on Colonial Historians and American Indians, *The William and Mary Quarterly* 46: 115
- MÉTRAUX, A.
1927 Migrations historiques des Tupí-guaraní. *Journal de la Société des Américanistes*, vol.19 Paris: Librairie Orientale et Américine.
- 1928a *La civilizacion maérielle dès tribus Tupí-Guarani*, Paris, Librarie Orientaliste.
- 1928b La réligion des Tupínambá et ses rapports avec cele des autres tribus Tupí-guaraní. *Bibliothèque de l'Ecole des Hautes Etudes*, vol. 15. Paris.
- MILLER, E. T.
2009 A cultura cerâmica do tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia – Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, 1(1): 35-136. Brasília: LALI/Universidade de Brasília.
- MILLER, E. T.
2013 Algumas Culturas Ceramistas, do Noroeste do Pantanal do Guaporé à Encosta e Altiplano Sudoeste do Chapadão dos Parecis. Origem, Difusão/Migração e Adaptação—do Noroeste da América do Sul ao Brasil. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 5, n. 2, p. 335-383, 2013.

MONTEIRO, J. M.

1992 Tupís Tapuias e a História de São Paulo. Revisitando a Velha Questão Guainá. São Paulo: *Novos Estudos CEBRAP*.

1994 *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras.

2001 Tupís Tapuias e Historiadores: *Estudos de História Indígena e Indigenismo*. Tese de livre-docência. Departamento de Antropologia IFCH Campinas. Campinas.

MONTICELLI, G.

2007 O céu é o limite: como explorar as normas rígidas da cerâmica Guarani. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 55-65.

MONTOYA, A. R. de.

1876 [1639] *Arte de la lengua guarani, ó mas bien Tupí*. Viena, Paris: Faesy y Frick, Maisonneuve y Cia,

MOORE, D.; STORTO, L.

2002 As línguas indígenas e a pré-história. In: PENA, S. (Org.). *Homo brasiliis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto: FUNPEC. p.73-92.

MORAES, C.

2007 *Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de metrado. Universidade de São Paulo.

MORAES, C. P.; NEVES, E.

2012 O Ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Online), v. 4, p. 122-148.

MORAES, E. J. de.

1978 *A brasilidade modernista. Sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal.

MÜLLER, P.

1973 *The dispersal centres of terrestrial Vertebrates in the Neotropical realm*. Junk Publ., The Hague, 1973, 244 p.

MÜLLER, R.

1990 *Os Assurini do Xingu: história e arte*. Campinas, Ed. Unicamp (serie teses).

MYERS, G. C.; MCGINNIS, R.; MASNICK, G.

1967 The Duration of Residence Approach to a Dynamic Stochastic Model of Internal Migration: A Test of the Axiom of Cumulative Inertia. *Eugenics Quarterly* 14:121-126.

NAVARRO, E. A.

2005 *Método Moderno de Tupí Antigo. A língua do Brasil dos primeiros Séculos*. 3º ed. - São Paulo: Global.

NETTO, L.

- 1885 Investigações sobre a archaeologia brasileira, *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Volume Consagrado à Exposição Antropológica Brasileira, Realizado no Museu Nacional em julho de 1882, vol. 6.

NEVES, E. G.

- 1995 Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e História Indígena no Brasil. In: Aracy Lopes da Silva; Luis Donisete Benzi Grupioni. (Org.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, p. 171-192.
- 1998a *Paths in Dark Waters: Archaeology as Indigenous History in the Northwest Amazon*. Tese de doutorado. Indiana University, Estados Unidos.
- 1998b Twenty Years of Amazonian Archaeology in Brazil. *Antiquity*, 72 (277): 625-632.
- 1999 Arqueologia história indígena e o registro etnográfico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3: 319-330,
- 1999/2000 O velho e o novo na arqueologia amazônica. *Revista da USP*, São Paulo, n.44.
- 2001 Indigenous historical trajectories in the upper Rio Negro Basin, in *Unknown Amazon: Culture in nature in ancient Brazil*. Edited by C. McEwan, C. Barreto, and E. Neves, pp. 266–86. London: British Museum Press.
- 2006 Tradição oral e Arqueologia na história indígena no alto rio Negro. In: Forline, L. C., Murieta, R. S. S. & Vieira, I. C. G. *Amazônia: além dos 500 anos*. Belém: Museu Goeldi.
- 2008 Ecology, Ceramic chronology and distribution, long-term history, and political change in the Amazonian. In: SILVERMAN, H.; ISBELL, W. (Eds.). *Handbook of South American Archaeology*. New York: Springer. p. 359-379.

NEVES, W. A. et al.

- 2011 Origem e dispersão dos Tupiguarani: o que diz a morfologia craniana?. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, p. 95-122.

NIMUENDAJU, C.

- [1914] 1987 *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva-Guarani*, São Paulo, Hucitec/Edusp.

NOELLI, F. S.

- 1993 *Sem Tekohá não há Teko. Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e subsistência Guarani e suas aplicações a uma área de domínio*

- do delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- 1996 As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupí. *Revista de Antropologia* 39 (2):7-53.
- 1998 The Tupi: explaining origin and expansion in terms of archaeology and historical linguistic. *Antiquity*, 72 (277): 648-63;
- 1999 Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo. Suplemento 3: 285-302.
- 1999-2000 A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1972-2000. *Revista da USP*, São Paulo, 44: 218-269.
- 2000 Os Jê no Sul: roteiro para um modelo alternativo. In: *Uri e Wãxi, Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Mota, Noelli e Tommasino (org). Londrina: Ed. UEL, pp:27-57
- 2004 La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. *Revista de Índias*, vol LXIV, nº 230, págs, 17-34.
- 2007 Arte Pré-Histórica no Brasil, por André Prous. São Paulo: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*, 17: 495-496, (Resenha).
- 2008a José Proenza Brochado: vida acadêmica e a Arqueologia Tupí. In: PROUS, A. & LIMA, T. (Ed) *Os ceramistas tupíguaraní*. Belo Horizonte: Sigma, 216 p.
- 2008b The Tupí Expansion. *Handbook of South American Archaeology*, edited by Helaine Silverman and William Isbell. Springer, New York.
- NOELLI, F. & DIAS, A.
1995 Complementos históricos ao estudo funcional da indústria lítica Guaraní. *Revista do CEPA*, 19 (22): 7-32.
- NOELLI, F. & FERREIRA, L.
2007 A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, V.14, n.4. Rio de Janeiro
- O'BRIEN, M. J.; LEONARD, R. D.
2001 Style and function: an introduction. In: HURT, T. D.; RAKITA, G. F. M. (Eds.). *Style and function: conceptual issues in evolutionary Archaeology*. Westport: Bergin & Garvey.
- OLIVEIRA, C.
2000 *Estilos Tecnológicos da Cerâmica Pré-Histórica no Sudeste do Piauí*. Tese de Doutorado em Arqueologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

- 2009 As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste. In: Oliveira, Ana Paula de Paula Loures. (Org.). *Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani*. Juiz de Fora: EDUF JF, v. 1, p. 131-150.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de.
1987 Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: Oliveira Filho (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 84-148.
- ORTON C.; TYERS P.; VINCE A.
1993 *Pottery in Archaeology*, Cambridge University Press.
- PANACHUK, L.; CARVALHO, A.
2010 Modelagens de barro em sítios Tupiguarani. In: Andre Prous; Tania Andrade Lima. (Org.). *Os Ceramistas Tupiguarani* Volume II - Elementos Decorativos. 1ªed. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010, v. 2, p. 57-88.
- PÄRSSINEN, M.
2005 Quando começou, realmente, a expansão Guarani em direção às Serras Andinas Orientais? *Revista de Arqueologia* 18: 51-66.
- PEIXOTO, J. R.
1885 Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, Volume Consagrado à Exposição Antropológica Brasileira, Realizado no Museu Nacional em julho de 1882, vol. 6
- PEREIRA, E.; SILVEIRA, M. I.; RODRIGUES, M. F.; COSTA, C.A.; MACHADO, C.A.
2008 Tradição Tupiguarani na Amazônia. In: PROUS, A. & LIMA, T. (Ed) *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Sigma, 216 p.
- PEREIRA JÚNIOR, J.A.
1957 Contribuição para o estudo da arqueologia do extremo norte paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Volume LIV, São Paulo: 313-357,.
- PEREIRA, H. R.
2004 A crise da identidade na cultura pós-moderna. *Mental*. v.2, n.2, Barbacena.
- PEREIRA, I. B.
2010 Escrita e oralidade na língua tupí na obra etnográfica de Antônio Gonçalves Dias. *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro.
- PFEIFER, R.; SCHEIER, C.
1999 *Understanding Intelligence*, MIT Press.

- PHILIPSON, J. J.
1946 Nota sobre a interpretação sociológica de alguns designativos de parentesco do Tupí-Guarani. *Boletim da Faculdade de Filosofia ciências e Letras. Série Etnografia e língua Tupí-guarani*. Vol. LVI, 9.
- PIKIRAYI, I.
2007 Ceramics and group identities: Towards a social archaeology in Southern African Iron Age ceramic studies. *Journal of Social Archaeology* 7: 286–301.
- PITTA, S. R.
1730 *História da América Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro*. [...]. Lisboa.
- POLITIS, G. G.
2001 Amazonian Foragers: the last survivors or the first to succeed? In: C. McEwan; E. G. Neves; C. Barreto. (Org.). *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press.
- PONTIM, Rute.
2004 *Configuração do povoamento pré-colonial do norte goiano: o caso dos grupos ceramistas*. Dissertação mestrado. MAE-USP, São Paulo
- PONTIM, Rute.
2011 *A Tradição Tupiguarani na Bacia do Alto Tocantins*. Tese de Doutorado. MAE-USP, São Paulo.
- PRANCE, G. T.
1973 Phytogeographic support for the theory of Pleistocene forest refuges in the Amazon Basin based on evidence from distribution patterns in Caryocaraceae, Chrysobalanaceae, Dichapetalaceae and Lecythidaceae. *Acta Amazonica* 3(3): 5-28.
- PRICE, T. D.; FEINMAN, G. M.
2007 The Archaeology of the Future. In: *Archaeology at the Millenium*. Feinman, Gary M. & Price, T. Douglas (Ed). New York: Springer, pp. 475-495.
- PRICE, T. D.; GEBAUER, A. B.; KEELEY, L. H.
1995 The spread of farming into Europe north of the Alps. In PRICE, T. D.; GEBAUER, A. B., eds. - *Last hunters first farmers*. Santa Fe: School of American Research Press, p. 95-126.
- PROUS, A.
1992 *Arqueologia Brasileira*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 605pp.
- 2010 A pintura na cerâmica Tupiguarani. In: André Prous; Tania Andrade Lima. (Org.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010, v. 2, p. 113-215.

- PROUS, A.; LIMA, T. A.
 2008 *Os Ceramistas Tupiguarani* Vol. I. Belo Horizonte: SIGMA - Superintendência do Iphan em Minas Gerais. v. 1. 216 p
- 2010a *Os Ceramistas Tupiguarani* Vol. II. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010. v. 2. 244 p
- 2010b *Os Ceramistas Tupiguarani* Vol. II. Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, 2010. v. 3. 208 p.
- PROUS, A.; et al.
 2010 As indústrias líticas dos ceramistas Tupiguarani. In: André Prous; Tania Andrade Lima. (Org.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN de Minas Gerais, 2010, v. 3, p. 27-76.
- PRYOR, J.; CARR, C.
 1995 Basketry of Northern California Indians. In: *Style, Society, and Person*. Springer US. p. 259-296.
- RAMOS, A.
 1943 Introdução à Antropologia Brasileira. Vol. I *As culturas não-européias*. Coleção Estudos Brasileiros. Ed. C.E.B. Rio de Janeiro.
- RAYMOND, S. J.
 2009[1995] Dos fragmentos às vasilhas: um primeiro passo para a construção de contextos culturais na arqueologia da floresta tropical. *Amazônia* 1 (2): 512-535. Traduzido por Denise P. Schann de: From potsherds to pots: a first step in constructing archaeology, in *Archaeology in the lowland American tropics. Current analytical methods and recent applications*, pp. 224-242. Editado por Peter W. Stahl. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- REDE, M.
 1996 História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.4 p.265-82.
- RENFREW, C.
 1987 *Archaeology and Language: the puzzle of Indo-European Origins*. Jonathan Cape. London.
- 2000b At the edge of knowability: towards a prehistory of languages. *Cambridge Archaeological Journal*, 10(1), 7-34.
- RENFREW, C; BAHN, P.
 1996 *Archaeology: Theories, method and Practice*. Thames and Hudson, Londres.
- RENFREW, C., MCMAHON, A. M., & TRASK, R. L.
 2000a *Time depth in historical linguistics*. McDonald institute for archaeological research.

- RIBEIRO, D.
1954 Os Índio Urubus. Ciclo anual de atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, vol. I, PP 127-157, São Paulo.
- 1974 *Uirá sai à procura de Deus: Ensaios de etnologia e indigenismo*. Ed. Paz na Terra. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, D.; RIBEIRO, B. G.
1957 *Arte plumária dos índios ka'apor* [album]. Rio de Janeiro, [Laboratórios Silva-Araujo Roussel], 40 p.
- RICE, P.
1987 *Pottery Analysis. A Sourcebook*. Chicago, The University of Chicago Press. 559p
- RIVET, P.
1924 Langues Américaines, III. Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles, in Meillet, A. & Cohen, M. (eds.), *Les Langues du Monde, Collection Linguistique de Paris*, Paris, 16.
- RIVET, P.; LOUKOTKA, C.
1952 Langues de l'Amérique du Sud et des Antilles. *Les Langues du monde*, nouv. éd., p. 1099-1100. Paris.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.
1996 Os grupos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 6, n. 1996, p. 83-122, 1996.
- RODRIGUES, A. D.
1945 Fonética histórica tupí-guarani: diferenças fonéticas entre o tupí e o guarani. *Arquivos do Museu Paraense*. Curitiba, 4.
- 1958 The classification of Tupí-guarani. *International Journal of American Linguistics*, 24: 231-234.
- 1964 A classificação linguística do tronco Tupí. *Revista de Antropologia*, 12 (1-2).
- 1984 Relações internas na família lingüística Tupí-Guaraní. *Revista de Antropologia*, p. 33-53.
- 1986 [1994] *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- 1988 Proto-Tupí evidence for agriculture. In: *International Ethnobiology Conference*, 1, Belem.
- 2000 Hipótese Sobre as Migrações dos Três Subconjuntos Meridionais da Família Tupí-Guaraní. In: *Anais do II Congresso da Associação Nacional de Linguística, XIV Instituto Linguístico*, Florianópolis: ABRALIN. 1 CD-Rom.

- 2002 Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní. In: Cabral, A. S. A. C.; Rodrigues, A. D. (Org.). *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. In: Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1, tomo I, Belém: Editora UFPA. p. 327-337.
- 2003 Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (Org.). *Sob o signo do Xingu*. Belém: UFPA, IFNOPAP, v. 1, p. 37-51.
- 2005a A obra científica de Mattoso da Câmara Jr. *Estudos da Lingua(gem)*. n.2. p. 11-28. Vitória da Conquista.
- 2005b A Reconstruction of Proto-Tupí Phonology. *Workshop em Linguística Histórica e Línguas em Contato*, Brasília. [ms]
- 2007a Agricultura Tupí Pré-Histórica na Amazônia. In: *Congresso Internacional da ABRALIN*, 5, Belo Horizonte, Resumos..., Belo Horizonte: ABRALIN, 2007b. p. 453.
- 2007b Tupí languages in Rondônia and in eastern Bolivia. In: WETZELS, L. (Ed.). *Language endangerment and endangered languages: linguistic and anthropological studies with special emphasis on the languages and cultures of the Andean-Amazonian border area*. Leiden: CNWS Publications, v.1, p. 355-363.
- 2010 Linguistic reconstruction of elements of prehistoric Tupí culture. In: Eithne B. Carlin; Simon van der Kerke. (Org.). *Linguistics and archaeology in the Americas: the historization of language and society*. 1 ed. Leiden, The Netherlands: Brill, v. 2, p. 1-10.
- RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C.
- 2002 Revendo a classificação interna da família Tupí-Guarani. *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. In: Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL*, 1, Belém: EDUFPA, p. 327-337.
- 2001 *Estudos sobre línguas indígenas*. 1. ed. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, v. 1. 239p.
- RODRIGUES, J. P.
- 2008 Tupífilia internacional: tupí, cientistas e viajantes no século XIX. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa. p. 327-351 .
- RODRIGUES, A.; CABRAL, A. S. A. C.
- 2012 Tupían. In: Lyle Campbell and Verónica Grondona. (Org.). *The Indigenous Languages of South America*. 1ed. Berlin/Boston: Mouton de Gruyter, , v. 2, p. 495-574.

- RODRIGUES, A. D.; HAUPTMANN, A.; HARTMANN, T.
1964 A classificação do tronco lingüístico Tupi. *Revista de Antropologia*, p. 99-104.
- ROE, E. M.
1995 Except-Africa: postscript to a special section on development narratives. *World development*, v. 23, n. 6, p. 1065-1069.
- ROGGE, J.
2004 *Fenômenos de Fronteira: Um Estudo das Situações de Contato Entre os Portadores das Tradições Ceramistas Pré-Históricas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Unisinos.
- ROMERO, S.
1986 [1900] Explicações Indispensáveis. In: *Vários escritos*: Tobias Barreto. Aracaju: Editora do Estado de Sergipe. p. 5-11.
- RONDON, C. M. S.
1915 *Relatório apresentado à Diretoria Geral dos Telegrafhos e à Divisão de Engenharia (G5) do Departamento de Guerra. Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas*. Publicação n. 26, anexos 1, 2 e 3, vol. 3. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger,
- ROOSEVELT, A.
1991 Determinismo Ecológico na Interpretação do desenvolvimento social indígena da Amazônia, in NEVES, W. (org), *Origem, Adaptações e Diversidade Biológica do Homem nativo da Amazônia*. Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém. 103-141pp.
- ROUSE, I.
1939 Prehistory in Haiti: A Study in Method. *Yale University Publications in Anthropology*, No. 21. New Haven.
- ROWE, J. H.
1959 Archaeological Dating and Cultural Process. *Southwestern Journal of Anthropology*, Vol. 15, No. 4, pp. 317-24. Albuquerque.
1961 Stratigraphy and Seriation. *American Antiquity*, Vol. 26, No. 3, pp. 324-30. Salt Lake City.
- SACKETT, J. R.
1977 The Meaning of Style in Archaeology: A General Model. *American Antiquity*, 42(3):369-380.
1982 Approaches to Style in Lithic Archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1:59-112.
1986 Style, function, and assemblage variability: a reply to Binford. *American Antiquity*, v. 51, n. 3, p. 628-634, 1986.
1993 Style and Ethnicity in Archaeology: the case for Isochrestism. In: M.W. Conkey & C. Hastorf (Eds.). *The Uses of Style in Archaeology*.

Cambridge, Cambridge University Press. Pp. 5- 17.

SAHLINS, M.

1990 *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SANTAMARÍA, D. J.

1985 La historia, la etnohistoria y una sugerencia de los antropólogos. *Desarrollo Económico*, Vol. 25, No. 99. Instituto de Desarrollo Económico y Social. pp. 465-472.

SANTOS, A. L.N.

2009 Brasil. Novas agendas sociopolíticas por novos pactos sociais ainda instáveis. Estabilidades futuras serão possíveis? *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v.2, n.1, p.175-184 - www.cgs.ufba.br

SANTOS-GRANERO, F.

2002 "The Arawakan matrix: Ethos, language, and history in native South America," in *Comparative Arawakan histories: Rethinking language family and culture area in Amazonia*. Edited by J. D. Hill and F. Santos-Granero, pp. 25–50. Urbana: University of Illinois Press

SAPIR, E.

1912 Language and environment. *American Anthropologist* 14(2): 226-42.

1951 *Selected Writings in Language, Culture and Personality*. Berkeley: University of California Press.

SAUSSURE, F. de.

1995 *Curso de Lingüística Geral*. Trad.: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 20ª ed.

SCAMACCHIA, M. M.

1981 *Tentativa de caracterização da tradição Tupíguarani*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

1990 *A tradição policrômica no leste da América do Sul evidenciada pela ocupação Guarani e Tupínambá: fontes arqueológicas e etnohistóricas*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. São Paulo.

SCHADEN, E.

1945 *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Paulo.

1954 Aspectos fundamentais da cultura guarani. *Boletim* 188 (Antropologia, 4), FFLCH, Universidade de São Paulo.

1993 Pioneiros alemães da exploração etnológica do Alto Xingu. In Coelho, Vera P. (org). Karl von den Steinen: *Um século de Antropologia no Xingu*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.

- SCHEEL-YBERT et al.,
2008 A new age to an old site: the earliest Tupiguarani settlement in Rio de Janeiro State? *Anais da Academia Brasileira de Ciências* (Impresso), v. 80, p. 763-770.
- SCHIFFER, M. B.
1972 *Archaeological Context and Systemic Context*. *American Antiquity*, 37(2): 156-165.

1983 Toward the Identification of Formation Processes. *American Antiquity*, 48:675-706.

1987 *Formation Processes of the Archaeological Record*. Albuquerque, University of New Mexico Press, p. 3-23.

1992 Technology and Society. In: M.B. Schiffer. *Technological Perspectives on Behavioral Change*. Tucson, University of Arizona Press. Pp. 130-141.

2001 *The explanation of long-term technological change*. In: M.B. Schiffer (Ed.) *Anthropological Perspectives on technology*. Albuquerque, University of New Mexico Press, p. 215-236.
- SCHIFFER, M.B.; SKIBO, J.
1997 The Explanation of Artifact Variability. *American Antiquity*, 62(1):27-50.
- SCHLEICHER, C.
1998 *Comparative and internal reconstruction of the Tupí-Guarani language family*. 1998. 372f. Tese Doutorado – University of Wisconsin, Madison.
- SCHMIDT, W.
1913 *Kulturkreise und Kulturschichten in Südamerika, Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, 45:1014-130.
- SCHMITZ, P. I. (org)
1990 Projeto Candelária: Uma aldeia Guarani. *Documentos 04*. IAP-Unisinos: São Leopoldo.
- SCHMITZ, P. I.; FENSTERSEIFER, E.
1975 Fase Ipora, uma Fase Tupiguarani no Sudeste de Goiás. *Revista de Divulgação Científica*, Goiânia, v. II, n.2, p. 19-70.
- SCHWARCZ, L. M.
1998 *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras,
- SERA, T. R. C.
1992. Indianismo: evasão e participação no romantismo brasileiro. *Cerrados: revista do curso de pós-graduação em literatura*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 41-46.

- SHENNAN, S.
2000 Population, Culture History, and the Dynamics of Culture Change. *Current Anthropology* 4 (5), 811–835.
- SHEPPARD, A.
1971 *Ceramics for the archaeologist*, Washington D.C., Carnegie Institution of Washington.
- SILVA, F. A.
2000a Produção e uso da cultura material e a formação do registro arqueológico: o exemplo da cerâmica dos Asurini do Xingu. *Revista do CEPA*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 32, p. 59-110.
- 2000b *As tecnologias e seus significados. Um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo.
- 2001 Produção uso e descarte da cultura material e a formação do registro arqueológico: o exemplo da cestaria dos Kayapó-Xikrin e da cerâmica dos Asurini do Xingú. In: *Anais do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Rio de Janeiro.
- 2002 Mito e Arqueologia: a interpretação dos Assurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no parque indígena Kuatinemu – Para. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 175-187,
- 2003 Grupo Doméstico e a Produção Cerâmica dos Asuriní do Xingu. Uma Contribuição para os Estudos de Household Archaeology. *Análisis, Interpretación y Gestión en la Arqueología de Sudamérica*, Olavarria, v. 2, p. 151-164.
- 2007 O significado da variabilidade artefactual: a cerâmica dos Asuriní do Xingu e a plumária dos Kayapó-Xikrin do Cateté. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 2, p. 91-103.
- 2008 Ceramic technology of the Asuriní do Xingu, Brazil: an ethnoarchaeological study of artifact variability. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 15, p. 217-265.
- 2009a A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 4, p. 27-37,
- 2009b Arqueologia e Etnoarqueologia na aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, p. 205-219.
- 2009c A organização da produção cerâmica dos Asuriní do Xingu: uma reflexão etnoarqueológica sobre variabilidade de padronização artefactual. *Arqueología Suramericana*, v.5,p. 121-137.

- SILVA, F. A.; et al.
2004a *Beleza, Rigor e Dignidade: A Cultura Material Tupí no Tempo e no Espaço*. São Paulo: Conjunto Cultural da Caixa, 2004. v. 1. 32 p.
- SILVA, F. A.; et al.
2004b A Arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. *Revista de Arqueologia* (Belém), v. 17, p. 41-61.
- SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F.; POUGET, F.C.
2007 Arqueologia Etnoarqueologia e História Indígena – um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lalima. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 509-514.
- SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F.; POUGET, F. C.
2008 Arqueologia etnoarqueologia e história indígena. Um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a Terra Indígena Kaibi e a Aldeia Lalima. *Relatório Científico FAPESP*, São Paulo, SP. 120 p.
- SILVA, F. A. & BLASI, O.
1955 Escavações preliminares em Estirão Comprido. *Congresso Internacional de Americanistas*, 31: 829-845.
- SILVEIRA, E.
2007 *Tupí or not Tupí: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- SINOPOLI C. M.
1991 *Approaches to Archaeological Ceramics*. New York
- SOUSA, Gabriel Soares de.
1587 *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Typographia universal de Laemmert, 1851.
- SOUSA FILHO, A.
2009 *Ideologia e transgressão*. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/alipiosousa
- SPAULDING, A.
1953 Review of Measurements of Some Prehistoric Design Developments in the Southeastern States, by James A. Ford. *American Anthropologist*, 55 (4): 588-591.
- 1960 Statistical Description and Comparison of Artifact Assemblages. In: Heizer, Robert F. & Cook, Sherburne F. *The Application of Quantitative Methods in Archaeology*. Viking Fund Publications in Anthropology, n.28, pp. 60-83.

- STARK, M.
1998 *The archaeology of social boundaries*. Washington: Smithsonian Institution.
- STELLA, J. B.
1928 As línguas indígenas da América. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, 267.
- STORTO, L.
2005 Caso e concordância nas línguas Tupí. *Estudos Linguísticos, Campinas*, v. 34, p. 59-72.
- STUCHI, F. F.
2008 *A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA). História indígena e etnoarqueologia*. Relatório de Qualificação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- STUIVER, M.; REIMER, P.J.
1998 Radiocarbon calibration program 1998 rev 4.1. - Copyright 1993 Quaternary Isotope Lab - University of Washington. *Radiocarbon*, 35: 215-230.
- SUSNIK, B.
1975 *Dispersión tupí-guaraní pré-histórica. Ensayo analítico*, Asunción, Museo Etnográfico "Andrés Barbero"
- SWADESH, M.
1952 Lexico-statistic dating of prehistoric ethnic contacts. *Proceedings of the American philosophical Society*, 99: 452-62.
- TERMINOLOGIA
1976 Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1(1): 119-148.
- THOMPSON, S. I.
1973 Pioneer Colonization: A Cross-Cultural View. *Addison-Wesley Module in Anthropology*. 33.
- TILLEY, C.
2008 Objectification. In: TILLEY, Chris; KEANE, Webb; KÜCHLER, Susanne; ROWLANDS, Mike; SPYER, Patricia (Eds.). *Handbook of Material Culture*. London: Sage. p. 60-73.
- TORRES, H. A.
1940 Arte Indígena da Amazônia. nº6. *Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio, MES, Imprensa Nacional.
- TORRES, L. M.
1911 *Los primeiro habitantes del delta del Paraná*, Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos. Buenos Aires.

- TRIGGER, B. G.
 1975 Brecht and Ethnohistory. *Ethnohistory*, Vol. 22, No. 1. Published by: Duke University Press. pp. 51-56
- 1977 Comments on archaeological classification and ethnic groups. *Norwegian Archaeological review* 10:20–3.
- 1982 “Ethnohistory: Problems and Prospects,” *Ethnohistory* 29
- 1986 Ethnohistory: The Unfinished Edifice. *Ethnohistory*, Vol. 33, No. 3, Duke University Press pp. 253-267
- 2004 *História do pensamento arqueológico*. São Paulo. Odysseus Editora.
- TULLY, G.
 2007 Community Archaeology: General Methods and Standards of Practice. *Public Archaeology*, v. 6, p. 155-187
- TURIN, R.
 2010 Entre “antigos” e “selvagens”: notas sobre os usos da comparação no IHGB. *Revista de Historia – edição especial*. FFLCH/USP, São Paulo.
- URBAN, G.
 1996 On the geographical origins and dispersion of Tupian languages. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.39, n.2, p. 61-104.
- 1998 “A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas” in: Cunha, Manuela C. da (org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras. (2ª edição), p. 87-102.
- VAN DER MAATEN, L. J. P. et al.
 2006 Computer vision and machine learning for archaeology. *Proceedings of Computer Applications and Quantitative Methods in Archaeology* 112-130.
- VANZOLINI, P.E.
 1979. *Zoologia Sistemática, geografia e a origem das espécies*. Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, Série Teses e Monografias 3. São Paulo.
- VARNHAGEN, F. A.
 1854 *História Geral do Brasil. Do descobrimento, colonização, legislação...* Caza de E. E H. Laemmert. Rio de Janeiro.
- 1978 [1854] *História geral do Brasil* [1854]. São Paulo: Melhoramentos,
- VASCONCELOS, S. de
 1977 [1663] *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, vol. I, p. 221.
- VIDAL, L.
 1984/85 O I Encontro Tupí: uma apresentação. *Revista de Antropologia*. Vol 27/28. São Paulo

VIEGAS, S. DE M.

2007 *Terra calada: os Tupínambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro, 7 Letras. 339 p

VIVEIROS DE CASTRO, E. B.

1984/85 Bibliografia etnológica básica Tupí-guarani. *Revista de Antropologia*. Vol. 27/28. São Paulo

1986 *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

1992 O mármore a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35.

1996 Comentário ao artigo de Francisco Noelli. *Revista de Antropologia* 39(2):7-53.

2002 *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify.

2003 Amazônia pré-Cabral. *Ciência Hoje*, v. 34, p. 11-12.

2007 *Entrevista por Pedro Cesarino e Sérgio Cohn, Revista Azouge-Saque/Dádiva*, n. 11, Rio de Janeiro, Programa Cultura e Pensamento, MinC.

STEINEN, K. VON DEN

1886 *Durch Central-Brasilien. Expedition zur Erforschung des Schingú im Jahre 1884*. Mit über 100 Text- und Separatbildern von Wilhelm von den Steinen, 12 Separatbildern von Johannes Gehrts, einer Specialkarte des Schingústroms von Otto Clauss, einer ethnographischen Kartenskizze und einer Übersichtskarte. Leipzig: F.A. Brockhaus.

VARNHAGEN, F.A. de.

1857 *Historia Geral do Brazil*. Madri, Imprensa da V. de Dominguez, vol. 2, 465 p

WAGLEY, C.; GALVÃO, E.

1946 O parentesco Tupí-Guarani. *Boletim do Museu Nacional (Antropologia)*, 6.

1961 Os índios Tenetehara: uma cultura em transição. *Serviço de documentação do Ministério da Educação e Cultura*.

WALLACE, A. F. C.; J. ATKINS

1960 The meaning of kinship terms. *American Anthropologist* 62(1): 58-80.

WALKER, R. S., S. WICHMANN, T. MAILUND y C. J. ATKISSON

2012 Cultural phylogenetics of the Tupi language family in lowland South America. *PLoS ONE* 7(4): 1-9.

WATSON, J.

1952 Caya Cultural Change: a study in Acculturation and methodology. In: *American Anthropologist*, LIV, nº2. Memoir 73.

- WIESSNER, P.
1983 Style and Social Information in Kalahari San Projectile Points. *American Antiquity*, 48(2): 253-276. 1983.
- 1989 Style and changing relations between the individual and society. In Hodder I. (ed.) *The Meanings of Things*, pp. 56–63. London: Unwin & Hyman.
- WRIGHT, R. P.
1991 Women's labor and pottery production in prehistory. *Engendering Archaeology: women and prehistory*.
- WÜST, I.
1983 *Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso e Goiás: tentativa de análise espacial*. São Paulo. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP.
- 1987/88/89 A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo. São Paulo: *Revista de Antropologia/USP*, V.30/31/32, PP.21-36.
- 1990 *Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. São Paulo: Tese doutorado (Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo.
- WÜST, I.; CARVALHO, H.B.
1996 Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do Centro-Oeste brasileiro: A análise espacial do Sítio Guará 1(GO-NI-100), Goiás. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 6: 47-81.
- ZAGORIN, P.
1999 History, the reference, and narrative. *History and Theory: studies in the philosophy of history*, v. 38, n.1, p. 1-24.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA,
2012 *Programa de prospecção e resgate arqueológico – Projeto Jaguar*. Município de São Félix do Xingu, Estado do Pará. Relatório Final da Etapa de prospecção.
- ZARUR, G. C. L.
2002. Significado e efeito da publicação do mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju para a Antropologia brasileira. In: *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. IBGE. Ministério da Educação. Rio de Janeiro. Pag. 33-35.
- ZEDEÑO, M.I.
1997 Landscapes, land use, and the history of territory formation: an exemple from pueblo an southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4(1): 63-103.

ZIMPEL, C.

2009 *Na direção das periferias extremas da Amazônia: arqueologia na bacia do rio Jiparaná - RO*. Dissertação de mestrado. MAE-USP. São Paulo.

Anexo 1

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Alto Arroio		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Arroio 1		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Arroio 2		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Darcí S. de Souza		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Dunas de Guaiúba		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Guarita 1	ARA-013	BR	SC	Sombrio			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Guarita 2	ARA-014	BR	SC	Sombrio			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	José M. Costa		BR	SC	Laguna			
11ª SR IPHAN; Silva 1999	Três Barras		BR	SC	Palhoça			
11ª SR IPHAN; Silva 1999; De Masi 2007	Km 295		BR	SC	Imbituba			
11ª SR IPHAN; Silva 1999; De Masi 2007	Roça do Mato Alto / Ceramico Roça do Mato Alto		BR	SC	Araranguá			
11ª SR IPHAN; Silva. 1999	Aldeia Canto do Norte		BR	SC	Imbituba			
12ª SR IPHAN	Agenor Lucca	RS-TQ-26	BR	RS	Roca Sales			
12ª SR IPHAN	Arlindo E. Kirst	RS-UR-1	BR	RS	Marcelino Ramos			
12ª SR IPHAN	Cláudio Conde		BR	RS	Paraíso do Sul			
12ª SR IPHAN	Corredor do Bolso		BR	RS	São Gabriel			
12ª SR IPHAN	Delcir Musselini		BR	RS	Rio dos Índios			
12ª SR IPHAN	do Açude	U-474	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
12ª SR IPHAN	do Portinho		BR	RS	Alpestre			
12ª SR IPHAN	Eduardo F. Ferrugem		BR	RS	Glorinha			
12ª SR IPHAN	Fazenda São Pedro B	RS-LN-7	BR	RS	Osório			
12ª SR IPHAN	Hildemar Hunser	RS-TQ-22	BR	RS	Venâncio Aires			
12ª SR IPHAN	Honorino Domingos Gava	RS-HDG-01-G40	BR	RS	Cotiporã			
12ª SR IPHAN	Lauro Nardim		BR	RS	Muçum			
12ª SR IPHAN	Morro dos Conventos	SC-LS-6	BR	SC	Araranguá			
12ª SR IPHAN	Olívio Pedroso		BR	RS	Alpestre			
12ª SR IPHAN	Otto Haupt	RS-TQ-21	BR	RS	Venâncio Aires			
12ª SR IPHAN	Professora Ivone		BR	RS	Alpestre			
12ª SR IPHAN	Sambaqui Mato Morto	RS-LN-14	BR	RS	Tramandaí			
12ª SR IPHAN	Sebaldo Seidel	RS-TQ-17	BR	RS	Venâncio Aires			
12ª SR IPHAN	Seno Dreissing	RS-TQ-24	BR	RS	Venâncio Aires			
12ª SR IPHAN	Varcelino Ferri	RS-VFO-3-G40	BR	RS	Bento Gonçalves			
12ª SR IPHAN; Cnsa RS02075	Aldeia da Quaresma		BR	RS	São Luiz Gonzaga			
12ª SR IPHAN; Monticelli et al. 2003; Wagner 2004	Família Nunes	LQQ-2	BR	RS	Terra de Areia			
12ª SR IPHAN; CNSA RS02251	Esquina Londero		BR	RS	Doutor Maurício Cardoso			
ABREU 1928, 1944	Campo perto do sambaqui do Rio de Una		BR	SC	Imbituba			
Abreu. 1928			BR	SC	Imbituba			
Abreu. 1928			BR	SC	Imbituba			
ABREU. 1928, 1944	Sambaqui do Rio de Una		BR	SC	Imbituba			
ABREU. 1928; Beck 1971, 1972; Hurt 1974; Prous e Piazza 1977; CNSA 55619; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988;	Caieira	SC-LL-29	BR	SC	Laguna			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Alto das Palmeiras	VAC-6	BR	RS	Dilermando de Aguiar			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Antoninha Moretto I e II	IBM-9	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Antônio Rigon	VACM-5	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Arroio Raimundo	VACM-5	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Boca da Picada	IBM-8	BR	RS	São Pedro do Sul			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Estância Velha 1	VAC-1	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Estância Velha 2	VAC-2	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Estância Velha 3	VAC-4	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Estrada Alto das Palmeiras	VAC-6	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Guabijú	IBM-2	BR	RS	São Pedro do Sul			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Ivo Teixeira Galvão	VACM-7	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Lajeado do Lava Pés		BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Noé Pereira	IBM-5	BR	RS	São Pedro do Sul			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Odacir Ilha de Oliveira	VAC-5	BR	RS	Santa Maria			
Acervo \LEPA/UFSM; CNSA	Rincão dos Flores	VAC-3	BR	RS	Santa Maria			
ACOSTA & LARA. 1979; SEMPÉ & CAGGIANO. 1995			AG	Prov. Misiones	San Javier			
Aguirre. 1951			BR	SC	Itá			
Aguirre. 1951			BR	SC	Itá			
Aguirre. 1951			BR	SC	Itá			
ALBUQUERQUE, 2008		PE-107-Cm	BR	PE	São Lourenço da Mata	150±150 AP	C14	BaH-1255
ALBUQUERQUE, 2008		PE-123-PJA	BR	PE	Triunfo	510±150 AP	C14	BaH-1254
ALBUQUERQUE, ET AL 2011; CNSA-RN00274	Ocorrência 05 - KM 111-112		BR	RN	Ielmo Marinho			
ALBUQUERQUE. 1969	dos Marcos	PE-13-LN	BR	PE	Igarassu	1516 AD	Relativo	
ALBUQUERQUE. 1992			BR	AL	Jequiá da Praia			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
ALBUQUERQUE. 2008								
ALMEIDA. 2004	Fazenda do Pinhal		BR	MG	Conceição dos Ouros	700 AP	TL (1999)	USP
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	1150±60 AD	C14	BETA-230214
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	1270±40 AD	C14	BETA-210847
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	1330±70 AD	C14	BETA-210848
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	725±65 AD	C14	BETA-210849
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	3120±70 a.C	C14	BETA-230215
ALMEIDA. 2008	Cavalo Branco		BR	PA	Marabá	3500±40 a.C	C14	BETA-210846
ALMEIDA. 2008	Grajaú		BR	MA	Vitorino Freire	1320±80 AD	C14	
ALMEIDA. 2008	Nova Ipixuna 3	RO-JP-2	BR	PA	Nova Ipixuna	740±70 AD	C14	
ALMEIDA. 2008	Bela Vista		BR	PA	Bom Jesus do Tocantins	480±20 a.C.	C14	
ALMEIDA. 2008	Bom Jesus 2		BR	PA	Bom Jesus do Tocantins			
ALMEIDA. 2013	Bom Jesus 6		BR	PA	Bom Jesus do Tocantins			
ALVES. 1995	Água Limpa		BR	SP	Monte Alto	1524±152 AP	TL	IF-USP
ALVES. 1999	Aldeamento Tupiguarani de Vila Olimpia		BR	RJ	Guapimirim			
ALVES, 2009; Moraes, 2007 ; MORAIS, 1999-2000; SCHIAVETTO.2007	Franco de Godoy		BR	SP	Mogi Guaçu	1500±50 AP	C14	Instituto de Geociencias da USP
AMBROSETTI, 1895	San Lorenzo		AG	Prov. Misiones	Eldorado			
AMBROSETTI, 1895	Tacuru Pucu		PY	Depto. Alto Paraná	Hernandárias			
AMBROSETTI, 1895	Toro Cuá		PY	Depto. Alto Paraná	Ñacunday			
AMBROSETTI, 1895			PY	Depto. Alto Paraná	Ciudad del Est			
AMBROSETTI, 1895, 1896; MAYNTZHUSEN, 1908, 1912, 1924, 1941, 1944; SCHMIDT. 1932; MENGHÍN.1962	Yaguarazapá		PY	Itapúa	Capitán Mesa			
AMBROSETTI, 1895; Oliveira. 2002	Puerto Unión		BR	PR	Foz do Iguaçu			
AMBROSETTI. 1895; OUTES. 1918; OLIVEIRA. 2002			BR	PR	Foz do Iguaçu			
AMBROSETTI. 1895; OUTES.1918			PY	Depto. Alto Paraná	Ciudad del Est			
AMBROSETTI. 1895; POUJADE. 1992			AG	Prov. Misiones	Candelária			
AMEGHINO 1884; MIRANDA 1932; CIGLIANO, RAFINO & CAGGIANO	Laguna Lobos		AG	Prov. Buenos Aires	Lobos			
AMEGHINO. 1918	Magdalena		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
AMEGHINO. 1918	Monte Grande		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
AMEGHINO. 1918	San Isidro		AG	Prov. Buenos Aires	San Isidro			
ANDREATTA 1976; SCATAMACCHIA. 1981; CNSA GO00379.	Bela Vista (ou Nova Veneza)	GO-RV-1	BR	GO	Bela Vista de Goiás			
APARÍCIO 1931; BADANO 1940; SERRANO 1950.	Isla del Pillo		AG	Prov. Entre Ríos	Diamante			
Aracruz; CNSA-ES00224	Irajá 03		BR	ES	Aracruz			
Aracruz; CNSA-ES00228	Santa Rosa 03		BR	ES	Aracruz			
ARAÚJO COSTA. 1983	Cajazeiras	PA-BA-18	BR	PA	Tucuruí			
ARAÚJO COSTA. 1983	Capão Bonito	PA-BA-20	BR	PA	Tucuruí			
ARAÚJO COSTA. 1983	Fazenda	PA-BA-13	BR	PA	Tucuruí			
ARAÚJO COSTA. 1983	Mangal 2	PA-BA-10	BR	PA	Tucuruí			
ARAÚJO COSTA. 1983; SIMOES. 1987	Km 28	PA-BA-11	BR	PA	Tucuruí	1000±70 AD	C14	SI-4061
ARAÚJO COSTA. 1983; SIMOES. 1987	Torre de Controle	PA-BA-17	BR	PA	Tucuruí			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Bianco		BR	SP	Itapeva	295±30 AP	TL	
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Cedro	CDR526636	BR	SP	Itapeva			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Moura		BR	SP	Itapeva			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Pinha		BR	SP	Itapeva			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Porteira		BR	SP	Itapeva			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Rancho Caído		BR	SP	Itapeva			
ARAÚJO, 2001, 2006 ; MORAES, 2007	Silveira		BR	SP	Itapeva			
ARAUJO, 2001, 2006; MORAES. 2007; MORAIS. 2000; NOELLI. 1999-2000; PALLESTRINI, 1968-1969, 1969, 1975; CNSA 25443;	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1076 AP	TL (1968)	IEA
ARAÚJO. 2001; MORAES. 2007; PALLESTRINI. 1975.	Fazenda Guarapiranga		BR	SP	Tatui	720±100 AP	TL	
ARAUJO. 2006	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1100±110 AP	TL	
ARAUJO. 2006	Santa Maria		BR	SP	Itapeva	Sec XVIII	Relativa	
ARAUJO. 2006 ; MORAES. 2007; MORAIS. 2000	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1010±100 AP	TL (1970)	IF-USP
ARAUJO. 2006 ; MORAES. 2007; MORAIS. 2000	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1190±120 AP	TL (1970)	IF-USP
ARAUJO. 2006 ; MORAES. 2007; MORAIS. 2000	Fonseca		BR	SP	Itapeva	970±100 AP	TL (1970)	IF-USP
ASSUNÇÃO. 2010	Taquaruçu		BR	SC	Jaguaruna			
AZARA 1904; SCHMIDT 1932.	Arroyo Aguy Caay		PY					
BADANO 1940; SERRANO 1947, 1950, 1966	Pajas Blancas		AG	Prov. Entre Ríos	Diamante			
BADANO 1940; SERRANO 1950, 1972	Isla Juanicó		AG	Prov. Entre Ríos	Concepción del Uruguay			
BADANO 1940; SERRANO 1950.	Isla El Valentín		AG	Prov. Entre Ríos	Concepción del Uruguay			
BADANO. 1940			AG	Prov. Entre Ríos	Concepción del Uruguay			
BAETA & PILÓ. 2003.	Florestal		BR	MG	Itueta	1300±150 AP	TL	
BAETA & PILÓ. 2003.	João Reis		BR	MG	Itueta	750±40 AP	TL	
BAEZA & BOSCH 1973.	Los Negros		UY	Depto. Durazno	Carlos Reyles			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BAEZA & BOSCH 1973.	Punta del Diablo		UY	Depto. Rocha	La Esmeralda			
BAEZA & BOSCH 1973;TRAKALO,1987.	Río Tacuarembó		UY	Depto. Rivera	San Gregorio de Polanco			
BAEZA, BOSCH, FEMENÍAS & BOSCH 1980; BOSCH, BOSCH, PINTO & BAEZA 1973; LÓPEZ s.d.; BAEZA, BOSCH, FEMENÍAS e BOSCH 1973;BOSCH BOSCH, PINTO & BAEZA 1973; Mazz 2001.	Cabo Polonio		UY	Depto. Rocha	Castilhos			
BAEZA. 01.	Punta Pereira		UY					
BARÃO. 1998	Zeferino Soares		BR	RS	Encruzilhada do Sul			
BECK 1971, 1972; ROHR 1984; CNSA 55842.	Congonhas I	SC-LL-30	BR	SC	Laguna			
BECK, 1972.	Sambaqui Rio Lessa	SC-LC-39	BR	SC	Florianópolis			
BECKER 2007.	Camping/Arroio Teixeira	RS-LN-130	BR	RS	Capão da Canoa			
BECKER 2007.	Jazida da Formiga	RS-LN-72	BR	RS				
BECKER 2007; NEUMANN, 2008; Marsul; CNSA 35173; CNSA 35174.	Arroio Teixeira	RS-LN-44 / RS-LN-93/94	BR	RS	Capão da Canoa			
BECKER. 2007.	Campo Bonito	RS-LN-218	BR	RS	Torres			
BECKER. 2007	Adeia TG da Itapeva	RS-LN-134	BR	RS				
BECKER. 2007	Aldeia de Itapeva	RS-LN-122	BR	RS				
BECKER. 2007	Aldeia do Guerreiro	RS-LN-132	BR	RS				
BECKER. 2007	Aldeia Gaivota	RS-LN-158	BR	RS				
BECKER. 2007	Aldeia TG Tapera	RS-LN-154	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007	da Lagoinha	RS-LN-209	BR	RS				
BECKER. 2007	da Olaria	RS-LN-202	BR	RS				
BECKER. 2007	da Sanga Funda	RS-LN-204	BR	RS	Terra de Areia			
BECKER. 2007	do Alegre / Alegrete	RS-LN-182	BR	RS				
BECKER. 2007	do Cemitério	RS-LN-181	BR	RS				
BECKER. 2007	do Gringo	RS-LN-124	BR	RS				
BECKER. 2007	do Juca Fernandes	RS-LN-179	BR	RS				
BECKER. 2007	do Marino Jorge	RS-LN-178	BR	RS				
BECKER. 2007	Família Behenck	RS-LN-172	BR	RS				
BECKER. 2007	Família Pedro Raulino	RS-LN-170/171	BR	RS	Gravataí			
BECKER. 2007	Família Scheffer	RS-LN-184	BR	RS				
BECKER. 2007	Fazenda Lucita I	RS-LN-115	BR	RS				
BECKER. 2007	Fazenda Professor Luiz Carlos Hainzenreder	RS-LN-131	BR	RS				
BECKER. 2007	Hilário Maggi	RS-LN-142	BR	RS				
BECKER. 2007	Ilda Borges	RS-LN-151	BR	RS				
BECKER. 2007	Jazida do Valter	RS-LN-129	BR	RS				
BECKER. 2007	João Fernandes Neto	RS-LN-141	BR	RS				
BECKER. 2007	Lindomar Conceição Viegas ABC (BADO)	RS-LN-65	BR	RS				
BECKER. 2007	Luiz Nolasco de Souza	RS-LN-144	BR	RS				
BECKER. 2007	Margareth Weber	RS-LN-143	BR	RS				
BECKER. 2007	Mariante Gomes	RS-LN-71	BR	RS				
BECKER. 2007	Morro dos Lippert		BR	RS	Dom Pedro de Alcântara			
BECKER. 2007	Nelson Müller+B3150	RS-LN-77	BR	RS				
BECKER. 2007	Noir Evaldt Boff	RS-LN-189	BR	RS				
BECKER. 2007	Orlando José Bohn ABC	RS-LN-70	BR	RS				
BECKER. 2007	Osvaldo Boff		BR	RS				
BECKER. 2007	Pedro Machado Martins (BORO)	RS-LN-183	BR	RS				
BECKER. 2007	Pedro Rubem Preste	RS-LN-86	BR	RS				
BECKER. 2007	Posto do Salim	RS-LN-128	BR	RS				
BECKER. 2007	Profesora Eroni Behenck	RS-LN-157	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Areia	RS-LN-247	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da BR 101	RS-LN-238	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Itapeva	RS-LN-220	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Lagoa da Pinguela	RS-LN-239	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007	TG da Lagoa de Tramandaí	RS-LN-248	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Lagoa do Armazém	RS-LN-249	BR	RS	Tramandaí			
BECKER. 2007	TG da Lagoa do Horácio	RS-LN-251	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Lagoa do Peixoto	RS-LN-240	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007	TG da Lagoa do Ramalhete	RS-LN-243	BR	RS	Maquiné			
BECKER. 2007	TG da Lagoa dos Barros	RS-LN-233/234	BR	RS				
BECKER. 2007	TG da Lagoa Negra	RS-LN-242	BR	RS	Viamão			
BECKER. 2007	TG da Perdida	RS-LN-225	BR	RS				
BECKER. 2007	TG do Faxinal	RS-LN-222	BR	RS				
BECKER. 2007	TG do Pontal	RS-LN-241	BR	RS				
BECKER. 2007	TG/DNIT/Duplicação 101	RS-LN-166	BR	RS				

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BECKER. 2007	TG/Torre Telefonica	RS-LN-167	BR	RS				
BECKER. 2007 ;MARSUL; CNSA 35363; CNSA 00972	FIAT	RS-LN-95	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007. PARELLADA 1999	Darci Azevedo	RS-LN-80	BR	RS				
BECKER. 2007. MARSUL; CNSA 35363; CNSA 00973	Fazenda Santo Antônio (Irmã da Giza)	RS-LN-96	BR	RS	Terra de Areia			
BECKER. 2007; MARSUL; CNSA 35176	Lagoa de Itapeva 1 / Curumim 1	MS-PR-23/RS-LN-104	BR	RS	Capão da Canoa			
BECKER. 2007; MARSUL; CNSA 35364; CNSA 01360	Pinguela Campin	RS-LN-106	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007; MARSUL; CNSA 35365	Jazida da Figueira	RS-LN-107	BR	RS	Osório			
BECKER. 2007; SCHMITZ 1958; GOLDMEIER & SCHMITZ 1983; De MASI & SCHMITZ 1987; PALDAOF 1900; CNSA 35353.	Lagoa dos Quadros	RS-LN-212	BR	RS	Capão da Canoa			
BELTRÃO. 1978	Acampamento Tupi-Guarani da Estação Radiorreceptora 3	GB-12	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Aldeamento Tupi-Guarani da Praia Vermelha		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Aldeamento Tupinambá do Morro da Viúva	GB-23	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Aldeia e Aldeamento Tupi-guarani da Estação de Radio da Marinha	GB-19	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Aldeia e Aldeamento Tupi-Guarani de Manguinhos	GB-24	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Aldeia Tupi do Saco de São Francisco		BR	RJ	Niteroi			
BELTRÃO. 1978	Atelier do Morro das Pixunas	GB-8	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	da Barreira		BR	RJ	Saquarema			
BELTRÃO. 1978	do Porto da Roça N°1		BR	RJ	Saquarema			
BELTRÃO. 1978	Dunas Concheiras da Osa		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Ilha do Pontal		BR	RJ	São Gonçalo			
BELTRÃO. 1978	Ilha do São Jorge		BR	RJ	Angra dos Reis			
BELTRÃO. 1978	Ilha Pequena		BR	RJ	Angra dos Reis			
BELTRÃO. 1978	Madre Silva		BR	RJ	Saquarema			
BELTRÃO. 1978	Rio Salgado		BR	RJ	Saquarema			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui da Praia do Malhador	GB-29	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui de São Lourenço		BR	RJ	Maricá			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Atolador	GB-28	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Caminho do Cajazeiro	GB-37	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Capão do Gentio ou do Peixoto		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do capão do Surucaí	GB-33	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Capãozinho	GB-4	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Cerâmio	GB-2	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Forte		BR	RJ	Paraty			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Pirai	GB-42	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Poço das Pedras	GB-14	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Porto da Cinza	GB-39	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Porto de Teixeira	GB-41	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	Sambaqui do Vaso	GB-34	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978	SambaquiI do Meio	GB-35	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978			BR	RJ	São João de Meriti			
BELTRÃO. 1978/ 1970/71	Acampamento Tupi-Guarani do Telegrafo	GB-1	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978/1970/71; BELTRÃO & KNEIP 1969; BROCHADO. 1984	Acampamento Tupi-Guarani da Estação Radiorreceptora 1	GB-10	BR	RJ	Rio de Janeiro	1735±120 AD	C14	SI-1203
BELTRÃO. 1978; BELTRÃO; FARIA. 1970/71	Aldeamento Tupi-Guarani ou Sambaqui das Pixunas / Sambaqui das Pixunas	GB-18	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; BELTRÃO; FARIA. 1970/71	Aldeia da Alta Frequência		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; BELTRÃO; FARIA. 1970/71	Aldeia Tupi-Guarani da Tropa de Reforço / Tropa de Reforço	GB-17	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; BELTRÃO; FARIA. 1970;71	Aldeamento do Instituto de Pesquisas da Marinha		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; CNSA RJ00214	Acampamento Tupi-Guarani do Centro de Instrução / Aldeia Tupi do Centro de Instrução	GB-16	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; CNSA RJ00218	Sambaqui ou AldeamentoTupi-Guarani do Jequiá	GB-22	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; CNSA RJ00246	Aldeamento Tupi-Guarani de São Tomé		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO. 1978; CNSA RJ00257	Sambaqui do Espinheiro (ou da Praia do Espinheiro)	GB-21 (GB-14)	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO.; FARIA, E.G. 1970;71	Acampamento Tupi-Guarani da Estação Radiorreceptora 2	GB-11	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO.; FARIA, E.G. 1970;71	Poço das Pedras		BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO.; FARIA, E.G. 1970;71		GB-13	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BELTRÃO; FARIA, E.G. 1970;71	Morro da Viúva	MG-GV-4	BR	RJ	Rio de Janeiro			
BERNAL ROMERO e BORETTO OVALLE, 1969	Arroyo Viscaíno		UY	Depto Río Negro	Fray Bentos			
BERNAL ROMERO e BORETTO OVALLE, 1969; Ovalle e Bernal 1969	Paradero Nuevo Berlín		UY	Depto. de Río Negro	Nuevo Berlín			
BERNARDO. 1998	Araçoaiba		BR	SP	Sorocaba			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BERNARDO. 1998	Caguassu		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Cercado		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Corumba		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Edén		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Ipanema		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Iperó		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Laranjeiras		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Mineirão		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Porto		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	São Bento		BR	SP	Sorocaba			
BERNARDO. 1998	Sarapui		BR	SP	Sorocaba			
BERRA, & DEBLASIS, 2006.	Ferraz Igreja		BR	MT	Rondonópolis			
BERTONLI & BARBERO 1932	dos Bocas		PY	Distrito Capital	Asunción			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Boa Vista 1		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Cemitério		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Chã dos Mineiros		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Mangueiros		BR	RN	Bom Jesus			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Pau do Oco		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Serra Nova 1		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009	Serra Nova 2		BR	RN	Florânia			
BERTRAND, ET ALLI. 2009 ; OLIVEIRA, 2000.	Fim do Mundo		BR	RN	Extremoz			
BERTRAND, ET ALLI. 2009; SCATAMACCHIA, 1981; MARTIN, 1999.	Lagoa Guaraíras	RS-LN-212	BR	RN	Senador Georgino Avelino			
BERTRAND, ET ALLI.2009 ; Marsul; CNSA 15903	Boa Vista 2		BR	RN	Florânia			
BERTRAND. 2009			BR	RN	Campo Redondo			
BERTRAND. 2009			BR	RN	Cerro Corá			
BERTRAND. 2009			BR	RN	Jucurutu			
BERTRAND. 2009			BR	RN	Martins			
BERTRAND. 2009			BR	RN	Portalegre			
BESPALEZ, 2009;	Asa de Pote	MS-MI-06	BR	MS	Miranda			
BESPALEZ, 2009	Capina	MS-MI-07	BR	MS	Miranda			
BESPALEZ, 2009	Córrego Lalima	MS-MI-01	BR	MS	Miranda	970±60 AP	C14	BETA-238765
BESPALEZ, 2009	Hélio Correia	MS-MI-12	BR	MS	Miranda			
BESPALEZ, 2009	Tapera do Gino	MS-MI-04	BR	MS	Miranda			
BESPALEZ. 2009	Anita Vieira	MS-MI-11	BR	MS	Miranda			
BIGARELLA 1949; ROHR 1960; DUARTE 1972; De Masi 1999, 2007; CNSA 55227; Lavina 2000;	Porto Rio Vermelho 1	SC-PRV-1	BR	SC	Florianópolis	910 AD	C14	
BIGARELLA 1950-1951; CHMYZ 1976, 2002; Martin, SUGUIO, Flexor, Azevedo 1988; LEÃO 1900, 1919; MARTINS 1925;	Sambaqui Ponta do Pita ou Sambaqui Ponta do Pita II	n. 40	BR	PR	Antonina			
BIGARELLA, TIBURTIUS e SOBANSKI 1954; CHMYZ 1976.	Ilha do Linguado	SFS-42 / Sambaqui nº 27	BR	SC	São Francisco do Sul			
BIGARELLA, TIBURTIUS e SOBANSKI 1954; CHMYZ 1976; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988; CNSA 00906.	Ilha do Linguado 2	SFS-42/Sambaqui nº 27	BR	SC	Araquari			
BLASI, 1967 ; OLIVEIRA, 2002; FERNANDES & BLASI 1956; ALTENFENDER SILVA 1959, 1961-1962; SILVA & BLASI 1955.	Estirão Comprido		BR	PR	Prudentópolis			
BLUMA 1973; CNSA 46104		MS-PR-4	BR	MS	Bataguassu			
Boletim do CBA 5(2) 1976	Vila Olímpica		BR	RJ	Magé			
Boletim do IAB - numero 7 1975.	Lapa da Lavagem	MG-JF-8	BR	MG	Manga			
Boletim do IAB - numero 7 1975.	Mamed	MG-CF-13	BR	MG	Montalvânia			
Boletim do IAB - numero 7 1975; CNSA MG00859.	Graças a Deus II	MG-GV-50	BR	MG	Carmo do Rio Claro			
Boletim Informativo do CBA vol 3 (2) 1974; SCATAMACHIA, 1981.	Vila dos Coroados	RJ-VP-11	BR	RJ	São Fidelis			
BONA, 2006.	Arnaldo Hall		BR	RS	Ibarama			
BONA. 2006	Marsílio Bartz		BR	RS	Agudo			
BONA. 2006	Odair Montana		BR	RS	Ibarama			
BONA. 2006	Sonil Tuchtenhagen		BR	RS	Agudo			
BONA. 2006	Valdeci Scapini		BR	RS	Ibarama	400±200 AD		
BONA. 2006; Klamt 1999	Ademar Kitel	RS-MJ-119	BR	RS	Ibarama			
BONA. 2006; Klamt 1999	Gentil Menegasse A	RS-MJ-116	BR	RS	Ibarama			
BONA. 2006; Klamt 1999	Henrique Schumacher	RS-JC-54	BR	RS	Agudo			
BONA. 2006; Klamt 1999	Nelio Cavalheiro	RS-JC-72	BR	RS	Agudo			
BONA. 2006; Klamt 1999	Nilton Puntel	RS-MJ-118	BR	RS	Ibarama			
BONA. 2006; Klamt. 1999	Aldomiro Friedrich A	RS-JC-95	BR	RS	Agudo			
BONA. 2006; Klamt. 1999	Aldomiro Friedrich B	RS-JC-96	BR	RS	Agudo			
BONA. 2006; Klamt. 1999	Aldomiro Friedrich C	RS-JC-97	BR	RS	Agudo			
BONA.. 2006; 12ª SR IPHAN	Cabeceira do Raimundo	RS-VM5	BR	RS	Santa Maria			
BONOMO, et al. 2011A	Cerro de las Pajas Blancas 1		AG	Prov. Santa Fé	San Jerónimo	650±50 AP	C14	LP-1925

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BONOMO, et al. 2011A	Cerro de las Pajas Blancas 1		AG	Prov. Santa Fé	San Jerónimo	640±60 AP	C14	LP-2046
BONOMO, et al. 2011A	Río Paraná Miní		AG	Prov. Buenos Aires	San Fernando			
BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973	Arroyo Fray Bentos		UY	Depto. Río Negro	Fray Bentos			
BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973	Caracoles		UY	Depto. Río Negro	Fray Bentos			
BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973	Laureles		UY	Depto. Tacuarembó	Poblado de Laureles			
BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; Coirolo, 1990.	Punta Diamante		UY	Depto. Río Negro	Fray Bentos			
BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; Trakalo 1987	Punta Negra		UY	Depto. de Río Negro	Fray Bentos			
BORETTO, et al. 1972; DÍAZ 1977; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; SOSA 1957.	Bopicuá		UY	Depto Río Negro	Fray Bentos			
BROCHADO 1969; De MASI e SCHMITZ 1987; BROCHADO, LAZZAROTTO e STEINMETZ 1969; GOLDEMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15232.	João de Conto	RS-IJ-16	BR	RS	Catuípe	Sec XVIII	Relativa	
BROCHADO 1969; BROCHADO , LAZZAROTTO e STEINMETZ 1969; GOLDEMEIER e SCHMITZ 1983; BROCHADO, LAZZAROTTO, STEINMETZ, 1969; CNSA 15242	Ervino Bettler	RS-IJ-26	BR	RS	Santo Ângelo	Sec XVIII	Relativa	
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; BROCHADO, LAZZAROTTO, STEINMETZ, 1969; CNSA 15243	João H. Donadeli	RS-IJ-27	BR	RS	Santo Ângelo	Sec XVIII	Relativa	
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; BROCHADO, LAZZAROTTO, STEINMETZ (1969); CNSA 15226	Reinaldo Mioth	RS-IJ-11	BR	RS	Santo Ângelo	Sec XVIII	Relativa	
Brochado 1969; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15473	Mário Reginato	RS-SM-3	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier & Schmitz 1983; De Masi & Schmitz 1987; CNSA 15239	Alberto A. Golle	RS-IJ-23	BR	RS	Ijuí			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15221.	Alfredo Hecher	RS-IJ-6	BR	RS	Ijuí			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15225.	Amábile Pedron	RS-IJ-10	BR	RS	Ijuí			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15235.	Alfredo Steglich	RS-IJ-19	BR	RS	Santo Ângelo			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15033, 35266.	Antônio Cassol	RS-IJ-35	BR	RS	Ijuí			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15241.	Alcides F. Dinassi	RS-IJ-25	BR	RS	Pejuçara			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15244.	Antônio Hoffmann	RS-IJ-28	BR	RS	Restinga Seca			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15253.	Albino Schalten	RS-IJ-41	BR	RS	Panambi			
BROCHADO 1969; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 15472.	Amadeu Zampieri	RS-SM-2	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15129		RS-MJ-5	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15216	Arnoldo Fritz/Alfredo Fritz	RS-IJ-1/2	BR	RS	Augusto Pestana			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15218	Giovani Stagliotto	RS-IJ-3	BR	RS	Augusto Pestana			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15220	Luiz Dall Molin	RS-IJ-5	BR	RS	Ijuí			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15223	João Somavilla	RS-IJ-8	BR	RS	Catuípe			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15227	José F. "Bica"	RS-IJ-11A/B	BR	RS	Santa Bárbara			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15231	Waldemar Lizotti	RS-IJ-15	BR	RS	Santo Ângelo			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15234	Armino Steglich	RS-IJ-18	BR	RS	Santo Ângelo			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15236	Carlos Krieger	RS-IJ-20	BR	RS	Ijuí			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15240	Benito Zamberlan	RS-IJ-24	BR	RS	Pejuçara			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15251	Arlindo Fogliotto	RS-IJ-39	BR	RS	Catuípe			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15252	Carlos Haetinger	RS-IJ-40	BR	RS	Ajuricaba			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15262	Oscar Vieira	RS-IJ-53	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15267	Hugo Schirmer	RS-IJ-58	BR	RS	Coronel Barros			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15474	Manuel E. Casanego	RS-SM-4	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15475; CNSA 15476; CNSA RS00417	Luis Tavares	RS-SM-5/A/C	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15477; CNSA RS00418	Haníbal Seixas	RS-SM-6-A-C	BR	RS	Cacequi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15479	Manuel F. Fontoura	RS-SM-9	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15480; CNSA 15482	Nicolau Graviolli	RS-SM-10	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15481	Ilmar de Moura	RS-SM-11	BR	RS	São Pedro do Sul			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35267; CNSA 15032, 15238	Luiz Fogliatto	RS-IJ-34A-B / RS-IJ-22	BR	RS	Ijuí			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15228	João Turcatto	RS-IJ-12	BR	RS	Santo Ângelo			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15229	Euclides R. Aguiar	RS-IJ-13	BR	RS	Santo Ângelo			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15230	Vergílio Leonardo	RS-IJ-14	BR	RS	Santo Ângelo			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15233	Mário Mosquera	RS-IJ-17	BR	RS	Santo Ângelo			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15237	Augusto Udche	RS-IJ-21	BR	RS	Ajuricaba			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15247	José Krantz	RS-IJ-31	BR	RS	Entre-Ijuis			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15254	Julião Malheiros	RS-IJ-42	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15255	Theobaldo Buss	RS-IJ-43	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15257	Izabela Camargo	RS-IJ-45	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15258	Ernesto Becker	RS-IJ-46	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15260	Fidêncio G. A. "birivinha"	RS-IJ-48/49/50/51	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15261	Francisco Batista	RS-IJ-52	BR	RS	Panambi			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; CNSA 15132, 35241	João Pelizzaro	RS-MJ-09/A	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; CNSA 15127	Seminário São José	RS-MJ-3/A/B	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; Goldmeier 1987; CNSA 15138	Heldemar B. Repke	RS-MJ-15	BR	RS	Nova Palma			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz, Rogge e Arnt 2000; CNSA 15130, 35539; CNSA 15131	Eugênio Luiz de Ávila	RS-MJ-6/7/8	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15134	Seminário São José	RS-MJ-12	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15136, 35246	Luiz Vendrúsculo	RS-MJ-13	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15139	Geraldi	RS-MJ-16	BR	RS	São João do Polésine			
Brochado 1971; Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15172	Agostinho Rosato	RS-MJ-48	BR	RS	Nova Palma			
Brochado 1971; Goldmeier & Schmitz 1983; De Masi & Schmitz 1987; Schmitz, et al. 2000; CNSA 15159	Agostinho Bortoluzzi	RS-MJ-35	BR	RS	Silveira Martins			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15180	Tereza S. Dotta	RS-MJ-56	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15167	Dilmar C. Alves	RS-MJ-43	BR	RS	Restinga Seca			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15168	Diniz Cavalheiro	RS-MJ-44	BR	RS	Restinga Seca			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15175	Ervino Strahl	RS-MJ-51	BR	RS	Dona Francisca			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz, Rogge e Arnt 2000; CNSA 15165	Riograndino Denardim	RS-MJ-41	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15152	Jorge H. P. Rech	RS-MJ-28	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15153	Gino J. Brondani	RS-MJ-29	BR	RS	Silveira Martins			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15154	Rafael Marcuzzo	RS-MJ-30	BR	RS	Silveira Martins			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15156	João Pivetta Sobr.	RS-MJ-32/33	BR	RS	Silveira Martins			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15161	Francisco Barrachini	RS-MJ-37	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15163	Baltazar M.	RS-MJ-39	BR	RS	São Gabriel			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15164	Rodolfo G. Silva	RS-MJ-40	BR	RS	Santa Maria			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15169	Arnaldo M. Silva	RS-MJ-45	BR	RS	Restinga Seca			
Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15170	Laurindo Rodrigues	RS-MJ-46	BR	RS	Restinga Seca			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15177; Rogge, 2004,2005. ; NOELLI, 1999-2000; BROCHADO 1969C, 1971, 1984; BROCHADO E SCHMITZ 1972, 1976	Lincoln Steuernagel	RS-MJ-53A	BR	RS	Nova Palma	905±95 AP	C14(1973)	SI-1196
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983 CNSA 15458	Raul Silveira	RS-CA-18	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 00056; CNSA 35146; ; CNSA 00759	Francisco Rodrigues	RS-355 / RS-285	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 00058; CNSA 35144; CNSA 15069; CNSA 00757	Luiz Lacerda	RS-357	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 00060; CNSA 35142; CNSA 00755	Dejalmo Martins Ribeiro	RS-359 / RS-281	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 00061; CNSA 35141; CNSA 15072; CNSA 00754	Zeferino Nunes	RS-280/360	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15061	José G. Kenne	RS-349	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15074; CNSA 00752	Emilio Alves Farias	RS-362/278	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15077	Willy Hoff	RS-365/379	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15433	Otaclíio Borges	RS-PI-7	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15439	Augusto Fonseca	RS-PI-8/11	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15454	Fausto Crespo	RS-CA-14	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15460	Francisco Fonseca	RS-CA-20	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15462	Darinho Milach	RS-CA-22	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15463	Francisco R. Lemos	RS-CA-23	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15465.		RS-CA-25	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 15466.	Nadir S. Silva	RS-CA-26	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35132; CNSA 00745; CNSA 35133.	Willy Hoff 1 e 2	RS-274	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35134; CNSA 00747; CNSA RS00747.	Jacó Pedro Bernard 1	RS-275-A	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35135; CNSA 00746.	Jacó Pedro Bernard 2	RS-275-B	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35137; CNSA 00750; CNSA 35138; CNSA 00751.	Wladislaw Schmievski 1 e 2	RS-277	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35145; CNSA 15068; CNSA 00057, CNSA 00758.	Manoel dos Santos B. Martins	RS-284/356	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35148; CNSA 15065; CNSA 00761; CNSA 00054.	Manuel Athanasio Gouveia	RS-353	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; CNSA 35462.	Pesqueiro	RS-RG-16	BR	RS	Rio Grande			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15070	Bolicho M. Santana	RS-358	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15075	Wladislaw Schmivievski	RS-363/364	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15079	Jacó P. Bernard	RS-367	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15428.	Dante Aldrighi	RS-PI-1/2	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15431	Cipriano D. Tavares	RS-PI-5	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15439.	Francisco Höernke	RS-PI-13	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15459.	Ervino Kasburg	RS-CA-19	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15464.	Pompílio S. Morales	RS-CA-24	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15467.	Idiciano K. Borges	RS-CA-27	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 15470.	Arthur Timm	RS-CA-30	BR	RS	Canguçu			
BROCHADO 1974; GOLDMEIER e SCHMITZ 1983; De MASI e SCHMITZ 1987; CNSA 35140; CNSA 00062; CNSA 00753.	Ataíde Rodrigues Lucas - 1 e 2	RS279A-B / RS-361	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO, LAZZAROTTO, STEINMETZ, 1969 ; BONA, 2006. ; TOCCHETTO. 1991	São Lourenço Martir	IJ-38	BR	RS	São Luiz Gonzaga	1600 a 1700 AD	Relativo	
BROCHADO. 1971; De MASI & SCHMITZ. 1987; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; ROGGE 1996; SCHMITZ et al. 2000; CNSA 15176.	Adolfo Trapp	RS-MJ-52	BR	RS	Dona Francisca			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BROCHADO. 1971;GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; SCHMITZ, et all. 2000.	Alcides Iensen	RS-MJ-49	BR	RS	Santa Maria			
BROCHADO. 1971;GOLDMEIER & SCHMITZ.1983; De MASI & SCHMITZ 1987; SCHMITZ, et al. 2000; CNSA 15158.	Adelino Brondani	RS-MJ-34	BR	RS	Faxinal do Soturno			
BROCHADO. 1973; Relaciones, N.S. 7:7-39.		SC-U-54	BR	SC	São Carlos			
BROCHADO. 1974; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; CNSA 00067; CNSA 00749; CNSA 35136.	Alarico Meireles	RS-366 / RS-276	BR	RS	Camaquã			
Brochado. 1974; GOLDMEIER & SCHMITZ.1983; CNSA 15064; CNSA 00053	Antonio Costa	RS-352	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO. 1974; GOLDMEIER & SCHMITZ. 1983; De MASI & SCHMITZ. 1987; CNSA 15066; CNSA 00760.	Amarante Rodrigues	RS-354/RS-286	BR	RS	Camaquã			
BROCHADO. 1999	Ceroni	U-486	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999	J. A. Filipi	U-472	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999	Jackson T. Ventura	U-487	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999 CNSA 36186	Evalino Richter	U-447	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999.	Almerico Duarte	U-466	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999.	Antônio Calderolli	U-467	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999.		U-468	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999.		U-479	BR	SC	Piratuba			
BROCHADO. 1999; CNSA 36167	João Eduardo da Silva	U-376	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999; CNSA 36187	Francisco Machado	U-448	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999; CNSA 36188	Júlio Hoffmann	U-449	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
BROCHADO. 1999; CNSA 36189	Amantino Zeni	U-450	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999; MONTICELLI , 2007	Marisete A Costa	U-470	BR	RS	Machadinho	450±70 AP	C14	BETA-113973
BROCHADO. 1999; Machadinho 1998; CNSA 36191.	José A Schuatz	U-452	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999; Machadinho 1998; CNSA 36192.	Pedro Anacleto Schuatz	U-453	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999; Machadinho 1998; CNSA 36193.	Pedro A Silva	U-454	BR	RS	Machadinho			
BROCHADO. 1999; Machadinho 1998; CNSA 36194.	João D. Schuatz	U-455	BR	RS	Machadinho			
BRUZZONE. 1931; CAGGIANO. 1973	Punta Lara / Las Cañas		AG	Prov. Buenos Aires	Berazategui			
BUARQUE, 2009; CNSA RJ00538	Estrada da Capivara		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE, 2009; CNSA RJ00538	Hospício		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ANGELA, ET ALLI. 2003.; CNSA RJ00540	Boa Vista 2		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2003	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	2200±70 AP	C14(2002)	Gif
BUARQUE. 2003	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	311±50 AP	TL (1998)	
BUARQUE. 2003, 2009	São Jose		BR	RJ	Araruama	282 AP	TL (1998)	
BUARQUE. 2003, 2009; GASPAR	Três Vendas		BR	RJ	Araruama	200±125 AP	C14(1980)	KRUEGER E. INC.
BUARQUE. 2003, 2009; Gaspar, 1997	Três Vendas		BR	RJ	Araruama	185±120 AP	C14(1980)	KRUEGER E. INC.
BUARQUE. 2003, 2009, 1995-1999	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	1740±90 AP	C14	BETA-84333
BUARQUE. 2003; MACÁRIO. 2003	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	510±160 AP	C14	PL-0688 Purdue
BUARQUE. 2003; Vinagre, et al. 2000.	Condominio Jardim Bela Vista		BR	RJ	Araruama	500 AP	TL (2001)	
BUARQUE. 2009	Abacateiro		BR	RJ	São Gonçalo			
BUARQUE. 2009	Arrastão		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE. 2009	Barba Couto		BR	RJ	Araruama	280 a 380 AP	Relativo	
BUARQUE. 2009	Igarapiapunha		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Jardim Bela Vista		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Lagoa D'Anta		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Lagoa dos Índios		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE. 2009	Nº 18		BR	RJ	Saquarema			
BUARQUE. 2009	Nº 19		BR	RJ	Saquarema			
BUARQUE. 2009	Novo Horizonte		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Paracatu		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Pau Brasil		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	São Vicente de Paula		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009	Serra da Sapeatiba		BR	RJ	São Pedro da Aldeia			
BUARQUE. 2009	Solar do Campo		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE. 2009	Usina de Lixo		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE. 2009	Valadares Bulcão		BR	RJ	Iguaba Grande			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.; CNSA RJ00540	Boa Vista 1		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI., 2003.	Bananeiras		BR	RJ	Araruama	430±40 AP	C14	BETA-171160
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	Broca		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	Fazenda Progresso		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	Malboro		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	Santo Agostinho		BR	RJ	Araruama			
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	São Jorge		BR	RJ	Araruama			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
BUARQUE. 2009 ; BUARQUE, ET ALLI. 2003.	Serrano		BR	RJ	Araruama	1580 AD	Relatva	
BUARQUE. 2009, 2003; MACÁRIO. 2003	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	2600±160 AP	C14	PL-0688 Purdue
BUARQUE. 2009; LATINI. 1998	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	315±50 AP	TL	Latini UFF
BUARQUE. 2009; SCHEEL-Ybert, et al. 2008	Aldeia Tupinambá de Morro Grande		BR	RJ	Araruama	2920±70 AP	C14	Gif-11045
BURMA. 1984; POJUADE, 1992.	Puerto Laharrague		AG	Prov. Misiones	Montecarlo			
BURMEISTER 1872; SASTRE 1881; TORRES 1911; OUTES 1918.	Paraná Mini		AG	Prov. Entre Ríos	Villa Paranacito			
BURMEISTER 1872; SASTRE 1881; TORRES 1911; OUTES 1918; CAGGIANO 1983.	Paraná Guazu I		AG	Prov. Entre Ríos	Villa Paranacito			
BURMEISTER 1872; SASTRE. 1881; TORRES. 1911; OUTES. 1918.			AG	Prov. Entre Ríos	Villa Paranacito			
BURMEISTER. 1872	Las Conchas	VU-5	AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
Cabrera Pérez 1994	Isla Román		UY	Depto. de Rio Negro	Fray Bentos			
Caggiano 1977	Cañada Honda		AG	Prov. Buenos Aires	Baradero			
Caggiano 1977	Río Luján		AG	Prov. Buenos Aires	Campana			
Caggiano, 1971, 1983-84; CICLIANO, 1968, CICLIANO ET AL 1971A E B; Brochado 1984; Outes 1916, 1917; Lothrop 1932; Vignati 1936; Howard 1948; Bognanni, Capparelli e Pérez 2012	El Arbolito de Molina		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires	1545±35 AD	C14	GrN-5146 (Groningen - The Netherlands)
CALDARELLI, 2008; SIMÕES DE SOUZA 2010.	Inconha 2		BR	ES	Piúma			
CALDARELLI, 2008; SIMÕES DE SOUZA 2010.	Sambaqui Porto das Pedras		BR	ES	Cariacica			
CALDARELLI. 2001-2002			BR	SP	Cajuru			
CALDERON. 1967; OTT. 1			BR	BA	Jequié			
CALDERON. 1971	Pilão		BR	BA	Wagner			
Caldre e Fião 1943; Noelli et al 1997	Morro do Osso		BR	RS	Porto Alegre			
Caldre e Fião 1943; Noelli et al 1997	Passo da Areia		BR	RS	Porto Alegre			
Cali Plácido. 2002			BR	SP	Jacarei			
Cali Plácido. 2002			BR	SP	Jacarei			
Cambas 1940; Menghín 1962	Puerto Las Palmas		PY	Depto. Alto Paraná	Hernandárias			
CAPORALE, MARCELA; & VALVE, ELENA, 2003.	San Borja Del Yl		UY	Depto. Florida	Durazno			
CARBONERA, 2008	Armandio Vortmann		BR	SC	Itá			
CARBONERA, 2008 ; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, 2010.; Goulart 1980; CNSA 55384	Velocindio Pereira Duarte	SC-UU-111	BR	SC	Ipira			
CARBONERA, 2008; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, 2010.	Otto Aigner		BR	SC	Itá			
CARBONERA, 2008; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, 2010.; Goulart 1980; CNSA 55380	Levino (Lervino) Minks	IPI 005; SC-UUP-104, IPI 010; nº 104	BR	SC	Ipira			
CARBONERA, 2008; Goulart 1980; CNSA 55396	Valdemar Stenssler	SC-UU-9	BR	SC	Itá			
CARBONERA, 2008; Goulart 1980; CNSA 55397	Silvino Prediger	SC-UU-10	BR	SC	Itá			
CARBONERA, 2008; FARIAS & KNEIP. 2010	Andre Davidsk Kierick		BR	SC	Concórdia			
Carle 2012	Sao Francisco do Sul		BR	SC	São Francisco do Sul			
Carle e Da Silva, 2007	João Batista		BR	PR	Grandes Rios	1510±200 AP	TL	
Carle e Da Silva, 2007	João Batista		BR	PR	Grandes Rios	1700±230 AP	TL	
Carvalho, 2009	Lapa da Abelinha		BR	MG	Januária			
Carvalho, 2009	Vargem Grande		BR	MG	Vargem Grande do Rio Pardo			
Carvalho, 2009; PROUS, ET ALLI, 1984	Lapa do Índio		BR	MG	Januária			
CARVALHO, ADRIANO & RIBEIRO, BRUNO. 2009.	do Lico		BR	MG	Conceição dos Ouros			
Carvalho, Adriano. Com.pessoal e fotografia 2011			BR	MG	Serro			
Carvalho. 2003			BR	SE	Santo Amaro das Brotas			
CEPA PUCRS	Açude	T-138	BR	RS	Santo Ângelo			
CEPA PUCRS	Adelino B. Marques	RS-286 / RS-287	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS	Antônio Hochscheidt	RS-91	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
CEPA PUCRS	Boleadeira	TC-35/36	BR	RS	São Nicolau			
CEPA PUCRS	Cláudia	T-532	BR	RS	Itatiba do Sul			
CEPA PUCRS	Ervál Grande	T-520	BR	RS	Ervál Grande			
CEPA PUCRS	Galpão	TF-17	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
CEPA PUCRS	Hermenegildo F Copetti	T-130	BR	RS	Santo Ângelo			
CEPA PUCRS	Ivo Grings	U-207	BR	RS	Palmitinho			
CEPA PUCRS	Joana M Oliveira	T-31	BR	RS	Caibaté			
CEPA PUCRS	José O Rodrigues	T-125	BR	RS	Santo Ângelo			
CEPA PUCRS	Kaiser	TG-8	BR	RS	Rolador			
CEPA PUCRS	Km 50.540	898	BR	RS	Terra de Areia			
CEPA PUCRS	Marchesan	TF-21	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
CEPA PUCRS	Mari	TC-36/37	BR	RS	São Nicolau			
CEPA PUCRS	Martins	TG-13/14	BR	RS	Rolador			
CEPA PUCRS	Nelson Diehl	U-203	BR	RS	Palmitinho			
CEPA PUCRS	Oliveira Cardoso	946	BR	RS	Terra de Areia			
CEPA PUCRS	Otto Elger	RS-273	BR	RS	Victor Graeff			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CEPA PUCRS	Porcos	TG-16	BR	RS	Rolador			
CEPA PUCRS	Raul Moro	903	BR	RS	Osório			
CEPA PUCRS	Rogério 2	T-137	BR	RS	Santo Ângelo			
CEPA PUCRS	Varal	T-16	BR	RS	Caibaté			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN	Albino Cavasatto	UUU-77	BR	RS	Rio dos Índios			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN	Alcides Dutra	UUU-70	BR	RS	Alpestre			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN	Jazida de Areia 4		BR	RS	Três Cachoeiras			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN	João Bidin	UUU-78	BR	RS	Rio dos Índios			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN		UUU-141	BR	RS	Uruguaiana			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN ; CNSA RS02094	Veredor Nelson Elli		BR	RS	Rio dos Índios			
CEPA PUCRS; 12ª SR IPHAN; Monticelli e Domiks 1998; CNSA 02103	Jazida de Areia 5		BR	RS	Três Cachoeiras			
CEPA PUCRS; BECKER, 2007.	Giza	RS-LN-73	BR	RS	Três Cachoeiras			
CEPA PUCRS; Blasi, 1967	Asfalto	T-111	BR	RS	Santo Ângelo			
CEPA PUCRS; Brochado 1999	Eroni V. Silva	U-471	BR	RS	Machadinho			
CEPA PUCRS; CNSA 35243	Quitério Pereira	RS-52	BR	RS	Rio Grande			
CEPA PUCRS; CNSA 35245	Nelson Reis de Oliveira	RS-54	BR	RS	Rio Grande			
CEPA PUCRS; CNSA 35291;35292	Ricardo Cargnin	RS-100/101	BR	RS	Nova Palma			
CEPA PUCRS; CNSA 35293	Evaldo Katzer	RS-99/102	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 35305	Albino Prochnow	RS-114 / RS-MJ-66	BR	RS	Dona Francisca			
CEPA PUCRS; CNSA 35306	Alvino Bessauer	RS-115	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 35307	Lindolfo Schünemann	RS-116	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 35308	Albino Hassler	RS-117	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 35309	Roberto Loch	RS-118	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 35311	Norberto Röpke	RS-120	BR	RS	Dona Francisca			
CEPA PUCRS; CNSA 35314	Albino Strack	RS-123	BR	RS	Dona Francisca			
CEPA PUCRS; CNSA 35315	Lorival de Mello	RS-124	BR	RS	Santiago			
CEPA PUCRS; CNSA 35318	Otto Soble	RS-127	BR	RS	Dona Francisca			
CEPA PUCRS; CNSA 3616	Válico Schwartz	U-370	BR	RS	Machadinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36168	Escola Velha	U-377	BR	RS	Machadinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36178; FARIAS & KNEIP. 2010	Antônio Dilson Castro	U-386	BR	SC	Piratuba			
CEPA PUCRS; CNSA 36235	Alberto Tavares Pereira	RS-44	BR	RS	Rio Grande			
CEPA PUCRS; CNSA 36237	Nair Vieira	RS-46	BR	RS	Rio Grande			
CEPA PUCRS; CNSA 36247; CNSA 01746	Bojuru Velho	RS-56	BR	RS	São José do Norte			
CEPA PUCRS; CNSA 36248		RS-57	BR	RS	São José do Norte			
CEPA PUCRS; CNSA 36249; CNSA 01748	Elísio Firmino	RS-58	BR	RS	São José do Norte			
CEPA PUCRS; CNSA 36250; CNSA 01749; CNSA 01750	João Castro	RS-59/60	BR	RS	São José do Norte			
CEPA PUCRS; CNSA 36252	Antônio Farias	RS-61	BR	RS	São José do Norte			
CEPA PUCRS; CNSA 36256; 36257;36258; 36259;36260;36261;36262;36263; 01754; 01755; 01756; 01757; 01758; 01759; 01760; 01761	Leonardo Boeira Silveira	RS-65	BR	RS	Palmares do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 36266; CNSA 01764; CNSA 01767	Dona Conceição	RS-75/78	BR	RS	Tavares			
CEPA PUCRS; CNSA 36271; CNSA 01769	Luiz Antônio Lisboa	RS-80	BR	RS	Tavares			
CEPA PUCRS; CNSA 36275	Albino Knebel	RS-84	BR	RS	Estrela			
CEPA PUCRS; CNSA 36278; CNSA 01776	Sr. Romeu	RS-87	BR	RS	Porto Alegre			
CEPA PUCRS; CNSA 36279; Dias e Silva 2012; CNSA 01777	Novo Lar de Menores	RS-88	BR	RS	Viamão			
CEPA PUCRS; CNSA 36284	João Coimbra	RS-94	BR	RS	Venâncio Aires			
CEPA PUCRS; CNSA 36285; CNSA	Adão Anaurelino Barbosa de Lima	RS-93	BR	RS	Venâncio Aires			
CEPA PUCRS; CNSA 36287	Pedro José Germano Regert	RS-96	BR	RS	Vera Cruz			
CEPA PUCRS; CNSA 36288	Claudino Hoff	RS-97	BR	RS	Vera Cruz			
CEPA PUCRS; CNSA 36319	Felipe Bieske	RS-128	BR	RS	Iraí			
CEPA PUCRS; CNSA 36320	Estácio Bieske	RS-129	BR	RS	Iraí			
CEPA PUCRS; CNSA 36321	Carlos Ruschel	RS-130	BR	RS	Iraí			
CEPA PUCRS; CNSA 36328	Edvino Wilges	RS-137/139	BR	RS	Venâncio Aires			
CEPA PUCRS; CNSA 36331; CNSA RS01829	José Curtinaz Pacheco	RS-140	BR	RS	Tapes			
CEPA PUCRS; CNSA 36332	Bíbico Curtinaz Pacheco	RS-141	BR	RS	Tapes			
CEPA PUCRS; CNSA 36333; CNSA RS01831	Sr. Solon	RS-142	BR	RS	Tapes			
CEPA PUCRS; CNSA 36343; CNSA 01841; CNSA RS01841; CNSA 36310,	Ponte do Jacuí / Ponte do Rio Jacuí(cat 152 GB 089)	RS-152	BR	RS	Eldorado do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 36346	Picada dos Farrapos	RS-156	BR	RS	São Vicente do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 36346	Sr. Borba	RS-153	BR	RS	Pantano Grande			
CEPA PUCRS; CNSA 36350; CNSA 01847	Balmário	RS-158	BR	RS	São Lourenço do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 36357	Hermínio Bonel	RS-164	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CEPA PUCRS; CNSA 36363; Milheira 2008a, 2008b; CNSA 02830	Campo de Tiro	RS-170/PSG-17	BR	RS	Pelotas			
CEPA PUCRS; CNSA 36364; CNSA RS01859	Quintão - Praia	RS-171 / PH 108	BR	RS	Pinhal			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CEPA PUCRS; CNSA 36439	Francisco L. Correa	RS-253	BR	RS	São Sepé			
CEPA PUCRS; CNSA 36447	Luis S. da Silva	RS-255	BR	RS	Formigueiro			
CEPA PUCRS; CNSA 36448	Aparício Machado	RS-256	BR	RS	Formigueiro			
CEPA PUCRS; CNSA 36449	Homero L. Machado	RS-257	BR	RS	Formigueiro			
CEPA PUCRS; CNSA 36450	Pedro S. Pires	RS-258	BR	RS	São Sepé			
CEPA PUCRS; CNSA 36451	Almiro Dalcol	RS-259	BR	RS	São Sepé			
CEPA PUCRS; CNSA 36452	Ilga Z. Pereira	RS-260	BR	RS	Sobradinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36453	Osvaldo Rech	RS-261	BR	RS	Sobradinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36455	Oswaldo Silveira Maia	RS-263	BR	RS	Sobradinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36456	Oswaldo Puntel	RS-264	BR	RS	Sobradinho			
CEPA PUCRS; CNSA 36457	José M. Silva	RS-265	BR	RS	Palmitos			
CEPA PUCRS; CNSA 36467	Leonardo R. Lesina	RS-276	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36468	José Bortolás	RS-325	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36469	Nelsi Pozzer	RS-278	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36470	Dorival A Malgarin	RS-280	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36472	Ernesto Kurrle	RS-281	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36474	Edgar Kaiser	RS-283	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36476	Paulo J. Baco	RS-285	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36479;36480	Leonardo de David	RS-289/290	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36481	Escrivão de Mata	RS-291	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36482; CNSA 36486; CNSA 36487	Valdomiro Kennerich	RS-292/296/297	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36483	Irineu Stücker	RS-293	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36484	José L. Haesbaert	RS-294	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36485	Abílio S. da Silva	RS-295	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36488	Dorival A Bevilacqua	RS-298	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36489	Aldo Haesbaert	RS-299	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36490	Arlindo Cassol	RS-300	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36492	Fredolin Schütz/Fridolin Schütz	RS-302	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36493	Moacir J. Malgarin	RS-303	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36494	Olímpio Baccin	RS-304	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36499	Pedro Matiazzi	RS-309	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36500	Luiz J. da Silva	RS-310	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36501	Helga Gabriel	RS-311	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36503	Eugênia de La Justina	RS-313/314	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36505	Lauro Ramos / Oscar Aubert	RS-315	BR	RS	Taquara			
CEPA PUCRS; CNSA 36507	Dr. Isac	RS-316	BR	RS	Taquara			
CEPA PUCRS; CNSA 36508	Arcelino F. Conceição	RS-317	BR	RS	Novo Hamburgo			
CEPA PUCRS; CNSA 36512	Aldi Pauleski	RS-321	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36513	Jacob Mak Filho	RS-322	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36517	Alfredo M. Santos	RS-326	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36518	Aírton G. de Moura	RS-327	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36520	Flori Piccoli	RS-329	BR	RS	Mata			
CEPA PUCRS; CNSA 36521	Mario Bolzan	RS-330	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36522	Valério A Piachatti	RS-331	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36523	Valmir G. Manzoni	RS-332	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36524	Antonio Sagrilo	RS-333	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36526	Júlio Bortolazzo	RS-335	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36527	Antônio Scalcon	RS-336/337	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; CNSA 36529	João Scalen	RS-338	BR	RS	Jaguari			
CEPA PUCRS; La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36113; CNSA 36169	Dorvalino Klein / Dorivaldo Klein / Dorvalino Kley	U-378	BR	RS	Machadinho			
CEPA PUCRS; Luedke 1928; CNSA 36273	Seminário Carlista	RS-82	BR	RS	Guaporé			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2000; Wagner, 2004	Lomba da Folia	LII	BR	RS	Terra de Areia			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2000; Wagner, 2004	Onildo R. de Aguiar	LII-2 / LII-11	BR	RS	Terra de Areia			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2000; Wagner, 2004; CNSA 02249	Manoel João	949 / LII-09	BR	RS	Terra de Areia			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2003; Wagner 2004; CNSA 02297	Família Machado	889/BAM-06	BR	RS	Torres			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2003; Wagner 2004; CNSA 02307	Lauro Rodrigues	Km-93	BR	RS	Osório			
CEPA PUCRS; Monticelli et al. 2003; Wagner 2004; CNSA 02308	Drink Shampoo	Km 95.500/LAA-01	BR	RS	Osório			
CEPA UFPR; Chmyz. 1977; CNSA 25355	Acampamento 1A	SP-SG-13	BR	SP	Ibirarema			
CEPA UFPR; CNSA 25282	do Caminhão	SP-BA-52	BR	SP	Fartura			
CEPA UFPR; CNSA 25295	Colina do Pasto 1	PR-AN-25	BR	PR	Carlópolis			
CEPA UFPR; CNSA 25305; Moraes, 2007	Laranjal 1	SP-BA-31	BR	SP	Fartura			
CEPA UFPR; CNSA 25306; Moraes, 2007	Laranjal 2	SP-BA-32	BR	SP	Fartura			
CEPA UFPR; CNSA 25308; Moraes, 2007	Laranjal 4	SP-BA-50	BR	SP	Fartura			
CEPA UFPR; CNSA 25342	Bairro Alto	PR-CT-1	BR	PR	Curitiba			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CEPA UFPR; CNSA 25446	Acampamento Três 1	SP/75/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25448	Acampamento Três 3	SP/77/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25451	Riacho Sem Nome 1	SP-61/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25468; CNSA 25452	Riacho Sem Nome 2	SP-66/65/79	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25469	Ribeirão Marimbondo 1	SP-51/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25470	Salto do Itararé 4	SP-62/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25471	Salto do Itararé 5	SP-63/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25472	Salto do Itararé 6	SP-64/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25475	Salto do Itararé 9	SP-68/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25476	Salto do Itararé 10	SP 69/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25477	Salto do Itararé 11	SP 70/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25479	Serra dos País 1	SP-71/65	BR	SP	Barão de Antonina			
CEPA UFPR; CNSA 25498	Cemitério da Estrada	SP-BA-23	BR	SP	Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 25715	Porto Maria Ferreira 1	SP-43/65	BR	SP	Timburi			
CEPA UFPR; CNSA 25716	Porto Maria Ferreira 2	SP-44/65	BR	SP	Timburi			
CEPA UFPR; CNSA 25717	Ribeirão da Estufa 1	SP-45/65	BR	SP	Timburi			
CEPA UFPR; CNSA 25718	Ribeirão da Estufa 2	SP-46/65	BR	SP	Timburi			
CEPA UFPR; CNSA 25775	Cor. Índia 2	PR-AP-6	BR	PR	Itaguajé			
CEPA UFPR; CNSA 25783	Leito Seco 1	PR-AP-14	BR	PR	Itaguajé			
CEPA UFPR; CNSA 25792	Massao 2	PR-AP-23	BR	PR	Itaguajé			
CEPA UFPR; CNSA 25798; Oliveira, 2002	Grota / Gruta Funda 1	PR-AP-41	BR	PR	Itaguajé			
CEPA UFPR; CNSA 25799; Oliveira, 2002	Grota / Gruta Funda 2	PR-AP-42	BR	PR	Itaguajé			
CEPA UFPR; CNSA 25821; Oliveira, 2002	Pirapó 1 A	PR-AP-43	BR	PR	Jardim Olinda			
CEPA UFPR; CNSA 25977	Rancho Leôncio 1	PR-FL-4	BR	PR	Paraíso do Norte			
CEPA UFPR; CNSA 25978	Corredeira da Êgua	PR-FL-7	BR	PR	Paraíso do Norte			
CEPA UFPR; CNSA 26021; Oliveira, 2002	Lagoa do Jacaré	PR-IB-10	BR	PR	Rancho Alegre			
CEPA UFPR; CNSA 26028	Corredeira da Ilha	PR-JA-18	BR	PR	Ribeirão Claro			
CEPA UFPR; CNSA 26074	Salto do Itararé 3	PR-AN-5	BR	PR	Salto do Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 26075; Oliveira, 2002	Ribeirão do Marimbondo 2	PR-AN-6	BR	PR	Salto do Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 26077	Ilha do Paredão	PR-AN-8	BR	PR	Salto do Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 26078	Água do Sapateiro	PR-AN-9	BR	PR	Salto do Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 26082	Salto do Itararé 12	PR-AN-13	BR	PR	Salto do Itararé			
CEPA UFPR; CNSA 26123 ; Oliveira, 2002	Paulo Durão 1	PR-IB-7	BR	PR	Sertanópolis			
CEPA UFPR; CNSA 26471	Cebolão	PR-AP-55	BR	PR	Santo Inácio			
CEPA UFPR; CNSA 26472	Ribeirão S. Inácio	PR-AP-56	BR	PR	Santo Inácio			
CEPA UFPR; Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26572; CNSA 25132	Corredeira das Três Ilhas	PR-JA-37	BR	PR	Andirá			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Aldino Schwertz	RS-TQ-34 / 35 / 36 / 37	BR	RS	Vale Verde			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Arnoldo Ferreira	RS-TQ-40	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Egon Wegner	RS-TQ-38	BR	RS	Vale Verde			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Elmo Gerhardt	RS-TQ-49	BR	RS	Vale Verde			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Fazenda Renani	RS-TQ-48	BR	RS	Vale Verde			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Germano Seibert	RS-TQ-41	BR	RS	Vale Verde			
CEPA UNISC; Klamt 1986	João Leifheit A	RS-TQ-18	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	João Leifheit B	RS-TQ-19	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Mathias Eiserman A	RS-TQ-30	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Mathias Eiserman B	RS-TQ-31	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Mathias Eiserman D	RS-TQ-33	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt 1986	Mathias J. Eisermann C	RS-TQ-32	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; CNSA RS02735	Barragem Bom Retiro do Sul	RS-TQ-92	BR	RS	Bom Retiro do Sul			
CEPA UNISC; Klamt. 1986	Antônio Baumgarten	RS-TQ-20	BR	RS	Passo do Sobrado			
CEPA UNISC; Ribeiro 1978, 1981	Guilherme Jaeger C	RS-RP-27	BR	RS	Candelária			
CEPA UNISC; Ribeiro 1978, 1981	Rudi Lenz	RS-RP-30	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
CEPA UNISC; Ribeiro 1978, 1981	Sonia Holz B	RS-RP-64	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
CEPA UNISC; Ribeiro 1978, 1981	Willy Honeff	RS-JC-3	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
CEPA-PUCRS; CNSA 36026	Vera L. Tubino	U-188	BR	RS	Caiçara			
CEPA-PUCRS; CNSA 36027, 36028, 36029	Adolfo D. Diedrich	U-189	BR	RS	Caiçara			
CEPA-PUCRS; CNSA 36030	Arlindo Tais	U-190	BR	RS	Caiçara			
Ceruti y Crowder. 1973	La Maza 1		AG	Prov. Buenos Aires		430 Ap		
Chmyz , 2008	Arroio Belo 10	PR-SA-46	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio Belo 11	PR-SA-47	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio Belo 2	PR-SA-21	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio Belo 3	PR-SA-22	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio Belo 5	PR-SA-31	BR	PR	Ortigueira			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Chmyz , 2008	Arroio Belo 7	PR-SA-35	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio Belo do Boaventura 1	PR-SA-24	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Arroio do Vinho	PR-WB-13	BR	PR	Arapoti			
Chmyz , 2008	Bairro Rio do Engano 1	PR-RP-11	BR	PR	Curiúva	777±50 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Bairro Rio do Engano 2	PR-RP-12	BR	PR	Curiúva	649±45 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Bairro Xaxim 3	PR-SA-62	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Camargo 1	PR-SA-5	BR	PR	Curiúva	623±45 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Camargo 3	PR-SA-7	BR	PR	Curiúva	337±25 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Corrego do Couro	PR-SA-11	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Corrego do Felisberto 1	PR-SA-3	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Corrego Feio 1	PR-MR-25	BR	PR	Grandes Rios			
Chmyz , 2008	Corrego Jacutinga	PR-SA-57	BR	PR	Curiúva	440±5 AP	C14	BETA-224258
Chmyz , 2008	Corrego Marrequinha 2	PR-SA-29	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Corrego Mato Bom 2	PR-SA-13	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Corrego São Sebastião 1	PR-MR-19	BR	PR	Grandes Rios			
Chmyz , 2008	Faxinalzinho	PR-SA-42	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Fazenda Bonanza 2	PR-SA-18	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Fazenda Ribeirão Bonito 2	PR-MR-31	BR	PR	Grandes Rios			
Chmyz , 2008	Portão Vermelho	PR-MR-9	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Porteira da Serra	PR-MR-10	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Rancho Alegre 2	PR-MR-5	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Ribeirão Água Grande	PR-SA-1	BR	PR	Curiúva	531±40 AP	TL	
Chmyz , 2008	Ribeirão Água Grande 1	PR-SA-9	BR	PR	Curiúva	464±35 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Ribeirão Água Grande 1	PR-SA-9	BR	PR	Curiúva	570±46 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Ribeirão Barreiro 1	PR-SA-49	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Ribeirão do Veado 2	PR-WB-9	BR	PR	Arapoti			
Chmyz , 2008	Ribeirão do Veado 3	PR-WB-15	BR	PR	Arapoti	698±46 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Ribeirão do Veado 3	PR-WB-15	BR	PR	Arapoti	732±48 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Ribeirão Erveira	PR-RP-9	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Ribeirão Marrecas	PR-SA-37	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Rio Alecrim 3	PR-RP-14	BR	PR	Curiúva			
Chmyz , 2008	Rio Caeté 2	PR-SA-52	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Rio da Corredeira	PR-NA-29	BR	PR	Wenceslau Braz			
Chmyz , 2008	Rio das Cinzas 2	PR-WB-7	BR	PR	Arapoti	626±40 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Rio do Café 3	PR-WB-6	BR	PR	Arapoti			
Chmyz , 2008	Sapê 1		BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 1	PR-SA-39	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	90±5 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	750±50 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	470±50 AP	TL	lacivid-usp
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	430±60 AP	C14	BETA-180908
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	360±60 AP	C14	BETA-180909
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 2	PR-SA-44	BR	PR	Ortigueira	290±50 AP	C14	
Chmyz , 2008	Serra da Piquira 3	PR-SA-54	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz 1967; CNSA 25822	Reserva Florestal 1	PR-IB-2	BR	PR	Jataizinho			
Chmyz 1969, 1995; CNSA 25957	Três Morros 3	PR-CT-12	BR	PR	Palmeira			
Chmyz 1974; CNSA 45691		MS-IV-3	BR	MS	Amambai			
Chmyz 1976; Prous e Piazza 1977; Rohr 1984; Piazza 1965; Rohr 1984; CNSA 00344; CNSA 55249 ;	Lagoinha do Rio Tavares / Florianópolis 42	FLN-067	BR	SC	Florianópolis			
Chmyz 1976; Rohr 1977, 1984; CNSA 55244	Florianópolis 40	FLN-062	BR	RS	Florianópolis			
Chmyz 1976; Rohr 1977, 1984; CNSA 55245	Florianopolis 44	FLN 063	BR	SC	Florianópolis			
Chmyz 1977, 1979; Posse 1984; CNSA 26102; Oliveira, 2002	Pesqueiro 1	PR-FI-105	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Chmyz 1977, CNSA 25364	Porto Casanova 6	SP-AS-18	BR	SP	Iepê			
Chmyz 1977; CNSA 25210	Jaime	PR-JA-11	BR	PR	Cambará			
Chmyz 1977; CNSA 25222; Oliveira, 2002	Ilha Grande 3	PR-JA-22	BR	PR	Cambará			
Chmyz 1977; CNSA 25228	Ilha Grande 9	PR-JA-28	BR	PR	Cambará			
Chmyz 1977; CNSA 25244	Porto Galvão 3	SP-AS-3	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25245	Porto Galvão 4	SP-AS-4	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25246	Porto Galvão 5	SP-AS-5	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25247	Porto Galvão 6	SP-AS-6	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25248	Porto Galvão 10	SP-AS-7	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25249	Porto Galvão-Cordeira 2	SP-AS-8	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25250	Porto Galvão-Cordeira 3	SP-AS-9	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25251	Porto Galvão-Cordeira 4	SP-AS-10	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25251	Porto Galvão-Cordeira 5	SP-AS-11	BR	SP	Cândido Mota			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Chmyz 1977; CNSA 25251	Porto Galvão-Corredeira 6	SP-AS-12	BR	SP	Cândido Mota			
Chmyz 1977; CNSA 25804; Oliveira, 2002	Porto Galvão 7	PR-JA-34	BR	PR	Itambaracá			
Chmyz 1977; CNSA 25805; Oliveira, 2002	Porto Galvão 8	PR-JA-35	BR	PR	Itambaracá			
Chmyz 1977; CNSA 25806; Oliveira, 2002	Porto Galvão 9	PR-JA-36	BR	PR	Itambaracá			
Chmyz 1977; Moraes, 2007	Fazenda Ferrazolli	SP-SC-5	BR	SP	Ibirarema/Salto Grande			
Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25549; Oliveira, 2002; NOELLI, 1999-2000 ; parellada, 2005; CNSA PR00212	Porto Estamata	PR-FI-98	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	190±75 AP	C14 (1972)	SI-5018
Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25550; NOELLI 1999-2000 ; parellada, 2005	Borevi 1	PR-FI-99	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	1565±70 AP	C14 (1972)	SI-5019
Chmyz 1978; Oliveira, 2002; CNSA 25852; CNSA PR00355	Rio São Francisco Verdadeiro 4	PR-TO-13	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Chmyz 1978; CNSA 25848	Rio São Francisco Verdadeiro 2	PR-TO-9	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Chmyz 1978; CNSA 26031; Oliveira, 2002	Lageado Progresso	PR-TO-4	BR	PR	Santa Helena			
Chmyz 1978; CNSA 26036	Córrego Caminho Verde 2	PR-FI-110	BR	PR	Santa Helena			
Chmyz 1978; CNSA 26048; Oliveira, 2002	Rio Dois Irmãos	PR-FI-122	BR	PR	Santa Helena			
Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26046; Oliveira, 2002	da Mata	PR-FI-120	BR	PR	Santa Helena			
Chmyz 1979, 1983; Posse 1984; Noelli, 1999-2000; NOELLI, 1999-2000 ; parellada, 2005; CNSA 26108	Fazenda Dona Carlota 2	PR-FI-140	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	2010±75 AP	C14 (1983)	SI-5028
Chmyz 1981; CNSA 25918; Oliveira, 2002	Lagoa Comprida	PR-TO-58	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Chmyz 1983; CNSA 25728	Arroio Taturí 3	PR-FO-26	BR	PR	Guaíra			
Chmyz 1983; CNSA 46101; LANDA, 2001	Porto Santa Isabel	MS-PA-1	BR	MS	Mundo Novo			
Chmyz 1983; CNSA 46102; LANDA, 2001	Porto Coronel Renato	MS-PA-2	BR	MS	Mundo Novo			
Chmyz 1994; CNSA 26543	Arroio Feio 2	PR-MN-9	BR	PR	Pinhão			
Chmyz 1995; CNSA 25966	Santa Bárbara 6	PR-CT-23	BR	PR	Palmeira			
Chmyz 1995; CNSA 25968	Santa Bárbara 8	PR-CT-25	BR	PR	Palmeira			
Chmyz 1995; CNSA 25969	Santa Bárbara 9	PR-CT-26	BR	PR	Palmeira			
Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 5	PNI-5	BR	PR	Foz do Iguaçu			
chmyz i; sauner, 1971 ; Oliveira, 2002; CNSA 26138	Pé de Galinha	PR-UB-17	BR	PR	Ubiratã			
chmyz i; sauner, 1971 ; Oliveira, 2002; CNSA 26139	Milonguita	PR-UB-18	BR	PR	Ubiratã			
CHMYZ, 1984.; Oliveira, 200 ; CEPA UFPR; CNSA 25802	Barragem Taquaruçu 1	PR-AP-46	BR	PR	Itaguajé			
CHMYZ, 2010; Chmys, 2002	Rio Imbocuí	PR-P-68	BR	PR	Paranaguá	1519±30 AD		
Chmyz, Chmyz e Sganzerla 1986; Chmyz 1995; CNSA 26486; Oliveira, 2002; Chmyz, et ali., 1988	Palmeira 1	PR-CT-51	BR	PR	Curitiba			
Chmyz, et ali, 1986		PR-CT-42	BR	PR	Araucaria/Campo Largo			
Chmyz, et ali, 2009	Erveiras	PR-SM-14	BR	PR	São Mateus do Sul			
Chmyz, et ali, 2009	Rio das Pedras 1	PR-SM-9	BR	PR	São Mateus do Sul			
Chmyz, et ali, 2009	Rio das Pedras 3	PR-SM-11	BR	PR	São Mateus do Sul			
Chmyz, et ali, 2009	Rio das Pedras 4	PR-SM-13	BR	PR	São Mateus do Sul			
Chmyz, et ali, 2009	Sanga da Onça	PR-SM-12	BR	PR	São Mateus do Sul			
Chmyz, Perota, Müeller e Rocha 1968; Moraes, 2007	Cemiterio do Espanhol / Espanhol	SP-IP-9	BR	SP	Riversul			
Chmyz. 1967; CNSA 25974	Água 19 - 1	PR-FL-1	BR	PR	Paraíso do Norte			
CHMYZ. 1968			BR	PR	Porto Amazonas			
Chmyz. 1995; CNSA 25964	Água Clara	PR-CT-19	BR	PR	Palmeira			
Chmyz. 2008	Água Caratuva 1	PR-WB-2	BR	PR	Arapoti	1343±90 AP	TL	Iacivid-usp
Chmyz. 2008	Água do Piquira 1	PR-SA-55	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz. 2008	Água do Piquira 2	PR-SA-56	BR	PR	Ortigueira			
Chmyz. 2008	Águas das Pedras	PR-SA-48	BR	PR	Ortigueira			
Cigliano 1966; Cigliano, Schmitz e Caggiano 1971	Palo Blanco		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
Cigliano, Rafino e Caggiano 1971	Isla del Medio		UY	Depto. de Salto	Salto			
CNSA 00341	Dunas do Pantano do Sul 3	FLN-064	BR	SC	Florianópolis			
CNSA 00638; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 5	JUU-12	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 00639; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 6	JUU-13	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 00640; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 7	JUU-14	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 00641; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 8	JUU-15	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 00642; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 9	JUU-16	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 00643; FARIAS, DEISI & KNEIP 2010.	Olho d’água 10	JUU-17	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA 01081	José Pedro Legerman	RS-LS-45	BR	RS	Rio Grande			
CNSA 01808		RS-19	BR	RS	Guaíba			
CNSA 02742	Torre 116	E 377 + 35,25	BR	RS	Osório			
CNSA 02743	Torre 135 / Torre 136	E 425 + 140,235	BR	RS	Osório			
CNSA 25612; Moraes, 2007	Lagoa de São Paulo 2	LSP	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA 25614	Santa Fé	STF	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA 25615	Epitácio		BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA 25629	Porto Maria	PTM	BR	SP	Rosana			
CNSA 25807; Oliveira, 2002 ; Chmyz 1977	Porto Galvão-Corredeira 1	PR-RP-1	BR	PR	Itambaracá			
CNSA 25808; Oliveira, 2002; Chmyz 1977	Porto Galvão-Corredeira 7	PR-RP-2	BR	PR	Itambaracá			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA 26461	Lavrinha	PR-RB-3	BR	PR	Ponta Grossa			
CNSA 26531	Ribeirão das Antas 1	PR-JA-75	BR	PR	Andirá			
CNSA 26532	Ribeirão das Antas 2	PR-JA-76	BR	PR	Andirá			
CNSA 26533	Ribeirão das Antas 3	PR-JA-77	BR	PR	Andirá			
CNSA 26535	Ribeirão Pimenteira 3	PR-JA-79	BR	PR	Andirá			
CNSA 26539	Ribeirão Pimenteira 4	PR-JA-83	BR	PR	Andirá			
CNSA 26597	Ribeirão Pimenteira 1	PR-JA-63	BR	PR	Andirá			
CNSA 26598	Ribeirão Pimenteira 2	PR-JA-64	BR	PR	Andirá			
CNSA 26614	Lagoa 1	PR-PO-6	BR	PR	Santo Inácio			
CNSA 35186	Nova Palmira	RS-C-56	BR	RS	Caxias do Sul			
CNSA 35198	Dorvalino Gallioto	RS-C-69	BR	RS	Caxias do Sul			
CNSA 35240; BROCHADO, LAZZAROTTO, STEINMETZ, 1969	São João Batista	IJ-29	BR	RS	Entre-Ijuís			
CNSA 35252	Lauro Schneider	RS-C-46	BR	RS	Feliz			
CNSA 35253	Reinaldo Milke	RS-C-47	BR	RS	Feliz			
CNSA 35254	Arlindo Machado	RS-C-48A	BR	RS	Feliz			
CNSA 35277; CNSA RS00888	Escola Normal Evangélica	RS-C-44	BR	RS	Ivoti			
CNSA 35278	Sete Quedas 1	RS-C-45A	BR	RS	Ivoti			
CNSA 35284	Passo da Pimenta	RS-C-16	BR	RS	Montenegro			
CNSA 35288	Helmuth Schneider	RS-C-28	BR	RS	Brochier			
CNSA 35291	Paulo Brochier	RS-C-30	BR	RS	Brochier			
CNSA 35292	João Motta	RS-C-31	BR	RS	Brochier			
CNSA 35295	Mário Biehl	RS-C-34	BR	RS	Brochier			
CNSA 35296	Rudi Griesbach	RS-C-35	BR	RS	Montenegro			
CNSA 35297	José Bodh	RS-C-36	BR	RS	Montenegro			
CNSA 35299	Arno Pilger	RS-C-37	BR	RS	Harmonia			
CNSA 35300	Montenegro 1	RS-C-38	BR	RS	Montenegro			
CNSA 35305	Adelar Pilger	RS-C-61	BR	RS	Harmonia			
CNSA 35613	Werno Brückman	RS-C-20	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35615	Aloísio Müller	RS-C-21	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35616	Albano Käfer	RS-C-22	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35620	Oswaldo Schneider	RS-C-26	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35621	Miguel Santos 1	RS-C-50A	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35622	Miguel Santos 2	RS-C-50B	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35623	Angico 1	RS-C-53	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35624	Lauro Brandt	RS-C-54	BR	RS	Bom Princípio			
CNSA 35625	Bernardo Gasparý	RS-C-59	BR	RS	Bom Princípio			
CNSA 35626	João Machado	RS-C-55	BR	RS	São Sebastião do Caí			
CNSA 35723	Fagundes	RS-I-96	BR	RS	Uruguaiana			
CNSA 35771	Jacob Webber	RS-C-52	BR	RS	Bom Princípio			
CNSA 35798	Carumbé	RS-I-97	BR	RS	Uruguaiana			
CNSA 35799	Saudade	RS-I-98	BR	RS	Uruguaiana			
CNSA 36137	Valdir Formenton	U-340	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 36138	Lino Bertola	U-341	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 36139	Gasparino Dalmolin	U-342	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 36141	Günther Weckwerth	U-344	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 36142	Armando Weckwerth	U-345	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 36147	Avelino Tonolli	U-350	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36153	da Barra	U-356	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36154	Adelmo Bortolossi	U-357	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36155	Theomildo Müller	U-358	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36156	Ermínio Bortolosi / Bortolossi	U-359	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36157	Adilson Pegorini	U-360	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36159	Erení Balduíno	U-362	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36161	Waldemar Cardoso de Aguiar	U-365	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA 36184	Zânio Schmidt	U-396	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA 55114	Chapecó 1	CCO-1	BR	SC	Chapecó			
CNSA 55117	Chapecó	Chapecó-4	BR	SC	Chapecó			
CNSA 55355; CNSA 00449	Campo de Aviação	IMA-4	BR	SC	Imbituba			
CNSA 55511	Fridolino Rambo	SC-U-64	BR	SC	Itapiranga			
CNSA 55648; CNSA 00739	Praia de Fora	SC-PEST-24	BR	SC	Palhoça			
CNSA 55661; FARIAS & KNEIP. 2010	Antônio C. André	U-126	BR	SC	Palmitos			
CNSA 56010	Sambaqui da Curva	IÇA-6	BR	SC	Içara			
CNSA 56020	Dallagnoll		BR	SC	Cunha Porã			
CNSA AL00245	Coruripe		BR	AL	Coruripe			
CNSA AL00263	Barra do Camaragibe 3		BR	AL	Passo de Camaragibe			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA BA00271	Fazenda Rancho Alegre		BR	BA	Simões Filho			
CNSA BA00287		BA-REC-23	BR	BA	Jaguaripe			
CNSA BA00346		BA-REC-66	BR	BA	Jaguaripe			
CNSA BA00347		BA-REC-67	BR	BA	Jaguaripe			
CNSA BA00348		BA-REC-68	BR	BA	Jaguaripe			
CNSA BA00349		BA-REC-69	BR	BA	Jaguaripe			
CNSA BA00463	Pio Moura		BR	BA	São Félix do Coribe			
CNSA BA00473	Várzea da Baraúna		BR	BA	Miguel Calmon			
CNSA BA00485	Cerâmico 1		BR	BA	Morro do Chapéu			
CNSA BA00486	Cerâmico do Igrejinha		BR	BA	Morro do Chapéu			
CNSA BA00686	Knauf III		BR	BA	Camamu			
CNSA CE00115	Olho d'água da Igreja 2	OIG 2	BR	CE	Milagres			
CNSA CE00118	Riacho Verde	RVE	BR	CE	Várzea Alegre			
CNSA CE00120	Serra Nova	SNO	BR	CE	Granjeiro			
CNSA CE00121	Olho d'água da Igreja 1	OIG 1	BR	CE	Milagres			
CNSA CE00204	Taíba 1	TB I	BR	CE	São Gonçalo do Amarante			
CNSA CE00205	Taíba 2	TB II	BR	CE	São Gonçalo do Amarante			
CNSA CE00238	CE 0017 LA/UFPE	CE 0017 LA/UFPE	BR	CE	Aquiraz			
CNSA CE00239	CE 0018 LA/UFPE	CE 0018 LA/UFPE	BR	CE	Aquiraz			
CNSA CE00240	CE 0020 LA/UFPE	CE 0020 LA/UFPE	BR	CE	Aquiraz			
CNSA CE00248	CE 0019 LA/UFPE	CE 0019 LA/UFPE	BR	CE	Fortim			
CNSA CE00249	CE 0021 LA/UFPE	CE 0021 LA/UFPE	BR	CE	Fortim			
CNSA CE00256	CE 0028 LA/UFPE	CE 0028 LA/UFPE	BR	CE	Beberibe			
CNSA CE00266	CE 0022 LA/UFPE	CE 0022 LA/UFPE	BR	CE	Fortim			
CNSA CE00267	CE 0055 LA/UFPE	CE 0055 LA/UFPE	BR	CE	Fortim			
CNSA CE00268	CE 0058 LA/UFPE	CE 0058 LA/UFPE	BR	CE	Fortim			
CNSA CE00280	Baleia 06		BR	CE	Itapipoca			
CNSA CE00283	Carnaúba 1		BR	CE	São Benedito			
CNSA CE00390	Taperuçu		BR	CE	Capistrano			
CNSA CE00505	Moitas 7		BR	CE	Amontada			
CNSA DF00354	Tapera 1	175 TESTE	BR	GO	Corumbá			
CNSA ES00073	Córrego Jacarandá V		BR	ES	São Mateus			
CNSA ES00074	São Jorge 2		BR	ES	São Mateus			
CNSA ES00162	Linharinho		BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00163	Lagoa Sapucaia / Fazenda dos Suíços		BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00199	Rio Preto I	ES-SM-	BR	ES	São Mateus			
CNSA ES00208	dos Neves	NV	BR	ES	São Mateus			
CNSA ES00211	Santa Rita 2	ES-217	BR	ES	Jaguaré			
CNSA ES00243	Rigone 2	Ri-2	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00244	Rigone 3	Ri-3	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00245	Arturlino 1	Ar-01	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00246	Buraco do Bicho 1	Bb-01	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00247	Buraco do Bicho 4	Bb-04	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00248	Riacho Doce 1	RD-1	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00249	Nilson 1	Ni-01	BR	ES	Conceição da Barra			
CNSA ES00269	Sambaqui do Limão		BR	ES	Presidente Kennedy			
CNSA GO00230	Buriti 1	GO-JU-54	BR	GO	Buriti de Goiás			
CNSA GO00291	Indaial 1 (In1)	GO-NI-80	BR	GO	Niquelândia			
CNSA GO00292	Castelão 1 (Cs1)	GO-NI-081	BR	GO	Niquelândia			
CNSA GO01157	Copaiba	GO-NI-231	BR	GO	Minaçu			
CNSA GO01175	Carapia	GO-NI-229	BR	GO	Cavalcante			
CNSA GO01193	Murici	GO-NI-248	BR	GO	Colinas do Sul			
CNSA GO01201	Região do Sapato	GO-NI-066	BR	GO	Formoso			
CNSA MG00368	Três Barras	MG-SJ-53 ou 54	BR	MG	Botumirim			
CNSA MG00593	Aldeia de Macaúbas	MG-MF-17	BR	MG	Varzelândia			
CNSA MG00657	Vargem Linda		BR	MG	Leopoldina			
CNSA MG00695	da Fazenda do Rosário		BR	MG	Três Corações			
CNSA MG00706	Pinhalzinho	MG-GV-74	BR	MG	Paraguaçu			
CNSA MG00780	Fernandão	MG-VG-77 e 78	BR	MG	Pouso Alegre			
CNSA MG00858	Panorama	MG-GV-61	BR	MG	Carmo do Rio Claro			
CNSA MG00911	Cruz de Malta		BR	MG	Ipanema			
CNSA MG00912	Fazenda do Marçal		BR	MG	Caratinga			
CNSA MG00927	Novo Horizonte	ZM-GU-02	BR	MG	Guarani			
CNSA MG00974	José Francisco	RG	BR	MG	Sacramento			
CNSA MS00010	Lagoa da Serra	MS-CO-1	BR	MS	Sonora			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA MS00020		MS-CP-6	BR	MS	Corumbá			
CNSA MS00023		MS-CP-7	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00025		MS-CP-8	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00026		MS-CP-8A	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00062		MS-CP-28	BR	MS	Corumbá			
CNSA MS00063		MS-CP-28A	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00065		MS-CP-29	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00067		MS-CP-30	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00069		MS-CP-31	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00090	Petroglifos da Lajinha	MS-CP-46	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
CNSA MS00093	Antigo cemitério dos índios Cadiueu	MS-CP-49	BR	MS	Corumbá			
CNSA MS00180	Forte Iguatemi	MS-IG-1	BR	MS	Amambai	1767-1777 AD	Relativo	
CNSA MS00366	Alto Paraná 1 (AP1) - Anaurilândia 2 (AN2)	MS-PR-6	BR	MS	Anaurilândia			
CNSA MS00456		MS-SU-6	BR	MS	Paranaíba			
CNSA MS00651	Córrego Urucum 1		BR	MS	Corumbá			
CNSA MT00178	Taquari 1	MT-GA-60	BR	MT	Alto Taquari			
CNSA MT00181	Taquari 4	MT-GA-63	BR	MT	Alto Taquari			
CNSA MT00438	Loca do Castelo	MT-SL-71	BR	MT	Juscimeira	1990±70 AP	C14	BETA-31036
CNSA MT00439	Loca da Panela	MT-SL-72	BR	MT	Juscimeira	1520±60 AP	C14	BETA-78255
CNSA MT00439	Loca da Panela	MT-SL-72	BR	MT	Juscimeira	2390±60 AP	C14	BETA-78256
CNSA MT00488	Osni	MT-CH-16	BR	MT	Guarantã do Norte			
CNSA MT00546	Morro da Janela 1	MT-SL-31	BR	MT	Poxoréo	1090±75 AP	C14	N-5115
CNSA MT00576	Bate Caverna,Caverna do Lambari,Caverna do Fundão	MT-RN-39	BR	MT	Poxoréo	1150±70 AP	C14	BETA-27425
CNSA PA00309	Parauapebas	PA-AT-15	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00310	Parauapebas 3	PA-AT-16	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00312; SIMOES. 1986	Caldeirão 1	PA-AT-18	BR	PA	Parauapebas	1420±55 AD	C14	
CNSA PA00313; SIMOES. 1986	Caldeirão 2	PA-AT-19	BR	PA	Parauapebas	390±85 AD	C14	
CNSA PA00314	Angical	PA-AT-21	BR	PA	Parauapebas	1105±50 AD	C14	
CNSA PA00314	Angical	PA-AT-21	BR	PA	Parauapebas	1510±55 AD	C14	
CNSA PA00315	Carreira Comprida	PA-AT-20	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00316	Deus me Livre 1	PA-AT-22	BR	PA	Parauapebas	1170±60 AD	C14	
CNSA PA00316	Deus me Livre 1	PA-AT-22	BR	PA	Parauapebas	280±80 AD	C14	
CNSA PA00317	Deus me Livre 2	PA-AT-23	BR	PA	Parauapebas	1025±55 AD	C14	
CNSA PA00317	Deus me Livre 2	PA-AT-23	BR	PA	Parauapebas	1155±90 AD	C14	
CNSA PA00318	Redenção	PA-AT-24	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00319	Carrasco	PA-AT-25	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00320	Parauapebas 5	PA-AT-26	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00321	Parauapebas 6	PA-AT-27	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00322	Curionópolis	PA-AT-28	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00323	Barra do Cedro	PA-AT-29	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00324	Piabanha 1	PA-AT-30	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00325	Piabanha 2	PA-AT-31	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00326	Santa Rita	PA-AT-33	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00327	Parauapebas 7	PA-AT-34	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00328	Parauapebas 8	PA-AT-35	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00329	Palmeiras	PA-AT-36	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00330	Parauapebas 9	PA-AT-37	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00331	Parauapebas 10	PA-AT-38	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00332	Parauapebas 11	PA-AT-39	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00333	Parauapebas 12	PA-AT-40	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00334	Parauapebas 13	PA-AT-41	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00335	Parauapebas 14	PA-AT-42	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00336	Parauapebas 15	PA-AT-43	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00337	Parauapebas 16	PA-AT-44	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00338	Parauapebas 17	PA-AT-45	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00339	Parauapebas 18	PA-AT-46	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00340	Parauapebas 19	PA-AT-47	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00341	Senegá II	PA-AT-62	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00342	Lageiro 1	PA-AT-63	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00343	Parauapebas 20	PA-AT-48	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00344	Parauapebas 21	PA-AT-49	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00345	Parauapebas 22	PA-AT-50	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00346	Parauapebas 23	PA-AT-51	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00347	Parauapebas 24	PA-AT-52	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00348	Parauapebas 25	PA-AT-53	BR	PA	Parauapebas			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA PA00349	Parauapebas 26	PA-AT-54	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00350	Parauapebas 27	PA-AT-55	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00351	Parauapebas 28	PA-AT-56	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00352	Parauapebas 29	PA-AT-57	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00354	Viola	PA-AT-59	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00355	Capelinha	PA-AT-60	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00356	Senegá I	PA-AT-61	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00357	Parauapebas 1	PA-AT-14	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00528	Lageiro 2	PA-AT-64	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00786	São Francisco	PA-AT-32	BR	PA	Parauapebas			
CNSA PA00805	Dique BF1	PA-AT-281	BR	PA	Marabá			
CNSA PA00806	Dique BF2	PA-AT-282	BR	PA	Marabá			
CNSA PA00809	Barfi	PA-AT-279	BR	PA	Marabá			
CNSA PA00856	Bittencourt	PA-BA-83	BR	PA	Abaetetuba			
CNSA PA00930	Alto Bonito	PA-AT-300	BR	PA	Itupiranga			
CNSA PA00931	Jocênea	PA-AT-301	BR	PA	Itupiranga			
CNSA PA00932	São Francisco	PA-AT-302	BR	PA	Itupiranga			
CNSA PA00934	Batatal	PA-AT-303	BR	PA	Itupiranga			
CNSA PA01045	Orlando	PA-AT-288	BR	PA	Marabá			
CNSA PA01047	Cachorro Cego	PA-AT-287	BR	PA	Marabá			
CNSA PB00106		PB-10-LA/UFPE	BR	PB	Pedras de Fogo			
CNSA PB00110		PB-14-LA/UFPE	BR	PB	Santa Rita			
CNSA PB00113		PB-17-LA/UFPE	BR	PB	Mataraca			
CNSA PB00117		PB-23-LA/UFPE	BR	PB	Mamanguape			
CNSA PB00120	PB 0020	PB-20-LA/UFPE	BR	PB	Mataraca			
CNSA PB00121	PB 0021	PB-21-LA/UFPE	BR	PB	Mataraca			
CNSA PE00059	Bairro do Recife		BR	PE	Recife	1200 AD		
CNSA PE00083	Feitoria de Cristovão Jacques		BR	PE	Itapissuma			
CNSA PE00112; Albuquerque, 2008		PE-93-Cm	BR	PE	São Lourenço da Mata	510±150 AP	C14	BaH-1086-A
CNSA PE00113; Albuquerque, 2008		PE-94-Cm	BR	PE	São Lourenço da Mata	2130±400 AP	C14	BaH-1085-A
CNSA PE00114; Albuquerque, 2008		PE-95-Cm	BR	PE	São Lourenço da Mata	785±150 AP	C14	BaH-1087-A
CNSA PE00233		PE-399-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00234		PE-400-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00235		PE-401-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00239		PE-405-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00242		PE-408-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00250		PE-416-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00251		PE-417-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00253		PE-419-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00254		PE-420-LA/UFPE	BR	PE	Igarassu			
CNSA PE00258		PE-424-LA/UFPE	BR	PE	Igarassu			
CNSA PE00262		PE-428-LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00280		PE-452-LA/UFPE	BR	PE	Igarassu			
CNSA PE00283		PE-457-LA/UFPE	BR	PE	Igarassu			
CNSA PE00285		PE-459-LA/UFPE	BR	PE	Igarassu			
CNSA PE00310	PE 0536 LA/UFPE	PE-536 LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00316	PE 0546 LA/UFPE	PE-546 LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00317	PE 0547 LA/UFPE	PE-547 LA/UFPE	BR	PE	Goiana			
CNSA PE00375	do Frio		BR	PE	Paulista			
CNSA PI00541	Aldeia do Baixão da Serra Nova	Nº 89	BR	PI	São Raimundo Nonato			
CNSA PR00359	Rio São Francisco Verdadeiro 19	PR-TO-19	BR	PR	Pato Bragado			
CNSA PR00471	Lajeado Progresso	PR-TO-4	BR	PR	Santa Helena			
CNSA PR00481	Cascavel 2		BR	CE	Cascavel			
CNSA PR00527; Oliveira, 2002; Chmyz 1977, 1979; Posse 1984; CNSA 26100; NOELLI, 1999-2000 ; parellada, 2005	Paineira	PR-FI-103	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	600±60 AP	C14 (1983)	SI-5029
CNSA PR00792	Córrego do Taquaral	PR-JA-82	BR	PR	Cambará			
CNSA PR00826	Barragem UHE Canoas 2 / BARRA UHE Canoas 2	PR-JA-38	BR	PR	Andirá			
CNSA PR00961	Estrada Barra Preta	PR-Ivaí-10	BR	PR	Jardim Alegre			
CNSA PR00962	Porto Yara	PR - Paraná/9B - 0001	BR	PR	Altônia			
CNSA PR00967	Rio Mourão 1	PR-Ivaí-3	BR	PR	Quinta do Sol			
CNSA PR00969	Porto Ubá	PR-Ivaí-5	BR	PR	Jardim Alegre			
CNSA PR00972	Suçui 1	PR-Ivaí-7	BR	PR	Engenheiro Beltrão			
CNSA PR00994	Pirapó 10	PR-Pirapó-10	BR	PR	Paranacity			
CNSA PR00995	Pirapó 11	PR-Pirapó-11	BR	PR	Paranacity			
CNSA PR00996	Pirapó 16	PR-Pirapó-16	BR	PR	Paranacity			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA PR01017	Pirapó 31	PR-LB-31	BR	PR	Paranacity			
CNSA PR01249	Ribeirão Grande	S-1	BR	PR	Agudos do Sul			
CNSA PR01263	Doring	BI4-1-CLM-ST	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
CNSA PR01266	São Luís	BI06CLM-ST	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
CNSA PR01269	Ponte Alta	BI21CLM-ST	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
CNSA PR01270	Córrego Leãozinho	BI26CLM-ST	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
CNSA RJ00096	Foz do Paquequer	RJ-GP-14	BR	RJ	Carmo			
CNSA RJ00101	Ilha dos Pombos	RJ-GP-14	BR	RJ	Carmo			
CNSA RJ00143	Vacaria	RJ-LP-4	BR	RJ	Belford Roxo			
CNSA RJ00173	Sambaqui da Estação Rádio-Receptora 2		BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA RJ00174	Sambaqui da Estação Rádio-Receptora 1		BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA RJ00192	Sambaqui do Telégrafo		BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA RJ00200	do Marco	GB-35	BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA RJ00251	Fazenda do Viegas	RJ-GB-62	BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA RJ00554	Barracuda	RJ-JC-92	BR	RJ	Armação dos Búzios			
CNSA RJ00575	do Seletto	RJ-JC-73	BR	RJ	São Pedro da Aldeia			
CNSA RJ00615	do Barroso		BR	RJ	Saquarema			
CNSA RN00058	Peixe Boi		BR	RN	Baía Formosa			
CNSA RN00059	Coqueiral		BR	RN	Baía Formosa			
CNSA RN00078	Gasfor 1		BR	RN	Macau			
CNSA RN00157	do Mirante do Tibau do Sul		BR	RN	Tibau do Sul			
CNSA RN00162	da Barra da Lagoa de Guaraíras		BR	RN	Tibau do sul			
CNSA RN00166		RN-1-LA/UFPE	BR	RN	Arês			
CNSA RN00167		RN-2-LA/UFPE	BR	RN	Arês			
CNSA RN00168		RN-3-LA/UFPE	BR	RN	Arês			
CNSA RN00178	RN 0007	RN-7 LA/UFPE	BR	RN	São José de Mipibu			
CNSA RO00053	Ipocyssara	RO-JI-1	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00054	Molim 1	RO-JI-2	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00055	Piloto	RO-JI-3	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00056	Pindaíba	RO-JI-4	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00057	Guaximim	RO-JI-5	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00058	Molim 2	RO-JI-6	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00059	Cacaueiro	RO-JI-7	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00060	Cassimiro	RO-JI-8	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00061	São Pedro	RO-JI-9	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00062	Divisa	RO-JI-10	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00063	Ravani	RO-JI-11	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00064	João da Onça	RO-JI-12	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00065	Mucunã	RO-JI-13	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00066	Maneta	RO-JI-14	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00071	Santa Maria	RO-JI-19	BR	RO	Ji-Paraná			
CNSA RO00275	Modelo 2	RO-RO-5	BR	RO	Cacoal			
CNSA RO00276	Modelo 3	RO-RO-6	BR	RO	Cacoal			
CNSA RO00277	Pirarara	RO-RO-8	BR	RO	Cacoal			
CNSA RS00018		RS-303	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS00028		RS-IJ-33 RS-319	BR	RS	Ijuí			
CNSA RS00029		RS-320	BR	RS	Ijuí			
CNSA RS00030		RS-321	BR	RS	Ijuí			
CNSA RS00032		RS-323	BR	RS	Iraí			
CNSA RS00034	Dosolina Ganze (Sandri)	RS-330	BR	RS	Iraí			
CNSA RS00035		RS-334	BR	RS	Iraí			
CNSA RS00080		RS-379	BR	RS	Camaquã			
CNSA RS00170		RS-MJ-67	BR	RS	Nova Palma			
CNSA RS00173		RS-MJ-70	BR	RS	Nova Palma			
CNSA RS00216		RS-IJ-22	BR	RS	Ijuí			
CNSA RS00226		RS-IJ-37	BR	RS	São Miguel das Missões			
CNSA RS00347		RS-VZ-101	BR	RS	Iraí			
CNSA RS00423		RS-SM-12	BR	RS	São Pedro do Sul			
CNSA RS00517; Marsul; CNSA 15649	Porto das Laranjeiras 3	RS-IJ-62	BR	RS	Itaqui	1573 AD		
CNSA RS00579	Maquiné	RS-S-338	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
CNSA RS00623	Linha Uruguai Norte 2	RS-VZ-19	BR	RS	Porto Lucena			
CNSA RS00628	Linha Uruguai Norte 5	RS-VZ-22	BR	RS	Porto Lucena			
CNSA RS00632	Boa Vista 3	RS-VZ-26	BR	RS	Porto Lucena			
CNSA RS00723	Capané 1	RS-MJ-1	BR	RS	Cachoeira do Sul			
CNSA RS00769	Leonildo Knies e Ervino Quoos	RS-26	BR	RS	Candelária			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA RS00854	Vale Vêneto	RS-47	BR	RS	Faxinal do Soturno			
CNSA RS00884	Arroio do Rato	RS-16	BR	RS	Ivoti			
CNSA RS00914	Willimar Rasche	RS-C-67	BR	RS	Montenegro			
CNSA RS00918	Potreirinho	RS-82	BR	RS	Mostardas			
CNSA RS01049	Casa Abandonada	RS-93	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01058	Lauwson	RG-11-RS-256	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01143	Viúva Amanda Barth	RS-229	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
CNSA RS01240; CNSA 35631	Norberto Junges	RS-C-65	BR	RS	Bom Princípio			
CNSA RS01245	Palmeira 2	RS-S-282	BR	RS	Sapiranga			
CNSA RS01342	Lagoa dos Quadros 2	RS-LN-41	BR	RS	Capão da Canoa			
CNSA RS01394	Barra Bonita	RS-VZ-57	BR	RS	Três Passos			
CNSA RS01418	João Zulszeski	UUU-10	BR	RS	Aratiba			
CNSA RS01472	Albino Robaet B	UUU-50 U-96	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA RS01607	Edmundo Bosquero	UHH-02 U-71	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA RS01634	Ivo Formenton	UPP-04 U-76	BR	RS	Marcelino Ramos			
CNSA RS01693		UPP-62 U-447	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA RS01694		UPP-50 U-448	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA RS01695		UHH-26 U-449	BR	RS	MaxImiliano de Almeida			
CNSA RS01698		UPP-51	BR	RS	Machadinho			
CNSA RS01699		UPP-52	BR	RS	Machadinho			
CNSA RS01700		UPP-53 U-454	BR	RS	Machadinho			
CNSA RS01701		UPP-54 U-455	BR	RS	Machadinho			
CNSA RS01702; CNSA RS01709; CNSA RS01710	Maria Soares	RG-2-3 cat 1 RG-C5	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01704	Campos da Hidráulica	RG-5	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01711	José Aníbal Abreu	RS-20	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01712	Oscar Abreu	RG-21	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01726	José Lerchmann	RS-36	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS01755	Leonardo Boeira Silveira	RS-66	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01756	Leonardo Boeira Silveira	RS-67	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01757	Leonardo Boeira Silveira	RS-68	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01758	Leonardo Boeira Silveira	RS-69	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01759	Leonardo Boeira Silveira	RS-70	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01760	Leonardo Boeira Silveira	RS-71	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01761	Leonardo Boeira Silveira	RS-72	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS01768	Lino Pires de Lima	RS-79	BR	RS	Tavares			
CNSA RS01808		RS-119	BR	RS	Guaíba			
CNSA RS02076	Goodyear		BR	RS	Glorinha			
CNSA RS02107	Cerâmico Isolado Guarani		BR	RS	Canguçu			
CNSA RS02108	Aldeia Guarani RST 471		BR	RS	Canguçu			
CNSA RS02215	da Casa Azul		BR	RS	Dom Feliciano			
CNSA RS02216	do Armazém		BR	RS	Dom Feliciano			
CNSA RS02241	Quitéria Barreira 3 - 01	RS-LS-103	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS02242	Quitéria Barreira 3 - 02	RS-LS-104	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS02243	Quitéria Barreira 3 - 03	RS-LS-105	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS02244	Quitéria Barreira 3 - 04	RS-LS-106	BR	RS	Rio Grande			
CNSA RS02324		U-464	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA RS02329		U-477 / UPP 62	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
CNSA RS02474		RS-LC-89	BR	RS	Palmares do Sul			
CNSA RS02579	Ivo Leopold	RS-RP-253	BR	RS	Vera Cruz			
CNSA RS02582	Laureano Holdenburg	RS- RP-255	BR	RS	Vera Cruz			
CNSA RS02588	Thomas	RS-TQ:130	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02589	Valdemar Scherer	RS-TQ-131	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02590	Silveiro Scherer	RS-TQ-123	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02591	Oterno Bergmann	RS-TQ-124	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02592	Siegfried Becker	RS-TQ-125	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02593	Francisco Kist	RS-TQ-126	BR	RS	Lajeado			
CNSA RS02595	Ireno Petrini	RS-TQ-136	BR	RS	Marques de Souza			
CNSA RS02599	Adelqui José Bosi	RS-NA-22	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02600	Zerme Denare	RS-NA-20	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02601	Valmor Brum	RS-NA-21	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02603; CNSA RS02602	João Grzeca A/B	RS-AN-28	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02604	Ricardo Orsso	RS-AN-36	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02605	Edno Torresan	RS-AN-46	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02606	Eliane Rustick	RS-AN-33	BR	RS	Bento Gonçalves			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA RS02611; CNSA RS02614; CNSA RS02656; CNSA RS02607; CNSA RS02608; CNSA RS02609; CNSA RS02610; CNSA RS02612; CNSA RS02613	Valdir Rabeschini A, B, C, D, E, F, G, H, I	RS-AN-18	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02628	Albino Glänzel A	RS-JC-61	BR	RS	Ibarama			
CNSA RS02629	Albino Glänzel B e C	RS-JC-62/92	BR	RS	Ibarama			
CNSA RS02641	Edi Mundt	RS-JC-159	BR	RS	Agudo			
CNSA RS02642	Nilton Klein	RS-JC-160	BR	RS	Agudo			
CNSA RS02643	Edson Halberstat	RS-JC-55	BR	RS	Ibarama			
CNSA RS02648	Leander Hall	RS-JC-94	BR	RS	Ibarama			
CNSA RS02654	Jaime Bavaresco e Pedro Gabielli C	RS-AN-50	BR	RS	Veranópolis			
CNSA RS02657; CNSA RS02658	José Colao A/B	RS-AN-26	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02660	Azir Marin	RS-AN-19	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02662; CNSA RS02663	Terezinha Torezan A / B	RS-AN-29	BR	RS	Veranópolis			
CNSA RS02664	Volmir Marin	RS-AN-24	BR	RS	Veranópolis			
CNSA RS02665	Luiz Favaretto	RS-AN-42	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02666	Moacir Marin	RS-AN-45	BR	RS	Veranópolis			
CNSA RS02667; CNSA RS02668	Rodrigo Sandrin A/B	RS-NA-44	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02670	Paulo Cesar Pitol	RS-AN-43	BR	RS	Cotiporã			
CNSA RS02671	Francisco A Fagion	RS-AN-39	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02672	Nelson Nuncio	RS-AN-38	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02673	Celso Cavalli	RS-AN-27	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02677; CNSA RS02678; CNSA RS02674; CNSA RS02675	Francisco Três A/B/C/E	RS-AN-25	BR	RS	Cotiporã			
CNSA RS02679	Adolfo Colli	RS-AN-34	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA RS02684; CNSA RS02683; CNSA RS02682; CNSA RS02685	Onildo Roque Frizon A/B/C/D	RS-AN-41	BR	RS	Cotiporã			
CNSA RS02688	Gava 2	RS-AN-10	BR	RS	Cotiporã			
CNSA RS02701	Verno Manske	RS-JC-60	BR	RS	Nova Palma			
CNSA RS02704	Adelar Konrad	RS-JC-165	BR	RS	Pinhal Grande			
CNSA RS02706	Sirilo Larsch	RS-JC-75	BR	RS	Pinhal Grande			
CNSA RS02718	Mars	Sítio G	BR	RS	Terra de Areia			
CNSA RS02741	Torre 91	E 318 / E 319 + 122,26	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
CNSA RS02745	P-826	P-826	BR	RS	Taquara			
CNSA RS02746	P-1000 / P-1001	P-1000 / P-1001	BR	RS	Taquara			
CNSA RS02792			BR	RS	São Miguel das Missões			
CNSA RS02803	Fredolin Chütz 2	RS-TO-04	BR	RS	Mata			
CNSA RS02811	Cemitério km 35	RS-II-1	BR	RS	Santiago			
CNSA RS02828	Enio Lar	RS-TQ-135	BR	RS	Venâncio Aires			
CNSA RS02890	Ivo Hofstaetter	RS-TQ-133	BR	RS	Forquetinha			
CNSA RS02997		RS-NO-32	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS02998		RS-NO-33	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03032		RS-NO-67	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03091		RS-NO-126	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03106		RS-NO-141	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03112		RS-NO-147	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03117		RS-NO-152	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03124		RS-NO-159	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03126		RS-NO-161	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03130		RS-NO-165	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03134		RS-NO-169	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03144		RS-NO-179	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03147		RS-NO-182	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03149		RS-NO-184	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03150		RS-NO-185	BR	RS	Nonoai			
CNSA RS03245		RS-RI-53	BR	RS	Rio dos Índios			
CNSA RS03246		RS-RI-54	BR	RS	Rio dos Índios			
CNSA RS03247		RS-RI-55	BR	RS	Rio dos Índios			
CNSA RS03277		RS-RI-85	BR	RS	Rio dos Índios			
CNSA RS03295		RS-RI-103	BR	RS	Rio dos Índios			
CNSA SC00655	Costa da Lagoa 1 / Jaguaruna 33	JUU-30 / SC-J-16	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA SC00671	Porto Vieira / Morro da Cruz	JUU 46	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA SC00672	Camacho	JUU-47	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA SC01151	Ilhota	JUU-27	BR	SC	Jaguaruna			
CNSA SC01199		U-465	BR	SC	Piratuba			
CNSA SE00150	Alto do Lavradio / Cemitério Indígena		BR	SE	Japaratuba			
CNSA SP00445	Cemitério Maranata		BR	SP	Olímpia			
CNSA SP00543	Sardon Icaparinha	Nº 13	BR	SP	Iguape			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA SP00656	Alma-de-Gato	ADG-GPS-144	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00665	Juruvaúva III		BR	SP	Cananéia			
CNSA SP00841	Asa Branca	ASB Ponto 51/52 e 53	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00842	Barranqueiro	BRR-GPS-169	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00843	Bem-te-vi	BTV-GPS-16	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00844	Biguá	BGA-GPS-70	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00845	Cabeça Seca	CBS-GPS-110	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00846	Caburé	CBR-GPS-94	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00847	Carcará	CCR-GPS-49	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00848	Cegonha	CGH-GPS-76	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00849	Coleirinha	CLH-GPS-63	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00850	Colheireiro	CHR-GPS-101	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00851	Canário	CNO-GPS-66	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00854	Coruja	CRJ-GPS-3	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00855	Curiango	CRG-GPS-50	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00856	Curruíra	CRR-GPS-60	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00857	Fogo Apagou	FGP-GPS-117	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00858	Gaivota	GVT-GPS-59	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00859	Garça Branca	GRB-GPS-24	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00860	Garça Moura	GMR-GPS-72	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00861	Garça Real	GRL-GPS-73	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00863	Guaxo	GXO-GPS-47	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00864	Irerê	IRR-GPS-91	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00865	Jaburu	JBU-GPS-40	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00866	Juriti	JRT-GPS-26	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00867	Maçarico de Coleira	MDC-GPS-109/120	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00867	Maçarico Preto	MCP-GPS-112	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00869	Maçariquinha+B2929	MQH-GPS-69	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00870	Macuco	MCC-GPS-167	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00871	Margozinha	MGZ-GPS-141	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00872	Maria Faceira	MFR-GPS-78	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00873	Marreca Cabocla	MRC-GPS-113	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00874	Maritaca	MRT-GPS-21	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00875	Martin Pescador	MPD-GPS-83	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00876	Mergulhão	MGH-GPS-20	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00877	Mutum	MTM-GPS-81/82	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00878	Nambu	NBU-GPS-46	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00879	Papagaio	PPG-GPS-129	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00880	Pardal	PDR-GPS-9	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00881	Pássaro Preto	PSP-GPS-23	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00882	Pato D'Água	PDA-GPS-84	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00883	Perdiz	PDZ-GPS-42	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00884	Pernalonga	PLG-GPS-128	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00885	Pica-pau	PCP-GPS-13	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00886	Pinhé	PNH-GPS-147	BR	SP	Panorama			
CNSA SP00887	Pintassilgo	PTS-GPS-187	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00888	Saboá	SBA-GPS-11	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00889	Quero-quero	QRQ-GPS-12	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00891	Saracura	SRC-GPS-55	BR	SP	Teodoro Sampaio			
CNSA SP00892	Sem-fim	SFM-GPS-145	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00893	Siriema	SEM-GPS-149	BR	SP	Panorama			
CNSA SP00894	Siriri	SSR-GPS-67	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00895	Socó Boi	SCB-GPS-74	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00896	Socozinho	SCZ-GPS-75	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00897	Talha-Mar	TLM-GPS-121	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00898	Tapicuru	TPC-GPS-104	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00899	Tesourinha	TSH-GPS-50	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00900	Três Potes	TPT-GPS-183	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00901	Tico-Tico	TCT-GPS-185	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00902	Tisiu	TSU-GPS-34	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00903	Trinta-réis	TTR-GPS-22	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00904	Tuim	TUM-GPS-174	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00905	Tuiuiu	TUI-GPS-146	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00906	Tucano	TCN-GPS-79	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA SP00907	Urubu	URB-GPS-80	BR	SP	Presidente Epitácio			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
CNSA SP00908	Chopim	CHP-GPS-224	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00909	Codorna	CDN-GPS-194	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00910	Miudinho	MDH-GPS-210	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00911	Patativa	PTV-GPS-211	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00912	Paturi	PTR-GPS-198	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00913	Tacha	TCH-GPS-206	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00914	Xororó	XRR-GPS-213	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00915	Periquito	PQT-GPS-215	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00916	Maguari	MGR-GPS-216	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00917	João de Barro	JBR-GPS-220	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00918	Suindara	SDR-GPS-225	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00919	Rendeira	RDR-GPS-226	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00920	Chorão	CHR-GPS-227	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00921	Rolinha	RLH-GPS-229	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00922	Risadinha	RSD-GPS-231	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00923	Fruxu	FRX-GPS-235	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00924	Gralha	GLH-GPS-223	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00925	Gaviãozinho	GVZ-GPS-199	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00926	Beija Flor	BJF GPS 37/38	BR	SP	Rosana			
CNSA SP00927	Alerinho	LGH GPS 230	BR	SP	Castilho			
CNSA SP00976	Tabão 2	Ta-2	BR	SP	Mogi das Cruzes			
CNSA SP00977	Pomba	PMB-GPS-233	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00978	Corrupião	CRP-GPS-166	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00979	Cará-Cará	CCR-GPS-195	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP00980	Catatau	CTT-GPS-188	BR	SP	Paulicéia			
CNSA SP01018	Canabrava		BR	SP	Igarapava			
CNSA SP01019	Sinhá Junqueira		BR	SP	Igarapava			
CNSA SP01031	Itapetininga 1		BR	SP	Itapetininga			
CNSA-CE00325	Canoa Quebrada 03		BR	CE	Aracati			
CNSA-CE00474	Emprestimo	20	BR	CE	Beberibe			
CNSA-MA00102	Sambaqui da Panaquatira		BR	MA	São José de Ribamar			
CNSA-MG00002, Com. pessoal Andre Prous	Abrigo do Malhador	MG-JF-13	BR	MG	Januária	770±40 AP	C14	
CNSA-MG00910	Areia Branca		BR	MG	Ipanema			
CNSA-MT00552	Abrigo Troale	MT-SL-44	BR	MT	Poxoréo	1100±60 AP	C14	BETA-27430
CNSA-PA00023	Jatobal	PA-BA-16	BR	PA	Jacundá			
CNSA-PA00857	Alunorte	PA-BA-84	BR	PA	Abaetetuba			
CNSA-PR00970		PR-Ivaí-6	BR	PR	Engenheiro Beltrão			
CNSA-RJ00161	Abrigo nº 4	RJ-LP-27	BR	RJ	Paraty			
CNSA-RJ00217	Antigo Aldeamento Tupi-Guarani		BR	RJ	Rio de Janeiro			
CNSA-RS00771	Vasconcelos Jardim	RS-S-273	BR	RS	Canoas			
CNSA-RS00772	Berto Círio 1	RS-S-274	BR	RS	Canoas			
CNSA-RS00773	Berto Círio 2	RS-S-275	BR	RS	Canoas			
CNSA-RS01303	Rodeio Bonito 2	RS-S-321	BR	RS	Rodeio Bonito			
CNSA-RS02283	Lajeadinho GXIII, 191,5	GXIII, 191,5	BR	RS	Igrejinha			
CNSA-RS02640	Armando Hall A e B	RS-JC-106	BR	RS	Ibarama			
CNSA-RS02651	Antônio Lazzarini	RS-AN-49	BR	RS	Cotiporã			
CNSA-RS02661	Armindo Poza	RS-AN-35	BR	RS	Bento Gonçalves			
CNSA-RS02669	Ari Citolin	RS-AN-30	BR	RS	Cotiporã			
CNSA-RS02680	Antônio Wons	RS-AN-31	BR	RS	Cotiporã			
CNSA-RS02796	Antero Prestes - km 54	RS-CA-2	BR	RS	Encruzilhada do Sul			
CNSASC00563	Linha Laranjeiras 1	IPG-15	BR	SC	Itapiranga			
CNSA-SC01361		SC-CH-119	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01375		SC-CH-134	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01384		SC-CH-142	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01400		SC-CH-158	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01412		SC-CH-170	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01415		SC-CH-173	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01418		SC-CH-176	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01426		SC-CH-184	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SC01436		SC-CH-194	BR	SC	Chapecó			
CNSA-SP00651	Pirapozinho		BR	SP	Estrela do Norte			
CNSA-SP00659	Aningá	ANG-GPS-71	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA-SP00664	Arara	ARA-GPS-100	BR	SP	Presidente Epitácio			
CNSA-SP00981	Aracari	ARC-GPS-203	BR	SP	Paulicéia			
Coirolo 1990	Cebollati		UY	Depto. Treinta y Tres				

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Coirolo 1990; Femenías, et al., 1990	San Miguel		UY	Depto. Rocha	Dieciocho de Julio			
coirolo, 1990.	Cebollati		UY	Depto de Rocha				
coirolo, 1990.	Riachuelo		UY	Depto. Colonia	Colonia del Sacramento			
coirolo, 1990.; Araujo 1900; Devincenzi 1926-1928; Sosa 1957; BERNAL ROMERO e BORETTO OVALLE, 1969; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; Trakalo 1987; Farias, Femenias, Iriarte e Florines 1996; Castillo 2004	Isla del Vizcaíno (Pirata)		UY	Depto. de Rio Negro	Fray Bentos	870±100 AP	C14	URU-0118
coirolo, 1990.; Araujo 1900; Devincenzi 1926-1928; Sosa 1957; BERNAL ROMERO e BORETTO OVALLE, 1969; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; Trakalo 1987; Farias, Femenias, Iriarte e Florines 1996; Castillo 2004	Isla del Vizcaíno (Pirata)		UY	Depto. de Rio Negro	Fray Bentos	790±105 AP	C14	URU-0118
coirolo, 1990; Araujo 1900; Devincenzi 1927; Sosa 1957; BERNAL ROMERO e BORETTO OVALLE, 1969; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973; Trakalo 1987; Farias, Femenias, Iriarte e Florines 1996; Castillo 2004	Isla del Vizcaíno (Pirata)		UY	Depto. de Rio Negro	Fray Bentos	1020±130 AP	C14	URU-0117
coirolo, 1990; Farías 2005	Arroyo Negro		UY	Depto. Paysandú	Paysandú	590±50 AP	TL	UCTL1673
coirolo, 1990; Poenitz 1970; Rodríguez 1973; Díaz 1977, Caffa 2011	Isla de Arriba		UY	Depto. de Salto	Salto	430 AP		
coirolo, 1990; Trakalo 1987;	Campo Morgan		UY	Depto Rio Negro	Fray Bentos			
Coleção CEPA Santa Cruz			BR	RS	Herveiras			
Coleção CEPASC		RS-TQ-67	BR	RS	Arroio do Meio			
Coleção CPHNA	Alto do Calhau		BR	MA	São Luis	670±30 AP	C14	BETA-324856
Coleção CPHNA	Alto do Calhau		BR	MA	São Luis	630±30 AP	C14	BETA-324857
Coleção CPHNA			BR	MA	São Vicente Ferrer			
Coleção do Centro Cultural Raimundo Borges			BR	CE	Caririaçu			
Coleção do CPHNA			BR	MA	São Luis			
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE	PB0009		BR	PB	Matureia	860 AP	TL (2010)	
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE	PE646		BR	PE	Joaquim Nabuco			
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE	Trindade	PE-16-LA/UFPE	BR	PE	Recife	1500±170 AP	TL (2010)	LVD
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE		PB-35-LA/UFPE	BR	PB	Mamanguape			
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE		PE-493-LA/UFPE	BR	PE	Água Preta	770±90 AP	TL (2010)	LVD
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE		PE159-LA/UFPE	BR	PE	Jaboatão dos Guararapes			
Coleção do Lab. Arqueologia da UFPE; CNSA PE00324	PE 0508 LA/UFPE	PE-508-LA/UFPE	BR	PE	Aliança	280±40 AP	TL (2010)	
Coleção do Museu do Ceará			BR	CE	Graça??			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Ilha de Campo	PA-AT-149	BR	PA	São Geraldo do Araguaia			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Nem		BR	PA	Novo Repartimento			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Piçarra 3		BR	PA	Piçarra			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Riacho Fundo		BR	PA	São Geraldo do Araguaia			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Spanner		BR	PA	São Geraldo do Araguaia			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Vila Nova dos Martitios 1		BR	MA	Vila Nova dos Martirios			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá	Vila Nova dos Martitios 3		BR	MA	Vila Nova dos Martirios			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá			BR	PA	Itaituba			
Coleção Fundação Casa da Cultura de Marabá			BR	MA	Vila Nova dos Martirios			
Coleção Instituto Anchieta de Pesquisas			BR	RS	Quaraí			
Coleção Laboratório de Arqueologia - UFPE	CE0036 LA/UFPE	CE0036 LA/UFPE	BR	CE	Paracuru			
Coleção Laboratório de Arqueologia - UFPE	CE0113 LA/UFPE	CE0113 LA/UFPE	BR	CE	Sobral			
Coleção Laboratório de Arqueologia - UFPE		RN-16-LA/UFPE	BR	RN	Canguaretama			
Coleção Laboratório de Arqueologia - UFPE		RN-11-LA/UFPE	BR	RN	Canguaretama			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Caititu	GO-JA-35	BR	GO	Caçu			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Capivara	GO-JA-78	BR	GO	Caçu			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Jabuti	GO-JA-56	BR	GO	Itarumã			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Prea	GO-JA-58	BR	GO	Itarumã			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Raposa	GO-JA-57	BR	GO	Itarumã			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Sanhaço	GO-CA-109	BR	GO	Luziânia			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Tamandua Bandeira	GO-JA-43	BR	GO	Cavalcante			
Coleção Laboratorio de Arqueologia da UFG	Ariranha	GO-JA-92	BR	GO	Itarumã			
Coleção Lab de Estudos e Pesquisas Arq. - UFSM	Menghin-A		BR	RS	Bossoroca			
Coleção Lab de Estudos e Pesquisas Arq. - UFSM			BR	RS	Lagoa Vermelha			
Coleção MAE/USP			BR	SP	Aparecida			
Coleção MAE-UFBA			BR	BA	Coribe			
Coleção Marlisa Somberger	Roseiral		BR	RS	São José do Hortêncio			
Coleção Museu Camara Cascudo	Mangueiros		BR	RN	Macaíba			
Coleção Museu do Ceará			BR	CE	Campos Sales			
Coleção Museu do Ceará			BR	CE	Fortaleza			
Coleção Museu Nacional			BR	MG	Mercês			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Coleção Museu Nacional. 1			BR	MG	Ponte Nova			
Coleção Museu Pallotti			BR	PR	Francisco Alves			
Coleção Museu pallotti			BR	RS	Vicente Dutra			
Coleção Museu Paraense Emílio Goeldi	SITIO ALDEIA NOVA DOS XICRINS	PA-TA-3	BR	PA				
Coleção PUCRS			BR	RS	Tapera			
Comerlato, 2008; CNSA BA00502	Pilões de Baixo	PB	BR	BA	Rio de Contas			
Comerlato, 2009; CNSA BA00576	Fazenda Lagadiço	FL	BR	BA	Ituaçu			
Comerlato, 2011.	Monte Alto	BA-RS-02 ou 03 e BA-17	BR	BA	Ituaçu			
Comerlato, 2011.	Velhas		BR	BA	Ituaçu			
CORTELETTI, 2008; CNSA RS00831	Alcides Braghini	RS-129	BR	RS	Caxias do Sul			
CORTELETTI, 2008.		RS-38-126	BR	RS	Caxias do Sul			
CORTELETTI, 2008.; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35223	Verino Andreollo	RS-134	BR	RS	Caxias do Sul			
Costa Angrizani 2012	Barra do Santo Cristo 1		BR	RS		500±70 AP	C14	LP-1874
Costa Angrizani 2012	Três Bocas 2		BR	RS		410±60 AP	C14	LP-1761
Costa, 2005	Arakakaí		BR	BA	Santa Cruz Cabralia			
Costa, 2005	Jambeiro		BR	BA	Porto Seguro			
Costa, 2005	Mangues 1		BR	BA	Porto Seguro			
Costa, 2005	Sapolândia		BR	BA	Santa Cruz Cabralia			
Costa, 2005; Etchevarne, 2000.	Mirante da Coroa Vermelha		BR	BA	Santa Cruz Cabralia	400±40 AP	TL	FATEC
Costa, 2010.	dos Teto		BR	AL	União dos Palmares			
COSTA, e CARLE, 1998; CNSA RS01703	Povo Novo	RG-C-2	BR	RS	Rio Grande	510±60 AP	C14	BETA-64284
COSTA, e CARLE. 1998.; CNSA RS01703	Povo Novo	RG-C-2	BR	RS	Rio Grande	580±50 AP	C14	BETA-64560
Costa. 2005	Alto do Tororão 1		BR	BA	Porto Seguro			
Couto 1940; Bettiol 1966; Noelli et al 1997	Vila Nova		BR	RS	Porto Alegre			
Cruz, 2008			BR	RO	Presidente Medici			
Cruz, 2008			BR	RO	Urupa			
Cruz, 2008	Cacoal		BR	RO	Cacoal			
Cruz, 2008	Carreador		BR	RO	Ministro Andreazza			
Cruz, 2008	Ministro		BR	RO	Ministro Andreazza			
Cruz, 2008	Nova Arizona		BR	RO	Ji-Paraná			
Cruz, 2008	Terra Queimada	RO-JP-3	BR	RO	Ji-Paraná	1110±40 AP	C14	BETA-230196
Cruz, 2008	Terra Queimada	RO-JP-3	BR	RO	Ji-Paraná	1080±40 AP	C14	BETA-230195
Cruz, 2008	Terra Queimada	RO-JP-3	BR	RO	Ji-Paraná	1220±40 AP	C14	BETA-230194
Cruz. 2008			BR	PA	Altamira			
Cruz. 2008			BR	AM	Novo Aripuanã			
Cruz. 2008			BR	AM	Apuí			
CSA RS01069	Fazenda Sucessão Soares	RG-2-1 (A - G) RS-402:	BR	RS	Rio Grande			
CUNHA & LUNA, 2009.		RNEST-12	BR	PE	Ipojuca			
CUNHA & LUNA, 2009.		RNEST-17	BR	PE	Ipojuca			
CUNHA & LUNA, 2009.		RNEST-29	BR	PE	Ipojuca			
DE BLASIS. 2003; BUENO. 2005	Água Suja 8	AG8	BR	TO	Porto Nacional	510±60 AP	C14	BETA-160592
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55476	Itapiranga 19	SC-U-19	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55478 ;	Itapiranga 21	SC-U-21	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55481 ;	Itapiranga 24	SC-U-24	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55482 ;	Itapiranga 25	SC-U-25	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55484 ;	Itapiranga 27	SC-U-27	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55487 ;	Itapiranga 30	SC-U-30	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55488 ;	Itapiranga 31	SC-U-31/a/b	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55490 ;	Itapiranga 33	SC-U-33	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55491 ;	Itapiranga 34	SC-U-34	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schimitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55494 ;	Itapiranga 37	SC-U-37	BR	SC	Itapiranga			
de masi & Schmitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55489	Bernardo Arnold	SC-U-32	BR	SC	Itapiranga			
De Masi 1999	Rua das Garcas Campeche		BR	SC	Florianópolis			
De Masi 2007	Cerâmico da Torre		BR	SC	Imbituba			
De Masi 2007	Cerâmico do Engenho		BR	SC	Imbituba			
De Masi 2007	Cerâmico KM 308		BR	SC	Laguna			
De Masi 2007	Cerâmico Nova Brasília		BR	SC	Imbituba			
De Masi 2007	Cerâmico Peixaria		BR	SC	Laguna			
De Masi 2007	São Martinho 02	SM-2	BR	SC	São Martinho			
De Masi 2007	São Martinho 03	SM-3	BR	SC	São Martinho			
De Masi 2007	São Martinho 05	SM-5	BR	SC	São Martinho	405±100 AP	C14	
De Masi 2007	São Martinho 08	SM-8	BR	SC	São Martinho	1280 AD	C14	
De Masi 2007	São Martinho 08	SM-8	BR	SC	São Martinho	1320 AD	C14	
De Masi 2007	São Martinho 08	SM-8	BR	SC	São Martinho	1420 AD	C14	
De Masi 2007	Maciambu 1		BR	SC	Palhoça			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15246	Edovardo Heslig	RS-IJ-30	BR	RS	Cerro Largo			
DE MASI, Schmitz, 1985	Itapiranga 26	SC-U-26/a/b/c	BR	SC	Itapiranga			
DE MASI, Schmitz, 1985		SC-U-57	BR	SC	Itapiranga			
DE MASI, Schmitz, 1985		SC-U-62	BR	SC	Itapiranga			
DE MASI, Schmitz, 1985; Rohr 1966, 1984; CNSA 55480	Itapiranga 23	SC-U-23	BR	SC	Itapiranga			
Dias & Panachuk. 2008			BR	MG	Andrelândia	480 AP	TL	IF-USP
Dias & Panachuk. 2008			BR	MG	Andrelândia	610±15 AP	TL	IF-USP
Dias & Panachuk. 2008			BR	MG	Andrelândia	700 AP	TL	IF-USP
Dias e Silva 2012	Arroinho 1		BR	RS	Barra do Ribeiro			
Dias e Silva 2012	Bernardes	RS-JA-2	BR	RS	Porto Alegre			
Dias e Silva 2012	Lajeado	RS-JA-7	BR	RS	Porto Alegre			
Dias e Silva 2012	Lomba do Pinheiro	RS-JA-74	BR	RS	Porto Alegre			
Dias e Silva 2012	Morro do Coro	RS-LC-18	BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012	Morro do Farol	RS-LC-17	BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012	Pomar da Lagoa 1		BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012	Prainha	RS-LC-16	BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012	Reserva Biológica do Lami	RS-JA-1	BR	RS	Porto Alegre			
Dias e Silva 2012	Tekoá Mareý	RS-LC-21	BR	RS	Barra do Ribeiro			
Dias e Silva 2012	Tekoá Porã	RS-LC-22	BR	RS	Barra do Ribeiro			
Dias e Silva 2012	Tekoá Yma	RS-LC-20	BR	RS	Barra do Ribeiro			
Dias e Silva 2012; CNSA 01940	Nei Bueno	RS-272	BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012; CNSA 01988	Ilha das Pombas	RS-323	BR	RS	Viamão			
Dias e Silva 2012; CNSA 01989; CEPA PUCRS; CNSA 36515	Tarumã - Riocel	RS-324	BR	RS	Barra do Ribeiro			
Dias e Silva 2012; CNSA 02294	Rede DMAE / Centro Histórico	RS-JA-24/25	BR	RS	Porto Alegre			
Dias e Silva 2012; Zortéa 1995	Morro da Fortaleza	RS-LC-39	BR	RS	Viamão			
DIAS JR, 1969.	Eliseu		BR	RJ	Cantagalo			
Dias, 1975 ; CNSA MG00872	Campo da Gabiroba	MG-GV-76	BR	MG	Carmo do Rio Claro			
Dias, 1975; paula E seda. 1979-80; CNSA MG00111	do Jovino	MG-GV-53	BR	MG	Alfenas	520±90 AP	C14	SI-2785
Dias, 1975; paula & seda, 1979-80	Mata das Garças	MG-GV-56	BR	MG	Alfenas			
Dias, 1975; SAMIA, ET ALLI 2009.	Natividade 2		BR	RJ	Natividade			
Dias, 2003	Bom Retiro 1	RS-S-423	BR	RS	Bom Retiro do Sul			
Dias, 2003	Bom Retiro 2	RS-S-424	BR	RS	Bom Retiro do Sul			
Dias, 2003	Bom Retiro 3	RS-S-425	BR	RS	Bom Retiro do Sul			
Dias, 2003	Bom Retiro 4	RS-S-426	BR	RS	Bom Retiro do Sul			
Dias, 2003	Campestre Novo 1	RS-S-399	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha	165±20 AP	TL	LVD-594
Dias, 2003	Campestre Novo 1	RS-S-399	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha	205±25 AP	TL	LVD-595
Dias, 2003	Campestre Novo 2	RS-S-416	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Caraá 1	RS-S-404	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Caraá 4	RS-S-406	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Evaristo 1	RS-S-396	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Evaristo 2	RS-S-409	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Evaristo 3	RS-S-410	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Evaristo 4	RS-S-411	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Evaristo 5	RS-S-412	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Evaristo 6	RS-S-428	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Fenda Arenítica	RS-S-413	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Guarani 1		BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Guarani 10		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 11		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 12		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 13		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 14		BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Guarani 2		BR	RS	Rolante			
Dias, 2003	Guarani 3		BR	RS	Rolante			
Dias, 2003	Guarani 4		BR	RS	Rolante			
Dias, 2003	Guarani 5		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 6		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 7		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 8		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Guarani 9		BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Passo da Forquilha 2	RS-S-287	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003	Pinheiros	RS-S-427	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Rincão do Herval 1	RS-S-414	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Rincão do Herval 2	RS-S-415	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003	Rincão do Herval 3	RS-S-421	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Dias, 2003; Marsul; CNSA 35523	Passo da Forquilha 1	RS-S-285	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003; Marsul; CNSA 35526	Passo da Forquilha 3	RS-S-288	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003; Marsul; CNSA RS01138; CNSA 35528	Monte Serrat 2 / Mont Serrat 2	RS-S-290	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Dias, 2003; NUPARQ	Caraá 2	RS-S-405	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003; NUPARQ	Caraá 3	RS-S-406	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003; NUPARQ	Quebrada Rio dos Sinos	RS-S-407	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003; NUPARQ	Rio dos Sinos 1	RS-S-402	BR	RS	Caraá			
Dias, 2003; NUPARQ	Rio dos Sinos 2	RS-S-403	BR	RS	Caraá			
DIAS, ET ALLI, 2009.	Morro do Coco	RS-LC-18	BR	RS	Viamão			
Dias. 1975			BR	RJ	São João da Barra			
Dias. 1975			BR	RJ	Três Rios			
Dias. 2003	Alto Rio dos Sinos 2	RS-S-401	BR	RS	Caraá			
Dias. 2003; NUPARQ	Alto Rio dos Sinos 1	RS-S-400	BR	RS	Caraá			
Dias. 2009	Sagás 1		BR	RJ	Itaboraí			
Dias. 2009			BR	RJ	Macaé			
Dias.2003; NUPARQ	Alto Rolantinho	RS-S-408	BR	RS	Rolante			
Díaz 1977	Yaguareté		UY	Depto. Soriano	Fray Bentos			
Eble & Reis. 1976	Amadeu A Moisés	SC-PEST-17	BR	SC	Paulo Lopes			
Eble e Reis 1976	Eugeniano B Borges	SC-PEST-18/19	BR	SC	Imbituba			
Eble e Reis 1976	Ildefonso Vieira	SC-PEST-6	BR	SC	Paulo Lopes			
Eble e Reis 1976	Manuel F. Pereira	SC-PEST-22	BR	SC	Paulo Lopes			
Eble e Reis 1976	Nestor C Santos	SC-PEST-16	BR	SC	Palhoça			
Eble e Reis 1976	Nestor M. Matos	SC-PEST-8	BR	SC	Palhoça			
Eble e Reis 1976	Sabino J. Silveira	SC-PEST-4	BR	SC	Palhoça			
Eble e Reis 1976	Saturnino A Santos	SC-PEST-11	BR	SC	Palhoça			
Eble e Reis 1976	Vitauro Lopes	SC-PEST-21	BR	SC	Paulo Lopes			
Eble e Reis 1976		SC-PEST-7	BR	SC	Paulo Lopes			
Eble e Reis 1976; CNSA 55754	Barra do Rio Sete 1	SC-PEST-47	BR	SC	São Bonifácio			
Eble e Reis 1976; CNSA 55756	Barra do Rio Sete 3	SC-PEST-45	BR	SC	São Bonifácio			
Eble E Scatamachia 1974		SC-VI-69	BR	SC	Ibirama			
Eble, E Schmitz, 1972; Prous e Piazza 1977; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988	Guaiúba	SC-LL-70	BR	SC	Laguna			
EREMITES. 1999-2000; CNSA-MT00552	Abrigo Troale	MT-SL-44	BR	MT	Poxoréo	940±50 AP	C14	BETA-27431 (1990)
Erig Lima2010	Boa Esperança		BR	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade			
Erig Lima2010	Calvarinho		BR	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade			
Erig Lima2010	Calvário		BR	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade			
Erig Lima2010	Carlos Augusto		BR	MT	Vila Bela da Santíssima Trindade			
Etchevarne 1998	Dois de Ouro		BR	BA	Porto Seguro			
Etchevarne 1998	Tapera 1		BR	BA	Porto Seguro			
Etchevarne, 1991; Etchevarne, 2002	Jacó		BR	BA	Rodelas	814±61 AP	C14	UFC-ZF-622
Etchevarne, 2009	Antônio Pita		BR	BA	Muquem de São Francisco			
Etchevarne, 2009	Barra dos Negros		BR	BA	Morro do Chapéu	709±82 AP	TL	
Etchevarne, 2009	Fazenda Cavala		BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne, 2009	Fazenda Santa Úrsula		BR	BA	Morro do Chapéu			
Etchevarne, 2009	João Alexandrino		BR	BA	Muquem de São Francisco			
Etchevarne, 2009	Ponte Nova		BR	BA	Morro do Chapéu			
Etchevarne. 1991; Etchevarne. 2002	João Tolentino		BR	BA	Rodelas			
Etchevarne. 1991; Etchevarne. 2002	Surubabel		BR	BA	Rodelas	810±150 AP	C14	UFBA-1595
Etchevarne. 2000	REC81		BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2000; CNSA BA00293		BA-REC-29	BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2000; CNSA BA00352		BA-REC-72	BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2000; CNSA BA00353		BA-REC-73	BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2000; CNSA BA00380		BA-REC-100	BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2000; CNSA BA00383		BA-REC-103	BR	BA	Jaguaripe			
Etchevarne. 2006; oliviera, 2000; Panachuk & Carvalho, 2010	Roça de Zé Preto / Zé Preto		BR	BA	Muquem de São Francisco	450±50 AP	C14	GIF
Etchevarne. 2011	Miudinha		BR	BA	Cachoeira			
Etchevarne. 2011	Praça da Sé		BR	BA	Salvador			
Etchevarne. 2011			BR	BA	Salvador			
Etchevarne. 2011			BR	BA	Salvador			
Etchevarne.1999-2000	Outeiro da Gloria		BR	BA	Porto Seguro			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Capisa		BR	SP	Iepê			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Figueiredo		BR	SP	Rancharia			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Lagoa Seca	PR-AL-12	BR	SP	Iepê			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Lima		BR	SP	Iepê			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Marambaia		BR	SP	Rancharia			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Ragil 3		BR	SP	Iepê			
Faccio, 1998; Moraes, 2007	Silva		BR	SP	Taciba			
Faccio, 1998; Moraes, 2007; MORAIS, 2000 ; NOELLI 1999-2000	Neves		BR	SP	Iepê	755±80 AP	TL	FATEC
FACCIO, et al. 1998.	Piracanjuba	GO-Ni-202	BR	GO	Uruaçu			
FACCIO, et al. 1998; pontim, 2004	Tabarana	GO-NI-206	BR	GO	Uruaçu	761 AP	TL (2004)	LCVI-SM-295
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1041 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1091 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1113 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1326 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1667 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1905 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	2121 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	577 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	587 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	597 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	718 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
FACCIO. 1998	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	828 AP	TL	LVCI-FATEC-USP
Faccio. 1998	Água das Favas		BR	SP	Rancharia			
Faccio. 1998	Água do Matusalém		BR	SP	Paraguaçu Paulista			
Faccio. 1998	Água do Pinhalzinho		BR	SP	Paraguaçu Paulista			
FARIAS & KNEIP. 2010	Adair Lauxen		BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Adalbio Ritter		BR	SC	Itapiranga			
FARIAS & KNEIP. 2010	Adolfo Scheiber		BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Alcides Martinelli / Moratelli	SC-CH-9	BR	SC	Chapecó			
FARIAS & KNEIP. 2010	Alcides Moraes		BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Alcindo Pretto 1	U-174	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010	Alcindo Pretto 2	U-176	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010	Aldo Ivo Stumpf		BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Aloisio Deves 1		BR	SC	Itapiranga			
FARIAS & KNEIP. 2010	Amandio Vortmann	SC-UU-11	BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Américo da Silva Lopes		BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010	Angelo Dellagostinho	IPG 57; nº 28, Rohr.	BR	SC	Itapiranga			
FARIAS & KNEIP. 2010	Anselmo Maldaner		BR	SC	Itapiranga			
FARIAS & KNEIP. 2010 ; Brochado 1999; CNSA 36183	Adroaldo Rodrigues da Silva	U-395	BR	SC	Piratuba			
FARIAS & KNEIP. 2010.V; Goulart. 1985; CNSA 55690	Aldrico Pedersini	U-163	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; CNSA 01089	Aldeia do Camping do Vieira	IÇA-7	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; CNSA 55334; CNSA 00428	Aldeia Sebastião Geraldo	SC-IÇ-6	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; CNSA SC00129		U-459	BR	SC	Piratuba			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goldmeier & Schmitz. 1983; De Masi & Schmitz. 1987; CNSA 35061; Goulart.1980; CNSA 55130	Alfedo Riter	SC-UU-51	BR	SC	Concórdia			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz, et al. 2000; CNSA 15201	Adelar Sana	U-144	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart 1980 ; CNSA 55730; Brochado. 1999	Afonso Peres	SC-PP-118 / U-478	BR	SC	Piratuba			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart 1980; CNSA 55143	Adolfo Franciskoll	SC-UU-64	BR	SC	Concórdia			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1980; CNSA 55146	Américo Romary	SC-UU-68	BR	SC	Concórdia			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1980; CNSA 55178	Aldino Veiber	SC-UU-102	BR	SC	Concórdia			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1980; CNSA 55403	Amir Zandonai	SC-UU-16	BR	SC	Itá			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1980; CNSA 55737	Anelino B. Nascimento	SC-PP-114	BR	SC	Piratuba			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1985; CNSA 55681	Albino Pessatto/Pessati	U-146	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1985; CNSA 55684	Almerinda Quadras	U-149	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1985; CNSA 55696	André Ilustre de Souza	U-169	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; Goulart. 1985; CNSA 55706	Antônio Manoel da Silva	U-179	BR	SC	Palmitos			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT; UNESCO; CALDARELLI, et all. 2005; BANDEIRA. 2004; CNSA 56025 ; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01103	Aldeia da Lagoa Mãe Luzia/Aldeia Guarani da Lagoa Mãe Luzia	ARA-10	BR	SC	Araranguá	610±60 AP	TL	LVD-FATEC
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56009; Lavina. 2000; Lino. 2007; Milheira. 2010; Muller. 01; CNSA 01087	Aldeia da ZPE	IMA-23	BR	SC	Imbituba	1000±110 AP	TL	
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56009; Lavina. 2000; Lino. 2007; Milheira. 2010; Muller. 01; CNSA 01087	Aldeia da ZPE	IMA-23	BR	SC	Imbituba	1040±110 AP	TL	
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56009; Lavina. 2000; Lino. 2007; Milheira. 2010; Muller. 01; CNSA 01087	Aldeia da ZPE	IMA-23	BR	SC	Imbituba	1050±150 AP	TL	
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56009; Lavina. 2000; Lino. 2007; Milheira. 2010; Muller. 01; CNSA 01087	Aldeia da ZPE	IMA-23	BR	SC	Imbituba	715± 75 AP	TL	

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56009; Lavina. 2000; Lino. 2007; Milheira. 2010; Muller. 01; CNSA 01087	Aldeia da ZPE	IMA-23	BR	SC	Imbituba	810±85 AP	TL	
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56013; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01104	Aldeia do Areal do Mussuline	IÇA-8	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56016; Lavina. 2000; Lino. 2007; BANDEIRA. 2004	Aldeia do Cemitério da Lagoa dos Esteves	IÇA-9	BR	SC	Içara	720±70 AP	TL	
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56017; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01095	Aldeia do Arseno	IÇA-10	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56021; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 56021	Aldeia da Escola Isolada Lagoa dos Esteves	IÇA-11	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56022; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01100	Aldeia do Levandoski	ARA-7	BR	SC	Araranguá			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56023; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01101	Aldeia da Roça de Milho	ARA-8	BR	SC	Araranguá			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56024; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01102	Aldeia da Roça de Melância	ARA-9	BR	SC	Araranguá			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56026; Lavina. 2000; Lino. 2007	Aldeia do Mussuline	IÇA-12	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56027; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01105	Aldeia do Pomar	IÇA-13	BR	SC	Içara			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; CNSA 56028; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01106	Aldeia da Balsa	ARA-11	BR	SC	Araranguá			
FARIAS & KNEIP. 2010; IPAT;UNESC; Lavina. 2000; Lino. 2007; CNSA 01090	Aldeia do Trevo Araranguá - Arroio da Silva	ARA-4	BR	SC	Araranguá			
FARIAS & KNEIP. 2010; OLIVEIRA. 2010	Cabeçuda 2		BR	SC	Laguna	560 AP	C14	BETA-242800
FARIAS & KNEIP. 2010; Relatório UHE; Machadinho. 1998; CNSA 36087	Altai (Loir) Borges do Nascimento	U-392	BR	SC	Piratuba			
FARIAS & KNEIP; Goulart 1980; CNSA 55731	Adroaldo Luiz da Silva	SC-PP-119	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;	Bentos 1		BR	SC	Laguna			
Farias e Kneip 2010;	Ari Henzer 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Ari Henzer 2		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Arlindo Schineider		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Baú	IPG-10	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Dourado	IPG-16	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Fortaleza 1		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Fortaleza 2		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Fortaleza 3		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Lagado		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Santa Fé 1		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Santa Fé 2		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Santa Terezinha		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Vitória 1		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Arroio Vitória 2	IPG-27	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Artur Golo		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Artur Sabino	U-387	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;	Audt		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Awyra	SC-AW-1	BR	SC	Imbituba	549 A 490 AP	C14	BETA-217834
Farias e Kneip 2010;	Awyra	SC-AW-1	BR	SC	Imbituba	650 A 530 AP	C14	BETA-217835
Farias e Kneip 2010;	Benno Pott		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Beno Hubder		BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;	Bentos 2		BR	SC	Laguna			
Farias e Kneip 2010;	Bertoldo Walfabrt		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Carlos Ervino Kaiber		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Catres	MOI 002; Uruguai 55	BR	SC	Mondai			
Farias e Kneip 2010;	Caxambu 3		BR	SC	Caxambu do Sul			
Farias e Kneip 2010;	Cidade dos Bugres	IPG-14	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Colonia Guarani		BR	SC	Campos Novos			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Capela 1	IPG 31.	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Capela 2		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Capela 3		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Capela 4		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Capela 5	IPG 35	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Dourado		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Fortaleza 2		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Fortaleza 3	IPG-30	BR	SC	Itapiranga			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Guarita	IPG-6	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Corredeira Terezinha		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Costão do Ilhote de S. Marta		BR	SC	Laguna			
Farias e Kneip 2010;	Costeira do Pirajubaé		BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010;	Danilo Riuchert 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Danilo Riuchert 2		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Darci Fernandes da Silva		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Delio Baltz		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Devaldino Gonçalves		BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;	Domingos Dalle Lastre 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Domingos Dalle Lastre 2		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Edgar Backs		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Edivino Reichert		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Edvino Thomé		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Eletrosul		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Engenho		BR	SC	Imbituba			
Farias e Kneip 2010;	Enio e Ermes Kaiper		BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;	Eric Guisel 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Eric Guisel 4		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Ernesto Paulino Kolbow		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Ervino R. Koller	SC-UU-103	BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;	Ervino Schonhals	SC-U-59	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Escola Isolada da Lagoa dos Esteves		BR	SC	Araranguá			
Farias e Kneip 2010;	Espuma		BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;	Estanislau Kallinski		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Esteves Junior		BR	SC	Ipira			
Farias e Kneip 2010;	Fronteira		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Gamboa		BR	SC	Garopaba			
Farias e Kneip 2010;	Guadencio Machado 2		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Guarda do Embaú 1		BR	SC	Palhoça			
Farias e Kneip 2010;	Guerino Mocelin		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Helio Klein		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Hervalzinho		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Ilhota da Ponta do Morro 1		BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010;	Ipira 1		BR	SC	Ipira			
Farias e Kneip 2010;	Ivo Romany		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Jaboticaba		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Jacinto Larenzini		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	João Mocelin		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	João Rossi	PR-BV-18	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	José da Rocha 1	U-379	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	José Falkoski		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	José Guzato 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	José Guzato 2	GO-JA-18	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Juraci Backes	SC-PP-116	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;	Km 265	PR-AP-19	BR	SC	Imbituba			
Farias e Kneip 2010;	Km 308		BR	SC	Laguna			
Farias e Kneip 2010;	Lagoa do Arroio Corrente		BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010;	Lajeado do Baú	PT-5	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Laranjal		BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010;	Linha Baú	IPG-52	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Ceme	CCO-1	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;	Linha Chapeu+B2900	IPG-23	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Duas Palmeiras 1		BR	SC	Faxinal dos Guedes			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 1	IPG-44	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 2	IPG-45	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 3	IPG-46	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 4	IPG-47	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 5	IPG-48	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 6	IPG-49	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 7	IPG-50	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Glória 8	IPG-51	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Pacífico	IPG-53	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha São João	IPG-55; SC-U-64	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 2		BR	SC	Arvoredo			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 3		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 4		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 5		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 6		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 7		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linha Teresina 8		BR	SC	Arvoredo			
Farias e Kneip 2010;	Linhas Laranjeira 1		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Lote Colonial 1	IPG-13	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Lote Colonial 33 33	IPG-37	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Lote Colonial 6		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Luis Ramires Martines		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Luiz Fantinelli		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Mário Veiga	PR-FO-48	BR	SC	Campos Novos			
Farias e Kneip 2010;	Miguel Telma 2		BR	SC	São Bento do Sul			
Farias e Kneip 2010;	Morro da Cruz		BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010;	Navilho Zucchi		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Neis		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Nelson Harald		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Olipio Lohmann		BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;	Olivio Canal		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Orlando Pils 2	IPG 25	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Oscar Poersch		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Osmar Bresiani		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Otilia Pull	PR-NP-5	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Passo de Torres 1		BR	SC	Passo de Torres			
Farias e Kneip 2010;	Passo de Torres 2		BR	SC	Passo de Torres			
Farias e Kneip 2010;	Passo de Torres 3		BR	SC	Passo de Torres			
Farias e Kneip 2010;	Passo de Torres 4		BR	SC	Passo de Torres			
Farias e Kneip 2010;	Passo de Torres 5		BR	SC	Passo de Torres			
Farias e Kneip 2010;	Paulino Kolbow		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Paulino Merib		BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;	Paulo Stenssler 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Paulo Stenssler 2		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Pedro Baroni	PR-FI-34	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Pedro Talkovsky+B3546		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Porto Chalana 2		BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;	Praia da Gamboa 1		BR	SC	Garopaba			
Farias e Kneip 2010;	Praia do Pantano do Sul 2	FLN-4	BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010;	Praia do Rincão 1		BR	SC	Içara			
Farias e Kneip 2010;	Praia do Rosa 1		BR	SC	Imbituba			
Farias e Kneip 2010;	Rio do Meio		BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010;	Rio Macaco Branco	IPG-8	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Rio Sambaqui		BR	SC	Joaçaba			
Farias e Kneip 2010;	Ronildo Alexandri		BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;	Sangão 1		BR	SC	Sangão			
Farias e Kneip 2010;	Sangão 2		BR	SC	Sangão			
Farias e Kneip 2010;	São Martinho 01 Guido Michels	SC	BR	SC	São Martinho			
Farias e Kneip 2010;	São Pedro Canísio 1		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	São Pedro Canísio 2		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	São Pedro Canísio 3		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Silvino Walthier		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Sireno Pech		BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;	Terra Nova		BR	SC	Mondáí			
Farias e Kneip 2010;	Torneiro	SC-J-41 / JUU-33	BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010;	Tranquilino Dalle Lastre		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Vailones 1		BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;	Valdir Sita		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Volta do Rio		BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;	Wladislau Krefta 1		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;	Wladislau Krefta 2		BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;		RS-165	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;		RS-324	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;		RS-328	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;		SC-PR-1	BR	SC	Imbituba	640 A 490 AP	C14	BETA-217837

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Farias e Kneip 2010; 11ª SR IPHAN; Silva 1999; 11ª SR IPHAN; De Masi 2007	Aviãozinho		BR	SC	Palhoça			
Farias e Kneip 2010; 11ª SR IPHAN; Silva 1999; De Masi 2007	Fazenda Santa Inês		BR	SC	Palhoça			
Farias e Kneip 2010; BANDEIRA, 2004; Piazza 1974;	Poço Grande		BR	SC	Guaramirim	340±35 AP	TL	LVD-877
Farias e Kneip 2010; CEPA PUCRS; CNSA 35945	Eloy Kristen	U-398	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010; CEPA PUCRS; CNSA 36173	Batista Retor	U-380/381	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; CEPA PUCRS; CNSA 36176	Romildo Alexandre	U-384	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; CNSA 00425; CNSA 55331	Praia do Rincão 2	IÇA 2	BR	SC	Içara			
Farias e Kneip 2010; CNSA 55729	Linha Navegantes	PYB 1	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA15003;	Orlando Pils	SC-3; IPG 3	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010; Goulart 1980; CNSA 55379	João Salaminka	SC-UU-105	BR	SC	Ipira			
Farias e Kneip 2010; Goulart 1985; CNSA 55700	Lindolfo Schmidt	U-172	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010; MELLO, 2006; Iepaarg	Araçatuba 1	SC-AR-1	BR	SC	Imbituba	520 AP	C14	BETA-202015
Farias e Kneip 2010; Milheira, 2010	Jaboticabeira 4		BR	SC	Jaguaruna			
Farias e Kneip 2010; Piazza 1969; De Masi e Schmitz 1987; de masi, E Schmitz, 1985; CNSA 55512	Silvério Barian	SC-U-56	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010; Piazza 1969; De Masi e Schmitz 1987; de masi, E Schmitz, 1985; CNSA 55514	Urbano Vier A e B	SC-U-58	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010; Relatório UHE Machadinho 1998; CNSA 36086	Juvenal de Mattos	U-391	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; Relatório UHE Machadinho 1998; CNSA 36195; CNSA SC00126	Família Bortolazzi	U-456	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; Relatório UHE Machadinho 1998; Goulart 1980; CNSA 55736	Dorvalino Vieira	SC-PP-113	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010; Rohr 1977; CNSA 00340	Dunas do Pântano do Sul 2	FLN-063	BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010, CNSA 00339; Chmyz 1976; Rohr 1977, 1984; CNSA 55244	Dunas do Pântano do Sul 1 / Florianopolis 40	FLN-062	BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010; Rohr 1984; CNSA 00345; CNSA 55250 ;	Dunas da Lagoa da Conceição - Florianopolis 43	FLN-068	BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010; Rohr 1984; CNSA 00742	Praia da Pinheira 2	PAC-4	BR	SC	Palhoça			
Farias e Kneip 2010; ROHR, 1984 ; CNSA 55110, 55111	Caxambu do Sul 2	SC-U-57	BR	SC	Caxambu do Sul			
Farias e Kneip 2010; ROHR, 1984; CNSA 55110, 55111	Caxambu do Sul 1	SC-U-55	BR	SC	Caxambu do Sul			
Farias e Kneip 2010;11ª SR IPHAN; Silva 1999	Nova Brasília-B3198lia	RS-LN-189/IMA-025	BR	SC	Imbituba			
Farias e Kneip 2010;11ª SR IPHAN; Silva 1999	Posto do Massiambu		BR	SC	Palhoça			
Farias e Kneip 2010;Brochado 1999; CNSA 36088	Walter Peri	U-393/394	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CEPA PUCRS; CNSA 36170	José Casaquevici	U-379	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CEPA PUCRS; CNSA 36180	Roberto Chaves	U-389	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CEPA PUCRS; CNSA 36181	Celso Machado	U-388	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CEPA PUCRS; CNSA 36185	Sirio Lohamann	U-397	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;CEPA PUCRS; CNSA 55734	Rio do Peixe 79	SC-UPP-79	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CNSA 36158	Victor Paulino Rech	U-361	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
Farias e Kneip 2010;CNSA 36182	Gaudencio Machado	U-390	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55100	Landim	U-153	BR	SC	Caibi			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55101	Saldanha	U-158	BR	SC	Caibi			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55115	Porto Chalana 1	Chapecó-2	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55119	José Castenaro	SC-CH-10	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;CNSA 5512	Arami Daniel/ Danielli	CCO-8	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55122	Sebastião Bonnes	CCO-9	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55123	Francisco Vailones 2	SC-CH-6	BR	SC	Chapecó			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55251; Rohr 1971; CNSA 00346	Rendeiras	FLN-069	BR	SC	Florianópolis			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55332; CNSA 00426	Praia do Rincão 3	IÇA-3	BR	SC	Içara			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55642	Corredeiras das Antas	MOI-005	BR	SC	Mondaí			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55643	Paul Ramminger	MOI-006	BR	SC	Mondaí			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55660	Gert Raubert	PIL-001	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55662	Papke E. Geib	U-127	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55663	Armando G. Buck	U-128	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55664	Frederico Wentz	U-129	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55665	Wellibaldo Geib	U-130	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55711;	Paulo Lopes	SC-PEST-23	BR	SC	Paulo Lopes			
Farias e Kneip 2010;CNSA 55903; CNSA 00983	Ibirama 1	IIR-1	BR	SC	Ibirama			
Farias e Kneip 2010;CNSA 56640	Bottega	MOI-003	BR	SC	Mondaí			
Farias e Kneip 2010;CNSA SC00559	Posto Agro-Pecuário	IPG 11	BR	SC	Itapiranga			
Farias e Kneip 2010;Goldmeier e Schmitz 1983; Goulart 1985; CNSA 55705	João Gomes	U-178	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 36175, 51171	Reinaldo Koller	U-383	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 36177, 55174	Bento Deveras	U-385	BR	SC	Piratuba			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55128	Roberto Schreiner	SC-UU-49	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55132	Leopoldo Holhn	SC-UU-52	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55133	Armelindo Alleprandt (Halebrandt)	SC-UU-54	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55138	Eurides Xavier de Oliveira	SC-UU-59	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55141	Bernardino Resmini/Rasmini	SC-UU-62	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55145	João Del Vesco	SC-UU-67	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55151	Francisco Duarte	SC-UU-73	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55153	Homero Gettert	SC-UU-75	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55163	Bruno Cristoff	SC-UU-86	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55167	Armando Pohlmann	SC-UU-90	BR	SC	Concórdia			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55169	Rui Sargafredo	SC-UU-92	BR	SC	Alto Bela Vista			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55378	Severino Francisco Vargas (Vieira)	SC-UU-93	BR	SC	Ipira			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55382	Francisco Wisenski	SC-UU-107	BR	SC	Ipira			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55390	Berthold Luis Simon	SC-UU-3	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55391	Ivo Pierozan 1	SC-UU-4	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55392	Elza Olga Simon	SC-UU-6	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55393	Ivo Pierozan 2	SC-UU-5	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55399	Martin Aigner	SC-UU-12	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55406	Maurício Roy	SC-UU-19	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55428	Eric Guisel 2	SC-UU-41	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55429	Eric Guisel 3	SC-UU-42	BR	SC	Itá			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55732	Osvaldo Bruno Azevedo	PYB 4; SC-UU-120	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55733	Gonçalves da Silva	SC-PP-122	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1980; CNSA 55741	Vilmar Luiz da Silva	SC-UU-79	BR	SC	Piratuba			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55666	Arnaldo Quinot	U-131	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55667	Nildo Schmidt	U-132	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55668	Bruno Hippler	U-133	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55669	Edo Bonh	U-134	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55671	Arnoldo Roehne	U-136	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55673	Enio Vilma Branen	U-138	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55674;	Lourival Hoffmann	U-139	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55675	Carlos Edgar Piangers	U-140	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55676	Natalino e Célio Felkiker	U-141	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55678	João Rodrigues	U-143/151	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55680	Baldu Guze	U-145	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55683	João Felkiker	U-148	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55685	Gastão Santos	U-150	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55687	Ernani Lenz	U-152	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55688	Esídio Capellari	U-161	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55689	Ricardo Bertoldi	U-162	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55691	Helio Rodrigues da Silva	U-164	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55692	Ernesto Biedermann	U-165	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55693	Dorival Santos	U-166	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55694	Edelvira Silva		BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55695	Lauro Santos	U-168	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55699	Júlio Barbosa	PR-BV-22/U 171	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55701	Irio Grando	U-173	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55707	Daniel Rodrigues dos Santos	U-180	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55708	Vilson Locatelli	U-181	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;Goulart 1985; CNSA 55709	Paulo Zezack	U-182	BR	SC	Palmitos			
Farias e Kneip 2010;IPAT;UNESC; CNSA 56014; Lavina 2000; Lino 2007; CNSA 01092	Aldeia da Mangueira do Marcelino	ARA-5	BR	SC	Araranguá			
Farias e Kneip 2010;IPAT;UNESC; CNSA 56015; Lavina 2000; Lino 2007; CNSA 01093	Escola Isolada Caverazinho	ARA-6	BR	SC	Araranguá			
Farias e Kneip 2010;Piazza 1969; CNSA 55517, 55777	Barra do Chapéu	SC-U-61	BR	SC	São Carlos			
FARIAS, et al. 2010; CNSA 00659	Albardão do Morro Bonito	JUU-34	BR	SC	Jaguaruna			
Fernades. 2007	Alto do Segredo		BR	BA	Porto Seguro			
Fernandes e Costa, 2009.	Ladeira do Guaraná		BR	BA	Camamu			
Fernandes e Costa, 2009.	Pedra Rasa 1	PR	BR	BA	Camamu			
Fernandes e Costa, 2009.	Pedra Rasa 2	PA	BR	BA	Camamu			
Fernandes e Costa, 2009.	Pedra Rasa 3	OS	BR	BA	Camamu			
Fernandes, 2002	Terravista 1		BR	BA	Porto Seguro			
Fernandes, 2002	Terravista 2		BR	BA	Porto Seguro			
Fernandes, 2001	Cidade Alta de Porto Seguro		BR	BA	Porto Seguro	770±80 AP	TL	
Fernandes, 2001	Cidade Alta de Santa Cruz de Cabrália		BR	BA	Santa Cruz Cabrália	500±25 AP	TL	

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Fernandes, 2001	Mirante da Coroa Vermelha		BR	BA	Santa Cruz Cabralia	650±70 AP	TL	
Fernandes, 2007	Pedreira		BR	BA	Maraú			
Ferrari 1983		RS-IJ-101	BR	RS	Caibaté			
Ferrari 1983		RS-IJ-116A e D	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983		RS-IJ-119	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983		RS-IJ-125	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983		RS-IJ-134	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983		RS-IJ-142A	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983		RS-IJ-97	BR	RS	Caibaté			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15287	João M. Pereira	RS-IJ-77	BR	RS	Cerro Largo			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15293	Dorival Machado	RS-IJ-83	BR	RS	Cerro Largo			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15294	Lutano A. Brum	RS-IJ-84/85	BR	RS	Cerro Largo			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15301	Clarimundo Simon	RS-IJ-90	BR	RS	São Nicolau			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15303	Egídio Adams	RS-IJ-92	BR	RS	Cerro Largo			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15304	Eliseu Adams	RS-IJ-93	BR	RS	Cerro Largo			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15305	Vicente Preussler	RS-IJ-94	BR	RS	Caibaté			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15313	Carlos Brill	RS-IJ-98/99/102	BR	RS	Caibaté			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15315	Ari SchnoreMBERGER	RS-IJ-104/105	BR	RS	Caibaté			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15329;	Daltro Fioravante	RS-IJ-111/112	BR	RS	Roque Gonzales			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15330;	Otmar Mallmann	RS-IJ-117	BR	RS	Roque Gonzales			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15331; CNSA 15332	Romualdo Senger	RS-IJ-118	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15333	Deoclides E. Renner	RS-IJ-120	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15334	Guilherme Krewer Sr.	RS-IJ-121	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15335	Evaldo Sommer	RS-IJ-122	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15336	Arlindo Sommer	RS-IJ-123	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15338	Diego Fracalossi	RS-IJ-125	BR	RS	Ijuí			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15339		RS-IJ-126D	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15341	Carlos WilhammgheL	RS-IJ-128	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15342	Pedro L. M. Silva	RS-IJ-129	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15347	Odir R. Silveira	RS-IJ-134	BR	RS	Roque Gonzales			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15350	Francisco Langer	RS-IJ-137	BR	RS	São Paulo das Missões			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15352	Getúlio C. Moura	RS-IJ-139	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15355	Egídio D. Goldschmidt	RS-IJ-142	BR	RS	Roque Gonzales			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15356; CNSA 15357	João Degrandis	RS-IJ-143/144	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15358	Bertoldo S. Klein	RS-IJ-145	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15359	Estevão A. Hamerski	RS-IJ-146	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA RS00273; CNSA 15298	Roque Kochmann	RS-IJ-87	BR	RS	Pirapó			
Ferrari 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; Ferrari 1983; CNSA 15311	Eduardo Feldmann	RS-IJ-99/100/101	BR	RS	Caibaté			
FERRARI, 1983; CNSA 15306	Abílio Schmeing	RS-IJ-95	BR	RS	Caibaté			
FERRARI, 1983; CNSA 15348	Abílio Fures	RS-IJ-135	BR	RS	Porto Xavier			
FERRARI, 1983; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15297	Silvino Kochmann	RS-IJ-86	BR	RS	Pirapó			
Ferrari. 1983; Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15337	Adriano Eggers	RS-IJ-124	BR	RS	Porto Xavier			
Ferrari. 1983; Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15349	Afonso Scheeren	RS-IJ-136	BR	RS	Roque Gonzales			
FERRARI. 1983; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15302	Alzino Heck	RS-IJ-91BIS	BR	RS	Cerro Largo			
FERRARI. 1983; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15307	Alcemar Krügger	RS-IJ-96	BR	RS	Caibaté			
FERRARI. 1983; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15319	Antônio Halmenschlager	RS-IJ-108	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
FERRARI. 1983; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15325;	Albano J. Caye	RS-IJ-113 / RS-IJ-114	BR	RS	Roque Gonzales			
Ferreira e Alves 2009	Mujica		BR	RS	Rio Grande			
Figueiredo, 1965	Boca do Rio Preto		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Caldeirão		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Encontro		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Ilha das Cobras		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Jacarezinho		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Tapirape		BR	PA	Marabá			
Figueiredo, 1965	Viraçanzinho		BR	PA	Marabá			
Figueiredo. 2005	Perdizes		BR	MG	Perdizes	572±80 AP	TL	IF-USP
Figuera 1892; Sosa 1957	Isla de los Lobos		UY	Depto. de Rio Negro	Fray Bentos			
Figuera 1892; Sosa 1957; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 19731973	Isla del Infante		UY	Depto. Soriano	Villa Soriano			
FIGUTI, 2006.	Arqueiros		BR	MT	Rondonópolis	1090±35 AP	C14	GIF-11727
FIGUTI, 2006.	Fazendinha		BR	MT	Rondonópolis	330±42 AP	TL	FATEC-1672

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
FIGUTI, 2006.	Fazendinha		BR	MT	Rondonópolis	480±62 AP	TL	FATEC-1522
FIGUTI, 2006.	Fazendinha		BR	MT	Rondonópolis	645±84 AP	TL	FATEC-1357
FIGUTI, 2006.	Pacífico		BR	MT	Rondonópolis			
G.A.L.Y. 1980	Navarro 1		UY	Depto. Río Negro	Palmar			
G.A.L.Y. 1980; Baeza et al. 1985	Los Sauces 1		UY	Depto. Río Negro	Palmar			
Garcia, 2012	Níquel do Vermelho 14	NV-XIV	BR	PA	Canaã dos Carajás	750 AP	C14	
Garcia, 2012	Níquel do Vermelho 14	NV-XIV	BR	PA	Canaã dos Carajás	930 AP	C14	
Garcia, 2012	Onça Puma 3		BR	PA	Ourilandia	1030 AP	C14	
Garcia, 2012	Onça Puma 4		BR	PA	Ourilandia	1190 AP	C14	
Garcia, 2012	Onça Puma 5		BR	PA	Ourilandia	760 AP	C14	
Garcia, 2012		NV-XVII	BR	PA	Canaã dos Carajás	720 AP	C14	
Garcia, 2012		NV-XVII	BR	PA	Canaã dos Carajás	920 AP	C14	
GAULIER, 2001; 12° SR IPHAN; Spalding 1939, 1940, 1943, 1967, s.d.; Noelli et al 1997; CNSA 02265	Ponta do Arado	RS-JA-16	BR	RS	Porto Alegre			
GAULIER, 2001; ROSA, 2010; Spalding 1939, 1940, 1943, 1967; Silva, 1992; Noelli et al. 1997; Dias e Silva 2012; MEIRELLES, & SCHAEFER, 2009; CNSA 00988	Ilha Chico Manoel	RS-C-71	BR	RS	Porto Alegre	610±50 AP	C14	BETA
Giesso e Rizzo 1985; RIZZO, 1969	Puerto Victoria	M-E-6	AG	Prov. Misiones	Eldorado			
Goldeimer & Schmitz 1983; Schmitz, et al. 1967; CNSA 15007	Adolfo Wermuth	RS-22-c	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldeimer e Schmitz 1983; Schmitz, et al., 1968; CNSA 15005	Isidoro Kirst	RS-22-a	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldeimer e Schmitz 1983; Schmitz, et al., 1968; CNSA 15006	Roberto Grüner	RS-22-b	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35143; ; CNSA 00756	Manuel Santana (Bolícho)	RS-282	BR	RS	Camaquã			
Golder, 2010	Níquel do Vermelho 14	NV-XIV	BR	PA	Canaã dos Carajás	1120±40 AP	C14	
Golder, 2010	Níquel do Vermelho 14	NV-XIV	BR	PA	Canaã dos Carajás	990±50 AP	C14	
Golder, 2010	Níquel do Vermelho 14	NV-XIV	BR	PA	Canaã dos Carajás	940±40 AP	C14	
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15265	Abílio V. Botega	RS-IJ-56	BR	RS	Pejuçara			
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15412	Albino J. Mens	RS-VZ-107	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 15424	Albertino Cruz	RS-VZ-119	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 35335	Alcides Friedrich	RS-221	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA 35336; CNSA RS00946	Adams Underleiter	RS-227 / S-9	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier & Schmitz 1983; CNSA RS00036	Afredo Junges	RS-335	BR	RS	Iraí			
Goldmeier & Schmitz 1983; De Masi & Schmitz 1987; Ferrari & Schmitz 1981-1982; Rogge 1996; Schmitz, et al. 2000; SOARES. 2004; CNSA 15184	Albino Mazzari	RS-MJ-60	BR	RS	Dona Francisca	1150±70 AP	C14	SI-2202
Goldmeier & Schmitz 1983; De Masi & Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz, et al. 2000; CNSA 15203	Agostinho Streck	RS-MJ-80	BR	RS	Dona Francisca			
Goldmeier & Schmitz 1983; Schmitz, et al. 1982; De Masi & Schmitz. 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmit, et al. 2000; CNSA 35038	Afonso Menegassi	RS-MJ-130 / RS-MJ-135	BR	RS	Agudo			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15047; 15402	Alfredo Junges	RS-VZ-97	BR	RS	Iraí			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15039; CNSA 15399; CNSA 15039	Alberto Carnetti/Albino Carnetti	RS-327 / RS-PF-45	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15040, 15394	André de Souza	SC	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15264	Aldorindo Tassot	RS-IJ-55	BR	RS	Pejuçara			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15327; FERRARI. 1983	Aldino Luft	RS-IJ-114A	BR	RS	Roque Gonzales			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15392	Andréa Felchicker	SC	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15426	Alípio Henicker	RS-VZ-121	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 15857, 35151, 35152	Alberto H. Lanzer	RS-S-372	BR	RS	Campo Bom			
Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 35429	Alcides Bolsan	RS-55	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier & Schmitz. 1983; De Masi & Schmitz. 1987; Rogge. 1996; Schmitz. Rogge & Arnt. 2000; CNSA 15200	Almado J. Soares	RS-MJ-77	BR	RS	Agudo			
Goldmeier & Schmitz. 1983; FERRARI. 1983; CNSA 15340	Antonio Brates	RS-IJ-127A/131	BR	RS	Porto Xavier			
Goldmeier & Schmitz. 1983; Rogge. 1996; Schmitz, et al. 2000; CNSA 15201	Adela F. Schütz	RS-MJ-78	BR	RS	Agudo			
Goldmeier & Schmitz. 1983; Schmitz, et all. 1967; CNSA 35531; CNSA RS01141	Alfredo Mandler	RS-213	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983	Granja do "Rubinho"	RS-82	BR	RS	Mostardas			
Goldmeier e Schmitz 1983	Odílio Ramboschunez	RS-IJ-130	BR	RS	Porto Xavier			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35242	C. S. Rainha dos Apóstolos	RS-47	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35243	José Marchesan	RS-48	BR	RS	São João do Polésine			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35244	Vitório Visotto	RS-49	BR	RS	São João do Polésine			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35245; CNSA RS00857	Pré-seminário de São José	RS-50	BR	RS	Faxinal do Soturno			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNS RS00274; CNSA 15299	Reinaldo Diehl	RS-IJ-88	BR	RS	Pirapó			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 01278		RS-204	BR	RS	Torres			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 01292; CNSA 35686; CNSA 00968	Gustavo Machado/ B	RS-228	BR	RS	Imbé			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15004; CNSA RS00001	Antônio Reska	RS-1	BR	RS	Santa Teresa			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15008	Emílio Patussi	RS-60	BR	RS	Muçum			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15015	Atílio Schaeffer	RS-253	BR	RS	Ivoti			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15030	Paulo Mattion	RS-IJ-32	BR	RS	Ajuricaba			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15035, 15400	Domingos Balem	RS-PF-46	BR	RS	Iraí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15037, 15407	Jacó A. Bientfell	RS-VZ-102/103	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15042, 15405	Dosolina G. Sandri	RS-VZ-100	BR	RS	Iraí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15043, 15394	Gustavo Bergmann	SC	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15044, 15394	Maria Bertuol	SC	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15045; FARIAS & KNEIP, 2010.	Eduardo Hoffmann	RS-333	BR	RS	Palmitos			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15046, 15404	Edmundo Hoffmann	RS-VZ-99	BR	RS	Iraí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15048, 15401	Olaria Radael	RS-VZ-96	BR	RS	Iraí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15051	Balneário S. Marcos	RS-339	BR	RS	Uruguaiana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15054		RS-342	BR	RS	Uruguaiana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15055		RS-343	BR	RS	Uruguaiana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15057	Vitêlio Martini	RS-345	BR	RS	Uruguaiana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15115	Pedro F. Schmitz	RS-421	BR	RS	Bom Princípio			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15120	Leonel Tolotti	RS-426	BR	RS	Alecrim			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15123		RS-MJ-C	BR	RS	Espumoso			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15263	Raimundo Martini	RS-IJ-54	BR	RS	Ijuí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15266	Pedro M. Farias	RS-IJ-57	BR	RS	Santo Ângelo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15268	Valdoli D. Rosa	RS-IJ-59	BR	RS	Ijuí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15269; CNSA RS00246	Vergílio Prestes	RS-IJ-60	BR	RS	Entre-Ijuis			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15270; CNSA RS00248	José Guimarães	RS-IJ-61	BR	RS	Santo Ângelo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15271	Celino G. Pinheiro	RS-IJ-62	BR	RS	Santo Ângelo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15272	Domingos O. Prestes	RS-IJ-63	BR	RS	Santo Ângelo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15273	João Cândi Mallmann	RS-IJ-64	BR	RS	Augusto Pestana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15276	João Martins	RS-IJ-67	BR	RS	Ijuí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15282	Eugênio J. Eichelberger	RS-IJ-72	BR	RS	Roque Gonzales			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15283; CNSA RS00335	Egon Hasse	RS-IJ-73/148	BR	RS	Augusto Pestana			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15286; CNSA 15364	Donato Lopes	RS-IJ-151/RS-IJ-76	BR	RS	Catuípe			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15346	José Fracalossi	RS-IJ-133	BR	RS	Porto Xavier			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15360	Fredolino C. Ecker	RS-IJ-147	BR	RS	Ijuí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15389	Olivino Schell	SC	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15392 ; CNSA 15036	Bernardo Felchicker	SC+C3865-/RS 324	BR	SC	Palmitos			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15409		RS-VZ-104	BR	RS	Tenente Portela			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15410	Ernesto Bergmann	RS-VZ-105/106	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15413	Otmar Ritter	RS-VZ-108	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15414	Francisco Amarante	RS-VZ-109	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15415	Beno Scherer	RS-VZ-110	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15417	Volibaldo Nierraf	RS-VZ-112	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15418	Balduino Becker	RS-VZ-113	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15419	Vilibaldo Tatsch	RS-VZ-114	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15421	Valdemar Naetzald	RS-VZ-116	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15422	Ricardo Leus	RS-VZ-117	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15423	Bertolino Pereira	RS-VZ-118	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15425	João Dutra	RS-VZ-120	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15427	Dinarte Borges	RS-VZ-122	BR	RS	Alpestre			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35064, CNSA RS00687	Helmut Schnack	RS-29	BR	RS	Arroio do Meio			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35155	Arthur Stoeckel	RS-23	BR	RS	Candelária			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35237	Antônio Timóteo da Silva	RS-232	BR	RS	Estância Velha			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35248	Bonifácio Poersch	RS-222	BR	RS	Feliz			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35273	Augusto Enzeweiler	RS-16	BR	RS	Ivoti			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35274	Eurico Welter e Seno Metler	RS-216	BR	RS	Ivoti			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35275	Carlos Balduino Koch	RS-223	BR	RS	Ivoti			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35282	Instituto São José	RS-25	BR	RS	Pareci Novo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35319	Eugênio Villa	RS-61	BR	RS	Muçum			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35331	João Valdemar Allgayer	RS-18	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35332	Germano Plenz	RS-19	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35334	Melchides Consul	RS-20	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35337	Inácio F. Schaeffer	RS-236	BR	RS	Novo Hamburgo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35370; CNSA 00980	José Hillal	RS-94	BR	RS	Pelotas			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35426	Rorato	RS-52	BR	RS	Restinga Seca			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35427	Gerhard Ricardo Holzschuh	RS-53	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35428	Edvino Gais	RS-54	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35474	João Egídio Klafke	RS-42	BR	RS	Rio Pardo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35518; CNSA RS00928	Pedro Marobim / Viuva Pedro Marobim	RS-3	BR	RS	Muçum			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35519	Estádio do Aimoré	RS-6	BR	RS	São Leopoldo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35520	Lar da Menina Pobre de São José	RS-7	BR	RS	São Leopoldo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35532	Evaldo Klafke	RS-215	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35535	Rodolfo Brandenburg	RS-258	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35536	Chácara Kussler	RS-259	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35591	Franklin Dillenburg	RS-25-A	BR	RS	Pareci Novo			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35602; CNSA 01211	Dr. Crisanto	RS-237	BR	RS	São Lourenço do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35642; CNSA RS01248; CNSA RS01249;	Wilibaldo Felt A e B	RS-238	BR	RS	Sapiranga			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35644, CNSA 35645, CNSA RS01251; CNSA RS01252	José Venter /A/B	RS-240	BR	RS	Sapiranga			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35646	Henrique Lutz	RS-241	BR	RS	Sapiranga			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35647	Willy Clos (Closs)	RS-242	BR	RS	Sapiranga			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35704	Isidoro Wischewsky	RS-2	BR	RS	Santa Teresa			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35704	Marcolino J. Spíndola	RS-214	BR	RS	Venâncio Aires			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35707	João Waldemar Fröhlich	RS-57	BR	RS	Vera Cruz			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35709	Samuel Borges	RS-59	BR	RS	Vera Cruz			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA RS00033	Paulo Rodolfo Biedermann	RS-329	BR	RS	Iraí			
Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA RS00692	Maria Kovlowski / Viúva Marta Kozlowski	RS-58	BR	RS	Santa Teresa			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15256	Richard Schmidt	RS-IJ-44	BR	RS	Panambi			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35062	Francisco Arnoldo Bruckener	RS-28	BR	RS	Arroio do Meio			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35281	Otó Albino Krah	RS-15	BR	RS	Pareci Novo			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz, Rogge e Arnt 2000; CNSA 15202	Nivo Schütz	RS-MJ-79	BR	RS	Agudo			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15186	Otto Loebler	RS-MJ-63	BR	RS	Dona Francisca			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15188	Vittorino Cassol	RS-MJ-65A-B	BR	RS	Dona Francisca			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15190	Ervino Jaeger	RS-MJ-67	BR	RS	Agudo			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15191	Radetz	RS-MJ-68	BR	RS	Agudo			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15194; Rogge, 1996, 2004, 2005; soares, 2004; NOELLI, 1999-2000	Eri Rampellotto	RS-MJ-71	BR	RS	Dona Francisca	265±90 AP	C14(1984)	SI-2199
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15208	Ary C. Bernardes	RS-MJ-92	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; Rogge, 2004; ROGGE, 1996, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Brochado 1971, 1984	Arnildo Drew	RS-MJ-87	BR	RS	Agudo	695±55 AP	C14(1984)	SI-2200
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz, ET AL , 1990; CNSA 35157	Candelária 1	RS-26	BR	RS	Candelária			
Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15204	Nelson Trebien	RS-MJ-81	BR	RS	Dona Francisca			
Goldmeier e Schmitz 1983; Ferrari 1983	Diego Fracalossi	RS-IJ-132	BR	RS	Porto Xavier			
Goldmeier e Schmitz 1983; Ferrari 1983; CNSA 15314;	Rudolfo Thum	RS-IJ-103	BR	RS	Caibaté			
Goldmeier e Schmitz 1983; Marsul; CNSA 35640, 35643	Otto Wingert	RS-S-235	BR	RS	Sapiranga			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15192	João L. da Silva	RS-MJ-69	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15195	Tagliapietra	RS-MJ-72	BR	RS	Dona Francisca			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15196	Heimberto Boeg	RS-MJ-73	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15197	Arno Schmidt	RS-MJ-74	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15198	Armando Wilhelm	RS-MJ-75	BR	RS	Restinga Seca			
Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15199	Armino Boeg	RS-MJ-76	BR	RS	Agudo			
Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz, et al., 1968; CNSA 35154	José Melz	RS-22	BR	RS	Candelária			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz, et al., 1968; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35529	Lourenço Immig	RS-21	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz, et al., 1968; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35706; CNSA RS01310	João Alfredo Finger / Ruben Frantz	RS-56	BR	RS	Vera Cruz			
Goldmeier e Schmitz 1983; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15185;	Arlindo Neuenschwander	RS-MJ-62	BR	RS	Dona Francisca			
GOLDMEIER E SCHMITZ, 1983; BROCHADO, J. 1984; ROGGE, 1996	Geronimo Rodrigues	RS-MJ-98C	BR	RS	Cachoeira do Sul	1175±65 A.D	C14	SI-2198
GONZALEZ, 1996.	Bebedouro do Gado		BR	MT				
GONZALEZ, 1996.	Kayaby 1		BR	MT	Apiacás			
GONZALEZ, 1996.	Kayaby 2		BR	MT	Apiacás			
GONZALEZ, 1996.	Kayaby 3		BR	MT	Apiacás			
GONZALEZ, 1996.	Kayaby 4		BR	MT	Apiacás			
GONZALEZ, 1996.	Primeira Fonte		BR	MT				
GONZALEZ, 1996.	Roça do João		BR	MT	Apiacás			
GONZALEZ, 1996.		MT-RN-11	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ, 1996; CNSA GO00215		GO-JU-41	BR	GO	Fazenda Nova			
GONZALEZ, 1996; CNSA TO00002	Ramusse Albuquerque Nóbrega (1)	GO-RS-1	BR	TO	Monte do Carmo	1015±60 AP	C14	SI-4067
GONZALEZ, 1996; CNSA TO00002	Ramusse Albuquerque Nóbrega (1)	GO-RS-1	BR	TO	Monte do Carmo	2360±70 AP	C14	SI-4068
GONZALEZ, 1996; CNSA TO00002	Ramusse Albuquerque Nóbrega (1)	GO-RS-1	BR	TO	Monte do Carmo	3845±75 AP	C14	SI-4069
GONZALEZ, 1996; CNSA TO00002	Ramusse Albuquerque Nóbrega (1)	GO-RS-1	BR	TO	Monte do Carmo	3875±90 AP	C14	SI-4070
GONZALEZ, 1996; CNSA TO00002	Ramusse Albuquerque Nóbrega (1)	GO-RS-1	BR	TO	Monte do Carmo	410 aC	C14	
GONZALEZ, 1996; scatamacchia, 1981; Fensterseifer E Schmitz, 1975; CNSA GO00210	Cosme Alves da Rocha	GO-JU-31	BR	GO	Jaupaci			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; CNSA MT00365	Em frente de Poboré	MT-RN-9	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; CNSA MT00377	do Caju	MT-RN-24	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; CNSA MT00405	Roça Pobore	MT-SL-10 A	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; CNSA MT00591	Barra do Areia	MT-SL-50	BR	MT	Poxoréo			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; GONZALEZ, 1995-96; CNSA MT00376	Leiteiro	MT-RN-22	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ, 1996; wust. 1990; OLIVEIRA, 1999-2000. ; GONZALEZ, 1995-96; CNSA MT00397	Pobore Raireu	MT-SL-3	BR	MT	Rondonópolis	1090±75 AP	c14(1990)	N-5113
GONZALEZ. 1996; CNSA-MT00135	Abrigo do Garca	MT-GA-6	BR	MT	Guiratinga	2970±70 AP	C14	BETA-27424
GONZALEZ. 1996; GONZALEZ. 1995/96; Wust. 1990	Ana Saraiva	MT-RN-47	BR	MT	Rondonópolis			
GONZALEZ. 1996; WUST. 1990; CNSA MT00414	Aijere	MT-SL-18	BR	MT	Guiratinga			
Goulart 1980	João Machado	SC-UU-76	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980	Paulo T. O Stenceler	SC-UU-8	BR	SC	Itá			
Goulart 1980	Simão T. Andrade	SC-UU-7	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 36174, 55170	Vitor P. Rech	U-382	BR	SC	Piratuba			
Goulart 1980; CNSA 55127	Valdomiro Dutra	SC-UU-48	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55134	Pedro Wolkosky	SC-UU-55	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55137	Edgar Reichert	SC-UU-58	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55154	Gualdêncio Machado	SC-UU-99	BR	SC	Alto Bela Vista			
Goulart 1980; CNSA 55155	Benno Hübner	SC-UU-77	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55160	Edmundo Appel	SC-UU-83	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55161	Verno Schneider	SC-UU-84	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55164	Délio Buntz	SC-UU-85	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55164	Ervino Fraser	SC-UU-87	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55165	Adolfo Schwingel	SC-UU-88	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55166	Norberto W. Schwingel	SC-UU-89	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55172	Paulino Werib	SC-UU-96	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55173	Ronildo Alexandre	SC-UU-97	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55176	Laurentina M. Santos	SC-UU-100	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; CNSA 55182	Carlos F. Koiber	SC-UU-109	BR	SC	Alto Bela Vista			
Goulart 1980; CNSA 55381; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Pedro Lopes Vargas	SC-UU-106	BR	SC	Ipira			
Goulart 1980; CNSA 55400	Otto Crigner	SC-UU-13	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55401	Carlos Deliberal	SC-UU-14	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55404	Henrique Mosqueta	SC-UU-17	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55407	João Marcelino	SC-UU-20	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55410	Germano A Guilherme	SC-UU-23	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55411	Peri Henzer	SC-UU-24	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55412	Vladislan Kreftar	SC-UU-25	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55418	Pedro J. Canal	SC-UU-31	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55419	Danilo Barbieri	SC-UU-32	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55427	Danilo Rukeit	SC-UU-40	BR	SC	Itá			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Goulart 1980; CNSA 55430	Dorvalino Machado	SC-UU-43	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55431	Estácio Valinowsk	SC-UU-44	BR	SC	Itá			
Goulart 1980; CNSA 55735; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Nicolau Backes	SC-PP-112	BR	SC	Piratuba			
Goulart 1980; CNSA 55738; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Otaçílio de Moura	SC-PP-115	BR	SC	Piratuba			
Goulart 1980; CNSA 55740; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Orlando P. Lima	SC-PP-117	BR	SC	Piratuba			
Goulart 1980; FARIAS & KNEIP. 2010; CNSA 55150	Adalécio Tischer / Adalicio Fischer	SC-UU-72	BR	SC	Alto Bela Vista			
Goulart 1980; Farias e Kneip 2010;CNSA 55139	Santo Alberti / Alberdi	SC-UU-60	BR	SC	Concórdia			
Goulart 1980; Farias e Kneip 2010;CNSA 55383	Selvino (Severino) Schiachet	SC-UU-110	BR	SC	Ipira			
Goulart 1980; Machadinho 1998; CNSA 36202, 55739; Farias e Kneip 2010;CNSA SC00132	Olinda Backes	U-462 / UPP-61 e SC-PP-116 U-462	BR	SC	Piratuba			
Goulart 1985; CNSA 55672; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Orlando Knoll	U-137	BR	SC	Palmitos			
Goulart 1985; CNSA 55677; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Romano Pessatto	U-142	BR	SC	Palmitos			
Goulart 1985; CNSA 55682; FARIAS, & KNEIP, 2010.	Valdemar Piccoli	U-147	BR	SC	Palmitos			
Goulart 1985; CNSA 55698	Ênio/Hermes Kaiper	U-170	BR	SC	Palmitos			
Goulart. 1980	André D. Malaskievicz	SC-UU-108	BR	SC	Alto Bela Vista			
Goulart. 1980; CNSA 55156	Alípio Loma	SC-UU-78	BR	SC	Concórdia			
Goulart. 1980; CNSA 55168; FARIAS & KNEIP. 2010	Aníbal de Brito	SC-UU-91	BR	SC	Alto Bela Vista			
Goulart. 1980; CNSA 55414; FARIAS & KNEIP. 2010	Anísio Schnoor	SC-UU-27	BR	SC	Itá			
Goulart. 1985; FARIAS & KNEIP.2010; CNSA 55697	Alcides Isidoro Silva	U-170	BR	SC	Palmitos			
Gualberto 1908	Sambaqui da Foz do Rio Parati		BR	SC	Araquari			
Guimarães, 2007.	Mombaça 2		BR	RJ	Saquarema			
Guimarães, 2007; BELTRÃO, 1978.	Mendonça dos Santos		BR	RJ	Saquarema			
Guimarães, 2007; kneip, 1994	Barroso	RJ-AS-18	BR	RJ	Saquarema			
Guimarães, 2007; kneip, 1994	Bravo	RJ-AS-19	BR	RJ	Saquarema			
Guimarães, 2007; kneip, 1994	Mombaça 1 / Sambaqui Mombaça 1	RJ-AS-16	BR	RJ	Saquarema			
Guimarães, 2007; kneip, 1994; BUARQUE, 2009	Campo / N° 17	RJ-SA-17	BR	RJ	Maricá			
GUIMARÃES, ET AL., 2009.	Duvivier		BR	RJ				
GUIMARÃES, ET AL., 2009.	Iporangão		BR	RJ				
GUIMARÃES, ET AL., 2009.	Paraibuna		BR	RJ				
GUIMARAES, et all. 2003.			BR	ES	Itaguaçu			
Hilbert 1997; Wagner 2004; CNSA 02438	Camping Itapeva	RS-LN-7	BR	RS	Torres			
HILBERT, 1998; ROGGE, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; 12ª SR IPHAN; Dias e Silva, 2012	Santa Rita	RS-SR-342	BR	RS	Guaíba	440±60 AP	C14(1999)	BETA-118376
HILBERT, 1998; Rogge,2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; 12ª SR IPHAN; Dias e Silva 2012	Santa Rita	RS-SR-342	BR	RS	Guaíba	540±60 AP	C14(1999)	BETA-118375
HILBERT. 1994			UY	Ao longo do Rio Uruguai				
HILBERT. 1994			UY	entre Chuf e Montevideu				
HILBERT. 1994			UY	Rio Negro				
HILBERT. 1994			UY	Rio da Prata				
IPAT;UNESC	Aldeia da Plataforma		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC	Aldeia do Caverá		BR	SC	Araranguá			
IPAT;UNESC	Aldeia do Rio Novo		BR	SC	Sombrio			
IPAT;UNESC ; Lavina. 2000	Aldeia Lagoa do Giassi		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC; IPAT;UNESC; Lavina. 2000	Aldeia da Praia da Ferrugem		BR	SC	Garopaba			
IPAT;UNESC; Lavina 2000	Arroio do Silva		BR	SC	Balneário Arroio do Silva			
IPAT;UNESC; Lavina 2000	Cemitério Balneário Gaivota 1		BR	SC	Balneário Gaivota			
IPAT;UNESC; Lavina 2000	Lagoa do Rodeio		BR	SC	Balneário Gaivota			
IPAT;UNESC; Lavina 2000	Palmeira		BR	SC	Balneário Gaivota			
IPAT;UNESC; Lavina 2000; Campos 2010	Lagoa dos Freitas		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC; Lavina 2000; Farias e Kneip 2010; CNSA 00427; FARIAS & KNEIP, 2010.	Luquinha do Zé Pequeno		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC; Lavina. 2000	Aldeia Condomínio Bouganville		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC; Lavina. 2000; Bandeira. 2004	Aldeia da Praia do Rosa / Praia do Rosa		BR	SC	Garopaba			
IPAT;UNESC; Lavina. 2000; Campos. 2010	Aldeia do Camping Viana		BR	SC	Içara			
IPAT;UNESC; Lavina. 2000; Lino. 2007	Aldeia do Campestre		BR	SC	Içara			
Iphan SP. 01	Fazenda Lagoa Preta	nº3	BR	SP	Serra Azul			
Jacobus 1994; CNSA 35374	Leopoldo Franzman	RS-C-19	BR	RS	Portão			
Jacobus 1994; Neumann, 2008; CNSA RS01387; CNSA 35784	Arroio Queixada	RS-VZ-33	BR	RS	Palmitinho			
JACOBUS. 1	212 linha sul 1		BR	RS	Candelária			
Junior. 1960/1968			BR	SP	São Paulo			
Junqueira E Malta; 1978	Fazenda Santa Margarida 2	MG-BF-135	BR	MG	Jaboticatubas			
Junqueira E Malta; 1978	Lapinha 1	MG-BF-48	BR	MG	Lagoa Santa			
Junqueira E Malta; 1978	Lapinha 2	MG-BF-49	BR	MG	Lagoa Santa			
Junqueira E Malta; 1978; PROUS ET ALLI. 2003.	Sumidouro	MG-BF-18	BR	MG	Pedro Leopoldo			
Kashimoto 1997	Córrego Machado	MS-IV-05	BR	MS	Anaurilândia			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Kashimoto 1997; CNSA 45908	Bom Sucesso	MS-IV-4	BR	MS	Batayporã			
Kashimoto 1997; CNSA 45911	Escritório CESP / Est. 180	MS-IV-7	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46098	Córrego Uerê	MS-PD-6	BR	MS	Bataguassu			
Kashimoto 1997; CNSA 46108	Ribeirão Quiterói 2 - QT2	MS-PR-9	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46110	Ribeirão Quiterói 4	MS-PR-11	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46111	Ribeirão Quiterói 5	MS-PR-12	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46115	Córrego Lambari 2	MS-PR-16	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46118;	Ribeirão Quiteroizinho 2	MS-PR-19	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46156	Ilha Verde 2	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia			
Kashimoto 1997; CNSA 46211	Rio Verde 3	MS-VD-3	BR	MS	Três Lagoas			
Kashimoto 1997; MARTINS, ET ALLI, 1999	Ribeirão Quiterói 3 - AN3	MS-PR-9	BR	MS	Anaurilândia	300±50 AP	TL	FATEC-95
Kashimoto 1997; MARTINS, ET ALLI, 1999	Ribeirão Quiterói 3 - AN3 / Quiterói 1	MS-PR-9	BR	MS	Anaurilândia	350±30 AP	TL	FATEC-96
Kashimoto 1997; Martins, Kashimoto e Tatumí 1999; CNSA 46107	Ribeirão Quiterói 1	MS-PR-8	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	380±40 AP	TL	FATEC-264
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	520±50 AP	TL	FATEC-261
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	630±60 AP	TL	FATEC-256
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	700±70 AP	TL	FATEC-265
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	510±50 AP	C14	BETA-218207
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	880±80 AP	TL	FATEC-255
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	900±90 AP	TL	FATEC-251
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1000±100 AP	TL	FATEC-253
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1100±100 AP	TL	FATEC-250
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1200±120 AP	TL	FATEC-267
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1270±130 AP	TL	FATEC-263
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1600±200 AP	TL	FATEC-259
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1400±120 AP	TL	FATEC-262
Kashimoto e Martins 2008	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	1300±120 AP	TL	FATEC-266
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	500±50 AP	TL	FATEC-264
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	625±60 AP	TL	FATEC-246
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	750±80 AP	TL	FATEC-248
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	760±60 AP	TL	FATEC-247
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	1380±70 AP	C14	Gif-11224
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	1225±150 AP	TL	FATEC-173
Kashimoto e Martins 2008	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	1250±150 AP	TL	FATEC-171
Kashimoto e Martins, 2008	Bataguaçu 4 - BT4	MS-PD-6	BR	MS	Bataguassu	250±25 AP	TL	FATEC-405
KASHIMOTO, 2007	Baia 2	BI2	BR	MS	Taquarussu			
KASHIMOTO, 2007	Baia 3	BI3	BR	MS	Batayporã			
KASHIMOTO, 2007	Bataguaçu 4 - BT4	MS-PD-6	BR	MS	Bataguassu	415±40 AP	C14	FATEC-404
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 3 - BR3	MS-PR-42	BR	MS	Brasilândia	1110±110 AP	TL	FATEC-398
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 3 - BR3	MS-PR-42	BR	MS	Brasilândia	570±60 AP	TL	FATEC-397
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 3 - BR3	MS-PR-42	BR	MS	Brasilândia	840±40 AP	C14	Gif-11226
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	2100±200 AP	TL	FATEC-260
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 13 - BR13	MS-VD-2	BR	MS	Brasilândia	1000± AP	TL	FATEC-392
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 13 - BR13	MS-VD-2	BR	MS	Brasilândia	400±40 AP	TL	FATEC-391
KASHIMOTO, 2007	Brasilandia 7 - BR7	MS-PR-52	BR	SP	Paulicéia			
KASHIMOTO, 2007	Corrego Lambari 3 - LB43		BR	MS	Anaurilândia			
KASHIMOTO, 2007	Corrego Lambari 4 - LB4		BR	MS	Anaurilândia			
KASHIMOTO, 2007	Ilha Comprida 13 - IC13		BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	700±150 AP	TL	FATEC-169
KASHIMOTO, 2007	Ivinhema 1 - VN1	PR-MS-4	BR	MS	Naviraí			
KASHIMOTO, 2007	Ivinhema 3 - VN3		BR	MS	Jatei			
KASHIMOTO, 2007	Lagoa Ariranha 2 - AR2	MS-PR-22	BR	MS	Bataguassu	3995±50	C14	Gif-11071
KASHIMOTO, 2007	Lagoa do Dario 1 - DR1		BR	MS	Naviraí			
KASHIMOTO, 2007	Lagoa Peroba 1 - PB1		BR	MS	Jatei			
KASHIMOTO, 2007	Rio Maracaí 1 - MI1		BR	MS	Itaquiraí			
KASHIMOTO, 2007	Rio Pardo 8 - PD8	MS-PD-8	BR	MS	Santa Rita do Pardo			
KASHIMOTO, 2007	Rio Pardo 9 - PD9	MS-PD-9	BR	MS	Santa Rita do Pardo			
KASHIMOTO, 2007		MS-PR-44	BR	MS	Brasilândia			
KASHIMOTO, 2007		MS-VD-1	BR	MS	Brasilândia			
KASHIMOTO, 2007		MS-VD-3	BR	SP	Guaraci			
KASHIMOTO, 2007		MS-VD-4	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007 ; CNSA 46126	Corrego Caraguata 1 - CR1	MS-PR-27	BR	MS	Bataguassu			
KASHIMOTO, 2007 ; Kashimoto 1997; CNSA 46185	Ilha Comprida 8 - IC8	MS-PR-86	BR	MS	Três Lagoas	550±70 AP	TL	FATEC-168
KASHIMOTO, 2007 ; Kashimoto 1997; CNSA 46186	Ilha Comprida 9 - IC9	MS-PR-87	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007 ; MARTINS, ET ALLI. 1999. ; CNSA 46127	Corrego Caraguata 2 - CR2	MS-PR-28	BR	MS	Bataguassu	350±35 AP	TL	FATEC-116

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
KASHIMOTO, 2007 ; NOELLI, 1999-2000	Ilha Água Limpa 1	MS-PR-64	BR	MS	Três Lagoas	1015±75 AP	C14(1997)	Gif
KASHIMOTO, 2007 ; NOELLI, 1999-2000; Kashimoto 1997; CNSA 46096	Rio Pardo 4 - PD4	MS-PD-4	BR	MS	Santa Rita do Pardo	432±32 AP	TL	FATEC-187
KASHIMOTO, 2007 ; NOELLI, 1999-2000; Kashimoto 1997; CNSA 46145	Ribeirão Taquari 2 - TQ2	MS-PR-46	BR	MS	Brasilândia	280±15 AP	TL	FATEC-192
KASHIMOTO, 2007 ; NOELLI, 1999-2000; Kashimoto 1997; CNSA 46154	Cabeceira Perdida 1	MS-PR-55	BR	MS	Brasilândia	565±32 AP	TL (1997)	FATEC
KASHIMOTO, 2007 ; NOELLI, 1999-2000; Kashimoto 1997; CNSA 46163	Ilha Água Limpa 1	MS-PR-64	BR	MS	Três Lagoas	1248±100 AP	TL	FATEC
KASHIMOTO, 2007, 1997; Martins, Kashimoto e Tatumi 1999; KASHIMOTO & MARTINS. 2008. A; CNSA 46099	Rio Pardo 7 / Santa Rita do Pardo 2	MS-PD-7 / SR2	BR	MS	Santa Rita do Pardo	980±100 AP	TL	FATEC-402
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46129	Córrego Ouro Branco 1	MS-PR-30	BR	MS	Bataguassu			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46144	Ribeirão Taquari 1 - TQ1	MS-PR-45	BR	MS	Brasilândia	1380±40 AP	C14	Gif-12026
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46144	Ribeirão Taquari 1 - TQ1	MS-PR-45	BR	MS	Brasilândia	410±40 AP	TL	FATEC-107
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46147	Rio Taquari 4 - TQ4	MS-PR-48	BR	MS	Brasilândia	380±40 AP	TL	FATEC-108
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46177	Ilha Comprida 1	MS-PR-78	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46178	Ilha Comprida 2	MS-PR-79	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46179	Ilha Comprida 3	MS-PR-80	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46181	Ilha Comprida 5	MS-PR-82	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46182	Ilha Comprida 6	MS-PR-83	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46184	Ilha Comprida 7 - IC7	MS-PR-85	BR	MS	Três Lagoas	3140±60 AP	C14	GIF-11222
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46184	Ilha Comprida 7 - IC7	MS-PR-85	BR	MS	Três Lagoas	570±40 AP	TL	FATEC-195
KASHIMOTO, 2007; MARTINS, ET ALL, 1999.	Corrego São Lourenço 1 -SL1	MS-PR-26	BR	MS	Bataguassu	290±30 AP	TL	FATEC-123
KASHIMOTO, 2007; MARTINS, ET ALL, 1999; CNSA MS00495	Corrego São Lourenço 1 -SL1	MS-PR-26	BR	MS	Bataguassu	380±40 AP	TL	FATEC-122
KASHIMOTO, 2007; NOELLI, 1999-2000	Bataguaçu 4 - BT4	MS-PD-6	BR	MS	Bataguassu	240±30 AP	C14	Gif-10038
KASHIMOTO, 2007, 1997; NOELLI, 1999-2000 ; CNSA 46184	Ilha Comprida 7 - IC7	MS-PR-85	BR	MS	Três Lagoas	1493±100 AP	TL (1997)	FATEC
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46130	Córrego Ouro Branco 2	MS-PR-31	BR	MS	Bataguassu			
Kashimoto. 1997; CNSA 46116	Alto Paraná 4	MS-PR-17	BR	MS	Anaurilândia			
Kashimoto. 1997; CNSA 46141	Alto Paraná 14	MS-PR-42	BR	MS	Brasilândia			
Kashimoto. 1997; CNSA 46151	Alto Paraná 20	MS-PR-52	BR	MS	Brasilândia			
Kashimoto. 1997; CNSA 46197	Alto Paraná 46	MS-PR-98	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO. 2007	Alto Parana 33 - AP33	MS-PR-71	BR	MS	Três Lagoas	1130±120	TL	FATEC-103
KASHIMOTO. 2007	alto parana 41 - AP41	MS-PR-93	BR	MS	Três Lagoas	455±50 AP	TL	FATEC-104
KASHIMOTO. 2007	alto parana 44 - AP44	MS-PR-96	BR	MS	Três Lagoas	600±60 AP	TL	FATEC-105
KASHIMOTO. 2007	alto parana 44 - AP44	MS-PR-96	BR	MS	Três Lagoas	940±100 AP	TL	FATE-174
KASHIMOTO. 2007	Amambai 4 - AB4		BR	MS	Itaquiraí			
KASHIMOTO. 2007	Amambai AB2		BR	MS	Itaquiraí			
KASHIMOTO. 2007;	Brasilandia 11 - BR11	MS-PR-57	BR	MS	Brasilândia	300±60 AP	C14	BETA-221722
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46133	Alto Paraná 7	MS-PR-34	BR	MS	Santa Rita do Pardo			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46142	Alto Paraná 15	MS-PR-43	BR	MS	Brasilândia			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46148	Alto Paraná 17	MS-PR-49	BR	MS	Brasilândia			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46150	Alto Paraná 19	MS-PR-51	BR	MS	Brasilândia			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46161	Alto Paraná 27	MS-PR-62	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46166	Alto Paraná 29	MS-PR-67	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46167	Alto Paraná 30	MS-PR-68	BR	MS	Três Lagoas			
KASHIMOTO, 2007, 1997; CNSA 46168	Alto Paraná 31	MS-PR-69	BR	MS	Três Lagoas			
kern, 1985; SERRANO, 1937	Torres		BR	RS	Torres			
Kern, et all. 1992; PEREIRA, et all. 2008			BR	PA	São Geraldo do Araguaia			
Klamt 1986	Elemar Martim	RS-TQ-12	BR	RS	Passo do Sobrado			
Klamt 1986	Ernesto Meyer	RS-TQ-13	BR	RS	Passo do Sobrado			
Klamt 1986	Fazenda do Jacó	RS-JC-48	BR	RS	General Câmara			
Klamt 1986; CEPA UNISC; Klamt 1986	Nevio Rodrigues	RS-JC-42	BR	RS	General Câmara			
Klamt 1999	Armindo Ludwig	RS-JC-76	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Arni Graffunder A	RS-JC-88	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Arni Graffunder B	RS-JC-89	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Arno Radatz	RS-JC-74	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Assunta D. Raminelli	RS-MJ-123	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Barra Dona Francisca	RS-JC-58	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Elemar Mundt	RS-JC-68	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Elemar Paul A	RS-JC-85	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Elemar Paul B	RS-JC-86	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Elisio Giacomelli	RS-JC-63	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Gentil Menegasse B	RS-MJ-117	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Ilvo Menegasse	RS-JC-81	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	João Antonelli	RS-MJ-130	BR	RS	Ibarama			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Klamt 1999	Leonildo Rutzatz A	RS-JC-104	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Leonildo Rutzatz B	RS-JC-105	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Leonildo Rutzatz C	RS-JC-99	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Liberto Paul	RS-JC-69	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Lindolfo Schumacher	RS-JC-67	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Marcílio Bartz A	RS-JC-83	BR	RS	Dona Francisca			
Klamt 1999	Marcílio Bartz B	RS-JC-84	BR	RS	Dona Francisca			
Klamt 1999	Mário Raminelli	RS-MJ-121	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Nelson Schumacher	RS-JC-78	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Nildo Scholusser	RS-MJ-122	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Oldemar Neunfeldt	RS-JC-82	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Praça dos Esportes CEEE A	RS-JC-101/102/ 103	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Teobaldo Ulrich	RS-JC-70	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Waldemar Wanzick	RS-MJ-120	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Wilmar Turcatto A	RS-MJ-137	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999	Wilson Neunfeldt A	RS-JC-90	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999	Wilson Neunfeldt B	RS-JC-91	BR	RS	Agudo			
Klamt 1999; CNSA RS02627	Arno Glänzel (Valderi Scapin/Scapini)	RS-JC-66	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999; CNSA RS02637	Rejane Puntell	RS-JC-157	BR	RS	Ibarama			
Klamt 1999; CNSA RS02703	Romildo Petermann A	RS-JC-163	BR	RS	Nova Palma			
Klamt 1999; CNSA RS02705	Pedro Osório Stieler	RS-JC-166	BR	RS	Pinhal Grande			
Klamt 1999; CNSA RS02736	Vircilei Bonadel	RS-MJ-139	BR	RS	Ibarama			
Klamt, et all. 1998; CNSA RS02720	Adão Lopes	RS-TQ-89	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Arno Kistemacher	RS-TQ-108	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Arquillau Vargas A	RS-TQ-100	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Arquillau Vargas B	RS-TQ-101	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Elemar Henckes B	RS-TQ-96	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Helmut Bergmann	RS-TQ-116	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	João Armindo Roia A	RS-TQ-97	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	João Armindo Roia C	RS-TQ-103	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	João Orlando Fischer	RS-TQ-117	BR	RS	Santa Clara do Sul			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	João Ornélio dos Santos A	RS-TQ-85	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	João Ornélio dos Santos B	RS-TQ-105	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	José E. Dörr	RS-TQ-9	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Libório Wilms	RS-TQ-93 / RS-TQ-86	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Manoel I. Freitas A	RS-TQ-98	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Manoel I. Freitas B	RS-TQ-99	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Osvaldo Henckes	RS-TQ-104	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Paulo Deorr A	RS-TQ-87	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Paulo Deorr B	RS-TQ-88	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Sérgio Röhsler	RS-TQ-113	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN	Valerno Konrad	RS-TQ-119	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN; CNSA RS02722	José Armino da Rosa / José A Costa	RS-TQ-91	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN; CNSA RS02725	Elmar Henckes A/Elemar Henckes A	RS-TQ-95	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt, Leal, Drebel, Brandt e Gonçalves 1998; 12ª SR IPHAN; CNSA RS02732	João Armindo Roia B	RS-TQ-102	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt. 1986	Amaro Riedel	RS-TQ-81	BR	RS	Vale Verde			
Klamt. 1986; CEPA UNISC;	Aldo Mello A	RS-JC-43	BR	RS	General Câmara			
Klamt. 1986; CEPA UNISC;	Aldo Mello B	RS-JC-44	BR	RS	General Câmara			
Klamt. 1986; CEPA UNISC;	Aldo Mello C	RS-JC-45	BR	RS	General Câmara			
Klamt. 1986; CEPA UNISC;	Aldo Mello D	RS-JC-46	BR	RS	General Câmara			
Klamt. 1986; CEPA UNISC;	Aldo Mello E	RS-JC-47	BR	RS	General Câmara			
Klamt. 1998; 12ª SR IPHAN	Alvício Bohn	RS-TQ-112	BR	RS	Venâncio Aires			
Klamt. 1999	Acampamento 1	RS-JC-100	BR	RS	Agudo			
Kreutz e Machado, 2008		ES-T-102	BR	RS	Lajeado			
Kreutz e Machado, 2008		RS-T-104	BR	RS	Sério			
Kreutz e Machado, 2008		RS-T-105	BR	RS	Colinas			
Kreutz e Machado, 2008		RS-T-108	BR	RS	Colinas			
Kreutz e Machado, 2008		RS-T-113	BR	RS	Arroio do Meio			
Kreutz e Machado, 2008; Luedke 1928		RS-T-116	BR	RS	Teutônia			
Kreutz e Machado, 2008; MACHADO e SCHNEIDER, 2006	Tamanduá	RS-T 101	BR	RS	Marques de Souza	1099 AP	TL (2005)	LACIFID/USP
Kreutz e Machado, 2008; MACHADO e SCHNEIDER, 2006	Tamanduá 2	RS-T-110	BR	RS	Marques de Souza			
Kreutz, et al. 2008	Adanasio Fucks	RS-T-107	BR	RS	Lajeado			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Kunert 1891; CNSA 35632	Pachali Schmitz	RS-C-66	BR	RS	Bom Princípio			
Kunzli 1987	Taquaruçu		BR	SP	Sandovalina			
Kunzli 1987; CNSA 25143	Kurubayashi 2		BR	SP	Alvares Machado			
Kunzli 1987; CNSA 25573	Biazi		BR	SP	Martinópolis			
Kunzli 1987; CNSA 25574	Fachiano		BR	SP	Martinópolis			
Kunzli 1987; CNSA 25602	Itororó		BR	SP	Pirapozinho			
Kunzli 1987; CNSA 25605	Breschi 1		BR	SP	Emilianópolis			
Kunzli 1987; CNSA 25606	Breschi 2		BR	SP	Emilianópolis			
Kunzli 1987; CNSA 25607	Balotari 1		BR	SP	Presidente Prudente			
Kunzli 1987; CNSA 25608	Batolari 2		BR	SP	Presidente Prudente			
Kunzli 1987; CNSA 25609	Batolari 3		BR	SP	Presidente Prudente			
Kunzli 1987; CNSA 25610	Fazenda Pagador		BR	SP	Presidente Prudente			
Kunzli 1987; CNSA 25702	Canuto 1	CT-1	BR	SP	Rosana			
Kunzli 1987; CNSA 25703	Canuto 2	CT-2	BR	SP	Rosana			
Kunzli. 1987; CNSA 25213	Aleixo		BR	SP	Alvares Machado			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 35881	Anna Studulski	U-13	BR	RS	Aratiba			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 35910	Anacleto Patris	U-40/41	BR	RS	Aratiba			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 35935	Andreas A Valerius	U-111/112/113	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 35942	Ana Peinhopf 1	U-118	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 35943	Ana Peinhopf 2	U-119	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 36110		U-77	BR	RS	Machadinho			
La Salvia & Brochado. 1990; CNSA 36121	Anildo Metzloff	U-97	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia & Brochado. 1990;CNSA 35879	Amélio Robette	U-11	BR	RS	Aratiba			
La Salvia 1989	da Viúva	PL-8	BR	RS	Porto Lucena			
La Salvia 1989; CNSA 35372	Santa Maria	U-312	BR	RS	Pirapó			
La Salvia 1989; CNSA 35373	Barra do Ijuí	U-311	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35410	do Trigo	U-335	BR	RS	Porto Lucena			
La Salvia 1989; CNSA 35415	Pindaí	PX-5	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35416	Caracol	U-310	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35417	São Carlos	U-315	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35418	do Museu	U-320	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35419	da Lombada	U-321	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35420	da Urna	U-328	BR	RS	Porto Xavier			
La Salvia 1989; CNSA 35478	do Velho	U-313	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35479	do Anônimo	U-317	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35483	Acampamento 1	U-324	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35485	Cabeça da Ilha	U-329	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35866, 55997; Farias e Kneip 2010; CNSA SC01075	Orestes Molina / Molin	CNV 034 / SC-UCP-444	BR	SC	Campos Novos			
La Salvia 1989; CNSA 35971	Porto da Lenha 1	U-314A	BR	RS	Garruchos			
La Salvia 1989; CNSA 35972	Porto da Lenha 2	U-314B	BR	RS	Garruchos			
La Salvia 1989; CNSA 35973	Jatoacá	U-316	BR	RS	São Nicolau			
La Salvia 1989; CNSA 35975	da Cachoeira	U-318	BR	RS	Garruchos			
La Salvia 1989; CNSA 35977	Jativoque	U-322	BR	RS	São Nicolau			
La Salvia 1989; CNSA 35985	das Bandeirantes	U-332	BR	RS	São Nicolau			
La Salvia 1989; CNSA 35986	da Pedreira	U-331	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia 1989; CNSA 35986	do Casal	U-334	BR	RS	São Borja			
La Salvia 1989; CNSA 35987	Capincho	U-336	BR	RS	Garruchos			
La Salvia, et al. 1990; Brochado 1999; CNSA 36081	Albino Locatelli	U-364	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 35924	Agostinho Schio	U-54	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 35932	Albino Robaet A	U-95	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 35933	Albino Robaet	U-96-B	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 36089	Águas Termais de M. R.	U-31	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 36091	Adelino Volpi	U-57	BR	RS	Viadutos			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 36101	Adelino da Silva	U-67 / U-68	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, et al.1990; CNSA 36105; CNSA RS01630	Adelino Bortolozzi	U-72	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, et al. 1990; CNSA 36098	Amáble Cavali	U-64	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, et all. 1990; CNSA 36119	Amâncio Rodrigues Pimentel	U-86	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, et L. 1990; CNSA 35874	Alberto Minella	U-6	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue & Brochado. 1990; CNSA 35925	Antonio Mazzoti	U-55	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36096; CNSA 36097	Helmut Schneider	U-62 / U-63	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999	João Klein	U-369	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999; Brochado 1999	Sílvio Vieira	U-368/U-464	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999; CNSA 36082	Miguel A Silva (Miguel Rodrigues da Silva)	U-366	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999; CNSA 36083;	José Sobanski / Sudback	U-367	BR	RS	Maximiliano de Almeida			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999; CNSA 36123	Manoel Ramon	U-99	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado 1999; CNSA 36160	Francisco Bertolin	U-363	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35871	Sebaldo Ritzel	U-3	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35872	Carlos Francisco Minella	U-4/5	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35875	Eno Ritzel	U-7/8	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35877	José Zulszeski	U-9/10	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35886	Elias Filippi	U-17/18	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35888; CNSA 35889; CNSA 35890; CNSA RS01428	Viúva Edite Garcia	U-19/20/21	BR	RS	Itatiba do Sul			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35892; CNSA RS01432	Clemente Barninski	U-23	BR	RS	Barra do Rio Azul			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35893	Décio Agostini	U-24	BR	RS	Barra do Rio Azul			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35896	Arlindo Schaubler	U-26/SC-UU-53	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35897	Júlio Oliveira	U-27	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35899, 35900	Guilherme Rampi	U-29	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35901	José Kanegoski	U-30	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35902	Emília Lúcia Marcanzoni	U-32	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35903	Francisco J. Zambani/Zamboni	U-33	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35905	Carlito Schuck	U-34/35	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35906	Maurilio (Maurício) Carniel	U-36	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35907	Delvo Grovelle	U-37	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35908	Isidoro da Costa	U-38	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35909	Jandir Tamanho	U-39	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35912	João Vasco Piecas	U-42	BR	RS	Aratiba			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35913	Francisco da Rosa	U-43	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35914; CNSA 35915; CNSA 35916	Luis Alberti	U-44/45/46	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35917	Remoaldo De Marchi	U-47	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35919	Jandir Batisti	U-48/49	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35920	Henrique Kowaleski	U-50	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35921; CNSA 35922	Pedro Pasini	U-51/52	BR	RS	Mariano Moro			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35923	Valdomiro Andrusche	U-53	BR	RS	Severiano de Almeida			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35926; CNSA RS01465	Germano Bet / Bett	UUS-1 U-89:	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35927	João Frederico Mânica	U-90/91	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35929	Helmut Koller	U-92/93	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35931	Escola Estadual Frederico Koller	UUU-48 U-94	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35934	Fridolino Ritter	U-110	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35938	Arno Kutzke A	U-114	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35939	Arno Kutzke B	U-115	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35940	José Peinhopf 1	U-116	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35941	José Peinhopf 2	U-117	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 35944	Carlos F. Cezar	U-120	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36090	Leocádia Pedin	U-56	BR	RS	Viadutos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36092	Daniel Seemund	U-58	BR	RS	Viadutos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36094	Ivo Kerwald / Kerwaldt	U-60	BR	RS	Viadutos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36095	Francisco Schmanski	U-61	BR	RS	Viadutos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36099; CNSA 36100	Levino Patzlaff	U-65/U-66	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36103	Carlos Edvino Petry	U-69	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36106	Cemitério de Volta Grande 2	U-73	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36107	Ilgo Abel	U-74/75	BR	RS	Marcelino Ramos			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36111	Ernesto Eduardo dos Santos	U-78	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36112; CNSA RS01637	Escola Municipal D. Pedro I	UPP-07 U-79	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36114	Waldemar Zucco	U-81	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36115	Nemo Martin	U-82	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36116	Francisco Pizatto	U-83	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36117	Mário Aldoni	U-84	BR	RS	Maximiliano de Almeida			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36118	José V. Gerossi	U-85	BR	RS	Machadinho			
La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36122	Mário Weber	U-98	BR	RS	Machadinho			
La Salvia. 1990; CNSA 35480	Acampamento 4	U-330	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia. 1990; CNSA 35481	Acampamento 3	U-319	BR	RS	Roque Gonzales			
La Salvia. 1990; CNSA 35482	Acampamento 2	U-323	BR	RS	Roque Gonzales			
LAEE	André Beresoski	PR-PI	BR	PR	Apucarana			
LAEE	Beija Flor	PR-IVJA-1	BR	PR	Jardim Alegre			
LAEE	Cedro		BR	PR	Iporã			
LAEE	Chiqueirinho		BR	PR	Lindoeste			
LAEE	Paraná 02	PR-PP-2	BR	PR	Altônia			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
LAEE	Porto Rico 1		BR	PR	Porto Rico			
LAEE	Refúgio das Araras		BR	PR	Alto Paraíso			
LAEE	Ribeirão Dourados 1	PR-PI	BR	PR	Mandaguari			
LAEE	Rio Veado 1	PR-PRVE-1	BR	PR	Alto Paraíso			
LAEE			BR	PR	Engenheiro Beltrão			
LAEE			BR	PR	Jesuítas			
LAEE			BR	PR	Marilena			
LAEE ; Farias e Kneip 2010; CNSA 26464	Chácara Regina	PR-RB-6	BR	PR	Bandeirantes			
Lafón. 1971; BONOMO. 2011	Anahí		AG	Prov. Buenos Aires	Belén de Escobar	1020±70 AP	C14	BETA-177108
LANDA. 2001			BR	MS	Eldorado			
LANDA. 2001			BR	MS	Japorã			
Laroche et al 1977; Laroche, Soares e Laroche 1980; Brochado 1984.	Chã de Caboclo		BR	PE	Bom Jardim	1580±95 AD	C14	MC-1053 Centre Sci. Monaco
Laroche et al 1977; Laroche, Soares e Laroche 1980; Brochado 1984.	Chã de Caboclo		BR	PE	Bom Jardim	1620±110 AD	C14	MC-1083
Laroche et al 1977; Laroche, Soares e Laroche 1980; Brochado 1984.	Chã de Caboclo		BR	PE	Bom Jardim	1655±75 AD	C14	MC-1088
LAU	Fazenda Arlete		BR	SC	Jaguaruna			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Parana 4	PR-QN-7	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Paranapanema 1	PR-NL-10	BR	PR	Diamante do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Patrão 1	PR-QN-9	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Patrão 2	PR-QN-8	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Porto Brasília	PR-QN-6	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Porto Natal	PR-QN-13	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Porto Pinheirinho	PR-QN-10	BR	PR	Querencia do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Prata 2	PR-MC-2	BR	PR	Santa Cruz de Monte Castelo			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ;	Tigre 1	PR-NL-9	BR	PR	Diamante do Norte			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ; Oliveira, 2002 ;	São Pedro 01	PR-PP-3	BR	PR	São Pedro do Paraná			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ; Oliveira, 2002 ; CNSA 26116	Fazenda São Pedro A	PR-NL-1	BR	PR	São Pedro do Paraná			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ; Oliveira, 2002 ; LAEE	Parana 01	PR-PP-1	BR	PR	São Pedro do Paraná			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003. ; Oliveira, 2002 ; LAEE	Paranapanema 3	PR-NL-13	BR	PR	Nova Londrina			
LAVADO, 2005; NOELLI, ET AL., 2003; CHMYZ, 1984; Chmyz e Chmyz 1986; CNSA 25368; NOELLI, 1999-2000	Pesqueiro Barragem de Rosana	PR-NL-7	BR	PR	Diamante do Norte	530±55 AP	C14(1986)	SI-6400
LAVADO. 2005; Oliveira. 2002; NOELLI. 2003	Água Dois 1	PR-PP-7	BR	PR	Porto Rico			
LAVADO. 2005; Oliveira. 2002; NOELLI. 2003	Água Dois 2	PR-PP-8	BR	PR	Porto Rico			
Lavina 1994	Dunas do Pantano do Sul 5		BR	SC	Florianópolis			
Lavina 1994; CNSA 00342	Dunas do Pantano do Sul 4	FLN-065	BR	SC	Florianópolis			
Lavina 2000; Campos e Lino 2003; Campos 2010	Pedreiras		BR	SC	Içara			
Lavina 2000; Campos e Lino 2003; Campos 2010	Urussanga Velha		BR	SC	Içara			
Lavina 2000; Lino 2007	Campo Mae Luzia 1		BR	SC	Araranguá			
Lavina 2000; Lino 2007	Campo Mae Luzia 2		BR	SC	Araranguá			
Lavina 2000; Lino 2007	Campo Mae Luzia 3		BR	SC	Araranguá			
Lavina 2000; Lino 2007	Campo Mae Luzia 4		BR	SC	Araranguá			
Lavina. 2000; Campos 2010	Acampamento da Plataforma da Barra Velha		BR	SC	Içara			
Lavina. 2000; Lino. 2007	Aldeia do Camping Silva		BR	SC	Içara			
Leite 1975; Noelli 1993, 1997	Arroio do Conde	RS-56	BR	RS	Eldorado do Sul			
Leite 1995		RS-LN-1	BR	RS	Osório			
LEPA; UFSM	Buraco dos Morcegos		BR	RS	Dilermando de Aguiar			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Bojuru Velho "C"	RS-LC-69	BR	RS	São José do Norte			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Campo da Honra A	RS-LC-19	BR	RS	Tavares			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Campo da Honra B	RS-LC-20	BR	RS	Tavares			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Capas de Areia	RS-LC-28	BR	RS	São José do Norte			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Lino A. P. Lima B	RS-LC-46	BR	RS	Tavares			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Mário B. Martins	RS-LC-5	BR	RS	Mostardas			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Mata dos Cocos	RS-LS-6	BR	RS	Rio Grande			
LEPAN; 12ª SR IPHAN	Sambaqui da Casca	RS-LC-2	BR	RS	Mostardas			
LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana 2007	Passinho 2A / B	RS-LC-40	BR	RS	São José do Norte			
LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana 2007; CNSA 02514	Passinho 1	RS-LC-8	BR	RS	São José do Norte			
LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana 2007; CNSA 02515	Manoel Mariano Machado / Manuel M. Machado	RS-LC-9	BR	RS	Tavares			
LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana 2007; LEPAN; 12ª SR IPHAN; CNSA 01768; CNSA 36270	Lino A. P. Lima A	RS-LC-45/RS-79	BR	RS	Tavares			
LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana. 2007	Aldeia Nossa Senhora da Conceição do Estreito/Nossa Senhora da Conceição do Estreito	RS-LC-1	BR	RS	São José do Norte			
LEPAN; 12ª SR IPHAN;Pestana 2007	Passinho 3	RS-LC-41	BR	RS	São José do Norte			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
LEPAN;FURG		RS-LS-20	BR	RS	Rio Grande			
LEPAN;FURG; CNSA RS02484	Valdir Texeira Machado	RS-LS-96	BR	RS	Rio Grande			
LIMA, 2009.	Rio Vermelho 1 de MG	RV	BR	MG	Santa Luzia			
Linné 1936; SCHMIDT, 1934.	Colonia Elisa		PY	Depto. Central	Villa Elisa			
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	410±85 AP	TL (2012)	CA00
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	740±135 AP	TL (2012)	CA01
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	690±65 AP	TL (2012)	CA02
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	685±100 AP	TL (2012)	CA03
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	700±150 AP	TL (2012)	CA04
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	610±90 AP	TL (2012)	CA05
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	700±100 AP	TL (2010)	LVD2468
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	600±80 AP	TL (2010)	LVD2469
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	830±130 AP	TL (2010)	LVD2470
Lopes, 2014	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	900±170 AP	TL (2010)	LVD2471
Lopes, 2014			BR	SP	Aparecida			
Lopes, 2014			BR	SP	Guaratinguetá			
Lopes, 2014			BR	SP	Roseira			
López s.d.; Blanco e Bracco 1999; Mazz 2001; Cabrera 2010; Capdepont 2011	Isla Larga	CG14E01	UY	Depto. Rocha	La Esmeralda			
Lothrop 1932; Aparicio 1948; Serrano 1972; Caggiano 1983; Tapia 1999; BONOMO, Et al. 2011	Arroyo Malo / La Glorieta	6631	AG	Prov. Buenos Aires	Tigre	416±41 AP	C14	AA-93216
loures oliveira (org) 2006	Mata dos Bentes		BR	MG	Rio Novo	1300 AP	TL	FATEC-1149
Loures Oliveira (org) 2006; CNSA MG00917	Córrego de Areia	ZM-ME-01	BR	MG	Mar de Espanha	920±100 AP	TL	FATEC-1150
loures oliveira (org) 2006; CNSA MG00921	Santa Rosa	ZM-RN-01	BR	MG	Rio Novo	800±90 AP	TL	FATEC-1116
loures oliveira (org) 2006; CNSA MG00922	dos Coqueiros	ZM-LD-01	BR	MG	Lima Duarte	630±80 AP	TL	FATEC-1151
loures oliveira (org) 2006; CNSA MG00922	dos Coqueiros	ZM-LD-01	BR	MG	Lima Duarte	750±90 AP	TL	FATEC-1115
loures oliveira 2004 (org); loures oliveira (org)2006; CNSA MG00928	Teixeira Lopes	ZM-JF-01	BR	MG	Juiz de Fora	225±25 AP	TL	FATEC-1146
loures oliveira 2004 (org); loures oliveira (org)2006; CNSA MG00928	Teixeira Lopes	ZM-JF-01	BR	MG	Juiz de Fora	585±60 AP	TL	FATEC-1113
Loures oliveira 2006; Fraga, N. et al. 2007; CNSA MG00936	Emflío Barão	ZM-JF-02	BR	MG	Juiz de Fora	230±40 AP	C14	
Loures oliveira 2006; Fraga, N. et al. 2007; CNSA MG00936	Emflío Barão	ZM-JF-02	BR	MG	Juiz de Fora	390±50 AP	TL	
Loures oliveira 2006; Fraga, N. et al. 2007; CNSA MG00936	Emflío Barão	ZM-JF-02	BR	MG	Juiz de Fora	480±50 AP	TL	FATEC-1309
Loures oliveira 2006; Fraga, N. et al. 2007; CNSA MG00936	Emflío Barão	ZM-JF-02	BR	MG	Juiz de Fora	590±60 AP	TL	FATEC-1310
Loures Oliveira,(org) 2004; CNSA MG00916	da Pedra Furada	ZM-MH-01	BR	MG	Manhuaçu	385±45 AP	TL	FATEC-1111
loures oliveira. (org) 2006; CNSA MG00923	da Poca	ZM-JN-02	BR	MG	São João Nepomuceno	595±70 AP	TL	
loures oliveira. (org) 2006; CNSA MG00923	da Poca	ZM-JN-02	BR	MG	São João Nepomuceno	630±80 AP	TL	FATEC-1311
loures oliveira. (org) 2006; CNSA MG00923	da Poca	ZM-JN-02	BR	MG	São João Nepomuceno	750±90 AP	TL	FATEC-1145
Loures Oliviera (org) 2006; CNSA MG00919	Estiva	ZM-GU-01	BR	MG	Guarani	485±50AP	TL	FATEC-1114
Loures Oliviera, (org) 2006; CNSA MG00918	Primavera	ZM-JN-01	BR	MG	São João Nepomuceno	550±70 AP	TL	FATEC-1148
Loures Oliviera, (org) 2006; CNSA MG00918	Primavera	ZM-JN-01	BR	MG	São João Nepomuceno	690±100 AP	TL	FATEC-1147
Luedke. 1928			BR	RS	Maratá			
Machadinho 1998; CNSA 36198; Farias e Kneip 2010;CNSA SC00128	Osni de Moraes	U-458	BR	SC	Piratuba			
Machadinho 1998; CNSA 36200; Farias e Kneip 2010;CNSA SC00130; CNSA SC00131	Arlindo Bortolini	U-460	BR	SC	Piratuba			
Machadinho 1998; CNSA 36201; FARIAS, DEISI & KNEIP, 2010.	Moisés de Souza	U-461	BR	SC	Piratuba			
Machadinho. 1998; CNSA 36197; FARIAS & KNEIP. 2010; CNSA SC00127	Alvício Martinazzo	U-457	BR	SC	Piratuba			
Machado e Abreu, 2003; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	CFA		BR	ES	Cariacica			
MACHADO, 2007; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Areinha de Viana		BR	ES	Viana			
MACHADO, 2010	Chapada		BR	CE	Mauriti			
MACHADO, 2010	Olho d'Água do Pau / Serra Branca		BR	CE	Mauriti			
MACHADO, 2010; CNSA CE00113	Mauriti II / Santo Antônio		BR	CE	Mauriti			
MACHADO, 2010; CNSA-CE00133	Anauá / Mauriti I		BR	CE	Mauriti	640±40 AP	C14	BETA-233908
Madrazo & Rueda. 1992			AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1060±200 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1070±110 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1080±130 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1500±190 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1600±220 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	1750±200 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	500±60 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	580±110 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	590±70 AP	TL	FATEC

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	650±40 AP	C14	BETA
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	840±90 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	910±130 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	960±110 AP	TL	FATEC
MAGESTE e LOURES DE OLIVEIRA 2011.	Córrego do Maranhão		BR	MG	Carangola	970±90 AP	TL	FATEC
Maranca 1974, 1978; Maranca, Silva e Scabello 1994; Moraes, 2007; Moraes, 1999-2000; CNSA 25586;	Kondo	SP-TA-1	BR	SP	Pereira Barreto	1320 AP	TL	
MARANCA, 1968-69.; Moraes, 2007; CNSA 25504	José Fernandes	SP-IP-12	BR	SP	Riversul			
Maranca, 1974; CNSA 25429;	Capão	SP-BA-69	BR	SP	Itararé			
SCHIAVETTO, 2007 ; MORAIS, 1999-2000 ; Moraes, 2007; scatamacchia, 1981; Maranca 1974, 1978; Maranca, Silva e Scabello 1994; CNSA 25480	Tres Lagoas	SP-TA-3	BR	SP	Itapura	1400 AP	TL (1978)	
MARANCA. 1974		SP-BA-68	BR	SP	Itararé			
MArquE	Germano Fressel	SC-LL-71	BR	RS	Jaguaruna			
MArquE	Manuel T. Boaventura	SC-LL-70	BR	SC	Jaguaruna			
MArquE	Morro Grande de Fora 1	SC-LL-67	BR	SC	Jaguaruna			
MArquE	Morro Grande de Fora 2	SC-LL-68	BR	SC	Jaguaruna			
MArquE	Morro Grande de Fora 3	SC-LL-72	BR	SC	Jaguaruna			
MArquE	Morro Grande de Fora 4	SC-LL-73	BR	SC	Jaguaruna			
MArquE	Terras da União	SC-LL-69	BR	SC	Jaguaruna			
Marsul			BR	RS	Gravataí			
Marsul; CNSA 1346; pestana, 2007; Marsul; CNSA 35742 ; LEPAN; 12ª SR IPHAN; CNSA RS02500	Capororoca 2	RS-LC-60 / RS-LC-71	BR	RS	Tavares			
Marsul; CNSA 15530; CNSA RS00448	Estância Santa Maria 3	RS-I-14	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15534; CNSA RS00452	Estancia Santa Maria 7	RS-I-18	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15537	Ponta do Leste 1	RS-I-20	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15551	Itaqui 2	RS-I-34	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15556	Sanga da Olaria	RS-I-39	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15583	Colônia Rizícola 1	RS-I-74	BR	RS	Uruguaiana			
Marsul; CNSA 15646	Passo São Marcos	RS-I-59	BR	RS	Itaqui			
Marsul; CNSA 15710	Pavão 1	RS-LN-3	BR	RS	Maquiné			
Marsul; CNSA 15758	Engenho Velho 2	RS-PF-9	BR	RS	Engenho Velho			
Marsul; CNSA 15759	Estreito	RS-PF-10	BR	RS	Alpestre			
Marsul; CNSA 15760	Canavial	RS-PF-11	BR	RS	Marcelino Ramos			
Marsul; CNSA 15761	Rio Teixeira Soares 1	RS-PF-12	BR	RS	Marcelino Ramos			
Marsul; CNSA 15762	Rio Teixeira Soares 2	RS-PF-13	BR	RS	Marcelino Ramos			
Marsul; CNSA 15763	Esperança	RS-PF-14	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15764	Esperança 2	RS-PF-15	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15765	Esperança 3	RS-PF-16	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15766	Esperança 4	RS-PF-17	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15767	Esperança 5	RS-PF-18	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15768	Esperança 6	RS-PF-19	BR	RS	Aratiba			
Marsul; CNSA 15769	Apuaê	RS-PF-20	BR	RS	Marcelino Ramos			
Marsul; CNSA 15771	Apuaê 3	RS-PF-22	BR	RS	Marcelino Ramos			
Marsul; CNSA 15779	Ervál Grande 3	RS-PF-30	BR	RS	Ervál Grande			
Marsul; CNSA 15837	Canta Galo	RS-S-339	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15838	Canta Galo 2	RS-S-340	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15839	Riozinho 1	RS-S-341	BR	RS	Riozinho			
Marsul; CNSA 15840	Riozinho 2	RS-S-342	BR	RS	Riozinho			
Marsul; CNSA 15841	Rolantinho da Figueira	RS-S-343	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15842	Rolantinho da Areia 1	RS-S-344	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15843	Rolantinho da Areia 2	RS-S-345	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15844	Rolantinho da Areia 3	RS-S-346	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15845	Três Coroas	RS-S-347	BR	RS	Três Coroas			
Marsul; CNSA 15846	Rolante	RS-S-348	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 15856	Timóteo da Silva	RS-S-369	BR	RS	Estância Velha			
Marsul; CNSA 15878	Porto Velho	RS-VZ-1	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15879	Arroio União 1	RS-VZ-2	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15882	Linha Uruguai Sul 2	RS-VZ-5	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15883	Linha Uruguai Sul 3	RS-VZ-6	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15884	Linha Uruguai Sul 4	RS-VZ-7	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15885	Linha Uruguai Sul 5	RS-VZ-8	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15886	Comandaf 2	RS-VZ-9	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15887	Comandaf 3	RS-VZ-10/11	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15888	Comandaf 4	RS-VZ-1	BR	RS	Porto Lucena			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Marsul; CNSA 15891	Arroio União 3	RS-VZ-14	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15892	Arroio Paraguai	RS-VZ-15	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15893; CNSA 15894	Linha Uruguai Norte 1	RS-VZ-16/17	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15895	Ilha Comprida	RS-VZ-18	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15896	Escola Rural	RS-VZ-19	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15897	Linha Uruguai Norte 3	RS-VZ-20	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15898; CNSA 15899	Linha Uruguai Norte 4	RS-VZ-21	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15900	Corredeira do Chico	RS-VZ-23	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15905	Roncador 2	RS-VZ-28	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15906; Neumann, 2008.	Roncador 3	RS-VZ-29	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15907	Fink 2	RS-VZ-31	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15908	Arroio Cateto	RS-VZ-32	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15909	Lageado Laranjeira	RS-VZ-34	BR	RS	Porto Lucena			
Marsul; CNSA 15910; CNSA RS00634	Lageado do Tigre / Linha do Tigre	RS-VZ-35	BR	RS	Santa Rosa			
Marsul; CNSA 15911	Bom Princípio	RS-VZ-36	BR	RS	Santo Cristo			
Marsul; CNSA 15912	Santa Cruz	RS-VZ-37	BR	RS	Crissiumal			
Marsul; CNSA 15913	Vilinha	RS-VZ-38	BR	RS	Frederico Westphalen			
Marsul; CNSA 15914	Iraí	RS-VZ-39	BR	RS	Iraí			
Marsul; CNSA 15915	Lageado Almeida	RS-VZ-40	BR	RS	Boa Vista do Burica			
Marsul; CNSA 15916	Parizinho 4	RS-VZ-46	BR	RS	Tenente Portela			
Marsul; CNSA 15917	Tope da Serra	RS-VZ-47	BR	RS	Três Passos			
Marsul; CNSA 15918	Barra do Turvo 1	RS-VZ-48	BR	RS	Três Passos			
Marsul; CNSA 15919	Barra do Turvo 2	RS-VZ-49	BR	RS	Três Passos			
Marsul; CNSA 15920	Porto Garcia	RS-VZ-50	BR	RS	Tenente Portela			
Marsul; CNSA 15926	Grapia 2	RS-VZ-60	BR	RS	Planalto			
Marsul; CNSA 15927	Salto Grande 1	RS-VZ-61	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15928	Salto Grande 2	RS-VZ-62	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15929	Salto Grande 3	RS-VZ-63	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15930	Salto Grande 4	RS-VZ-64	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15931	Salto Grande 5	RS-VZ-66	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15932	Salto Grande 6	RS-VZ-67	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15933	Salto Grande 7	RS-VZ-68	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15934;15935	Salto Grande 9	RS-VZ-69/70	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15937	Lageado Librino 1	RS-VZ-72	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 15938	Lageado Librino 2	RS-VZ-73	BR	RS	Derrubadas			
Marsul; CNSA 35110	Capané 3	RS-MJ-1	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Marsul; CNSA 35159; CNSA RS00771	Vasconcelos Jardim	RS-S-273	BR	RS	Nova Santa Rita			
Marsul; CNSA 35160	Berto Círio 1	RS-S-274	BR	RS	Nova Santa Rita			
Marsul; CNSA 35161	Berto Círio 2	RS-S-275	BR	RS	Nova Santa Rita			
Marsul; CNSA 35164; Wagner 2009	Nunes 3	RS-LN-22	BR	RS	Xangri-Lá			
Marsul; CNSA 35166; Wagner 2009	Nunes 5	RS-LN-24	BR	RS	Xangri-Lá			
Marsul; CNSA 35172; Becker 2007	Lagoa Itapeva / ou Lagoa Itapeva 1	RS-LN-92	BR	RS	Arroio do Sal			
Marsul; CNSA 35225	Wendelino Meurer	RS-S-373	BR	RS	Dois Irmãos			
Marsul; CNSA 35239	Lauro Heberle	RS-T-15	BR	RS	Estrela			
Marsul; CNSA 35279	Alfredo Maurer	RS-S-368	BR	RS	Ivoti			
Marsul; CNSA 35311; CNSA 00921; CNSA RS02502	Taroça 1	RS-LC-62	BR	RS	Tavares			
Marsul; CNSA 35312; CNSA 00922	Taroça 2	RS-LC-63	BR	RS	Tavares			
Marsul; CNSA 35313; CNSA 00923	Bonito	RS-LC-66	BR	RS	Tavares			
Marsul; CNSA 35316; CNSA 00926	Pontal 1	RS-LC-64	BR	RS	Tavares			
Marsul; CNSA 35317	Caveira 1	RS-LC-67	BR	RS	Mostardas			
Marsul; CNSA 35340	Otto Grahl	RS-S-367	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35341	Arroio Pampa 1	RS-S-279	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35342	Arroio Pampa 2	RS-S-280	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35356; CNSA 00966	Bassani 2	RS-LN-37	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35357; CNSA 00967	José Raupp / José Raupp 1	RS-LN-51	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35361; CNSA 00971	Lagoa dos Barros 1	RS-LC-76	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35475; CNSA RS01085	Canudos	RS-S-324	BR	RS	Rolante			
Marsul; CNSA 35493	Ilha Nova	RS-S-306	BR	RS	São Francisco de Paula			
Marsul; CNSA 35496	Morro da Flecha 2	RS-S-309	BR	RS	São Francisco de Paula			
Marsul; CNSA 35500	Goiabeira 2	RS-S-312	BR	RS	São Francisco de Paula			
Marsul; CNSA 35521	Feitoria Velha	RS-S-268	BR	RS	São Leopoldo			
Marsul; CNSA 35522	Morretinho	RS-S-278	BR	RS	São Leopoldo			
Marsul; CNSA 35524	Castelhano	RS-S-286	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Marsul; CNSA 35527	Monte Serrat 1	RS-S-289	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Marsul; CNSA 35585	Carvalho	RS-S-284	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Marsul; CNSA 35586	Fraga	RS-S-298	BR	RS	Caraá			
Marsul; CNSA 35637	Palmeira 1	RS-S-281	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35639	Palmeira 3	RS-S-283	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35651	Moquéim 1	RS-S-363A	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35652	Moquéim 2	RS-S-363B	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35653	Arroio Lamp 1	RS-S-299	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35654	Arroio Lamp 2	RS-S-300	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35658	Arroio Taquara	RS-S-293	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35659	Catanduva	RS-S-295	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35660	Zezinho Paz 1	RS-S-291	BR	RS	Taquara			
Marsul; CNSA 35682; CNSA 01289	Lagoa do Armazém	RS-LN-15	BR	RS	Tramandaí			
Marsul; CNSA 35695; CNSA 01301	Mato Morto 2	RS-LC-42	BR	RS	Tramandaí			
Marsul; CNSA 35696; CNSA 01302	Mato Morto 3	RS-LC-43	BR	RS	Tramandaí			
Marsul; CNSA 35697	Rodeio Bonito 2	RS-S-321	BR	RS	Três Coroas			
Marsul; CNSA 35701	Arroio Itaparú 1	RS-S-296	BR	RS	Três Coroas			
Marsul; CNSA 35709; Dias e Silva 2012; CNSA 01313	Praia da Pedreira	RS-LC-74	BR	RS	Viamão			
Marsul; CNSA 35732	Campo Bom	RS-S-371	BR	RS	Campo Bom			
Marsul; CNSA 35736; CNSA 01340	Sanga Funda	RS-LN-39	BR	RS	Terra de Areia			
Marsul; CNSA 35748	Lomba Grande	RS-S-267	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35749	Cajú 1	RS-S-276	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35750	Cajú 2	RS-S-277	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35751	Ignácio Félix Schaeffer	RS-S-370	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35752	Arthur Berlitz	RS-S-374 / RS-220	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; CNSA 35755; CNSA 01358	Palmital	RS-LN-29	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35756; CNSA 01359	Pinguela	RS-LN-30	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35757	Peixoto	RS-LN-31	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35758	Ramalhete 1	RS-LN-32	BR	RS	Capão da Canoa			
Marsul; CNSA 35759; CNSA 01362	Lagoa Negra	RS-LN-33	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35760	Fazenda Pontal	RS-LN-34	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35767; CNSA 01370	Lagoa dos Quadros 1	RS-LN-38	BR	RS	Osório			
Marsul; CNSA 35772	Pinheirinho 1	RS-S-259	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
Marsul; CNSA 35776	Otto Wingert 1	RS-S-375	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35777	José Venter 1	RS-S-378	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35778	José Venter 2	RS-S-383	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35779	Otto Wingert 2	RS-S-382	BR	RS	Sapiranga			
Marsul; CNSA 35780	Morro Sapucaia 1	RS-S-269	BR	RS	Sapucaia do Sul			
Marsul; CNSA 35781	Morro Sapucaia 2	RS-S-270	BR	RS	Sapucaia do Sul			
Marsul; CNSA 35786; CNSA RS01389	Lageado Leão 2	RS-VZ-65	BR	RS	Palmitinho			
Marsul; CNSA 35792	Três Árvores	RS-VZ-58	BR	RS	Passo Fundo			
Marsul; CNSA 35800; Dias e Silva 2012; CNSA 01402	Lagoa Negra 1	RS-LC-75	BR	RS	Viamão			
Marsul; CNSA 35803	Colônia Rizícola	RS-Q-1	BR	RS	Uruguaiana	225±55 AP		
Marsul; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15025, 35338, 35753	Walter Ludwig	RS-313	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; Jacobus .1994		TQ1	BR	RS	Taquara			
Marsul; Jacobus 1994		RS-LN-35	BR	RS	Maquiné			
Marsul; Jacobus 1994; CNSA 35339; CNSA RS00949	Butiá/Santa Maria do Butiá	RS-S-266	BR	RS	Novo Hamburgo			
Marsul; Jacobus 1994; CNSA 35661	Pinhal	RS-S-260	BR	RS	Parobé			
Marsul; Jacobus 1994; CNSA 35662	Km 4 - Flech	TQ2	BR	RS	Taquara			
Marsul; Jacobus 1994; CNSA 35694	Mato Morto 1	RS-LC-41	BR	RS	Tramandaí			
Marsul; Jacobus. 1994		TQ3	BR	RS	Taquara			
Marsul; Jacobus. 1994; Ihering. 1895; Teschauer. 1901		TQ4	BR	RS	Taquara			
Marsul; Koseritz 1884a, 1884b, 1928; CNSA 35693; CNSA 1299	Capororoca 3	RS-LC-72	BR	RS	Cidreira			
Marsul; Ribeiro 1982; CNSA 35685; Ribeiro 1982; CNSA 02115; Wagner 2009	Capão Alto	RS-LN-19	BR	RS	Xangri-Lá			
Marsul; Roquette-Pinto [1906] 1962; CNSA 35692; CNSA 1298	Capororoca 4	RS-LC-73	BR	RS	Cidreira			
Marsul; Wagner 2009	Nunes 4	RS-LN-23	BR	RS	Xangri-Lá			
Marsul; Wagner 2009	Nunes 6	RS-LN-26	BR	RS	Xangri-Lá			
Marsul; Wagner 2009; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35440	Santa Terezinha 2	RS-LN-18	BR	RS	Osório			
Marsul; Wagner 2009; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35683; CNSA 01290; CNSA 35440	Santa Terezinha 1 / Praia de Santa Terezinha 1 e 2 - M 17	RS-LN-17	BR	RS	Imbé			
MARTIN, 1999.; SENA, 2007; CNSA PE00123	Aldeia Sinal Verde	PE-86-Cm	BR	PE	São Lourenço da Mata	225±150 AP	C14	BaH-1084-A
MARTIN. 1999; CNSA PE00109; Albuquerque. 2008; SENA. 2007; NETO. 2008	Aldeia do Baião	PE-137-BGA	BR	PE	Araripina	340±150 AP	C14	BaH-1331
Martins e Kashimoto 1998	Córrego Buriti		BR	MS	Sidrolândia			
Martins e Kashimoto 1998; CNSA 56202	Córrego Barreiro 1		BR	MS	Terenos			
Martins, 1996	Maracaju 1	MS-MJ-1	BR	MS	Maracaju	610±50 AP	C14(1990)	Gif-8330

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Martins, 1996	Maracaju 1	MS-MJ-1	BR	MS	Maracaju	830±80 AP	TL (1990)	LabFísicaUSP
MARTINS, 2005.	Bacupari	GO-NI-266	BR	GO	Minaçu			
MARTINS, 2005.	Pati	TO-PA-94	BR	TO	Paranã	170±20 AP	TL	LVD
MARTINS, 2005.	Pati	TO-PA-94	BR	TO	Paranã	385±50 AP	TL	LVD
MARTINS, 2005.	Pati	TO-PA-94	BR	TO	Paranã	430±50 AP	TL	LVD
MARTINS, 2005.	Seriguela	TO-PA-84	BR	TO	Paranã	570±75 AP	TL	LVD
MARTINS, ET AL., 1999 ; Kashimoto 1997; KASHIMOTO & MARTINS. 2008; CNSA 46099	Rio Pardo 7 / Santa Rita do Pardo 2	MS-PD-7 / SR2	BR	MS	Santa Rita do Pardo	275±20 AP	TL	FATEC-188
MARTINS, ET AL., 1999 ; KASHIMOTO, 2007, 1997; KASHIMOTO & MARTINS. 2008; CNSA 46099	Rio Pardo 7 / Santa Rita do Pardo 2	MS-PD-7 / SR2	BR	MS	Santa Rita do Pardo	610±60 AP	TL	FATEC-399
MARTINS, ET AL., 1999.	Córrego Moeda 1		BR	PR	Três Lagoas	430±64 AP	TL	FATEC-86
MARTINS, ET AL., 1999.	Córrego Moeda 1		BR	PR	Três Lagoas	700±75 AP	TL	FATEC-88
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	1170±140 AP	TL	FATEC-164
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	1200±150 AP	TL	FATEC-148
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	350±40 AP	TL	FATEC-136
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	375±45 AP	TL	FATEC-151
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	420±50 AP	TL	FATEC-157
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	435±50 AP	TL	FATEC-160
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	445±35 AP	TL	FATEC-140
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	460±55 AP	TL	FATEC-137
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	480±60 AP	TL	FATEC-141
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	490±60 AP	TL	FATEC-144
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	500±60 AP	TL	FATEC-143
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	505±60 AP	TL	FATEC-153
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	520±60 AP	TL	FATEC-159
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	525±30 AP	TL	FATEC-165
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	545±65 AP	TL	FATEC-154
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	550±50 AP	TL	FATEC-90
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	550±70 AP	TL	FATEC-138
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	590±70 AP	TL	FATEC-161
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	595±70 AP	TL	FATEC-145
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	600±80 AP	TL	FATEC-142
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	605±70 AP	TL	FATEC-158
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	610±54 AP	TL	FATEC-91
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	610±75 AP	TL	FATEC-152
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	625±50 AP	TL	FATEC-146
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	680±80 AP	TL	FATEC-149
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	730±90 AP	TL	FATEC-147
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	750±80 AP	TL	FATEC-89
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	795±100 AP	TL	FATEC-156
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	795±95 AP	TL	FATEC-150
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	800±100 AP	TL	FATEC-139
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	835±90 AP	TL	FATEC-162
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	930±110 AP	TL	FATEC-166
MARTINS, ET AL., 1999.	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	950±115 AP	TL	FATEC-163
MARTINS, ET AL., 1999.	Quiterói 1		BR	MS	Anaurilândia	320±35 AP	TL	FATEC-94
MARTINS, ET AL., 1999.	Quiterói 1		BR	MS	Anaurilândia	300±50 AP	TL	FATEC-95
MARTINS, ET AL., 1999.	Quiterói 1		BR	MS	Anaurilândia	350±30 AP	TL	FATEC-96
MARTINS, ET AL., 1999.	Quiterói 5		BR	PR	Anaurilândia	610±60 AP	TL	FATEC-118
MARTINS, ET AL., 1999; Kashimoto, 1997; CNSA 46117	Ribeirão Quiterozinho 1	MS-PR-18	BR	PR	Anaurilândia	380±40 AP	TL	FATEC-106
MARTINS, ET AL., 1999; KASHIMOTO, 2007	Baia da Onça 1		BR	MS	Anaurilândia	540±60 AP	TL	FATEC-117
MARTINS, ET AL., 1999; KASHIMOTO, 2007	Córrego Moeda 1		BR	PR	Três Lagoas	350±35 AP	TL	FATEC-87
MARTINS, ET AL., 1999; KASHIMOTO, 2007	Itaquiraí 1	MS-PR-98	BR	MS	Anaurilândia	480±30 AP	TL	FATEC-196
MARTINS, ET AL., 1999; KASHIMOTO, 2007, 1997; KASHIMOTO & MARTINS. 2008; CNSA 46099	Rio Pardo 7 / Santa Rita do Pardo 2	MS-PD-7 / SR2	BR	MS	Santa Rita do Pardo	750±750 AP	TL	FATEC-400
MARTINS, ET AL., 1999; NOELLI, 1999-2000 ; Kashimoto, 1997	Lagoa do Custódio 1	MS-IV-8	BR	MS	Anaurilândia	425±25 AP	TL	FATEC-183
MARTINS, ET AL., 1999; NOELLI, 1999-2000 ; Kashimoto, 1997; CNSA 46112	Quiterói 6 / Ribeirão Quiterói 6	MS-IV-13 / MS-PR-13	BR	PR	Anaurilândia	239±10 AP	TL	FATEC-184
MARTINS, ET AL., 1999; NOELLI, 1999-2000 ; KASHIMOTO, 2007	Córrego Azul 1	MS-PR-41	BR	PR	Brasilândia	245±15 AP	TL	FATEC-191
MARTINS, et all. 1999	Anaurilandia 2		BR	MS	Anaurilândia	470 AP	TL	IF/USP
MARTINS, et all. 1999; KASHIMOTO. 2007	Alto Paraná 12	MS-PR-39	BR	PR	Brasilândia	580±40 AP	TL	FATEC-190
MARTINS, et all. 1999; KASHIMOTO. 2007	Alto Paraná 13	MS-PR-40	BR	PR	Brasilândia	460±50 AP	TL	FATEC-99
MARTINS, et all. 1999; KASHIMOTO. 2007	Alto Parana 8	MS-PR-35	BR	PR	Santa Rita do Pardo	390±40 AP	TL	FATEC-98

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
MARTINS, et all. 1999; KASHIMOTO. 2007	Alto Parana 9	MS-PR-35	BR	PR	Santa Rita do Pardo	625±40 AP	TL	FATEC-189
Martins, Kashimoto e Tatumí 1999	Lagoa Ariranha 1 - AR1	PR-PO-6	BR	MS	Anaurilândia	370±20 AP	C14	Gif-11073
Martins, Kashimoto e Tatumí 1999		MS-PR-20	BR	MS	Anaurilândia			
Martins, Kashimoto e Tatumí 1999; Kashimoto 1997; CNSA 46121	Lagoa Ariranha 1 - AR1		BR	MS	Anaurilândia	1800±40 AP	TL	FATEC-185
MARTINS. 1999	Amanbai 1		BR	MS	Anaurilândia	549±40 AP	TL	FATEC-127
MAURÍCIO. 2008	Mato Alto 1	SC-MA-01	BR	SC	Laguna	650 AP	C14	
Mello, 2009	Escola		BR	MG	Januária			
Mello, 2009	Esquadilha		BR	MG	Montalvânia			
Mello, 2009	Guarapari		BR	MG	Januária			
Mello, 2009	Lapa do Boquete		BR	MG	Januária			
Mello, 2009	Malhador		BR	MG	Januária			
Mello, 2009	Mamoneira		BR	MG	Montalvânia			
Mello, 2009	Nal	MG-GV-55	BR	MG	Januária			
Mello, 2009	Viana		BR	MG	Januária			
Mello, 2009; CNSA MG00103	Virgulino	MG-JF-105	BR	MG	Januária			
Menghín 1962	Krima Pindá		PY	Itapúa	Capitán Mesa			
Menghín 1962	Três Palmitos		PY	Itapúa	Encarnación			
Menghín 1962; Wachnitz 1984	Caraguatay		AG	Prov. Misiones	Montecarlo			
Menghín 1962; Wachnitz 1984	Colonia Puerto Rico		AG	Prov. Misiones	Puerto Rico			
Menghín e WACHNITZ,1958	Chacra Makko		AG	Prov. Misiones	Eldorado			
Milder Saul. 2007	RPMA 1B		BR	SP	Jardinópolis			
Milder Saul. 2007	RPMA 4		BR	SP	Icém			
MILDER. 1997			BR	RS	São Martinho da Serra			
Milheira 2008a, 2008b; Milheira e Alves 2009; Alves 2012; CNSA 02832; CNSA 02832	Totó	PA-3	BR	SC	Pelotas	510±40AP	C14	BETA-282128
Milheira 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010; FARIAS & KNEIP, 2010.	Laranjal 3	SC-LL-56	BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2008	Dummer		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Escultura		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Fouch		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Magalon 1		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Magalon 2		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Maneco		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Raffi 2		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Schwanke 1		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Schwanke 2		BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008	Tico-Tico		BR	RS	Pelotas			
MILHEIRA, 2008;	Raffi 1	PS-GPA-1	BR	SC	Pelotas			
MILHEIRA, 2008; CNSA 02547	Sotéia	PT-1	BR	SC	Pelotas			
Milheira, 2008; Milheira 2008a, 2008b; CNSA 02831	Camping	PS-2	BR	RS	Pelotas	380±50 AP	C14	BETA-234205
Milheira, 2008, 2008a, 2008b; Milheira e Alves 2009; Alves 2012; CNSA 02832	Totó	PA-3	BR	SC	Pelotas	530±40AP	C14	BETA-237665
Milheira, 2008, 2008a; CNSA 02548	Lagoinha	PT-5	BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2008, 2008a	Hospital	PP-1	BR	SC	Pelotas			
Milheira, 2008, 2008a	Las Acacias	PSG-17	BR	SC	Pelotas			
Milheira, 2008, 2008a	Ribes	PS-G-PA-4	BR	SC	Pelotas	510±70 AP	TL(1968)	LVD
Milheira, 2008, 2008a	Rutz	PS-GPA-3	BR	SC	Pelotas			
MILHEIRA, 2008a, 2008b; CNSA 02829	Arroio Sujo	PS-1	BR	RS	Pelotas			
Milheira, 2010	Arroio Corrente 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010	Arroio Corrente 6		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010	Morro Bonito 8		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010 ; Farias e Kneip 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 2	JUU-2	BR	SC	Jaguaruna	510±40 AP	C14	BETA-262754
Milheira, 2010 ; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011	Sibelco		BR	SC	Jaguaruna	550±60 AP	C14	BETA-262752
Milheira, 2010 ; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011;	Laranjal 2		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010 ; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 6		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010 ; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 7		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010. ; Milheira e DeBlasis 2011	Riachinho 2		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 1	JUU-1	BR	SC	Jaguaruna	520±50 AP	C14	BETA-262753
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Morro dos Encruzos		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; FARIAS & KNEIP, 2010.	Arroio Corrente 1	JUU-52	BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; FARIAS & KNEIP, 2010.	Arroio Corrente 3	JUU-54	BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 3	JUU-3	BR	SC	Jaguaruna	440±40 AP	C14	BETA-262755
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 4	JUU-4	BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010; Rohr 1969, 1984; CNSA 55587	Jaguaruna 36/Arroio Corrente 2	SC-J-24 / JUU-53	BR	SC	Jaguaruna			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011	Samae		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011;	Laranjal 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Farias e Kneip 2010;Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 5		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; FARIAS. 2010	Arroio Corrente 2		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011	Jaguaruna 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011	Morro Bonito 9		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011	Riachinho 3		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011	Riachinho 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Morro Bonito 10		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Laranjal 5		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Laranjal 6		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Laranjal 7		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Riacho dos Franciscos 1		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Riacho dos Franciscos 2		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010	Riacho dos Franciscos 3		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis, 2011	Campo Bom 5		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis, 2011; Farias e Kneip, 2010	Arroio Corrente 5		BR	SC	Jaguaruna	470±40 AP	C14	BETA-280654
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis, 2011; Farias e Kneip, 2010	Olho d'agua 2		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Milheira e DeBlasis, 2011; CNSA 00636; FARIAS & KNEIP, 2010.	Olho d'agua 3		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Rohr 1969; Milheira e DeBlasis 2011	Campo Bom 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Rohr 1969; Milheira e DeBlasis 2011	Olho d'agua 1		BR	SC	Jaguaruna	570±40 AP	C14	BETA-280652
Milheira, 2010; Rohr 1969; Milheira e DeBlasis 2011	Olho d'agua 1		BR	SC	Jaguaruna	920±60 AP	C14	BETA-280652
Milheira, 2010; Rohr, 1969	Riachinho 5		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Rohr, 1969; Milheira 2010; Milheira e DeBlasis 2011; CNSA 00637; FARIAS & KNEIP, 2010.	Olho d'agua 4		BR	SC	Jaguaruna			
Milheira, 2010; Rohr, 1969; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010; CNSA 00662	Laranjal 1	JUU-37	BR	SC	Jaguaruna	440±40 AP	C14	BETA-262751
Miller 1967; CNSA 35162; Wagner 2009	Nunes 1	RS-LN-20	BR	RS	Xangri-Lá			
Miller 1967; CNSA 35163; Wagner 2009	Nunes 2	RS-LN-21	BR	RS	Xangri-Lá			
miller jr, 1972; Moraes, 2007	Fazenda Ipiranga		BR	SP	Vera Cruz			
MILLER, 1969 ; SCHIAVETTO, 2007. ; Moraes, 2007; SILVA, 1967.	Vila Paulista	RC-1	BR	SP	Rio Claro			
MILLER, 1969; SILVA, 1967.; Moraes, 2007.		PC-8	BR	SP	Piracicaba			
MILLER, 2009	Barra do Turvo	RS-VZ-52	BR	RS	Três Passos	675±50 AP	C14	
MILLER, 2009	Parizinho 1	RS-VZ-43	BR	RS	Tenente Portela	830±60 AP	C14	
MILLER, 2009	Parizinho 2	RS-VZ-44	BR	RS	Tenente Portela	160±70 AP	C14	
MILLER, 2009	Terra Preta	AM-NA-08	BR	AM		1210±60 AP		
MILLER, 2009; CNSA RO00067	Urupá	RO-JI-15	BR	RO	Ji-Paraná	5070±60 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00067	Urupá	RO-JI-15	BR	RO	Ji-Paraná	4230±100 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00068	Dois de Abril	RO-JI-16	BR	RO	Ji-Paraná			
MILLER, 2009; CNSA RO00069	Nova Vida	RO-JI-17	BR	RO	Ji-Paraná	3990±70 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00075	Ipiranga	RO-JI-23	BR	RO	Ji-Paraná	3760±70 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00075	Ipiranga	RO-JI-23	BR	RO	Ji-Paraná	2340±70 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00075	Ipiranga	RO-JI-23	BR	RO	Ji-Paraná	880±60 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00075	Ipiranga	RO-JI-23	BR	RO	Ji-Paraná	480±60 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00078	Brigada	RO-JI-26	BR	RO	Ji-Paraná			
MILLER, 2009; CNSA RO00080	Escola	RO-JI-28	BR	RO	Ji-Paraná	1250±60 AP	C14 (2001)	
MILLER, 2009; CNSA RO00081	Bom Jardim	RO-JI-29	BR	RO	Ji-Paraná	490±60 AP	C14 (2001)	
MILLER. 1972			BR	SP	Parapuã			
MILLER. 1972; Scatamacchia. 1984			BR	SP	Lucélia			
Montardo e Bandeira 1993	Valda 1		BR	SC	Florianópolis			
Monteiro, 2005.	Fazendinha		BR	MT	Rondonópolis	415±50 AP	TL	
Monteiro, 2005.	Gleba		BR	MT	Rondonópolis			
Monteiro, 2005; FIGUTI, LEVY, 2006.	Jatoba		BR	MT	Rondonópolis	480±60 AP	TL	FATEC
Monticelli 1999	Bier Scharlau	G-XIII-221-58	BR	RS	Novo Hamburgo			
Monticelli 1999	da Torre	G-XIII-225,9	BR	RS	Novo Hamburgo			
Monticelli 1999	do Chapéu	G-XIII-224,4	BR	RS	Novo Hamburgo			
Monticelli et al. 2000; Wagner, 2004	do Areal	LII-13	BR	RS	Terra de Areia			
Monticelli et al. 2000; Wagner, 2004; CNSA 02248	do Lima	LII-10	BR	RS	Terra de Areia			
Monticelli et al. 2003; Wagner 2004	Darci Leal	LII-7	BR	RS	Torres			
Monticelli et al. 2003; Wagner 2004	Elmar Fernandes	LII-5	BR	RS	Dom Pedro de Alcântara			
Monticelli et al. 2003; Wagner 2004; CNSA 02303	Chimarrão	LII-1	BR	RS	Três Cachoeiras			
Monticelli et al. 2003; Wagner 2004; CNSA 02309	Areal Moro	LLE-2	BR	RS	Osório			
Monticelli et al., 2003; Wagner 2004	Cemitério	LII-2	BR	RS	Três Cachoeiras			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Monticelli et al., 2003; Wagner 2004	do Biólogo	LII-14	BR	RS	Três Cachoeiras			
Monticelli et al., 2003; Wagner 2004	Irmãos Broda	LII-4	BR	RS	Três Cachoeiras			
Monticelli et al., 2003; Wagner 2004	Mário Mengue	LII-3	BR	RS	Três Cachoeiras			
Monticelli et al., 2003; Wagner 2004	Walter Medeiros	LQQ-1	BR	RS	Três Cachoeiras			
Moraes, 2006.	14 CHV 22.246.448		BR	SP	Chavantes			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25281	Barra do Rio Verde 2	SP-BA	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25280	Barra do Rio Verde 1	SP-BA-63	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25299	Corredeira Grande	SP-BA-56	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25481; CNSA SP00291	Barragem Maringá / Barra do Maringá	SP BA 25	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25482	Campo de Futebol da Usina	SP-BA-24	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25499	Aqueduto	SP-BA-26	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25500	Fazenda Classe 1	SP-BA-27	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007 ; CEPA UFPR; CNSA 25501	Fazenda Classe 2	SP-BA-28	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007 ; CHIAVETTO, 2007; VASCONCELLOS, 1939.	Barragem		BR	SP	Mogi Guaçu			
Moraes, 2007 ; Chmyz 1977	Hotel Uselpa 1	SP-SC-2	BR	SP	Salto Grande			
Moraes, 2007 ; Chmyz 1977	Hotel Uselpa 2	SP-SC-9	BR	SP	Salto Grande			
Moraes, 2007 ; CNSA 25583	Fazenda Santa Terezinha	SP-SC-7	BR	SP	Ourinhos			
Moraes, 2007 ; Faccio 1998	Graças		BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007 ; Faccio, 1998; MORAIS, 2000 ; NOELLI, 1999-2000;	Ragil 2		BR	SP	Iepê	1093±100 AP	TL (1998)	FATEC
Moraes, 2007 ; Faccio, 1998 .	Terra do Sol Nascente		BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007 ; Faccio, 1998 ; MORAIS, 2000	Ragil		BR	SP	Iepê	1660±170 AP	TL (1998)	
Moraes, 2007 ; Goulart, 1982. MORAIS, 2000.	Camargo		BR	SP	Piraju	450±40 AP	TL (1980)	IF-USP
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; MORAIS, 2011. ; PROPAR	Figueira	FIG505625	BR	SP	Cândido Mota	428±50 AP	TL	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Caçador		BR	SP	Itai	220±20 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Camargo		BR	SP	Piraju	1030±100 AP	C14(1976)	LFR-MONACO
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; FRANCO, 2008. ; PROPAR; FRANCO, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	1355 AD	TL (2004)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; FRANCO, 2008; PROPAR; FRANCO, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	480±50 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; MORAIS, 2011.	Pajeu		BR	SP	Cândido Mota	340±35 AP	TL	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; MORAIS, 2011; PROPAR	Indaia	IND956649	BR	SP	Ibirarema	340±35 AP	TL	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; MORAIS, 2011; PROPAR	Peroba	PER489637	BR	SP	Cândido Mota	917±100 AP	TL (1998)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000 ; PROPAR	Figueira	FIG505625	BR	SP	Cândido Mota	624 AP	TL	
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Bersi		BR	SP	Tejupá	520±60 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Figueira	FIG505625	BR	SP	Cândido Mota	820±80 AP	TL	
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1100±100 AP	TL (1975)	
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Fonseca		BR	SP	Itapeva	1110±110 AP	TL (1970)	IF-USP
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Martins		BR	SP	Campos Novos Paulista	580±60 AP	TL	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Pajeu		BR	SP	Cândido Mota	875±90 AP	TL	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	Panema		BR	SP	Campina do Monte Alegre	2030±200 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000.	São Roque	PR-SA-25	BR	SP	Angatuba	1100±100 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000; Pallestrini 1988.	Nunes		BR	SP	Piraju	880±90 AP	TL (1987)	IF-USP
Moraes, 2007 ; MORAIS, 2000; PROPAR.	Pajeu	PAJ500647	BR	SP	Cândido Mota	607 AP	TL	
Moraes, 2007 ; Palestrini 1975; CNSA 25596	Brasil		BR	SP	Piraju			
Moraes, 2007 ; Pallestrini, 1975; CNSA 25604	Regadas Garcia		BR	SP	Pompéia			
Moraes, 2007 ; PIEDADE, S.C. SOARES, A.L.R, 2000.; MORAIS, 2000.	Panema		BR	SP	Campina do Monte Alegre	290±40 AP	C14 (2000)	BETA-1448662
Moraes, 2007 ; scatamacchia, 1981; Pallestrini, 1968-1969, 1975; Brochado 1973; Ferrari e Schmitz 1981-1982; CNSA 25145	Jango Luis	JGL-557.928	BR	SP	Angatuba	1260 AP	TL	IEA
Moraes, 2007 ; scatamacchia, 1990; Pardi, M.L.E., Rangel, Coradel, 2004.	Tapajos		BR	SP	Monte Mor	1171 AD	TL	
Moraes, 2007 ; scatamacchia,1984 ; MYAZAKY, 1977; Drumond, 1950; TIBIRIÇA, 1936.	Brastubos		BR	SP	Praia Grande			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007	Franco de Campos		BR	SP	Mogi Mirim	780±110 AP	TL	
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007 ; CALDARELLI, 1983.	Corrego do Canavial	SP-MR-21	BR	SP	Luis Antônio			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007 ; CALDARELLI, 1983.	Monjolo		BR	SP	Luis Antônio			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007 ; CALDARELLI, 1983.	Ribeira	SP-MR-13	BR	SP	Luis Antônio			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007.	de Rosa		BR	SP	Ibitinga			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007.	Piataraca	SP-TC-2	BR	SP	Barra Bonita			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007.	Ponte Preta		BR	SP	Mogi Guaçu			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO, 2007; SILVA, 1967.	Fazenda Mandu		BR	SP	Guaíra			
Moraes, 2007 ; SCHIAVETTO,, 2007.	Mandaguari		BR	SP	Boa Esperança do Sul			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2001.	Domingos 2		BR	SP	Sandovalina	480±60 AP	C14	
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003.	Rio do Peixe		BR	SP	Itapira			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003.	Virgolino		BR	SP	Itapira			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2004.	Jardim do bosque	RO-39-SP	BR	SP	Guaraci			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006.	Cachoeira de Emas 2	CE2	BR	SP	Pirassununga	450±60 AP	TL	LVD-1658
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2006.	Cachoeira de Emas 3	CE3	BR	SP	Pirassununga			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007.	Olimpia 4	O-4	BR	SP	Olímpia	340±80 AP	C14	LVD-1942
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007.	Olimpia 4		BR	SP	Olímpia	390±40 AP	C14	BETA-241017
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2002; CNSA SP00734	Vila Branca	SP-JA-4	BR	SP	Jacarei			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004 D).	Corrego Capim		BR	SP	Ribeirão do Sul			
Moraes, 2007 ; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (1998)	Santa Marina	SP-SM-1	BR	SP	Jacarei	490±50 AP	C14	
Moraes, 2007 ;MORAIS, 2000; PROPAR.	Piapara	PIA621385	BR	SP	Piraju	710±70 AP	TL (2000)	FATEC
Moraes, 2007, 2003. ; SCHIAVETTO, 2007.	Lambari 2		BR	SP	Casa Branca	1085±130 AP	TL	
Moraes, 2007.	Barra do Campinho		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007.	Barranco Vermelho		BR	SP	Marília			
Moraes, 2007.	Barranquinho		BR	SP	Marília			
Moraes, 2007.	Barreirinho		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007.	Barreiro dos Italianos		BR	SP	Angatuba			
Moraes, 2007.	Beira Rio	SP-PF-1	BR	SP	Luiziânia			
Moraes, 2007.	Caçador 2		BR	SP	Itai			
Moraes, 2007.	Caminhão	SP-A-52	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007.	Caninhas		BR	SP	Canas			
Moraes, 2007.	Castilho		BR	SP	Castilho			
Moraes, 2007.	Estação Experimental		BR	SP	Iguape			
Moraes, 2007.	Fazenda Bebedouro		BR	SP	Franca			
Moraes, 2007.	Fazenda Boa Esperança		BR	SP	Franca			
Moraes, 2007.	Fazenda Matão	SP-TJ-6	BR	SP	Arealva			
Moraes, 2007.	Fazenda Rizzo 3	SP-BA-57	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007.	Fazenda Santa Rita		BR	SP	Franca			
Moraes, 2007.	Fazenda São Jose	SP-AT-10	BR	SP	Birigui			
Moraes, 2007.	Fazenda Talhada	SP-PD-4	BR	SP	General Salgado			
Moraes, 2007.	Foz das Cinzas	SP-AS-8	BR	SP	Marília			
Moraes, 2007.	Gramado		BR	SP	Brotas	190±20 AP	TL	
Moraes, 2007.	ITB 22 743565	ITB 22 743565	BR	SP	Itabera			
Moraes, 2007.	Mota		BR	SP	Cândido Mota			
Moraes, 2007.	Mota 2		BR	SP	Cândido Mota			
Moraes, 2007.	Paca		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007.	Pedregulho		BR	SP	Jacarei			
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	360±40 AP	TL	
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	470±55 AP	TL	
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	500±60 AP	TL	
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	530±60 AP	TL	
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	580±70 AP	TL	
Moraes, 2007.	Piracanjuba	PIR667385	BR	SP	Piraju	610±50 AP	C14	
Moraes, 2007.	Pirajibu		BR	SP	Sorocaba	415±105 AP	C14(2003)	
Moraes, 2007.	Polidores	SP-SC-3	BR	SP	Salto Grande			
Moraes, 2007.	Porto Almeida		BR	SP	Cândido Mota			
Moraes, 2007.	Porto Independência	SP-AT-8	BR	SP	Castilho			
Moraes, 2007.	Porto Menezes	SP-AT-6	BR	SP	Araçatuba			
Moraes, 2007.	Porto Quebra-Canoa 2		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007.	Porto Quebra-Canoa 3		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007.	Porto Sargeb	SP-AT-9	BR	SP	Araçatuba			
Moraes, 2007.	Prema		BR	SP	Rio Claro			
Moraes, 2007.	Rapatoni		BR	SP	Santo Antônio da Patrulha			
Moraes, 2007.	Restinga		BR	SP	Ubatuba			
Moraes, 2007.	Ribeirão da Onça		BR	SP	Luis Antônio			
Moraes, 2007.	RVS 22 474548		BR	SP	Riversul			
Moraes, 2007.	RVS 22 483554		BR	SP	Riversul			
Moraes, 2007.	RVS 22 513557		BR	SP	Riversul			
Moraes, 2007.	RVS 22 524559		BR	SP	Riversul			
Moraes, 2007.	Salto das Corredeiras	SP-BA-42	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007.	Santo Antônio	SP-PA-1	BR	SP	Monte Castelo			
Moraes, 2007.	São Jose		BR	SP	Rincão			
Moraes, 2007.	Taboão 3		BR	SP	Mogi das Cruzes			
Moraes, 2007.			BR	SP	Porto Ferreira			
Moraes, 2007; Caldarelli, 1983; SCHIAVETTO, 2007	Bom Retiro	SP-MR-18	BR	SP	Luis Antônio	924 AP	TL	

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Moraes, 2007; CALI, 1999.	Rio Comprido 1	SP-JA-3	BR	SP	Jacarei			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25283	Cerâmica de Amendoim / do Amendoim	SP-BA-42	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25303	José Rizzo	SP-BA-57	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25309	Laranjal 5	SP-BA-51	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25312	Primeira Volta 1	SP-BA-43	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25313	Primeira Volta 2	SP-BA-44	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25315	Primeira Volta 4	SP-BA-46	BR	SP	Fartura			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25502	Ponte Estreita 1	SP-BA-21	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007; CEPA UFPR; CNSA 25503	Ponte Estreita 2	SP-BA-22	BR	SP	Itararé			
Moraes, 2007; Chmyz 1977	Sorocabana	SP-SC-6	BR	SP	Salto Grande			
Moraes, 2007; Chmyz 1977, CNSA 25359	Porto Casanova 1	SP-AS-13	BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007; Chmyz 1977, CNSA 25361	Porto Casanova 3	SP-AS-15	BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007; Chmyz 1977, CNSA 25362	Porto Casanova 4	SP-AS-16	BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007; Chmyz 1977, CNSA 25363	Porto Casanova 5	SP-AS-17	BR	SP	Iepê			
Moraes, 2007; Chmyz 1977; CNSA 25236	Porto Galvão 1	SP-AS-1	BR	SP	Cândido Mota			
Moraes, 2007; Chmyz 1977; CNSA 25243	Porto Galvão 2	SP-AS-2	BR	SP	Cândido Mota			
Moraes, 2007; Chmyz 1977; CNSA 25357	Porto do Cedro 1	SP-SG-10	BR	SP	Ibirarema			
Moraes, 2007; Chmyz 1977; CNSA 25358	Porto do Cedro 2	SP-SG-11/13	BR	SP	Ibirarema			
Moraes, 2007; CNSA SP00862	Gavião	GVA-GPS-19	BR	SP	Rosana			
Moraes, 2007; Faccio 1998	Campinho		BR	SP	Florínia			
Moraes, 2007; Goulart, 1982.; Pallestrini, 1968-1969, 1975; Brochado 1973; Ferrari e Schmitz 1981-1982; Szmuk, 1968; CNSA 25145	Jango Luis	JGL-557.928	BR	SP	Angatuba	980±100 AP	TL (1968)	IF-USP
Moraes, 2007; Morais e Piedade 1994; Araujo 1995	Salto Grande do Paranapanema	SGP-40.658	BR	SP	Salto Grande			
Moraes, 2007; Pallestrini 1975; CNSA 25599	Ramos		BR	SP	Piraju			
Moraes, 2007; Pallestrini 1975; CNSA 25595	Pereira		BR	SP	Piraju			
Moraes, 2007; Pallestrini, 1968-1969, 1975; Brochado 1973; Ferrari e Schmitz 1981-1982; Szmuk, 1968; CNSA 25145	Jango Luis	JGL-557.928	BR	SP	Angatuba	1540±150 AP	TL (1970)	IF-USP
Moraes, 2007; scatamacchia, 1984; Pereira junior, 1960 a 1968.	Taniguá		BR	SP	Peruibe			
Moraes, 2007; scatamacchia, 1990; Uchoa, dorath et ali. 1983-84	Itagua	It	BR	SP	Ubatuba	660±80 AP	C14(1992)	
Moraes, 2007; SCHIAVETTO, 2007; MORAIS, 2011; PROPAR.	Ipê	IPE767635	BR	SP	Mogi Guaçu			
Moraes, 2007; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2001; CNSA SP00651	Pirapozinho		BR	SP	Mirante do Paranapanema			
Moraes, 2007.			BR	SP	São Simão			
Moraes, 2007; SCATAMACCHIA apud Iphan; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2007	Mineração	Nº 12	BR	SP	Iguape	560 AP	C14	
MORAES, et all. 2005.			BR	PE	Camaragibe			
MORAES. 2004	IPA 22.393.471		BR	SP	Ipaussu			
Moraes. 2006	09 CHV 22.217.478		BR	SP	Chavantes			
Moraes. 2006	10 CHV 22.218.469		BR	SP	Chavantes	Séc XVII	TL	
Moraes. 2007	Água de Fogo		BR	SP	Marília			
Moraes. 2007	Água do Pantano		BR	SP	Florínia			
Moraes. 2007	Anhuma 1		BR	SP	Rincão			
Moraes. 2007		SP-IP-8	BR	SP	Itabera			
Moraes. 2007		SP-PD-3	BR	SP				
Moraes. 2007			BR	SP	São Jose dos Campos			
Moraes. 2007			BR	SP	São Jose dos Campos			
Moraes. 2007 ; Chmyz 1977	Água do Lajeado	SP-SC-8	BR	SP	Salto Grande			
Moraes. 2007 ; MORAIS. 2000; Szmuk. 1968	Alves		BR	SP	Piraju	1150±100 AP	TL (1968)	IF-USP
Moraes. 2007; CNSA SP00419	Alpargatas	SP-PI-1	BR	SP	Tatui	758±50 AP	TL (1984)	IF-USP
Moraes. 2007; Faccio. 1992; MORAIS. 2000	Alvim		BR	SP	Pirapozinho	942 AP	TL	
Moraes. 2007; MORAIS. 1999/2000	Alvim		BR	SP	Pirapozinho	978±100 AP	TL (1987)	IF-USP
Moraes. 2007; MORAIS. 2000	Almeida		BR	SP	Tejupá	515 AP	TL	
Moraes. 2007; MORAIS. 2000; NOELLI. 1999-2000; Goulart. 1982	Almeida		BR	SP	Tejupá	470±50 AP	TL (1972)	IF-USP
Moraes. 2007; SCATAMACCHIA. 1981; NOELLI. 1999-2000; Pallestrini. 1975; CNSA 25704	Almeida		BR	SP	Tejupá	560±60 AP	TL (1972)	IF-USP
Moraes. 2007; SCHIAVETTO. 2007; MILLER. 1969; CNSA SP00507; SILVA. 1967	Água Ronca	SP-IR-1	BR	SP	Itirapina			
Moraes. 2007; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 3	Água do Saltinho 1		BR	SP	São Pedro do Turvo			
Moraes.2007	Alvorada 1		BR	SP	Junqueirópolis			
Moraes.2007	Alvorada 2		BR	SP	Junqueirópolis			
Moraes.2007	Alvorada 3		BR	SP	Junqueirópolis			
Moraes.2007	Alvorada 4		BR	SP	Junqueirópolis			
Morais e Perasso 1984; Perasso 1984	Marcelina Kué		PY	Itapúa	Encarnación			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
MORAIS, 2000 ; Moraes, 2007.	Colina		BR	SP	Piraju	870±90 AP	TL (2000)	FATEC
MORAIS, 2000, 2011; Moraes, 2007; PROPAR.	Marolo	MAR492649	BR	SP	Cândido Mota	594±60 AP	TL (1998)	FATEC
MORAIS, 2000 ; NOELLI, 1999-2000 ; Moraes, 2007 ; Morais, 1988.	Camargo 2		BR	SP	Piraju	1070±100 AP	TL (1988)	IF-USP
Morais, 2000.	Mata Figueira		BR	SP	Cândido Mota	340±35 AP	TL	
MORAIS, 2000; Araujo, 2001.	Quatis		BR	SP	Itapeva	1160±110 AP	TL (2000)	LVD-340
MORAIS, 2000; Moraes, 2007.	Campina		BR	SP	Campina do Monte Alegre	540±50 AP	TL (1999)	FATEC
Morais, 2002.	Acari (PRJ 22.718.353)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Arraia (PRJ 22.726.352)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Bucuvuçu (PRJ 22.696.347)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Canela-Preta (CCS 22.796.354)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Cascudo (PRJ 22.693.370)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Piau (PRJ 22.676.361)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Piraju (PRJ 22.696349)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Pirajuba (PRJ 22.696.348)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Piratinga (PRJ 22.703.335)		BR	SP	Piraju			
Morais, 2002.	Timburizeiro (PRJ 22.680.365)		BR	SP	Piraju			
MORAIS, 2004.	AVR 22.202.502		BR	SP	Avaré			
MORAIS, 2011.	Baruti		BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011. ; PROPAR	Arnica	ANI4077654	BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011. ; PROPAR	Caraguatá	CRG520637	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011. ; PROPAR.	Araruva	ARR558627	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011. ; PROPAR.	Araticum	ART523650	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011. ; PROPAR.	Cabreúva-Parda	CBP671644	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011. ; PROPAR.	Cambuí	CAB794634	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011. ; PROPAR.	Canafístula	CNF669642	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2000, 2011.; PROPAR; Moraes, 2007	Mata da Figueira	MFI441294	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR	Angico-Branco	ANB540636	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR	Caroba	CRB923648	BR	SP	Ibirarema			
MORAIS, 2011; PROPAR	Chimbuva	CHI918642	BR	SP	Ibirarema			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Angico-do-Campo	ANC436679	BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Angico-Vermelho	ANV554634	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Barbatimão	BTM557631	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Brejaúva	BJV588629	BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Copaiba	CPB540316	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Curupιά	CRP584686	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Figueira-Branca	FIB800624	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Guadacaiο	GUD502507	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Guarantã	GTR801628	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Guatambu	GTB573633	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Imbira	IMB026663	BR	SP	Salto Grande			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Imbuia	IBU794634	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Jacaratiá	JCT027671	BR	SP	Salto Grande			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Jauva	JVA027665	BR	SP	Salto Grande			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Jequitiba	JEQ030562	BR	SP	Salto Grande			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Jerivá	JER427665	BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Pau D'Alho	PDA882634	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Peroba Rosa	PER489637	BR	SP	Salto Grande			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Saguaraji	SAG202620	BR	SP	Florínia			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Sarã	SAR798626	BR	SP	Palmital			
MORAIS, 2011; PROPAR.	Taiúva	TUV827619	BR	SP	Palmital			
MORAIS,2011; PROPAR.	Cajarana	CJR591634	BR	SP	Cândido Mota			
MORAIS,2011; PROPAR.	Cedro-Vermelho	CDV925656	BR	SP	Ibirarema			
MORAIS. 2000; Moraes, 2007.	Alvim		BR	SP	Pirapozinho	906±90 AP	TL (1987)	IF-USP
Morais. 2002.	Ituí (PRJ 22.709.338)		BR	SP	Piraju			
MORAIS. 2004.	CHV 22.328.438		BR	SP	Chavantes			
Morales, 2005.	Canuto		BR	TO	Palmas			
Morales, 2005.	Engenho 2		BR	TO	Palmas			
Morales, 2005.	Estiva		BR	TO	Palmas			
MORALES, 2007.	Vão Grande		BR	TO	Palmas	490±50 AP	C14	BETA-195244
MORALES, 2007.	Vão Grande		BR	TO	Palmas	580±50 AP	C14	BETA-195245
Morales. 2005, 2007	Água Fria 6		BR	TO	Palmas			
Morales. 2005, 2007	Água Fria 8		BR	TO	Palmas			
Morales. 2005, 2007	Água Fria 9		BR	TO	Palmas			
Mujica, 1995.	San Miguel 2		AG	Prov. Corrientes		1869±40 AP	C14	LP

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Mujica, 1996.	Doña Apa		AG	Depto. Concepcion/ prov corrientes				
Mujica. 1995b	Llamarada 1		AG	Prov. Corrientes		370±60 AP	C14	BETA-41943
Mujica. 1995b	Llamarada 1		AG	Prov. Corrientes		400±50 AP	C14	BETA-41939
Mujica. 1995b	Llamarada 1		AG	Prov. Corrientes		500±60 AP	C14	BETA-41940
MÜLLER & SOUZA, 2011.		ALP-AA-3	BR	RS	Alpestre			
MÜLLER & SOUZA, 2011.; FARIAS, DEISI & KNEIP, 2010.	Linha Lampari	ACH-SU3-C2	BR	SC	Águas de Chapecó			
Museu de Pré-história Casa Dom Aquino	Culuene 1		BR	MT	Campinópolis	540±60 AP	C14	BETA-210470
Museu de Pré-história Casa Dom Aquino	Culuene 1		BR	MT	Campinópolis	780±90 AP	C14	BETA-210471
NAJJAR, 2001, 2005; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Reritiba		BR	ES	Anchieta			
Nascimento & Luna, 1997	Sagi 2		BR	RN	Baía Formosa			
Nascimento, et all. 1997.	Sagi 1		BR	RN	Baía Formosa			
NASSER, 1971.; CNSA RN00169		RN-8-LA/UFPE	BR	RN	Canguaretama			
Nasser. 1967; MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. 1971.			BR	RN	Serra de São Bento			
Nasser. 1967, 1974; MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. 1971; Brochado, Et al. 1968; Pronapa. 1970; Willey. 1971; Brochado. 1984			BR	RN	Vila Flor	1545±60 AD	C14	SI-2365
Nasser. 1967, 1974; MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. 1971; Brochado, Et al. 1968; Pronapa. 1970; Willey. 1971; Brochado. 1984			BR	RN	Vila Flor	800±65 AD	C14	SI-2364
NASSER. 1971			BR	RN	Pedro Velho			
NASSER.1971			BR	RN	Nova Cruz			
Naue & Becker 1968; Naue, et all. 1971; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 35464	Alvaro dos Santos Silva e Antônio Cruz	RS-RG-33	BR	RS	Rio Grande			
Naue & Becker. 1968; Naue, et all. 1971; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 35466	Álvaro Bastos	RS-RG-35/34	BR	RS	Rio Grande			
NAUE, et al. 1968/1971; SCHIMITZ & BROCHADO. 1972; NAUE. 1973; SCHMITZ. 1973; Brochado. 1984.			BR	RS	São Sebastião do Caí	1105±75 AD	C14	SI-1005
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Naue 1973; Schmitz 1976; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35459; Carle 2002; SCHMITZ & SANDRIN, 2004; Milheira, 2008 ; NOELLI, 1999-2000 ; ROGGE, 2005.; CNSA 35460	Fazenda Soares	RS-RG-2-1/3	BR	RS	Rio Grande	890±40 AP	C14(1973)	SI-1190
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971 Naue 1973; Schmitz 1976; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35459; Carle 2002; SCHMITZ. & SANDRIN; NOELLI F, 1999-2000 ; Milheira, 2008 ; Rogge, 2004. 2005; CNSA 35460	Fazenda Soares	RS-RG-2-1/3	BR	RS	Rio Grande	580±50 AP	C14	BETA-64560
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971.	Sr. Miguel / do Chasqueiro	48	BR	RS	Arroio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; CNSA 35461	Marcolino do Amaral Brancão	RS-RG-32	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; CNSA 36207	Família Zogbi	RS-15	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; CNSA 36230	Justiniano Nunes / Albino L.F.	RS-39	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; CNSA 36234	Rosalvo Costa	RS-43	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; CNSA 36242	Fazenda Terra 17	RS-51	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15017	Edmar Mendes da Costa	RS-RG-12	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35446	João B. Faria	RS-RG-9	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35448	Denis Lauwson	RS-RG-11	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35452; 36125	Valpírio Mendes Borges	RS-RG-22	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35454	Levi Magalhães	RS-299	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35467	Fazenda José Lerchmann	RS-RG-36	BR	RS	Rio Grande			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 36221 ; CNSA 35456 ; CNSA 35457	Floriano Fonseca	RS-RG-29/30/31	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA RS01078; CNSA 35468	Roger Liopart/Fazenda Roger Llopart e Mário Rodrigues	RS-RG-38 RS-419	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Schmitz 1976; Goldmeier e Schmitz 1983; SCHMITZ, 1976.; CNSA 35441	Lacides Antunes Gonçalves	RS-RG-3	BR	RS	Rio Grande			
Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia & Schorr, 1971.	Arroio do Inhame	Sítio 47	BR	RS	São José do Norte			
Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971	Jacinto Inácio	46b	BR	RS	São José do Norte			
Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; LEPAN; 12ª SR IPHAN; Pestana, 2007.	Capivaras 2	RS-LC-4	BR	RS	São José do Norte			
Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Pestana, 2007; CNSA 02513	Capivaras 3	RS-LC-7	BR	RS	São José do Norte			
Neumann, 2008; Koseritz 1884a, 1884b; Kosertiz, 1928; Ihering, 1895.	Lagoa Grande		BR	RS	Osório			
Neumann, 2008; Marsul; Jacobus, 1994.	Grapiá 1	RS-VZ-59	BR	RS	Planalto			
Neumann, 2008; Jacobus 1994; CNSA 00969	Calipso	RS-LN-47	BR	RS	Osório			
Neumann, 2008; Jacobus, 1994; CNSA 35783	Fink 1	RS-VZ-30	BR	RS	Porto Lucena			
Neumann, 2008; Marsul; CNSA 15880	Porto Lucena	RS-VZ-3	BR	RS	Porto Lucena			
Neumann, 2008; Marsul; CNSA 35360; Jacobus, 1994; CNSA 00970	Bassani 3	RS-LN-48	BR	RS	Osório			
Neumann, 2008; Marsul; CNSA 35732	Praia do Barco 1	RS-LN-40	BR	RS	Capão da Canoa			
Neumann, 2008; Marsul; CNSA 35766; CNSA 01369	Ramalhete 2	RS-LN-36	BR	RS	Osório			
Neumann, 2008; Marsul; Jacobus, 1994; CNSA 35785	Barra do Parizinho	RS-VZ-42	BR	RS	Palmitinho			
Nigro, 1970 ; Oliveira, 2002.	Conceição		BR	PR	Tibagi			
Noelli et al 1997.	Vila Mapa		BR	RS	Porto Alegre			
Noelli et al 1997; CNSA 35337	Vila Restinga	G-1	BR	RS	Porto Alegre			
Noelli et al 1997; Dias e Silva 2012; CNSA 02005; CNSA 36533	Rogério Christo	PA 300	BR	RS	Viamão			
NOELLI F, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz 1979; Posse, 1984; CNSA 26110	Fazenda Dona Carlota 4	PR-FI-141/PR-FI-142	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	195 AP aprox.	C14 (1983)	SI-5031
NOELLI F; Parellada, 2005; Oliveira, 2002; CNSA 25408	Rio Guabiroba 1	PR-FI-118	BR	PR	Foz do Iguaçu	340±60 AP	C14 (1983)	SI-5023
NOELLI, 1999-2000 ; Milheira, 2008; Rogge, 2004, 2005; SCHMITZ & SANDRIN, 2009; Naue, Schmitz e Becker, 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr, 1971; Naue 1973; Schmitz 1976; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35459; Carle 2002; CNSA 35460	Fazenda Soares	RS-2-2	BR	RS	Rio Grande	510±60 AP	C14	BETA-64560 ou BETA-64284
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 200; Chmyz, 1977; Posse, 1984; 25691	Sete Quedas 3	PR-FO-4	BR	PR	Guaíra	760±40 AP	C14 (1983)	SI-5039
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz 1977; Posse, 1984; 25690; CNSA 35279	Sete Quedas 2	PR-FO-3	BR	PR	Guaíra	490±60 AP	C14	SI-5040
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz 1977; Posse, 1984; CNSA 25693	Sete Quedas 5	PR-FO-6	BR	PR	Guaíra	85±60 AP	C14 (1983)	SI-5041
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz 1979; Posse, 1984; CNSA 26109	Fazenda Dona Carlota 3	PR-FI-140	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	745±75 AP	C14 (1983)	SI-5027
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz, 1976; CNSA 25411	Foz do Bela Vista	PR-FI-22	BR	PR	Foz do Iguaçu	230±80 AP	C14 (1972)	SI-5015
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz, 1978; Posse 1984; CNSA 26038	Rio São Francisco Falso 1	PR-FI-112	BR	PR	Santa Helena	700±55 AP	C14 (1983)	SI-5036
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Chmyz, 1978; Posse, 1984; CNSA 26053	Cafezal	PR-FI-127	BR	PR	Foz do Iguaçu	590±55 AP	C14 (1983)	SI-5024
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Oliveira, 2002; Chmyz 1977; Posse, 1984; CNSA 25541	Taguapelagai	PR-FI-97	BR	PR	Foz do Iguaçu	1235±60 AP	C14 (1972)	SI-5016
NOELLI, 1999-2000 ; Parellada, 2005; Oliveira, 2002; Chmyz, 1977; Posse, 1984; CNSA 25541	Taguapelagai	PR-FI-97	BR	PR	Foz do Iguaçu	255±80 AP	C14 (1972)	SI-5017
NOELLI, 1999-2000 ; PARELLADA, 2005; Oliveira, 2002; CNSA 25408	Rio Guabiroba 1	PR-FI-118	BR	PR	Foz do Iguaçu	205±80 AP	C14 (1983)	SI-5022
NOELLI, 1999-2000 ; ROGGE, 2005.; La Salvia, Naue e Brochado 1990; Brochado, 1999; CNSA 36104	Joaquim Bosquero	SC-U-71	BR	SC	Maximiliano de Almeida	900±50 AP	C14(1998)	BETA-118377
NOELLI, 1999-2000 ; ROGGE, 2005.; La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36084	José Vieira	SC-U-368	BR	SC	Maximiliano de Almeida	420±60 AP	C14(1998)	BETA-118376
NOELLI, 1999-2000 ; ROGGE, 2005; La Salvia, Naue e Brochado 1990; CNSA 36084	José Vieira	SC-U-368	BR	SC	Maximiliano de Almeida	530±70 AP	C14(1998)	BETA-118375
NOELLI, 1999-2000.	Fazenda Dona Carlota 6	PR-FI-142	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	395±60 AP	C14 (1983)	SI-5034
NOELLI, 1999-2000.	Medina	C482	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	330±50 AP	C14(1996)	LP-750
NOELLI, 1999-2000.	Medina	C482	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	430±50 AP	C14(1996)	LP-734

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
NOELLI, 1999-2000.	Nunes		BR	SP	Piraju	879±80 AP	TL (1988)	IEA
NOELLI, 1999-2000.	Ragil		BR	SP	Iepê	1668 AP	TL (1998)	FATEC
NOELLI, 1999-2000.	Santa Tecla 1	C511	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	684±170 AP	C14(1996)	AC-1338
Noelli, 1999-2000;	Lagoa Ariranha 2 - AR2	MS-PR-22	BR	MS	Bataguassu	370±20 AP	TL	FATEC
NOELLI, 1999-2000; Parellada, 2005.	Fazenda Dona Carlota 5	PR-FI-142	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	1395±60 AP	C14 (1983)	SI-5033
NOELLI, 1999-2000; Parellada, 2005; Oliveira, 2002; CNSA 25408; Chmyz, 1978; Posse, 1984; CNSA 26044	Lagoa Seca / Rio Guabiroba 1	PR-FI-118	BR	PR	Santa Helena	1625±60 AP	C14 (1983)	SI-5021
NOELLI, 1999-2000; RIBEIRO 1968; Brochado, 1984		RS-C-14	BR	RS	São Sebastião do Caí	745±115 AP	C14(1974)	SI-1198
NOELLI, 1999-2000; Rodriguez, 1996.	Santa Tecla 1	C511	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	1261±140 AP	C14(1996)	AC-1337
NOELLI, 1999-2000; Rohr, 1959, 1966; Chmyz, 1971, 1976; Prous e Piazza 1977; Schmitz 1988; Silva 1988; Silva, Schmitz, Rogge, De Masi e Jacobus 1990; Silva 1990; Schmitz, Verardi, De Masi, Rogge e Jacobus 1993; ROHR 1966; Muller, 19(24); CNSA 55240; LESSA, 2005-2006; SILVA ET ALLI, 1990	Tapera / Praia da Tapera	SC-LF-2/FLN-58	BR	SC	Florianópolis	550±70 AP	C14 (1976)	SI-244
NOELLI, F. ET ALLI, 2003.	Ivaí 1		BR	PR	Santa Cruz de Monte Castelo			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003.	Ivaí 2	PR-MS-3	BR	PR	Santa Cruz de Monte Castelo			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003.	Prata 1	PR-MC-1	BR	PR	Santa Cruz de Monte Castelo			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003. ; LAVADO, 2005; Oliveira, 2002.	Parana 3	PR-PP-6	BR	PR	Porto Rico			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003. ; LAVADO, 2005; Oliveira, 2002.	Parapanema 2	PR-NL-11	BR	PR	Diamante do Norte			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003. ; Oliveira, 2002; LAVADO, 2005.; CNSA 26118	das Lanchas 2	PR-NL-3	BR	PR	São Pedro do Paraná			
NOELLI, F. ET ALLI, 2003; Oliveira, 2002; LAVADO, 2005.	Caracu 2	PR-PP-5	BR	PR	Porto Rico			
NOELLI,1999-2000 ; parellada, 2005; Chmyz, 1977, 1979; Posse 1984; CNSA 26101	Fazenda Dona Carlota 1	PR-FI-104	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	415±75 AP	C14 (1983)	SI-5032
NOELLI. 1999/2000; KASHIMOTO, 2007.	alto parana 44 - AP44	MS-PR-96	BR	MS	Três Lagoas	480±30 AP	TL (1997)	FATEC
NOELLI. 1999-2000; KASHIMOTO. 2007, 1997; CNSA 46189	Alto Paraná 40	MS-PR-90	BR	MS	Três Lagoas	909±80 AP	TL (1997)	FATEC
NOELLI. 1999-2000; MORAIS. 1999-2000; Pallestrini. 1968/1969; Goulart. 1982; Moraes. 2007; MORAIS. 2000; CNSA 25598	Alves		BR	SP	Piraju	1021±100 AP	TL (1970)	
Nogueira. 2010; Nogueira, 2011.	Aldeia da Serra de Macaguá 1		BR	RN	Tenente Laurentino Cruz			
Núñez Regueiro e Lorenzei, 1973	Yaguairí 16		BR	RS	Itati			
Núñez Regueiro e Lorenzei, 1973	Yaguairí 17		BR	RS	Itati			
Núñez Regueiro e Lorenzei, 1973	Yaguairí 6		BR	RS	Itati			
Núñez Regueiro e Lorenzei, 1973	Yaguairí 9		BR	RS	Itati			
NUPARQ	Canto dos Guilhermes	RS-S-399	BR	RS	Santo Antônio da Patrulha			
NUPArq	Torre 163	RS-IJ-152	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
NUPArq	Torre 168	RS-IJ-153	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
NUPArq	Torre 186	RS-IJ-154	BR	RS	São Luiz Gonzaga			
NUPArq	Torre 24	RS-C-71	BR	RS	Dois Irmãos			
NUPArq	Torre 244	RS-IJ-156	BR	RS	Santo Antônio das Missões			
NUPArq	Torre 3	RS-S-409	BR	RS	Estância Velha			
NUPArq; CNSA RS02738	Torre 19	RS-C-1 / RS-C-70	BR	RS	Dois Irmãos			
Oliveira, 1995; Peixoto, 1995, 1998; GONZALEZ, 1996. ; CNSA 45793; CNSA MS00087	Dadinho F. Cartucho	MS-CP-44	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45718 ; CNSA 45720 ; CNSA 45722; CNSA MS00019	Padres Salesianos	MS-CP-5	BR	MS	Ladário	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45725 CNSA MS00502	José H. Mendes / Fazenda Santa Felicidade	MS-CP-08/08A	BR	MS	Ladário			
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45727; CNSA MS00027		MS-CP-9	BR	MS	Corumbá			
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45729; CNSA MS00029	Tadeu Tersi	MS-CP-10	BR	MS	Corumbá			
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45731; CNSA MS00031	Miguel	MS-CP-11	BR	MS	Corumbá			
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45733; CNSA MS00034	Pedro Henrique	MS-CP-12	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45735		MS-CP-13	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45737; CNSA MS00036		MS-CP-14	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45739; CNSA MS00038	Paulo e Ito Saito	MS-CP-15	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45766	Prox. do Samo	MS-CP-28/a	BR	MS	Corumbá			
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45791; CNSA MS00085	Inácio da Costa	MS-CP-43	BR	MS	Corumbá	1000 AD		

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45795; CNSA MS00088	Letreiro da Gaíva	MS-CP-45	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
Oliveira, 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1998, 1995; CNSA 45797	José A. Araújo	MS-CP-46	BR	MS	Corumbá			
OLIVEIRA, 1999-2000; GONZALEZ, 1996.; CNSA MT00429	Loca Tupi	MT-SL-62 B	BR	MT	Juscimeira	680±60 AP	C14 (1990)	BETA-31033
Oliveira, 2002 ; CEPA UFPR; CNSA 26583	Corredeira Pratão 1	PR-JA-49	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1977; CNSA 25523	Figueira 2	PR-FI-79	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1977; CNSA 25539	Dois Córregos	PR-FI-95	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1978; CNSA 26033	Fazenda Caburé 2	PR-TO-7	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26042	Cafezal 1	PR-FI-116	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1979; Posse 1984; CNSA 26111	Fazenda Água Grande 2	PR-FI-144	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002 ; Chmyz 1979; Posse, 1984; CNSA 26114	Fazenda Água Grande 3	PR-FI-146	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002 ; Chmyz, 1977; CNSA 25226	Ilha Grande 7	PR-JA-26	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002 ; Chmyz, igor et ali, 1987 ; Chmyz 1995; CNSA 26485; CNSA PR00739	Sanguinha	PR-CT-50	BR	PR	Curitiba			
Oliveira, 2002 ; CNSA 26537	Ilha do Bilota 2	PR-JA-81	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002 ; CNSA 26601	Capim Queimado	PR-JA-67	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002 ; sganzerla, Et ali, 1996; CNSA 26493	Rio Florestal 2	PR-CT-58	BR	PR	Quatro Barras			
Oliveira, 2002.	Araça 1	PR-LB-22	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Bairro da 150	PR-UM-1	BR	PR	Mandaguaçu			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 1	PR-BD-1	BR	PR	Colorado			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 2	PR-BD-8	BR	PR	Colorado			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 2	PR-LB-1	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 4	PR-LB-2	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 5	PR-LB-5	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 6	PR-LB-19	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Bandeirantes 7	PR-LB-20	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Barra do Farturinha 12	PR-AN-10	BR	PR	Santana do Itararé			
Oliveira, 2002.	Barracão		BR	PR	Barracão			
Oliveira, 2002.	Barragem de Salto Grande	PR-JA-4	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	C02		BR	PR	Ivaiporã			
Oliveira, 2002.	C06		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C07		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C08		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C10		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C101		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C103		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C104		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C106		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C107		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C109		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C111		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C115		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C117		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C119		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C122		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C123		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C125		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C128		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C129		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C13		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C130		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C133		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C135		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C137		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C139		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C140		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C141		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C142		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C144		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C145		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C147		BR	PR	Sapopema			
Oliveira, 2002.	C15		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C150		BR	PR	Curiúva			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002.	C152		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C153		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C156		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C158		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C16		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C160		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C161		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C162		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C165		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C166		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C169		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C172		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C174		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C175		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C176		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C177		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C179		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C18		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C181		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C182		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C185		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C188		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C19		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C190		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C191		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C193		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C194		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002.	C196		BR	PR	Ventania			
Oliveira, 2002.	C197		BR	PR	Ventania			
Oliveira, 2002.	C200		BR	PR	Ventania			
Oliveira, 2002.	C205		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C208		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C209		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C21		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C213		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C215		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C22		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C225		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C228		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C23		BR	PR	Imbaú			
Oliveira, 2002.	C230		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C233		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C234		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C235		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C236		BR	PR	Arapoti			
Oliveira, 2002.	C237		BR	PR	Wenceslau Braz			
Oliveira, 2002.	C241		BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002.	C242		BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002.	C245		BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002.	C246		BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002.	C25		BR	PR	Mauá da Serra			
Oliveira, 2002.	C264		BR	PR	Itarare			
Oliveira, 2002.	C29		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C30		BR	PR	Grandes Rios			
Oliveira, 2002.	C3078/C14		BR	PR	Andirá			
Oliveira, 2002.	C3080 - C01		BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002.	C3081 - C02		BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002.	C3082 - C03		BR	PR	Andirá			
Oliveira, 2002.	C3083 - C04		BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002.	C3084 - C05		BR	PR	Andirá			
Oliveira, 2002.	C3085 - C06		BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	C3086 - C07		BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	C3087 - C08		BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	C3088 - C09		BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	c3089 - c10		BR	PR	Andirá			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002.	C3091 - C12		BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002.	C3092 - C13		BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002.	C38		BR	PR	Grandes Rios			
Oliveira, 2002.	C40		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C42		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C44		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C45		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C46		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C48		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C49		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C51		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C52		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C58		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C64		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C65		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C67		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C70		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C71		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C74		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C76		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C77		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C80		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C81		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C83		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C86		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C87		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C88		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C91		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C92		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C94		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C96		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C98		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	C99		BR	PR	Ortigueira			
Oliveira, 2002.	Caiua	PR-JA-11	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	Carlos Satoshi		BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002.	Chiqueirinho 1	PR-LI-1	BR	PR	Santa Tereza do Oeste			
Oliveira, 2002.	Colônia Militar do Jatahy		BR	PR	Jataizinho			
Oliveira, 2002.	Colorado 1	PR-LB-23	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Córrego Caiua 3	PR-JA-73	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002.	Córrego do Meio	PR-FO-34	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002.	Darci Danelli	PR-CA-14	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Estância Suellen		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Fazenda Tamandua		BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002.	Foz da Água do Burro		BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002.	Foz do Córrego do Sítio São José		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Foz do Ribeirão Jataizinho		BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002.	Foz do Ribeirão Jataizinho 2		BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002.	Foz do Ribeirão Jataizinho 3		BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002.	Ibiporã 9	PR-IB-9	BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002.	Ilha do Major 2	PR-FO-60	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002.	Indício 05		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Indício 07		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Indício 12		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Indício 18		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Joaquim Henrique 2		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	José Walter		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lagoa Dos Paturis 3	PR-AP-2 / PR-AP-4	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002.	Lerroville	PR-AP-17	BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lerroville 3		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lerroville 4		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lerroville 5		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lerroville 6		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Lerroville 7		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Ligo Alves de Lima		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Luiz Galdino		BR	PR	Londrina			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002.	Macuco 1	PR-IO-1	BR	PR	Iporã			
Oliveira, 2002.	Otacilio	RS-LN-146	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002.	Pirapó 12	PR-LB-9	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 13	PR-LB-10	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 14	PR-LB-11	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 15	PR-CZ-1	BR	PR	Cruzeiro do Sul			
Oliveira, 2002.	Pirapó 17	PR-CZ-2	BR	PR	Cruzeiro do Sul			
Oliveira, 2002.	Pirapó 19	PR-LB-12	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 20	PR-LB-13	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 21	PR-LB-14	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 22	PR-LB-15	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 28	PR-LB-16	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 29	PR-LB-25	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 3	PR-LB-7	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 30	PR-LB-17	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 32	PR-LB-18	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 33	PR-PT-9	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 34	PR-PT-10	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 35	PR-LB-6	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 4	PR-LB-8	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Pirapó 5	PR-PT-1	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 6	PR-PT-2	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 7	PR-PT-3	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 8	PR-PT-4	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Pirapó 9	PR-PT-5	BR	PR	Paranacity			
Oliveira, 2002.	Porto Palacim	PR-FI-10	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002.	Porto Santa Ida		BR	PR	Tamarana			
Oliveira, 2002.	Potiguara 1	PR-LB-21	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Rio Claro 1	PR-EB-1	BR	PR	Engenheiro Beltrão			
Oliveira, 2002.	Rio do Índio 2	PR-IN-2	BR	PR	Indianópolis			
Oliveira, 2002.	Ruínas de Loreto	PR-AP-1	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002.	Ruínas de San Francisco Javier		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Sarandi 1	PR-LB-3	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Sarandi 2	PR-LB-4	BR	PR	Lobato			
Oliveira, 2002.	Sede TI Apucarana 1	PR-TI-1	BR	PR	Tamarana			
Oliveira, 2002.	Sertãozinho 1		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Sertãozinho 2		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	Sertãozinho 3		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002.	TI Apucarana 2	PR-TI-2	BR	PR	Tamarana			
Oliveira, 2002.	TI Apucarana 4	PR-TI-4	BR	PR	Tamarana			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina	PR-PV-1	BR	PR	São Pedro do Ivaí			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina 2	PR-BA-2	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina 3	PR-BA-3	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina 4	PR-BA-4	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina 5	PR-BA-5	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002.	TI Barão de Antonina 6	PR-BA-6	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002.	Ubazinho 1	PR-IV-5	BR	PR	Cândido de Abreu			
Oliveira, 2002.	Vale Seco 1	PR-TO-53	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002.	Vila Rural		BR	PR	Floresta			
Oliveira, 2002.		PR-AN-2	BR	PR	Santana do Itararé			
Oliveira, 2002.		PR-KA-1	BR	PR	Kaloré			
Oliveira, 2002.		PR-SE-1	BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002; Watson 1947; Chmyz 1963, 1964, 1976	Ciudad Real do Guaira		BR	PR	Terra Roxa			
Oliveira, 2002; Baldus 1951-1952.	Fazenda Santa Cruz		BR	PR	Rolândia			
Oliveira, 2002; Bigarella 1950-1951; Chmyz 1976, 2002; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988.	Miringava - N°66	Sambaqui n° 66	BR	PR	Guaratuba			
Oliveira, 2002; Bigarella 1950-1951; Chmyz 1976, 2002; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988.	Morro do Ricardo	Sambaqui n° 26	BR	PR	Guaratuba			
Oliveira, 2002; Bigarella 1950-1951; Chmyz 1976, 2002; Martin, Suguio, Flexor, Azevedo 1988.	Rio Laranjeiras - N°71	Sambaqui n° 71	BR	PR	Guaratuba			
Oliveira, 2002; Bigarella, 1950-1951; Chmyz 1976, 2002; Martin ET ALLI 1988	Barra do Fincão - N°65	Sambaqui n° 65	BR	PR	Guaratuba			
Oliveira, 2002; Bigarella, 1950-1951; Chmyz 1976, 2002; Martin ET ALLI, 1988	Braço Seco - N°69	Sambaqui n° 69	BR	PR	Guaratuba			
Oliveira, 2002; Blasi 1961	Três Morrinhos		BR	PR	Querencia do Norte			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002; Blasi e Chmyz 1963.	José Lopes		BR	PR	Fênix			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CHMYZ, 1971; CNSA 25403; CNSA PR00128	Apepu	PR-FI-14	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25288	Boca do Verde	PR-NA-18	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25290	Praia de Areia 1	PR-AN-20	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25291	Praia de Areia 2	PR-AN-21	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25292	Praia de Areia 3	PR-AN-22	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25293	Praia de Areia 4	PR-NA-23	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25372	Restaurante Ivaf 1	PR-FL-20	BR	PR	Doutor Camargo			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25396; CNSA PR00123	Ponte da Amizade	PR-FI-9	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25397; CEPA UFPR; CNSA 25398	Porto Palacim 2	PR-FI-11	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25399	Porto Palacim 3	PR-FI-12	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25402	Rio Mingau	PR-FI-13	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25404	Rio Chapeleira 2	PR-FI-15	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25405	Rio Chapeleira 3	PR-FI-16	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25406	Rio Chapeleira 4	PR-FI-17	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25407	Rio Guabiroba 2	PR-FI-19	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25771	Lagoa Dos Paturis	PR-IB-10/PR-AP-2	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25772	Lagoa Dos Paturis 2	RS-LN-64/ PR-AP-03	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25777	Zé Souza 1	PR-AP-8	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25778	Zé Souza 2	PR-AP-9	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25780	Reguas Níveis 1	PR-AP-11	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25781	Reguas Níveis 2	PR-AP-12	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25782	Reguas Níveis 3	PR-AP-13	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25784	Leito Seco 2	PR-AP-15	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25785	Leito Seco 3	PR-AP-16	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25786	Leito Seco 4	PR-AP-17	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25787	Kentie 1	PR-AP-18	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25788	Kentie 2	PR-AP-19	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25791	Massao 1	PR-AP-22	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25793	Reserva 1	PR-AP-31	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25794	Reserva 2	PR-AP-32	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25795	Pequena Corredeira 1	PR-AP-35	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25796	Pequena Corredeira 2	PR-AP-36	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25797	Pequena Corredeira 3	PR-AP-37	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25800	Pequena Corredeira 1A	PR-AP-44	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25809	Pirapó 1	PR-AP-24	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25810	Pirapó 2	PR-AP-25	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25815	Balsa do Pirapó 4	PR-AP-30	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25934	Rio Condor	PR-FL-11	BR	PR	Ourizona			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25937	Rio Condor 4	PR-FL-14	BR	PR	Ourizona			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 25942	Polidores do Condor	PR-FL-28	BR	PR	Ourizona			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26020	Lagoa Pequena	PR-IB-9	BR	PR	Rancho Alegre			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26070	Salto do Itararé 1	PR-AN-3	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26073	Salto do Itararé 2	PR-AN-4	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26083	Salto do Itararé 13	PR-AN-14	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26084	Serra dos País 2	PR-AN-15	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26124	Paulo Durão 2	PR-IB-8	BR	PR	Sertanópolis			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26154	Prainha 1	PR-FO-33	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26477; Chmyz, Chmyz e Sganzerla 1986; Chmyz 1995;	Pinheiro	PR-CT-40	BR	PR	Curitiba			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26514	Marina 1	PR-FO-47	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26515	Marina 2	PR-FO-48	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26518	Viveiro Florestal	PR-FO-51	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26576	Jatobá	PR-JA-42	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26577	Pesqueiro 1	PR-JA-43	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26584	Pedra Branca 1	PR-JA-50	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26585	Pedra Branca 2	PR-JA-51	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26588	Porto Raul Marinho 1	PR-JA-54	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CEPA UFPR; CNSA 26662	Ápio 2	PR-AP-58	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; Chmyz 1962.	Riacho Pequeno		BR	PR	Fênix			
Oliveira, 2002; Chmyz 1969; CNSA 25835	Kochinski 1	PR-SM-4	BR	PR	Mallet			
Oliveira, 2002; Chmyz 1969; CNSA 25929	Porto de Areia 3	PR-QN-3	BR	PR	Mirador			
Oliveira, 2002; Chmyz 1969; CNSA 25931; CNSA PR00412	Corredeira de Ferro 2	PR-QN-5	BR	PR	Mirador			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002; Chmyz 1971; CNSA 25409	Ilha Grande	PR-FI-20	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1976; CNSA 25413	Rio Almada 1	PR-FI-24	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1976; CNSA 25439	Laranjal 2	PR-FI-29	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1976; CNSA 25454	Pedreira	PR-FI-34	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1976; CNSA 25466	Porteiro	PR-FI-46	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977	Remanso do Tibagi	PR-IB-2	BR	PR	Assaí			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977, 1979; CNSA 26103	Pesqueiro 2	PR-FI-106	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25204; CNSA PR00034	Ponta (Ponte) do Paranapenema	PR-JA-13	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25205	Uselpa	PR-JA-6	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25206	Porto Barreiro	PR-JA-7	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25209	Porto Fiscal 2	PR-JA-10	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25211	Nivaldo Granda	PR-JA-12	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25212	Corredeira dos Caiua	PR-JA-1	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25223	Ilha Grande 4	PR-JA-23	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25227	Ilha Grande 8	PR-JA-27	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25538	Boca do Pirapitã	PR-FI-94	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25744	Poço Bonito	PR-IB-1	BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25746; CNSA 25747	Reserva Florestal 2	PR-IB-4 / PR-IB-5	BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 25748	Clube Náutico	PR-IB-6	BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 26025	Estradinha 1	PR-JA-15	BR	PR	Ribeirão Claro			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 26025	Estradinha 2	PR-JA-16	BR	PR	Ribeirão Claro			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; CNSA 26104	Palmeira	PR-FI-107	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25526	Bananal	PR-FI-82	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25540	Assuna	PR-FI-96	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25694	Sete Quedas 6	PR-FO-7	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26029	Córrego do Meio 1	PR-TO-1	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26037	Rio São Francisco Falso 2	PR-FI-113	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26040	Trigal 1	PR-FI-114	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26043	Trigal 2	PR-FI-117	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26045	Porto Verde	PR-FI-119	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26030	Córrego do Meio 3	PR-TO-2	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26032	Fazenda Caburé 1	PR-TO-6	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26041	Carretão	PR-FI-115	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; Posse 1984; CNSA 26052	Areal 2	PR-FI-126	BR	PR	Santa Helena			
Oliveira, 2002; Chmyz 1979; CNSA 25558	Caranguejeiras	PR-FI-148	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1979; CNSA 25559	Rio Ocoí 3	PR-FI-149	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1979; CNSA 26115	Rio Ocoí 2	PR-FI-147	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1979; Posse 1984; CNSA 26111	Fazenda Água Grande 1	PR-FI-143	BR	PR	São Miguel do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25855; CNSA PR00358	Rio São Francisco Verdadeiro 5	PR-TO-17	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25856	Rio São Francisco Verdadeiro 7	PR-TO-19	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25858; CNSA PR00361	Rio São Francisco Verdadeiro 9	PR-TO-21	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25904	Petrone Cuê	PR-TO-44	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25905; CNSA PR00386	Porto Britânia 1	PR-TO-45	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25907; CNSA PR00388	Porto Britânia 2	PR-TO-47	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25910	Salto Lajeado São Cristovão	PR-TO-50	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; CNSA 25912	Arroio Pequeno	PR-TO-52	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1980; Posse 1984; CNSA 25857; CNSA PR00360	Rio São Francisco Verdadeiro 8	PR-TO-20	BR	PR	Pato Bragado			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25697	Fernandez 1	PR-FO-10	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25706	Rio Zororó 1	PR-FO-12	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25707	Rio Zororó 2	PR-FO-13	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25708	Rio Zororó 3	PR-FO-14	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25709; CNSA PR00238	Córrego do Bananal	PR-FO-15	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25722	Grande Ilha	PR-FO-20	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25913; Chmyz 1981; CNSA 25914	Vale Seco 2	PR-TO-54	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25915	Porto Mendes	PR-TO-55	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25916	Sanga Porvenir 1	PR-TO-56	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25917	Sanga Porvenir 2	PR-TO-57	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25919	Morro do Cone Truncado	PR-TO-59	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25922; CNSA PR00403	Barra Sanga Alegre 1/Barra da Sanga Alegre	PR-TO-62	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25924	Corredeira 5	PR-TO-64	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; CNSA 25925	Arroio Guaçu 2	PR-TO-65	BR	PR	Mercedes			
Oliveira, 2002; Chmyz 1981; Posse 1984; CNSA 25721	Fernandez 2	PR-FO-19	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25710	Arroio Tatui/Taturi 1	PR-FO-16	BR	PR	Guaíra			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25712	Rapidos de Santa Maria 2	PR-FO-18	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25723; CNSA PR00244	Córrego Pacitá	PR-FO-21	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25724	Pomar	PR-FO-22	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25726	Ilha do Alemão 1	PR-FO-24	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25727	Arroio Tatuí 2/Taturi 2	PR-FO-25	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25729	Rio Carumbeí	PR-FO-27	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25731	Rio Carumbeí 3	PR-FO-29	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25732	Japu 1	PR-FO-31	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25738	Prainha 2	PR-FO-38	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; CNSA 25740	Prainha 4	PR-FO-40	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; Posse 1984; CNSA 25735	Ilha Pacu	PR-FO-35	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; Posse 1984; CNSA 25737	Parque das Sete Quedas	PR-FO-37	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; Posse 1984; CNSA 25739	Prainha 3	PR-FO-39	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1983; Posse 1984; CNSA 26089	Rio Carumbeí 4	PR-FO-30	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; Chmyz 1994; CNSA 25840	Campina Bela 1	PR-MN-1	BR	PR	Mangueirinha			
Oliveira, 2002; Chmyz 1994; CNSA 26552	Rio Morro Verde	PR-MN-18	BR	PR	Mangueirinha			
Oliveira, 2002; Chmyz 1994; CNSA 26555	Rio Vila Nova 2	PR-MN-21	BR	PR	Mangueirinha			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25824	Capão Bonito 2	PR-CT-3	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25825	Plantação de Fumo 1	PR-CT-4	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25826	Plantação de Fumo 2	PR-CT-5	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25827	Paredões	PR-CT-20	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25828	Rio Capivari 1	PR-CT-31	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25830	Capão Bonito 3	PR-CT-33	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25831	Capão Bonito 4	PR-CT-34	BR	PR	Lapa			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25943	Fundão 1	PR-CT-7	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25954	Fundão 3	PR-CT-9	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25959	Santa Bárbara 2	PR-CT-14	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25960	Santa Bárbara 3	PR-CT-15	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25960	Santa Bárbara 4	PR-CT-16	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25962	Monjolinho	PR-CT-17	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25965	Santa Bárbara 5	PR-CT-22	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25970	Santa Bárbara 10	PR-CT-27	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25972	Santa Bárbara 12	PR-CT-29	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 25973	Santa Bárbara 13	PR-CT-30	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 26090	Taquaruçu 1	PR-CT-6	BR	PR	São João do Triunfo			
Oliveira, 2002; Chmyz 1995; CNSA 26091	Taquaruçu 2	PR-CT-21	BR	PR	São João do Triunfo			
Oliveira, 2002; Chmyz 2002.	Chácara Paiva		BR	PR	Paranaguá			
Oliveira, 2002; Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 1	PNI-1	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 11	PNI-11	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 2	PNI-2	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 4	PNI-4	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz e Miguel 1999	Parque Nacional do Iguaçu 8	PNI-8	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz, 1969; CNSA 25930; CNSA PR00411	Corredeira de Ferro 1	PR-QN-4	BR	PR	Mirador			
Oliveira, 2002; Chmyz, 1971; CNSA 25390	J. Acaraí 3	PR-FI-3	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Chmyz, 1977; CNSA 25217	Fazenda USELPA	PR-JA-3	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz, et ali, 1989; Chmyz, Chmyz e Sganzerla 1986; Chmyz 1995; NOELLI, 1999-2000; CNSA 26489; CNSA PR00743	Rio Ferraria 1	PR-CT-54	BR	PR	Campo Largo	528±70 AP	C14(1995)	BETA-22645
Oliveira, 2002; Chmyz, Perota, Müller e Rocha 1968; CNSA 26092	Vitorino 1	PR-SE-3	BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002; CNSA 25289	Corredeira das Ilhas 2	PR-NA-19	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira, 2002; CNSA 25374	Primeira Corredeira	PR-FL-22	BR	PR	Doutor Camargo			
Oliveira, 2002; CNSA 25384	Corredeira da Égua 1	PR-FL-24	BR	PR	Doutor Camargo			
Oliveira, 2002; CNSA 25385	Corredeira da Égua 2	PR-FL-25	BR	PR	Doutor Camargo			
Oliveira, 2002; CNSA 25387	Fazenda Santa Rita	PR-FL-27	BR	PR	Doutor Camargo			
Oliveira, 2002; CNSA 25393	Madereira	PR-FI-6	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CNSA 25395	Cataratas do Iguaçu	PR-FI-8	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira, 2002; CNSA 25768; CNSA PR00272	João Leite	PR-ST-3	BR	PR	São Manoel do Paraná			
Oliveira, 2002; CNSA 25769	Bom Retiro	PR-ST-4	BR	PR	São Manoel do Paraná			
Oliveira, 2002; CNSA 25774	Cor. Índia 1	PR-AP-5	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CNSA 25774	Cor. Índia 3	PR-AP-7	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira, 2002; CNSA 25811	Córrego Patrão	PR-AP-26	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25812	Balsa do Pirapó 1	PR-AP-27	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25813	Balsa do Pirapó 2	PR-AP-28	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25814	Balsa do Pirapó 3	PR-AP-29	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25816	Barranco Limpo 1	PR-AP-33	BR	PR	Jardim Olinda			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002; CNSA 25818	Corredeira dos Pinos Quebrados 1	PR-AP-38	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25819	Corredeira dos Pinos Quebrados 2	PR-AP-39	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25820	Corredeira dos Pinos Quebrados 3	PR-AP-40	BR	PR	Jardim Olinda			
Oliveira, 2002; CNSA 25953	Fundão 2	PR-CT-8	BR	PR	Palmeira			
Oliveira, 2002; CNSA 26022	Fazenda Garcia 1	PR-IB-11	BR	PR	Rancho Alegre			
Oliveira, 2002; CNSA 26023	Fazenda Garcia 2	PR-IB-12	BR	PR	Rancho Alegre			
Oliveira, 2002; CNSA 26071	Fazenda Água das Três Canoas	PR-AN-28	BR	PR	Santana do Itararé			
Oliveira, 2002; CNSA 26076	Cidade do Salto do Itacará	PR-AN-7	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CNSA 26079; CNSA 26081	Barra do Farturinha 3	PR-AN-12	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CNSA 26080	Barra do Farturinha 2	PR-AN-11	BR	PR	Salto do Itararé			
Oliveira, 2002; CNSA 26085; CNSA 26072	Fazenda Água do Fartura	PR-AN-1 / PR-29/65	BR	PR	Santana do Itararé			
Oliveira, 2002; CNSA 26093	Vitorino 2	PR-SE-4	BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002; CNSA 26094	Vitorino 3	PR-SE-5	BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002; CNSA 26095	Vitorino 4	PR-SE-6	BR	PR	São José da Boa Vista			
Oliveira, 2002; CNSA 26122	Fazenda Paranaense	PR-SE-2	BR	PR	Sengés			
Oliveira, 2002; CNSA 26458	Rio Jacarezinho	PR-JS-1	BR	PR	Joaquim Távora			
Oliveira, 2002; CNSA 26459	Guaravera 1	PR-LO-1	BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002; CNSA 26460	Guaravera 2	PR-LO-2	BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002; CNSA 26465	Ribeirão Corredeira Lisa 1	PR-RP-3	BR	PR	Nova Fátima			
Oliveira, 2002; CNSA 26466	Ribeirão Corredeira Lisa 2	PR-RP-4	BR	PR	Nova Fátima			
Oliveira, 2002; CNSA 26510	Estaleiro 2	PR-FO-43	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CNSA 26513	Estaleiro 4	PR-FO-46	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CNSA 26519	Ilha do Valêncio	PR-FO-52	BR	PR	Guaíra			
Oliveira, 2002; CNSA 26521	Rio das Cinzas	PR-RP-7	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26538	Córrego Taquaral	PR-JA-82	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; CNSA 26573	Fazenda Alegria	PR-JA-39	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26586	Canalão 1	PR-JA-52	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26589	Córrego da Raposa 1	PR-JÁ-55	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26590	Barreiro da Capivara 1	PR-JA-56	BR	PR	Andirá			
Oliveira, 2002; CNSA 26592	Corrego da Raposa 2	PR-JA-58	BR	PR	Andirá			
Oliveira, 2002; CNSA 26594	Recanto da Paz	PR-JA-60	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26596	Buracão	PR-JA-62	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26600	Girassol	PR-JA-66	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; CNSA 26602	Porto Raul Marinho 2	PR-JA-68	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira, 2002; CNSA 26604	Córrego da Divisa 1	PR-JA-70	BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; CNSA 26609	Ribeirão Rondon	PR-PO-1	BR	PR	Centenário do Sul			
Oliveira, 2002; CNSA 26610	Fazenda Cegonha	PR-PO-2	BR	PR	Centenário do Sul			
Oliveira, 2002; CNSA 26617	Rio Duas Barras	PR-PO-9	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26621	Barra do Ribeirão do Tenente 1	PR-PO-13	BR	PR	Porecatu			
Oliveira, 2002; CNSA 26625	Córrego do Retiro 1	PR-PO-17	BR	PR	Porecatu			
Oliveira, 2002; CNSA 26626	Córrego do Salto 2	PR-PO-18	BR	PR	Porecatu			
Oliveira, 2002; CNSA 26628	Ilha da Ponte	PR-PO-20	BR	PR	Porecatu			
Oliveira, 2002; CNSA 26629	Fazenda Bela Vista	PR-PO-21	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26630	Fazenda Pau D'Alho 3	PR-PO-22	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26631	Fazenda Pau D'Alho 4	PR-PO-23	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26635	Ponta do Milharal	PR-TR-3	BR	PR	Terra Rica			
Oliveira, 2002; CNSA 26636	Calango	PR-TR-4	BR	PR	Terra Rica			
Oliveira, 2002; CNSA 26637	Prainha	PR-TR-5	BR	PR	Terra Rica			
Oliveira, 2002; CNSA 26638	Porto Angelim 1	PR-TR-6	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26639	Porto Angelim 2	PR-TR-7	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26641	Fazenda Angelus	PR-TR-9	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26642	Ribeirão Coroa de Frade	PR-TR-10	BR	PR	Paranavaí			
Oliveira, 2002; CNSA 26645	Fazenda Santo Antonio 3	PR-TR-13	BR	PR	Paranavaí			
Oliveira, 2002; CNSA 26647	Fazenda Santo Antonio 5	PR-TR-15	BR	PR	Paranavaí			
Oliveira, 2002; CNSA 26648	Fazenda Dona Amélia 1	PR-TR-16	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26649	Fazenda Dona Amélia 2	PR-TR-17	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26650	Fazenda Dona Amélia 3	PR-TR-18	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26651	Fazenda Dona Amélia 4	PR-TR-19	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26652	Fazenda Dona Amélia 5	PR-TR-20	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26653	Rio Caiuá 1	PR-TR-21	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26654	Rio Caiuá 2	PR-TR-22	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26655	Rio Caiuá 3	PR-TR-23	BR	PR	Santo Antônio do Caiuá			
Oliveira, 2002; CNSA 26661	Ápio 1	PR-AP-57	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26663	Ápio 3	PR-AP-59	BR	PR	Santo Inácio			
Oliveira, 2002; CNSA 26671; Chmyz 2002; CNSA 26671	Vila Emboguaçu	PR-P-67	BR	PR	Paranaguá			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira, 2002; CNSA PR00392	Barra do Lajedo São Cristovão	PR-TO-51	BR	PR	Marechal Cândido Rondon			
Oliveira, 2002; Farias e Kneip 2010; Gottardi Neto 1995	Morro Azul 2		BR	PR	Ventania			
Oliveira, 2002; Fernandes 1947; Chmyz 2002	Centro Urbano		BR	PR	Paranaguá			
Oliveira, 2002; Gottardi Neto 1995	Guarani Azul		BR	PR	Ventania			
Oliveira, 2002; LAEE	Balsa Barra Preta	PR-UA-2 / PR-IVJA-2	BR	PR	Jardim Alegre			
Oliveira, 2002; LAEE	Missal 1		BR	PR	Missal			
Oliveira, 2002; LAEE	Pirapó 26	PR-UN-1	BR	PR	Uniflor			
Oliveira, 2002; LAEE	Ribeirão Keçaba 1	PR-MA-1/PI-PIKE-1	BR	PR	Maringá			
Oliveira, 2002; LAEE	Thaís	PR-LO-3	BR	PR	Tamarana			
Oliveira, 2002; LAEE	TI Barão de Antonina 1	PR-BA-1	BR	PR	São Jerônimo da Serra			
Oliveira, 2002; LAEE; Laming e Emperaire 1959	Residencial Interlagos	PR-AA-1	BR	PR	Apucarana			
Oliveira, 2002; Leão 1900; Martins 1925; Museu Paranaense; Chmyz 2002	Capela do Bom Jesus		BR	PR	Paranaguá			
Oliveira, 2002; Macedo 1991	São Jose		BR	PR	São Pedro do Ivaí			
Oliveira, 2002; NOELLI, F. ET ALLI, 2003.	Caracu 1	PR-PP-4	BR	PR	São Pedro do Paraná			
Oliveira, 2002; LAEE	Pirapó 24	PR-CZ-6	BR	PR	Cruzeiro do Sul			
Oliveira, 2002; LAEE	Tereza Cristina 4	PR-IV-4	BR	PR	Cândido de Abreu			
Oliveira, 2002; Parellada 1990.	Curva da Morte		BR	PR	Sengés			
Oliveira, 2002; Parellada 1990.	Hause		BR	PR	Sengés			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Fazenda Montenegro		BR	PR	Piraí do Sul			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Guajuvira 1		BR	PR	Curiúva			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Joaquim Mendes		BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Porto de Areia		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Rincão dos Assis		BR	PR	Castro			
Oliveira, 2002; Parellada 1996	Santo Squarcini		BR	PR	Londrina			
Oliveira, 2002; Parellada 1996.	Família Pelisson		BR	PR	Ibiporã			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Balsas Quedas do Iguaçu		BR	PR	Quedas do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Brocado	PR-BV-9	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Caixão de Pedra	PR-BV-15	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Córrego Tigrinho 1	PR-CA-9	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Didi Daros	PR-BV-10	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Didi Daros 2		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Fazenda Tupi 1		BR	PR	Pinhão			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	João Pedro	PR-ST-3	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	João T. Ribeiro	CRIG-08	BR	PR	Cruzeiro do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Joaquim Henrique 1		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Juarez Carvalho		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Maristella Danelli	PR-BV-16	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Menaide	PR-BV-11	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Otávio Bigode	PR-BV-12	BR	PR	Nova Prata do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Otavio Cardos		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Pedro Albino		BR	PR	Nova Prata do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Porto Alegria 1	PR-NP-3	BR	PR	Nova Prata do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Porto Alegria 2	PR-NP-4	BR	PR	Nova Prata do Iguaçu			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Professor Didi	PR-CA-2	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
Oliveira, 2002; Parellada 1999	Toninho de Luca	PR-BV-13	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999.	Carolina Farrapo	PR-TB-3	BR	PR	Três Barras do Paraná			
Oliveira, 2002; Parellada 1999; CNSA 26526; CNSA PR00780	Porto Pereira	PR-CA-4	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999; CNSA 26527	Linha Flor D'Oeste	PR-CA-5	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999; CNSA 26528	Fazenda Recapadora	PR-CA-6	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999; CNSA 26529	Sanga Fabriciano	PR-CA-7	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira, 2002; Parellada 1999; Pestana 2007	Chico Guilherme	PR-TB-2	BR	PR	Três Barras do Paraná			
Oliveira, 2002; Parellada, 1990	Estádio de Senges		BR	PR	Sengés			
Oliveira, 2002; Smithsonian; Chmyz 1969		PR-KA-2	BR	PR	Kaloré			
Oliveira, 2005.	Estiva 1		BR	TO	Porto Nacional			
Oliveira, ET ALLI, 2006.	Serra da Torre 1		BR	PE	Araripina			
Oliveira, ET ALLI, 2006.	Serra da Torre 2		BR	PE	Araripina			
Oliveira, ET ALLI, 2006.	Serra da Torre 3		BR	PE	Araripina			
Oliveira, ET ALLI, 2006.	Serra da Torre 4		BR	PE	Araripina			
Oliveira, ET ALLI, 2006.	Serra da Torre 5		BR	PE	Araripina			
Oliveira, 2002; Baldus 1951-1952	Fazenda Ibera		BR	PR	Cambará			
Oliveira, 2002; Chmyz 1978; CNSA 26051	Areal 1	PR-FI-125	BR	PR	Santa Helena			
OLIVEIRA, 1999-2000.	Lourenço	GO-CA-14	BR	GO	Caldas Novas	600±70 AP	C14 (1997)	BETA-99033
Oliveira. 01	Aldeamento de São Barnabé		BR	RJ	Itaboraí			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Oliveira. 1995; GONZALEZ, 1996; PEIXOTO, 1995, 1998; CNSA 45789; CNSA MS00084	Antônio F. Silva	MS-CP-42	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
OLIVEIRA. 1995; GONZALEZ. 1996 ; PEIXOTO, 1995, 1998; CNSA 45801; CNSA MS00508	Alayde Monteiro	MS-CP-48	BR	MS	Corumbá	1000 AD		
OLIVEIRA. 2000	Barreirinho		BR	PI	Coronel José Dias			
OLIVEIRA. 2002	Abraão Mota 2		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira. 2002	Adão Solek	PR-PS-1	BR	PR	Pirai do Sul			
Oliveira. 2002	Água da Onça 1	PR-JA-40	BR	PR	Itambaracá			
Oliveira. 2002	Água do Limoeiro		BR	PR	Assaí			
Oliveira. 2002	Água do Pari		BR	PR	Assaí			
Oliveira. 2002	Aldeamento 1 de São Pedro de Alcantra		BR	PR	Ibiporã			
Oliveira. 2002			BR	PR	Santo Antônio do Sudoeste			
OLIVEIRA. 2002; 10ª SR IPHAN	Aeroporto Afonso Pena		BR	PR	São José dos Pinhais			
Oliveira. 2002; CEPA UFPR; CNSA 25294; CNSA PR00082	Água Suja	PR-NA-24	BR	PR	Carlópolis			
Oliveira. 2002; CEPA UFPR; CNSA 25789	Acima da Cachoeira 1	PR-AP-20	BR	PR	Itaguajé			
Oliveira. 2002; Chmyz 1971; CNSA 25394	Acarai 5	PR-FI-7	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira. 2002; Chmyz 1977; CNSA 25537	Água Santa 2	PR-FI-93	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira. 2002; Chmyz 1977; Posse. 1984; CNSA 25536	Água Santa 1	PR-FI-92	BR	PR	Santa Terezinha de Itaipu			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1976; CNSA 25465	Alto do Bela Vista 2	PR-FI-45	BR	PR	Foz do Iguaçu			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 25207	Aeroporto Uselpa	PR-JA-8	BR	PR	Cambará			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 25229	Acampamento 1B	PR-JA-29	BR	PR	Cambará			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 25230	Acampamento 1C	PR-JA-30	BR	PR	Cambará			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 25231	Acampamento 1D	PR-JA-31	BR	PR	Cambará			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 25237	Acampamento 1G	PR-JA-33	BR	PR	Cambará			
Oliveira. 2002; Chmyz. 1977; CNSA 26024	Acampamento 1	PR-JA-14	BR	PR	Ribeirão Claro			
Oliveira. 2002; CNSA 26659	Água Clara 1	PR-AP-51	BR	PR	Santa Inês	1610-1631 AD	Relativo	
Oliveira. 2002; Parellada 1999	Adécio	PR-BV-21	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira. 2002; Parellada 1999; CNSA 26523; CNSA PR00777	Acampamento UHE Salto Caxias	PR-CA-1	BR	PR	Capitão Leônidas Marques			
Oliveira. 2002; Parellada. 1996	Alto da Glória		BR	PR	Iratí			
Oliveira. 2002; Parellada. 1999	Altino Rodrigues	PR-BV-23	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira. 2002; Parellada. 1999	Alventino Alves	PR-BV-6	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Oliveira. 2008	Campo		BR	PE	Paulista	1123±43 AP	C14	
Oliveira. 2009	Arataca 1		BR	PE	Igarassu			
Oliveira. 2009	Mereré 1		BR	PE	Igarassu			
Oliveira. 2009	Mereré 2		BR	PE	Igarassu			
Oliveira. 2009			BR	BA	Casa Nova			
Oliveira. 2009			BR	PE	Belém de São Francisco			
Oliveria. 2001; Calderón. 1969 - 1970	Gruta do Padre		BR	PE	Petrolândia	210±110 AP		
Oliviera, 2000.	zumbi		BR	RN	Rio do Fogo			
Oliviera, 2000; Lima & Rocha, 1983-84.; MARTIN,1999.	Xilili		BR	PE	Sertânia			
Oliviera, 2000; Scatamacchia, 1981; Laroche et al 1977; Laroche, Soares e Laroche 1980; Brochado 1984.	Chã de Caboclo		BR	PE	Bom Jardim	360±135 AP	C14	MC-1082
Oliviera. 2002; CNSA RJ00544	São Bento		BR	RJ	Maricá			
Outes 1917	Puerto Viejo		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
Outes 1918; Howard 1948	Arroyo Largo		AG	Prov. Buenos Aires	Partido San Fernando			
PA00311	Parauabebas 4	PA-AT-17	BR	PA	Parauapebas			
Pallestrini 1984; ALVES, 2009 ; Moraes, 2007. CNSA 25611;	Lagoa de São Paulo		BR	SP	Presidente Epitácio	760±100 AP	TL	FATEC
Morais, 1984, 2007.	Prassevichus		BR	SP	Itabera			
Pallestrini, 1975.	Fazenda Bom Retiro		BR	SP	Matão			
Pallestrini, 1975; Faccio, 1998; Moraes, 2007; Scatamacchia, 1984.	Porto Quebra-Canoa / Fazenda do Porto de Quebra-Canoa		BR	SP	Florínia			
PANACHUK & CARVALHO, 2010.	Vassoral		BR	MG	Andrelândia			
PANACHUK & CARVALHO, 2010			BR	MG	Carlos Chagas			
PANACHUK & CARVALHO, 2010			BR	MG	Mutum			
Pardi ET ALLI, 2004.	Santo Antônio		BR	SP	Laranjal Paulista			
Pardi ET ALLI, 2004.-2004; Moraes, 2007; Scatamacchia, 1981.	Rage Maluf		BR	SP	Monte Mor	800 AP	TL	USP
Pardi, et all. 2004	Aldeia do Porto		BR	SP	Laranjal Paulista			
Parellada 1999.	Otacílio Leme		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Parellada 1999; CNSA 26530	Água Brasil	PR-CA-8	BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
Parellada, 2005.	Ribeirão Potreiro (ze mafra)		BR	PR	Guaratuba			
Parellada, 2005.	Ribeirinha 1		BR	PR	Cerro Azul			
Parellada, 2005. ; NOELLI, 1999-2000.	Fazenda Dona Carlota 1	PR-FI-104	BR	PR	São Miguel do Iguaçu	85±75 AP	C14 (1983)	SI-5030
Parellada, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Chmyz 1977; Posse 1984; CNSA 25551	Borevi 2	PR-FI-100	BR	PR	Foz do Iguaçu	625±55 AP	C14 (1983)	SI-5020
Parellada, sd	Mário Cocuginski I / Britador		BR	PR	Virmond			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Parellada. 1999	Abraão Motalli		BR	PR	Boa Vista da Aparecida			
PARELLADA. 2005	3332		BR	PR	Rio Branco do Sul			
PARELLADA. 2005	Água Limpa 2		BR	PR	Rio Branco do Sul			
PARELLADA. 2005	Antenor Cordeiro dos Santos		BR	PR	Cerro Azul			
Pärssinen. 2005.	Atolladar		BO	Depto. Chuquisaca	Monteagudo			
Pärssinen. 2005	Angoaguasu		BO	Depto. Chuquisaca	Rosario del Ingre	1680±90 AP	C14 (1994)	UA-10240
Pärssinen. 2005	Cruz Punta de la Tarea Pampa		BO	Depto. Chuquisaca	Travita			
Pärssinen. 2005	Cumandaiti		BO	Depto. Chuquisaca	Rosario del Ingre	195±70 AP	C14 (1994)	UA - 10239
Pärssinen. 2005	La Lagunita de Ingre		BO	Depto. Chuquisaca	Rosario del Ingre			
Pärssinen. 2005	Placitu Mayu		BO	Depto. Chuquisaca	Travita	1675±80 AP	C14 (1994)	UA - 10238
Pärssinen. 2005	Yajo Pampa de lo Cerrilos		BO	Depto. Chuquisaca	Monteagudo			
Pärssinen. 2005			BO	Depto. Chuquisaca	Travita			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80.	Angico	MG-GV-5	BR	MG	Francisco Sá			
Paula & Seda. 1979-80. ; Mello, 2009 ; PROUS, A. ET ALLI, 1984.	Lapa dos Bichos	MG-JF-39	BR	MG	Januária			
Paula & Seda. 1979-80; CNSA MG00111	do Jovino	MG-GV-53	BR	MG	Alfenas	720±150 AP	C14	SI-2786
Paula & Seda. 1979-80; Dias, 1975.	Belvedere	MG-GV-39	BR	MG	Santa Rita do Sapucaí			
Peixoto 1995, 1998; CNSA 45768; CNSA 45770; CNSA 45772; Oliveira, 1995;GONZALEZ, 1996.	José A. Velasquez	MS-CP-29/30/31	BR	MS	Corumbá			
Peixoto 1995; CNSA 45803	Roalina Vallenti	MS-CO-49	BR	MS	Corumbá			
Pereira 2005, 2008		RS-AG-32C	BR	RS	Arroio Grande			
Pereira junior, 1960 a 1968; Scatamacchia, 1984	Fazenda Caputera		BR	SP	Itapeva			
PEREIRA, 2007.	Estrada	PA-AT-274	BR	PA	Canaã dos Carajás	260±25 AP	TL	
PEREIRA, 2007.	Estrada	PA-AT-274	BR	PA	Canaã dos Carajás	540±55 AP	TL	
PEREIRA, 2007.	Pista de Pouso	PA-AT-244	BR	PA	Canaã dos Carajás	710±70 AP	TL	
PEREIRA, 2008 ; Kern, Dirse et ali. 1992	Santa Cruz	PA-AT-77	BR	PA	São Geraldo do Araguaia			
PEREIRA, 2008.	Domingos	PA-AT-247	BR	PA	Canaã dos Carajás	1300±130 AP	TL	
PEREIRA, 2008.	Domingos	PA-AT-247	BR	PA	Canaã dos Carajás	530±55 AP	TL	
PEREIRA, 2008.	Mangueiras		BR	PA	São Félix do Xingu			
PEREIRA, 2008.	Pista de Pouso	PA-AT-244	BR	PA	Canaã dos Carajás	590±60 AP	TL	
PEREIRA, 2008.	Sequerinho	PA-AT-252	BR	PA	Canaã dos Carajás	520±55 AP	TL	
PEREIRA, 2008.	Sequerinho	PA-AT-252	BR	PA	Canaã dos Carajás	670±70 AP	TL	
PEREIRA. 2008			BR	PA	Conceição do Araguaia			
PEREIRA. 2008			BR	PA				
Pérez et al 2009	Kirpach		AG	Prov. Entre Rios	Villa Panacito			
PÉREZ, 1999	Cerritos dos Índios		UY	Depto. Rocha	Sierra de São Miguel			
Pérez, 2010 A	Corrego da Lagoa 2		BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego da Lagoa 1	PR-AL-8	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Pipoca 1	PR-AL-1	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Pontal 1	PR-AL-13	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Pontal 2	PR-AL-14	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Suzana 1	PR-AL-4	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Suzana 2	PR-AL-5	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Suzana 3	PR-AL-6	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Suzana 4	PR-AL-7	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Corrego Suzana 5	PR-AL-16	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Fazenda Pontal 1	PR-AL-3	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Lagoa São João 1	MS-VD-16	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Piquirí 1	PR-AL-17	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Proto Yara	PR-AL-2	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Rancho Velho 1	PR-AL-15	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B	Ribeirão São João 1	PR-AL-10	BR	PR	Altônia			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Perez, 2010.B	Ribeirão São João 2	PR-AL-11	BR	PR	Altônia			
Perez, 2010.B; CEPA UFPR; CNSA 26506	Lagoa Xambrê 1 / Xamberê 1	PR-XA-1	BR	PR	Altônia			
Perota, 1972; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Santa Julia 3	ES-AF-2	BR	ES	São Roque do Canaã			
Perota, 1972; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Santa Julia 4	ES-AF-2	BR	ES	São Roque do Canaã			
Pesquisa Fabíola Silva	Akapepugui		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Aray'pijá		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Área de Ocorrencia 1		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Avatikirera		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Cachoeira Uirasimbé		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Ipukui		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Itajuara		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Itapemuu		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Itatatu		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Jaumapina		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Kuatinemu Velho		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Kumanuyka		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Marita Juapijá		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Muyryna		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Muyryna 2		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Taiuviaka		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Tapiriri		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Tapytiuu		BR	PA	Altamira			
Pesquisa Fabíola Silva	Uirasimbé		BR	PA	Altamira			
PESTANA, 2007.	A. Adolfo de Araujo "A"	RS-LC-55	BR	RS	Mostardas			
PESTANA, 2007.	Antenor Paiva	RS-LC-29	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007.	Barranco F		BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007.	João R. Silva	RS-LC-18	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Angela Waise	RS-LC-68	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Areias Gordas "A"	RS-LC-30	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Bacopari 1	RS-LC-49	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Barranco A	RS-LC-31	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Barranco B	RS-LC-32	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Barranco C	RS-LC-33	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Barranco D	RS-LC-34	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Barranco E	RS-LC-35	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Bojuru Velho "A"	RS-LC-37	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Bojuru Velho "B"	RS-LC-38	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Capão da Marca "A"	RS-LC-14	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Capororoca 1	RS-LC-62	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Carambola	RS-LC-52	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Chico Bóis B	RS-LC-12	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Dilmo Martins	RS-LC-27	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Estevaldino Luis Rodrigues 2	RS-LC-64	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Estevaldino Rodrigues 1/A	RS-LC-56	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Ildelfonso Braga "A"	RS-LC-43	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Ildelfonso Braga "B"	RS-LC-44	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	João Emilio V. de Souza	RS-LC-51	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Levi Faria dos Santos	RS-LC-58	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Napoleão Araújo Brum	RS-LC-65	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Parna 1	RS-LC-53	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Parna 2	RS-LC-54	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Parna 3	RS-LC-61	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Parna 5	RS-LC-66	BR	RS	Tavares			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Romeu Antônio da Costa	RS-LC-26	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Sambaqui Capão da Areia	RS-LC-59	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Sambaqui Chico Bóis "A"	RS-LC-11	BR	RS	Mostardas			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Sermi Machado Miguel	RS-LC-24	BR	RS	São José do Norte			
Pestana, 2007; LEPAN; 12° SR IPHAN	Sidnei da Silva Machado	RS-LC-57	BR	RS	Tavares			
PIAZZA. 1965.	Rio Tavares		BR	SC	Florianópolis			
PIAZZA. 1974.			BR	SC	Araguari			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Politis, et al. 2011	Los Baños		AG	Prov. Entre Ríos	Victória			
Politis, et al. 2011; BONOMO, et al. 2011	Cerro el Lucerito		AG	Prov. Entre Ríos	Victória			
Politis, et al. 2011; BONOMO, et al. 2011	La Tortuga 1		AG	Prov. Entre Ríos	Victória			
Politis, et al. 2011; BONOMO, et al. 2011	Los Laureles		AG	Prov. Entre Ríos	Victória			
Pontim, 2004; FACCIO et al, 1998.	Caranha	GO-Ni-188	BR	GO	Niquelândia	617 AP	TL (2004)	LCVID-USP
Pontim, 2004; PONTIM, 2011; FACCIO.N.B. et al, 1998.	Piratinga	GO-Ni-194	BR	GO	Niquelândia	678 AP		
PONTIM, 2011, 2005.	Santa Cruz	GO-NI-169	BR	GO	Colinas do Sul	1131 AP	TL	
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1220±60 AP	C14	CENA-249
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1280±70 AP	C14	CENA-248
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1510±50 AP	C14	TORONTO
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	2180±80 AP	C14	CENA-244
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	2860±90 AP	C14	CENA-247
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	510±65 AP	C14	CENA-249
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	660±60 AP	C14	CENA-243
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	740±60 AP	C14	CENA-251
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	840±60 AP	C14	CENA-252
PONTIM, 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	910±60 AP	C14	CENA-250
PONTIM, 2011.	Orquídea	GO-NI-226	BR	GO	Cavalcante			
PONTIM, 2011; CNSA GO01162	Peroba	GO-NI-237	BR	GO	Minaçu			
PONTIM, 2011; CNSA GO01165	Mutamba	GO-NI-241	BR	GO	Minaçu			
PONTIM, 2011; CNSA GO01176	Sumaré	GO-NI-233	BR	GO	Cavalcante			
PONTIM, 2011; CNSA GO01178	Cajá	GO-NI-235	BR	GO	Cavalcante			
PONTIM, 2011; CNSA GO01190	Garapa	GO-NI-239	BR	GO	Colinas do Sul			
PONTIM,.2011; FACCIO et al, 1998; Pontim, 2004; MARTINS, 2005.	Corró	GO-NI-186	BR	GO	Niquelândia			
PONTIM. 2011.	Abrigo da Pedra Talhada	GO-NI-176	BR	GO	Niquelândia	1069±60 AP	C14	CENA-241
Porto Alegre 1906; Noelli et al, 1997.	Santa Tereza		BR	RS	Porto Alegre			
Porto Alegre 1906; Noelli et al, 1997.			BR	RS	Porto Alegre			
Pouget e Thiesen 2002; Dias & Silva, 2012.	Praça da Alfândega	RS-JA-23	BR	RS	Porto Alegre			
Poujade et ali 1988; Menghín 1962.	Santa Ana 2	M-S.A.-2	AG	Prov. Misiones	Santa Ana			
Poujade, 1988	Garupá 1	M-Cap.G.-1	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Apepú 1	M-Cap.A.-1	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Garupá 2	M-Cap.G.-2	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Isla Cañete 1	M-Cap.Is.Ca.1	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Isla Cañete 2	M-Cap.Is.Ca.2	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Isla Cañete 3	M-Cap.Is.Ca.3	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Isla Cañete 4	M-Cap.Is.Ca.4	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Itaembé 1	M-Cap.I.-1	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Laurel	M-Cap.L.-5	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Laurel 1	M-Cap.L.-1	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Laurel 2	M-Cap.L.-2	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Laurel 3	M-Cap.L.-3	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Laurel 4	M-Cap.L.-4	AG	Prov. Misiones	Posadas			
Poujade, 1988.	Puerto Candelaria 1	M-C.Pto.-1	AG	Prov. Misiones	Candelária			
Poujade, 1988.	Puerto Candelaria 2	M-C.Pto.-2	AG	Prov. Misiones	Candelária			
Poujade, 1988.	Puerto Candelaria 3	M-C.Pto.-3	AG	Prov. Misiones	Candelária			
Poujade, 1988.	Santa Ana 1	M-S.A-1	AG	Prov. Misiones	Santa Ana			
Poujade, 1988.	Santa Ana 3	M-S.A.-3	AG	Prov. Misiones	Santa Ana			
Poujade, 1988.	Santa Ana 4	M-S.A.-4	AG	Prov. Misiones	Santa Ana			
Poujade, 1988.		M-C.M.-2	AG	Prov. Misiones	Candelária			
Poujade, 1992.	Isla Corpus		AG	Prov. Misiones	Corpus			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	25 de Mayo			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	Belgrano			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	Cainguas			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	Concepcion			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	Guarani			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	San Javier			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	San Martin			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	San Pedro			
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones		1200±90 AD		
POUJADE, 1992.			AG	Prov. Misiones	Capital			
POUJADE, 1992; Poujade & Giesso, 1986.			AG	Prov. Misiones	Iguazu			
Prieto et al, 1970.	1B		UY	Depto. Treinta y Tres				
Prieto et al, 1970.	1E		UY	Depto. Treinta y Tres				
Prieto et al, 1970.	2A		UY	Depto. Treinta y Tres				

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Prieto et al, 1970.	2B		UY	Depto. Treinta y Tres				
Prieto et al, 1970.	2C		UY	Depto. Treinta y Tres				
Prieto et al, 1970.	2D		UY	Depto. Treinta y Tres				
Prieto et al, 1970.	Punta Gabito		UY	Depto. Rocha	General Enrique Martinez			
PRIETO ET ALLI, 1970.	Monticulo Puntal		UY	Depto. Rocha	Punta Gabito-Barra Cebollati			
PRONAPA. 1970; BALDUS.1951-1952; CHMYZ. 1967, 1968A, 1969A, 1968, MARANCA. 1974; Brochado. 1984; CEPA UFPR; Brochado. 1973; Ferrari & Schmitz. 1981-1982; Moraes. 2007; NOELLI,1999-2000.		SP-BA-7	BR	SP	Barão de Antonina	850±150 AP	C14(1968)	SI-417
PRONAPA. 1970.; BALDUS.1951-1952; CHMYZ. 1967, 1968A, 1969A, 1968, MARANCA. 1974; Brochado. 1984; CEPA UFPR; Brochado. 1973; Ferrari & Schmitz. 1981-1982; Moraes. 2007; NOELLI.1999-2000.		SP-BA-7	BR	SP	Barão de Antonina	1870±100 AP	C14(1968)	SI-418
PROPAR	Angico	ANG544644	BR	SP	Cândido Mota			
PROPAR	Bacupari	BCP412707	BR	SP	Florínia			
PROPAR	Embaúba	EBB597662	BR	SP	Cândido Mota			
PROPAR	Japecanga	JAP929653	BR	SP	Ibirarema			
PROPAR	Jataí	JAT025668	BR	SP	Salto Grande			
PROPAR	Lambari	LAM658385	BR	SP	Piraju			
PROPAR	Paineira	PAI655385	BR	SP	Piraju			
PROPAR	Peixe Canivete	PEI663373	BR	SP	Piraju			
PROPAR	Pintado	PIN656387	BR	SP	Piraju			
PROPAR	Tambiú	TAM657390	BR	SP	Piraju			
PROUS ET ALLI, 2003.	Aldeia a Céu Aberto N°2		BR	MG	Lagoa Santa			
PROUS ET ALLI, 2003.	Lapa Vermelha 4		BR	MG	Lagoa Santa			
PROUS, ET ALLI, 1984.	Lapa Escrivida		BR	MG	Montalvânia			
PROUS, ET ALLI, 1984; Mello, 2009.	Labirinto de Zeus		BR	MG	Montalvânia			
PROUS, ET ALLI.,1984 ; Paula, 1975; Mello, 2009.	Lapa do Dragão ou Lapa da Liteira	MG-CF-4	BR	MG	Montalvânia			
QUIÑONES, 2003.	Fazenda Santa Dalmácea		BR	PR	Cambé			
RADIOCARBON, 1969; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; Farias e Kneip 2010; Rohr, 1966, 1984; PIAZZA 1969; Brochado 1984; CNSA 55638	Mondaí 1	SC-U-53	BR	SC	Mondaí	770±100 AP	C14 (1968)	SI-439
RADIOCARBON, 1973; Perota, 1971, 1972, 1974; Brochado, 1984; SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Santa Julia 1	ES-AF-2	BR	ES	São Roque do Canaã	1055±80 AP	C14 (1972)	SI-828
RADIOCARBON, 1973; SCHMITZ & SANDRIN, 2009; Neumann, 2008; Rogge, 2004, 2005.; NOELLI, 1999-2000 ; Marsul; Jacobus 1994; MILLER 1967, BROCHADO ET AL 1968, PRONAPA 1970, WILLY 1971; brochado 1984; CNSA 35765; CNSA 01368	Bassani 1	RS-LN-35	BR	RS	Osório	1070±110 AP	C14(1968)	SI-413
RADIOCARBON, 1973; SCHMITZ & SANDRIN, 2009; Neumann, 2008; Rogge, 2004, 2005.; NOELLI, 1999-2000; Marsul; CNSA 35765	Bassani 1	RS-LN-35	BR	RS	Osório	870±100 AP	C14(1968)	SI-412
RADIOCARBON, 1973; SCHMITZ & SANDRIN, 2009; ROGGE, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Leite 1995; Wagner 2009; Leite 1995; MILLER 1967, BROCHADO ET AL 1968, PRONAPA 1970, WILLY 1971; Brochado 1984; CNSA 00965	Passo Fundo	RS-LN-16	BR	RS	Osório	540±100 AP	C14(1968)	SI-411
RADIOCARBON, 1969; Dias Jr. 1967, 1968, 1972; Beltrão & Kneip, 1969; Beltrão e Faria 1970; Brochado et al. 1968; Pronapa 1970; Willey 1971; Brochado 1984.	Praia do Engenho Velho	GB-6	BR	RJ	Rio de Janeiro	800±100 AP	C14(1968)	SI-434
RADIOCARBON, 1969; Dias Jr. 1967, 1968, 1972; Beltrão & Kneip, 1969; Beltrão e Faria 1970; Brochado et al. 1968; Pronapa 1970; Willey 1971; Brochado 1984.; BUARQUE, 2003, 2009.	Gentio	GB-3	BR	RJ	Rio de Janeiro	970±100 AP	C14(1968)	SI-433
RADIOCARBON, 1969; Dias Jr. 1969, 1972, 1975; Pronapa 1970; Brochado 1984; BUARQUE, 2003; DIAS, 1967.; BELTRÃO, 1978.	Base Aérea	RJ-19	BR	RJ	São Pedro da Aldeia	570±100 AP	C14 (1968)	SI-438
RADIOCARBON, 1969; Ott, 1958; Calderon 1967. 1969; Brochado 1984; SPHAN, 1984.	Zacarias	BA-CDN-8	BR	BA	Campo Formoso	680±130 AP	C14(1968)	SI-471
RADIOCARBON, 1972; ETCHEVARNE, 1999-2000B.	Beliscão	BA-LN-12	BR	BA	Esplanada	590±50 AP	C14 (1971)	SI-541 associado a Aratu na Radiocaron
RADIOCARBON, 1972; PIAZZA 1969; Brochado 1984; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000.	Barra Grande	SC-U-55	BR	SC	São Carlos	620±80 AP	C14 (1971)	SI-550
RADIOCARBON, 1972; Rogge, 2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Piazza 1969; Brochado 1973, 1984; PIAZZA 1969	Barra Escondida 1	SC-U-69	BR	SC	Mondaí	1070±100 AP	C14(1973)	SI-549
RADIOCARBON, 1972; Rogge, 2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Piazza 1969; Brochado 1973; De Masi e Schmitz 1987; PIAZZA 1969; Brochado 1984; CNSA 55510	João A. Guarantier	SC-U-54	BR	SC	Itapiranga	250±90 AP	C14 (1971)	SI-546

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
RADIOCARBON, 1972; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; Brochado 1973; PIAZZA 1969; Brochado 1984.	Sao Carlos	SC-VX-5	BR	SC	São Carlos	490±70 AP	C14 (1971)	SI-548
RADIOCARBON, 1972; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; PIAZZA 1969; Brochado 1984.	Barra Grande	SC-U-55	BR	SC	São Carlos	510±70 AP	C14 (1971)	SI-547
RADIOCARBON, 1973; Miller 1969; Rogge, 2004, 2005; NOELLI , 1999-2000; PALLESTRINI 1969, 1975; SZMUK 1968-1969; Brochado 1984; CNSA 15881	Linha Uruguai Sul 1	RS-VZ-4	BR	RS	Porto Lucena	1220±120 AP	C14 (1972)	SI-708
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000 ; parellada, 2005; CEPA UFPR;CNSA 25976	Rancho Leôncio 2	PR-FL-5	BR	PR	Paraíso do Norte	300±115 AP	C14 (1972)	SI-693
RADIOCARBON, 1973; BALDUS,1951-1952; CHMYZ, 1967; 1968A, 1969A; 1977; CHMYZ ET AL. 1968, MARANCA 1974. Brochado 1984; Moraes, 2007; NOELLI, 1999-2000; Ferrari e Schmitz 1981-1982; CNSA 25360	Porto Casanova 2	SP-AS-14	BR	SP	Iepê	980±100 AP	C14 (1972)	SI-709
RADIOCARBON, 1973; Brochado 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15174; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.; ROGGE, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000.	Elias Dal Prá	RS-MJ-50A	BR	RS	Santa Maria	345±105 AP	C14(1972)	SI-818
RADIOCARBON, 1973; Chmyz 1974; Kashimoto 1997; NOELLI,1999-2000 ; Perez, 2010; CNSA 45906	do Alagoano	MS-IV-2	BR	MS	Batayporã	110±60 AP	c14 (1972)	SI-1019
RADIOCARBON, 1973; CHMYZ, 1968, 1977; Oliveira, 2002; CNSA 25745	Pedreira Particular	PR-IB-3	BR	PR	Ibiporã	Sec XVIII	C14(1968)	SI-423
RADIOCARBON, 1973; Dias Jr. 1969, 1972, 1975; Brochado 1984.		ES-VI-11	BR	ES	Vitoria	110±40 AP	C14 (1972)	SI-833
RADIOCARBON, 1973; Moraes, 2007; NOELLI, 1999-2000 ; CHMYZ, 1968, 1977; Ferrari e Schmitz 1981-1982; CNSA 25360	Porto Casanova 2	SP-AS-14	BR	SP	Iepê	1130±150 AP	C14(1968)	SI-422
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000 ; Oliveira, 2002; Perez, 2010; CEPA UFPR; CNSA 25938	Rio Condor 5	PR-FL-15	BR	PR	Ourizona	590±70 AP	C14 (1972)	SI-699
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000 ; Oliveira,2002. ; Perez, 2010; CEPA UFPR; CNSA 25936	Rio Condor 3	PR-FL-13	BR	PR	Ourizona	135±120 AP	C14 (1972)	SI-698
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000 ; Perez, 2010.; Chmyz 1974; Kashimoto 1997; CNSA 45905	Rosalvo	MT-IV-1	BR	MS	Batayporã	180±60 AP	C14 (1972)	SI-1018
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000 ; Perez, 2010; CEPA UFPR; CHMYZ 1963, 1964, 1968A, BROCHADO 1974, 1984; CNSA 25383	Segunda Corredeira	PR-FL-23	BR	PR	Doutor Camargo	560±60 AP	C14 (1972)	SI-700
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Chmyz 1968, 1969, 1981; CNSA 26146; Oliveira, 2002; CHMYZ 1969, 1971; Brochado 1984.	Elevatório de Águas	PR-UV-16	BR	PR	União da Vitória	500±45 AP	C14 (1972)	SI-1015
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Parellada, 2005; Perez, 2010.		PR-ST-1	BR	PR	Indianópolis	1065±95 AP	C14 (1972)	SI-695
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Parellada, 2005; Perez, 2010.		PR-ST-1	BR	PR	Indianópolis	610±120 AP	C14 (1972)	SI-696
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Perez, 2010; Chmyz 1974; Kashimoto 1997; CNSA 45905	Rosalvo	MT-IV-1	BR	MS	Batayporã	260±70AP	C14 (1972)	SI-1016
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Perez, 2010; Chmyz 1974; Kashimoto 1997; CNSA 45905	Rosalvo	MT-IV-1	BR	MS	Batayporã	475±45 AP	C14 (1972)	SI-1017
RADIOCARBON, 1973; NOELLI, 1999-2000; Perez,2010; Soares, 2004.; CEPA UFPR; CHMYZ 1963, 1964, 1968A, BROCHADO 1974 1984; CNSA 25373	Restaurante Ivai 2	PR-FL-21	BR	PR	Doutor Camargo	1490±45 AP	C14 (1972)	SI-1011
RADIOCARBON, 1973; Oliveira, 2002; Perez, 2010; NOELLI, 1999-2000; Chmyz 1969; FERNANDES E BLASI 1953; SILVA E BLASI 1955A E B; SILVA 1958; BLASI 1967; CHMYZ 1968A, 1969A; Brochado 1984; CNSA 25928	Porto de Areia 2	PR-QN-2	BR	PR	Mirador	540±60 AP	C14 (1972)	SI-697
RADIOCARBON, 1973; Ott, 1958; Calderon 1967. 1969; Brochado 1984	Joaquim Guilherme	BA-26	BR	BA	Ituaçu	550±95 AP	C14 (1972)	SI-821
RADIOCARBON, 1973; Ott, 1958; Calderon 1967. 1969; Brochado 1984		BA-19	BR	BA	Ituaçu	305±65 AP	C14 (1972)	SI-820
RADIOCARBON, 1973; Perota 1974; Brochado 1984		ES-VI-20	BR	ES	Cariacica	560±70 AP	C14 (1972)	SI-832
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; Leite, 1995; CNSA 00965; chmitz e Sandrin 2009; Wagner 2009; MILLER 1967, BROCHADO ET AL 1968, PRONAPA 1970, WILLWY 1971; Brochado 1984	Passo Fundo	RS-LN-16	BR	RS	Osório	520±200 AP	C14(1968)	SI-410
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; Smithsonian; Piazza 1971; MILLER 1972; Brochado 1984.		SC-VP-38	BR	SC	Itá	590±100 AP	C14 (1972)	SI-826

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004, 2005; NOELLI,1999-2000; BROCHADO 1969C, 1971, 1984; BROCHADO E SCHMITZ 1972, 1976; BONA, 2006; Brochado 1969; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15478; CNSA RS00419; CNSA RS00419	Pedra Grande	RS-SM-7	BR	RS	São Pedro do Sul	800±40 AP	C14(1972)	SI-1003
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004, 2005; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; Brochado 1971, 1984; NOELLI, 1999-2000.		RS-MJ-47/RS-MJ-47E	BR	RS	Restinga Seca	530±120 AP	C14(1972)	SI-816
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004. 2005; NOELLI, 1999-2000; BROCHADO 1969C, 1971, 1984; BROCHADO E SCHMITZ 1972, 1976; ZUSE, 2009; CNSA RS00419; CNSA RS00419	Pedra Grande	RS-SM-7-A-V / IBM-4/	BR	RS	São Pedro do Sul	605±40 AP	C14(1972)	SI-1002
RADIOCARBON, 1973; Rogge, 2004, 2005; Neumann, 2008; NOELLI, 1999-2000; Jacobus 1994; CNSA 35782	Jaboticaba 1	RS-VZ-41	BR	RS	Tenente Portela	225±55 AP	C14 (1972)	SI-701
RADIOCARBON, 1973; ROGGE, 2004, 2005; NOELLI, 1999-2000; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15166; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; BROCHADO 1969, 1971, 1984.	João B. Cantarelli	RS-MJ-42A	BR	RS	Restinga Seca	130±105 AP	C14(1972)	SI-815
RADIOCARBON, 1973; Rogge,2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; BROCHADO 1969, 1984.	Elias Dal Prá	RS-MJ-50B	BR	RS	Santa Maria	110±100 AP	C14(1972)	SI-817
RADIOCARBON, 1973; Rogge,2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Marsul; CNSA 15888; CNSA RS00618	Ilha Comandai / Ilhas Comandai	RS-VZ-12	BR	RS	Porto Lucena	215±105 AP	C14 (1972)	SI-702
RADIOCARBON, 1973; Soares, 2004. CNSA 35789; PALLESTRINI 1969, 1975; SZMUK 1968-1969; Brochado 1984	Parizinho 3	RS-VZ-45	BR	RS	Tenente Portela	3935±60 AP	C14 (1972)	SI-707
RADIOCARBON, 1973; SOARES, 2005.; CHMYZ 1968A E B, 1969A E B, BROCHADO ET AL, 1968, WILLEY 1971; Brohado 1984; NOELLI, 1999-2000 ; parellada, 2005. ; CEPA UFPR; ; CNSA 25976	Rancho Leôncio 2	PR-FL-5	BR	PR	Paraíso do Norte	470±100 AP	C14 (1972)	SI-694
RADIOCARBON, 1965; CHMYZ, 1967, 1968; NOELLI, 1999-2000; Oliveira, 2002; CNSA 25203	Posto Fiscal 1	PR-JA-2	BR	PR	Cambará	760±50 AP	c14 (1964)	SI-140
RADIOCARBON, 1966; Oliveira, 2002; NOELLI, 1999-2000; parellada, 2005; CHMYZ 1968A E B, 1969A E B, BROCHADO ET AL, 1968, WILLEY 1971; Brochado, 1984.	José Vieira		BR	PR	Cidade Gaúcha	1380±150 AP	C14 (1962)	Gif-81
RADIOCARBON. 1973; BALDUS. 1951-1952; CHMYZ. 1967; 1968A, 1969A; CHMYZ. 1968; MARANCA. 1974; Brochado. 1984; Moraes. 2007; NOELLI. 1999-2000		SP-BA-7	BR	SP	Fartura	1195±80 AP	C14 (1972)	SI-1009
RADIOCARBON. 1986; Oliviera. 2000; Missão. 1973-1974; Maranca. 1976; Brochado. 1984.	Aldeia da Queimada Nova	Nº 68	BR	PI	Coronel José Dias	1690±110 AP	C14 (1972)	Gif-3225
Relatório de Vistoria Técnica Não Interventiva do Sistema Bragantina; CNSA-MG01048	Caçador		BR	MG	Consolação			
Rengger 1835; Schmidt 1932; Vellard, 1933.	Recoleta		PY	Distrito Capital	Asunción			
Resgate Arqueológico- Sítios Arqueológicos Monte Alegre I cacho de ouro-per 002020 Município Ribeirão Vermelho-Projeto de duplicação da BR381	Fazenda do José do Socorro		BR	MG	Turmalina			
Resgate Arqueológico- Sítios Arqueológicos Monte Alegre I cacho de ouro; CNSA-MG00984	José do Socorro		BR	MG	Turmalina			
Ribeiro 1968; Goldmeier & Schmitz 1983; De Masi & Schmitz 1987; CNSA 35608; CNSA RS01217	Albino Persch/Poersch	RS-244	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35250	Escadinha C 3	RS-293	BR	RS	Feliz			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35328, 35329	Gustavo Lüdtke	RS-312	BR	RS	Nova Petrópolis			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35603	Fazenda Padres Jesuítas	RS-96	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35604	Fernando Ignácio Gaspary	RS-210	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35605	Jacob Egon Weber	RS-211	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35610	João Arno Poersch	RS-291	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35607	Waldomiro Mentz	RS-231	BR	RS	São Sebastião do Caí			
Ribeiro 1978, 1981	Cecília Fröelich	RS-RP-74	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Eldo Beilke	RS-RP-79	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Erna Frantz	RS-RP-87	BR	RS	Vera Cruz			
Ribeiro 1978, 1981	Getúlio Dosena	RS-RP-62	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Guilherme Jaeger	RS-RP-11	BR	RS	Candelária			
Ribeiro 1978, 1981	Léo Lessing	RS-RP-113	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Leovino Reis	RS-RP-75	BR	RS	Candelária			
Ribeiro 1978, 1981	Norberto Alexander	RS-RP-31	BR	RS	Vera Cruz			
Ribeiro 1978, 1981	Osvino Rieck	RS-RP-34	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Otmar Arend	RS-RP-47	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 1978, 1981	Serafim Oliveira	RS-RP-52	BR	RS	Candelária			
Ribeiro 1978, 1981	Theodoro Muskoff	RS-RP-84	BR	RS	Vera Cruz			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Ribeiro 1978, 1981; CNSA 36589 ; CNSA 36589 ; Ribeiro e Silveira 1979; CNSA 36594	Érico Jandrey	RS-RP-2A	BR	RS	Vera Cruz			
Ribeiro 1978, 1981; Ribeiro e Silveira 1979	João Dossena	RS-RP-102	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro 2006	Fazenda Pedro Oliveira		BR	RS	Rio Grande			
Ribeiro e Silveira 1979	Ervino Ratke	RS-RP-132	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro e Silveira 1979	Evaldo Jaeger	RS-RP-36	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro e Silveira 1979	Fridolino Bartz	RS-RP-55	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro e Silveira 1979	José A dos Santos	RS-RP-136	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro e Silveira 1979	Lauro Müller	RS-RP-138	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
Ribeiro e Silveira 1979	Telly Tornquist	RS-RP-144	BR	RS	Vera Cruz			
Ribeiro e Silveira 1979	Valdemar John	RS-RP-141	BR	RS	Candelária			
Ribeiro e Silveira 1979; CEPA UNISC; Ribeiro 1978, 1981	Narpo Oliveira	RS-RP-24	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1974.			BR	RS	São Sebastião do Caí			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Adão dos Santos	RS-RP-77	BR	RS	Vera Cruz			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Adronildo Queiróz	RS-RP-121	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Adulino Busch	RS-RP-89	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Afonso Voese	RS-RP-117	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Areal	RS-RP-26	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Argeu da Veiga	RS-RP-110	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Arnaldo Schröder	RS-RP-116	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Edwino Frantz	RS-RP-12	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Elly Meinhardt	RS-RP-14	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Ercila Panke	RS-RP-115	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Harry Fulber	RS-RP-125	BR	RS	Vera Cruz			
RIBEIRO, 1978, 1981.	José Pozzebon	RS-RP-111	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Juovenal dos Reis	RS-RP-123	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Nilson Santarém	RS-RP-119	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Otacílio Prestes	RS-RP-124	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Renê Voese	RS-RP-114	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Romeu Schüncke	RS-RP-122	BR	RS	Candelária			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Rudi Lenz C	RS-RP-108	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.	Rudi Oldenburg	RS-RP-21	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.		RS-RP-118	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978, 1981.; Ribeiro e Silveira 1979.	Adolfo J. Gass	RS-RP-112	BR	RS	Rio Pardo			
RIBEIRO, 1978, 1981; De Masi & Schmitz. 1987; CNSA 35533, CNSA 36588	Amanda Barth	RS-RP-1	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.	Aristides Ferreira	RS-RP-120	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-126	BR	RS	Vera Cruz			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-127	BR	RS	Vera Cruz			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-13	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-16	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-18	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-25	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-3A	BR	RS	Vera Cruz			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-63	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1978.		RS-RP-78	BR	RS	Santa Cruz do Sul			
RIBEIRO, 1983.	Anápio de Oliveira	RS-RP-81	BR	RS	Vale do Sol			
RIBEIRO, 1983.	Anápio de Oliveira	RS-RP-81	BR	RS	Vale do Sol			
RIBEIRO, 1983.	Jandor Hanssen	RS-RP-88	BR	RS	Vale do Sol			
RIBEIRO, 1983.	Lindolfo Ritzel		BR	RS	Vale do Sol			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1986.	658		BR	RS	Encruzilhada do Sul / Canguçu / Piratini / Santana da Boa Vista/ Caçapava do Sul			
RIBEIRO, 1989.	Albano Guilherme Werner Hack	RS-TQ-52	BR	RS	Paverama / Tabai			
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Orobó 2 / Orobó Cafezal / Topo do Cafezal		BR	ES	Piúma	210±25 AP	TL	
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Orobó 2 / Orobó Cafezal / Topo do Cafezal		BR	ES	Piúma	340±35 AP	TL	
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Hiuton / Hilton		BR	ES	Anchieta	430±90 AP	TL	LVD-2042
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Hiuton / Hilton		BR	ES	Anchieta	680±110 AP	TL	LVD-2043
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Cemitério		BR	ES	Anchieta	390±40 AP	TL	LVD-2040
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	OrobóII-IV / Mandioccal-Ilha		BR	ES	Anchieta			
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Bota Fora		BR	ES	Anchieta	370±60 AP	TL	LVD-2041
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Bota Fora		BR	ES	Anchieta	440±100 AP	TL	LVD-2046
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Orobó 2 / Orobó Cafezal / Topo do Cafezal		BR	ES	Piúma	400±70 AP	TL	LVD-2039
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Orobó 2 / Orobó Cafezal / Topo do Cafezal		BR	ES	Piúma	440±98 AP	TL	LVD-2047
Ribeiro, et al. 1982; CNSA 36551	Abrigo sob rocha		BR	RS	Candelária			
Ribeiro, et al.1982; CNSA 36550; CNSA-RS02020	Abrigo Venâncio Prates		BR	RS	Candelária			
RIBEIRO, ET ALLI, 1989.	Carlos Henrique da Silva	RS-TQ-60	BR	RS	Paverama / Tabai			
RIBEIRO, ET ALLI, 1989.	Carlos Henrique da Silva	RS-TQ-60	BR	RS	Paverama / Tabai			
RIBEIRO, 2008; RIBEIRO,ET ALLI. 2009. SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Orobó 2 / Orobó Cafezal / Topo do Cafezal		BR	ES	Piúma	250±25 AP	TL	
RIBEIRO,2008; SIMÕES DE SOUZA, Letícia, 2010.	Orobó 1 / Orobó Topo da Braquiaria / Topo do Sol		BR	ES	Piúma			
RIBEIRO. 1968; Goldmeier & Schmitz. 1983; CNSA 35326	Afonso Birk	RS-310	BR	RS	Nova Petrópolis			
Rizzo 1969, 1980.	Concepción de la Sierra 6	M-C.S.-6	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo 1969, 1980.	Concepción de la Sierra 7	M-C.S.-7	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 10	M-S.I.-10	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 13	M-S.I.-13	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 2	M-S.I.-2	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 5	M-S.I.-5	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 7	M-S.I.-7	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo 1969, 1980.	San Ignacio 8	M-S.I.-8	AG	Prov. Misiones	San Ignacio			
Rizzo, 1969, 1980; POUJADE, 1992.		M-E.-5	AG	Prov. Misiones	Eldorado			
Rizzo, 1969.	Concepción de la Sierra 1	M-C.S.-1	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.	Concepción de la Sierra 1	M-C.S.-1	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.	Concepción de la Sierra 1	M-C.S.-1	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.	Concepción de la Sierra 1	M-C.S.-1	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.		M-C.S.-2	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.		M-C.S.-8	AG	Prov. Misiones	Concepción de la Sierra			
Rizzo, 1969.		M-L.G.S.M.-3	AG	Prov. Misiones	Eldorado			
Rizzo, 1970.			AG	Prov. Misiones	San Javier			
Rizzo, 1980.		M-F.A.-1	AG	Prov. Misiones	Florentino Ameghino			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1995.	Riberão Claro 3		BR	PR	Ribeirão Claro			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1995; CNSA 25616	Riberão Claro		BR	PR	Ribeirão Claro			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.	Capivara		BR	MT	Cáceres			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.	Morro do Cará-Cará/Caracara	MT-PO-3	BR	MT	Poconé			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.		GO-JU-27	BR	GO	Jussara???			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; ANDREATTA, 1988.	Gruta Maracanã (TUPI?)	GO-NI-06	BR	GO	Planaltina	1060 AP	C14	
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; ANDREATTA, 1988.	Matinha do Buriti		BR	GO	Santa Cruz de Goiás	1779±170 AP	TL (1984)	
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; CNSA GO00847	Valtênio Cunha	GO-RV-2	BR	GO	Edealina			
ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; PARAGUASSU, 2013.	Buriti Paineira	GO-CA-5	BR	GO	Santa Cruz de Goiás	1790 AP	TL	
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Aldeia Velha		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Matoim		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 1		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 24		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 25		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 3		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 33		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 6		BR	BA	Mata de São João			
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 8		BR	BA	Mata de São João	1880±60 AP	C14	BETA-118818
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001.	Sauípe 8		BR	BA	Mata de São João	3250±90 AP	C14	BETA-118816
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2000	Sauípe 8		BR	BA	Mata de São João	390±50 AP	C14	BETA-118817
Robrahn-Gonzalez &. Zanettini. 2001; ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2000	Sauípe 8		BR	BA	Mata de São João	390±50 AP	C14	BETA-118817
ROBRAHN-GONZALEZ, 1998.	Água Vermelha		BR	SP	Ouroeste	1100±50 AP		
ROBRAHN-GONZALEZ, 1998.	Água Vermelha		BR	SP	Ouroeste	1100±50 AP		
Robrhan-Gonzalez, 1996; CNSA MT00428	Loca das Antas	MT-SL-62 A	BR	MT	Juscimeira	1700±70 AP	C14	BETA-31032
Robrhan-Gonzalez, 1996; CNSA MT00428	Loca das Antas	MT-SL-62 A	BR	MT	Juscimeira	450±70 AP	C14	BETA-31031
Robrhan-Gonzalez, 1996; CNSA MT00429	Loca Tupi	MT-SL-62 B	BR	MT	Juscimeira	1810±60 AP	C14	BETA-31034
Rodrigues, 2001.	Sanhaço	SHÇ-GPS-62	BR	SP	Teodoro Sampaio	460±30 AP	TL	IF-USP
Rodrigues, 2001.	Sanhaço	SHÇ-GPS-62	BR	SP	Teodoro Sampaio	640±50 AP	TL	IF-USP
Rodriguez, 1969, 1975; Díaz,1974; Cigliano, Schmitz e Caggiano 1971; Austral 1977; Baeza et al. 1977; Díaz 1977; Castro 1980; Saccone 1985; Díaz 1985; Trakalo 1987, 1989; Coirolo 1990.	Aruera	Y-58	UY	Depto. Salto	Salto			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
Rodriguez, 1996.	Curupaití		AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó			
RODRIGUEZ, 2004.	Santa Tecla 1	C511	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	240±50 AP	C14	BETA-105252
RODRIGUEZ, 2004.	Santa Tecla 1	C511	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	3021±174 AP	C14	AC-1337
RODRIGUEZ, 2004.	Medina	C482	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	300±50 AP	C14	BETA-105248
RODRIGUEZ, 2004.	Medina	C482	AG	Prov. Corrientes	Ituzaingó	360±60 AP	C14	BETA-105253
RODRIGUEZ, 2004.	González	C483	AG	Prov. Misiones		420±50 AP	C14	BETA-105251
RODRIGUEZ, 2004.	Puerto Desmon	C508	AG	Prov. Misiones		1880±170 AP	C14	LATYR-LP-733
RODRIGUEZ, 2004.	Valenzuela	C484	AG	Prov. Corrientes		300±50 AP	C14	BETA-105250
RODRIGUEZ, 2004.	Valenzuela	C484	AG	Prov. Corrientes		810±60 AP	C14	BETA-197128
Rodriguez. 2004; Mujica. 1995b	Llamarada 1	C352	AG	Prov. Corrientes		480±50 AP	C14	BETA-41944
Rodriguez. 2004; Mujica. 1995b	Llamarada 1	C352	AG	Prov. Corrientes		510±50 AP	C14	BETA-41945
Rodriguez. 2004; Mujica. 1995b	Llamarada 1	C352	AG	Prov. Misiones		520±50 AP	C14	BETA-41942
Rodriguez. 2004; Mujica. 1995b	Llamarada 1	C352	AG	Prov. Corrientes		580±50 AP	C14	BETA-41941
Rodríguez. 2009		C516	AG	Prov. Corrientes		380±50 AP	C14	BETA-197132
Rodríguez. 2009		C519	AG	Prov. Corrientes		410±50 AP	C14	BETA-197133
Rodríguez. 2009		C485	AG	Prov. Corrientes		610±70 AP	C14	BETA-105247
ROGGE & SCHMITZ, 2009.		RS-A-93	BR	RS	São Marcos			
ROGGE & SCHMITZ, 2009; CNSA RS00695	Darci Grazziotin	RS-AN-3	BR	RS	Bom Jesus			
ROGGE & SCHMITZ, 2010.	Antena	RS-LN-317	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010.	Balneário Atlântico 9	RS-LN-319	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010.	Pousada da Lagoa	RS-LN-321	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010.	Valdecir Gonçalves	RS-LN-322	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; ; CNSA RS02147	Balneário Atlântico 2	RS-LN-295	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; CNSA 02125; CNSA RS02125	Itapeva 1	RS-LN-264	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; CNSA 02127	Itapeva 3	RS-LN-266	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; CNSA 02128	Itapeva 4	RS-LN-267	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; CNSA RS02129	Itapeva 5	RS-LN-268	BR	RS	Arroio do Sal			
ROGGE & SCHMITZ, 2010; CNSA RS02168	Marambaia 3	RS-LN-314	BR	RS	Arroio do Sal			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	José Weise	RS-MJ-89	BR	RS	Agudo			
Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	Silvio Bertolazzo	RS-MJ-61	BR	RS	Dona Francisca			
Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	sobr. de Heinrich Trebien	RS-MJ-83	BR	RS	Dona Francisca			
Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	José L. Osório	RS-MJ-97	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; CNSA 15209;	Walter F. Wachholz	RS-MJ-94	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Rogge e Schmitz, 2010; CNSA 02126	Itapeva 2	RS-LN-265	BR	RS	Arroio do Sal			
Rogge, 1999 2005; Rosa, 2006; Schmitz 2006.	Lagoa da Porteira 2	RS-LC-81	BR	RS	Palmares do Sul			
Rogge, 1999, 2005, 2006; Schmitz, 2006.	Lagoa da Porteira 1	RS-LC-80	BR	RS	Palmares do Sul	280±50 AP	C14	BETA-202366
Rogge, 1999, 2005, 2006; Schmitz, 2006.	Lagoa da Porteira 3	RS-LC-82	BR	RS	Palmares do Sul	563±45 AP	TL	LVD-665
Rogge, 1999, 2005, 2006; Rosa, 2006; CNSA RS02481	Chácara do Leão	RS-LC-96	BR	RS	Palmares do Sul			
Rogge, 2004, 2005; RIBEIRO ET ALLI, 1986; NOELLI, 1999-2000.	Bento Prestes	RS-CM-11 / 690	BR	RS	Encruzilhada do Sul	445±40 AP	C14(1986)	SI-6402
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; ROGGE, 1996, 2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 15206	Aurélio C. Bernardes	RS-MJ-90	BR	RS	Cachoeira do Sul	220±85 AP	C14(1984)	SI-2202
soares, 2004; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000 ; ROGGE, 1996, 2004, 2005. ; NOELLI, 1999-2000; BROCHADO 1971, 1984	Emílio Kieffer	RS-MJ-88	BR	RS	Agudo	1800±100 AP	C14 (1984)	SI-2205
ROGGE, 2005.	Lagoa da Porteira 1	RS-LC-80	BR	RS	Palmares do Sul	1506±119 AP	TL	LVD-659
ROGGE, 2005.	Lagoa da Porteira 1	RS-LC-80	BR	RS	Palmares do Sul	2142±175 AP	TL	LVD-660
ROGGE, 2005.		RS-LC-83	BR	RS	Palmares do Sul			
Rogge, 2006.		RS-LC-100	BR	RS	Palmares do Sul			
Rogge, 2006.		RS-LC-100	BR	RS	Palmares do Sul			
Rogge,2004, 2005; RIBEIRO, 1978, 1981.	Reinaldo Kappel	RS-RP-140	BR	RS	Santa Cruz do Sul	180±60 AP	C14(1991)	SI-3523
Rogge. 1996; Schmitz, Rogge & Arnt. 2000	Antônio Moreira	RS-MJ-96	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Rogge. 2004; ROGGE. 2005; NOELLI. 1999-2000, Bochado 1971/1984	Albino Mazzari	RS-MJ-60	BR	RS	Dona Francisca	1180±70 AP	C14 (1972)	SI-2204
SOARES. 2004; SCHMITZ, et al. 2000; ROGGE. 1996, 2004, 2005; NOELLI 1999-2000; Brochado 1971/1984	Albino Mazzari e Aldo Bortolotho	RS-MJ-60	BR	RS	Dona Francisca	1475±80 AP	C14 (1972)	SI-2203
ROGGE,. 2004, 2005; NOELLI. 1999-2000; RIBEIRO. 1974; RIBEIRO. 1968; Brochado 1984; CNSA 35629	Adolfo Schenkel	RS-C-63	BR	RS	São Sebastião do Caí	190±85 AP	C14(1974)	SI-1197
ROHN, 1966, 1984	Itapiranga 1	SC-U-1	BR	SC	Itapiranga			
ROHN, 1966, 1984; CNSA 55486 ;	Itapiranga 29	SC-U-29	BR	SC	Itapiranga			
ROHN, 1984;	Itapiranga 28	SC-U-28	BR	SC	Itapiranga			
ROHN, 1984, 1966, 1984; CNSA 55467	Itapiranga 10	SC-U-10	BR	SC	Itapiranga			
ROHN, 1984; 1986; CNSA 55466 ;	Itapiranga 9	SC-U-9	BR	SC	Itapiranga			
ROHN, 1966, 1984; CNSA 55465 ;	Itapiranga 8	SC-U-8	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1961	Povoado do Campeche		BR	SC	Florianópolis			
Rohr 1966, 1984	Laranjeiras		BR	SC	Balneário Camboriu			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55460	Itapiranga 2	SC-U-2	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55461 ;	Itapiranga 3	SC-U-3	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55463	Itapiranga 5	SC-U-5	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55464 ;	Itapiranga 7	SC-U-7	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55468	Itapiranga 11	SC-U-11	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55469	Itapiranga 12	SC-U-12	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55470	Itapiranga 13	SC-U-13	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55471	Itapiranga 14	SC-U-14	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55472; CNSA 55473	Itapiranga 15	SC-U-15	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55474	Itapiranga 17	SC-U-17	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55475	Itapiranga 18	SC-U-18	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55477	Itapiranga 20	SC-U-20	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55480 ; CNSA 55479 ;	Itapiranga 22	SC-U-22	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55493 ;	Itapiranga 36	SC-U-36	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55495 ;	Itapiranga 38	SC-U-38	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55496 ;	Itapiranga 39	SC-U-39	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55496 ;	Itapiranga 4	SC-U-4	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55497 ;	Itapiranga 40	SC-U-40	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55498 ;	Itapiranga 41	SC-U-41	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55499 ;	Itapiranga 42	SC-U-42	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55500 ;	Itapiranga 43	SC-U-43	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55501 ;	Itapiranga 44	SC-U-44	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55502 ;	Itapiranga 45	SC-U-45	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55503 ;	Itapiranga 46	SC-U-46	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55504 ;	Itapiranga 47	SC-U-47	BR	SC	Itapiranga			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Rohr 1966, 1984; CNSA 55505 ;	Itapiranga 48	SC-U-48	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55506 ;	Itapiranga 49	SC-U-49	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55507 ;	Itapiranga 50	SC-U-50	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55508 ;	Itapiranga 51	SC-U-51	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55509 ;	Itapiranga 52	SC-U-52	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; CNSA 55512 ;	Itapiranga 6	SC-U-6	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1966, 1984; Schmitz e Brochado 1972; CNSA 55492 ; de masi & Schmitz, 1985	Itapiranga 35	SC-U-35/a/b	BR	SC	Itapiranga			
Rohr 1969	Pantano do Sul 2		BR	SC	Florianópolis			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55535;	Jaguaruna 49	SC-J-43	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55536;	Jaguaruna 51	SC-J-46	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55537,	Jaguaruna 53	SC-J-48	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55538;	Jaguaruna 52	SC-J-47	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55543	Jaguaruna 24	SC-J-39	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55544;	Jaguaruna 45	SC-J-36	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55545;	Jaguaruna 44	SC-J-35	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55546;	Jaguaruna 46	SC-J-40	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55547;	Jaguaruna 41	SC-J-32	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55548;	Jaguaruna 42	SC-J-33	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55549;	Jaguaruna 43	SC-J-34	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55550; Muller, leticia 19(24)	Jaguaruna 39	SC-J-29	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55551;	Jaguaruna 40	SC-J-31	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55561	Jaguaruna 14	SC-J-17	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55564	Jaguaruna 16	SC-J-20	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55567;	Jaguaruna 47	SC-J-41 / JUU-33	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55568;	Jaguaruna 48	SC-J-42	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55571;	Jaguaruna 50	SC-J-44	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55582; Milheira 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010;	Jaguaruna 38/Arroio Corrente	SC-J-26 / JUU-48	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55586 ; Milheira 2010; Milheira e DeBlasis 2011; Farias e Kneip 2010; CNSA 55586;	Jaguaruna 34/Arroio Corrente 1	SC-J-18 / JUU-52	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1969, 1984; CNSA 55588 ; Milheira 2010; Milheira e DeBlasis 2011;	Jaguaruna 37/Arroio Corrente 3	SC-J-25 / JUU-54	BR	SC	Jaguaruna			
Rohr 1971	Lagoinha Campeche		BR	SC	Florianópolis			
Rohr 1984	Imbituba 12		BR	SC	Imbituba			
Rohr 1984; CNSA 00343; CNSA 55248 ; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, 2010.	Ponta da Caiacanga- Açú/Florianópolis 41	FLN-066	BR	SC	Florianópolis			
Rohr 1984; CNSA 55186 ; ; CNSA 00281;	Florianopolis 39	FLN-004	BR	SC	Florianópolis			
Rohr 1984; CNSA 55312; Farias e Kneip 2010; CNSA 00405	Praia da Gamboa 2		BR	SC	Garopaba			
Rohr 1984; CNSA 55345; CNSA 00439	Balsinha 5	IMI-11	BR	SC	Imaruí			
Rohr 1984; CNSA 55346; CNSA 00440	Balsinha 6	IMI-12	BR	SC	Imaruí			
Rohr 1984; CNSA 55347; CNSA 00441	Balsinha 7	IMI-13	BR	SC	Imaruí			
Rohr 1984; CNSA 55365; CNSA 00459	Itapirubá 1	IMA-14	BR	SC	Imbituba			
Rohr 1984; CNSA 55651	Palhoça	PAC-4	BR	SC	Palhoça			
Rohr 1984; Farias e Kneip 2010; CNSA 00406	Garopaba 3	GRB-3	BR	SC	Garopaba			
ROHR, 1984	Garopaba 2		BR	SC	Garopaba			
ROHR, 1984	Imbituba 13		BR	SC	Imbituba			
ROHR, 1984	Imbituba 14		BR	SC	Imbituba			
ROHR, 1984	Itapiranga 32		BR	SC	Itapiranga			
ROHR, 1984	Palhoça 8		BR	SC	Palhoça			
ROHR, 1984	Paulo Lopes 1		BR	SC	Paulo Lopes			
ROHR, 1984; PIAZZA 1969; DE MASI & SCHMITZ 1987; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, A. MAPA. 2010; CNSA 55516, 55774;	São Carlos 1	SC-U-60	BR	SC	São Carlos			
ROHR, 1984; ROHR. 1966.	Itapiranga 16	SC-U-16	BR	SC	Itapiranga			
ROHR, 1984; PIAZZA 1969; De MASI & SCHMITZ1987; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP. 2010; CNSA 55776	São Carlos 3	SC-U-63	BR	SC	São Carlos			
ROHR, 1984; PIAZZA 1969; De MASI &SCHMITZ 1987; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP. 2010; CNSA 55518, 55775	São Carlos 2	SC-U-62	BR	SC	São Carlos			
ROHR, 1984; ROHR. 1984.	São Carlos 4		BR	SC				
ROHR. 1984; CNSA 55033	Águas de Chapecó 1	ACH-001	BR	SC	Águas de Chapecó			
ROHR. 1984; CNSA 56639.	Mondai 2	MOI-002	BR	SC	Mondai			
Rosa et al. 2009 Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	560±40 AP	C14	BETA-249391
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	1090±96 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	1122±98 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	1410±115 AP	TL	LACIFID-USP

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	592±67 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	650±69 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	717±198 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	720±84 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	830±72 AP	TL	LACIFID-USP
Rosa et al. 2009; Kreutz, 2008		RS-T-114	BR	RS	Marques de Souza	908±87 AP	TL	LACIFID-USP
Rusconi 1928; Bonomo 2012	Río Matanzas B		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
SANTI, 2009	Cerro do Tope		BR	RS	Nova Palma	740±35 AP	TL	LVD
SANTI, 2009	Cerro dos Bugres		BR	RS	Faxinal do Soturno			
SANTI, 2009	Moacir Rossato		BR	RS	Santa Maria	380±65 AP	TL	LVD-2178
SANTI, 2009	Várzea dos Bugres		BR	RS	Santa Maria	540±70 AP	TL	LVD-2179
SANTI, 2009	Várzea dos Bugres		BR	RS	Santa Maria	830±130 AP	TL	LVD-2178
santos, 2007 ; SANTOS & FACCIO, 2003.	Lagoa Seca 2		BR	SP	Iepê			
santos, 2011	Parauapebas 32		BR	PA	Parauapebas			
SANTOS. 2007; PEREIRA. 2009.	Aguinha		BR	SP	Iepê			
SANTOS. 2011; Coleção do CPHNA	Alto Alegre do Pindare 4		BR	MA	Alto Alegre do Pindare			
SANTOS. 2011; Coleção do CPHNA	Alto Alegre do Pindare 5		BR	MA	Alto Alegre do Pindare			
scatamacchia, 1990.	Isla Martin Garcia		AG	Prov. Entre Ríos	Isla Martin Garcia	1345±35 AD	C14	
scatamacchia, 1990. ; BUARQUE, 2009	Sambaqui Zé Espinho		BR	RJ	Rio de Janeiro	870±170 AD	C14	
Scatamacchia, 1990. ; BUARQUE, 2009	Sambaqui Zé Espinho		BR	RJ	Rio de Janeiro	440±160 AD	C14	
scatamacchia, 1990. ; BUARQUE, BUARQUE, 2009	Sambaqui Zé Espinho		BR	RJ	Rio de Janeiro	1650±160 AP	C14	
Scatamacchia, 1984	Colegio São José		BR	SP	Registro			
Scatamacchia, 1984	Jipovura		BR	sp	Iguape			
Scatamacchia, 1984	Mamote		BR	sp	Iguape			
Scatamacchia, 1984	Toca do Bugio		BR	sp	Iguape			
Scatamacchia,1981.	Arraial Velho do Bom Jesus	PE-16-CB	BR	PE	Recife			
Scatamacchia,1981.	Chã de Taquara		BR	AL	Anadia			
Scatamacchia,1981.	Fonseca		BR	SP	Itapeva	899 AD	TL	
Scatamacchia,1981.	Jaire		BR	SP	Iguape	1589 AD	TL	
Scatamacchia,1981.	Jaire		BR	SP	Iguape	40 a.C	TL	
Scatamacchia,1981.	Kondo	SP-TA-1	BR	SP	Pereira Barreto	668 AD	TL	
Scatamacchia,1981. ; ANDREATTA, 1988.	Bonsucesso		BR	GO	Nazário	1090±110 AP	C14 (1976)	GAK-7266
Scatamacchia,1981. ; ANDREATTA, 1988.	Bonsucesso		BR	GO	Nazário	1120±90 AP	C14 (1976)	GAK-7264
Scatamacchia,1981. ; Moraes, 2007.	Jaire		BR	SP	Iguape	1506 AP	TL	
Scatamacchia,1981.; ANDREATTA, 1988.	Bonsucesso		BR	GO	Nazário	980±110 AP	C14 (1976)	GAK-7265
Scatamacchia,1981.; Barreto, 1988; scatamacchia, 1984	Jaire		BR	SP	Iguape	1360 AD	TL	
Scatamacchia. 1981; Moraes. 2007; MORAIS. 2000	Alves		BR	SP	Piraju	955±100 AP	TL (1968)	IF-USP
Schiavetto, 2007	Fazenda Velha		BR	SP	Rio Claro			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Balesteiro		BR	SP	Ibitinga			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Cardoso	SP-TJ-1	BR	SP	Arealva			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Cinco Ilhas	SP-TA-4	BR	SP	Pereira Barreto			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Córrego Buriti	SP-AT-7	BR	SP	General Salgado			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Corumbatai		BR	SP	Rio Claro			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Jardim Igacaba		BR	SP	Mogi Guaçu			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Rio Turvo	SP-TC-3	BR	SP	Dois Corregos			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	São Bento		BR	SP	Arealva			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Suzuki		BR	SP	Guataporá			
Schiavetto, 2007 ; Moraes, 2007	Usina Santa Rita		BR	SP	Santa Rita do Passa Quatro			
Schiavetto, 2007 ; MORAIS, 1999-2000 ; Moraes, 2007 ; Maranca 1974, 1978; Maranca, Silva e Scabello 1994; scatamacchia, 1981, 1990; CNSA 25585	Ary Carneiro	SP-PD-1	BR	SP	Pereira Barreto	2200 AP	TL	
Schiavetto, 2007 ; MORAIS, 1999-2000 ; Moraes, 2007 ; maranca, 1978 ; scatamacchia, 1981; Maranca 1974; Maranca, Silva e Scabello 1994; CNSA 25584	Boa Esperança	SP-TA-5	BR	SP	Pereira Barreto	1040 AP	TL	
Schiavetto, 2007 ; MORAIS, 1999-2000 ; Moraes, 2007; Maranca 1974, 1978; Maranca, Silva e Scabello 1994; scatamacchia, 1981. CNSA 25587	Trentin	SP-TA-2	BR	SP	Pereira Barreto	1070 AP	TL	
Schiavetto, 2007; MILLER, 1969; SILVA, 1967.	Itirapina	SP-IR-2	BR	SP	Itirapina			
Schiavetto, 2007; Moraes, 2007	Chacara Boa Vista	SP-TJ-2	BR	SP	Arealva			
Schiavetto, 2007; Moraes, 2007	Fazenda Santa Lucia		BR	SP	Franca			
Schiavetto, 2007; Moraes, 2007	Jacare		BR	SP	Ibitinga			
SCHIAVETTO. 2007; MORAES. 2003	Água Branca		BR	SP	Casa Branca	205 AP	TL	
Schmidt 1932	Cañadita		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Carmen del Paraná		PY	Itapuá	Carmen del Paraná			
Schmidt 1932	Chacoí		PY	Depto. Central	Ypané			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Schmidt 1932	Mbayacué		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Naendá		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Osoriocué		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Paso Malo		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Rojas Cañadas		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932	Vila Hayes		PY	Depto. Presidente Hayes	Vila Hayes			
Schmidt 1932, 1932-34; Vellard 1934; Vera 1930, 1941	Ipané		PY	Depto. Central	Ypané			
Schmidt 1932; Vellard 1934; SCHMIDT 1934.	Guarambaré		PY	Depto. Central	Guarambaré			
Schmidt 1932; Vera 1941	Limpio		PY	Depto. Central	Limpio			
Schmidt 1934; Schmidt 1932	Mangrullo	PA-RF-1	PY	Distrito Capital	Asunción			
Schmidt. 1932			PY	Distrito Capital	Asunción			
SCHMIDT. 1934			PY	Distrito Capital	Asunción			
Schmidt. 1934			PY	Cordillera	San Bernardino			
SCHMIDT. 1934			PY	Depto. Central	Ypane			
Schmitz & Ferrari. 1982; Goldmeier & Schmitz. 1983; De Masi & Schmitz. 1987; Schmitz. 1987; Rogge. 1996; Schmitz, et all. 2000; CNSA 35037	Alvino Klenzel	RS-MJ-129	BR	RS	Agudo			
Schmitz 1957; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA15002, 55457; FARIAS, DEISI S.E. & KNEIP, 2010.	Pré-Seminário - S. Predro Canísio	SC-2	BR	SC	Itapiranga			
Schmitz 1958; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; CNSA 35352	Romário Marques Machado	RS-8	BR	RS	Osório			
Schmitz 1959; Rohr 1959; Chmyz 1968, 1976; Prous e Piazza 1977; Schmitz, Verardi, De Masi, Rogge e Jacobus 1993; CNSA 55195	Base Aérea	SC-LF-1	BR	SC	Florianópolis			
Schmitz 1997; Rogge 2006; CNSA RS02470		RS-LC-85	BR	RS	Palmares do Sul			
Schmitz 1997; Rogge 2006; CNSA RS02479	Fazenda João Terra	RS-LC-94	BR	RS	Palmares do Sul			
Schmitz 1997; Rogge 2006; ROGGE, 2005.; CNSA RS02473	Irga	RS-LC-88 / 89	BR	RS	Palmares do Sul			
Schmitz 1997; Rogge 2006; ROGGE, 2005.; CNSA RS02482	Bacupari	RS-LC-97	BR	RS	Palmares do Sul			
Schmitz 1997; Rogge 2006; Rosa 2006 ; CNSA RS02477; CNSA RS02475	Fazenda Duas Lagoas	RS-LC-90 / 92	BR	RS	Palmares do Sul			
SCHMITZ, 1976.		RS-RG-14	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976.		RS-RG-21	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976.		RS-RG-4	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976.		RS-RG-50	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976.; Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35445	José S. Figueiredo	RS-RG-8	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976.; Naue, Schmitz e Becker 1968; Naue, Schmitz, Valente, Becker, La Salvia e Schorr 1971; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35447	Pedro Barros	RS-RG-10	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976; CNSA 36220	Quinta	RS-RG-28	BR	RS	Rio Grande			
SCHMITZ, 1976, 2006; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 3543	Oscar Mendes	RS-RG-49	BR	RS	Rio Grande			
schmitz, 1985		MJ-104	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-107B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-107C	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-108	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-109A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-109B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-110	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-114	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-116A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-116B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-116D	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-117A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-117B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-118	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-118C	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-123A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-123B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-123C	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-124A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-124B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-125A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-125C	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-128	BR	RS	Dona Francisca			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
schmitz, 1985		MJ-129	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-130A	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-130B	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-133	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-136	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-137	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-138	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-140	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-142	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-143	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-144	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-146	BR	RS	Dona Francisca			
schmitz, 1985		MJ-87	BR	RS	Dona Francisca			
Schmitz, et al., 2004		GO-JA-24	BR	GO	Serranópolis			
Schmitz, et al., 2004		GO-JA-3A	BR	GO	Serranópolis			
Schmitz, Artusi, Jacobus, Gazzaneo, Rogge, Martin e Baumhardt 1990	Candelária 2		BR	RS	Candelária			
SCHMITZ, ET AL. 1996.		GO-PA-67	BR	GO	São Domingos			
SCHMITZ, ET AL. 1996. ; CNSA BA00460	Santa Maria 1	BA-RC-31	BR	BA	Santa Maria da Vitória			
SCHMITZ, ET AL. 1996. ; CNSA GO00372	Cemitério do Padre	GO-PA-64	BR	GO	São Domingos			
SCHMITZ, ET AL. 1996.; CNSA BA00197		BA-RC-44	BR	BA	Santa Maria da Vitória			
SCHMITZ, et all. 2000; Brochado. 1969; Goldmeier & Schmitz. 1983; De Masi & Schmitz 1987; CNSA 15133	Alcides Pivetta	RS-MJ-10	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, et all. 2000; Brochado. 1969; Goldmeier & Schmitz. 1983; Schmitz, et all. 2000; CNSA 15143	Ângelo Pivetta	RS-MJ-20	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-110	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-111	BR	RS	Agudo			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-116	BR	RS	Agudo			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-118	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-119	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-143	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-144	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-145	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-16A e B	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-25	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-29	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-30	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-31	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-32	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-35	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-37	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-66	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-70	BR	RS	Agudo			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-82	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-93	BR	RS	Cachoeira do Sul			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000		RS-MJ-95	BR	RS	Cachoeira do Sul			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.; Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983;	Marino Lopes	RS-MJ-4	BR	RS	Santa Maria			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.; Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15135	Gabriel Cella	RS-MJ-11	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.; Brochado 1969; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 15142	Elídio Bevilacqua	RS-MJ-19	BR	RS	Faxinal do Soturno			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.; Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; CNSA 35235	João Carlos Horbach	RS-MJ-142	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000.S; Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; CNSA 35234; CNSA RS00846; RS00845	Sra. Silla Kops / Silla Kops	RS-MJ-140/141	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; CNSA RS01149	Eugênio Luiz de Ávila - 1	RS-MJ-6 RS-44	BR	RS	Santa Maria			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; CNSA RS01150	Eugênio Luiz de Ávila - 2	RS-MJ-6 RS-45	BR	RS	Santa Maria			
SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; CNSA 15207	Quido P. Stringhini	RS-MJ-91	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Schmitz, et al., 1968; Goldmeier e Schmitz 1983; CNSA 35330; CNSA RS00940	Oscar e Cristiano Müller	RS-17	BR	RS	Novo Hamburgo			
SCHMITZ, P. ET AL. 1997.		BA-RC-28	BR	BA	Santa Maria da Vitória			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Schmitz, Ribeiro & Ferrari. 1985; Goldmeier & Schmitz. 1983; De Masi & Schmitz. 1987; Schmitz. 1987; Rogge. 1996; Schmitz, Rogge & Arnt. 2000; CNSA 35049; CNSA RS00673	Antônio O. Cavalheiro/Sr. Antônio Olavo Cavaleiro	RS-MJ-143	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35226;	Carlos Fermino Horbach	RS-MJ-84	BR	RS	Dona Francisca			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983 Schmitz 1987; Rogge 1996; CNSA 35232; CNSA RS00844	Derli Barbosa	RS-MJ-117	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983 Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35031; S	Arno Klenzel	RS-MJ-123/124	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15215;	Atalábio L. Carvalho	RS-MJ-103	BR	RS	Cachoeira do Sul			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35036;	Edison Halberstadt	RS-MJ-128	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35051; CNSA RS00675	Antônio Vasconcelos/Sr. Antônio Vasconcelos	RS-MJ-145	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	da CEEE	RS-MJ-109/116	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35028;	João Melchides Ferreira	RS-MJ-114	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35033;	Rudolfo Repke	RS-MJ-125	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35041; CNSA RS00665	Eriberto Neufeldt / Heriberto Nemfeld	RS-MJ-133	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35044;	Elvino Giacometti	RS-MJ-136	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35045;	Arthur de Quadros	RS-MJ-137	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35046;	Osmar Ferraz	RS-MJ-138	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35227	Friedrich Ludwig	RS-MJ-107	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35228	CEEE	RS-MJ-108	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35324;	Elvedo Neu	RS-MJ-146	BR	RS	Nova Palma			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35595; CNSA RS01204	Pai de Antônio O. Cavalheiro	RS-MJ-144	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35034;	Florentino Moreira	RS-MJ-126	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	Deobaldo Begron Ulbrich	RS-MJ-112	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35047;	Cerrilho Moreira	RS-MJ-139	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; De Masi e Schmitz 1987; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35321;	Escavação das Barragens 1, 2 e 3	RS-MJ-122	BR	RS	Nova Palma			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 15211;	Cooperativa Arrozícola	RS-MJ-99	BR	RS	Restinga Seca			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996, 2004, 2005; CNSA 15212; soares, 2004; SCHMITZ, I, ROGGE J; ARNT, F. 2000; NOELLI, 1999-2000	Beraldo S. Carvalho	RS-MJ-100 / 101	BR	RS	Cachoeira do Sul	695±100 AD	C14(1972)	SI-2201

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35042; CNSA RS00666	Edwaldo Otto Wappler / Edivaldo O. Wappler	RS-MJ-134	BR	RS	Agudo			
Schmitz, Ribeiro e Ferrari. 1985; Goldmeier e Schmitz 1983; Rogge 1996; Schmitz. Rogge e Arnt 2000; CNSA 35594	Irmãos Manske	RS-MJ-106	BR	RS	Nova Palma			
SCHMITZ, Schmitz, et al., 2004 ; Robrahn-GONZALEZ, 1996; CNSA GO00161	Lindomar Ribeiro Franco (1) (Núcleo C)	GO-JA-11-1 (a)	BR	GO	Serranópolis	1350±75 AP	C14	N-2350
SCHMITZ, Schmitz, et al., 2004 ;Robrahn-GONZALEZ, 1996; SPHAN. 1984. Schmitz, 1975	Professora Elsa	GO-JA-16	BR	GO	Caçu			
SCHMITZ, Schmitz, et al., 2004; CNSA GO00157	Riduzino (2) (Núcleo A)	GO-JA-8a	BR	GO	Serranópolis			
SCHMITZ, Schmitz, et al., 2004; Robrahn-GONZALEZ, 1996.; CNSA GO00161	Lindomar Ribeiro Franco (1) (Núcleo C)	GO-JA-11-1 (a)	BR	GO	Serranópolis	1000±75 AP	C14	N-2349 (Nishina Memorial - Japão)
SCHMITZ. 1989			BR	GO	Mineiros			
Schmitz. Rogge e Arnt 2000;	Arnold Loebler	RS-MJ-85	BR	RS	Dona Francisca			
SCHMITZ. SANDRIN, 2009 ; BECKER, 2007.;	Lagoa dos Índios	RS-LN-64	BR	RS	Osório			
Scientia Consultoria Científica. 2007	Cachoeirinha		BR	SP	Tatui			
Scientia Consultoria Científica. 2007	Tatuf 1		BR	SP	Tatui			
Sempé & Caggiano. 1995	Alba Posse		AG	Depto 25 de Maio - Misiones	Alba Posse			
Sempé & Caggiano. 1995		Sítio nº 1	AG	Prov. Misiones	San Javier			
Sempé & Caggiano. 1995		Sítio nº 2	AG	Prov. Misiones	San Javier			
Sempé & Caggiano. 1995		Sítio nº 3	AG	Prov. Misiones	San Javier			
Sempé & Caggiano. 1995		Sítio nº 4	AG	Prov. Misiones	San Javier			
Sempé 1988; SEMPÉ, 1995.; NOELLI, 1999-2000	Panambi 3		AG	Prov. Misiones	Oberá	920±70 AP	C14 (1995)	
Sempé 1999	Puerto Sara		AG	Prov. Misiones	San Javier			
Sempé e Caggiano 1995	Panambi 1		AG	Prov. Misiones	Oberá			
Sempé e Caggiano 1995	Panambi 2		AG	Prov. Misiones	Oberá			
Sempé e Caggiano 1995	Panambi 4		AG	Prov. Misiones	Oberá			
Sempé e Caggiano 1995	Panambi 5		AG	Prov. Misiones	Oberá			
Sempé e Caggiano 1995; POUIJADE, 1992.	Panambi 6		AG	Prov. Misiones	Oberá			
SENA, 2007; NETO, 2008.	Bandeira		BR	PE	Araripina			
SENA, 2007; NETO, 2008.	Canudama		BR	PE	Araripina			
SENA, 2007; NETO, 2008.	Capim		BR	PE	Araripina			
SENA, 2007; NETO, 2008.	Carrapicho		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Fafopa		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Jardim 1		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Lagoa do Cascavel		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Maracujá 1		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Maracuja 2		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Marinheiro 1		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Santa Cruz		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	São José		BR	PE	Araripina			
SENA. 2007; NETO. 2008	Valado		BR	PE	Araripina			
Serrano 1939, 1950	Rincón de Landa		AG	Prov. Entre Ríos	Gualeguaychu			
Serrano 1950; Menghín 1962	Puerto Mineral		AG	Prov. Misiones	San Gotardo			
Setor de Arqueologia MHN. 01; UFMG. 01			BR	MG	Teófilo Otoni			
setor de Arqueologia MHN-UFMG	Florestal 2		BR	MG	Itueta			
Setor de Arqueologia MHN-UFMG			BR	MG	Ladainha			
Setor de Arqueologia MHN-UFMG. 01			BR	MG	Cuparaque			
Silva 1953; SILVA, CARLOS 1953; Scatamacchia, 1984	Carlos Castro		BR	SP	Santo Anastácio			
Silva 1992; Dias e Silva 2012	Colônia Itapuã	RS-LC-2	BR	RS	Viamão			
Silva 1992; Dias e Silva 2012	Pedreira - Morro da Fortaleza	RS-LC-3	BR	RS	Viamão			
Silva 1992; Noelli et al 1997; CNSA 35379; Dias e Silva 2012; CNSA 00989	Ilha do Junco	RS-LC-70	BR	RS	Viamão			
Silva 1992; Noelli et al 1997; Dias e Silva 2012; CNSA 35379; Marsul; CNSA 35733	Praia do Araçá	RS-LN-6	BR	RS	Viamão			
Silva 1992; Zortéa 1995; Noelli et al 1997; Silva 1992; Dias e Silva 2012	Praia das Pombas	RS-LC-8	BR	RS	Viamão			
SILVA, 1967.; Moraes, 2007	Ituarana	MS-PR-98	BR	SP	São Carlos			
Silva, 1982	D. Laura	RJ-LP-43	BR	RJ	Belford Roxo			
SILVA, 1999.; OLIVEIRA, 1999-2000.	Gengibre	GO-CA-27	BR	GO	Caldas Novas			
Silva, et all. 2004	Aldeia Xicrim		BR	PA	Parauapebas	1500 AD	TL	
Silva, et all. 2004	Kuatinemu		BR	PA	Altamira	1300 AD	TL	
Silva, R. et al. 1997.	Lourenço	GO-CA-14	BR	GO	Caldas Novas	590±50 AP	C14 (1997)	BETA-99032
Silva. 1992; Dias & Silva. 2012	Aldeia do Cantagalo	RS-LC-1	BR	RS	Viamão			
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	220±70 AP	TL	FATEC-LVD1932
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	330±40 AP	TL	BETA-195707

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	370±40 AP	C14	BETA-195710
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	450±60 AP	TL	BETA-195706
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	460±137 AP	TL	FATEC-LVD1933
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	500±40 AP	TL	BETA-227306
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	510±40 AP	C14	BETA-195711
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	520±80 AP	C14	BETA-227305
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1060±40 AP	C14	BETA-195708
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1244±100 AP	TL	FATEC-LVD1246
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1500±300 AP	TL	FATEC-LVD1815
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1150±240 AP	TL	FATEC-LVD1817
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1210±40 AP	C14	BETA-195709
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	800±150 AP	TL	FATEC-LVD1814
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	950±180 AP	TL	FATEC-LVD1816
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00807	Bitoca 1	PA-AT-277	BR	PA	Marabá	1594±50 AP	TL	FATEC-LVD1245
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	400±40 AP	TL	BETA-227307
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	480±40 AP	TL	BETA-227308
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	550±50 AP	TL	BETA-227309
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	705±170AP	TL	FATEC-LVD1259
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	1125± 110AP	TL	FATEC-LVD1262
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	1280±95 AP	TL	FATEC-LVD1263
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	1335±85 AP	TL	FATEC-LVD1260
Silveira et al. 2008; Garcia, 2012. CNSA PA00808	Bitoca 2	PA-AT-278	BR	PA	Marabá	1445±70 AP	TL	FATEC-LVD1261
SILVEIRA, 2008; CNSA PA01046	Edinaldo	PA-AT-289	BR	PA	Marabá	1360±230 AP	TL	FATEC-LVD-1822
SILVEIRA, 2008; CNSA PA01046	Edinaldo	PA-AT-289	BR	PA	Marabá	810±145 AP	TL	FATEC-LVD-1823
SILVEIRA, 2008; CNSA PA01046	Edinaldo	PA-AT-289	BR	PA	Marabá	840±50 AP	C14	BETA-227312
SILVEIRA, 2008; CNSA PA01046	Edinaldo	PA-AT-289	BR	PA	Marabá	620±40 AP	C14	BETA-227313
SILVEIRA, 2008; CNSA PA00810	Captação	PA-AT-280	BR	PA	Marabá	830±100 AP	TL	FATEC-LVD-1473
SILVEIRA, 2008; CNSA PA01046	Edinaldo	PA-AT-289	BR	PA	Marabá	550±50 AP	C14	BETA-227314
SILVEIRA. 2008; CNSA-PA01044	Abraham	PA-AT-298	BR	PA	Marabá	1730±50AP	C14	BETA-227300
SILVEIRA. 2008; CNSA-PA01044	Abraham	PA-AT-298	BR	PA	Marabá	2410±40AP	C14	BETA-227301
Silveira. 2013	Retiro 1	RS-LC-73	BR	RS	São José do Norte			
Simas 1997 (com. Pessoal)	Naufragados		BR	SC	Florianópolis			
SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Areal de Guarapari		BR	ES	Guarapari			
SIMÕES DE SOUZA, 2010.	do Haras / Monte Haras / Morro ou Monte Aga	ES-GU9	BR	ES	Piúma			
SIMÕES DE SOUZA, 2010.	Guarapari 1		BR	ES	Guarapari			
SIMÕES DE SOUZA, 2010.		ES-AF-4	BR	ES	São Roque do Canaã			
SIMÕES DE SOUZA, 2010.		ES-AF-6	BR	ES	São Roque do Canaã			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987	Munducuru 3		BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-4	BR	PA	Marabá	1550±70 AD	C14	SI-4058
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-5	BR	PA	Marabá			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-6	BR	PA	Marabá			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-7	BR	PA	Itupiranga			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-8	BR	PA	Itupiranga			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-AT-9	BR	PA	Itupiranga			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-BA-1	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-BA-14	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-BA-15	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987		PA-BA-2	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, & ARAUJO-COSTA, 1987, 1983.	Mangueiro	PA-BA-19	BR	PA	Tucuruí			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Arróia	PA-BA-22	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Bom Jesus	PA-BA-30	BR	PA	Tucuruí			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Camargo	PA-BA-31	BR	PA	Tucuruí			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Correinha	PA-BA-25	BR	PA	Novo Repartimento			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Embaubal	PA-BA-7	BR	PA	Baião			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Ilha Tocantins	PA-BA-28	BR	PA	Goianésia do Pará			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Itapaiúnas	PA-BA-4	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Jatobal	PA-BA-16	BR	PA	Tucuruí			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Juari	PA-BA-29	BR	PA	Goianésia do Pará			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Juari	PA-BA-29	BR	PA	Goianésia do Pará			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Mangal 1	PA-BA-9	BR	PA	Tucuruí			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Montanha	PA-BA-1	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Munducuru 1	PA-BA-5	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Munducuru 2	PA-BA-6	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Pitinha	PA-BA-21	BR	PA	Breu Branco			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Remansão	PA-BA-27	BR	PA	Goianésia do Pará			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Taquari	PA-BA-23	BR	PA	Novo Repartimento			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Vila Brabo	PA-BA-26	BR	PA	Goianésia do Pará			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.		PA-BA-24	BR	PA	Baião			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Cocal	PA-BA-8	BR	PA	Baião			
SIMOES, ARAUJO-COSTA, 1978, 1987, 1983.	Bom Futuro	PA-BA-3	BR	PA	Breu Branco			
Simonsen , Et ali. 1983-84 ; CNSA TO00001	Carpore	GO-PA-18	BR	TO	Arraias			
Smithsonian; CNSA 25766; Oliveira, 2002.	Geraldo		BR	PR	São Manoel do Paraná			
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1000±240 AP	TL (2000)	LVD-FATEC
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1100±78 AP	TL (1999)	LVD-FATEC
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1200±65 AP	TL (1998)	LVD-FATEC
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1370±160 AP	TL (1997)	LVD-FATEC
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	2200±200 AP	TL (2001)	LACIFID
soares, 2004. CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	640±80 AP	TL (2003)	LVD-FATEC
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1100±140 AP	TL (2004)	LVD-FATEC
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1500±100 AP	TL (2001)	LACIFID
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1600±200 AP	TL (2002)	LVD-FATEC
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	1700±210 AP	TL (2001)	LVD-FATEC
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	470±50 AP	C14	BETA-181184
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	710±50 AP	TL (1993)	LACIFID
soares, 2004.CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	3500 AP	TL (2001)	LACIFID
soares, 2004; CNSA RS02626	Ropke	RS-JC-57	BR	RS	Ibarama	750±60 AP	TL (1994)	LACIFID
Sosa 1957	Arazatí		UY	Depto. San José	Libertad			
Sosa 1957	Colonia la Concordia		UY	Depto. Soriano	Dolores			
Sosa 1957; Baeza e Bosch 1973; Trakalo 1987	La Tuna		UY	Depto. San José	Santa Lucía			
Sosa 1957; BORETTO, BERNAL, SCHMITZ , BASILE BECKER, 1973	Isla Naranjo		UY	Depto. Soriano	Villa Soriano			
Sosa 1957; Coirolo 1990	Rincón de la Higuera		UY	Depto. Soriano	Villa Soriano			
souza, 2003; PONTIM, 2011	Dourado	GO-Ni-125 / GO-NI-127	BR	GO	Campinaçu	507 AP	TL	
souza, 2003; PONTIM, 2011	Jaú	PR-JA-42	BR	GO	Colinas do Sul	1051 AP	TL	LVD
souza, 2003; PONTIM, 2011	Jaú	PR-JA-42	BR	GO	Colinas do Sul	254 AP	TL	LVD
Spalding 1939, 1940, 1943, 1967, s.d.; Noelli et al 1997	Espírito Santo		BR	RS	Porto Alegre			
Spalding 1939, 1940, 1943, 1967, s.d.; Noelli et al 1997; Porto Alegre 1906; Silva 1992;	Ponta dos Coatís		BR	RS	Viamão			
Spalding 1939, 1940, 1943, 1967, s.d.; Silva 1992; Noelli et al 1997; CNSA 35378	Chico Manoel	RS-LC-71	BR	RS	Viamão			
SPHAN. 1984	Artur Cordeiro	GO-PA-6	BR	GO	Monte Alegre de Goiás			
SPHAN. 1984	Carrasco	BA-CDN-7	BR	BA	Campo Formoso			
SPHAN. 1984	da Varzea	BA-5	BR	BA	Ituaçu			
SPHAN. 1984	do Angelim	BA-4	BR	BA	Saúde			
SPHAN. 1984	Ibanes Carvalho Prado	GO-JA-6	BR	GO	Jataí			
SPHAN. 1984 ; Pontim, 2004.	Paulino Nunes dos Santos	GO-JA-17	BR	GO	Caçu			
SPHAN. 1984 ; scatamacchia, 1981. ; Fensterseifer, Ellen. Schmitz, Pedro1975; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.	Domingos Luís Carvalho	GO-JU-5	BR	GO	Mossamedes			
SPHAN. 1984 ; scatamacchia,1981; Fensterseifer & Schmitz, 1975-76; OLIVEIRA, 1999-2000. ; SCHMITZ, ET ALLI. 1989. ; Wust 1976, 1983; Schmitz 1976-1977; Brochado, 1984; GONZALEZ 1996.; FACCIO,N.B. et al. 1998; CNSA GO00899	Pedro Pereira da Silva / Pedro Pereira 3	GO-JU-39	BR	GO	Montes Claros de Goiás	620±55 AP	C14(1977)	N-2351
SPHAN. 1984. ; scatamacchia, 1981; Fensterseifer & Schmitz, Pedro 1976-76 ; OLIVEIRA, JORGE, 1999-2000. ; SCHMITZ, ET ALLI. 1989. ; Wust 1976; Brochado, 1984; Robrahn-GONZALEZ, 1996.; Schmitz, 1976; WÜST, 1983. FACCIO,N.B. et al. 1998; CNSA GO00899	Pedro Pereira da Silva / Pedro Pereira 3	GO-JU-39	BR	GO	Montes Claros de Goiás	510±75 AP	C14(1977)	N-2352
SPHAN. 1984.; Fensterseifer & Schmitz, 1975; scatamacchia, maria 1981; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.	Pedro Pereira 1	GO-JA-36	BR	GO	Montes Claros de Goiás			
SPHAN. 1984; Robrahn-GONZALEZ, 1996; scatamacchia, 1981; Fensterseifer & Schmitz, 1975; CNSA GO00895	Sr. Alaceu / Senhor Alem	GO-JU-40	BR	GO	Montes Claros de Goiás			
SPHAN. 1984; Schmitz, et al., 2004; CNSA GO00150	Manoel Braga / Manuel Braga(1) (Núcleo D) (Abrigo 1001)	GO-JA-3	BR	GO	Serranópolis			
SPHAN. 1984;. ; pontim, 2004	Jose Fidélis	GO-JA-18	BR	GO	Caçu			
SPHAN. 1984; GONZALEZ. 1995/96; GONZALEZ. 1996	Alto do Bomfim	GO-JA-7	BR	GO	Jataí			
stuchi, 2010	Mukuin Caniné	MT-TP-02	BR	MT	Apiacás			
SYMANSKI, 2001; ETCHEVARNE, 1999-2000.	Fazenda Camurugi	SCG-1	BR	BA	Santa Cruz Cabralia			
Teixeira, 2002.			BR	ES	Linhares			
Telles, 2010.	Fernando Lopes		BR	RS	Rio Grande			
Telles, 2010.	Fernando Lopes		BR	RS	Rio Grande			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
Telles, 2010.	Fernando Lopes		BR	RS	Rio Grande			
Telles, 2010.	Fernando Lopes		BR	RS	Rio Grande			
TENORIO ET ALLI, 2010.	Massambaba		BR	RJ	Cabo Frio			
TENÓRIO, 2010.	Rosa		BR	AL	União dos Palmares			
Tiburtius, Bigarella e Bigarella 1950-1951; Prous e Piazza 1977; Neves, 1988; Schmitz, De Masi, Verardi, Lavina e Jacobus 1992; Bandeira, 2000.	Itacoara	SC-LJ-57	BR	SC	Joinville			
Torres 1911; Outes 1918; Vignati 1941-1946; Loponte e Acosta 2003-2004, 2007; Pérez et al 2009; Mucciolo 2007, 2008; Acosta et al 2008; Pérez et al. 2008; Acosta e Mucciolo 2009	Arroyo Fredes		AG	Prov. Buenos Aires	San Fernando	690±70 AP	C14	UGa-10789 (University of Georgia - USA)
Torres 1911; Outes 1918; Vignati 1941-1946; Loponte e Acosta 2003-2004, 2007; Pérez et al 2009; Mucciolo 2007, 2008; Acosta et al 2008; Pérez et al. 2008; Acosta e Mucciolo 2009	Arroyo Fredes		AG	Prov. Buenos Aires	San Fernando	402±40 AP	C14	AA-77309
Torres 1911; Outes 1918; Vignati 1941-1946; Loponte e Acosta 2003-2005, 2007; Pérez et al 2009; Mucciolo 2007, 2008; Acosta et al 2008; Pérez et al. 2008; Acosta e Mucciolo 2009	Arroyo Fredes		AG	Prov. Buenos Aires	San Fernando	370±50 AP	C14	LP-1427 (La Plata - Argentina)
Torres, 1907; Outes, 1918.			AG	Prov. Santa Fé	Santa Fé			
Torres, 1911.	Foz do Rio Carabelas		AG	Prov. Buenos Aires	Belén de Escobar			
Torres, 1911; Gatto, 1939; Caggiano, 1979, 1983.	Brazo Largo		AG	Prov. Entre Ríos	Puerto Constanza			
Torres, 1911; Outes, 1918.			AG	Prov. Buenos Aires	Belén de Escobar			
Torres, 1911; Outes, 1918.			AG	Prov. Buenos Aires	Belén de Escobar			
Torres, 1911; Outes, 1918; Greslebin, 1931.	Puerto Landa		AG	Prov. Entre Ríos	Perdices			
Trakalo, 1987.	Arroyo Pavón		AG	Prov. Santa Fé	Villa Constitución			
Uchôa, 2002.	Primo		BR	SP	Ilha Comprida			
Uchôa, 2009.	Mar Virado		BR	SP	Ubatuba			
Vellard, 1934.	Ipacaráí		PY	Depto. Central	Ypacaráí			
Vellard, 1934; Vera, 1941.	Ñemby		PY	Depto. Central	Ñemby			
Vera., 1941; Schmidt, 1932.			PY	Distrito Capital	Asunción			
Vergen et al, 1991. Recife; Silva, 2001; CARVALHO, 2000, 2003.	Riachuelo		BR	SE	Riachuelo			
Vergen et al, 1991. Recife; Silva, 2001; CARVALHO, 2003; CNSA SE00076	Machado	122	BR	SE	Pacatuba/Porto da Folha			
Veroneze, ellen. 1993; Schmitz, et al., 2004; CNSA 46205	Mano e Neto	MS-PA-5	BR	MS	Paranaíba			
VIANA, 2002; CNSA CE00028	do Jorge	CE-LI-07	BR	CE	Trairi			
Viana, 2002; CNSA CE00029	Lagoa das Almécegas	CE-LI-08	BR	CE	Paraipaba			
Vidal, 2012.	Mirim 1		BR	RS	Rio Grande			
Vignati, 1936; Bogan 2005; Capparelli 2005; Pérez et al, 2009.	Arenal Central		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
VOLCOV, 2012; Oliveira, 2002; Chmyz, 1995; CNSA 25955	Três Morros 1	PR-CT-10	BR	PR	Palmeira			
VOLCOV, 2012; Oliveira, 2002; Chmyz, 1995; CNSA 25956	Três Morros 2	PR-CT-11	BR	PR	Palmeira			
Wagner 2004; Rogge e Schmitz 2010;CNSA RS02155; CNSA 02155	Parque Tupancy / Tupancy	RS-LN-302	BR	RS	Arroio do Sal			
Wagner, 2004.	Fazenda do Casqueiro		BR	RS	Arroio do Sal			
Wagner, 2004.	Fazenda do Casqueiro		BR	RS	Arroio do Sal			
Wagner, 2004.	Fazenda do Casqueiro		BR	RS	Arroio do Sal			
Wagner, 2004; CNSA 02433	Balneário de Itapeva	RS-LN-3	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02436	Caixa d'água	RS-LN-4	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02437		RS-LN-6	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02439		RS-LN-8	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02440		RS-LN-9	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02441; Hilbert 1997.		RS-LN-10	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02448		RS-LN-19	BR	RS	Torres			
Wagner, 2004; CNSA 02450		RS-LN-21	BR	RS	Torres			
Wiener, 1876.	Armação da Piedade		BR	SC	Governador Celso Ramos			
WÜST, 1983; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.		GO-RV-66	BR	GO	Sanclerlândia			
Wust, 1990; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; CNSA MT00417	Carapicho A	MT-SL-21 A	BR	MT	Rondonópolis			
Wust, 1990; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996; CNSA MT00438	Loca do Castelo	MT-SL-71	BR	MT	Juscimeira	1130±60 AP	C14	BETA-31035
WUST, 1999.	Gomes Carneiro	MT-RN-15	BR	MT	Rondonópolis			
WUST, 1999.	Kejari 1	MT-RN-12	BR	MT	Rondonópolis			
WUST, 1999.	Pabojare	MT-SL-27	BR	MT	Poxoréo			
WUST, 1999.	Pabore 2	MT-SL-9	BR	MT	Rondonópolis			
WUST, 1999; CNSA MT00566	Roça do Waldemar	MT-RN-36	BR	MT	Poxoréo			
WUST, 1999; OLIVEIRA & VIANA, 1999-2000; ROBRAHN GONZÁLEZ, 1996.	Roça Comunitária 1	MT-SL-4A	BR	MT	Rondonópolis	700±70 AP	C14 (1990)	BETA-27426 / U2-N4
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2000	Sauípe 9		BR	BA	Mata de São João			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2000	Aldeia de Santo Antônio		BR	BA	Mata de São João			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2000; Robrahn-Gonzalez & Zanettini, 2001.	Sauípe 30		BR	BA	Mata de São João			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2001.	Bebedouro 3		BR	SP	Bebedouro			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2003 A	10 Rodovia SP 300		BR	SP	Tietê ou Porto Feliz	Sec XVII	TL	
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2003 B	Jaraguá 1 - Rodoanel	RO-39-J	BR	SP	São Paulo			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2003 B; CNSA SP01091; CNSA SP01188.	Colina 1		BR	SP	Colina/Barretos	420±40 AP	TL	LVD-2335
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2004 A			BR	SP	Guatapará			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2004 B			BR	SP	Ribeirão Preto			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2004 C	Jardim Princesa 1		BR	SP	São Paulo			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2004 C	Jardim Princesa 2		BR	SP	São Paulo			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2005	Buruzinho		BR	SP	Indaiatuba			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2006 A; TIBIRIÇA, 1935.	Cachoeira de Emas 1		BR	SP	Pirassununga			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2006 B	Luminé		BR	SP	Ribeirão do Sul			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2006 C; CNSA SP01161	Capivara		BR	SP	Maracá			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 B	Buriti 2		BR	SP	Buritizal			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 B	Santa Tereza 1		BR	SP	Buritizal			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 B	Santa Tereza 2		BR	SP	Buritizal			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 B	Santa Tereza 3		BR	SP	Buritizal			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 C	Córrego Água Limpa 1		BR	SP	Glicério			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 E	Saltinho		BR	SP	Marabá Paulista			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 F	Jacuípe 1	CLN-2	BR	BA	Camaçari			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 F	Sonrisal 1	CLN-4	BR	BA	Camaçari			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2007 F	Sonrisal 2	CLN-6	BR	BA	Camaçari			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2008	Cantagalo 1		BR	BA	Guaratinga			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2008	Santa Clara 1		BR	BA	Vereda			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2008; CNSA BA00723	Cantagalo 2		BR	BA	Guaratinga			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Baixio dos Caboclos		BR	CE	Abaiera	1530±50AP	C14	BETA-241018
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Baixio dos Lopes		BR	CE	Brejo Santo	1020±40 AP	C14	BETA-241015
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Baixio dos Lopes		BR	CE	Brejo Santo	1260±50 AP	C14	BETA-241016
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Cemitério dos Indios		BR	CE	Brejo Santo			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Joaquim Chicote		BR	CE	Abaiera	630±120 AP	TL	LVD-1941
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Piçarra	Sítio 29	BR	CE	Porteiras			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Queimadas 2		BR	CE	Abaiera			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Topo do Morro		BR	CE	Brejo Santo			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Baixa Dantas		BR	CE	Abaiera			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 A	Porteiras		BR	CE	Porteiras			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 B	Capim Grosso 2	CG-II	BR	PE	Ouricuri			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 B	Gravatá 1	Gr 1	BR	PE	Bodocó			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 B	Gravatá 5	Gr 5	BR	PE	Parnamirim			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 B	Gravatá 8	Gr 8	BR	PE	Bodocó	370±60 AP	TL	LVD-2155
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 B	Gravatá 9	Gr 9	BR	PE	Bodocó			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 C	Fazenda Nova 2		BR	SP	Tanabi			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 C; CNSA SP01062	São Gabriel		BR	SP	Salto			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 D	Beira Rio 3		BR	SP	Guaíra			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 D	Córrego Novo 2		BR	PR	Barretos			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 D	Fazenda Matão 3		BR	SP	Barretos			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2009 D	Fazenda Rio Pardo 2		BR	SP	Barretos			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 A	Fazenda Panorâmica		BR	SP	Avaré			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Babaçual		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Bosque		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Dois Irmãos		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Espinheiro		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Jaguar		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Santos		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Sarrita		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010 B	Maxixe		BR	PA	São Félix do Xingu			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Brotas de Macaúbas 2	BM II	BR	BA	Brotas de Macaúbas	780±110 AP	TL	LVD-2748
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Brotas de Macaúbas 3	BM III	BR	BA	Brotas de Macaúbas	760±80 AP	TL	LVD-2749
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Brotas de Macaúbas 4	BM IV	BR	BA	Brotas de Macaúbas			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Brotas de Macaúbas 1	BM I	BR	BA	Brotas de Macaúbas			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Mendes		BR	BA	Brotas de Macaúbas			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 A	Sumidouro		BR	BA	Brotas de Macaúbas	650±45 AP	TL	LVD-2747
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2011 B	Pirangi 3		BR	SP	Pirangi			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2013	Arcoverde 2		BR	PE	Sertânia			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2013	Melo		BR	PE	Pesqueira			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2013	Mimoso		BR	PE	Pesqueira			

Fonte	Nome do Sítio	Sigla do Sítio	País	Região/ Estado	Município	Datação	Método Datação	Código Lab.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2013	Pitombeira		BR	PE	Araripina			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2013	Ipanema		BR	PE	Pesqueira			
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2014	Córrego do Capim 1	CC-I	BR	SP	Barretos			
ZEBALLOS, 1878; TORRES. 1911; AMEGHINO, 1918.	Isla Paycarabí		AG	Prov. Buenos Aires	Buenos Aires			
ZIMPEL Neto, 2009; Cruz, Daniel & Morais, 2008.	Encontro	Ro-Ma-5	BR	RO	Ministro Andreazza	3970±70 AP	C14	BETA-230198
ZIMPEL, 2009; CRUZ, 2008	Encontro	Ro-Ma-5	BR	RO	Ministro Andreazza	3850±80 AP	C14	BETA-230197
ZORTÉIA, 1995; DIAS & SILVA, 2012.	Praia da Onça	RS-LC-11	BR	RS	Viamão			
ZORTÉIA, 1995; DIAS & SILVA, 2012.	Praia do Sítio	RS-LC-15	BR	RS	Viamão			
ZUSE, 2009.	Adelque Weide	IBM-15	BR	RS	São Pedro do Sul			
ZUSE, 2009.	Amauri Rossi	IBM-17	BR	RS	São Pedro do Sul			
ZUSE, 2009.	Fernando Weide	IBM-16	BR	RS	São Pedro do Sul			
ZUSE, 2009.	Pedra Grande	IBM-4/RS-SM-07	BR	RS	São Pedro do Sul	1633-1637 AD	Relativo	
ZUSE, 2009.	Rodolfo Mariano	IBM-14	BR	RS	São Pedro do Sul	985±100 AP	TL (2009)	LVD-2174

Bibliografia com os sítios apresentados

ABREU, S. F. (1928) Sambaquis de Imbituba e Laguna, Santa Catarina. <i>Revista da Sociedade de Geografia</i> , 31, pp. 8-50.
ABREU, S. F. (1944) O problema dos sambaquis II – Sambaquis de Imbituba e Laguna (Santa Catarina). <i>Boletim de Geografia</i> , 21 (2), pp. 1298-1311.
ACOSTA Y LARA, E. (1979) Los Guaraníes en el antiguo territorio de la República Oriental del Uruguay. <i>Revista Sociedad Amigos de la Arqueología (Apartado)</i> , XVII, Montevideo.
ACOSTA, A.; LOPONTE, D. e MUCCIOLO, L. (2008) Uso del espacio y subsistencia de grupos horticultores amazónicos en el humedal del Paraná inferior. In: F. Oliva; S. M. Copé (eds.). <i>Arqueologias da Paisagem: diferentes enfoques e escalas de análise</i> . (No Prelo).
AGUIRRE, J. F. (1951) Diario del Capitán de Fragata Don. Revista de la Biblioteca Nacional, v. 17.
ALBUQUERQUE, M. (1992) Ocupação pré-histórica da lagoa do Jequiá. Levantamento exploratório. Debates de história regional. N1. Universidade Federal de Alagoas.
ALBUQUERQUE, M. (2008) Recipientes cerâmicos de grupos tupi, no Nordeste brasileiro. In: André Prous; Tania Andrade Lima. (Org.). Os ceramistas Tupiguarani. 1ed.: Gráfica e Editora Sigma LTDA, 2008, v. 1, p. 67-89.
ALBUQUERQUE, M. (1969). O Sítio Arqueológico PE 13-Ln; Um Sítio de contato interetnico: nota prévia.. In: Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata. São Leopoldo. RS. Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia da área do Prata.. São Leopoldo., 1969. v. 1. p. 79-90
ALBUQUERQUE, M. ET AL (2011) Estudos Arqueológicos na área do gasoduto Nordestão I - RN, PB e PE.; CNSA-RN00274.
ALMEIDA, Fernando O. (2008) O complexo Tupi da Amazônia Oriental. Dissertação. MAE-USP. 2008 (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
ALMEIDA, Fernando O. (2013). A Tradição Polícroma no alto rio Madeira. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
ALMEIDA, Paulo A. (2004) Arqueologia em Conceição dos Ouros - MG Pré- História e História. Identidade, Museu e espacialidade. Dissertação de Mestrado. MAE-USP.
ALTENFELDER SILVA, Fernando. (1959). Considerações sobre a jazida de Estirão Comprido. Anais da III Reunião Brasileira de Antropologia. Recife. Pp. 113-119.
ALTENFELDER SILVA, Fernando. (1961-1962). Considerações sobre alguns sítios Tupí-Guarani no sul do Brasil. Revista do Museu Paulista, n.s., 13: 377-397. São Paulo.
ALVES, Aluísio. (2012). Análise Espacial em um Sítio Guarani no Litoral Sudoeste da Laguna dos Patos, Sítio PS-03 Totó. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo.
ALVES, M. (2009) Assentamentos e cultura material indígena anteriores ao contato no sertão da Farinha Podre, MG e Monte Alto, SP. S. Paulo. 301 p. Tese apresentada ao concurso de provas e títulos para a Livre-Docência no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.
ALVES, M. de F. (1999) Diagnóstico e preservação dos sítios arqueológicos pré-históricos do Município de Guapimirim - Estado do Rio de Janeiro: Um modelo de gerenciamento e monitoramento. Dissertação mestrado de gestão ambiental da Universidade. Estácio de Sá. Rio de Janeiro. São Pedro.
ALVES, Márcia Angelina & CHEUICHE-MACHADO, L. M. C. (1995). Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento do sítio de Água Limpa, Município de Monte Alto, São Paulo.. In: Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira., 1995, Porto Alegre. Coleção Arqueologia. Porto Alegre: EDIPUCRS. v. 2. p. 295-310.
AMBROSETTI, Juan B. (1895) Los cementerios prehistóricos del Alto Paraná (Misiones). <i>Boletín del Instituto Geográfico Argentino</i> , 16. pp. 227-263.
AMBROSETTI, Juan B. (1896). Tercer viaje a Misiones. Buenos Aires.1896.
AMEGHINO F. (1884) Escursiones geológicas y paleontológicas en la Provincia de Buenos Aires. PE Coni.
AMEGHINO, F. (1918 a) La antigüedad del hombre en el Plata. Buenos Aires: La "Cultura Argentina", 1918.
ANDREATTA, M. (1988) PROJETO ANHANGUERA DE ARQUEOLOGIA DE GOIAS (1975-1985). REVISTA DO MUSEU PAULISTA. NOVA SERIE - VOL XXXIII. SÃO PAULO.
ANDREATTA, M. (1976) Projeto Arqueológico Anhanguera. Estado de Goiás – MISSÃO.
APARÍCIO, F. (1948) Archaeology of the Paraná river. In: J. Steward (Ed.). <i>Handbook of South American Indians</i> , Vol. 3. Washington: Smithsonian Institution, pp. 57-67.
ARACRUZ, Elaboração do Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais do Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim - Aracruz, ES
ARAÚJO COSTA, F. (1983) Projeto Baixo Tocantins: Salvamento Arqueológico na Região de Tucuruí (Pará). Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo.
ARAÚJO COSTA, F. (1983) Projeto Baixo Tocantins: Salvamento Arqueológico na Região de Tucuruí (Pará). Dissertação de Mestrado.São Paulo. Universidade de São Paulo
ARAÚJO, Astolfo (2001) Teoria e Método em Arqueologia Regional: Um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
ARAÚJO, Astolfo. 1995 Levantamento Arqueológico da Área Alto Taquari, Estado de São Paulo, com Ênfase na Abordagem dos Sítios Líticos. Dissertação de mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia - USP. São Paulo.
ARAUJO, O. (1900) Diccionario Geográfico del Uruguay. Montevideo: Dornaleche y Reyes.
ARAUJO, S. A. C. (2006) Arqueologia de Itapeva, SP: Contribuição a formação de políticas publicas para gestão patrimonial. MAE-USP
ASSUNÇÃO, D. (2010) Sambaquis da Paleolaguna de Santa Marta: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado).
AZARA, F. (1896) <i>Descripción e Historia del Paraguay y del Rio de la Plata, Tomo I, nueva edición</i> . Asunción: A. de Uribe y Cía.
AZARA, F. (1904) Geografía esférica, física de las provincias del Paraguay y Misiones Guaraníes. 1790. In: Anales del Museo Nacional de Montevideo.
BADANO, V. M. (1940) Notas arqueológicas. 2. Piezas enteras de alfarería del litoral: existentes en el Museo de Entre Ríos, por Víctor M. Badano, Casa Predassi.
BAETA, A.; PILÒ, H. (2003) A presença tupi-guarani no médio Vale do rio Doce: aspectos preliminares sobre sua cerâmica In: Anais do XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. São Paulo.
BAEZA, Et Al. (1985). Palmar. Uma experiencia multidisciplinaria. En Estado Actual de la Investigaciones Arqueológicas em Uruguay (parte 1) 3: 25-34. CEA. Montevideo.
BAEZA, BOSCH, FEMENIAS & BOSCH, (1980)
BAEZA, J. & BOSCH, A. (1973) Algunos hallazgos de posible origen Guaraní. In: 2o Congreso Nacional de Arqueología.

BAEZA, J.; BOSCH, A.; FEMENIAS, J.; BOSCH, M. M.; PINTO, M. & PINTO, S. V. (1973) Informe sobre la zona costera atlántica de Cabo Polónio y Balizas, II parte. <i>Anales del II Congreso Nacional de Arqueología. III Encuentro de Arqueología del Litoral</i> . Montevideo.
BAEZA. 01
BALDUS. (1951-1952) "Tonscherbenfunde in Nordparaná", Archiv für Völkerkunde, Viena, vol. VI/VII
BANDEIRA, D. R. (2004) Cerâmistas Pré-Coloniais da Baía da Barbitonga, SC - Arqueologia e Etnicidade. Tese de Doutorado. Campinas.
BARÃO. (1998)
BARBOSA-GUIMARÃES, M. ; BUARQUE, A. ; BORGES, A. (2009) A tradição Tupiguarani na bacia do médio Paraíba do Sul: as sub bacias dos rios Paraibuna e do Piabanha. In: XV Congresso da SAB. Belém. Cadernos de Resumo. v. 1. p. 85-85.
BARRETO, C. N. G. de B. (1988) A ocupação pré-colonial do Vale do Ribeira de Iguape, SP os sítios concheiros do médio curso. S. Paulo. 2v.
BECK, A. (1971) Grupos cerâmicos do litoral de Santa Catarina - Fase Rio Lessa e Fase Enseada. <i>Anais do Museu de Antropologia</i> , 4. pp. 25-29.
BECK, A. (1972) A variação do conteúdo cultural dos sambaquis - litoral de Santa Catarina. São Paulo: FFLCH-USP, (Tese de Doutorado).
BECKER, J. L. (2007) O HOMEM PRE-HISTORICO NO LITORAL NORTE, RS, BRASIL. DE TORRES A TRAMANDAÍ. VOLUME 1. Ed. 01
BELTRÃO, Maria (1978) PRE-HISTORIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FORENSE UNIVERSITARIA RIO DE JANEIRO.
BELTRÃO, Maria da C.M.C.; KNEIP, L. M. (1969). Escavações arqueológicas no estado da Guanabara. In: XXI Reunião Anual da SBPC. São Paulo. Livro de Resumos da XXI Reunião Anual da SBPC.
BELTRÃO, Maria C.M.C. & FARIA, E.G. (1970/1971) ACAMPAMENTO TUPI-GUARANI PARA COLETA DE MOLUSCOS. REVISTA DO MUSEU PAULISTA, NOVA SERIE VOL XIX.
BERNAL ROMERO, R., BORETTO OVALLE, R., (1969). Informe de una excursión arqueológica al mound del Ao. La Yeguada (Nuevo Berlin).
BERNARDO, W. E. (1998) Evidencias arqueológicas preliminares en la región de Sorocaba; São Paulo - Brasil. Revista Textos Antropológicos n.8. 117 - 134 La Paz.
BERRA, J. C. & DEBLASIS, P. (2006). A CERAMICA DE FERRAZ EGREJA. VIALOU, AGEDA V. (ORG) PRÉ-HISTÓRIA DO MATO GROSSO. VOL2 CIDADE DE PEDRA. EDUSP.
BERTONLI, Arnaldo de W. & BARBERO, Andrés. (1932). Sobre cerâmica Guarani. Revista de la Sociedad Científica del Paraguay, 3(3): 103-103, Asunción.
BERTRAND, D. ET ALLI. (2009) AS OCUPAÇÕES PRE-COLONIAIS NO RIO GRANDE DO NORTE. MORALES E MOI (ORGS) CENARIOS REGIONAIS EM ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. ANNABLUME. PORTO SEGURO.
BESPALEZ, Eduardo. (2009). Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalina, Miranda; MS um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. São Paulo, pag. 198
BETTIOL, (1966)
BIGARELLA, João J. (1949). Nota prévia sobre a composição dos sambaquis do Paraná e Santa Catarina. Arquivos de Biologia e Tecnologia, 4, 1949. pp. 95-106
BIGARELLA, João J. (1951) Contribuição ao estudo dos sambaquis no estado do Paraná. I Regiões adjacentes às baías de Paranaguá e Antonina. Arqueologia, Biologia e Tecnologia, Curitiba.
BIGARELLA, João J.; TIBURTIUS, Guilherme; SOBANSKI, Arnoldo. (1954).Contribuição ao estudo dos sambaquis do litoral norte de Santa Catarina: Situação geográfica e descrição sumária. I. Impressora Paranaense AS.
BLANCO, S. P. e BRACCO, B. R. (1999) Modalidades de enterramiento y huellas de origen antrópico en especímenes óseos humanos. Tierra bajas del este del Uruguay (R.O.U.). In: J. M. López y M. Sans (comps.): Arqueología y Bioantropología de las Tierras Bajas. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. pp. 81-106.
BLASI, Oldemar (1967) O sitio arqueológico de estirão comprido rio ivaí - parana - estudos complementares. arquivos do museu paranaense - arqueología - nova serie - n3
BLASI, Oldemar (1961) Algumas notas sôbre a jazida arqueológica de 3 morrinhos-Querência do Norte-Rio Paraná. Boletim Paranaense de Geografia, p. 2-3.
BLUMA, F.V. (1973) Sítios arqueológicos em Mato Grosso. Dimensão, Corumbá, 3:133-138
BOGAN, S. (2005) Análisis del material faunístico del sitio arqueológico Arenal Central, Isla Martin García. <i>Actas de la VI Jornadas Chivilcoyanas en Ciencias Sociales y Naturales</i> . Centro de estudios en Ciencias Sociales y Naturales Chivilcoy. (CD ROM)
BONA, I. A. T. (2006) Estudo de assinatura quimicas em ceramicas da tradição Tupiguarani da região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. IPEN-USP ; Klamt 1999
BONOMO, Et al. (2011) MONTÍCULOS, JERARQUÍA SOCIAL Y HORTICULTURA EN LAS SOCIEDADES INDÍGENAS DEL DELTA DEL RÍO PARANÁ (ARGENTINA). Latin American Antiquity 22(3), pp. 297–333
BONOMO, M. (2012) <i>Historia Prehispánica de Entre Ríos</i> . Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara.
Bonomo, M. et al. (2011a) Pre-hispanic horticulture in the Paraná delta (Argentina): archaeological and historical evidence. World Archaeology. Vol.43(4): 557-579. Routledge.
BORETTO, R., BERNAL, R., SCHMITZ P., BASILE BECKER, I., 1973. Arqueología del Departamento de Río Negro. Esquema tentativo de una secuencia cronológica para sitios del Río Uruguay y del Río Negro”. Anales del I Congreso Nacional de Arqueología del Uruguay.
BROCHADO, José. (1973) Desenvolvimento de la tradición cerámica tupiguarani (a.d. 500 – 1.800). Porto Alegre, Gabinete de Arqueologia, (Datilografado). 80p.
BROCHADO, José. (1974) Pesquisas arqueológicas no escudo cristalino do Rio Grande do Sul - Serra do Sudeste. PRONAPA. Vol. 5. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 26. pp. 25-52.
BROCHADO, José. (1984) An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. Illinois-Champaign, University of Illinois, (Tese de Doutorado).
BROCHADO, José (1971). Extensão das Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Jacuí e Ibicui-Mirim, in Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) 4. Resultados Preliminares do 4o. Ano, 1968-1969. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, v. 15, p. 11-36.
BROCHADO, José Proenza et al. (1969) Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.
BROCHADO, José et al (1969). Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

BROCHADO, LAZZAROTTO e STEINMETZ 1969, A Cerâmica das Missões Orientais do Uruguai. Um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N 20
BROCHADO. José J.P. 1999. Linha de Transmissão Garabi-Itá. Relatório Semestral das pesquisas Arqueológicas. Porto Alegre: Centro de Estudos e pesquisas Arqueológicas da Pontifícia universidade Católica do Rio Grande do Sul.
BRUZZONE, A. (1931) Breve reseña del material recogido en Punta Lara (prov. De Buenos Aires). Notas Preliminares del Museo de La Plata, 1, pp. 339-354.
BUARQUE, A. (1995) Uma Aldeia Tupinambá em Morro Grande. In: VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre. Anais do VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. v. 2. p. 207-220.
BUARQUE, A. (2009) Étude de l’occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l’État de Rio de Janeiro, Brésil. Tese. Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne
BUARQUE, A. ET ALLI. (2003) PROGRAMA FUNERARIO DOS TUPINAMBA EM ARARUAMA, RJ - SITIO BANANEIRAS. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO 13
BUARQUE, A. 1999. A cultura Tupinambá no Estado do Rio de Janeiro. In: Cristina Tenório. (Org.). Pré-História da Terra Brasilis. 1ªed.Rio de Janeiro: UFRJ, v. , p. 306-320.
BUENO, L. (2005) Variabilidade tecnologica nos sitios liticos da região do Lajeado médio rio Tocantins. Tese MAE-USP
Burma, Ernesto A. 1984. Un paradero Guaraní em la zona de Puerto Laharrague. Memória del Ivº Encuentro de Geohistoria Regional. Resistência. Pp. 85 - 100.
BURMEISTER, H. (1872) Über Alterthümer am Rio Negro und Rio Paraná. Verhandlungen der Berliner Gesellschft für Ethnologie und Urgechichte. Berlin. pp. 196-197.
Cabrera Pérez L (1994) La presencia Tupiguaraní en el Bajo Paraná y Uruguay durante los siglos XV y XVI. V Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas. Montevideo, Uruguay. Pp. 333-344.
CAFFA, I. C. (2011) <i>Arqueología de Sociedades Indígenas del litoral del Río Uruguay</i> . Buenos Aires: UNICEN, (Tese de Doutorado).
Caggiano, M. (1983/1984) Cronologia y ocupacion prehispanica em el N.E. Argentino. arquivos do museu de historia natural ufmg vol8-9
Caggiano, M.A. 1979. Análisis y desarrollo cuturel prehispanico en la cuenca inferior del Plata. Tesis Doctoral inédita. Facultad de Ciencias Naturales y Museo, Universidad Nacional de La Plata, La Plata.
Caggiano, M; Cicliano, E. & Raffino, R. (1971) Consideraciones sobre ça arqueologia de salto grande (provincia de Entre rios) anales de arqueologia y etnologia vol 26
CAGGIANO, María Amanda. Análisis de rasgos decorativos en algunos sitios pertenecientes a la Provincia de Buenos Aires, República Argentina. V Encuentro de Arqueología del Litoral, v. 31, p. 51, 1977.
CAGGIANO, María Amanda. Análisis de rasgos decorativos en algunos sitios pertenecientes a la Provincia de Buenos Aires, República Argentina. V Encuentro de Arqueología del Litoral, v. 31, p. 51, 1977.
CALDARELLI, S. (2001/2002) A arqueologia do interior paulista evidenciada por suas rodovias. Revista de arqueologia 14-15
CALDARELLI, S. B. (1983) ALDEIAS TUPIGUARANI NO VALE DO RIO MOGI-GUAÇU, ESTADO DE SÃO PAULO. REVISTA DE PRE-HISTORIA, 5.
CALDARELLI, S. B. (2008) agosto. FCA Litorânea SUL – Patrimônio Arqueológico: Diagnostico – Avaliação de Impactos – Programas. Scientia Consultoria Cientifica.
CALDARELLI, S. Et all. (2005) BENS CULTURAIS E NATURAIS DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: UMA ProprietárioOSTA DE PROTEÇÃO E DE INCLUSÃO SOCIAL. REVISTA DE ARQUEOLOGIA DO IPHAN. VOL2 SANTA CATARINA
CALDERON, V. (1967) NOTICIA PRELIMINAR SOBRE AS SEQUENCIAS ARQUEOLOGICAS DO MEDIO SÃO FRANCISCO E DA CHAPADA DIAMANTINA, ESTADO DA BAHIA. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLOGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES OD PRIMEIRO ANO 1965- 1966. PUBLI. AVUL. N 6. MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI
CALDERON, V. (1971) INVESTIGAÇÃO SOBRE ARTE RUPESTRE NO PLANALTO DA BAHIA: AS PINTURAS DA CHAPADA DIAMANTINA. UNIVERSITAS, REVISTA DE CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. VOL6-7.
CALDERÓN, Valentin. Contribuição ao conhecimento da arqueologia do recôncavo sul do Estado da Bahia. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS (PRONAPA). Pronapa, v. 5, p. 1969-1970, 1974.
CALDRE, E. & FIÃO. J. (1943) Ibicui retã. Boletim Municipal, v. 6, n. 15, p. 418-424.
CALI, P. (1999) Sítio Arqueológico Rio Comprido Ie seu contexto no vale do Paraíba.
Cali, P. (2002) Salvamento Arqueológico do Loteamento Industrial "Jardim Rosana"
Cambas, Aníbal. 1940. 1941. Paraderos y enterratorios Guaraní. Boletín de la junta de Estudos Históricos 2: 8-9. Posadas, Misiones, Argentina.
Campos, Juliano. 2010. O uso da terra e as ameaças ao patrimônio Arqueológico na Região litorânea dos municipios de Araranguá e Içara, sul de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Crisciuma - SC.
CAPORALE, M. & VALVE, E. (2003) MATERIAIS CERAMICOS DE ORIGEN GUARANI-MISIONERO: UMA APROXIMACION AL ANALISIS DE LOS MOTIVOS Y TECNICAS DECORATIVAS. ANAIS DO XII CONGRESSO D. SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. SÃO PAULO.
CAPPARELLI, I. M. G. (2005) testimonio de los últimos avances Guaraníes. Actas de la VI Jornadas Chivilcoyanas en Ciencias Sociales y Naturales. Centro de estudios en Ciencias Sociales y Naturales Chivilcoy, (CD ROM)
CARBONERA, M. (2008) A Tradição Tupiguarani no Alto Uruguai: Estudando o "Acervo Marilandi Goulart". São Leopoldo. Um. Valeo doRio do Sinos - UNISINOS Program de Pós-graduação em História
CARLE, C. B. . Vocês fazem cerâmica? Não minha mãe é católica. Estudos do imaginário guarani na interação escolar. In: I Seminário internacional de ensino da arte: cultura visual, escola e cotidiano., 2012, Pelotas. Anais do cultura visual, escola e cotidiano. Pelotas: UFPel, 2012. v. 1. p. 1-10.
Carle, M. & Da Silva, O. (2007) Livro de resumos do XIV Congresso da SAB. Florianópolis
CARVALHO, A. & RIBEIRO, B. (2009) DECORAÇÃO E GESTUAL NO SITIO DO LICO, UM SITIOS TUPIGUARANI DO SUL DE MINAS GERAIS. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
carvalho, a. (2009) Analise da morfologia, do uso e do gestual de fabricação da ceramica no vale do rio Peruaçu-MG. arquivos do museu de historia natural ufmg vol19
CARVALHO, F. (2000) A Pré-História Sergipana. UFS. Aracaju.

CARVALHO, Fernando Lins. A pré-história sergipana. Museu de Arqueologia de Xingó, Universidade Federal de Sergipe, 2003.
CERUTI, C. N; CROWDER, R. (1973) La presencia de cerámica em los cordones conchiles litorales de la Provincia de Buenos Aires (Argentina). Um sitio nuevo. Primer Congresso Nacional de Arqueologia del Uruguay y Segundo Encuentro de Arqueología del Litoral. Museo de Ciencias Naturales de Río Negro, Fray Bento.
CHIAVETTO, S. N. de O. (2007) Arqueologia Regional E Educacao:Proprietárioosta De Estudos Sobre Um " Passado Escluido" De Araraquara;SP. Universidade Estadual De Campinas.Instituto De Filosofia E Ciencias Humanas. Campinas.
CHMYZ, I. 1994. Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da UHE Segredo (1991/94). Curitiba: COPEL-FUNPAR-UFPR, 1994.
CHMYZ, I (1971) PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO MÉDIO E BAIXO RIO IGUAÇU, P87 A 114.;
CHMYZ, I. & SAUNER, Z. (1971) Nota previa sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio piquiri. dedalo revista de arte e arqueologia ano VII n 13
CHMYZ, I. (1962) Notícias de uma indústria lítica no planalto paranaense. Pesquisas. Antropologia, São Leopoldo - RS, v. 13, p. 1-19.
CHMYZ, I. (1963) Prospecções arqueológicas no vale do rio das Antas, Rio Grande do Sul (Brasil). Acta Praehistorica, p. 35-52.
CHMYZ, I. (1967) Dados parciais sobre a arqueologia do Vale do Rio Paranapanema. Publicações Avulsas, v. 6, p. 59-78.
CHMYZ, I. (1968) NOVAS PERSPECTIVAS DA ARQUEOLOGIA GUARANI NO ESTADO DO PARANA. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N 18 - ESTUDOS LEOPOLDINENSES N 9. ANAIS DO SEGUNDO SIMPOSIO DE ARQUEOLOGIA DA AREA DO PRATA
CHMYZ, I. (1974) Dados arqueológicos do baixo Rio Paranapanema e do alto Rio Paraná. PRONAPA-Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1969-1970. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 67-90.
CHMYZ, I. (1976) Arqueologia e historia da vila espanhola de ciudad real do guaira. cadernos de arqueologia museu de arqueologia e artes populares - UFPR ano1 n1
CHMYZ, I. (1978) Terceiro relatório do Projeto Arqueológico Itaipu. Unpublished report, Itaipu, IPHAN/Curitiba, Brazil.
CHMYZ, I. (1979) Projeto Arqueológico Itaipu Quarto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu.
CHMYZ, I. (1979-80) Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. Convênio ELETROSUL-IPHAN, Projeto Arquelógico Santiago, 1981.
CHMYZ, I. (1983) Sétimo Relatorio do Projecto Arqueológico Itaipú. Itaipu/Iphan, Curitiba, p. 109.
CHMYZ, I. (1984) RELATORIO DAS PESQUISAS ARQUEOLOGICAS REALIZADAS NAS AREAS DAS USINAS HIDRELETRICAS DE ROSANA E TAQUARUÇU. SÃO PAULO
CHMYZ, I. (1995) Curitiba: origens, fundação, nome. Boletim informativo da Casa Romário Martins, Fundação Cultural de Curitiba.
CHMYZ, I. (2002) Rev. do circulo de estudos Bandeirantes , Curitiba n16, set. P 80.
CHMYZ, I. (2010) MODELAGENS CERAMICAS EM SITIOS TUPIGUARANI DO PARANA, SÃO PAULO E MATO GROSSO. PROUS, A. E LIMA, T. (ORG) CERAMISTAS TUPIGUARANI. ELEMENTOS DECORATIVOS VOL II IPHAN
CHMYZ, I. (2010) MODELAGENS CERAMICAS EM SITIOS TUPIGUARANI DO PARANA, SÃO PAULO E MATO GROSSO. PROUS, A. E LIMA, T. (ORG) CERAMISTAS TUPIGUARANI. ELEMENTOS DECORATIVOS VOL II IPHAN
CHMYZ, I. . Pesquisas paleoetnográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema, Paraná, São Paulo. Boletim de Psicologia e Antropologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, v. 5, p. 1-248, 1977.
CHMYZ, I. . Quinto relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1979/80). Projeto Arqueológico Itaipu. Convênio Itaipu-IPHAN, Curitiba - PR, v. 5, p. 1-102, 1980
CHMYZ, I. ; Blasi, Oldemar (1963) Jazida arqueológica de J. Lopes. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba - PR, v. 8/9, p. 63-102.
CHMYZ, I. Et ali. (1986) O projeto arqueologico passauna, parana, nota previa. arqueologia revi do CEPA n 5
CHMYZ, I. et ali. (1988) O projeto arqueologico passauna, parana, nota previa. arqueologia revi do CEPA n 5
CHMYZ, I. et ali. (2009) A arqueologia da area da mina dois irmãos, em são materus do sul - parana. Arqueologia revi do CEPA. numero especial vol 6
CHMYZ, I. . Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad Real do Guairá. Revista de História - Centro de Estudos de História, Curitiba - PR, v. 2, p. 77-114, 1963.
CHMYZ, I. . Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1(62): Passo do Iguaçu. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba - PR, v. 10/15, p. 281-296, 1964.
CHMYZ, I. . Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1(62): Passo do Iguaçu. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba - PR, v. 10/15, p. 281-296, 1964.
CHMYZ, I. ; MIGUEL, R. . Relatório Técnico sobre a Arqueologia e a Etno-História da área do Parque Nacional do Iguaçu. 1999.
CHMYZ, Igor et al. Notas sobre a arqueologia do Vale do Rio Itararé. Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, v. 1, p. 7-23, 1968.
CHMYZ, I. Et Ali, 1987
CHMYZ, I. Et Ali, 1989
CHMYZ, Igor. 1968. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. In Anais do II Simpósio de Arqueología da Área do Prata. Instituto Anchietano de Pesquisas, Pesquisas: Antropologia, 18: 115-125. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
CHMYZ, Igor. (1981) Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80). Convênio ELETROSUL-IPHAN, Projeto Arquelógico Santiago,
CHMYZ, I.; CHMYZ, João.1986 Datações radiometricas em areas de salvamento arqueologico no estado do Parana. O projeto arqueologico Passauna, Paraná, nota previa. Revista do CEPA n 5.
CIGLIANO, E. M. (1968) Investigaciones arqueológicas en el río Uruguay Medio y cuesta N. E. de la Provincia de Buenos Aires. Pesquisas, Antropologia, 18. pp. 5-9.
Cigliano, E. M. 1966. La cerámica temprana en América del Sur. El yacimiento de Palo Blanco (partido de Berisso, Prov. de Bs As; Argentina). Ampurias, 28:163-170.
CIGLIANO, E. M.; SCHMITZ, P. I. & CAGGIANO, M. A. (1971) Sítios cerámicos prehispánicos en la costa septentrional de la Província de Buenos Aires y de Salto Grande, Entre-Ríos. Esquema tentativo de su desarrollo. <i>Anales de la Sociedad Científica Argentina</i> . La Plata, 192, pp. 129-191.
Cigliano, Eduardo, M., Rodolfo A. Raffino y María A. Caggiano. 1971. Resultados de las investigaciones arqueológicas efectuadas em la zona de Salto Grande (provincia de Entre Ríos). Revista del Museo de La Plata 7:79-107.

COIROLO, A. D. (1990) prehistoria del uruguay. Classificacion de las formas de los recipientes ceramicos. Dedalo. São Paulo, 28: 190-145.
Coleção do Centro de Pesquisas em Historia Natural e Arqueologia do Maranhão. 01
Coleção do Laboratorio de Arqueologia da UFPE. 1
Coleção Museu Nacional. 1
Comerlato, F. (2008)(Relatório final salvamento e monitoramento arqueologico no traçado da rodovia BA-148 - Rio de Contas-Jussiape. Vol 1;2;
Comerlato, F. (2009) relatório parcial do diagnostico e levantamento arqueologico da areas de RC-06 e 13 para lavra de calcarea pela cimento Nassau, Ituaçu, Bahia.;
Comerlato, F. (2011) Relatório do diagnóstico e levantamento arqueologico nas areas RC-11 e 12 para lavra de calcario pela cimento Nassau, Ituaçu, Bahia.
CORTELETTI, RAFAEL. (2008) PATRIMONIO ARQUEOLOGICO DE CAXIAS DO SUL. PORTO ALEGRE: NOVA PROVA
Costa Angrizani R (2012) Variabilidad, Movilidad y Paisaje: una propuesta interpretativa para los vestigios de los asentamientos precoloniales en el noroeste del Rio Grande do Sul (Brasil). Tesis. Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina. 401 pp.
Costa, C. (2005) Relatório final do levantamento arqueologico e laudo pericial das areas de abrangencia das obras de recuperação das rodovias BA-275 e BA-687. Belmonte e Eunápolis. Bahia
COSTA, C. O. da. & CARLE, M. B. (1998) Análise do material cerâmico Guarani de Povo Novo, Rio Grande/RS. Histórica. Revista da Associação de Pós-Graduandos em História - PUCRS, 3:33-44
Costa, Carlos. (2009) Resultados do Levantamento Arqueológico na BA-001 (Camamu – Itacaré)
Costa, Carlos. (2009) Resultados do Levantamento Arqueológico na BA-001 (Camamu – Itacaré)
COSTA, R. L. (2010) Os grupos ceramistas da serra da Barriga: caracterização da tecnologia cerâmica no contexto da tradição aratu. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife.
Couto 1940
Cruz, D. G. da. (2008) Lar doce lar. Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO). São Paulo, pag. 172
CUNHA, E. & LUNA, S. (2009) ANALISE PRELIMINAR DOS ARTEFATOS CERAMICOS EM SITIOS DA AREA DA REFINARIA DO NORDESTE, IPOJUCA - PE. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
DE APARICIO, F. (1931) Un resto de industria amazónica en el Paraná inferior.
DE BLASIS, P. & ROBRAHN-GONZÁLEZ (COORD) (2003) UHE LAJEADO ESTADO DO TOCANTINS. PROGRAMA DE RESGATE ARQUEOLÓGICO - RELATORIO FINAL - VOL 1 SÃO PAULO
DE MASI, M. A. N. . Análise de Isotopos Estáveis de 13/12C e 15/14N em resíduos de incrustações carbonizadas de fundo de recipientes cerâmicos das Terras Altas do Sul do Brasil.. In: XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007, Florianopolis. Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2007.
DE MASI, M. A. N. e SCHMITZ, P. I. (1987) Análise dos artefatos líticos de fases da Tradição Tupiguarani do Rio Grande do Sul. <i>Documentos</i> , 1, pp. 49-97.
DE MASI, M.; Schmitz, P. (1985) Implantação dos sitios no relevo e aproveitamento dos recursos naturais pela tradição tupiguarani em itapiranga, SC. boletim do museu arqueologico do rio grande do sul Marsul vol 3
DE MASI, M.A.N. (1999). Prehistoric Hunter-gatherers Mobility in the Southern Brazilian Coast. Santa Catarina Island. Tese de doutorado. San Francisco, Departamento de Antropologia, Stanford University.
Devincenzi, G. 1927. Notas arqueológicas. Anales del Museu de História Natural 2: 322. Montevideo.
Dias & Panachuk. 2008
DIAS JR. (1969) O. RESULTADOS PRELIMINARES DO SEGUNDO ANO DE PESQUISAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLOGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES DO SEGUNDO ANO 1966- 1967. PUBLI. AVUL. N 10. MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI.
DIAS, A. S. (2003) Sistemas de assentamento e estilo tecnológico uma Proprietárioosta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grance do Sul. S. Paulo, pag. 333
DIAS, A. S. ; SILVA, S. B. . Seguindo o fluxo do tempo, trilhando o Caminho das Águas: Territorialidade Guarani na região do Lago Guaíba. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 26, p. 56-71, 2013.
DIAS, ADRIANA S. ET ALLI. (2009) ARQUEOLOGIA GUARANI NAS REGIÕES SUL DO LAGO GUAIBA E NORTE DA LAGUNA DOS PATOS (RS): REFLETINDO SOBRE A TERRITORIALIDADE PRESENTE E PRETÉRITA. RESUMO. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
Dias, O. (1975) Pesquisas arqueologicas no sudeste brasileiro. boletim do instituto de arqueologia brasileira - serie especial, n. 1
Dias, O. (2009) A tradição tupiguarani no estado do Rio de Janeiro. In: Loures de Oliveira, A. (org) Estado da arte das pesquisas arqueologicas sobre a tradição tupiguarani.EDUFJF. Juiz de Fora.
Dias, O. e Panachuk, L. (2008). In: Ceramistas Tupiguarani
Díaz de Guzmán, Ruy. 1974 La Argentina. Huemul, Buenos Aires. [1612].
DIAZ, A. A. (1977) Arqueología de Salto Grande: secuencia cultural resultante de las investigaciones realizadas en Isla de Arriba y del Medio (Uruguay). Anales del V Encuentro de Arqueología del Litoral. Fray Bentos. pp. 155-164.
Drumond, C . (1950) Notas sobre ceramica brasílica. boletim de etnografia e lingua tupi-guarani n17 a 20 -
Duarte, G.M. 1972. Distribuição e localização de sitios arqueológicos do tipo sambaqui na Ilha de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia, 4:31-60. 1972.
EBLE, A. B. & Scatamachia, M. C. (1974) sitio ceramico tupi-guarani no vale do itajai (SC-VI-69) Anais do museu de antropologia, ano VII n 7
EBLE, A. B. & Schmitz Sergio. (1972) Sitio ceramico sobre dunas (SC-LL-70). Anais do museu de antropologia, ano V n 5
EBLE, A. B. e SCATAMACCHIA, M. C. M. (1974) Sítio cerâmico Tupi-Guarani no vale do Itajaí (SC-VI-69). <i>Anais do Museu de Antropologia</i> . Florianópolis, 7. pp. 67-82.
EREMITES, J. (1999/2000) O Centro Oeste Antes de Cabral. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 142-189, dezembro;fevereiro
ERIG LIMA. L.F. (2010) A ocupação pré-colonial na Fronteira Ocidental - Adaptabilidade humana, territorialidade e aspectos geomorfológicos na Microrregião do Alto Guaporé, Mato Grosso. Tese de Doutorado. MAE-USP

ETCHEVARNE, C. (1991) Sitios dunares: contribuição a arqueologia do sub-medio são Francisco. MAE USP
ETCHEVARNE, C. (1998) Acompanhamento arqueologico da faixa de dominio do trecho Porto Seguro - Arraial d'Ajuda da rodovia BA-001.
ETCHEVARNE, C. (1999-2000b) A OCUPAÇÃO HUMANA DO NORDESTE BRASILEIRO ANTES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA. REVISTA DA USP, N 44.
ETCHEVARNE, C. (2000) Mapeamento de sitios arqueologicos do litoral sul e reoncavo baiano (MAS).
ETCHEVARNE, C. (2002) Ambiente e ocupação humana em uma região do sub-médio São Francisco, Bahia. Clio. N.15. Recife
ETCHEVARNE, C. (2006) Relatorio final. Projeto de salvemento de salvamento e monitoramento arqueologico e educação patrimonial durante a implantação da rede eletrica na vila de Piragiba. Muquem do São Francisco- BA
ETCHEVARNE, C. (2009). Os grupos tupi da Bahia: uma abordagem arqueológica. In: Loures de Oliveira, A. (org) Estado da arte das pesquisas arqueologicas sobre a tradição tupiguarani.EDUFJF. Juiz de Fora.
Etchevarne, C. Fernandes, L. (2011). Apontamento para uma arqueologia do Recôncavo Baiano. In: Caroso, C., Tavares, F. Pereira, C. Baía de Todos os Santos: aspectos humanos. EDUFBA. Salvador
ETCHEVARNE, C.(1999/2000a). Pesquisas arqueologica no sitio Outeiro da Gloria, Porto Seguro- BA. Relatorio tecnico de atividades.
FACCIO, N. B. (1992) O Estudo do Sitio Arqueologico Alvim no contexto do projeto Paranapanema.
FACCIO, N. B. (1998) Arqueologia do cenário das ocupações horticultoras da Capivara, Paranapanema-SP. S. Paulo, 291 p;
FACCIO,N.B. et al. (1998) Subprogram materiais arqueologicos: ceramica. In: universidade federal de Goias. Museu antropologico. Projeto de slavamento arqueologico pré-historico da UHE Serra da Mesa: relatorio conclusivo: UFG;MA V.6.
FARIA, E.G. ACAMPAMENTO TUPI-GUARANI PARA COLETA DE MOLUSCOS. REVISTA DO MUSEU PAULISTA, NOVA SERIE VOL XIX. 1970/71
FARIAS, D. S.E. & KNEIP, A. (2010) Mapa arqueológico de Santa Catarina. PALHOÇA: ED UNISUL.
Femenías, J., López, J. M., Bracco, R., Cabrera, L., Curbelo, C., Fusco, N., & Martínez, E. (1990). Tipos de enterramiento en estructuras monticulares (‘cerritos’) en la región de la cuenca de la Laguna Merín (ROU). Revista do CEPA, 17(20), 345-356.
FENSTERSEIFER, E; SCHMITZ, P.(1975) Fase ipora. Uma fase tupiguarani no sudoeste de goias. anuario de divulgação científica - goiania n2 anoIII.
FERNANDES, J. L. Contribuição à geografia da Praia de Leste. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. 6, 1947. p. 3-44.
FERNANDES, L. & COSTA, C. (2009) Arqueologia do baixo sul da Bahia. Revista de Arqueologia, v22, n.2.
FERNANDES, L. (2001) Levantamento Arqueologico na area de implantação do loteamento Alto do Sagrado em Trancoso. Porto Seguro
FERNANDES, L. (2002) levantamento arqueologico na area de implantação do complexo turístico hoteleiro em Trancoso, Porto Seguro
FERNANDES, L. (2007) Relatorio final do resgate e monitoramento arqueologico na rodovia BA-001 (Camamu- Br030)
FERNANDES, L. A. ; COSTA, C. A. S. (2009) Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: condicionantes espaciais na implantação de engenho de açúcar. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v. 22, p. 137-156.
FERNANDES, L; BLASI, O. (1956) As Jazidas arqueológicas do Planalto Paranaense: nota prévia sôbre a jazida do Estirão Comprido. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.
FERRARI, J. ; SCHMITZ, Pedro Ignacio (1983) O Povoamento Tupiguarani no baixo Ijuí, RS, Brasil. São Leopoldo: Unisinos. 131p .
FERRARI, J. L. (1983) O POVOAMENTO TUPIGUARANI NO BAIXO IJUÍ, RS, BRASIL. PESQUISAS ANTROPOLOGIA. Nº 35
Figueira, J.H., (1892). Los primitivos habitantes del Uruguay El Uruguay en la exposición histórico-americana de Madrid. Imprenta Artística de Dornaleche y Reyes, Montevideo.
Figueiredo, M. (2005) Livro de resumos do XIII Congresso da SAB, Campo Grande.
Figueiredo, N. (1965) Boletim do Museu Paraense Emili Goeldi. Nova Série Antropologia n27
FIGUTI, L. (2006) OS SITIOS A CEU ABERTO NA FAZENDA VERDE. VIALOU, AGEDA V. (ORG) PRÉ-HISTÓRIA DO MATO GROSSO. VOL2 CIDADE DE PEDRA. EDUSP.
FRAGA, N. et al. (2007) Livro de resumos do XIV congresso da SAB. Florianopolis
FRANCO, C. 2007. Visão sistêmica do sitio arqueologico Piracanjuba: a descoberta de conhecimento em sitios arqueologicos.
FRANCO, C. ET ALLI. (2008) A HISTORIA CONTADA EM FRAGMENTOS CERAMICOS: VISÃO TEMPORAL DO FUNDO DE HABITAÇÃO NUCLEO DE SOLO ANTROPOGENICO 2 - SITIO ARQUEOLOGICO PIRACANJUBA - PIRAJU, SP. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA, SÃO PAULO, 18.
G.A.L.Y. 1980 Grupo Arqueología del Liceo de Young
GARCIA, Lorena Luana Wanessa Gomes. (2012). Arqueologia na região dos interflúvios Xingu-Tocantins: a ocupação tupi no Cateté. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
Gaspar, M. D. (1997) A pré-história do estado do rio de janeiro: sistemas sociais identificados ate a chegada dos europeus. boletim do museu nacional - nova serie - antropologia - n 60
Gatto, S. 1939. El paradero-cementerio de Brazo Largo (Delta del Paraná). Physis XVI: 365-376.
GAULIER, P. (2001) OCUPAÇÃO PRE-HISTORICA GUARNAI NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE RS. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES E PRIMEIRA DATAÇÃO DO SITIO ARQUEOLOGICO RS-71-C DA ILHA FRANCISCO MANOEL. Revista de Arqueologia, 14/15, pp.57-73
GIESSO M. y A. RIZZO. (1985). Puerto Victoria, un sitio de tradición tupi-guaraní en elAlto Paraná, Misiones, R.A. Museo Municipal de Eldorado, Ymaguaré 1:5-28.
Golder Associates Brasil Consultoria e projetos. (2010) Estudo de impacto ambiental - Mina do Alemão. Col IV - Texto. Belo Horizonte
GOLDMEIER, V. e SCHMITZ, P. I. (1983) <i>Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registro existentes no Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS</i> . São Leopoldo: IAP.
Goldmeier, Valter & Schmitz, Pedro. 1983. Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registro esistentes no Instituito Anchietano de Pesquisasas, São Leopoldo, RS. São Leopoldo, IAP. 167p.

GONZALEZ, ERICA. 1995/96. OS GRUPOS CERAMISTAS PRÉ-COLONIAIS DO BRASIL CENTRAL. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO. COLEÇÃO ARQUEOLOGIA, PORTO ALEGRE, EDIPUCRS, N°1 V.2
GOTTARDI NETO, A. (1995) Análise cerâmica do projeto Cavernas de Morro Azul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, p. 63-75.
GOULART, M. (1982) Novas Perspectivas de análise cerâmica em pré-história brasileira. São Paulo
Goulart, M. (coord.). (1980) Projeto Arqueológico Uruguai: levantamento de sítios arqueológicos na área de inundação das barragens de Machadinho e Itá – SC/RS. Relatório apresentado à Eletrosul. UFSC/FAPEU, Florianópolis
Goulart. 1985. (coord.). (1985) Usina Hidrelétrica Itapiranga – Estudo de Viabilidade – Culturas Indígenas do Alto Vale do Rio Uruguai Eletrosul/UFSC, Florianópolis
Greslebin, H. (1931) La estructura de los túmulos indígenas del Departamento de Gualeguaychú, província de Entre Rios, Argentina. Revista de la Sociedad Amigos de la Arqueologia del Uruguay: 5-51.
Guimarães, M. C. (2007) A ocupação pré-colonial da região dos Lagos, RJ: sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas tupinambá e da tradição Una.
GUIMARAES, M. ET ALLI. (2003) PROJETO ARQUEOLOGIA DA REGIÃO SUDESTE: A BACIA DO RIO SANTA JOANA, ITAGUAÇU, ES. ANAIS DO XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. SÃO PAULO
Hilbert 1997
HILBERT, K. (1994) ARQUEOLOGIA PRE-HISTORICA DO URUGUAI: UMA REVISÃO. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. PUCRS, V.XX, N.1, P.137-161, JULHO.
HILBERT, K. (1998) ARQUEOLOGIA GUARANI NA REGIÃO DE GUAIBA-RS. X REUNIÃO CIENTIFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, RECIFE - UFPE.
HOWARD, G. D. 1948 Northeast Argentina. In: G. D. Howard and Gordon R. Willey. <i>Lowland Argentine Archaeology</i> . New Haven: Yale University Publications in Archaeology, 39. pp. 9-24.
HURT, W. R. (1974) The interrelationships between the natural environment and four sambaquis, coast of Santa Catarina. <i>Occasional Papers and Monographs</i> . Bloomington: Indiana University Museum, 1.
Ihering, H. 1895 A civilização prehistórica do Brazil meridional. Rev. do Museu Paulista, vol. 1: 34-159.
IHERING, H. V. (1895) A civilização pré-histórica do Brasil Meridional. Revista do Museu Paulista. 1, pp. 33-159.
JACOBUS, A. (1994) <i>Vasilhas cerâmicas guarani arqueológicas em estruturas funerárias</i> . Porto Alegre: PUCRS, (Monografia).
JACOBUS, A.L. 1985. Comparação dos vestígios faunísticos de alguns sítios arqueológicos (RS e GO). Boletim do MARSUL 3:61-76.
JUNQUEIRA, Paulo , MALTA, Ione. (1978) Sítios ceramicos da região de lagoa santa. arquivos do museu de historia natural ufmg vol 3.
KASHIMOTO, E. M. & MARTINS G. R. (2008) A problemática arqueológica da tradição cerâmica tuiguarani em Mato Grosso do Sul, in PROUS & LIMA. Os ceramistas tupiguarani
KASHIMOTO, E. M. (1997). Variáveis ambientais e arqueologia no alto Paraná. S. Paulo, Universidade de S. Paulo, pag. 259.
KASHIMOTO,E.M. (2007) O alto curso do rio Paraná: fronteiras ambientais e arqueológicas. Livre docencia.
kern, Arno; et ali. (1985) Projeto arqueologico do litoral setentrional do Rio Grande do Sul: o sitio arqueologico de Itapeva, Torres. Veritas, 30 (120), pp.571-586.
Kern, D. et all. (1992) O potencial espeleoarqueologico da região de são geraldo do araguaia-pa. boletim do museu paraense emilio goeldi - serie antropologia v1(2)
KLAMT, S. C. (1986) LEVANTAMENTOS ARQUEOLOGICOS NA REGIÃO DE VILa MELOS, GENERAL CAMARA, RS, BRASIL. REVISTA DO CEPA . SANTA CRUZ DO SUL VOL13 N15
KLAMT, S. C. (1999) A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí,RS. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 23, n.30, p. 218-222.
KLAMT, S. C. ; LEAL, F. G. ; DREBEL, M. S. ; BRANDT, H. ; GOBÇALVES, A. C. (1998) Levantamentos Arqueológicos na Região de Cerro dos Bois,V.Aires,RS. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul, v. 22, n.27/28, p. 87-99.
KNEIP, I. (1994) Cultura material e subsistencia das populações pre-historicas de saquarema, RJ. documento de trabalho serie arqueologica ufrj - n2.
KOSERITZ, C. V. (1884a) <i>Bosquejos Ethnologicos</i> . Porto Alegre: Typographia de Gundlach e Companhia.
KOSERITZ, C. V. (1884b) Sambaquis da Conceição do Arroio. <i>Revista Instituto Histórico e Geographico Brasileiro</i> , 47, pp. 179-182.
KOSERITZ, C. V. (1928) Subsídios ethnographicos. <i>Revista do Museu e Archivo Público do Estado do Rio Grande do Sul</i> , 20, pp. 19-48.
Koseritz, Carl. (1928) Subsidios ethnographicos. In: Revista do Museu e Archivos Publicos do Rio Grande do Sul, nº 20, junho, p.19-48
KREUTZ, M. R. MACHADO N. T. G. (orient) (2008) O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no vale do Taquari - Rio Grande do Sul. Lajeado. 127 p.;
KUNERT, August, Rigrandenser Alterhümer, Z. Ethn. Berlim, v. 22, p. 31-37, 17 f., 1890;, Des Alter der in Gebiete des Rio Cahy und Forromeco gefundenen Steinwaffen, Z. Ethn. Berlim, v. 23, p. 339-345, 26 f., 1891;
KUNZLI, R. (1987) Arqueologia regional: primeiros resultados das pesquisas realizadas na área de Presidente Prudente, SP. Revista do Museu Paulista, v. 32, p. 223-247.
LA SALVIA 1989 Estudo preliminar da ocupação guarani ao longo do rio Uruguai, in Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros, op. cit., 1989, 269-279.
LA SALVIA, F. ; NAUE, G. ; BROCHADO, José Proenza (1989) Programa para o Salvamento do Patrimônio Histórico-Cultural. Rio Uruguai. Área Machadinho. Relatório. vol 1, tomo I-II.
Lafón, C.R. 1971. Introducción a la arqueologia del Nordeste argentino. Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropologia V(2): 119-152
LAMING-EMPERAIRE, Annette; EMPERAIRE, José. (1959) A jazida José Vieira: um sitio guarani e pre-cerâmico do interior do Paraná. Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná.
LANDA, B. (2001) PESQUISAS ARQUEOLOGICAS NA SUB-BACIA DO RIO IGUATEMI;MS: MUNICIPIOS DE MUNDO NOVO, JAPORÃ, ELDORADO E IGUATEMI. ANAIS DO XI CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA
LAROCHE, A. F.; SOARES E SILVA, A.; RAPAIRE, J. L. Arqueologia Pernambucana. C14, Ginasio Pernambucano, Recife, 1977.
LAROCHE, Armand François Gaston; SOARES, Adjelma; LAROCHE, Silva. Um sítio epipaleolítico microlítico do nordeste Brasileiro?: Chã do Caboclo Bj. 10, Pernambuco. Fundação Joaquim Nabuco, 1980.
Latini. 1998
LAVADO, M. C. (2005) A arqueologia da paisagem commoo instrumento de gestão do patrimonio arqueologico em unidade de conservação ambiental: o caso da APA noroeste do Parana. MAE-USP

LAVINA, R. (2000) Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpraías (Trecho Morro dos Conventos – Lagoa dos Esteves). Relatório Final. Criciúma: UNESC. 192p.
LAVINA, Rodrigo. Os Xokleng de Santa Catarina: uma etnohistória e sugestões para os arqueólogos. 1994. Dissertação de mestrado. Instituto Anchieta de Pesquisas.
Leão 1900
Leão, Ermelino A. de. 1919. Antonina Préhistória. AMN, Rio de Janeiro, 22: 233-7
Leite 1995
LEITE, S. (1975) O sítio arqueológico do Arroio do Conde. Porto Alegre: Gabinete de Arqueologia-UFRGS.
LESSA, A. (2005/2006) REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE PALEOEPIDEMIOLOGIA DA VIOLENCIA EM GRUPOS CERAMISTAS LITORANEOS: (I) SITIO PRAIA DA TAPERA - SC. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO, 15-16.
LIMA, A. (2009) QUEM DISSE QUE OS TUPIGUARANI NÃO SABIAM LASCAR? ANÁLISE DO CONJUNTO ARTEFATUAL LÍTICO DO SITIO RIO VERMELHO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, CENTRO DE MINAS GERAIS. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
LIMA, Marcos.; Rocha, Jacionira. 1983-84. Um sítio arqueológico tupi-guarani da sub tradição pintada no sertão pernambucano. arquivos do museu de historia natural ufmg vol 8-9
Linné, Sigvald. 1936. A sepulcral urn from Paraguay. Ethnos, 1(5): 133-136. Stockholm.
LINO, J. T. &CAMPOS, J. B. (2003) Expedições arqueológicas do sul do estado de Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, p. 17-34.
LINO, J. T. (2007) Arqueologia Guarani na bacia hidrográfica do rio Araranguá, Santa Catarina. Porto Alegre: UFRGS, (Dissertação de Mestrado).
Lopes, M. (2014) Ocupação Tupinambá no vale do Paraíba Paulista: vista a partir da análise do sítio arqueológico Santa. Mestrado em arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia -USP - São Paulo
LOPONTE D. & ACOSTA, A. (2003/2004) Nuevas perspectivas para la arqueología "guarani" em el humedal del parana inferior y rio de la plata. cuadernnos del instituto nacional de antropologia y pensamiento latinoamericano no 20 buenos aires argentina.
LOTHROP, S. K. 1932 Aboriginal navigation off the west coast of south America. Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, p. 229-256.
LOURDES OLIVEIRA, A. (2006) Arqueologia e patrimonio da Zona da Mata Mineira: juiz de fora. Org, loures oliveira, juiz de fora: Editar;
LOURDES OLIVEIRA, a. (org) (2004) Arqueologia e patrimonio da zona da mata mineira: são joão nepomuceno, juiz de fora;
Luedke, Hugo. 1928. Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. Revista do Museu e Archivo Público do Rio Grande do Sul, 20: 59-63. Porto Alegre.
MACARIO, K. D. (2003) Preparação de Amostras de Radiocarbono e Aplicações de AMS em Arqueologia e Geologia Marinha. Tese de doutorado, Instituto de Física da Universidade Federal Fluminense.
Macedo, Cláudia. 1991. Vestígios biológicos do sítio Tupiguarani São José - PR. Resumos do XVIIIº Congresso Brasileiro de Zoologia. Pp.553.
Machadinho. (1998). Relatório UHE RELATÓRIO Técnico Semestral: Salvamento Arqueológico nas áreas do canteiro de obras e estruturas da UHE Machadinho (Fases I e II): atividades de campo. Porto Alegre: MCT/PUCRS, 1998. 193 p.,incluindo anexos.
MACHADO, C. L. (2007), dezembro. Diagnostico Arqueológico na Área da UTE Viana. Relatório Técnico CPM RT 017;08, Rhea Estudos e Projetos Ltda
MACHADO, D. L. (2010) Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho d'Água do Pau, mauriti - Ceará. Dissertação de mestrado. UFPE. Recife.
MACHADO, N. T. G. & SCHNEIDER, P. (2006) A ocupação guarani no Vale do Taquari/RS notas prévias sobre as pesquisas arqueológicas. Cadernos do CEOM (UNOESC), v. 1, p. 123-136.
MACHADO, N. T. G. ET ALI. A OCUPAÇÃO GUARANI NO VALE DO TAQUARI; RS: NOTAS PREVIAS SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. cadernos do CEOM - ano 19(24)
MADRAZO, G. & RUEDA, J. (1992) UM VIAJE ARQUEOLOGICO A LA PROVINCIA DE MISIONES. RUNA ARQUIVOS PARA LAS CIENCIAS DEL HOMBRE. VOL X PARTES 1-2. BUENOS AIRES 1967.; POJUADE, RUTH. POBLAMIENTO PRÉHISTÓRICO Y COLONIAL DE MISIONES. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. PUCRS, V.XVIII, N.1, P 29-69.
MAGESTE, L.E.C. LOURES DE OLIVEIRA, A.P.P. (2011) DICOTOMIA OU COMPLEMENTARIEDADE? O ETERNO DEBATE ACERCA DOS CONCEITOS DE ESTILO E FUNÇÃO: REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. SÃO PAULO, SUPLEMENTO 11.
MARANCA, S. (1968/1969) NOTA PREVIA SOBRE O SITIO JOSE FERNANDES (SP-IP-12). REVISTA DO MUSEU PAULISTA NOVA SERIE VOL XVIII. SÃO PAULO.
MARANCA, S. (1978) Salvamento em sítios arqueológicos do estado de São Paulo - projeto ilha solteira. coletânea de estudos em homenagem a Annette Laming-Emperaire.coleção do Museu Paulista Série Ensaio Vol 2
MARANCA, SILVIA. 1974. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO QUARTO E QUINTO ANOS DO PRONAPA NO ESTADO DE SÃO PAULO. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES DO QUINTO ANO 1969- 1970. PUBLI. AVUL. N 26. MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI.
MARANCA, Sílvia; SILVA, Ana; SCABELLO, Andréa Lourdes Monteiro. (1994) Projeto Oeste Paulista de Arqueologia do Baixo e Médio Vale do Rio Tietê: Síntese dos Trabalhos Realizados. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 4, p. 223-226.
MARTIN, G. (1999) PRE-HISTÓRIA DO NORDESTE DO BRASIL. 3 ED. RECIFE: EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPE
MARTIN, L. ; SUGUIO, K. ; FLEXOR, J. M. ; AZEVEDO, A. E. G. (1988) Mapa geológico do Quaternário costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Departamento Nacional da Produção Mineral. Série Geologia, Brasília, 18, p. 40.
MARTIN, L. ; SUGUIO, K. ; FLEXOR, J. M. & AZEVEDO, A. E. G. (1988) Mapa geológico do Quaternário costeiro dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Departamento Nacional da Produção Mineral. Série Geologia, Brasília, 18, p. 40.
Martins 1925
MARTINS, D. 2005 AHE SÃO SALVADOR: ARQUEOLOGIA DO ALTO RIO TOCANTINS. RELATÓRIO FINAL. GOIÂNIA.
MARTINS, G. R. & MORAIS, J. L. de (orient). (1996) Arqueologia do Planalto Maracaju-Campo Grande o estudo do Sítio Maracaju-1 atravésda análise quantitativa de sua indústria lítica. S. Paulo, 280 p.
MARTINS, G. R.; KASHIMOTO, E. M. & TATUMI, S. H. (1999) Datações arqueológicas em Mato Grosso do Sul. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, USP, n. 9, p. 73-93, .

MARTINS, G.R. ET ALLI. (1999) DATAÇÕES ARQUEOLOGICAS EM MATO GROSSO DO SUL. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO, 9:73-93
MAURÍCIO, D. F. (2008) As vasilhas cerâmicas do sítio arqueológico SC-MA-01 do município de Laguna - SC. Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso
MAYNTZHUSEN, Frederico. 1941. Las cerámicas de los paraderos prehistoricos del Alto Paraná. Boletin de la Junta de Estudios historicos de Misiones 2 5-7. Posadas, Argentina
MAYNTZHUSEN, Frederico. 1944. Estudio del craneo de uma supuesto cacique guaraní encontrado em uma urna funeraria del paradero y puesto de yaguarazapá, Alto Paraná. Boletín de la Junta de Estudios Históricos de Misiones 3 7. Posadas, Argentina.
MAYNTZHUSEN. 1908
MAYNTZHUSEN. 1924
MAYNTZHUSEN. Frederico. 1912. Uber Vorkolumbische Siedelungen und Urnenfriedhöfe der Guaraní im Alto Paraná. Actas del XVII Congresso Internacional de Americanistas, Buenos Aires, 1910. Vol.1, pp. 453-462. Buenos Aires.
MAZZ, J. M. L. (2001) Las estructuras tumulares (cerritos) del litoral atlántico uruguayo. Latin American Antiquity, 12 (3). pp. 231-255.
MEIRELLES, P. & SCHAEFER, M. (2009) UMA PROSTA DE ESTUDO FUNCIONAL DA CERAMICA GUARANI: ANALISE DAS MARCAS DE USO E ARUQEOMETRIA DA COLEÇÃO DO SITIOS RS-C-71: ILHA CHICO MANOEL, PORTO ALEGRE, RS. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém
MELLO, A. D. B. (2006) Estudo da variabilidade intra-sítio a partir da análise cerâmica do sítio Guarani SC-AR-01. Tubarão: UNISUL. Trabalho de conclusão de curso. Periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php
MELLO, P. J. (2009) O material ceramico do alto medio são francisco. arquivos do museu de historia natural ufmg vol19.
MENGHIN, Osvaldo, WACHNITZ, Herman. 1958. Forschungen uber die chronologie der Altoparanakultur. Acta Prehistorica 2: 138-145. Buenos Aires.
MENGHÍN. Osvaldo. 1962. Observaciones sobre la arqueologia Guaraní de Argentina y Paraguay. In Vinculaciones de los abrigenes argentinos com los de los países limitrofes, pp. 54-68. Jornadas Internacionales de Arqueologia e Etnografia, 150 aniversario de la Revolución de Mayo. Vol. I. Buenos Aires.
Mentz Ribeiro, Pedro Augusto & Silveira, Itela da. 1979. Sítios arqueológicos da tradição taquara, fase erveiras, no vale do Rio Pardo, RS, Brasil: nota prévia.Revista do CEPA. N.8
Milder, S. (2007) Projeto de Salvamento arqueológico, monitoramento arqueológico e educação patrimonial da área abrangida pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirão Preto - Marimbondo - São Simão (SP-MG).
MILDER, SAUL; CORTELETTI, R. (1997) INFORME PRELIMINAR SOBRE AS PESQUISAS ARQUEOLOGICAS NA GUARDA ESPANHOLA DE SAN MARTIN-RS. REVISTA DO CEPA SANTA CRUZ DO SUL V21 N25.
Milheira, R. (2008) Territorio e estrategia de assentamento guarani na planicie sudoeste da laguna dos patos e serra do sudeste-rs. MAE-USP
MILHEIRA, R. (2008a) UM MODELO DE OCUPAÇÃO REGIONAL GUARANI NO SUL DO BRASIL. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA, SÃO PAULO, 18.
Milheira, R. (2010) Arqueologia Guarani no Litoral Sul-Catarinense: Historia e Territorio. MAE-USP
MILHEIRA, R. G. (2008b) Um modelo de ocupação regional Guarani no sul do Brasil. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 18. pp. 19-46.
MILHEIRA, R. G. e ALVES, A. G. (2009) O sítio Guarani PT-03-Totó: uma abordagem cultural e sistêmica. Revista de Arqueologia, 22 (1), pp. 15-42.
MILHEIRA, Rafael Guedes ; DEBLASIS, P. . Arqueologia Guarani no sul do Brasil: história de ocupação, abandono, conflito, assassinatos e escravidão. In: I Congresso Internacional de arqueología de la Cuenca del Plata e II Jornada de Actualización en arqueología Tupiguaraní, 2011, Buenos Aires. caderno de resumos do Congresso I Internacional de arqueología de la Cuenca del Plata, 2011. p. 58-58.
MILLER, Jr, T.O.1972. Arqueologia da região central do Estado de São Paulo. Dédaló, São Paulo, n.16, p. 13-118.
MILLER, E. T. (2009) A Cultura Cerâmica do Tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: Algumas Reflexões Teóricas, Hipotéticas e Conclusivas. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, v. 1, n. 1.
MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas Arqueológicas Efetuadas no Nordeste do Rio Grande do Sul. In: SIMÕES, Mário (Ed.). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano (1965-1966). Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi, Emílio Goeldi n. 6, p. 15-38, 1967
MILLER, JR. T. (1972) Arqueologia da Região Central do Estado de São Paulo. Dedalo Revista de Arte e Arqueologia ano VIII. N. 16
MILLER, T. (1969) SITIOS ARQUEOLOGICOS DA REGIÃO DE RIO CLARO, ESTADO DE SÃO PAULO. TESE.
MILLER, TOM. 1969 SITIOS ARQUEOLOGICOS DA REGIÃO DE RIO CLARO, ESTADO DE SÃO PAULO. TESE
MIRANDA. 1932
Missão. 1973-1974 . Missão de estudos no Estado do Piauí; 1º relatório. São Paulo, 5p. 8 il; 2º relatório. São Paulo, 10 p. 9 il.
MONTARDO, D. L. O. ; BANDEIRA, D. R. . Proposta para o estudo da ocupação pré-colonial da Ilha de Santa Catarina. . In: VI Simpósio Sul’Riograndense de Arqueologia, 1993, Porto Alegre, 1993.
MONTEIRO, L. (2005) abrigos e aldeias: analise dos contextos tecnologicos das ocupações de ceramistas na cidade de pedra, rondonopolis, mato grosso. MAE-USP
MONTICELLI , Gislene. (2007) O ceu é o limite: como extrapolar as normas rigidas da ceramica guarani. boletim do museu paraense emilio goeldi - Ciencias humanas v2 (1)
MONTICELLI, G. (1999) Análise das informações obtidas com os Mbyá-Guarani sobre suas antigas vasilhas de cerâmica. Revista do CEPA, Santa Cruz do Sul/RS, v. XXIII, n.29, p. 233-239.
MONTICELLI, G.; DOMIKS, J.; CAPELETTI, A.; HOELTZ, S. e CARLE, C. (2000) <i>Vistoria Arqueológica Prévia na Rodovia RS 486 (km 0 a 11, 880m da BR 101 à Estrada do Mar; município de Terra de Areia/RS)</i> . Porto Alegre: MCT, (Relatório Final de Atividades), 80p.
MONTICELLI, G.; DOMIKS, J.; WAGNER, G.; CAPELETTI, A. e HOELTZ, S. (2003) Pesquisa Arqueológica em áreas afetadas pelas obras de duplicação da rodovia BR 101: municípios de Torres a Osório, Rio Grande do Sul. Vol I, II e III. Porto Alegre: MCT, (Relatório Final das atividades), 742p.
MORAES, C. A. (2003) OS SITIOS ÁGUA BRANCA E LAMBARI II NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO PRE-HISTORICA DO MEDIO VALE DO RIO PARDO;SP. ANAIS DO XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. SÃO PAULO
MORAES, C. A. (2007) Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefatural. MAE-USP

MORAES, FLAVIO ET ALLI. (2005) Proposta DE INTERPRETAÇÃO DOS MOTIVOS DE UMA URNA FUNERÁRIA TUPIGUARANI, CAMARAGIBE-PE. ANAIS DO XIII CRONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. CAMPO GRANDE

Moraes, J. L. (2006) Usina Hidrelétrica Ourinhos - Resgate e Inclusão Social do Patrimônio Arqueológico.

MORAIS, J. L. (1999/2000) ARQUEOLOGIA DA REGIÃO SUDESTE. REVISTA USP, SÃO PAULO, 44.

MORAIS, J. L. (2000) Tópicos de Arqueologia da paisagem. Revista do Museus de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 10, 3-30.

MORAIS, J. L. (2000) TOPICOS DE ARQUEOLOGIA DAPAISAGEM. REVISTA DO MUSES DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO, 10, 3-30.

MORAIS, J. L. (2002) Salvamento Arqueologico da Usina Hidréletrica Piraju. (ArqPiraju)

MORAIS, J. L. (2004) Cenários da Ocupação Humana e Meio Ambiente da Bacia do Rio Paranapanema. LT230 Kv Chavantes - Botucatu. Circuito 2

MORAIS, J. L. (2011) PERSPECTIVAS GEOAMBIENTAIS DA ARQUEOLOGIA DO PARANAPANEMA PAULISTA. ERECHIM: HABILIS

Morais, J.L.; Piedade, S.C. (1994). O homem pré-histórico de Salto Grande do Paranapanema. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 4: 220-222.

MORAIS, J. L. . Prassévichus - aldeia pré-histórica no Município de Itaberá, SP. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 29, p. 151-167, 1984.

MORALES, WALTER F. (2007) Um estudo de arqueologia regional no medio curos do Rio Tocantins, TO. PLANALTO CENTRAL BRASILEIRO. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA, SÃO PAULO, 17.

Morales, Walter fagundes. 2005. 12.000 anos de ocupação: um estudo de arqueologia regional na bacia do correjo Agua Fria, medio curso do rio Tocantins. MAE-USP

Mujica, J. I. (1996) Aproximacion a lá caracterizacion de los sitios arqueológicos em los esteros batel em la provincia de corrientes. XVI Encuentro de Geohistória Regional - Resistencia, Chaco.

Mujica, Juan I. (1995a) Primeras aproximaciones sobre el uso del espacio abierto en una aldea guaraní prehispanica. Actas y Memorias del XI Congreso Nacional de Arqueología Argentina. San Rafael, Argentina. Pp. 123-141.

Mujica, Juan I. 1995b. De Corrientes Argentina. Informe de dos sitios arqueológicos guaraní en la provincia. XX Encuentro de Geohistoria Regional. Gobernador Virasoro, Argentina. Pp .119-127.

MÜLLER, L. & SOUZA, S. (2011) ENTERRAMENTO GUARANI: PROBLEMATIZAÇÃO E NOVOS ACHADOS. CARBONERA, MIRIAN; CHMITZ, PEDRO (ORG) ANTES DO OESTE CATARINENSE: ARQUEOLOGIA DOS POVOS INDIGENAS. CHAPECO: ARGOS.

Muller, Leticia M. 01. Dentro do pote de barro: Reflexões sobre os enterramentos Guaranis atraves da sua cultura material. Cadernos do CEOM - ano 19(24)

MYAZAKY, NOBUE. BRASTUBOS (1976/1977). Um sítio arueologico em dunas, Municipio de Praia Grande - Estado de São Paulo. REVISTA DO MUSEU PAULISTA NOVA SERIE XXIV. SÃO PAULO.

NAJJAR, R. P. M (2005) Construtores de Igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro. Tese de Doutorado, MAE-USP, São Paulo.

NAJJAR, R. P. M. (2001) Catequese em Pedra e Cal: Estudo Arqueológico de Igreja Jesuítica (Nossa Senhora da Assunção – Anchieta – ES). Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo.;

NASCIMENTO, A. e LUNA, S. 1997. A ceramica arqueologica dos sitios dunares no rio grande do norte - brasil. clio serie arqueologia V1 n12.

NASSER, N. (1971) CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE AARQUEOLOGIA DA BACIA DO RIO CURIMATAÚ.PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLOGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES DO QUARTO ANO 1968-1969. PUBLI. AVUL. N 15. MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI.

Nasser, Nássaro A. de Souza. 1967. Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú - Canháu. In: PRONAPA, 1. Resultados preliminares do primeiro ano, 1965-66. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 121-8.

Nasser, Nássaro A. de Souza.1974 Nova contribuição à Arqueologia do Rio Grande do Norte. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, pg. 155-163. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, nº 26. 1974.

NAUE, G.; SCHMITZ, P. I. e BASILE-BECKER, I. I. (1968) Sítios arqueológicos no município de Rio Grande.*Pesquisas, 18* . pp. 141-152.

NAUE, G.; SCHMITZ, P. I.; VALENTE, W.; BASILE-BECKER, I. I.; LA SALVIA, F. e SCHORR, M. H. (1971) Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande-RS.*0 Homem antigo na América . Revista do Instituto de Pré-história* . São Paulo. pp. 91-122.

NAUE, Guilherme. 1973. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da lagoa dos Patos, Rio Grande, Rio Grande do Sul. Revista Veritas, Vol. 71, nº. 3. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NETO, Waldimir Maia Leite. 2008. Tecnologia Lítica dos grupos ceramistas da Chapada do Araripe: Analise dos sitios arqueologicos do municipio de Araripina, Pernambuco, Brasil. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife.

NEUMANN, M. A. (2008) Ñande Rekó. Diferentes jeitos de ser Guarani. Universidade Federal do Rio grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa e Pós-Graduação em História.

NIGRO, L. H. (1970) O sitio arqueologico de conceição - tibatgi - parana. arquivos do museu paranaense - arqueologia - nova serie - n5.

NOELLI F. (1872/2000) A OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: ARQUEOLOGIA, DEBATES E PERSPECTIVAS. REVISTA USP, SÃO PAULO, 44, 1999-2000

NOELLI F. (1999-2000) A OCUPAÇÃO HUMANA NA REGIÃO SUL DO BRASIL: ARQUEOLOGIA, DEBATES E PERSPECTIVAS 1872-2000. REVISTA USP, SÃO PAULO. 44

NOELLI, F. ET ALLI. (2003) LEVANTAMENTO ARQUEOLOGICO NO NOROESTE DO PARANA, ENTRE A FOZ DOS RIOS PARANAPANEMA E IVAI. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO 13.

NOELLI, F. S.; SILVA, F.; TOCCHETTO, F.; VIETTA, K.; COSTA, J. F.; SOARES, A.; MARQUES, K.; CAPELLETTI, A. (1997) O mapa arqueológico parcial e a revisão historiográfica a respeito das ocupações indígenas pré-históricas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Revista de História Regional*, 1, pp. 209-221.

NOGUEIRA, M. (2010) A ceramica Tupinamba na serra de Santana -RN: o sitio arqueologico Aldeia da Serra de Macaguá I. Clio vol25 n.2. Recife

NOGUEIRA, M. (2011) A cerâmica tupinambá na serra de Santana - RN: o sítio arqueológico aldeia da serra de Macaguá I. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife

Núñez Regueiro, Victor & Lorenzi, Beatriz N.R.1973. Arqueologia histórica del norte de la província de Corrientes (I), em Revista del Instituto de Antropología, IV. Córdoba, págs. 23-68.

OLIVEIRA, C. (2008) Palestra proferida no 2º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais - Carangola, Minas Gerais.

OLIVEIRA, C. (2009) As fronteiras tecnológicas de grupos pré-históricos ceramistas do Nordeste. In: Loures de Oliveira, A. (org) Estado da arte das pesquisas arqueologicas sobre a tradição tupiguarani.EDUFJF. Juiz de Fora

OLIVEIRA, C. A. (2000) Estilos Tecnologicos da ceramica pre-historica no sudeste do Piaui- Brasil. MAE-USP
OLIVEIRA, E. R. (2005) Aspesctos da interação cultural entre os grupos ceramistas pré-coloniais do medio curso do rio Tocantins. MAE-USP
OLIVEIRA, ET ALLI. (2006) Os grupos pre-historicos ceramistas da chapada do araripe prospecções arqueológicas no municipio de araripina -pe. Clio arqueológica, n21 vol1
OLIVEIRA, J. A. (2002) História da arqueologia paranaense: um balanço da produção arqueológica no estado do Paraná no período de 1876-2001. Universidade de Maringá Pós-Graduação em História. Paraná
OLIVEIRA, J. E. (1995) Os Argonautas do Guató. Aportes para o conhecimento dos assentamento e da subsistencia dos grupos que se estabeleceram nas areas inundáveis do Pantanal matogrossense. PUCRS
OLIVEIRA, J. E. (1999/2000) O CENTRO-OESTE ANTES DE CABRAL. REVISTA DA USP, N 44.
OLIVEIRA, N. V. (2002) São barnabé: lugar e memoria. Univ, estadual de campinas. Instituto de filosofia e ciencias humanas.
Oliveira, Nanci. 01. Arqueologia e historia: estudo de um aldeamento jesuítico no rio de janeiro. cadenos do CEOM - ano 17(18)
OLIVEIRA, T. (2010) Esudo comparativo dos sambaquis Caipora, Lageado e Jaboticabeira I: Interpretações acerca da mudança de material construtivo ao longo do tempo. Dissertação de mestrado. MAE-USP. São Paulo.
OTT, Carlos. (1958) Pré-história da Bahia. Progresso.
OTT, Carlos. 1 Contribuição a arqueologia baiana. boletim do museu nacional - nova serie - Antropologia - nº5
Outes F (1917) El primer hallazgo arqueológico en la isla de Martín García. Anales de la Sociedad Científica Argentina LXXXII: 265-277.
OUTES, F. (1916) El primer hallazgo arqueológico en la isla de Martín García. <i>Anales de la Sociedad Científica Argentina</i> , 82 (2), pp. 265-277.
OUTES, F. (1918a) Nuevo jalón septentrional en la dispersión de las representaciones plásticas de la cuenca paranaense y su valor indicador. <i>Anales de la Sociedad de Ciencias Argentinas</i> , 85. pp. 53-66.
PALLESTRINI ,L. (1975) Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo. Coleção do Museu Paulista serie de Arqueologia Vol 1.
PALLESTRINI, L. & André L.(1988) l'irradiation de sa pensée au Brésil et au Paraguay. <i>Bulletin de la Société Prehistorique Française</i> , 84.
PALLESTRINI, L. (1984) SITIO ARQUEOLOGICO DA LAGOA DE SÃO PAULO: PRESIDENTE EPITÁCIO - SP. REVISTA DE PRE-HISTORIA. VOL VI.
Pallestrini, Luciana. 1968/1969. Sítio arqueológcio "Jango Luiz". Revista do Museu Paulista 18: 25-56. São Paulo: Universidade de São Paulo.
Pallestrini, Luciana.1969. Sítio arqueológico "Fonseca". Museu Paulista. São Paulo: Universidade de São Paulo.
PANACHUK, L. & CARVALHO A. (2010) A. MODELAGENS DE BARRO EM SITIOS TUPIGUARANI. PROUS, A. E LIMA, T. (ORG) CERAMISTAS TUPIGUARANI. ELEMENTOS DECORATIVOS VOL II. IPHAN
PARAGUASSU, F. (2013) Estudos de arqueologia e sua relação com o municipio de Santa Cruz de Goias. http://www.santacruzdegoias.net ; 26-06.
PARDI, M. L. E. ET ALLI. (2004) Levantamento do patrimonio arqueológico da região de monte mor-SP. Clio. Arqueológica. Nº 17
PARELLADA, C. I. (2005) Estudo arqueologico no alto vale do rio ribeira: Área do gasoduto Bolivia-Brasil, trecho X, Parana. MAE-USP.
Parellada, C. I. sd. Programa Arqueológico da Pequena Central Hidrelétrica de Cavernoso II: Pesquisas no Centro-Sul do Paraná. https://www.academia.edu/3826718/Programa_Arqueologico_da_Pequena_Central_Hidreletrica_Cavernoso_II_Pesquisas_no_Centro-Sul_do_Parana consultado em maio de 2014
PARELLADA, C. I. (1990). Análise estratigráfica do sítio Estádio de Sengés-PR. In: 36 Congresso Brasileiro de Geologia, 1990, Natal. Anais do 36 Congresso Brasileiro de Geologia. Natal: SBG núcleo nordeste, . v. 2. p. 1108-1116.
PARELLADA, C. I. (1999) Programa de salvamento arqueológico da usina hidrelétrica de Salto Caxias/ PR. In: XV Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, 1999, Foz do Iguaçu-PR. Anais do XV Seminário de Produção e Transmissão de Energia Elétrica. Foz do Iguaçu-PR: ITAIPU Binacional.
Parellada. 1996
Pärssinen. Martti. (2005) When did the Guaraní Expansion toward the Andean Foothills begin? In: Western Amazonia - Amazônia ocidental. Ed. PÄRSSINEN & KORPISAARI, ANTTI. Renvall Institute Publications.; Pärssinen. Martti. Quando começou, realmente, a expansão guarani em direção às serras Andinas orientais? Revista de arqueologia, 18.
Paula, F. & Seda, P. (1979-1980) Catalogo dos Sítios. Arquivos do Museu de Historia Natural. UFMG. Vol. 4
PEIXOTO, J. L. dos S. (1995) A Ocupação Tupiguarani na borda oeste do Pantanal Sul-Matogrossense: Maciço do Urucum. PUCRS
PEIXOTO. J.L.S. (1998) POPULAÇÕES INDIGENAS DE TRADIÇÃO TUPIGUARANI NO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. SÃO PAULO, 8: 71-86
PEREIRA JR, Jose A. 1960/1968. A ceramica indigena do morumbi (primeiras informações. apontamentos arqueológicos n 1 a 10
Pereira junior, J. A. (1960 a 1968) Noticia sobre um achado arqueologico ocorrido em itapeva (faxina) (estado de São Paulo). apontamentos arqueológicos n 1 a 10;
PEREIRA, C. C. (2005) Os cerritos na Bacia da Lagoa Mirim e as origens do índio Minuano. Pelotas: UCPEL (Monografia).
PEREIRA, DAVID & FACCIO, NEIDE. (2009) ESTUDO DA VARIABILIDADE CERAMICA NO CONTEXTO DO BAIXO PARANAPANEMA, SITIO ARQUEOLOGICO AGUINHA, IEPE: SP. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
PEREIRA, E. (2008) ARQUEOLOGIA NA REGIÃO DA SERRA DAS ANDORINHAS. IN: GORAYEB, PAULO S.S. PARQUE MARTIRIOS-ANDORINHAS: CONHECIMENTO, HISTORIA E PRESERVAÇÃO. ED UNIVERSITARIA UFPA. BELEM.
PEREIRA, E. ET ALLI. (2007) A TRADIÇÃO TUPIGUARANI NA AMAZONIA. PROUS E LIMA (ED) OS CERAMISTAS TUPIGUARANO. VOL 1 - SINTESES REGIONAIS.
PEREIRA, E. ET ALLI. (2008) A TRADIÇÃO TUPIGUARANI NA AMAZONIA In: PROUS E LIMA (ED) OS CERAMISTAS TUPIGUARANO. VOL 1 - SINTESES REGIONAIS.
PEREZ, Gauco. C. 2010 A A CULTURA GUARANI EM DEBATE: O SITIO ARUQUEOLOGICO CORREGO DA LAGOA 2. REVISTA DE HISTORIA DA ARTE E ARQUEOLOGIA. UNICAMP. N14.
Perez, Glauco. 2010.B. Etnoarqueologia dos grafismos Guarani: estudo do acervo cerâmicodo Sítio Arqueológico Córrego da Lagoa 2 - Altônia - PR. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Maringá.

Pérez, Leonel C. "Aspectos de la dispersión tupiguaraní en los territorios del sur del Brasil y este del Uruguay". En: X Reuniao Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira . Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. 1999.
PÉREZ, M.; CAPPARELLI, I.; LOPONTE, D.; MONTENEGRO, T. e RUSSO, N. (2009) Estudo petrográfico da tecnologia cerâmica guarani no extremo sul de sua distribuição: rio Paraná inferior e estuário da Prata, Argentina. <i>Revista de Arqueologia</i> , 22 (1), pp. 65-82.
PEROTA, C. (1974) Resultados preliminares sobre a arqueologia da região central do Estado do Espírito Santo. Museu Paraense Emílio Goeldi Publ. Avulsas, v. 26, p. 127-140.
PEROTA, C. (1971) Dados Parciais Sobre A Arqueologia Norte Espirito-Santense.. PRONAPA - PUBL. AVULSAS DO MUSEU PARAENSE "EMILIO GOELDI"., v. 15, p. 149-162, .
Perota, celso. (1972) Contribuição a arqueologia de santa teresan no estado do espirito santo . boletim do museu de arte e historia - arqueologia. Vitória, 2: 9.
PESTANA, M. B. (2007) A Tradição Tupiguarani na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. Univ. Vale dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo; LEPAN; 12ª SR IPHAN
PIAZZA, W. (1965) O sítio cerâmico Rio Tavares (Santa Catarina). <i>Dédalo</i> . São Paulo, II. pp. 53-79.
PIAZZA, W. (1971) Dados complementares à arqueologia do Vale do Uruguai. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. (Resultados Preliminares do Quarto Ano). <i>Publicações Avulsas Museu Paraense Emilio Goeldi</i> . Belém, 15, pp. 71-86.
PIAZZA, W. (1974) DADOS A ARQUEOLOGIA DO LITORAL NORTE E DO PLANALTO DE CANOINHAS. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLOGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES DO QUINTO ANO 1969- 1970. PUBLI. AVUL. N 26. MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI
PIAZZA, W. 1965. O sítio cerâmico Rio Tavares (Santa Catarina). <i>Dédalo</i> . São Paulo, II. pp. 53-79.
PIAZZA. Walter. 1969. Notícia arqueológica do vale do Uruguai. In Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, Resultados preliminares do segundo ano, 1966-1967. pp. 55-70. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Vol. 10. Belém.
PIEIDADE, S.C. SOARES, A.L.R. (2000) CONSIDERAÇÕES SOBRE UM ENTERRAMENTO GUARANI: ALTERAÇÕES E HIPOTÊSES ETNO-HISTÓRICAS. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO, 10.
POENITZ, E. L. W. E. (1970) Don Juan de San Martín y el Poblamiento del Departamento de Monte Caseros. Revista de la Junta de Historia de Corrientes, 7.
POLITIS, G.G., et al. (2011) Archaeology of the Upper Delta of the Paraná River (Argentina): Mound Construction and Anthropic Landscapes in the Los Tres Cerros locality, Quaternary International, doi:10.1016/j.quaint.2011.02.007
PONTIM, R. de L. (2004) Configuração do povoamaneto pré-colonial do norte goiano: o caso dos grupos ceramistas. MAE-USP
PONTIM, R. de L. (2005) Serra da Mesa: Configuração dos grupos ceramistas do norte goiano. Revista do Museu Antropologico, Goiânia, v. 8, n.1, p. 37-50.
PONTIM, R. L. (2011) A TRADIÇÃO TUPIGUARANI NA BACIA DO ALTO TOCANTINS. MAE-USP.
PORTO ALEGRE, Augusto. 1906. A fundação de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo.
Posse, Zulmara C.S. 1984. Populações pré-históricas de sítios cerâmicos no interior do Brasil. Tese de doutorado - Universidade de São Paulo. São Paulo
POUGET, M. e THIESSEN, B. (2002) Monitoramento arqueológico na Praça da Alfândega. <i>Revista do CEPA</i> , 26, (35-36), pp. 145-150.
Poujade et alii 1988 : Relevamiento, Rescate e Investigación Cultural y Natural en zona afectada por la EBY en Misiones (RA). EBY/Dirección General de Cultura de la provincia de Misiones. Posadas, Argentina.
POUJADE, R. (1992) Poblamiento Préhistórico Y Colonial de Misiones. Estudios Ibero-Americanos. PUCRS, V.XVIII, N.1, P 29-69.
Poujade, Ruth Adela y Giesso, Martín. 1986. Rescate Arqueológico del Emprendimiento Hidroeléctrico de Yacyretá en municipio de Posadas. Arqueología 5. Curitiba - Brasil.
PRIETO, O.; ALVAREZ, A.; ARBENIOZ, G.; DE LOS SANTOS, J. A.; VESIDI, A.; SCHMITZ, P. I.; BECKER; I. e NAUE, G. Informe Preliminar Sobre Investigaciones Arqueológicas en el Departamento de Treinta y Tres, R. O. Uruguay. São Leopoldo: IAP, 1970.
PRIETO, OSCAR. ET ALLI. (1970) UNFORME PRELIMINAR SOBRE INVESTIGACIONES ARQUEOLOGICAS EM EL DEPARTAMENTO DE TREINTA Y TRES, R.O.URUGUAY. PUBLICAÇÕES AVULSASN 1. INST. ANCHIETANO DE PESQ. UNISINOS.
PRONAPA. (1970 Brazilian Archaeology in 1970. <i>American Antiquity</i> , 35 (1), pp. 1-23.
PRONAPA. Brazilian Archaeology in 1970. <i>American Antiquity</i> , 35 (1), 1970. pp. 1-23.
PROUS ET ALLI. (2003) O PATRIMONIO ARQUEOLOGICO DA REGIÃO DE MATOZINHOS. COHECER PARA PROTEGER. BELO HORIZONTE
PROUS, A. e PIAZZA, W. (1977) Documents pour la préhistoire du Brésil Méridional, 2. L'État de Santa Catarina. Paris : <i>Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud</i> , 4.
PROUS, ET ALLI. (1984) ARQUEOLOGIA DO ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO REGIÃO DE JANUARIA E MONTALVANIA. Revista de arqueologia. V2 n1
QUIÑONES, FERNANDNO R.E. ET ALLI. (2003) EDXRF STUDY OF TUPI-GUARANI ARCHAEOLOGICAL CERAMICS.REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA, SÃO PAULO 13.
Radiocarbon, 1965 Vol. 7.
Radiocarbon, 1966 Vol. 8.
RADIOCARBON, 1969 Vol, 11, No. 1.
RADIOCARBON, 1972 Vol. 14, No. 2.
RADIOCARBON. 1973. vol. 15, No. 2
RADIOCARBON. 1986 Vol. 28, No. 1, Pag. 9-68.
REIS, M. J. & EBLE, Alroino B. (1976) Patrimônio pré-histórico. Parque Estadual do Tabuleiro-Aspectos culturais e sociais I. Florianópolis: UFSC/FATMA.
Rengger, Johann Rudolph 1835. Reise Nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826. Ararau: Verlac Bei H. R. Sauerlaender, p. 101-134.

Ribeiro 1980
ribeiro 2008
RIBEIRO, E. C. (2006) <i>Arqueologia na região da Quitéria e arredores</i> . Rio Grande: FURG, (Monografia).
RIBEIRO, L. ; LIMA, A. P. ; Souza, L.M de ; Camila P. Jácome . (2009). Os Tupiguarani do sul do Espírito Santo usavam muito a pedra, além do barro a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). In: MORALES, W. F. (Org.) ; MOI, F. P. (Org.). (Org.). Cenários regionais em Arqueologia Brasileira. São Paulo/Porto Seguro: Annablume; ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Ribeiro, Martins, Ribeiro e Silveira 1982
RIBEIRO, P. A. M. (1978) CERAMICA TUPIGUARANI DO VALE DO RIO PARDO. REVISTA DO CEPA. N6. SANTA CRUZ DO SUL.
RIBEIRO, P. A. M. (1983) Sítios arqueológicos numa microrregião de area alagadiça na depressão central do Rio Grande do Sul - BRASIL. REVISTA DO CEPA VOL10 N 12 Santa Cruz do Sul
RIBEIRO, P. A.M. (1974) PRIMEIRAS DATAÇÕES PELO METODO DO C-14 PARA O VALE DO RIO CAI, RS. REVISTA DO CEPA, Nº 1
RIBEIRO, P. ET ALLI. (1986) LEVANTAMENTO ARQUEOLOGICOS NO ALTO VALE DOS RIO CAMAQUÃ E IRAPUÃ, RS. BRASIL. REVISTA DO CEPA SANTA CRUZ DO SUL. VOL 13, Nº 15
RIBEIRO, P. ET ALLI. (1989) LEVANTAMENTOS ARQUEOLOGICOS NA ENCONTA DO PLANALTO ENTRE O VALE DOS RIOS TAQUARI E CAÍ, RS, BRASIL. REVISTA DO CEPA SANTA CRUZ DO SUL. VOL16, Nº 19.
do Rio dos Sinos.
RIBEIRO, Pedro A. M. 1974. Primeiras datações pelo método do C14 para o vale do Rio Caí, RS. Revista do Centro de Ensino e Pesquisa em Arqueologia, 1: 16-22. Santa Cruz do Sul..
RIBEIRO, Pedro A. M. 1981. O Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução Jesuítica de Jesus Maria. Tese de Mestrado. CEPA, Faculdade de Ciências e Letras de Santa Cruz do Sul, 10: 172 p. 47
RIZZO, A. (1969); Nuevas investigaciones arqueologicas em la provincia de Misionesantiguitas. IX 1969 - buenos aires - argentina ;
RIZZO, A. (1980) PREHISTORIA DE MISIONES: APORTES DE MENGHIN A LA MISMA Y RESULTADOS OBTENIDOS EM INVESTIGACIONES POSTERIORES. SAPIENS. MUSEU ARQUEOLOGICO DOCTOR OSVALDO F.A.MENGHIN. BUENOS AIRES.
RIZZO, Antonia. (1970) Adscripta a la division arqueologia del Museo de la Plata. Actualidad Antropologica (suplemento de etnia) 6 Buenos Aires - Argentina
RIZZO, ANTONIA. 1969 DISTRIBUICIO DE SITIOS ARQUEOLOGICOS EM EL DEPARTAMENTO DE ELDORADO, MISIONES, REPUBLICA ARGENTINA. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N 20 - ESTUDOS LEOPOLDINENSES N 13. ANAIS DO TERCEIRO SIMPOSIO DE ARQUEOLOGIA DA AREA DO PRATA
ROBRAHN GONZÁLEZ, E. (1995) A OCUPAÇÃO RIBEIRINHA PRÉ-COLONIAL DO MÉDIO PARANAPANEMA. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. SÃO PAULO. 5:99-116.
ROBRAHN GONZÁLEZ, E. (1996) A OS GRUPOS PRÉ-COLONIAIS DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. SÃO PAULO. 6:83-121.
ROBRAHN-GONZALEZ & ZANETTINI, P. (2001) Programa Arqueologico de Resgate - Complexo Ecoturistico Eosta de São João - Bahia- Relatorio Final.
ROBRAHN-GONZALEZ, E. (1998) PESQUISAS ARQUEOLOGICAS NO SITIO ÁGUA VERMELHA, NORORESTE DE SÃO PAULO. X REUNIÃO CIENTIFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, RECIFE - UFPE.
ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. (1996) A Ocupacao Ceramista Pre-colonial Do Brasil Central Origens E Desenvolvimento. Tese De Doutorado. USP, Sao Paulo
ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. (1998) Teoria e métodos na análise cerâmica em Arqueologia. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, v. 8, p. 287-294.
Rodriguez, 1975
Rodriguez, 1996.
Rodríguez, Almicar. 1973. considerações para el estudio arqueológico del Rio Uruguay Medio. IIº Congresso Nacional de Arqueologia del Uruguay. IIIº Encuentro de Arqueologia del Litoral. Antecedentes y Anales, 1: 55-74. Fray Bentos.
Rodriguez, Amilcar A. 1969. Arqueologia del nordeste de Entre Ríos (Rio Uruguay medio) (Nota preliminar). Departamento de Antropología y Folklore. Concordia: Comision Municipal de Cultura de Entre Rios, Argentina.
RODRIGUEZ, Jorge Amílcar. 2004. El proceso de migración y dispersión de la Tradición Tupiguarani en la cuenca del Plata. Trabajo presentado en el XV Congreso de Arqueología Argentina, Río Cuarto.
Rodríguez. Jorge. 2009. La Ocupación (Poblamiento) del Norte de Corrientes (Argentina) por Fases de la Tradición Tupiguaraní. En Arqueología Interpretativa. Meggers, B. (org.), pp. 49-62. Universidade do Tocantins, Porto Nacional, Brasil.
ROGGE, J. & SCHMITZ, P. (2009) PESQUISAS ARQUEOLOGICAS EM SÃO MARCOS, RS. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N67.
ROGGE, J. (1996) adaptação na floresta subtropical: a tradição tupiguarani no medio rio jacui e no rio pardo. documentos - arqueologia do rio grande do sul - brasil - n06
ROGGE, J. (1996) Adaptação na floresta subtropical: a tradição tupiguarani no medio rio jacui e no rio pardo. documentos - arqueologia do rio grande do sul - brasil - n06
ROGGE, J. (2004) Fenomenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições ceramicas pré-historicas no rio grande do sul. Unisinos - são leopoldo ;
ROGGE, J. (2005) FENOMENO DE FRONTEIRA: UM ESTUDO DAS SITUAÇÕES DE CONTATO ENTRE OS PORTADORES DAS TRADIÇÕES CERAMICAS PRÉ-HISTORICAS NO RIO GRANDE DO SUL. PESQUISAS ANTROPOLOGIA N62.
ROGGE, J. (2006) Os sítios estudados no litoral central. <i>Pesquisas</i> , 63, pp. 133-178.
ROGGE, J. H. (1999) Assentamentos litorâneos da tradição tupiguarani: Projeto Quintão. <i>Revista do CEPA</i> . 23 (29). Santa Cruz do Sul: UNISC, jan/jun. pp. 215-217.
ROGGE, J; SCHMITZ, P. (2010) PROJETO ARROIO DO SAL: A OCUPAÇÃO INDIGENA PRÉ-HISTORICA NO LITORAL NORTE DO RS. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA Nº 68
ROHR, J. A. (1959) Pesquisas paleo-etnográficas na ilha de Santa Catarina—n. 11, in" Pesquisas. Antropologia, n. 8.
ROHR, J. A. (1960) Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina II. Pesquisas. Antropologia, v. 8.
ROHR, J. A. (1961) Pesquisas paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina e notícias prévias sobre sambaquis da Ilha de São Francisco do Sul III. Pesquisas. Antropologia, v. 12.

ROHR, J. A. (1966) Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. Pesquisas Antropologia N.15 ANO.
ROHR, J. A. (1969) OS SITIOS ARQUEOLOGICOS DO MUNICIPIO SUL-CATARINENSE DE JAGUARUNA. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N 22 ANO
ROHR, J. A. (1971) SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PLANALTO CATARINENSE, Os. SJ—Pesquisas. Antropologia, n. 24, p. 56.
ROHR, J. A. (1984) A Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia da UFSC. 17. pp. 77-168.
ROHR, J. A. (1977) O sítio arqueológico do Pântano do Sul, SC-F-10. Governo do Estado de Santa Catarina.
Roquette-Pinto, Edgard. 1906 Relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: universidade Federal do Rio Grande do Sul.
ROSA, A. O; MACHADO, N. T.G. & FIEGENBAUM, J. (2009) ASPECTOS DA SUBSISTENCIA GUARANI COM ENFOQUE AO ESTUDO ZOOARQUEOLÓGICO DE UMA OCUPAÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL. documentos - arqueologia do rio grande do sul - brasil - n11
ROSA, A.O. (2010) ARQUEOFAUNA DE UM SITIO DE OCUPAÇÃO PRE-HISTORICA GUARANI NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N 68.
RUSCONI, C. (1928) Investigaciones Arqueológicas en el sur de Villa Lugano. Anales de la sociedad Argentina de Geografia GAEA 3 (75), pp. 75-118.
SAMIA, D. ET ALLI. (2009) SITIO NATIVIDADE II - DECORAÇÃO E PARTICULARIDADES DE SUA CERAMICA. Anais do XV congresso da sociedade de arqueologia brasileira. Belém.
SANTI, J. R. (2009) o passado no presente: vestígios pré-coloniais como suporte analítico da paisagem no vale do soturno, RS. MAE-USP
SANTOS & FACCIO. (2003) A INDUSTRIA CERAMISTA DO SITIO ARQUEOLOGICO LAGOA SECA II. ANAIS DO XII CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. SÃO PAULO.
SANTOS, J. V. (2007) Patrimônio cultural e identidade: decifrando território(s) no município de iepe-sp. caninde rev do museu de arqueologia de xingo nº9
SANTOS, M. do C. M. M. (2011) Musealização em Projetos de Arqueologia Consultiva: perspectivas patrimoniais para a estrada de ferro carajas (MA;PA) univ. lusofona de humanidade e tecnologia departamento de museologia da facultadede cinecias sociais e humanas. Lisboa
Sastre. 1881
SCATAMACCHIA, M. (1981) Tentativa de Caracterização da tradição tupiguarani. FFLCH-USP
SCATAMACCHIA, M. (1984) A ocupação tupi-guarani do estado de São Paulo. Dedalo nº 23.
SCATAMACCHIA, M. (1990) A tradição policroma no leste da america do sul evidenciada pela ocupação guarani e tupinamba: fontes arqueológicas e etno-historicas. FFLCH-USP
SCATAMACCHIA, M. a ocupação tupi-guarani no estado de são paulo: fontes etno-historicas e arqueológicas. dedalo revista de arte e arqueologia nº23 1984.
SCHEEL-YBERT, Rita et al. (2008) A new age to an old site: the earliest Tupiguarani settlement in Rio de Janeiro State?. Anais da Academia Brasileira de Ciências, v. 80, n. 4, p. 763-770.
SCHIAVETTO, S. N. DE O. (2007). Arqueologia Regional E Educação:Proprietários de Estudos sobre Um " Passado Excluído" De Araraquara; SP. Universidade Estadual De Campinas. Instituto de Filosofia E Ciências Humanas. Campinas.
SCHMIDT, M. (1932) Nuevos hallazgos prehistóricos del Paraguay. <i>Revista de la Sociedad Científica del Paraguay</i> , 3 (3).
SCHMIDT, MAX. (1934.) NUEVOS HALLAZGOS PRE-HISTORICOS DEL PARAGUAY. REVISTA DE LA SOCIEDAD CIENTIFICA DEL PARAGUAY, TOMO III NO 5. ASSUNCION
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; ROSA, André Osorio ; BITENCOURT, Ana Luisa Vietti . Arqueologia nos cerrados do Brasil central - SERRANÓPOLIS III. Pesquisas. Antropologia, São Leopoldo, v. 60, n.60, p. 1-286, 2004.
SCHMITZ, Pedro Ignacio . Considerações sobre a ocupação pré-histórica do litoral meridional do Brasil. Pesquisas. Antropologia, São Leopoldo, v. 63, n.1, p. 355-364, 2006
Schmitz,SCHMITZ, Pedro Ignacio ; ARTUSI, L. ; JACOBUS, A. L. ; GAZZANEI, M. ; ROGGE, Jairo Henrique ; MARTIN, H. E. ; BAUMHARDT, G. . Uma Aldeia Tupiguarani. Projeto Candelaria. São Leopoldo: Unisinos, 1990. 135p .i, Jacobus, Gazzaneio, Rogge, Martin E Baumhardt 1990
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; BARBOSA, A. S. ; MIRANDA, A. F. ; RIBEIRO, M. B. ; BARBOSA, Mariza de Oliveira . Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central: Sudoeste da Bahia e Leste de Goiás - O Projeto serra Geral. São Leopoldo: Unisinos, 1996. 198p
SCHMITZ, I; ROGGE, J. & ARNT, F. (2000) Sítio Arqueologicos do medio jacui, RS documentos - Arqueologia do Rio Grande do Sul - Brasil - nº 8
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; SALVIA, F. L. ; BECKER, I. I. B. ; RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz ; ROHR, J. A. . Casas subterrâneas no Planalto Rio-Grandense. In: Paulo Duarte. (Org.). Pré-História Brasileira. São Paulo: USP, 1968, v. , p. 3-186.
SCHMITZ, P. (1975) O programa arqueologico de goias. Projeto paranaíba. Relatorio previo. anuario de divulgação científica - goiania. n2 anoII
SCHMITZ, P. (1976) Sítios de Pesca lacustre em Rio Grande RS, Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas Universidade do Vale do Rio dos Sinos Sao Leopoldo.
SCHMITZ, P. (1997) Migrantes da Amazônia, a tradição tupiguarani. In: A. Kern (org.). <i>Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 295-330.
SCHMITZ, P. ET ALLI. (1997) AS PINTURAS DO PROJETO SERRA GERAL. SUDOESTE DA BAHIA. PUBLICAÇÕES AVUL. N 12. INST. ANCHIETANO DE PESQ. UNISINOS- SÃO LEOPOLDO.
SCHMITZ, P. I. (1957) Um paradeiro guaraní no Alto Uruguai. Pesquisas, série antropologia. Porto Alegre, Instituto Anchieta de Pesquisas, v. 1, p. 122-142.
SCHMITZ, P. I. (1959) A cerâmica guarani da Ilha de Santa Catarina.Pesquisas, Antropologia: Revista do IAP, São Leopoldo, n. 3, p. 267-324.
SCHMITZ, P. I. (1976) Sítios de Pesca lacustre em Rio Grande RS, Brasil. Instituto Anchieta de Pesquisas Universidade do Vale do Rio dos Sinos Sao Leopoldo.
SCHMITZ, P. I. ET ALLI. (1996) ARQUEOLOGIA NOS CERRADOS DO BRASIL CENTRAL. SERRANÓPOLIS. PESQUISAS ANTROPOLOGIA 52.
SCHMITZ, P. I. (1958) Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). Instituto Anchieta de Pesquisas,.
SCHMITZ, P. I; ROGGE, J. H. & ARNT, F. V. (2000) Sítios arqueológicos do médio Jacuí, RS. Instituto Anchieta de Pesquisas-UNISONOS.
SCHMITZ, PEDRO I. et all. (1989) ARQUEOLOGIA NOS CERRADOS DO BRASIL CENTRAL. SERRANÓPOLIS. PESQUISAS ANTROPOLOGIA 44.
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; RIBEIRO, M. B. ; FERRARI, J. . Salvamento Arqueologico no Medio Jacui, RS.. Arquivos do Museu de Historia Natural, Belo Horizonte, n.VI-VII, p. 265-274, 1985.
SCHMITZ, Pedro Ignacio (1975) O Índio e a Colonização no Rio Grande do Sul. In: Comissão Executiva de Homenagem ao Índio. (Org.). O INDIO NO RIO GRANDE DO SUL. PORTO ALEGRE: CORAG, v. , p. 9-15.

SCHMITZ, Pedro Ignacio (2000). Arqueologia do Planalto Sul-Brasileiro. Revista de Arqueologia Americana, México, v. 17a19, n.17,18,19, p. 51-74.
SCHMITZ, Pedro Ignacio .(1973) Cronologia de las culturas del Sudeste de Rio Grande do Sul, Brasil.. PRIMER CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (DEL URUGUAY)., Fray Bentos, v. -, p. 105-117.
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; SANDRIN, Camila . O Sítio Lagoa dos Índios e o Povoamento Guarani da Planície Costeira do Rio Grande do Sul. Documentos-Instituto Anchieta de Pesquisas, v. 11, p. 89-134, 2009
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; BROCHADO, J. P. (1972) Datos para una secuencia cultural del Estado de Rio Grande do Sul. Gabinete de Arqueologia Publicações, PORTO ALEGRE, RS, v. 2, p. 1-20.
SCHMITZ, Pedro Ignacio ; RIBEIRO, M. B. ; FERRARI, J. . Salvamento Arqueologico no Medio Jacui, RS.. Arquivos do Museu de Historia Natural, Belo Horizonte, n.VI-VII, p. 265-274, 1985.
Schmitz. 1987
SCHMITZ. I. & SANDRIN, C. (2009) O sitio lago dos indios e o povoamento guarani da planicie costeira do rio grande do sul. documentos - arqueologia do rio grande do sul - brasil - n11.
Scientia Consultoria Científica, (2007) Projeto de resgate e monitoramento arqueológico na área central, Geradora Hidrelétrica Santa Adélia, municípios de Boituva e Tatuí
SEMPÉ, M.C., CAGGIANO, M.A. (1995) Las Culturas Agroalfareras del Alto Uruguay (Misiones), Argentina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 5:27-38.
SEMPÉ, Maria Carlota. (1999) Excavaciones en Puerto Sara, San Javier. In: MASS, J. López; SANS, Mónica (compiladores). Arqueología y Bioantropología de Tierras Bajas. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, p. 173- 188.
SENA, V. (2007) Caracterização do padrão de assentamento dos grupos ceramistas do semi-árido pernambucano: um estudo de caso dos sítios arqueológicos de Araripina - PE. Dissertação de mestrado UFPE. Recife
SERRANO, A. (1937) Arqueologia brasileira. Subsídios para a arqueologia do Brasil meridional. <i>Revista do Arquivo Municipal</i> , 36. pp. 3-46.
SERRANO, A. (1950) Los primitivos habitantes de Entre Ríos. Paraná, Biblioteca Entrerriana “General Perón”, Ministerio de Educación, Provincia de Entre Ríos. 177 pp.
SERRANO, A. (1952) Normas para la descripción de la cerámica arqueológica. Publicaciones del Instituto de Arqueología, Lingüística y Folklore “Dr. Pablo Cabrera”, XVIV. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.
SERRANO, A. (1972) Líneas fundamentales de la Arqueología del Litoral (una tentativa de periodización). Córdoba: Instituto de Antropología, Universidad Nacional de Córdoba, 32.
SERRANO, A. (1947) Los aborígenes argentinos: síntsis etnográfica. Nova.
SERRANO, A. (1966) Manual de la cerámica indígena. Editorial Assandri.
Setor de Arqueologia MHN. 01
Setor de Arqueologia MHN-UFGM. 01
SGANZERLA, E. Et ali. (1996) A arqueologia do contorno leste de curitiba. arqueologia revi do CEPA n 7.
SILVA, C. F.S. (1953) RESTOS CERAMICOS DE CULTURA GUARANI EM SANTO ANASTACIO. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. ANO XIX VOL CLVI.
SILVA & BLASI, O. (1955) Escavações preliminares em Estirão Comprido. In: Congresso Internacional de Americanistas. p. 829-845.
SILVA, (1967) INFORMES PRELIMINARES SOBRE A ARQUEOLOGIA DE RIO CLARO. PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISAS ARQUEOLOGICAS. RESULTADOS PRELIMINARES OD PRIMEIRO ANO 1965- 1966. PUBL. AVUL. N 6. MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI.
Silva, F. A. et all. (2004) A arqueometria e a análise de artefatos cerâmicos: um estudo de fragmentos cerâmicos etnográficos e arqueológicos por fluorescência de Raios X (EDXRF) e transmissão Gama. Revista de Arqueologia, 17: 41-61. São Paulo
Silva, Fabiola. (2014) Projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia Colaborativa na T.I. Kwatinemu.
SILVA, L. (1982) O sitio D. Laura RJ-LP-43: uma pesquisa de salvamento num sitio tupiguarani. boletim do instituto de arqueologia brasileira - numero9
Silva, Osvaldo P. et al. 1999. Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico na área de influência das obras de duplicação da rodovia BR 101-SC. Trecho Palhoça-Passo de Torres. Relatório de pesquisa, florianópolis.
SILVA, R. et al. (1997) Resgate arqueológico dos sítios Lourenço e Gengibre. Nacional;IGPA-UCG, Goiânia.
SILVA, R. ET ALLI. (1999) METODOLOGIA DE CAMPO UTILIZADA PARA O DIAGNOSTICO E RESGATE DOS SITIOS ARQUEOLOGICOS GENGIBRE (GO-CA-13), LOURENÇO (GO-CA-14) E VOÇOROCA (GO-CA-27) EM CALDAS NOVAS (GO). REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTIFICA IGPA, V3
SILVA, S. B. (1990) O SITIO ARQUEOLOGICO DA PRAIA DA TAPERA: UM ASSENTAMENTO ITARARÉ E TUPIGUARANI. REVISTA DO CEPA SANTA CRUZ DO SUL. V17 N 20.
SILVA, S. G. A. (2001). Influencia da evolução costeira holocenica na ocupação da costa do estado de sergipe por grupos sambaquieiros. Mestrado UFBA;
Silva, S.B. (1992) Programa de pesquisas arqueológicas na região de Itapuã (Viamão-RS). Anais do Curso Porto Alegre: Memória e Identidade. Porto Algre: SMC, p. 17-29
SILVA, SERGIO B. ET ALLI. (1990) ESCAVAÇÕES ARQUEOLOGICAS DO PE. JOÃO ALFREDO ROHR, S.J. O SITIO ARQUEOLOGICO DA PRAIA DA TAPERA: UM ASSENTAMENTO ITARARE E TUPIGUARANI. PESQUISAS ANTROPOLOGICA N45.
SILVEIRA, C. S. (2013) Monitoramento de um sítio em área de dunas - Estudo de caso no litoral central do RS. Pôster apresentado na III Semana Internacional de Arqueologia do MAE-USP “André Penin”. Universidade de São Paulo, São Paulo.
SILVEIRA, Maura et al. (2008) Sequencia cronológica de ocupação na área do Salobo (Pará). Revista de Arqueologia. V.21, n.1; Coleção do Museu Paraense Emilio Goeldi
SIMÕES DE SOUZA, (2010) Letícia. Moranduba - Tupinambá e Amboaé: Arqueologia do Espirito Santo, de Reritiba a Anchieta. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro.
SIMÕES DE SOUZA, Letícia. (2010) Moranduba - Tupinambá E Amboaé: Arqueologia do Espirito Santo, de Reritiba a Anchieta. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro.
SIMÕES, Mario F.; ARAÚJO COSTA, Fernanda. Pesquisas arqueológicas no baixo rio Tocantins (Pará). Revista de arqueologia, v. 4, n. 1, p. 11-27, 1987.
SIMOEES, M. ARAUJO-COSTA, F. (1978) Áreas da Amazonia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítio arqueológicos. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 160 p (Publ. Avulsa 30, Goeldi;
SIMOEES, M. 1986. Brasiliense (brasilia DF) conselho nacional de desenvolvimento cientifico e tecnologico. São Paulo.
Simonsen , I. Et ali. (1983/1984) Sitios ceramicos da bacia do paranã- Goias. arquivos do museu de historia natural ufmg vol8-9.

SOARES, A. L. (2004) Contribuição a arqueologia guarani: estudo do sitio Ropke. MAE-USP.
SOARES, Andre Luis R. (2004) Contribuição a arqueologia guarani: estudo do sitio Ropke. MAE-USP.
SOSA, Rodolfo. M. (1957) La Nación Charrua. Montevideo: Ed. Letras.
SOUZA, M de L. (2003) Estudos de sitios pre-coloniais na bacia do rio tocantins: analise arqueologica. FFLCH-MAE-USP
SPALDING, W. (1943) Notas In: CALDRE E FIÃO, J.A. Ibicui retã. Boletim Municipal, 6(15): 418-424.
SPALDING, W. História da cidade por dois séculos. In : A. Franco; M. Silva & L.J. Schidrowitz (Orgs). Porto Alegre. Biografia duma cidade. Porto Alegre: Tipografia do Centro S.A., 1940. p. 81-112.
SPALDING, W. (1967) Pequena história de Porto Alegre. Livraria Sulina Editôra.
SPALDING, Walter. (1939) O município de Porto Alegre. Boletim Municipal, v. 1, n. 1, p. 121-162.
SPHAN (1984) Inventário dos sítios arqueológicos -VOL 2 [Brasília] : Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fundação Nacional Pró-Memória
SPHAN. [1984] Inventário dos sítios arqueológicos -VOL 2 [Brasília] : Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fundação Nacional Pró-Memória.
STUCHI, Francisco Forte. 2010. A Ocupação da Terra Indígena kaiabi (MT:PA) Historia Indígena e Etnoarqueologia. MAE-USP
SYMANSKI, L.C.P. (2001) EXPOSIÇÃO E ISOLAMENTO: PRATICAS DE DESCARTE DE REFUGO E MUDANÇA DE VISÃO DE MUNDO EM UM AMBIENTE RURAL - O SITIO FAZENDA CAMURUGI (BA). REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTIFICA IGPA. V4.
Szmuk Peter Raphael. (1968/1969) Datação de peças arqueológicas pelo método temoluminescente (na Revista do Museu Paulista, vol. XVIIf, São Paulo, 57-104.
TAPIA, A. H. (1999) Visibilidad arqueológica de la conquista en la cuenca del Paraná-Plata. In: J. M. López y M. Sans (comps.): Arqueología y Bioantropología de las Tierras Bajas. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, pp.147-164.
Teixeira, J. L. C. (2002) A malha paralela no levantamento arqueologico regional: um estudo de caso na planicie litoranea do norte capixaba - Brasil. Dissertação de mestrado - MAE-USP São Paulo
TELLES, M. (2010) <i>Projeto de monitoramento, resgate arqueológico e cultural da área diretamente afetada pela implantação da BR 116 e 392 trecho Pelotas – Rio Grande - Estado do Rio Grande do Sul</i> . Relatório técnico parcial.
TENORIO, M. C. ET ALLI. (2010) ARQUEOLOGIA DO ARRAIAL DO CABO - COM FOCO NOS SITIOS DA ILHA DO CABO FRIO. REVISTA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA. SÃO PAULO, 20.
TENÓRIO, R. L. Q. (2010) Aspectos da organização social: um estudo ceramico e espacial dos sitios Ros e dos Teto, Serra da Barriga, União dos Palmares, Alagoas. Dissertação de mestrado UFPE. Recife
Teschauer, Carlos. 1901. Estudos ethnográficos; achados indios no Museu do Colégio Conceição em São Leopoldo. <i>Anuário do Estado do Rio Grande do Sul</i> , Porto Alegre, p. 292-301.
TIBIRIÇA, R. W. (1936) ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO. ANO III VOL XXX.
Tiburtius, Guilherme; Bigarela, Iris K & Bigarela, João José. 1950-1951. Nota prévia sobre a jazida paleoetnográfica de Itacoara, Joinville, Santa Catarina. SBPC Ciência e Cultura, São Paulo, 3 (4): 267-8
TOCCHETTO, F. B. (1991) A cultura material do guarani missioneiro como simbolo de identidade etnica. Univ. fed. De santa catariana, prog. De pos-graduação em antropologia social. Florianopolis.
Torres, L. M. (1907) Arqueologia de la Cuenca del Rio Paraná. Revista del Museo de la Plata, vol. 14: 53-122
TORRES, L. M. (1911) Los primitivos habitantes del delta del Paraná. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos.
TRAKALO, R. (Ed.). (1987) <i>Misión de rescate arqueológico. Salto Grande. República Oriental del Uruguay, Tomo I</i> . Montevideo: Banco de La República Oriental del Uruguay/Ministério de Educación y Cultura.
Uchôa, D. P. (2002) A Ilha Comprida e o litoral de cananéia - Iguape sob a ótica arqueológica e geoambiental. Clio. N.15. Recife
UCHOA, D. P. (2009) A Ilha do Mar Virado: um estudo de um sítio arqueológico no litoral do Estado de São Paulo.. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), v. 24, p. 7-40.
Uchoa, Dorath; Scatamacchia, Maria; Garcia, Caio. 1983-84. O sitio ceramico de itagua: um sitio de contato no litoral do estado de são paulo, brasil. arquivos do museu de historia natural ufmg vol8-9
VASCONCELLOS, M. (1939) CERAMICA DE MARAJO. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. ANO V VOL LVI.
VELLARD, J. (1933) Une mission scientifique au Paraguay. Jornal da Sociedade de Americanistas.
Vellard, J. 1934. Les Indiens Guayaki. Journal de la société des Américanistes, 26, 223-295, Paris.
VERA, R. (1930) Arqueología Guaraní. El hallazgo de urnas funerarias indígenas. <i>Revista de la Sociedad Científica del Paraguay</i> , 2 (6), pp. 247-280.
VERA, R. (1941) Arqueología guaranítica. Revista del Ateneo Paraguayo, 1 (2), pp. 62-67.
VERGEN et al. (1991) Levantamento preliminares dos sítios arqueologicos do estado de Sergipe. Anais do I Simposio de pré-historia do Nordeste - Clio 4. Recife.
VERONEZE, E. (1993) A ocupação do planalto central brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul. Univ. vale do rio dos sinos-unisinos.
VIANA, V. & LUNA, D. (2002) Arqueologia cearense-historico e perspectivas. clio serie arqueologia V15 .
Vidal, 2012.
VIGNATI, M. A. (1936) Arqueología de la Isla Martín García. <i>Physis</i> . 12(41).
VINAGRE, et al. (2000). Anais do Encontro de Aplicações Nucleares: 285-298
VOLCOV, Jonas Elias. Cerâmica Tupiguarani e os processos de interação cultural no Alto Rio Iguaçu, PR. Universidade Federal do Paraná. 2012.
WACHNITZ, Germán Arturo. (1984) Prehistoria altoparanaense preguaraní. GA Wachnitz.
WAGNER, G. (2004) Ceramistas Pré-coloniais do Litoral Norte. Porto Alegre: PUCRS, (Dissertação de Mestrado).
WAGNER, G. (2009) Sambaquis da Barreira da Itapeva, uma Perspectiva Geoarqueológica. Porto Alegre: PUCRSTese de Doutorado.
WATSON, P.; LE BLANC, S. e REDMAN, C. (1974) El método científico en arqueología. Madrid: Alianza.

WIENER, C. (1876) Estudos sobre os sambaquis do Sul do Brasil. Arquivos do Museu Nacional, n. 1, p.3-20, .
WILLEY, G. R. (1971) An introduction to American archaeology: South America 2, Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
WÜST, I. (1983) Aspectos da ocupação Pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás. - Tentativa de Análise Espacial. USP. São Paulo.
WÜST, I. (1990) Continuidade e Mudança - Para uma Interpretação dos Grupos Ceramistas Pré-coloniais da Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso. Goiania. FFLCH-USP
WÜST, I. (1999) Etnicidade e tradição ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. <i>Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3</i> , São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2000). Salvamento e Monitoramento Arqueológico - Projeto Ecoturístico Costa do Sauípe; Programa arqueológico de resgate - Complexo ecoturístico costa de São João - Bahia- Relatório Final.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2001) Programa de Resgate Arqueológico LT 440 kV (Taquaruçu, Assis, Sumaré - SP).
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2002). Reconhecimento e Salvamento Arqueológico da Fazenda Villa Branca (fase II);
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2003 A) Usina Nossa Senhora Aparecida e Adjacências - Virgolino de Oliveira S/A.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2003 B). Programa de Levantamento Arqueológico Rododvias das Colinas: Avaliação e Resgate do Patrimônio Cultural nos trechos a serem submetidos à duplicação das Rodovias SP 127 e SP 300.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004 A) Relatório de Vistoria Técnica Não Interventiva Construção de Dique Guaraci Reservatório da UHE de Marimbondo Furnas Centrais Elétricas S;A.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004 B). Diagnóstico Arqueológico do Gasoduto Luiz Antônio – Ribeirão Preto, São Paulo. Relatório Final,
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004 C). Laudo Arqueológico - LT 230 KV Guarulhos - Anhanguera Municípios de São Paulo e Osasco ;SP
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2005). Avaliação Arqueológica Rápida- Ramal de Linha de Transmissão de 138 kV – Indaiatuba, Municípios de Campinas e Indaiatuba, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006 A) Programa Arqueológico de Resgate, Ponte de Concreto sobre o Rio Mogi Guaçu, (Cachoeira de Emas), município de Pirassununga, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006 B). Avaliação Arqueológica Rápida Usina CESPT- Central Energética São Pedro do Turvo Açúcar e Álcool
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2006 C). Programa de Diagnóstico Arqueológico. Duplicação da Rodovia Raposo Tavares (SP 270), LOTE 01, KM 447 a 473. Municípios de Assis e Maracaí, Estado de São Paulo. Relatório Final.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 A) Programa de Diagnóstico Arqueológico Usina Guarani S/A - Açúcar e Álcool (Usina Cruz Alta - Unidade III).
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 B). Avaliação Arqueológica Rápida (AAR). Novas Áreas de Expansão de Lavoura, Usina Buriti, Irmãos Biagi S/A - Açúcar e Álcool. Municípios de Buritizal, Cristais Paulistas, Ituverava, Jeriquara e Pedregulho, Estado de São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 C). Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural - Novas Áreas de Expansão de Lavoura - Unidade II - Biopav SA - Açúcar e Álcool - Municípios de Araçatuba, Barbosa, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Glicério, Lourdes, Penápolis, Santo Antônio do Aracanguá, e Turiúba, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 D). Nova Planta Industrial e Novas Áreas de Expansão de Lavoura – Unidade Presidente Epitácio, Município de Presidente Epitácio, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 E). Área destinada à implantação da Brazil Flex Energy Açúcar e Álcool Ltda. – Unidade Marabá Paulista, Município de Marabá Paulista, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2007 F). Programa de Resgate e Valoração do Patrimônio Arqueológico – Duplicação da Rodovia BA 099 (Trecho Jacuípe – Praia do Forte), Municípios de Camaçari e Mata de São João, Bahia.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2008). Diagnóstico arqueológico de carater não interventivo nas Áreas destinadas à implantação das PCH's Água Azul, Cantagalo, Catabriga, Juracitaba, Mascote, Pau Ferro e Santa Clara Jusante, Municípios de Água Azul, Guaratinga, Itanhém, Medeiros Neto, Mascote, Eunápolis, Vereda e Itamaraju, Bahia.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009 A) Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural da Ferrovia Transnordestina (Trecho Missão Velha – Salgueiro), Estados do Ceará e Pernambuco.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009 B) Programa de Resgate Arqueológico - Ferrovia Transnordestina (Trecho Salgueiro – Trindade), Pernambuco.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009 C). Programa Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos. Expansão da Usina Tanabi, Município de Tanabi, Estão de São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2009 D). Programa de Prospecções Arqueológicas. Usina Mandu S/A. Municípios de Guairá, Barretos e Morro Agudo, Estado de São Paulo. Relatório Final.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2010 A). Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo Áreas de Expansão da Usina Açucareira Furlan S/A. – Unidade Avaré, Municípios de Arandu, Avaré, Botucatu, Cerqueira César, Iaras e Itatinga, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2010 B). Programa de Diagnóstico Projeto Jaguar – São Félix do Xingu, Estado do Pará. Relatório Final.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2011 A). Programa de Prospecções e Resgate Arqueológico – Parque Eólico Desenvix, Município de Brotas de Macaúbas, Bahia.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2011 B). Programa de Gestão dos Recursos Arqueológicos – Nardini Agroindustrial Ltda. – Subprograma de Resgate Arqueológico, Municípios de Ariranha, Bebedouro, Cândido Rodrigues, Catanduva, Fernando Prestes, Itápolis, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Palmares Paulista, Pirangi, Taiúva, Taiaçu, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2013). Monitoramento Transnordestina.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2014) Programa de Guarani de Gestão dos Recursos Arqueológicos, Municípios de Altair, Bady Bassit, Barretos, Cajobi, Colina, Guapiaçú, Guaraci, Monte Azul Paulista Olímpia, Onda Verde, São José do Rio Preto e Severínia, São Paulo.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (2004 D). Relatório de Vistoria Técnica Não Interventiva- Usina Irmãos Melo LTDA, Município de Ribeirão do Sul -SP
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. (1998) Salvamento Arqueológico do Sítio Santa Marina,
ZEBALLOS, E. S.; PICO, p. p. (1878) Informe sobre el túmulo prehistórico de Campana. Anales de la sociedade científica argentina, v. 6, pp. 244-260.
ZIMPEL, C. A. N. (2009). Na direção das periferias externas da Amazônia: Arqueologia na bacia do rio Ji-Paraná, Rondônia MAE-USP
ZORTEA, A. S. (1995) Arqueologia em Unidades de Conservação: O Caso do Parque Estadual de Itapuã e o Sítio Arqueológico do Morro da Fortaleza. Porto Alegre: PUCRS, (Dissertação de Mestrado).

ZUSE, SILVANA. (2009). Os Guarani E A Redução Jesuítica: Tradição E Mudança Técnica Na Cadeia Operatória De Confecção Dos Artefatos Ceramicos Do Sitio Pedra Grande E Entorno. Dissertação MAE-USP.

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
BIBPUPEL	RS			BIBPUPELR1-001	CEPAPR	PR	Itambaraca	1650-2	CEPAPRR2-011
BIBPUPEL	RS		94	BIBPUPELR1-002	CEPAPR	PR	Ortigueira	4366	CEPAPRR1-001
BIBPUPEL	RS			BIBPUPELR1-004	CEPAPR	PR	Ortigueira	4365	CEPAPRR1-002
BIBPUPEL	RS			BIBPUPELR2-005	CEPAPR	PR	Ortigueira	4361	CEPAPRR2-010
BIBPUPEL	RS			BIBPUPELR4-003	CEPAPR	PR	Paranagua	1050	CEPAPRR2-009
CPHNA	MA	Alto Alegre	C.A.A.M.05	CPHNAR1-010	CEPAPR	PR	Paranagua	3423	CEPAPRR3-005
CPHNA	MA	Alto Alegre	C.A.A.M.01	CPHNAR1-012	CEPAPR	PR	Paranagua	3423	CEPAPRR3-006
CPHNA	MA	Alto Alegre	C.A.A.M.03	CPHNAR1-013	CEPAPR	SC		PNI-1	CEPAPRR1-004
CPHNA	MA	Alto Alegre	C.A.A.M.02	CPHNAR1-014	CEPAPR	SC		PNI-1	CEPAPRR3-003
CPHNA	MA	Alto Alegre	C.A.A.M.04	CPHNAR2-009	HORT	RS	São J. Hotencio		HortR1-001
CPHNA	MA	Alto Alegre		CPHNAR4-019	FCCM	PA	Bom J. Tocantins		FCCMR1-018
CPHNA	MA	Alto Alegre		CPHNAR4-021	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	SN5	FCCMR1-019
CPHNA	MA	Alto Alegre		CPHNAR5-015	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	SN10	FCCMR1-028
CPHNA	MA	Alto Alegre		CPHNAR5-016	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	SN1	FCCMR2-001
CPHNA	MA	Alto Alegre		CPHNAR5-017	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	PI118	FCCMR2-007
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-02	CPHNAR1-001	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	PI119	FCCMR2-008
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-03	CPHNAR1-002	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	4684	FCCMR2-010
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-06	CPHNAR1-003	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	473	FCCMR3-015
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-05	CPHNAR1-004	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1093	FCCMR5-060
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-04	CPHNAR1-005	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1155	FCCMR5-061
CPHNA	MA	São Luiz	R.A.A.C-01	CPHNAR1-008	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1280	FCCMR5-062
CPHNA	MA	São Luiz	2A	CPHNAR4-006	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	55	FCCMR5-063
CPHNA	MA	São Luiz	2B	CPHNAR4-007	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	577	FCCMR5-064
CPHNA	MA	São V. Ferrer		CPHNAR2-020	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	468	FCCMR5-065
CPHNA	MA	São V. Ferrer	1	CPHNAR4-018	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1443	FCCMR5-066
CPHNA	MA	São Luiz		CPHNAR4-022	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1513	FCCMR5-067
CPHNA	MA	Vila N. Martins	TUA19	CPHNAR2-011	FCCM	PA	Bom J. Tocantins	1399	FCCMR5-068
CEPAPR	PR	Andirá	1873	CEPAPRR2-008	FCCM	PA	Breu Branco	762	FCCMR1-002
CEPAPR	PR	Andirá	1873	CEPAPRR3-013	FCCM	PA	Breu Branco	760	FCCMR1-004
CEPAPR	PR	Andirá	1873	CEPAPRR5-014	FCCM	PA	Breu Branco	977	FCCMR4-013
CEPAPR	PR	Itambaraca	1650-1	CEPAPRR1-012	FCCM	PA	Itaituba	PI49	FCCMR1-020
CEPAPR	PR	Itambaraca	1650-3	CEPAPRR2-007	FCCM	PA	Itupiranga	SN2	FCCMR1-003

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
FCCM	PA	Itupiranga	PI73	FCCMR1-022	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN7	FCCMR1-024
FCCM	PA	Marabá	SN6	FCCMR1-021	FCCM	PA	São G Do Araguaia	RG138	FCCMR1-025
FCCM	PA	Marabá	SN8	FCCMR1-026	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN9	FCCMR1-027
FCCM	PA	Marabá	122	FCCMR2-005	FCCM	PA	São G Do Araguaia	RG77	FCCMR1-029
FCCM	PA	Marabá	2666	FCCMR3-016	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN14	FCCMR5-033
FCCM	PA	Marabá	220	FCCMR3-046	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN15	FCCMR5-034
FCCM	PA	Marabá	SN11	FCCMR5-030	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN16	FCCMR5-035
FCCM	PA	Marabá	SN12	FCCMR5-031	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN17	FCCMR5-036
FCCM	PA	Marabá	SN13	FCCMR5-032	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN18	FCCMR5-037
FCCM	PA	Marabá	SN19	FCCMR5-038	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN21	FCCMR5-040
FCCM	PA	Marabá	SN20	FCCMR5-039	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN22	FCCMR5-041
FCCM	PA	Marabá	SN24	FCCMR5-043	FCCM	PA	São G Do Araguaia	SN23	FCCMR5-042
FCCM	PA	Marabá	SN25	FCCMR5-044	FCCM	MA	Vila N Martirios	2305	FCCMR1-011
FCCM	PA	Marabá	215	FCCMR5-045	FCCM	MA	Vila N Martirios	305	FCCMR3-012
FCCM	PA	Marabá	213	FCCMR5-047	MIAPT	SC	Balneário Gaivota	S/N	MIAPTR1-003
FCCM	PA	Marabá	164	FCCMR5-048	MIAPT	SC	Imbituba	S/N	MIAPTR1-002
FCCM	PA	Marabá	146	FCCMR5-049	MIAPT	SC	Imbituba	ZPE T1 U1	MIAPTR1-007
FCCM	PA	Marabá	145	FCCMR5-050	MIAPT	SC	Imbituba	S/N	MIAPTR2-010
FCCM	PA	Marabá	116	FCCMR5-051	MIAPT	SC	Imbituba	S/N	MIAPTR3-008
FCCM	PA	Marabá	148	FCCMR5-052	MIAPT	SC	Imbituba	ZPE M5 U 2	MIAPTR4-006
FCCM	PA	Marabá	189	FCCMR5-053	MIAPT	SC	Imbituba	ZPE M4 F14	MIAPTR5-009
FCCM	PA	Marabá	201	FCCMR5-054	MIAPT	SC	Jaguaruna	S/N	MIAPTR1-001
FCCM	PA	Marabá	184	FCCMR5-055	MIAPT	SC	Rincão	S/N	MIAPTR1-004
FCCM	PA	Marabá	204	FCCMR5-056	MIAPT	SC		S/N	MIAPTR5-005
FCCM	PA	Marabá	103	FCCMR5-057	IAP		Baum**Es**	18	IAPR1-006
FCCM	PA	Marabá	196	FCCMR5-058	IAP		Bom Jardim	3	IAPR1-022
FCCM	PA	Marabá	191	FCCMR5-059	IAP		Bom Jardim	9	IAPR1-025
FCCM	PA	Nova Ipixuna	SN4	FCCMR3-014	IAP		Bom Jardim	5	IAPR1-004
FCCM	PA	Novo Repartimento	SN3	FCCMR2-009	IAP		Caititu?	SN9	IAPR3-037
FCCM	PA	Pacaja	PI74	FCCMR1-006	IAP		Campestra?	38	IAPR1-021
FCCM	PA	Piçarra	682	FCCMR2-017	IAP		Harmonia	31	IAPR1-023
FCCM	PA	São G Do Araguaia	RG149	FCCMR1-023	IAP		Portão	SN11	IAPR2-044

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
IAP		Itapiranga	86	IAPR1-038	IAP			SN13	IAPR1-048
IAP		Itapiranga	86	IAPR1-041	IAP			SN3	IAPR2-010
IAP	SC	Itapiranga	79-86	IAPR4-016	IAP			SN6	IAPR2-029
IAP	SC	Itapiranga	86	IAPR4-031	IAP			SN12	IAPR2-045
IAP	SC	Itapiranga	86	IAPR4-034	IAP			SN14	IAPR2-049
IAP	SC	Itapiranga	81-86	IAPR5-015	IAP			SN7	IAPR3-035
IAP	GO	Montes C. Goiás	418-1	IAPR5-046	IAP			60	IAPR3-042
IAP	SC	Porto Merence	89	IAPR2-032	IAP			SN10	IAPR3-043
IAP	RS	Quaraí	98	IAPR2-033	IAP			SN8	IAPR4-036
IAP		Santa Clara	32	IAPR1-024	LA-UFPE	PE	Água Preta	2417-6	LAR5-018
IAP		Santa Cruz	7	IAPR1-002	LA-UFPE	PE	Água Preta	2427-9	LAR5-023
IAP		Santa Rosa	37	IAPR1-017	LA-UFPE	PE	Água Preta	2427-7	LAR5-030
IAP	SC	São Carlo	B2	IAPR1-013	LA-UFPE	PE	Água Preta	2427-8	LAR5-032
IAP		São Sebastião	29	IAPR1-019	LA-UFPE	PE	Aliança	2391-3	LAR2-009
IAP		Travessão ??	11	IAPR1-047	LA-UFPE	PE	Aliança	2391	LAR2-058
IAP			11?	IAPR1-001	LA-UFPE	PE	Aliança	2391-4	LAR4-010
IAP			85	IAPR1-003	LA-UFPE	PE	Aliança	2391	LAR4-011
IAP			96	IAPR1-005	LA-UFPE	PE	Aliança	2391-9	LAR4-016
IAP			SN1	IAPR1-007	LA-UFPE	PE	Aliança	2391-5	LAR5-013
IAP			84	IAPR1-008	LA-UFPE	PE	Aliança	2391	LAR5-059
IAP			SN2	IAPR1-009	LA-UFPE	CE	Arapipina	527	LAR4-001
IAP			SN4	IAPR1-011	LA-UFPE	PE	Arapipina	444	LAR4-012
IAP			34	IAPR1-012	LA-UFPE	CE	Arapipina	519	LAR5-002
IAP			SN5	IAPR1-014	LA-UFPE	CE	Arapipina	552	LAR5-014
IAP			45	IAPR1-018	LA-UFPE	CE	Arapipina	551-36	LAR5-019
IAP			86	IAPR1-020	LA-UFPE	CE	Arapipina	556-132	LAR5-026
IAP			104	IAPR1-026	LA-UFPE	CE	Arapipina	489-23	LAR5-027
IAP			79	IAPR1-027	LA-UFPE	CE	Arapipina	552-37	LAR5-029
IAP			92	IAPR1-028	LA-UFPE	CE	Arapipina	487-22	LAR5-031
IAP				IAPR1-030	LA-UFPE	CE	Arapipina	550-300	LAR5-033
IAP			40	IAPR1-039	LA-UFPE	CE	Arapipina	556-90	LAR5-034
IAP			35	IAPR1-040	LA-UFPE	CE	Arapipina	554-98	LAR5-035

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
LA-UFPE	RN	Ares	4524-22	LAR5-070	LA-UFPE	PE	Recife	4846	LAR4-021
LA-UFPE	RN	Ares	4524-20	LAR5-071	LA-UFPE			182	LAR5-020
LA-UFPE	RN	Ares	2376-07	LAR5-072	LA-UFPE			182	LAR5-024
LA-UFPE	RN	Ares	2396-15	LAR5-073	LA-UFPE			182-3	LAR5-025
LA-UFPE	RN	Ares	2376-11	LAR5-074	LA-UFPE			182-2	LAR5-028
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-19	LAR5-061	LA-UFPE			182-4	LAR5-036
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-01	LAR5-062	LA-UFPE	CE	Sobral	5045	LAR3-044
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-16	LAR5-063	LA-UFPE	CE	Sobral	5043	LAR5-038
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-05	LAR5-064	LA-UFPE	CE	Sobral	5043	LAR5-039
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-15	LAR5-065	LA-UFPE	CE	Sobral	5043	LAR5-040
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2436-04	LAR5-066	LA-UFPE	CE	Sobral	5002	LAR5-041
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2401-4	LAR5-067	LA-UFPE	CE	Sobral	5008	LAR5-042
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2401-3	LAR5-068	LA-UFPE	CE	Sobral	5050	LAR5-043
LA-UFPE	RN	Canguaretama	2401-5	LAR5-069	LA-UFPE	CE	Sobral	5010	LAR5-045
LA-UFPE	PE	Igarassu	62-5	LAR5-015	LA-UFPE	CE	Sobral	4989	LAR5-046
LA-UFPE	PE	Igarassu	43-2	LAR5-017	LA-UFPE	PE	Triunfo	535	LAR3-008
LA-UFPE	PE	Igarassu	61-4	LAR5-022	LA-UFPE	PE	Triunfo	535	LAR4-005
LA-UFPE	PE	Jaboatão Guararapes	573	LAR2-037	LA-UFPE	PE	Triunfo	535	LAR5-003
LA-UFPE	PE	Jaboatão Guararapes	S/N2	LAR2-060	LA-UFPE			SN1	LAR4-004
LA-UFPE	PE	Joaquim Nabuco	5556	LAR3-049	LA-UFG	GO	Barro Alto	95.067.96	LAUFGR2-048
LA-UFPE	PE	Joaquim Nabuco	5556	LAR4-048	LA-UFG	GO	Barro Alto	95.067.152	LAUFGR5-049
LA-UFPE	PB	Mamanquape	2419-44	LAR5-050	LA-UFG	GO	Barro Alto	95.067.094	LAUFGR5-050
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2419-31	LAR5-051	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/29	LAUFGR5-086
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2412-43	LAR5-052	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/40	LAUFGR5-087
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2412-2	LAR5-053	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/19	LAUFGR5-088
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2412-33	LAR5-054	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/24	LAUFGR5-089
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2412-1	LAR5-055	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/42	LAUFGR5-090
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2408-03	LAR5-056	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/23	LAUFGR5-091
LA-UFPE	CE	Mamanquape	2408-52	LAR5-057	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/29	LAUFGR5-092
LA-UFPE	PB	Matureia		LAR3-006	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/36	LAUFGR5-093
LA-UFPE	PB	Matureia	9	LAR3-007	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/22	LAUFGR5-094
LA-UFPE	CE	Paracuru	4390	LAR3-047	LA-UFG	GO	Bela V Goias	013/40/106	LAUFGR5-095

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
LA-UFG	GO	Bela V Goiás	SN1	LAUFGR5-096	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.072	LAUFGR5-032
LA-UFG	GO	Bela V Goiás	SN2	LAUFGR5-097	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.071	LAUFGR5-033
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.323	LAUFGR5-053	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.072	LAUFGR5-034
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.324	LAUFGR5-054	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.189	LAUFGR5-035
LA-UFG	GO	Caçu	07.OA1.03	LAUFGR5-057	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.169	LAUFGR5-036
LA-UFG	GO	Caçu	6.193.083	LAUFGR5-058	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.071	LAUFGR5-037
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.100	LAUFGR5-066	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.036	LAUFGR5-038
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.156	LAUFGR5-067	LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.061	LAUFGR5-039
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.252	LAUFGR5-068	LA-UFG	GO	Cavalcante	00.088.076	LAUFGR5-046
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.352	LAUFGR5-069	LA-UFG	GO	Cavalcante	00.088.075	LAUFGR5-047
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.369	LAUFGR5-070	LA-UFG	GO	Cavalcante	04.OA29.01	LAUFGR5-051
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.370	LAUFGR5-071	LA-UFG	GO	Itarumã	8.207.480	LAUFGR5-059
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.347	LAUFGR5-072	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.487	LAUFGR5-055
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.367	LAUFGR5-073	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.248	LAUFGR5-060
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.355	LAUFGR5-074	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.224	LAUFGR5-061
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.350	LAUFGR5-075	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.443	LAUFGR5-062
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.386	LAUFGR5-076	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.787	LAUFGR5-063
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.361	LAUFGR5-077	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.818	LAUFGR5-064
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.362	LAUFGR5-078	LA-UFG	GO	Luziânia	7.202.909	LAUFGR5-065
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.338	LAUFGR5-079	LA-UFG	GO	Minaçu	00.087.021	LAUFGR5-043
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.348	LAUFGR5-080	LA-UFG	GO	Minaçu	00.087.024	LAUFGR5-044
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.478	LAUFGR5-081	LA-UFG	GO	Minaçu	00.087.020	LAUFGR5-045
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.419	LAUFGR5-082	LA-UFG	GO	Minaçu	00.087.019	LAUFGR5-052
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.425	LAUFGR5-083	LA-UFG	GO	Minaçu	00.095.075	LAUFGR5-056
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.475	LAUFGR5-084	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.997	LAUFG1-023
LA-UFG	GO	Caçu	8.215.422	LAUFGR5-085	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.490	LAUFG4-022A
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.046	LAUFGR5-026	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.05	LAUFGR5-001
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.047	LAUFGR5-027	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.17	LAUFGR5-002
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.052	LAUFGR5-028	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.09	LAUFGR5-003
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.084	LAUFGR5-029	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.34	LAUFGR5-004
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.060	LAUFGR5-030	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.48	LAUFGR5-005
LA-UFG	GO	Campinaçu	95.002.076	LAUFGR5-031	LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.141	LAUFGR5-006

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.146	LAUFG5-007	LEPAARQ	RS	Pelotas	51.2.512	LEPAARQR5-002
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.227	LAUFG5-008	LEPAARQ	RS			LEPAARQR5-005
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.207	LAUFG5-009	LEPAN	RS	Mostardas	555/6	LEPANR1-001
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.190	LAUFG5-010	LEPAN	RS	Mostardas	317	LEPANR1-005
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.295	LAUFG5-011	LEPAN	RS	Mostardas	55518	LEPANR5-009
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.287	LAUFG5-012	LEPAN	RS	Rolante	1288	LEPANR1-007
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.290	LAUFG5-013	LEPAN	RS	Tavares	313	LEPANR2-008
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.354	LAUFG5-014	LEPAN	RS	Tavares	313	LEPANR3-002
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.363	LAUFG5-015	LEPAN	RS	Tavares	217	LEPANR5-010
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.345	LAUFG5-016	LEPAN	RS		S/N	LEPANR1-003
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.370	LAUFG5-017	LEPAN	RS		S/N	LEPANR1-004
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.484	LAUFG5-018	LEPAN	RS		S/N	LEPANR1-011
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.485	LAUFG5-019	LEPAN	RS		16/1	LEPANR2-006
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.458	LAUFG5-020	LEPA	RS	Bossoroca		LEPAR5-008
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.489	LAUFG5-021	LEPA	RS	Lagoa Vermelha	SN	LEPAR3-006
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.450	LAUFG5-022B	LEPA	RS	Lagoa Vermelha		LEPAR3-010
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.579	LAUFG5-024	LEPA	RS	Lagoa Vermelha		LEPAR4-009
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.56.578	LAUFG5-025	LEPA	RS	Lagoa Vermelha	SN	LEPAR5-004
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.050.19	LAUFG5-040	LEPA	RS	Santa Maria	88	LEPAR2-002
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.050.16	LAUFG5-041	LEPA	RS	São M. Da Serra	252	LEPAR1-003
LA-UFG	GO	Niquelândia	96.050.040	LAUFG5-042	LEPA	RS	São M. Da Serra		LEPAR1-012
LAE	RS	Eldorado Do Sul		LAER5-007	LEPA	RS	São M. Da Serra		LEPAR2-013
LAE	RS	Viamão		LAER1-001	LEPA	RS	São Pedro Do Sul		LEPAR1-001
LAE	RS	Viamão		LAER1-006	LEPA	RS	São Pedro Do Sul		LEPAR1-007
LAE	RS			LAER1-004	LEPA	RS	São Pedro Do Sul	8	LEPAR1-011
LAE	RS			LAER1-005	LEPA	RS	São Pedro Do Sul	SN	LEPAR2-005
LAE	RS			LAER2-002	LEPA	RS			LEPAR1-014
LAE	RS			LAER2-003	LEPA	RS			LEPAR1-015
LAE	RS	Torres		LAER2-008	MAE-UFBA	pe?	Cabrobo?	12?	MAEUFBAR3-005
LEPAARQ	RS	Arroio Do Padre	10.00.001	LEPAARQR5-003	MAE-UFBA	ba	Coribe	II-34.0	MAEUFBAR1-003
LEPAARQ	RS	Arroio Do Padre	10.00.032	LEPAARQR5-004	MAE-UFBA	ba	Morro Do Chapéu	II-41.0	MAEUFBAR1-002
LEPAARQ	RS	Pelotas	78163	LEPAARQR1-001	MAE-UFBA			II-45.0	MAEUFBAR1-004

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MAE-UFBA			II-206.0	MAEUFBAR2-001	MAE-UFPR	PR		48 / I.589	MAEPRR1-041
MAE-UFPR		Candido De Abreu	695 / 3 / I.544	MAEPRR3-028	MAE-UFPR			24?/ I.575	MAEPRR1-045
MAE-UFPR	SP	Itaberá	214 A / I.518	MAEPRR1-052	MAE-UFPR			9.58.01 / 25 / I.552	MAEPRR1-046
MAE-UFPR	SP	Itaberá	222B / I.542	MAEPRR2-029	MAE-UFPR			726 A / I.550	MAEPRR1-047
MAE-UFPR	SP	Itaberá	222 A / I.539	MAEPRR2-062	MAE-UFPR	PR		700 A / I.528	MAEPRR1-051
MAE-UFPR		Manoel Ribas	689 /314-1 / I.520	MAEPRR1-009	MAE-UFPR	MS		314 / I.520	MAEPRR1-053
MAE-UFPR			15.63.01 / I.549	MAEPRR1-001	MAE-UFPR			1.60.01 / 24 / I.529	MAEPRR1-057
MAE-UFPR				MAEPRR1-002	MAE-UFPR			I534	MAEPRR1-058
MAE-UFPR	MS		318 / I.515	MAEPRR1-003	MAE-UFPR	MS		311 / I.581	MAEPRR1-060
MAE-UFPR	PR		1027 / I.511	MAEPRR1-005	MAE-UFPR	MS		358-1 / I.541	MAEPRR1-061
MAE-UFPR	MS		311A	MAEPRR1-007	MAE-UFPR	MS		312 A	MAEPRR1-063
MAE-UFPR	PR		84.10.4 / IE329	MAEPRR1-008	MAE-UFPR	MS		314 A	MAEPRR1-064
MAE-UFPR			I.532	MAEPRR1-010	MAE-UFPR			106	MAEPRR1-065
MAE-UFPR	PR		674 E1 / I.557	MAEPRR1-013	MAE-UFPR			47	MAEPRR1-066
MAE-UFPR	PR		750 D1 / I.554	MAEPRR1-014	MAE-UFPR	MS		315	MAEPRR1-067
MAE-UFPR	MS		348-A / I.507	MAEPRR1-015	MAE-UFPR				MAEPRR1-068
MAE-UFPR			IE 317 / I.533	MAEPRR1-016	MAE-UFPR			41	MAEPRR1-069
MAE-UFPR			IE 324	MAEPRR1-017	MAE-UFPR			690	MAEPRR1-070
MAE-UFPR			IE320	MAEPRR1-018	MAE-UFPR	MS		12	MAEPRR1-073
MAE-UFPR			IE323 A1 / IE 572	MAEPRR1-019	MAE-UFPR				MAEPRR1-074
MAE-UFPR			29 F / I.545	MAEPRR1-020	MAE-UFPR				MAEPRR1-076
MAE-UFPR	PR?		632 / I522	MAEPRR1-021	MAE-UFPR				MAEPRR1-079
MAE-UFPR	PR		966 / 670 / I.561	MAEPRR1-023	MAE-UFPR			681 OU 189	MAEPRR1-080
MAE-UFPR	PR		399 / 358 B / I.543	MAEPRR1-024	MAE-UFPR	MS		308/ I.509	MAEPRR2-004
MAE-UFPR	PR		726 C / I.560	MAEPRR1-025	MAE-UFPR			I.525	MAEPRR2-011
MAE-UFPR			356 A / I.547	MAEPRR1-027	MAE-UFPR	PR ?		189	MAEPRR2-022
MAE-UFPR	MS		362	MAEPRR1-030	MAE-UFPR	MS		317 L / I.546	MAEPRR2-026
MAE-UFPR	MS		326 C / I.564	MAEPRR1-032	MAE-UFPR	MS		309 A	MAEPRR2-031
MAE-UFPR	PR		1039 / I.548	MAEPRR1-033	MAE-UFPR			I.576	MAEPRR2-035
MAE-UFPR	MS		311 / I.563	MAEPRR1-034	MAE-UFPR			I.568	MAEPRR2-036
MAE-UFPR	PR		395 F / I.558	MAEPRR1-037	MAE-UFPR			R / I 537	MAEPRR2-042
MAE-UFPR	PR		677 / I.579	MAEPRR1-040	MAE-UFPR	PR		710 A / I.586	MAEPRR2-043

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MAE-UFPR				MAEPRR2-044	MAE-USP	SP	Mogi Guaçu	s/n	MAEUSPR4-085
MAE-UFPR	PR		715 A / I.519	MAEPRR2-050	MAE-USP	SP	Mogi Guaçu	varios	MAEUSPR4-087
MAE-UFPR			312 / I.513	MAEPRR2-054	MAE-USP		Itapeva		MAEUSPR2-016
MAE-UFPR			326 A / I.525	MAEPRR2-055	MAE-USP		Morunbi	s/n	MAEUSPR3-039
MAE-UFPR	PR		715 A / I.519	MAEPRR2-056	MAE-USP	SP	Ubatuba	1083/84/98/99	MAEUSPR1-020
MAE-UFPR	SP		58A / I.508	MAEPRR2-059	MAE-USP	sp	Ubatuba	1083	MAEUSPR1-045
MAE-UFPR	MS		198 /861	MAEPRR2-071	MAE-USP	SP	Ubatuba	s/n	MAEUSPR1-089
MAE-UFPR				MAEPRR2-072	MAE-USP	SP	Ubatuba	s/n	MAEUSPR1-090
MAE-UFPR			63A / 20	MAEPRR2-078	MAE-USP	SP	Ubatuba	RGA1083	MAEUSPR2-072
MAE-UFPR				MAEPRR2-081	MAE-USP	SP	Ubatuba	1083/84/98/99	MAEUSPR2-091
MAE-UFPR	MS		346/ I.527	MAEPRR3-012	MAE-USP	SP	Ubatuba	1083/84/98/99	MAEUSPR2-092
MAE-UFPR	PR		291 / I.580	MAEPRR3-039	MAE-USP			5	MAEUSPR1-014
MAE-UFPR			59 / I.531	MAEPRR3-048	MAE-USP			4087	MAEUSPR1-018
MAE-UFPR			13? 24? / I.540	MAEPRR3-049	MAE-USP			x136/36p.g.	MAEUSPR1-019
MAE-UFPR			727 A	MAEPRR3-075	MAE-USP			E9-P2	MAEUSPR1-022
MAE-UFPR			967	MAEPRR3-077	MAE-USP			E5-P3	MAEUSPR1-025
MAE-UFPR	PR		1027 / I.510	MAEPRR4-006	MAE-USP			s/n16	MAEUSPR1-028
MAE-UFPR	PR		694 / I.567	MAEPRR4-038	MAE-USP	RS		362	MAEUSPR1-030
MAE-USP	SP	Aparecida do Norte	RGA7041	MAEUSPR4-071	MAE-USP			x-133	MAEUSPR1-040
MAE-USP	SP	Cajuru	s/n 17	MAEUSPR2-015	MAE-USP			4088	MAEUSPR1-042
MAE-USP	SP	Cajuru	s/n	MAEUSPR4-037	MAE-USP			36/034?	MAEUSPR1-043
MAE-USP	SP	Franca	022-004	MAEUSPR2-083	MAE-USP	SP		3819	MAEUSPR1-044
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 7	MAEUSPR1-047	MAE-USP	SP		RNA 3A / 23	MAEUSPR1-053
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 1	MAEUSPR1-048	MAE-USP			X-403	MAEUSPR1-054
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 5 / 25	MAEUSPR1-050	MAE-USP			X-1094	MAEUSPR1-055
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 2 / 29	MAEUSPR1-051	MAE-USP			RGA 2423 / 006-109	MAEUSPR1-056
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 9 / 26	MAEUSPR1-061	MAE-USP	RS		RGA356/ 009-306	MAEUSPR1-058
MAE-USP	SP	Itapera	19	MAEUSPR2-046	MAE-USP	RS		RGA350/009-323	MAEUSPR1-060
MAE-USP	SP	Itapera	RNA 4 /27	MAEUSPR2-049	MAE-USP			RGA 946/4566	MAEUSPR1-062
MAE-USP	SP	Mogi Das Cruzes	RGA504/026-66	MAEUSPR1-076	MAE-USP	RS		RGA354 / 009-325	MAEUSPR1-063
MAE-USP	SP	Mogi Guaçu	005-12	MAEUSPR2-084	MAE-USP	RS		RGA360 / 009-326	MAEUSPR1-064
MAE-USP	SP	Mogi Guaçu	S/n	MAEUSPR2-086	MAE-USP	RS		RGA358	MAEUSPR1-065

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MAE-USP	RS		RGA939 / 028-73	MAEUSPR1-066	MARSUL	RS	Forqueta	T-109	MARSULR2-114
MAE-USP			RGA1012	MAEUSPR1-067	MARSUL	RS	Iraí	S/N	MARSULR3-012
MAE-USP	RS		RGA1013	MAEUSPR1-068	MARSUL	RS	Porto Alegre	T-060	MARSULR1-015
MAE-USP			s/n	MAEUSPR1-069	MARSUL	RS	Taquara	T-592	MARSULR2-014
MAE-USP	RS		RGA942	MAEUSPR1-070	MARSUL	RS	Tenete Portela	T-139	MARSULR1-017
MAE-USP			sn	MAEUSPR1-073	MARSUL	RS	Tenete Portela	T-138	MARSULR1-018
MAE-USP			RGA6011	MAEUSPR1-074	MARSUL	RS	Tenete Portela	T-735	MARSULR1-023
MAE-USP			S/n	MAEUSPR1-075	MARSUL	RS	Tenete Portela	T-523	MARSULR1-024
MAE-USP	RJ		RGA442	MAEUSPR1-077	MARSUL	RS	Tenete Portela	T-134	MARSULR1-026
MAE-USP			1083/84/98/99	MAEUSPR1-078	MARSUL	RS	Venâncio Aires	T-159	MARSULR1-027
MAE-USP			s/n	MAEUSPR1-079	MARSUL	RS	Venâncio Aires	S/N	MARSULR1-028
MAE-USP	SP		s/n	MAEUSPR1-080	MARSUL		Venâncio Aires	T-136	MARSULR2-009
MAE-USP	PR		6577	MAEUSPR1-081	MARSUL			T-734	MARSULR1-001
MAE-USP			1008	MAEUSPR2-026	MARSUL			T-155	MARSULR1-003
MAE-USP	sp		4527	MAEUSPR2-027	MARSUL			T-004	MARSULR1-004
MAE-USP			x132/558	MAEUSPR2-029	MARSUL			T-157	MARSULR1-005
MAE-USP			363	MAEUSPR2-035	MARSUL			T-335	MARSULR1-006
MAE-USP			1275	MAEUSPR2-041	MARSUL			T-101	MARSULR1-007
MAE-USP			28	MAEUSPR2-057	MARSUL			T-355	MARSULR1-008
MAE-USP	SP		SN	MAEUSPR2-082	MARSUL	RS		T-162	MARSULR1-010
MAE-USP			4818	MAEUSPR3-017	MARSUL	RS		T-585	MARSULR1-011
MAE-USP			FGD-J	MAEUSPR3-021	MARSUL	RS		T-596	MARSULR1-019
MAE-USP			192	MAEUSPR3-024	MARSUL	RS		T-163	MARSULR1-020
MAE-USP			s/n	MAEUSPR3-031	MARSUL	RS		T-1198	MARSULR1-022
MAE-USP			s/n	MAEUSPR3-032	MARSUL	RS		T-1188	MARSULR1-025
MAE-USP			s/n	MAEUSPR3-034	MARSUL	RS		1200	MARSULR1-029
MAE-USP			x134	MAEUSPR3-038	MARSUL	RS		1199	MARSULR1-030
MAE-USP	SP		varios	MAEUSPR3-088	MARSUL			T-086	MARSULR1-036
MAE-USP			E6-P1	MAEUSPR4-023	MARSUL			T-143	MARSULR1-037
MAE-USP			s/n	MAEUSPR4-036	MARSUL			T-119	MARSULR1-038
MAE-USP	RS		RGA941/ 028	MAEUSPR4-059	MARSUL			T-320	MARSULR1-039
MAE-USP			s/n	MAEUSPR5-033	MARSUL			T-367	MARSULR1-040

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MARSUL			T-120	MARSULR1-041	MARSUL			T-108	MARSULR1-084
MARSUL			T-140	MARSULR1-042	MARSUL			T-722	MARSULR1-085
MARSUL			T-363	MARSULR1-048	MARSUL			T-067	MARSULR1-086
MARSUL			T-729	MARSULR1-049	MARSUL			T-723	MARSULR1-087
MARSUL			T-728	MARSULR1-050	MARSUL			T-092	MARSULR1-088
MARSUL			T-731	MARSULR1-051	MARSUL			T-064	MARSULR1-089
MARSUL			T-725	MARSULR1-052	MARSUL			T-039	MARSULR1-090
MARSUL			T-433	MARSULR1-053	MARSUL			T-063	MARSULR1-092
MARSUL			T-142	MARSULR1-054	MARSUL			T-096	MARSULR1-093
MARSUL			T-336	MARSULR1-055	MARSUL			T-040	MARSULR1-094
MARSUL			T-131	MARSULR1-056	MARSUL			T-716	MARSULR1-095
MARSUL			T-730	MARSULR1-057	MARSUL			T-714	MARSULR1-096
MARSUL			T-733	MARSULR1-058	MARSUL			T-737	MARSULR1-098
MARSUL			T-732	MARSULR1-059	MARSUL			T-715	MARSULR1-100
MARSUL			T-102	MARSULR1-062	MARSUL			T-718	MARSULR1-101
MARSUL			T-103	MARSULR1-063	MARSUL			T-062	MARSULR1-102
MARSUL			T-100	MARSULR1-064	MARSUL			T-344	MARSULR1-104
MARSUL			T-099	MARSULR1-065	MARSUL			T-081	MARSULR1-105
MARSUL			T-001	MARSULR1-066	MARSUL			T-127	MARSULR1-106
MARSUL			T-343	MARSULR1-067	MARSUL			T-074	MARSULR1-107
MARSUL			T-726	MARSULR1-069	MARSUL			T-065	MARSULR1-108
MARSUL			T-111	MARSULR1-072	MARSUL			T-351	MARSULR1-109
MARSUL			T-094	MARSULR1-073	MARSUL			T-079	MARSULR1-110
MARSUL			T-721	MARSULR1-074	MARSUL			T-104	MARSULR1-116
MARSUL			T-714	MARSULR1-075	MARSUL			T-006	MARSULR1-119
MARSUL			T-093	MARSULR1-076	MARSUL			T-114	MARSULR1-124
MARSUL			T-095	MARSULR1-077	MARSUL			T-070	MARSULR1-128
MARSUL			T-091	MARSULR1-078	MARSUL			T-060	MARSULR1-131
MARSUL			T-719	MARSULR1-079	MARSUL			T-038	MARSULR1-132
MARSUL			T-724	MARSULR1-080	MARSUL			T-517	MARSULR1-134
MARSUL			T-342	MARSULR1-082	MARSUL			T-132	MARSULR1-136
MARSUL			T-080	MARSULR1-083	MARSUL			T-124	MARSULR1-141

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MARSUL			T-116	MARSULR1-142	MARSUL			T-590	MARSULR1-196
MARSUL			T-078	MARSULR1-143	MARSUL			T-321	MARSULR1-201
MARSUL			T-077	MARSULR1-144	MARSUL			T-009	MARSULR1-202
MARSUL			T-076	MARSULR1-145	MARSUL			T-022	MARSULR1-203
MARSUL			T-075	MARSULR1-146	MARSUL			T-032	MARSULR1-206
MARSUL			T-073	MARSULR1-147	MARSUL			T-031	MARSULR1-207
MARSUL			T-072	MARSULR1-148	MARSUL			T-357	MARSULR1-210
MARSUL			T-071	MARSULR1-149	MARSUL			T-135	MARSULR1-211
MARSUL			T-296	MARSULR1-150	MARSUL			T-595	MARSULR1-215
MARSUL			T-129	MARSULR1-154	MARSUL			T-591	MARSULR1-216
MARSUL			T-098	MARSULR1-155	MARSUL			T-803	MARSULR2-002
MARSUL			T-083	MARSULR1-156	MARSUL			T-145	MARSULR2-013
MARSUL			T-084	MARSULR1-157	MARSUL	RS		T-137	MARSULR2-016
MARSUL			T-082	MARSULR1-158	MARSUL			T-121	MARSULR2-046
MARSUL			T-097	MARSULR1-160	MARSUL			T-356	MARSULR2-061
MARSUL			T-475	MARSULR1-161	MARSUL			T-345	MARSULR2-068
MARSUL			T-472	MARSULR1-162	MARSUL			T-066	MARSULR2-070
MARSUL			T-481	MARSULR1-163	MARSUL			T-339	MARSULR2-071
MARSUL			T-474	MARSULR1-168	MARSUL			T-107	MARSULR2-091
MARSUL			T-479	MARSULR1-170	MARSUL			T-348	MARSULR2-099
MARSUL			T-471	MARSULR1-171	MARSUL			T-340	MARSULR2-103
MARSUL			T-154	MARSULR1-176	MARSUL			T-350	MARSULR2-111
MARSUL			T-160	MARSULR1-179	MARSUL			T-106	MARSULR2-115
MARSUL			T-161	MARSULR1-180	MARSUL			T-036	MARSULR2-117
MARSUL			T-158	MARSULR1-184	MARSUL			T-007	MARSULR2-118
MARSUL			T-365	MARSULR1-185	MARSUL			T-005	MARSULR2-120
MARSUL			T-362	MARSULR1-186	MARSUL			T-003	MARSULR2-121
MARSUL			T-164	MARSULR1-187	MARSUL			T-002	MARSULR2-122
MARSUL			T-482	MARSULR1-189	MARSUL			T-115	MARSULR2-123
MARSUL			T-602	MARSULR1-191	MARSUL			T-113	MARSULR2-125
MARSUL			T-597	MARSULR1-192	MARSUL			T-112	MARSULR2-126
MARSUL			T-604	MARSULR1-194	MARSUL			T-110	MARSULR2-127

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MARSUL			T-069	MARSULR2-129	MARSUL			T-480	MARSULR3-159
MARSUL			T-037	MARSULR2-133	MARSUL			T-713	MARSULR3-169
MARSUL			T-352	MARSULR2-138	MARSUL			T-582	MARSULR3-172
MARSUL			T-128	MARSULR2-152	MARSUL			T-150	MARSULR3-173
MARSUL			T-146	MARSULR2-153	MARSUL			T-156	MARSULR3-174
MARSUL			T-473	MARSULR2-164	MARSUL			T-151	MARSULR3-175
MARSUL			T-478	MARSULR2-165	MARSUL			T-168	MARSULR3-177
MARSUL			T-477	MARSULR2-166	MARSUL			T-583	MARSULR3-182
MARSUL			T-738	MARSULR2-167	MARSUL			T-483	MARSULR3-188
MARSUL			T-584	MARSULR2-181	MARSUL			T-603	MARSULR3-190
MARSUL			T-606	MARSULR2-195	MARSUL			T-354	MARSULR3-208
MARSUL			T-589	MARSULR2-197	MARSUL			T-148	MARSULR3-209
MARSUL			T-144	MARSULR2-200	MARSUL			T-609	MARSULR3-213
MARSUL			T-033	MARSULR2-204	MARSUL			T-600	MARSULR3-214
MARSUL			T-021	MARSULR2-205	MARSUL	RS		1186	MARSULR4-031
MARSUL			T-601	MARSULR2-212	MARSUL	RS		S/N	MARSULR4-033
MARSUL	RS		T-167	MARSULR3-021	MARSUL			T-607	MARSULR4-198
MARSUL	RS		S/N	MARSULR3-032	MARSUL			T-608	MARSULR4-199
MARSUL			S/N	MARSULR3-035	MARSUL	RS		1185	MARSULR5-034
MARSUL			T-659	MARSULR3-043	MARSUL			T-122	MARSULR5-044
MARSUL			T-088	MARSULR3-047	MARSUL			T-294	MARSULR5-045
MARSUL			T-736	MARSULR3-060	MARSUL			T-167	MARSULR5-178
MARSUL			T-720	MARSULR3-081	MARSUL			T-295	MARSULR5-183
MARSUL			T-341	MARSULR3-097	MARSUL			T-599	MARSULR5-193
MARSUL			T-347	MARSULR3-112	MARSUL			T-1184	MARSULR5-217
MARSUL			T-105	MARSULR3-113	MHN-UFGM	MG	Contagem	1	MHNR1-009
MARSUL			T-061	MARSULR3-130	MHN-UFGM	MG	Itueta		MHNR2-006
MARSUL			T-152	MARSULR3-135	MHN-UFGM	MG	Itueta	5921	MHNR3-005
MARSUL			T-153	MARSULR3-137	MHN-UFGM	MG	Itueta		MHNR4-004
MARSUL			T-126	MARSULR3-139	MHN-UFGM	MG	Januaria	49	MHNR5-013
MARSUL			T-125	MARSULR3-140	MHN-UFGM	MG	Teofilo Otoni	GV01	MHNR1-003
MARSUL			T-353	MARSULR3-151	MHN-UFGM	MG		8	MHNR1-002

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MHN-UFMG	MG		MNH-SPr-1	MHNR1-008	MARS			255 ET	MARSR1-005
MHN-UFMG	MG		PH144	MHNR2-001	MARS				MARSR1-007
MHN-UFMG	MG		MHN-PAL-04	MHNR2-012	MARS				MARSR1-008
MHN-UFMG	MG			MHNR3-007	MARS				MARSR1-009
MHN-UFMG	MG		MG.PA.105	MHNR4-010	MARS				MARSR1-011
MHN-UFMG	MG		MHN-PAL3	MNHR2-011	MARS			2087 ET / 3726	MARSR2-003
MUArquE-UFSC	SC	Florianópolis		MArquER1-001	MARS				MARSR2-006
MUArquE-UFSC	SC	Florianópolis	1	MArquER1-009	MARS				MARSR2-010
MUArquE-UFSC	SC	Imbituba	4	MArquER1-015	MARS			6375 12	MARSR5-012
MUArquE-UFSC				MArquER1-002	MCC	RN	Florania	sn2	CCR5-032
MUArquE-UFSC			8	MArquER1-003	MCC	RN	Macaíba	M5	CCR5-002
MUArquE-UFSC			2	MArquER1-005	MCC	RN	Senador G Avelino	MCC83 / A090	CCR1-048
MUArquE-UFSC			6	MArquER1-006	MCC	RN	Senador G Avelino	RN-1	CCR5-007
MUArquE-UFSC			3	MArquER1-007	MCC	RN	Serra De S Bento	RN169	CCR5-018
MUArquE-UFSC			16	MArquER1-008	MCC	RN	Serra De S Bento	RN174	CCR5-019
MUArquE-UFSC				MArquER1-013	MCC	RN	Serra De S Bento	RN156	CCR5-020
MUArquE-UFSC			CT 159	MArquER1-016	MCC	RN	Serra De S Bento	RN151	CCR5-021
MUArquE-UFSC			SC-CIII	MArquER1-017	MCC	RN	Serra De S Bento	RN-157	CCR5-022
MUArquE-UFSC			E-434	MArquER1-018	MCC	RN	Serra De S Bento	RN167	CCR5-023
MUArquE-UFSC			SC-LXXIX	MArquER1-019	MCC	RN	Serra De S Bento	BP002 / RN158	CCR5-024
MUArquE-UFSC				MArquER1-020	MCC	RN	Serra De S Bento		CCR5-025
MUArquE-UFSC			149	MArquER1-021	MCC	RN	Serra De S Bento		CCR5-026
MUArquE-UFSC			55	MArquER2-011	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A009/3	CCR1-049
MUArquE-UFSC				MArquER2-023	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A003/5	CCR1-050
MUArquE-UFSC			9	MArquER3-004	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A005/4	CCR1-051
MUArquE-UFSC			11	MArquER3-010	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A003/4	CCR1-052
MUArquE-UFSC			226	MArquER3-022	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A005/5	CCR1-053
MUArquE-UFSC				MArquER4-012	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A003/2	CCR1-054
MUArquE-UFSC			10	MArquER4-014	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A003/3	CCR1-055
MARS			G2	MARSR1-001	MCC	RN	Vila Flor	MCC79 / A005/1	CCR1-056
MARS				MARSR1-002	MCC	RN	Vila Flor	RN4682	CCR2-005
MARS				MARSR1-004	MCC	RN	Vila Flor	RN4685	CCR3-001

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MCC	RN	Vila Flor	VN-01 / RN4690	CCR3-006	MCC	RN		342 / RN4700	CCR5-047
MCC	RN	Vila Flor	SN1	CCR4-008	MPU	CE	Brejo Santo		PUR1-001
MCC	RN	Vila Flor	BP010	CCR5-003	MDB	MS	Corumbá	8370	MDBR2-001
MCC	RN	Vila Flor	RN4681	CCR5-004	MDB	MS		AP8-626	MDBR1-002
MCC	RN		C5 / RN02	CCR5-009	MDB	MS		AP8-618	MDBR2-003
MCC	RN		RN14	CCR5-010	MUARQ	MS	Brasilândia	CR1	MUAR1-032
MCC	RN		RN1523	CCR5-011	MUARQ	MS	Brasilândia	CR1	MUAR2-020
MCC	RN		RN1520	CCR5-012	MUARQ	MS		VN1-3244	MUAR1-003
MCC	RN		C-11 / RN153	CCR5-013	MUARQ	MS		AP13	MUAR1-005
MCC	RN		31 / RN181	CCR5-014	MUARQ	MS		RK1-4	MUAR1-009
MCC	RN		C-10 / RN152	CCR5-015	MUARQ	MS		VN1-5502	MUAR1-010
MCC	RN		M5 / RN160	CCR5-016	MUARQ	MS		CD1-6228	MUAR1-011
MCC	RN		C-11 / RN207	CCR5-017	MUARQ	MS		AP13	MUAR1-012
MCC	RN		BN026 /RN419	CCR5-027	MUARQ	MS		VN1	MUAR1-015
MCC	RN		RN902	CCR5-028	MUARQ	MS		QT7-801	MUAR1-018
MCC	RN		C5 / BP047 / RN912	CCR5-029	MUARQ	MS		VN1	MUAR1-021
MCC	RN		RN914	CCR5-030	MUARQ	MS		VN1	MUAR1-022
MCC	RN		C-8 / BN034 / RN918	CCR5-031	MUARQ	MS		vn1-6440	MUAR1-027
MCC	RN		RN1243	CCR5-033	MUARQ	MS		AP8-1061	MUAR1-030
MCC	RN		RN4259	CCR5-034	MUARQ	MS		AP8	MUAR1-031
MCC	RN		BN081 / RN401	CCR5-035	MUARQ	MS		VN1-5347	MUAR2-001
MCC	RN		CPA001 / RN3219	CCR5-036	MUARQ	MS		QT7-868	MUAR2-006
MCC	RN		RN1855	CCR5-037	MUARQ	MS		RK1-3	MUAR2-008
MCC	RN		RN2780	CCR5-038	MUARQ	MS		AP13-4696	MUAR2-014
MCC	RN		CP016 / RN3586	CCR5-039	MUARQ	MS		AP12-2797	MUAR2-016
MCC	RN		RN4013	CCR5-040	MUARQ	MS		AP12	MUAR2-017
MCC	RN		RN4677	CCR5-041	MUARQ	MS		AP13-402	MUAR2-019
MCC	RN		BP048	CCR5-042	MUARQ	MS		VN1-6627	MUAR2-026
MCC	RN		CP013 / RN4679	CCR5-043	MUARQ	MS		RK1-1	MUAR2-029
MCC	RN		RN4678	CCR5-044	MUARQ	MS		QT1-57	MUAR2-037
MCC	RN		RN4671	CCR5-045	MUARQ	MS		AP8-622	MUAR3-002
MCC	RN		RN4674	CCR5-046	MUARQ	MS		AP8-342	MUAR3-004

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MUARQ	MS		AP13-780	MUAR3-013	MC	CE		2559 / IN340 / III0011	MCR1-023
MUARQ	MS		AP12-4528	MUAR3-023	MC	CE		2858 / IN356 / III0027	MCR1-024
MUARQ	MS		VN1-5502	MUAR3-025	MC	CE		2545 / IN359 / III0036	MCR1-025
MUARQ	MS		RK1-2	MUAR3-028	MC	CE		2551 / IN347 / III0005	MCR1-029
MUARQ	MS		PD8-518	MUAR3-036	MC	CE		III0009	MCR1-030
MUARQ	MS		QT7-868	MUAR4-007	MC	CE		2901 / 369 / III0035	MCR1-031
MUARQ	MS		VN1	MUAR4-024	MC	CE		2574 / IN338 / III0022	MCR1-032
MUARQ	MS		QT7-800	MUAR4-035	MC	CE		2573 / IN360 / III0038	MCR2-003
MUARQ	MS		BR3-4404	MUAR4-038	MC	CE		2550 / IN346 / III0019	MCR2-012
MUARQ	MS		BR3-4530	MUAR4-039	MC	CE		2581 / IN342 / III0018	MCR2-013
MUARQ	MS		vn1-5449	MUAR5-033	MC	CE		IN352 / III0014	MCR2-016
MUARQ	MS		QT7-791	MUAR5-034	MC	CE		2569 / IN361 / III0015	MCR2-019
MFACOS	RS	Osório	T-581	MFACOSR5-002	MC	CE		2567 / IN358 / III0004	MCR3-017
MFACOS	RS		679	MFACOSR1-001	MC	CE		2580 / IN351 / III0028	MCR3-018
MDA	MT			DAR2-005	MC	CE		III0029	MCR3-021
MDA	MT		cul-culI 6027	DAR5-001	MC	CE		III0021	MCR3-033
MDA	MT		cul-culI 14.350	DAR5-002	MC	CE		III0003	MCR5-026
MDA	MT		cul-culI 1223	DAR5-003	MC	CE		III0025	MCR5-027
MC	CE	Campos Sales	2570 / IV339 / III0039	MCR2-001	MC	CE		2576 / IN343 / III0023	MCR5-028
MC	CE	Cascavel	2582 / IN365 / III0006	MCR1-006	MGAMA			AR-011	MGAMAR1-001
MC	CE	Fortaleza	2571 / IN341 / III0016	MCR1-011	MGAMA			AR-010	MGAMAR1-003
MC	CE	Fortaleza	2579 / IN337 / III0013	MCR3-022	MGAMA			AR-S/N	MGAMAR1-004
MC	CE	São G. Amarante	III0033	MCR2-002	MGAMA			AR-012	MGAMAR1-006
MC	CE	São Benedito	2904 / IN369 / III0010	MCR1-009	MGAMA			AR-078	MGAMAR1-007
MC	CE		2557 / IN363 / III0034	MCR1-004	MGAMA			AR-005	MGAMAR1-008
MC	CE		IN344 / III0007	MCR1-005	MGAMA			AR-006	MGAMAR1-009
MC	CE		2572 / IN364 / III0037	MCR1-007	MGAMA			AR-077	MGAMAR1-011
MC	CE		2552 / IN362 / III0032	MCR1-008	MGAMA			AR-004	MGAMAR1-012
MC	CE		2903 / IN368 / III0008	MCR1-010	MGAMA			AR-041	MGAMAR2-002
MC	CE		IN355 / III0001	MCR1-014	MGAMA			AR-079	MGAMAR3-005
MC	CE		2558 / IN356 / III0002	MCR1-015	MGAMA			AR-076	MGAMAR3-010
MC	CE		2553 / IN357 / III0012	MCR1-020	MAG	sc		38..	MAGR1-001

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MAG	sc		98701	MAGR1-002	JCASTILHO			1824/247ET	JCASTILHOR1-032
MAG	sc			MAGR1-003	JCASTILHO			2504/1425ET	JCASTILHOR1-033
JCASTILHO		Estrela	354 ET	JCASTILHOR2-002	JCASTILHO			1544/2085ET	JCASTILHOR1-034
JCASTILHO			1997/304 ET	JCASTILHOR1-003	JCASTILHO			2474/1375ET	JCASTILHOR1-035
JCASTILHO			43	JCASTILHOR1-004	JCASTILHO			1893/268ET	JCASTILHOR1-036
JCASTILHO			1819/245 ET	JCASTILHOR1-005	JCASTILHO			1890/264ET	JCASTILHOR1-037
JCASTILHO			2446/1342 ET	JCASTILHOR1-006	JCASTILHO			1952/351ET	JCASTILHOR1-038
JCASTILHO			2411/1378 ET	JCASTILHOR1-007	JCASTILHO			350ET	JCASTILHOR1-039
JCASTILHO			2496/1415 ET	JCASTILHOR1-008	JCASTILHO			1404/355 ET	JCASTILHOR2-001
JCASTILHO			2471/1369 ET	JCASTILHOR1-009	MCANGU		Canguçu	9401	MCANGUR1-001
JCASTILHO			2513/1438 ET	JCASTILHOR1-010	MCANGU		Canguçu	1638	MCANGUR2-002
JCASTILHO			4173/1344 ET	JCASTILHOR1-011	MCANGU		Canguçu	1639	MCANGUR3-003
JCASTILHO			895/270 ET	JCASTILHOR1-012	MN	RJ	Araruama	78845	MNR1-017
JCASTILHO			1817/274 ET	JCASTILHOR1-013	MN	RJ	Araruama	78845	MNR1-018
JCASTILHO			1887/256 ET	JCASTILHOR1-014	MN	RJ	Araruama	78845	MNR1-019
JCASTILHO			1896/217 ET	JCASTILHOR1-015	MN	RJ	Araruama	78845	MNR1-020
JCASTILHO			1920/307 ET	JCASTILHOR1-016	MN	rj	Araruama	68.631	MNR1-040
JCASTILHO			1843/252ET	JCASTILHOR1-017	MN	RJ	Araruama	68.724	MNR1-042
JCASTILHO			3872/249 ET	JCASTILHOR1-018	MN	RJ	Araruama	78845	MNR2-021
JCASTILHO			2506/1428ET	JCASTILHOR1-019	MN	RS	Torres/Osorio	29.880	MNR1-074
JCASTILHO			2457/1354ET	JCASTILHOR1-020	MN	SC	Imbituba	35.528	MNR2-016
JCASTILHO			2911/1900ET	JCASTILHOR1-021	MN		Itaituba	32.793	MNR1-031
JCASTILHO			1902/278ET	JCASTILHOR1-022	MN	MG	Leopoldina	67.393	MNR1-041
JCASTILHO			1901/277ET	JCASTILHOR1-023	MN	RJ	Mage	19.723	MNR1-022
JCASTILHO			1818/240ET	JCASTILHOR1-024	MN	MG	Merces Do Pomba	8.379	MNR1-039
JCASTILHO			1894/269 ET	JCASTILHOR1-025	MN	RS	Osorio Ou Torres	29.888	MNR1-013
JCASTILHO			1845/254ET	JCASTILHOR1-026	MN	MG	Ponte Nova	26.536	MNR1-010
JCASTILHO			1897/272ET	JCASTILHOR1-027	MN	mg	Ponte Nova	26.535	MNR1-045
JCASTILHO			1925/313ET	JCASTILHOR1-028	MN	SP	Rio Claro	77.996	MNR1-025
JCASTILHO			2481/1384ET	JCASTILHOR1-029	MN	SP	Rio Claro	35.793	MNR1-034
JCASTILHO			2448/1345ET	JCASTILHOR1-030	MN	SP	Rio Claro	63.967	MNR1-053
JCASTILHO			2520/1445ET	JCASTILHOR1-031	MN	SP	Rio Claro	68.723	MNR1-083

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MN	RS	Torres	29.840	MNR1-006	MN			8342	MNR1-003
MN	RS	Torres	29.861	MNR1-007	MN	RJ		9228	MNR1-004
MN	RS	Torres	29.847	MNR1-008	MN	PR?		9191	MNR1-005
MN	RS	Torres	29.887	MNR1-009	MN			8326 ou 78847	MNR1-014
MN	RS	Torres	29.898	MNR1-011	MN			78847	MNR1-015
MN	RS	Torres	29.846	MNR1-012	MN			61.021	MNR1-023
MN	RS	Torres	29.884	MNR1-056	MN			63.968	MNR1-024
MN	RS	Torres	29.890	MNR1-057	MN			72.027	MNR1-026
MN	RS	Torres	29.891	MNR1-058	MN	rs		29.873	MNR1-027
MN	RS	Torres	29.862	MNR1-060	MN	rs		30.028	MNR1-028
MN	RS	Torres	29.842	MNR1-061	MN			29.882	MNR1-029
MN	RS	Torres	29.876	MNR1-063	MN			29.896	MNR1-030
MN	RS	Torres	29.874	MNR1-064	MN	rs		29.879	MNR1-032
MN	RS	Torres	29.850	MNR1-068	MN	RJ		16.676	MNR1-033
MN	RS	Torres	29.849	MNR1-069	MN	RS		29.868	MNR1-035
MN	RS	Torres	29.844	MNR1-072	MN			s/n	MNR1-036
MN	RS	Torres	29.875	MNR1-075	MN			33.968	MNR1-037
MN	RS	Torres	29.856	MNR1-076	MN	RJ		68.629	MNR1-038
MN	RS	Torres	29.857	MNR1-077	MN			61.020	MNR1-043
MN	RS	Torres	29.883	MNR1-078	MN			72.026	MNR1-044
MN	RS	Torres	29.841	MNR1-079	MN			61.019	MNR1-046
MN	RS	Torres	29.897	MNR1-082	MN	BA		16.225	MNR1-047
MN	RS	Torres	29.858	MNR2-059	MN			9.543	MNR1-048
MN	RS	Torres	29.852	MNR2-065	MN	BA		16.224	MNR1-049
MN	RS	Torres	29.859	MNR2-066	MN	SC		9.204	MNR1-050
MN	RS	Torres	29.860	MNR2-067	MN			9.203	MNR1-051
MN	RS	Torres	29.848	MNR2-070	MN			63.961	MNR1-052
MN	RS	Torres	29.843	MNR2-071	MN			9.247	MNR1-054
MN	RS	Torres	29.845	MNR2-073	MN	RS		61.703	MNR1-055
MN	RS	Torres	29.851	MNR1-081	MN			17.250	MNR1-062
MN	RS	Torres	29.886	MNR1-002	MN	SC		29.885	MNR1-080
MN			78.849	MNR1-001	MN	RJ		62.085	MNR2-086

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MN			61.952	MNR4-084	MPEG	PA	Itupiranga	T2785	MPEGR2-033
MN			61.932	MNR4-085	MPEG	PA	Marabá	T2499	MPEGR1-025
MNM	CE	Caririaçu		NMR1-003	MPEG	PA	Marabá	T1405	MPEGR2-001
MNM	CE	Caririaçu		NMR1-004	MPEG	PA	Marabá	T2883	MPEGR2-005
MNM	CE	Caririaçu		NMR2-005	MPEG	PA	Marabá	T1406	MPEGR2-010
MNM	CE	Caririaçu		NMR4-001	MPEG	PA	Marabá	T1408	MPEGR2-020
MNM	CE	Caririaçu		NMR4-002	MPEG	PA	Marabá	T1407	MPEGR2-024
MNM	CE	Caririaçu		NMR4-006	MPEG	PA	Marabá	T2788	MPEGR4-027
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1698A	MPEGR1-002	MPEG	PA	Parauapebas	T2820	MPEGR1-026
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1698B	MPEGR1-003	MPEG	PA	Parauapebas	T2819	MPEGR2-023
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1700	MPEGR1-004	MPEG	PA	Parauapebas	1053/176	MPEGR5-049
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1695	MPEGR1-008	MPEG	PA		1604-1	MPEGR4-082
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T2161	MPEGR1-009	MPEG	PA		1667-T	MPEGR5-035
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1697	MPEGR1-013	MPEG	PA		1056/247	MPEGR5-036
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T2160	MPEGR1-019	MPEG	PA		1056/248	MPEGR5-037
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1708	MPEGR1-021	MPEG	PA		1056/241	MPEGR5-038
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T2138	MPEGR2-011	MPEG	PA		1055/226	MPEGR5-039
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1454	MPEGR2-016	MPEG	PA		1050/143	MPEGR5-040
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1453	MPEGR2-018	MPEG	PA		1051/137	MPEGR5-041
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1691	MPEGR2-030	MPEG	PA		1050/140	MPEGR5-042
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1728	MPEGR2-031	MPEG	PA		1049/95	MPEGR5-043
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1696	MPEGR3-007	MPEG	PA		1054/192	MPEGR5-044
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1456A	MPEGR3-014	MPEG	PA		1053/177 -1	MPEGR5-045
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1637	MPEGR3-017	MPEG	PA		1053/177-2	MPEGR5-046
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1693	MPEGR3-032	MPEG	PA		1053/177-3	MPEGR5-047
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1694	MPEGR4-006	MPEG	PA		1053/177-4	MPEGR5-048
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1699	MPEGR4-012	MPEG	PA		1054/196	MPEGR5-050
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1692	MPEGR4-028	MPEG	PA		1054/204	MPEGR5-051
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T1729	MPEGR4-029	MPEG	PA		1054/211	MPEGR5-052
MPEG	PA	Canaã Dos Carajas	T2462	MPEGR5-015	MPEG	PA		1053/257	MPEGR5-053
MPEG	PA	Itacaiunas	T1742	MPEGR2-022	MPEG	PA		1056/237	MPEGR5-054
MPEG	PA	Itacaiunas	T1742	MPEGR2-034	MPEG	PA		1575-1	MPEGR5-055

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MPEG	PA		1575-2	MPEGR5-056	MPEG	PA		1613-3	MPEGR5-089
MPEG	PA		1575-3	MPEGR5-057	MPEG	PA		1588-1	MPEGR5-151
MPEG	PA		1601	MPEGR5-058	MPEG	PA		1588-2	MPEGR5-152
MPEG	PA		1575-4	MPEGR5-059	MPEG	PA		1589	MPEGR5-153
MPEG	PA		1575-5	MPEGR5-060	MPEG	PA		1592	MPEGR5-154
MPEG	PA		1599-1	MPEGR5-061	MPEG	PA		1591-1	MPEGR5-155
MPEG	PA		1599-2	MPEGR5-062	MPEG	PA		1591-2	MPEGR5-156
MPEG	PA		1568-1	MPEGR5-063	MPEG	PA		1595-1	MPEGR5-157
MPEG	PA		1568-2	MPEGR5-064	MPEG	PA		1595-2	MPEGR5-158
MPEG	PA		1568-3	MPEGR5-065	MPEG	PA		1568-1	MPEGR5-165
MPEG	PA		1568-4	MPEGR5-066	MPEG	PA		1568-2	MPEGR5-166
MPEG	PA		1578	MPEGR5-067	MPEG	PA		1568-3	MPEGR5-167
MPEG	PA		1584	MPEGR5-068	MPEG	PA		1568-4	MPEGR5-168
MPEG	PA		1585	MPEGR5-069	MPEG	PA		1568-5	MPEGR5-169
MPEG	PA		1599-1	MPEGR5-070	MPEG	PA		1568-6	MPEGR5-170
MPEG	PA		1599-2	MPEGR5-071	MPEG	PA		1568-7	MPEGR5-171
MPEG	PA		1599-3	MPEGR5-072	MPEG	PA		1568-8	MPEGR5-172
MPEG	PA		1599-4	MPEGR5-073	MPEG	PA		1568-9	MPEGR5-173
MPEG	PA		1599-5	MPEGR5-074	MPEG	PA		1568-10	MPEGR5-174
MPEG	PA		1599-6	MPEGR5-075	MPEG	PA		1568-11	MPEGR5-175
MPEG	PA		1599-7	MPEGR5-076	MPEG	PA		1570	MPEGR5-176
MPEG	PA		1599-8	MPEGR5-077	MPEG	PA		1572	MPEGR5-177
MPEG	PA		1599-9	MPEGR5-078	MPEG	PA		2691-229	MPEGR5-178
MPEG	PA		1599-10	MPEGR5-079	MPEG	PA		2691-343	MPEGR5-179
MPEG	PA		1601	MPEGR5-080	URI	SC	Ita	501-112	URIR5-012
MPEG	PA		1602	MPEGR5-081	URI	SC	Ita	SC-215	URIR5-013
MPEG	PA		1604-2	MPEGR5-083	URI	SC	Itapiranga		URIR5-011
MPEG	PA		1604-3	MPEGR5-084	URI	SC	Palmitos	689	URIR4-005
MPEG	PA		1605	MPEGR5-085	URI	SC	Palmitos	134 / 46	URIR5-009
MPEG	PA		1611	MPEGR5-086	URI				URIR1-001
MPEG	PA		1613-1	MPEGR5-087	URI	RS		0011	URIR1-006
MPEG	PA		1613-2	MPEGR5-088	URI				URIR2-004

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
URI				URIR3-002	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3023	MPALOTIR1-023
URI				URIR3-003	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3014	MPALOTIR1-026
URI			530	URIR4-010	MPALOTI	RS	Francisco Alves	3029	MPALOTIR1-029
URI				URIR5-007	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3038	MPALOTIR1-073
URI	SC		SC-CIII	URIR5-008	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3024	MPALOTIR2-031
URI				URIR5-014	MPALOTI	PR	Francisco Alves	2981	MPALOTIR2-034
MUAE				MUAER1-001	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3043	MPALOTIR3-071
MUAE				MUAER1-003	MPALOTI	PR	Francisco Alves	3042	MPALOTIR4-072
MUAE			406	MUAER1-004	MPALOTI	RS	Jaguari	2997	MPALOTIR1-015
MUAE				MUAER1-005	MPALOTI	RS	Jaguari	2969	MPALOTIR1-044
MUAE				MUAER1-006	MPALOTI	RS	Jaguari	3051	MPALOTIR1-049
MUAE				MUAER1-007	MPALOTI	RS	Jaguari	3001	MPALOTIR2-017
MUAE				MUAER1-009	MPALOTI	RS	Mata	2992	MPALOTIR1-043
MUAE				MUAER1-010	MPALOTI	RS	Nova Palma	3013	MPALOTIR1-002
MUAE				MUAER1-011	MPALOTI	SC	Palmitos	3025	MPALOTIR1-033
MUAE				MUAER1-014	MPALOTI	SC	Palmitos	2989	MPALOTIR1-061
MUAE				MUAER1-015	MPALOTI	RS	Palmitos	3036	MPALOTIR1-070
MUAE				MUAER2-012	MPALOTI	SC	Palmitos	3037	MPALOTIR3-074
MUAE				MUAER2-013	MPALOTI	RS	Restinga Seca	3005	MPALOTIR1-014
MUAE				MUAER2-016	MPALOTI	RS	Restinga Seca	3050	MPALOTIR2-051
MUAE				MUAER3-008	MPALOTI	RS	Restinga Seca	2977	MPALOTIR3-050
MPALOTI	PR	Alto Alegre	3021	MPALOTIR1-025	MPALOTI	RS	Restinga Seca	2991	MPALOTIR5-013
MPALOTI	PR	Altônia	2968	MPALOTIR2-047	MPALOTI	RS	Santa Maria	3012	MPALOTIR1-021
MPALOTI	MS	Amambai	3027	MPALOTIR1-030	MPALOTI	RS	Santa Maria	3030	MPALOTIR1-022
MPALOTI	RS	Santa Maria	3000	MPALOTIR1-011	MPALOTI	RS	Santa Maria	3032	MPALOTIR1-024
MPALOTI	RS	Augusto Mapestana	2976	MPALOTIR1-060	MPALOTI	RS	Santa Maria	3003	MPALOTIR1-037
MPALOTI	RS	Caiçara	3022	MPALOTIR1-007	MPALOTI	RS	Santa Maria	3004	MPALOTIR1-038
MPALOTI	RS	Dona Francisco	2999	MPALOTIR4-019	MPALOTI	RS	Santa Maria	3006	MPALOTIR1-039
MPALOTI	RS	Faxinal Do Soturno	2998	MPALOTIR1-016	MPALOTI	RS	Santa Maria	3052	MPALOTIR1-041
MPALOTI	RS	Faxinal Do Soturno	2973	MPALOTIR1-064	MPALOTI	RS	Santa Maria	2971	MPALOTIR1-042
MPALOTI	PR	Francisco Alves	3031	MPALOTIR1-005	MPALOTI	RS	Santa Maria	2978	MPALOTIR1-048
MPALOTI	PR	Francisco Alves	3033	MPALOTIR1-006	MPALOTI	RS	Santa Maria	2979	MPALOTIR1-055

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MPALOTI	RS	Santa Maria	2975	MPALOTIR1-063	MPALOTI	RS		2990	MPALOTIR1-076
MPALOTI	RS	Santa Maria	3020	MPALOTIR1-069	MAPESTANA	RS	Alpestre	A-181	MAPESTANAR1-002
MPALOTI	RS	Santa Maria	3010	MPALOTIR2-020	MAPESTANA	RS	Alpestre	A-332	MAPESTANAR1-021
MPALOTI	RS	Santa Maria	3028	MPALOTIR2-032	MAPESTANA	RS	Alpestre	A-277a/1568	MAPESTANAR1-044
MPALOTI	RS	Santa Maria	2996	MPALOTIR2-035	MAPESTANA	RS	Augusto Pestana	A-487	MAPESTANAR2-060
MPALOTI	RS	Santa Maria	4412	MPALOTIR2-056	MAPESTANA	RS	Iraí	A-342	MAPESTANAR1-028
MPALOTI	RS	Santa Maria	3017	MPALOTIR3-065	MAPESTANA	RS	Iraí	A-259	MAPESTANAR1-033
MPALOTI	RS	Santa Maria	3018	MPALOTIR3-066	MAPESTANA	RS	Iraí	A-329	MAPESTANAR1-038
MPALOTI	RS	Santa Maria	1988	MPALOTIR4-040	MAPESTANA	RS	Iraí	A-262	MAPESTANAR1-066
MPALOTI	RS	Santa Maria	2995	MPALOTIR5-027	MAPESTANA	RS	Iraí	A-258	MAPESTANAR1-067
MPALOTI	RS	Santa Maria	4413	MPALOTIR5-036	MAPESTANA	RS	Iraí	A-255	MAPESTANAR1-068
MPALOTI	RS	Santa Maria	2980	MPALOTIR5-057	MAPESTANA	RS	Iraí	A-140	MAPESTANAR5-023
MPALOTI	RS	Santa Maria	3035	MPALOTIR5-067	MAPESTANA	RS	Iraí	A-254	MAPESTANAR1-006
MPALOTI	RS	São J Polésine	3054	MPALOTIR1-045	MAPESTANA	RS	Iraí	A-330A	MAPESTANAR1-007
MPALOTI	RS	São J Polésine	2993	MPALOTIR2-054	MAPESTANA	RS	Iraí	A-91	MAPESTANAR1-008
MPALOTI	RS	São J Polésine	3015	MPALOTIR4-068	MAPESTANA	RS	Iraí	A-343	MAPESTANAR1-012
MPALOTI	RS	São Martim	2985	MPALOTIR3-058	MAPESTANA	RS	Iraí	A-92	MAPESTANAR1-014
MPALOTI	RS	São P Sul	3019	MPALOTIR1-004	MAPESTANA	RS	Iraí	A-89	MAPESTANAR1-017
MPALOTI	RS	São P Sul	3011	MPALOTIR1-012	MAPESTANA	RS	Iraí	A-90	MAPESTANAR1-018
MPALOTI	RS	São P Sul	3053	MPALOTIR1-046	MAPESTANA	RS	Iraí	A-77	MAPESTANAR1-019
MPALOTI	RS	São P Sul	2983	MPALOTIR1-053	MAPESTANA	SC	Itapiranga	A-338	MAPESTANAR1-003
MPALOTI	RS	São P Sul	2974	MPALOTIR2-062	MAPESTANA	RS	Itapiranga	A-293	MAPESTANAR1-030
MPALOTI	RS	São P Sul	3034	MPALOTIR3-008	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-279A/1566	MAPESTANAR1-001
MPALOTI	RS	São P Sul	2984	MPALOTIR3-052	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-189	MAPESTANAR1-004
MPALOTI	RS	São P Sul	2994	MPALOTIR5-001	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-333	MAPESTANAR1-009
MPALOTI	RS	Torres	3009	MPALOTIR4-028	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-199	MAPESTANAR1-010
MPALOTI	RS	Vicente Dutra	3039	MPALOTIR1-010	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-246	MAPESTANAR1-011
MPALOTI	RS	Vicente Dutra	3002	MPALOTIR1-018	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-249	MAPESTANAR1-015
MPALOTI	RS	Vicente Dutra	3016	MPALOTIR2-003	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-170	MAPESTANAR1-020
MPALOTI	RS	Vicente Dutra	3026	MPALOTIR2-009	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-276a/1570	MAPESTANAR1-037
MPALOTI	RS	Vicente Dutra	2986	MPALOTIR3-059	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-247	MAPESTANAR1-039
MPALOTI	RS		4539	MPALOTIR1-075	MAPESTANA	SC	Palmitos	A-280	MAPESTANAR1-045

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-200	MAPESTANAR1-047	MAPESTANA			A-545	MAPESTANAR2-034
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-257	MAPESTANAR1-048	MAPESTANA				MAPESTANAR2-040
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-267	MAPESTANAR1-055	MAPESTANA				MAPESTANAR2-050
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-261	MAPESTANAR1-057	MAPESTANA			A-541	MAPESTANAR2-056
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-260	MAPESTANAR1-059	MAPESTANA			A-548	MAPESTANAR3-042
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-250	MAPESTANAR1-063	MAPESTANA				MAPESTANAR4-061
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-245	MAPESTANAR1-070	PUCRS		São Jose Norte	A-216	PUCRSR1-013
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-252	MAPESTANAR2-016	PUCRS		Candelaria	A-310	PUCRSR1-045
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-242	MAPESTANAR2-031	PUCRS	SC	Palmitos	A-317	PUCRSR1-055
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-256	MAPESTANAR2-032	PUCRS		Iraí	A-237	PUCRSR1-003
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-251	MAPESTANAR2-041	PUCRS		Iraí	A-240	PUCRSR1-008
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-372	MAPESTANAR2-046	PUCRS		Iraí	A-227	PUCRSR1-018
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-162	MAPESTANAR3-013	PUCRS		Iraí	A-224	PUCRSR2-017
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-253	MAPESTANAR3-065	PUCRS		Jaguari	A-247 / 234	PUCRSR1-004
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-148	MAPESTANAR5-022	PUCRS		Jaguari	A-228 / 234	PUCRSR2-012
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-141	MAPESTANAR5-024	PUCRS		Jaquari?	A-233	PUCRSR3-067
MAPESTANA	SC	Palmitos	A-144	MAPESTANAR5-025	PUCRS		Mata	A-287	PUCRSR3-051
MAPESTANA	RS	Panambi	A-540	MAPESTANAR2-054	PUCRS		Quintão	A-248	PUCRSR2-085
MAPESTANA	RS	Pejuçara	A-275	MAPESTANAR1-064	PUCRS	SC	São Carlos	A-11	PUCRSR1-030
MAPESTANA	RS	Porto Xavier	A-331	MAPESTANAR1-071	PUCRS	SC	São Carlos	A-12	PUCRSR2-032
MAPESTANA	RS	Roque Gonçalves	A-351	MAPESTANAR2-029	PUCRS		São Rafael	A-250-C	PUCRSR1-040
MAPESTANA	RS	Santo Ângelo	A-326a	MAPESTANAR1-027	PUCRS		São Rafael	A-250-B	PUCRSR2-033
MAPESTANA	RS	Santo Ângelo	A-326	MAPESTANAR3-026	PUCRS	RS	Tapera	A-236	PUCRSR2-043
MAPESTANA	RS	Santo Ângelo	A-488	MAPESTANAR3-036	PUCRS	RS	Torres	LII07	PUCRSR1-006
MAPESTANA	RS	Tenente Portal	A-56	MAPESTANAR1-043	PUCRS	RS	Torres	LII07-612	PUCRSR2-005
MAPESTANA	RS	Tenente Portela	A-54	MAPESTANAR1-005	PUCRS				PUCRSR1-001
MAPESTANA	RS	Tenente Portela	A-370	MAPESTANAR1-062	PUCRS			A-234	PUCRSR1-002
MAPESTANA				MAPESTANAR1-035	PUCRS			A-239	PUCRSR1-007
MAPESTANA				MAPESTANAR1-049	PUCRS			A-244	PUCRSR1-009
MAPESTANA				MAPESTANAR1-051	PUCRS			A-252	PUCRSR1-010
MAPESTANA			A-546	MAPESTANAR1-058	PUCRS			A-253	PUCRSR1-011
MAPESTANA			A-248	MAPESTANAR1-069	PUCRS			A-221	PUCRSR1-014

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
PUCRS			A-254	PUCRSR1-015	PUCRS			A-314	PUCRSR1-096
PUCRS			A-249	PUCRSR1-019	PUCRS			A-265	PUCRSR1-097
PUCRS	MT?		JJ80489	PUCRSR1-021	PUCRS				PUCRSR1-100
PUCRS			A-231	PUCRSR1-022	PUCRS			A-242	PUCRSR2-016
PUCRS			A-232	PUCRSR1-023	PUCRS			A-266	PUCRSR2-020
PUCRS			A-222	PUCRSR1-024	PUCRS			A-220	PUCRSR2-025
PUCRS			A-263	PUCRSR1-026	PUCRS			A-290	PUCRSR2-046
PUCRS			A-261	PUCRSR1-027	PUCRS			SN2	PUCRSR2-047
PUCRS			A-267	PUCRSR1-028	PUCRS			A-293	PUCRSR2-048
PUCRS			A-219	PUCRSR1-029	PUCRS			A-284	PUCRSR2-049
PUCRS			A-230	PUCRSR1-031	PUCRS			SN3	PUCRSR2-052
PUCRS	PR		A-256	PUCRSR1-034	PUCRS			A-315	PUCRSR2-053
PUCRS			A-241 / 114	PUCRSR1-035	PUCRS			A-299	PUCRSR2-057
PUCRS			SN1	PUCRSR1-036	PUCRS			A-298	PUCRSR2-065
PUCRS			489	PUCRSR1-037	PUCRS				PUCRSR2-075
PUCRS			A-226	PUCRSR1-038	PUCRS			A-262	PUCRSR2-078
PUCRS			A-238	PUCRSR1-039	PUCRS			SN13	PUCRSR2-091
PUCRS			A-259	PUCRSR1-041	PUCRS			A-264	PUCRSR2-092
PUCRS			A-260	PUCRSR1-042	PUCRS			A-304	PUCRSR2-093
PUCRS			A-278	PUCRSR1-044	PUCRS			SN15	PUCRSR2-102
PUCRS			A-315	PUCRSR1-056	PUCRS			A-286	PUCRSR2-103
PUCRS			A-289	PUCRSR1-060	PUCRS				PUCRSR2-104
PUCRS			APC/V06	PUCRSR1-069	PUCRS			SN16	PUCRSR2-105
PUCRS				PUCRSR1-070	PUCRS			SN17	PUCRSR2-106
PUCRS			SN8	PUCRSR1-071	PUCRS			A-311	PUCRSR2-108
PUCRS			SN10	PUCRSR1-076	PUCRS			SN4	PUCRSR3-054
PUCRS			159	PUCRSR1-080	PUCRS			A-302	PUCRSR3-059
PUCRS			SN11	PUCRSR1-082	PUCRS			SN5	PUCRSR3-062
PUCRS			553	PUCRSR1-083	PUCRS			SN6	PUCRSR3-063
PUCRS			A-318	PUCRSR1-084	PUCRS			A-292	PUCRSR3-066
PUCRS			A-272	PUCRSR1-090	PUCRS				PUCRSR3-068
PUCRS			A-285	PUCRSR1-094	PUCRS			A-308	PUCRSR3-072

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
PUCRS			sn9	PUCRSR3-074	CEPASC	RS	Ibarama	1846	CEPASC3-109
PUCRS			A-305	PUCRSR3-077	CEPASC	RS	Ibarama	1847	CEPASC3-112
PUCRS			A-274	PUCRSR3-079	CEPASC	RS	Ibarama	1848	CEPASC3-116
PUCRS			A-277	PUCRSR3-081	CEPASC	RS	Ibarama		CEPASC4-111
PUCRS			A-2504	PUCRSR3-087	CEPASC	RS	Ibarama	1984	CEPASC4-114
PUCRS			A-273	PUCRSR3-088	CEPASC	RS	Ibarama	1841	CEPASC5-092
PUCRS			A-306	PUCRSR3-095	CEPASC	RS	Marcelino Ramos	1350	CEPASC1-123
PUCRS			A-309	PUCRSR3-099	CEPASC	RS	Marcelino Ramos	381	CEPASC4-117
PUCRS			SN14	PUCRSR3-101	CEPASC	RS	Muçum	33 / 1366	CEPASC1-018
PUCRS			SN18	PUCRSR3-107	CEPASC	RS	Muçum	1327	CEPASC2-077
PUCRS			A-300	PUCRSR4-050	CEPASC	RS	Novo Hamburgo	1335	CEPASC2-106
PUCRS			A-301	PUCRSR4-058	CEPASC	SC	Palmito	M2462/P81	CEPASC1-071
PUCRS			A-280	PUCRSR4-061	CEPASC	RS	Rio Pardo	45 / 1349	CEPASC1-016
PUCRS			SN7	PUCRSR4-064	CEPASC	RS	Rio Pardo	1329	CEPASC1-082
PUCRS				PUCRSR4-073	CEPASC	RS	Rio Pardo	S/N "29"	CEPASC2-080
PUCRS			SN12	PUCRSR4-086	CEPASC	RS	Rio Pardo	1103	CEPASC4-087
PUCRS			A-307	PUCRSR4-089	CEPASC	RS	Roca Sales	31	CEPASC2-096
PUCRS			A-295	PUCRSR4-098	CEPASC	RS	Rodeio Bonito	S/N	CEPASC3-083
CEPASC	RS	Agudo N Boêmia	1287	CEPASC2-100	CEPASC	RS	Rolante	1288	CEPASC1-084
CEPASC	RS	Arroio Do Meio	1467	CEPASC2-013	CEPASC	RS	Santa C Sul	36 / 1342	CEPASC1-011
CEPASC	RS	Bento Gonçalves	2180	CEPASC5-086	CEPASC	RS	Santa C Sul	41 / 1343	CEPASC1-015
CEPASC	RS	Candelária	1636	CEPASC1-113	CEPASC	RS	Santa C Sul	358	CEPASC1-022
CEPASC	RS	Candelária	1596	CEPASC1-121	CEPASC	RS	Santa C Sul	40 / 1341	CEPASC1-023
CEPASC	RS	Candelária	M2413	CEPASC5-125	CEPASC	RS	Santa C Sul	418	CEPASC1-089
CEPASC	RS	Encruzilhada Sul	690	CEPASC2-102	CEPASC	RS	Santa C Sul	1971	CEPASC2-107
CEPASC	RS	Erveiras	M2468/137-3	CEPASC3-053	CEPASC	RS	Santa C Sul	1339	CEPASC4-097
CEPASC	RS	Gal. Câmara	1978	CEPASC1-095	CEPASC	RS	São Caetano	1467	CEPASC1-091
CEPASC	RS	Gal. Câmara	1978	CEPASC3-085	CEPASC	RS	São Caetano	1467	CEPASC2-088
CEPASC	RS	Ibarama	1846	CEPASC1-108	CEPASC	RS	Sapiranga	1015	CEPASC1-119
CEPASC	RS	Ibarama	1847	CEPASC2-101	CEPASC	RS	Sobradinho	1329	CEPASC1-120
CEPASC	RS	Ibarama	1848	CEPASC2-115	CEPASC	RS	Venâncio Aires	495	CEPASC1-019
CEPASC	RS	Ibarama	2019	CEPASC3-076	CEPASC	RS	Venâncio Aires	25 / 495	CEPASC1-020

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
CEPASC	RS	Venâncio Aires	37 / 1340	CEPASC2-012	CEPASC	RS		M2468/P223	CEPASC1-061
CEPASC	RS	Venâncio Aires	23 / 2059	CEPASC2-017	CEPASC	RS		M2466/R3	CEPASC1-063
CEPASC	RS	Venâncio Aires	327	CEPASC3-094	CEPASC	RS		M2464/R46	CEPASC1-064
CEPASC	RS		M2496/R39	CEPASC1-001	CEPASC	RS		M2463/R44	CEPASC1-065
CEPASC	RS		M2495/R35	CEPASC1-002	CEPASC	RS		M2461/63	CEPASC1-066
CEPASC	RS		M2502/R35	CEPASC1-003	CEPASC	RS		M2460/373-1	CEPASC1-067
CEPASC	RS		M2498/R40	CEPASC1-004	CEPASC	RS		M2459	CEPASC1-068
CEPASC	RS		M2497/D33514	CEPASC1-005	CEPASC	RS		M2459/R38	CEPASC1-069
CEPASC	RS		M2499/69	CEPASC1-006	CEPASC	RS		M2458/R18	CEPASC1-070
CEPASC	RS		M2500/81-1	CEPASC1-007	CEPASC	RS		M2453/P641	CEPASC1-074
CEPASC	RS		M2501/R48	CEPASC1-008	CEPASC	RS		M2767/P43	CEPASC1-075
CEPASC	RS		M2503/19-5	CEPASC1-009	CEPASC	RS		M2441	CEPASC1-118
CEPASC	RS		M2504/A-21	CEPASC1-010	CEPASC	RS		37 / 1331	CEPASC2-021
CEPASC	RS		42 / 311	CEPASC1-014	CEPASC	RS		M2761/250-4	CEPASC2-030
CEPASC	RS		M2456/R45	CEPASC1-024	CEPASC	RS		M2484/P119	CEPASC2-037
CEPASC	RS		M2455/R33	CEPASC1-025	CEPASC	RS		M262-2	CEPASC2-039
CEPASC	RS		M2757/265-0	CEPASC1-026	CEPASC	RS		M2485/P213	CEPASC2-041
CEPASC	RS		M2756/D 335/1	CEPASC1-027	CEPASC	RS		M2480/D355	CEPASC2-045
CEPASC	RS		M2758/R16	CEPASC1-028	CEPASC	RS		M2476/P911	CEPASC2-048
CEPASC	RS		M2759/15	CEPASC1-029	CEPASC	RS		M2475/P 942	CEPASC2-051
CEPASC	RS		M2760/8 D335/5	CEPASC1-031	CEPASC	RS		M2472/68	CEPASC2-055
CEPASC	RS		M2483/733	CEPASC1-035	CEPASC	RS		M2465/244-16	CEPASC2-062
CEPASC	RS		M2482/350-4	CEPASC1-038	CEPASC	RS		M2457/R43	CEPASC2-072
CEPASC	RS		M2486/M366 P1563	CEPASC1-040	CEPASC	RS		M2557/P273	CEPASC2-073
CEPASC	RS		M2455/R33	CEPASC1-043	CEPASC	RS		416	CEPASC2-078
CEPASC	RS		M2481/B335 13	CEPASC1-044	CEPASC	RS		416	CEPASC2-079
CEPASC	RS		M2479/62	CEPASC1-047	CEPASC	RS		1841	CEPASC2-081
CEPASC	RS		M2474/R37	CEPASC1-052	CEPASC	RS		416	CEPASC2-093
CEPASC	RS		M2469/60	CEPASC1-056	CEPASC	RS		M2470	CEPASC2-110
CEPASC	RS		M2470	CEPASC1-057	CEPASC	RS		M2762	CEPASC3-032
CEPASC	RS		M2471/R47	CEPASC1-058	CEPASC	RS		M2487/238-34	CEPASC3-036
CEPASC	RS		M2467/P256	CEPASC1-059	CEPASC	RS		M289/P977 /	CEPASC3-042

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
CEPASC	RS		M2473/P 911	CEPASC3-050	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-021
CEPASC	RS		250-4	CEPASC3-054	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-026
CEPASC	RS		M2469/253-1	CEPASC3-060	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-027
CEPASC	RS		24	CEPASC3-090	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-028
CEPASC	RS		M2721/140-6	CEPASC3-099	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-034
CEPASC	RS		M2774/P1568	CEPASC3-105	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-041
CEPASC	RS		I-3	CEPASC3-122	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-046
CEPASC	RS		M2764/150-8	CEPASC4-033	MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-051
CEPASC	RS		M2713/P1081	CEPASC4-098	MCat	SC	Itapiranga		MCatR3-008
CEPASC	RS		M2772/D2354	CEPASC4-103	MCat	SC	Jaguaruna	SC-J-25	MCatR1-001
CEPASC	RS		150-8	CEPASC5-034	MCat	SC	Jaguaruna		MCatR1-019
CEPASC	RS		M2478/P2323D	CEPASC5-046	MCat	SC	Jaguaruna		MCatR1-042
CEPASC	RS		M2477/41-2	CEPASC5-049	MCat	SC	Jaguaruna		MCatR1-044
CEPASC	RS		M2766/P2259	CEPASC5-104	MCat	SC	Mondaí		MCatR1-022
CEPASC	RS		M2765/P2739	CEPASC5-124	MCat	SC	Mondaí		MCatR1-032
CEPASC			P2739	CEPASC5-126	MCat	SC	Palmitos		MCatR1-010
CEPASC			M2442/M538	CEPASC5-127	MCat	SC	Paulo Lopes		MCatR1-013
MCat	SC	Águas Do Chapecó		MCatR1-029	MCat	SC	Paulo Lopes		MCatR1-033
MCat	SC	Florianópolis		MCatR1-025	MCat	SC	Paulo Lopes		MCatR1-040
MCat	SC	Florianópolis		MCatR2-023	MCat	SC	Paulo Lopes		MCatR2-036
MCat	SC	Içara		MCatR1-050	MCat	SC	Paulo Lopes		MCatR3-024
MCat	SC	Ilha de SC		MCatR1-047	MCat	SC	São Carlos		MCatR1-031
MCat	SC	Ilha de SC		MCatR1-049	MCat	SC	Tapera		MCatR1-038
MCat	SC	Ilha de SC		MCatR2-030	MCat	SC	Tapera		MCatR3-037
MCat	SC	Ilha de SC		MCatR2-048	MCat	SC	Tapera		MCatR4-039
MCat	SC	Imbituba		MCatR1-007	MCat	SC	Içara		MCatR1-002
MCat	SC	Imbituba	Imbituba 13	MCatR1-016	MCat	SC			MCatR1-003
MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-004	MCat	SC		SC-U-49	MCatR1-005
MCat	SC	Itapiranga	SC-U-46	MCatR1-015	MCat	SC			MCatR1-006
MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-017	MCat	SC			MCatR1-009
MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-018	MCat	SC			MCatR1-011
MCat	SC	Itapiranga		MCatR1-020	MCat	SC			MCatR1-014

ANEXO 2 - Relação do Indivíduos analisados

Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código	Fonte	UF	Município	Nº Acervo	Código
MCat	SC			MCatR1-035	ZA	CE	Brejo Santo	BL3730	ZAR5-0015
MCat	SC			MCatR1-045	ZA	CE	Brejo Santo	BL8952	ZAR5-0016
MCat	SC			MCatR1-052	ZA	CE	Brejo Santo	BL3051	ZAR5-0017
MCat	SC		43	MCatR1-054	ZA	CE	Brejo Santo	BL855	ZAR5-0018
MCat	SC		41	MCatR1-055	ZA	CE	Brejo Santo	BL2429	ZAR5-0019
MCat	SC		42	MCatR1-056	ZA	CE	Brejo Santo	BL3706	ZAR5-0020
MCat	SC			MCatR1-057	ZA	CE	Brejo Santo	BL1008	ZAR5-0021
MCat	SC			MCatR2-012	ZA	CE	Brejo Santo	BL5382	ZAR5-0022
MCat	SC			MCatR2-043	ZA	CE	Brejo Santo	BL6444	ZAR5-0023
MCat	SC			MCatR5-053	ZA	CE	Brejo Santo	BL5647	ZAR5-0024
ZA	CE	Abaíara	QuII71	ZAR5-0003	ZA	CE	Brejo Santo	BL1931	ZAR5-0025
ZA	CE	Abaíara	QuII64	ZAR5-0004	ZA	CE	Brejo Santo	BL7297	ZAR5-0026
ZA	CE	Abaíara	BC2198	ZAR5-0012	ZA	CE	Brejo Santo	BL3733	ZAR5-0027
ZA	CE	Abaíara	BCS/N	ZAR5-0013	ZA	CE	Brejo Santo	BL2435	ZAR5-0028
ZA	CE	Abaíara	BC1002	ZAR5-0038	ZA	CE	Brejo Santo	BL7245	ZAR5-0031
ZA	PE	Bodocó	GRVIII432	ZAR4-0039	ZA	CE	Brejo Santo	BL3703	ZAR5-0032
ZA	PE	Bodocó	GRVIII562	ZAR4-0040	ZA	CE	Brejo Santo	BL3709	ZAR5-0034
ZA	PE	Bodocó	GRVIII451	ZAR4-0041	ZA	CE	Brejo Santo	BL4420	ZAR5-0035
ZA	PE	Bodocó	GRVIII424	ZAR4-0042	ZA	CE	Brejo Santo	BL6539	ZAR5-0037
ZA	CE	Brejo Santo	BL1340	ZAR4-0029	ZA	CE	Porteiras	PI98	ZAR5-0002
ZA	CE	Brejo Santo	BL8542	ZAR4-0030					
ZA	CE	Brejo Santo	BL8064	ZAR4-0033					
ZA	CE	Brejo Santo	BL3627	ZAR4-0036					
ZA	CE	Brejo Santo	TM64	ZAR5-0001					
ZA	CE	Brejo Santo	s/n	ZAR5-0005					
ZA	CE	Brejo Santo	CI10	ZAR5-0006					
ZA	CE	Brejo Santo	CI117	ZAR5-0007					
ZA	CE	Brejo Santo	CI86	ZAR5-0008					
ZA	CE	Brejo Santo	CI135	ZAR5-0009					
ZA	CE	Brejo Santo	CI134	ZAR5-0010					
ZA	CE	Brejo Santo	CI133	ZAR5-0011					
ZA	CE	Brejo Santo	BL6161	ZAR5-0014					

Anexo 3 - Ficha de Análise

[illegible]

Anexo 4 - Chave Classificatória utilizada na análise cerâmica

A - Fonte: Instituição ou referência bibliográfica

B – Sítio/Coleção: nome do sítio e/ou da coleção

C – UF/Região: estado ou região de origem dos vestígios

D – Município: de origem dos vestígios

E – Localidade: de origem dos vestígios

F – Hidrografia: mais próxima e bacia principal

G – coordenadas: UTM/geográficas de origem dos vestígios

H – Tipo: 1 arqueológico 2 etnográfico

I - Nº de acervo: no caso de coleções com número identificador

J – Código: Atribuído neste levantamento, formado por sigla da instituição ou sítio, estado de conservação acompanhado de número sequencial

R1 90 a 100% (inteira)

R2 entre 90 a 70%

R3 70 a 50%

R4 50 a 30%

R5 <30% (borda)

B bibliografia

K – Acabamento de superfície externa:

- 0 - ausente
- 1- alisado
- 2 - Corrugado
- 3 - ungulado
- 4 - Escovado
- 5 – Pintado
- 6 - Estocado
- 7 - Banho vermelho
- 8 - Serrungulado
- 9 – Inciso
- 10 - Espatulado
- 11- Pontado
- 12 - Dig-ungulado
- 13 – Polido
- 14 - Beliscado
- 15 - Engobo branco
- 16 - Engobo Vermelho
- 17 – Resina
- 18 - Digitado
- 19 – acanalado
- 20 – Liso/corrugado
- 21 – liso/pintado
- 22 – liso/ungulado
- 23 – liso/estocado
- 24 – liso/inciso
- 25- roletado
- 26 – liso/escovado
- 27 – pintado/escovado
- 28-pintado/resina
- 29-pintada/lisa
- 30- corrugada/escovado
- 31-corrugada/ungulada
- 32-liso-espatulado
- 33-corrugado-espatulado
- 34-corrungulado
- 35-estocado-inciso
- 36-modelado-engobo branco
- 37-engobo amarelo
- 38 – impresso
- 39-mamelonar
- 40- carimbado

99- sem acabamento

L – Acabamento de superfície interna:

- 0 - ausente
- 1- Lisa
- 2- Polida
- 3- Banho vermelho
- 4- Resina
- 5- Pintada
- 6- Engobo branco
- 7- Engobo vermelho
- 8-Inciso

M – Lábio:

- 0 - ausente
- 1 – arredondado
- 2 – apontado
- 3 – plano
- 4 – biselado
- 5 – estocado
- 6- apontado/estocado
- 7-digitungulado
- 8- pontado
- 9-digitado

N – Borda:

- 0 - ausente
- 1- Direta
- 2 - Expandida
- 3 - Extrovertida
- 4 - Reforçada Externamente
- 5 - Reforçada Internamente
- 6 - Cambada
- 7 - Aplique
- 8 - modelada
- 9 - Contraída
- 10 – Reforçada interna e externamente

- 11- introvertida
- 12 - acanalada
- 13 - triangular
- 14 - oca

O – Corpo:

- 0 - ausente
- 1 - Carenado
- 2 – Escalonado
- 3 - Globular
- 4 - Quadrangular
- 5 - Cambado
- 6 – Piriforme
- 7- cônico
- 8-elíptico
- 9- cilíndrico
- 10 - plano
- 11- triangular
- 12-acinturado
- 13-Outro
- 14-Ovóide

P – Base:

- 0 - ausente
- 1 - Convexa
- 2 - Em pedestal
- 3 - Anelar
- 4 - Cônica
- 5 - peduncular
- 6 - plana
- 7- plana perfurada

Q – Apêndice

- 0 - ausente
- 1 – alça
- 2 – asa
- 3 – zoomórfico
- 4 – antropomórfico
- 5 – cordões
- 6 – flange labial
- 7 – flange mesial
- 8- outro
- 9-flange basal
- 10-aplique na borda
- 99 –sem informação

R – Classe Estrutural: baseada na relação direta maior diâmetro ou diâmetro do ponto médio/diâmetro da abertura (maior diâmetro dividido pela diâmetro da boca)

- 0 - indeterminada
- 1 – muito aberta - $< 0,7$
- 2 – aberta – de 0,7 a 1
- 3 –ligeiramente fechada – de 1,1 a 2
- 4 - fechada - >2

S – Contorno da Abertura:

- 0 - indeterminada
- 1 – circular
- 2 – elíptica
- 3 – quadrangular
- 4 - triangular

T – Diâmetro da abertura: tirar dois em caso de abertura não circular

U – Maior diâmetro: caso seja o mesmo da abertura repetir

V – Altura: tirado a partir da linha da borda até a base externa na vasilha

W – Espessura: tirar 3 – 1ª espessura a 10 mm da borda; 2ª espessura do corpo; 3ª base

X – Link: para fotografias

Z - Observações

ANEXO 5

CRITÉRIOS DE CONTEMPORIZAÇÃO DAS DATAS

Visando dirimir os empecilhos gerados pela carência de informações junto as datas publicadas, bem como para serem comparáveis datações relativas com C14 e com TL, estabeleci critérios de contemporização das datas disponíveis na bibliografia para torná-las comparáveis. Compreendo os desvios temporais oriundos da não calibração das datas C14, por este motivo explico as datas como encontradas na bibliografia por meio do Anexo 01.

Abaixo apresento os critérios utilizados para condicionar todas as datas ao mesmo índice de referência utilizando AP para se referir à Anos Antes do Presente considerado o ano de defesa desta tese, ou seja, 2014. Ressalto que esta modificação foram empregadas apenas para a realização dos procedimentos estatísticos apresentados no capítulo 3, e que as datas presentes no Anexo 01 não foram modificadas estando como foram publicadas

Os critérios estabelecidos seguem abaixo:

Para datações relativas

-Para sítios do período colonial com datação relativa apresentada como intervalo usarei uma data média subtraída do ano de 2014. Ex: 1600 a 1700 AD: $2014 - 1650 = 364$ AP (data a ser usada)

Para datas de C14

- quando na bibliografia a data for apresentada como AP será somado 64 para ser relativa ao presente 2014. Ex: $610 \text{ AP} + 64 = 674 \text{ AP}$ (data a ser usada)

- quando na bibliografia a data for apresentada como AD esta data será subtraída de 1950 para ser convertida em AP e somada com 64 para ser relativa ao presente 2014. Ex: $1950 - 1340 \text{ AD} = 610 \text{ AP} + 64 = 674 \text{ AP}$ (data a ser usada)

Para datas de Termoluminescência

- Quando a data estiver em AP e o ano da medição for conhecido soma-se a diferença entre 2014 e o ano em que foi realizada a medição. Ex: 640 AP (medido em 1980) + 34 = 674 AP (data a ser usada)
- Quando a data estiver em AP e o ano da medição não for conhecido este será considerado 2000, portanto somando-se 14 a data. Ex: 660 AP (sem data de medição) + 14 = 674 AP (data a ser usada)
- Quando estiver em AD e for conhecida a data de realização da medição realizará a subtração a partir desta para obtenção da data AP e somado o número de anos faltantes para o presente 2014. Ex: 1340 AD (medido em 1980): $1980 - 1340 \text{ AD} = 640 \text{ AP} + 34 = 674 \text{ AP}$ (data a ser usada)
- Quando não conhecermos a data da medição utilizaremos o ano de 2000 como base para subtrair e adquirir a data em AP e somado com 14 para ser relativa ao presente 2014. Ex: 1340 AD (sem data da medição): $2000 - 1340 \text{ AD} = 660 + 14 = 674 \text{ AP}$ (data a ser usada)